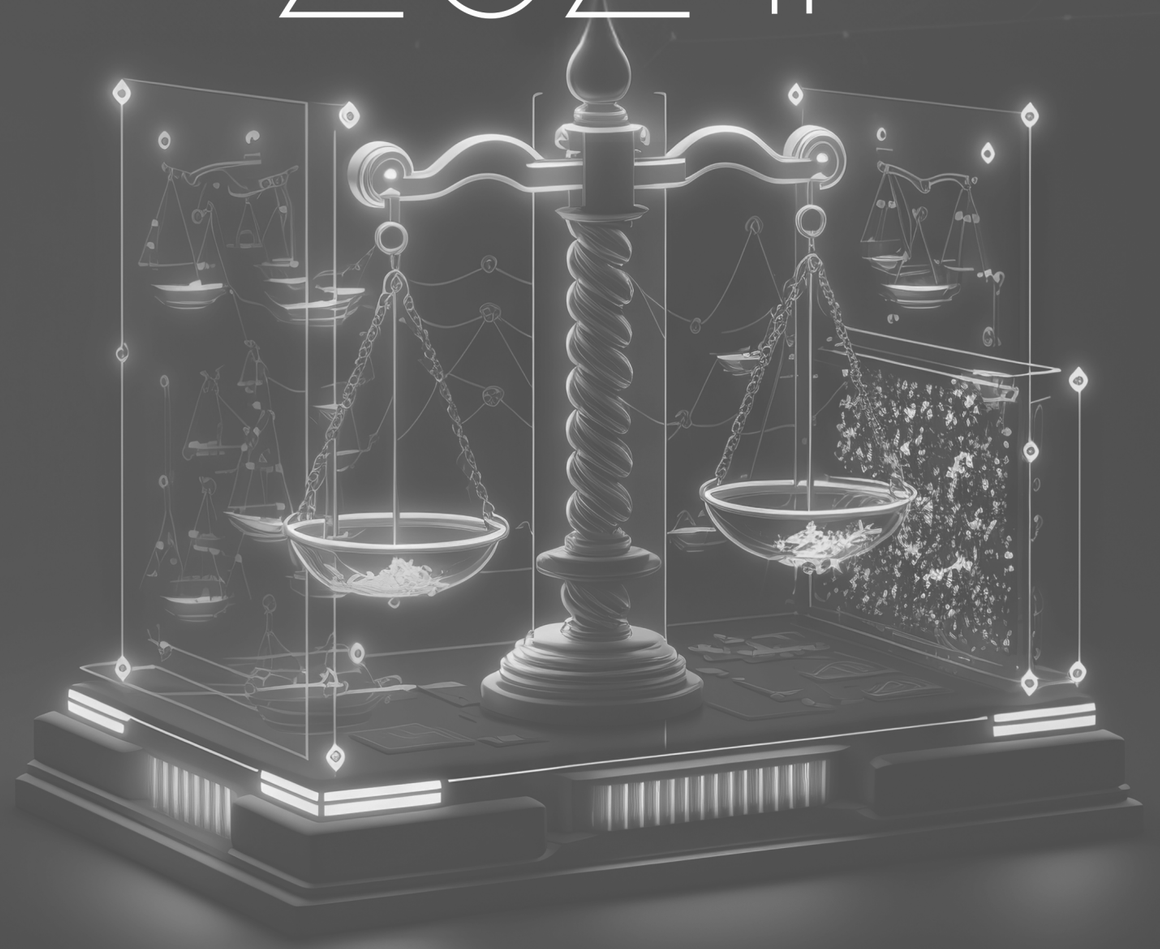
2022 2024

RELATÓRIO
DA GESTÃO

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

2022
RELATÓRIO
DA GESTÃO
2024



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

© 2024
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª Avenida do Centro Administrativo, nº 560 - Salvador/BA - CEP. 41745-971
www.tjba.jus.br

B151 Bahia. Tribunal de Justiça
Relatório da gestão 2022-2024 / Tribunal de Justiça da Bahia.– Salvador: TJBA, 2024.

500 p. ; il.

1. Relatório de Gestão. 2. Tribunal de Justiça da Bahia I. Título

CDU: 347.99 (813.8) (047)
CDD: 340

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenação de Bibliotecas do TJBA.

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

2022 RELATÓRIO DA GESTÃO 2024

Salvador - Bahia
2024

MESA DIRETORA 2022/2024

Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE
1ª Vice-Presidente

Desa. MÁRCIA BORGES FARIA
2ª Vice-Presidente

Des. JOSÉ EDIVALDO
ROCHA ROTONDANO
Corregedor-Geral

Des. EDMILSON JATAHY
FONSECA JÚNIOR
Corregedor das Comarcas do Interior

TRIBUNAL PLENO

Des. NILSON SOARES CASTELO BRANCO
Presidente

Desa. GARDÊNIA PEREIRA DUARTE
1ª Vice-Presidente

Desa. MÁRCIA BORGES FARIA
2ª Vice-Presidente

Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Corregedor-Geral

Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JÚNIOR
Corregedor das Comarcas do Interior

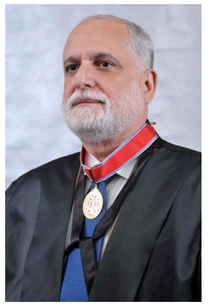
DESA. SÍLVIA CARNEIRO SANTOS ZARIF
DES. MARIO ALBERTO HIRS
DES. ESERVAL ROCHA
DESA. IVETE CALDAS SILVA FREITAS MUNIZ
DESA. MARIA DA PURIFICAÇÃO DA SILVA
DESA. MARIA DO SOCORRO BARRETO SANTIAGO
DESA. ROSITA FALCÃO DE ALMEIDA MAIA
DES. JOSÉ CÍCERO LANDIN NETO
DES. CARLOS ROBERTO SANTOS ARAÚJO
DESA. HELOISA PINTO DE FREITAS VIEIRA GRADDI
DESA. CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
DES. JEFFERSON ALVES DE ASSIS
DESA. NÁGILA MARIA SALES BRITO
DESA. INEZ MARIA BRITO SANTOS MIRANDA
DES. EMÍLIO SALOMÃO PINTO RESEDÁ
DES. JOSÉ ALFREDO CERQUEIRA DA SILVA
DES. PEDRO AUGUSTO COSTA GUERRA
DES. ALIOMAR SILVA BRITTO
DES. JOÃO AUGUSTO ALVES DE OLIVEIRA PINTO
DESA. DINALVA GOMES LARANJEIRA PIMENTEL
DESA. LISBETE MARIA TEIXEIRA ALMEIDA CÉZAR SANTOS
DES. LUIZ FERNANDO LIMA
DESA. IVONE BESSA RAMOS
DESA. ILONA MÁRCIA REIS
DES. ROBERTO MAYNARD FRANK
DES. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS
DESA. RITA DE CÁSSIA MACHADO MAGALHÃES
DESA. REGINA HELENA RAMOS REIS
DES. MAURÍCIO KERTZMAN SZPORER
DES. LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
DESA. PILAR CÉLIA TOBIO DE CLARO
DESA. JOANICE MARIA GUIMARÃES DE JESUS

DESA. MARIA DE LOURDES PINHO MEDAUAR
DESA. CARMEM LÚCIA SANTOS PINHEIRO
DES. BALTAZAR MIRANDA SARAIVA
DESA. SANDRA INÊS MORAES RUSCIOLELLI AZEVEDO
DESA. LÍGIA MARIA RAMOS CUNHA LIMA
DES. MÁRIO AUGUSTO ALBIANI ALVES JÚNIOR
DES. RAIMUNDO SÉRGIO SALES CAFEZEIRO
DES. JULIO CEZAR LEMOS TRAVESSA
DESA.MARIA DE FÁTIMA SILVA CARVALHO
DES. ABELARDO PAULO DA MATTA NETO
DESA. SORAYA MORADILLO PINTO
DESA. ARACY LIMA BORGES
DES. ANTONIO CUNHA CAVALCANTI
DES. JOSÉ SOARES FERREIRA ARAS NETO
DES. MANUEL CARNEIRO BAHIA DE ARAÚJO
DESA. REGINA HELENA SANTOS E SILVA
DES. PAULO ALBERTO NUNES CHENAUD
DES. GEDER LUIZ ROCHA GOMES
DES. EDSON RUY BAHIENSE GUIMARÃES
DES. JOSÉ JORGE LOPES BARRETTO DA SILVA
DESA. CASSINELZA DA COSTA SANTOS LOPES
DES. MARCELO SILVA BRITTO
DESA. MARIA DO SOCORRO SANTA ROSA DE CARVALHO HABIB
DES. PAULO CÉSAR BANDEIRA DE MELO JORGE
DES. ANGELO JERONIMO E SILVA VITA
DES. CÁSSIO JOSÉ BARBOSA MIRANDA
DES. ROLEMBERG JOSÉ ARAÚJO COSTA
DES. JOSEVANDO SOUZA ANDRADE
DES. ANTONIO ADONIAS AGUIAR BASTOS
DESA. LÍCIA PINTO FRAGOSO MODESTO
DES. CLAUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA
DES. ANTÔNIO MARON AGLE FILHO

SUMÁRIO

Apresentação	11
Uma Gestão de História	12
1ª Vice-Presidência	63
2ª Vice-Presidência	80
Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima	102
Ouvidoria Judicial	141
Assessoria Especial da Presidência I - Magistrados	148
Assessoria Especial da Presidência II - Assuntos Institucionais	156
Coordenação dos Juizados Especiais	179
Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	206
Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau	226
Chefia de Gabinete da Presidência	248
Secretaria Geral da Presidência	262
Secretaria de Administração	301
Secretaria de Gestão de Pessoas	318
Secretaria Judiciária	336
Secretaria de Planejamento e Orçamento	356
Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	386
Consultoria Jurídica	426
Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	436
Controladoria do Judiciário	446
Assessoria de Ação Social	460
Gabinete de Segurança Institucional	480

APRESENTAÇÃO



O Relatório de Gestão 2022/2024 apresenta as principais iniciativas desenvolvidas pelo Poder Judiciário da Bahia. Neste biênio, nossas ações visaram, sobretudo, à aproximação entre a Justiça e a sociedade, a fim de prestar um serviço cada vez mais moderno, acessível e inclusivo.

A Direção assumiu o comando em um cenário de incertezas econômicas, ainda sob os efeitos da crise sanitária da COVID-19, e conduziu o Tribunal de forma a fomentar a transparência, o diálogo e a cooperação, fortalecendo os laços da instituição com os demais entes públicos e, sobretudo, aproximando-nos do povo baiano.

Neste período de trabalho coletivo, foram entregues melhorias na infraestrutura do Judiciário. O Tribunal baiano promoveu 50 grandes reformas, inaugurou sete novos fóruns e deu início à construção de outros dois. Compromissado com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, também instalou 15 usinas de energia solar em unidades judiciais, economizando e fazendo uso responsável de recursos naturais. A gestão dos bens foi aprimorada, com a modernização do sistema de inventário de bens móveis e imóveis, deixando um legado para as futuras administrações.

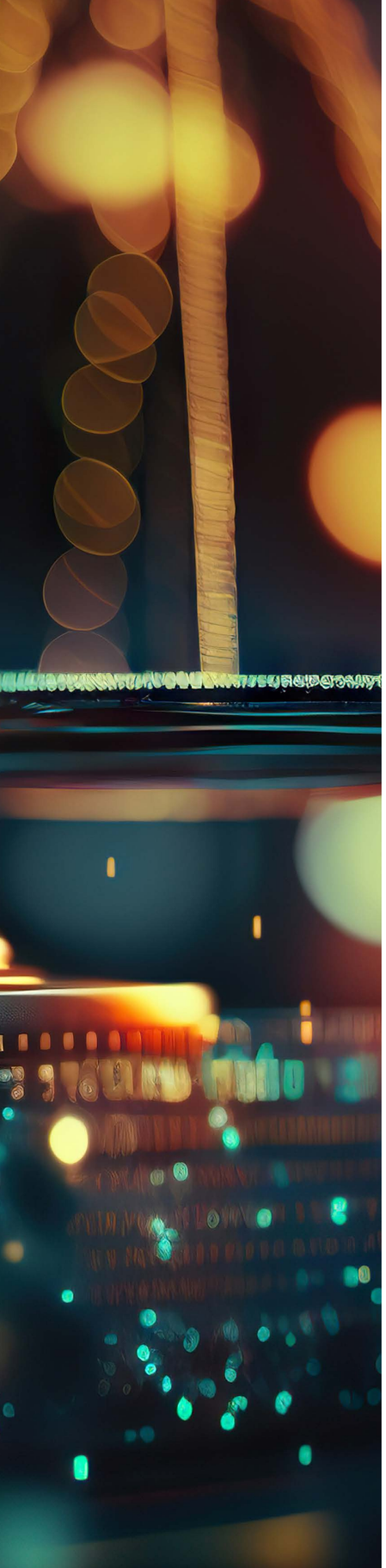
Em termos de tecnologia e conexão, 92% das unidades foram atendidas com novas instalações de links de internet, beneficiando, de forma direta, 193 comarcas. Durante a gestão, foram empregados R$ 74 milhões em equipamentos e conexão de internet. Especial atenção foi dada à pauta da inclusão digital, com a instalação de 200 Salas Passivas que já ultrapassaram 10 mil atendimentos. O Tribunal baiano, também, superou a marca de 100 mil processos julgados por meio da plataforma Plenário Virtual, reforçando a importância das novas tecnologias na promoção da Justiça.

Além disso, em 2023, tivemos a honra de sediar e promover eventos em celebração ao Centenário da Morte de Ruy Barbosa, com a participação de autoridades jurídicas brasileiras. Ao longo do biênio, foram realizados congressos sobre temas diversos, de nível nacional e internacional, a fim de difundir o conhecimento científico, com vistas a aprimorar a prestação jurisdicional.

Por fim, lembrando que o Judiciário é formado por pessoas que dedicam suas vidas à efetivação dos direitos da sociedade, durante o biênio 2022-2024, foram empossados 15 Desembargadores, 72 Juízes de Direito, 370 Servidores Efetivos, 180 Juízes Leigos e 191 Conciliadores.

Nesse sentido, aproveito a ocasião para agradecer ao corpo humano do Tribunal de Justiça da Bahia, incluindo todos os magistrados, servidores, colaboradores e estagiários, o empenho e o compromisso com a construção de uma Justiça célere, tempestiva e socialmente responsável.

Des. Nilson Soares Castelo Branco
Presidente do PJBA



UMA GESTÃO DE HISTÓRIA

Desafios do Compromisso da Presidência

A gestão do Desembargador Nilson Soares Castelo Branco voltou-se para a promoção de significativo acréscimo de eficiência, efetividade e inovação ao que lhe foi legado pelas gestões passadas e se encontrava sendo desenvolvido no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).

A busca por atender às expectativas dos Jurisdicionados e dos Operadores do Direito foi o norte que direcionou os passos da gestão ao assumir o comando do Tribunal Baiano em um cenário de incertezas econômicas e ainda sob os efeitos da crise sanitária da COVID-19.

O resultado foi uma gestão histórica que, por intermédio de decisões acertadas, planejamento, proatividade e foco no benefício da instituição e da sociedade, promoveu um Tribunal de Justiça do Estado da Bahia mais inovador, interconectado e no contínuo de uma prestação jurisdicional da excelência.

Objetivos do Plano de Gestão do Biênio 2022-2024

- Dirigir a organização de forma transparente, sistemática e científica
- Resgatar a credibilidade do Tribunal de Justiça da Bahia, o mais antigo das Américas
- Fomentar a sinergia entre magistrados, servidores, colaboradores e parceiros da justiça
- Inovar para melhoria da capacidade produtiva de toda a Cadeia de Valor, em especial à Prestação Jurisdicional
- Racionalizar o uso dos recursos disponíveis
- Transformar, digitalmente, a oferta de serviços e o suporte operacional a magistrados e servidores

Principais Ações e Iniciativas no Biênio 2022-2024

07 novos fóruns

e **02** em construção

50 grandes reformas

Troca de
71 veículos institucionais

Mudança do **Depositário Público** para o **Centro Logístico** com **economia de mais de 600 mil reais/ano**

Implantação de **Alvará eletrônico** nos **precatórios**

Evolução do BRBJUS

Ampliação do
Contrato de Recepção
para **todas as comarcas**

Implantação do serviço de
Controle de Acesso

Aquisição e distribuição de
250 detectores de metais portáteis

15 instalações de usinas de energia solar

Implantação do Esocial

Licitação da
Folha do pagamento

Implantação da nova
Lei de Licitações

Realização de **5 leilões de bens móveis inservíveis e 73 veículos,** arrecadando aproximadamente **6 milhões de reais**

Inventário
de **todos** os **bens móveis**

Veículos blindados
para os **magistrados**

Inaugurações de Fóruns

Sete novos Fóruns *inaugurados para o estado da Bahia, nas comarcas:* ***Baianópolis, Canarana, Lapão, Tanque Novo, Cruz das Almas, Belo Campo e Eunápolis.***

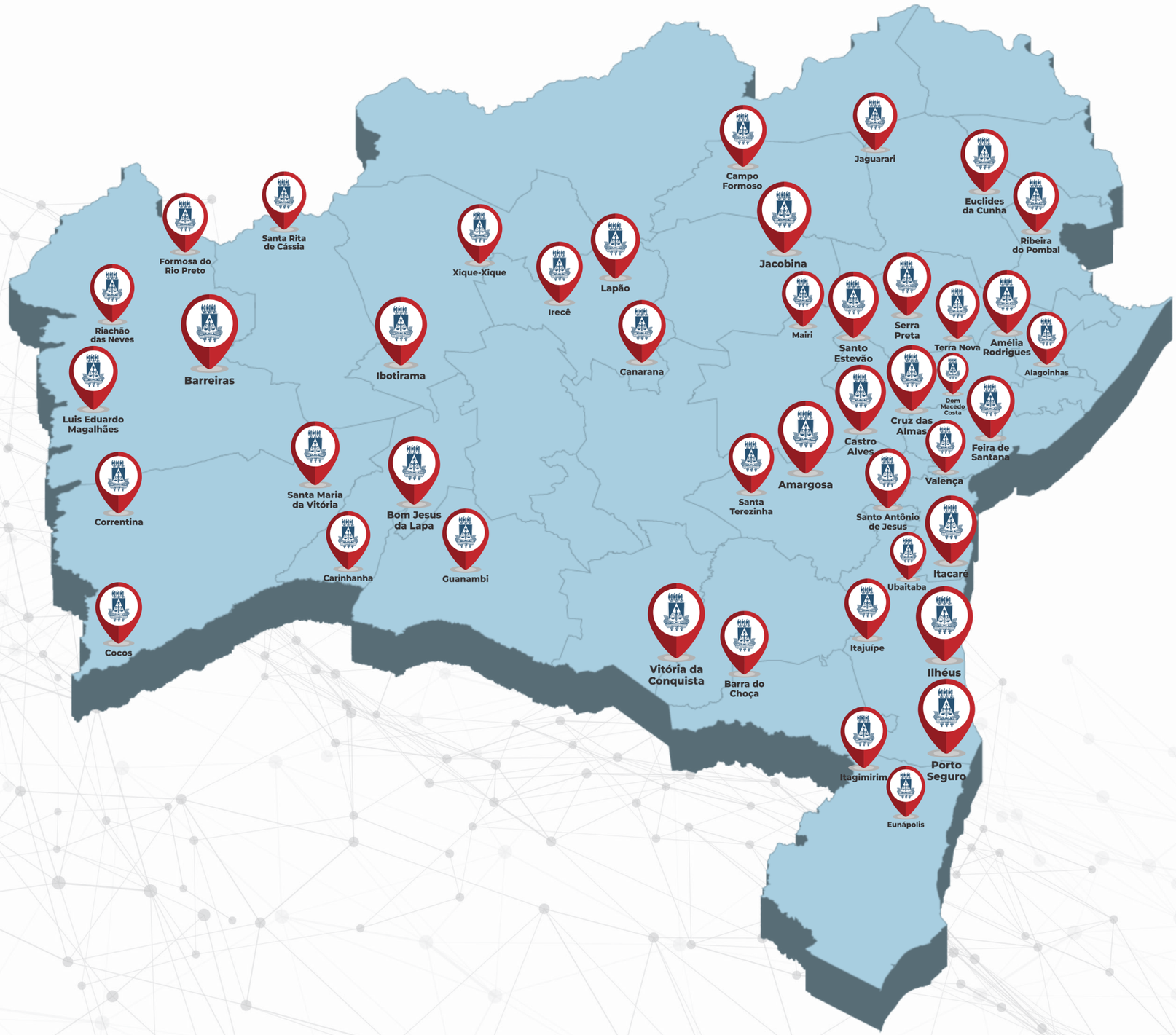
Visitas às Comarcas

Nesta gestão, o Presidente Desembargador Nilson Soares Castelo Branco realizou ***visitas em mais de 60 Comarcas*** *no Interior do Estado da Bahia.*

Momentos em que foram inaugurados Fóruns, Salas Passivas de Videoconferência, Cejuscs, lançamento de Pedras Fundamentais, Câmaras de Mediação e Conciliação e Salas de Depoimento Especial.

---

1 - Lauro de Freitas
2 - Ilhéus
3 - Cruz das Almas
4 - Conceição do Almeida
5 - Castro Alves
6 - Barreiras
7 - Luís Eduardo Magalhães
8 - Formosa do Rio Preto
9 - Riachão das Neves
10 - Ruy Barbosa
11 - Valente
12 - Lençóis
13 - Esplanada
14 - Porto Seguro
15 - Eunápolis
16 - Andarai
17 - Amargosa
18 - Santo Antônio de Jesus
19 - Paulo Afonso
20 - Alagoinhas
21 - Conde
22 - Jequié
23 - Jitauna
24 - Gandu
25 - Terra Nova
26 - Amélia Rodrigues
27 - Itacaré
28 - Itajuípe
29 - Irecê
30 - Lapão
31 - Canarana
32 - Xique-Xique
33 - Correntina
34 - Santo Estêvão
35 - Euclides da Cunha
36 - Ribeira do Pombal
37 - Conceição do Coité
38 - Santaluz
39 - Itagimirim
40 - Jacobina
41 - Jaguaraí
42 - Pindobaçu
43 - Santa Rita de Cássia
44 - Ubaitaba
45 - Campo Formoso
46 - Mairi
47 - Santa Terezinha
48 - Guanambi
49 - Bom Jesus da Lapa
50 - Carinhanha
51 - Cocos
52 - Santa Maria da Vitória
53 - Itamaraju
54 - Teixeira de Freitas
55 - Iraquara
56 - Mucugê
57 - Vitória da Conquista
58 - Belo Campo
59 - Tanque Novo
60 - Juazeiro
61 - Casa Nova



Início de novas histórias

Pedra Fundamental *de novos Fóruns nas Comarcas de* ***Alagoinhas, Eunápolis e Ilhéus.***

Além da ***assinatura do termo de cessão do terreno*** *para a construção do* ***novo Fórum em Lauro de Freitas.***

Novos CEJUSCs

O Tribunal de Justiça da Bahia inaugurou ***33 unidades*** *do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos em diversas Comarcas do Interior do Estado. A iniciativa visa facilitar a solução consensual de conflitos.*

Instalação de Recursos para Depoimentos Especiais

Instalação de 101 Salas de Depoimento Especial *por meio de fornecimento de mobiliário específico e disponibilização da infraestrutura necessária.*

8 novas Varas

Instalação da 5ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana; da 4ª Vara de Família, Órfãos, Sucessões, Interditos e Ausentes da Comarca de Feira de Santana; da 1ª de Vara de Família, Órfãos, Sucessões, Interditos e Ausentes de Lauro de Freitas; da Vara da Fazenda Pública de Alagoinhas; da Vara da Fazenda Pública de Paulo Afonso; da 1º Vara da Fazenda Pública de Jequié; da 5ª Vara de Sucessões de Salvador; e da 2ª Vara de Violência Doméstica de Vitória da Conquista.

Ouvindo o Cidadão

*A **Ouvidoria Judicial** foi desvinculada da 2ª Vice-Presidência em outubro de 2022, passando, assim, ao **status de Mesa Diretora.***

Ouvidoria da Mulher

*O TJBA inaugurou a Ouvidoria da Mulher, visando **apoiar mulheres no âmbito do TJBA, quanto às questões que atrapalham ou afetam no desenvolvimento profissional, bem como queixas relacionadas à tramitação de processos judiciais.***

OUVIDORIA DA
MULHER

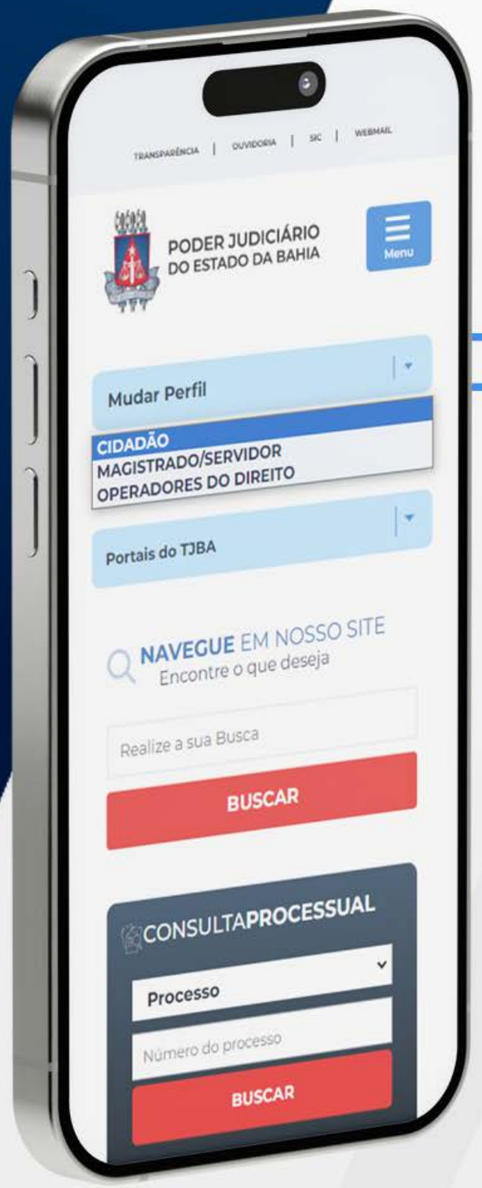
PJBA 100% Digital

*Durante o biênio, foi concluída a **digitalização de todo o acervo processual físico de 1º e 2º Graus de Jurisdição.***

*Ao longo do projeto, foi movimentado o total de **724.627 processos** e mais de **23 milhões de imagens** foram virtualizadas e juntadas ao sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), possibilitando a tramitação exclusiva na Plataforma.*

*A digitalização dos processos resultou na melhoria da prestação jurisdicional, na **maior qualidade de trabalho de Servidores e Magistrados**, assim como na **eficiência da gestão pública**.*

*O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia lançou **Novo Portal TJBA**, **personalizado, funcional e inovador**. Fruto de um **projeto estratégico da gestão**, o novo produto foi **estruturado via** metodologia moderna, que permite desenvolver produtos e serviços, **com base nas necessidades e nas experiências dos usuários**.*



NOVO PORTAL

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA

Experiência única para:

- ✓ **Cidadão**
- ✓ **Operador do Direito**
- ✓ **Magistrado/Servidor**

NOVO PORTAL

PODER **JUDICIÁRIO DA BAHIA**

Acesse o novo site

www.**tjba**.jus.br

Inovação na Administração

*Acompanhamento das **evoluções do Sistema BRBJUS, implantação da possibilidade de pagamento de depósitos judiciais via PIX** e implantação do sistema de consultas a dados processuais em tempo real no BRBJUS.*

***Implantação do serviço "PJ Táxi"** - intermediação dos serviços de transportes: amplia as opções para o transporte institucional na falta ou na insuficiência dos veículos de propriedade deste TJBA e/ou locados, com vistas ao bom andamento das atividades demandadas pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia.*

Campanhas Publicitárias Institucionais

*Pela primeira vez na história do TJBA, foram veiculadas **campanhas institucionais**, nos **grandes meios de comunicação** com foco na **prestação jurisdicional para o cidadão**.*

Juízo 100% Digital

27.07.22 a 30.08.22

Semana da Conciliação

17.10.22 a 11.11.22

Precatórios

07.11.22 a 10.12.22

Presença na mídia

- *TV aberta (maiores emissoras)*
- *Rádio Capital / Rádio Interior*
- *Painel de LED*
- *Outdoor*
- *Metrô*
- *Busdoor*
- *Elemídia*
- *Site de Notícias*
- *Digital*

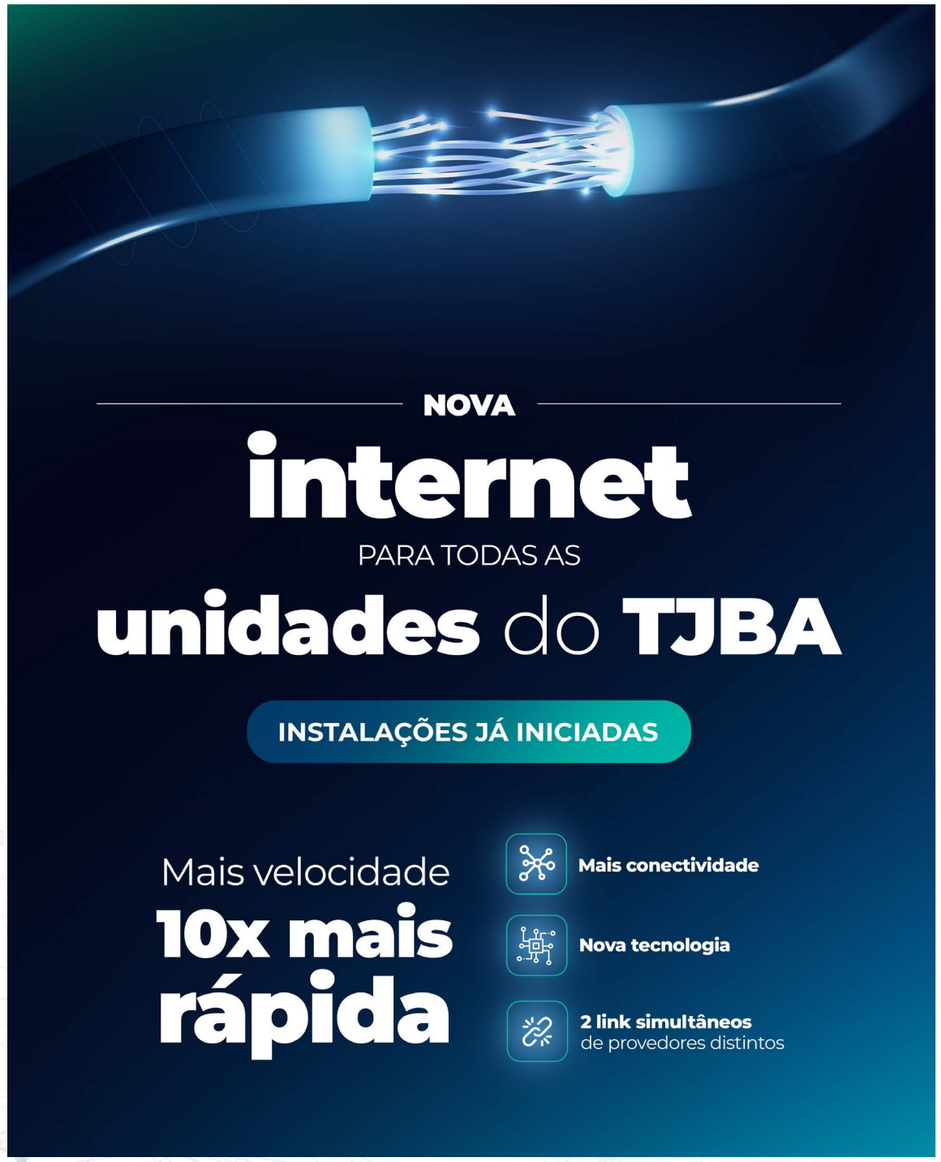
Sustentabilidade

Instalação de sistema fotovoltaico
nas Comarcas de ***Riachão das Neves, Andaraí, Caetité, Pojuca, Esplanada, Castro Alves, Capim Grosso, Itaberaba, Xique-Xique, Mairi e Riachão do Jacuípe.***

Economia

O Tribunal de Justiça da Bahia economizou mais de ***R$ 2,5 milhões em água e energia elétrica*** *no ano de 2023, entre os meses de outubro de 2022 e setembro de 2023, em comparação com o mesmo período em 2019.*

O avanço é resultado do ***compromisso contínuo do TJBA em tornar as operações mais sustentáveis e eficientes****.*



Nova Internet

O TJBA, por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (Setim), tem trabalhado para proporcionar, cada vez mais, tecnologia, conexão e acessibilidade aos jurisdicionados.

Com o apoio do Presidente do Judiciário, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, ***239 unidades, que representam 92% do total, foram atendidas com novas instalações de links de internet, beneficiando, de forma direta, 193 comarcas, o que significa 95% do total.***

Valorização do Primeiro Grau

Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau

Melhorar** o funcionamento dos **Tribunais de 1ª Instância

CAPG
COORDENADORIA DE APOIO AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Secretaria Virtual

***Criação** da Secretaria para **atuar no apoio remoto às Unidades Judiciais,** alcançando o marco de **124.479 processos movimentados** ajudando **56 unidades judiciárias**.*

SECRETARIA VIRTUAL CAPG

Justiça 4.0

Criação** dos **Núcleos de Justiça 4.0

***Apoio na fase de Setença** nas situações de descumprimento de Meta Nacional e de excesso de prazo para a prolação de sentença*

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 PJBA

Inclusão Digital

Ampliação** do Juízo 100% Digital para **todas as unidades judiciais

Mais de 200 Salas Passivas, ultrapassando 10 mil atendimentos

JUÍZO 100% DIGITAL

*A Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau implementou **26 pontos de Inclusão Digital** em cidades baianas, que **possibilitam realizar audiências** e outros **atos processuais** de forma **on-line**, sem que os cidadãos precisem se deslocar até a Comarca. **É a garantia da cidadania para as pessoas em vulnerabilidade digital**.*

*O Tribunal de Justiça da Bahia editou o **primeiro Ato Normativo local em Linguagem Simples**, começou a produzir um **Podcast** sobre o tema, voltado a Magistrados e Servidores e **lançou um Guia Prático** para orientar os membros do TJBA sobre como **escrever textos com clareza e brevidade**, sem comprometer as informações essenciais.*

*Durante todo o biênio, foram promovidos **cursos, palestras e capacitações** para uso da Linguagem Simples.*

linguagem simples
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Modernização do Parque Computacional

O Presidente Nilson Soares Castelo Branco, por meio da SETIM, ***investiu em mais de 12 mil computadores no biênio 2022/2024.***

Foram empregados ***R$ 74 milhões em equipamentos e conexão de internet.***

Cabe destacar o ***investimento em 3.042 webcams, 1.000 notebooks, 278 scanners, 785 aparelhos celulares e 730 modems de dados (os dois últimos por comodato)****, fortalecendo a transparência e a segurança dos serviços judiciais em 203 comarcas.*

Plenário Virtual

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) ultrapassou a marca de ***100 mil processos julgados através da plataforma Plenário Virtual****, ferramenta instituída durante a gestão do Presidente Nilson Soares Castelo Branco.*

O recurso, que dispensa a participação presencial dos Desembargadores, dos advogados, dos membros do Ministério Público e da Defensoria Pública nas sessões de julgamento, confere flexibilidade e celeridade, ou seja, ganhos à prestação do serviço jurisdicional.

Produtividade

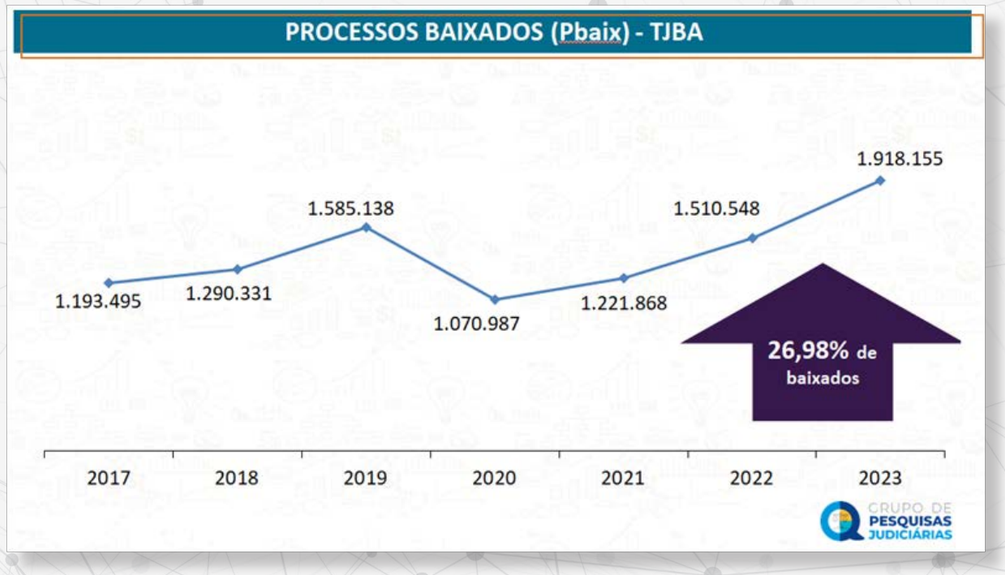
O plenário, na gestão do Des. Nilson Soares Castelo Branco, alcançou o marco ***total de 5.731 processos julgados em sessões plenárias judicantes****, além das* ***86 de sessões administrativas****.*

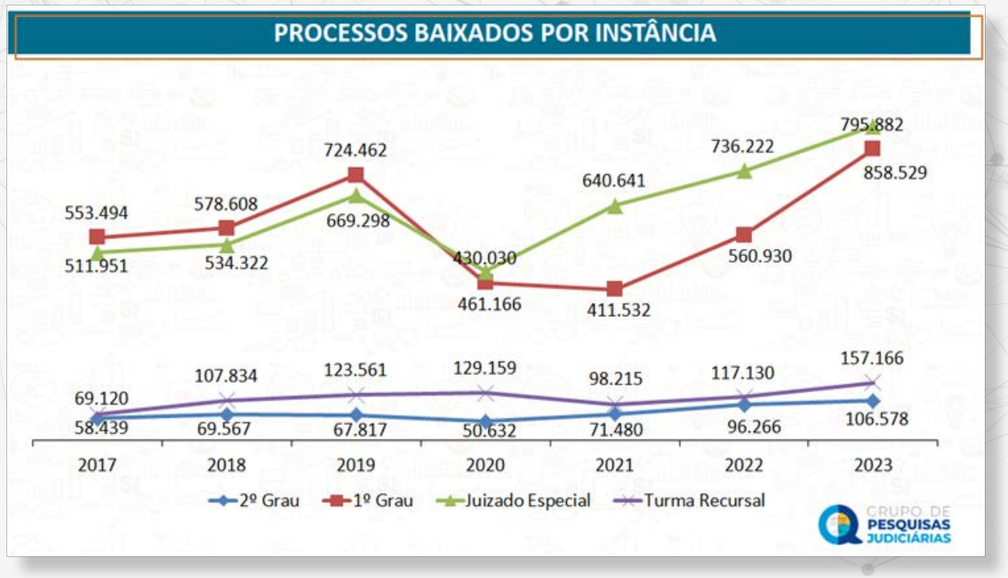
Processos Baixados

2022	2023
1.510.548 Processos baixados	**1.918.155** Processos baixados *(recorde da série histórica)*

TOTAL DO BIÊNIO

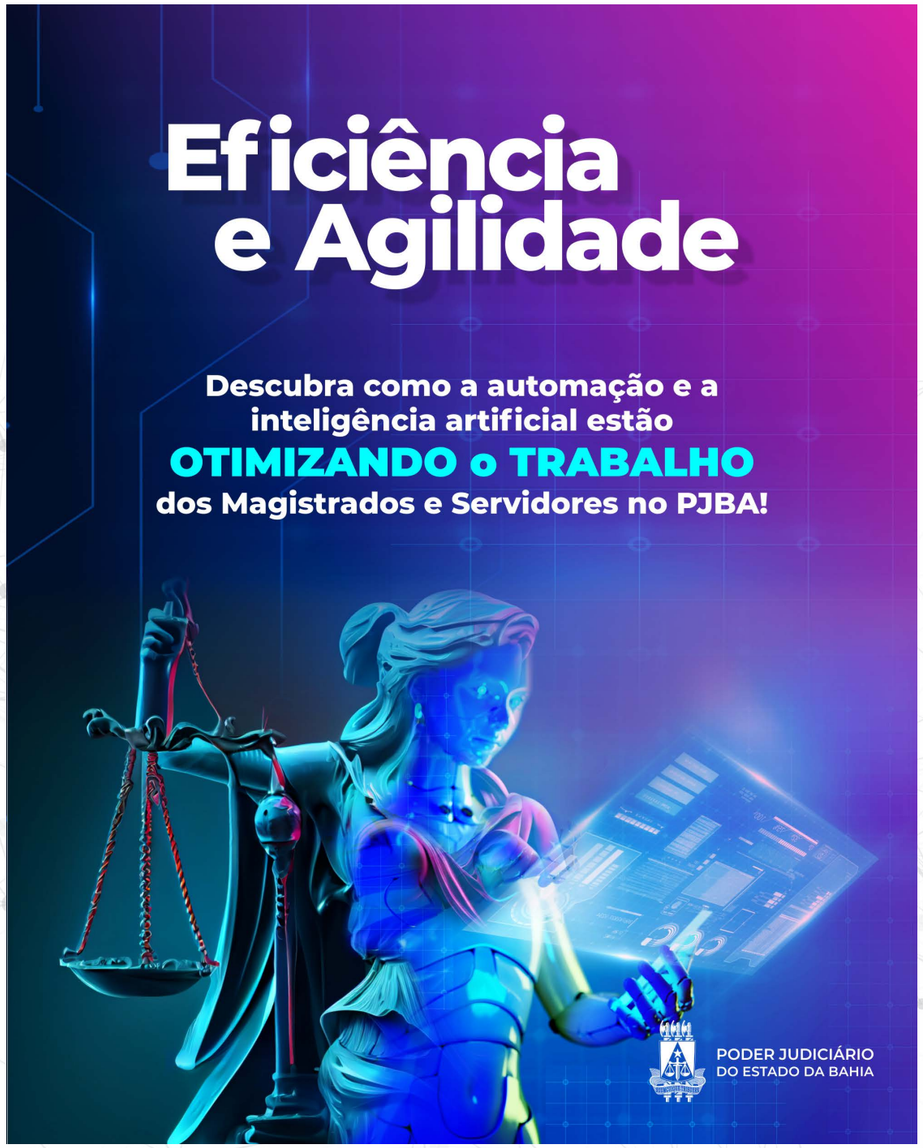
3.428.703





+49,5%

Em comparação com o Biênio anterior



Eficiência e Agilidade

*A utilização do **Robô Haia proporcionou julgamento de mais de 130 mil processos nas unidades da Fazenda Pública**. A otimização dos fluxos beneficia não só servidores e magistrados, mas também facilita as rotinas diárias e impulsiona a produtividade das unidades judiciais.*

Assim, o cidadão que busca o atendimento da Justiça consegue realizar as suas consultas com maior praticidade e celeridade. É o investimento em tecnologia para promover cada vez mais qualidade, eficiência e agilidade no julgamento dos processos.

Melhorias na Prestação Jurisdicional

Criação do Órgão Especial do Tribunal Pleno

*O Órgão Especial proporciona **maior celeridade dos processos**, **melhor prestação jurisdicional e fixação de precedentes**. Na composição total, são 25 membros da mais alta Corte de Justiça do Estado da Bahia, sendo 13 Desembargadores mais antigos e 12 por eleição, com cargos reservados para a Mesa Diretora do TJBA e representantes do 5º Constitucional.*

Outras realizações da Gestão

Robôs de automação, Triagem processual e Remarcações de audiências

Uso e aplicação de Inteligência artificial Assistente Virtual Sofia distribuída em larga escala

Cripta de Ruy Barbosa

***Preservar o patrimônio histórico**, mantendo a autenticidade do espaço. Esse foi o pilar da reforma realizada na Cripta do Fórum Ruy Barbosa pelo Tribunal de Justiça da Bahia na Gestão do Presidente Nilson Soares Castelo Branco.*

A reforma promoveu melhorias sensíveis na infraestrutura elétrica e física da Cripta, contribuindo para uma melhor iluminação, refrigeração e restauração do ambiente.

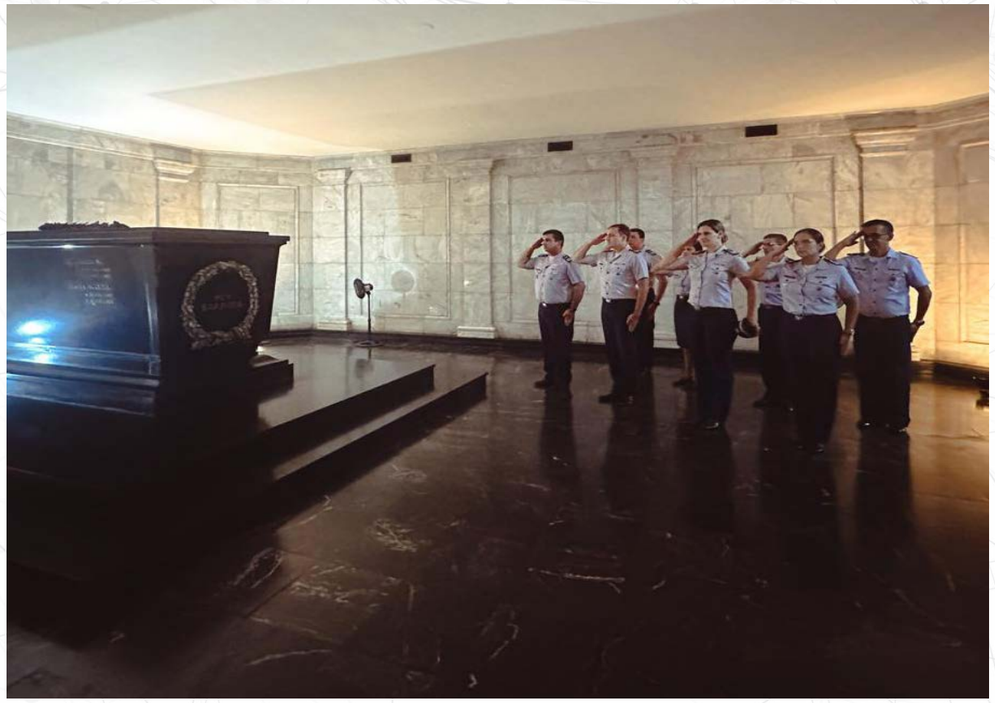
*A cripta passou a contar com um sistema de **ar-condicionado, piso-táctil, modelo que interfere, minimamente, na estrutura e na estética histórica**.*

***Novos mobiliários** foram adicionados para complementar o espaço sem destoar da aparência tradicional e as pedras do piso e das paredes foram, cuidadosamente, restauradas, visando preservar os detalhes originais do local.*

Homenagens a Ruy Barbosa

Ao longo do Biênio, ***diversas autoridades do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo prestaram homenagem a Ruy visitando a Cripta****, a exemplo da* ***Ministra Cármen Lúcia****, da* ***Ministra Rosa Weber****; do* ***Ministro do Superior Tribunal Militar, Artur Vidigal****; do* ***Almirante de Esquadra, Leonardo Puntel****; e de* ***Péricles Aurélio Lima de Queiroz****; além de* ***representantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da Polícia Militar****.*

Em dezembro de 2023, visitaram a Cripta de Ruy Barbosa o ***Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Luís Roberto Barroso****; e o Vice-Presidente do STF, Ministro Luiz Edson Fachin.*



ESTREMECEU A PATRIA, VIVEU N

Parcerias

Durante a gestão do Presidente do TJBA – Desembargador Nilson Soares Castelo Branco –, foram assinados um total de ***76 Convênios, Acordos e Termos de Cooperação****.*

Dentre eles, destacam-se os ***Acordos de Cooperação Técnica com o Superior Tribunal de Justiça (STJ)****. Um deles para* ***assegurar cotas às vítimas de violência doméstica e familiar*** *em contratos de serviços contínuos. O outro para a* ***promoção de ações de garantias fundamentais****.*

Pela primeira vez na história *Desembargadores do Tribunal de Justiça mais antigo das Américas participam de uma* ***audiência pública sobre a reestruturação dos Cartórios Extrajudiciais na Bahia****, no parlamento baiano.*

Relação com AMAB, OAB e MP

O Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, foi homenageado pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab) com a ***Medalha do Mérito Wilton de Oliveira e Souza****.*

A Medalha é a mais ***alta honraria*** *concedida pela Amab para* ***homenagear personalidades que contribuíram, relevantemente, para a entidade, a Magistratura nacional ou a Justiça amplamente****. A comenda leva o nome do primeiro presidente da entidade.*

O ***Conselho Pleno da OAB-BA*** *aprovou, por unanimidade,* ***uma moção parabenizando o Presidente do TJBA pela criação do Órgão Especial****.*

O Desembargador Presidente recebeu a ***Medalha de Honra do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União****, maior honraria concedida pelo Colegiado.*

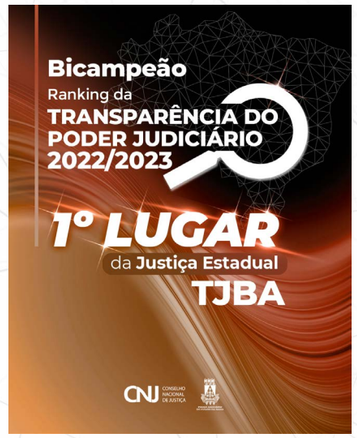
Prêmios

***Bicampeão** no **ranking da transparência entre todos os Tribunais do país** e **1º lugar** no **Prêmio "Conciliar é legal" do CNJ,** na categoria Tribunal.*

***Selo Diamante** no **Programa Nacional da Transparência Pública 2023** e o **Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2023**, na categoria Justiça estadual.*

***Primeiro lugar** na categoria **"Projetos - Inovação Tecnológica"** do **Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.EX)**, em 2023. Menção honrosa com o Projeto Sofia no JEX, em 2022.*

Finalista na categoria Tribunal** da **20ª Edição do Prêmio Innovare** com os Projetos **"Alphajus" e "Sofia".



Prêmios

*O Tribunal de Justiça da Bahia conquistou o **1º lugar entre os Tribunais Estaduais no 14º Prêmio CIEE** e, pela terceira vez, logrou o **2º lugar entre todos os Tribunais concorrentes na categoria órgãos federais e tribunais**.*

*Também houve a **abertura de 275 novas vagas de estágio de pós-graduação**, para as entrâncias iniciais e Varas de Juizados.*

*Foi instituído o Prêmio Boas Práticas de Inovação do Tribunal de Justiça da Bahia, com vistas a **reconhecer e prestigiar as iniciativas das unidades voltadas à eficiência, à acessibilidade e à transparência** que contribuem para a **aprimoração e a modernização do Judiciário**.*

Eventos Institucionais

O TJBA sediou um evento internacional e diversos eventos nacionais de grande porte *ao longo do biênio 2022–2024. Objetivando a difusão de conhecimento, o acesso à informação, a preservação da memória e o debate frutífero entre as instituições e a sociedade.*

FÓRUM SOBRE
SEGURANÇA
E DESENVOLVIMENTO
HUMANO NA
AMÉRICA LATINA E CARIBE

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇ

EMAB
DO COPEDEM
O PAPEL DAS ESCOLAS HÍBRIDAS
NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
DO PODER JUDICIÁRIO

Movimento pela Conciliação

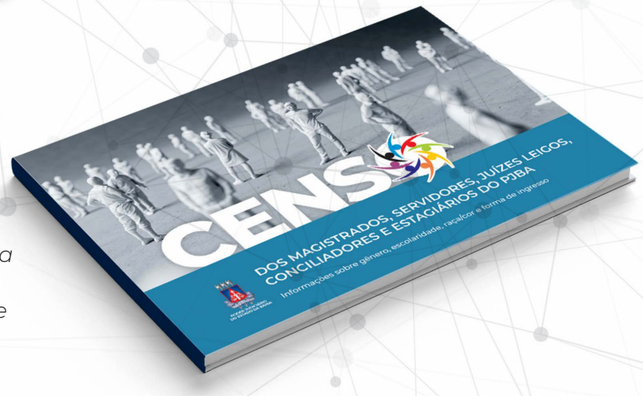
O Tribunal de Justiça da Bahia instituiu o ***Prêmio Conciliar*** *visando* ***reconhecer o esforço das unidades*** *voltadas à solução consensual de conflitos. O Prêmio envolve uma série de ações, direcionadas ao* ***estímulo à autocomposição, inclusive no âmbito extrajudicial.***

Instituição do Código de Ética dos Servidores do PJBA

Em 2023, foi aprovado, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno, o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça da Bahia.

Censo dos Magistrados, Servidores, Juízes Leigos, Conciliadores e Estagiários do PJBA

Dando um passo importante na busca por igualdade, inclusão e melhoria de políticas públicas, o TJBA realizou o primeiro Censo da Justiça baiana. A publicação que apresenta dados sobre gênero, escolaridade, raça/cor e formas de ingresso.



Concursos Públicos

277 *Vagas para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário*

Mais de ***1.000*** *vagas para formação de cadastro de reserva de Juiz Leigo e Conciliador*

Foram empossados

15 *Desembargadores*

72 *Juízes de Direito*

370 *Servidores Efetivos*

180 *Juízes Leigos*

191 *Conciliadores*

Cursos e Capacitações

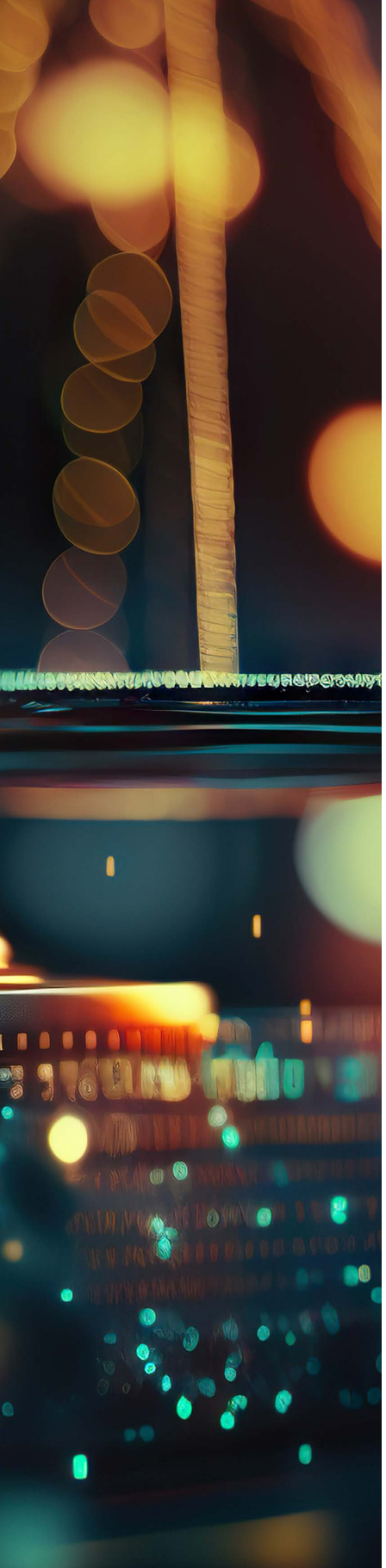
*Foram ofertadas **47.362 vagas** para mais de **490 atividades de capacitação** ao longo do biênio por meio da Universidade Corporativa Ministro Hermes de Lima (UNICORP), buscando garantir a qualidade dos serviços prestados.*

Precatórios

*O Núcleo de Precatórios do TJBA realizou o pagamento de **mais de 1 bilhão e 600 milhões de reais** em precatórios.*

*No período (biênio 2022-2024), foram **proferidos cerca de 20 mil atos, entre despachos e decisões**; quase **10 mil ofícios de pagamentos e transferências**; mais de **48 mil certidões,** em um cenário de incremento de acervo (novos precatórios distribuídos em 2023) de quase 100% em relação à distribuição em 2022.*

*Leia o QR Code e **acesse a página do Relatório da Gestão -** Biênio 2022-2024*



1ª VICE-PRESIDÊNCIA

GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

1ª VICE-PRESIDENTE
Desembargadora Gardênia Pereira Duarte

JuIZ Assessor EspeciaL
Dr. Humberto Nogueira

CHEFE DE GABINETE
Bela. Luciana Gondim Ávila Santos

ASSESSORA JURÍDICA
Bela. Anna Carolina Giffoni de Souza

ASSESSOR ADMINISTRATIVO
Bel. Marcello Borba Martins Araquan Borges

DIRETORA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2° GRAU
Bel. Antônio Lenine dos Santos

CHEFE DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DO 2° GRAU
Bel. Dorivaldo Santana Sodré dos Santos

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão da 1ª Vice-Presidência, referente ao biênio 2022-2024.

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades, as ações e os projetos realizados durante a gestão 2022/2024, da 1ª Vice-Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

O Órgão é responsável pela Diretoria de Distribuição de 2º Grau e pelo Plantão Judiciário de 2º Grau, além de substituir o Presidente do Tribunal de Justiça nas suas ausências, impedimentos e suspeições.

Ademais, a 1ª Vice-Presidente atua como relatora nas dúvidas regimentais e nos conflitos de competência entre Órgãos do Tribunal, Desembargadores e Juízes Substitutos de Segundo Grau convocados. Além disso, é responsável pelo cadastro e pela atualização do Sistema da Linha Sucessória, bem como pela publicação dos relatórios mensais da distribuição de processos no âmbito do 2º Grau.

Como se demonstrará ao longo deste documento, a 1ª Vice-Presidência desempenhou suas atribuições sob a gestão da Desembargadora Gardênia Pereira Duarte, visando à eficiência e à transparência nos trabalhos, bem como ao diálogo entre todos os atuadores que compõem a Justiça Baiana.

O presente relatório apresenta as atividades e as ações tomadas por esta gestão, frente à 1ª Vice-Presidência, ao tempo que direciona o rumo dos passos e dos objetivos futuros.

Reafirmamos nosso compromisso e zelo com os valores do Poder Judiciário do Estado da Bahia, visando, sobretudo, à excelência dos serviços prestados à sociedade baiana.

EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

PORTARIAS

1. PORTARIA Nº VP1-04/2022-CG

Fruto de projeto apresentado pela Diretoria de Distribuição do 2º Grau e em atenção à demanda apontada pela representante da advocacia baiana, foi publicada pela 1ª Vice-Presidência, no dia 21 de fevereiro de 2022, a Portaria nº VP1-04/2022-CG para estabelecer a priorização dos recursos e das ações de competência originária do TJBA, envolvendo matéria afeta às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A íntegra da Portaria pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/portaria-no-vp1-04-2022-cg/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3044, disponibilizado em 21 de fevereiro de 2022.

2. PORTARIA Nº VP1-16/2022-CG

No dia 3 de maio 2022, a 1ª Vice-Presidência publicou a Portaria nº VP1-16/2022-CG para tratar sobre a tramitação eletrônica no Sistema PJE entre as instâncias de processos com registro de sigilo absoluto.

A íntegra da Portaria pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/portaria-no-vp1-16-2022-cg-de-25-de-abril-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3088, disponibilizado em 3 de maio de 2022.

3. PORTARIA Nº VP1 – 17/2023 – CG

No dia 18 de abril 2023, a 1ª Vice-Presidência publicou a Portaria nº VP1-17/2023-CG para tratar sobre a situação transitória de inconsistências do PJE e remessa dos feitos oriundos do 1º Grau diretamente às Secretarias de Câmara.

A íntegra da Portaria pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/portaria-no-vp1-17-2023-cg/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3.314, disponibilizado em 18 de abril de 2023.

4. PORTARIA Nº VP1 – 29/2023 – CG

No dia 29 de junho de 2023, a 1ª Vice-Presidência publicou a Portaria nº VP1-29/2023-CG para tratar da emissão de Certidão da Diretoria de Distribuição do 2º Grau, visando atender aos pedidos de restituição de custas pagas por meio do Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial.

A íntegra da Portaria pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/portaria-no-vp1-29-2023-cg-de-27-de-junho-de-2023/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3.361, disponibilizado em 29 de junho de 2023.

Cabe salientar que, além das Portarias acima elencadas, a 1ª Vice-Presidência ainda publica, semanalmente, as Portarias referentes ao Plantão Judiciário de 2º Grau, de forma a dar publicidade aos Advogados, aos Defensores Públicos, aos Representantes do Ministério Público e ao público em geral, acerca da escala de plantão, conforme disposto na Resolução TJBA n. 15/2019.

ATOS NORMATIVOS

1. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 03

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 31 de março de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 03 que estabeleceu novas diretrizes para a retomada das atividades presenciais do PJBA, durante a emergência de saúde pública causada pela COVID-19, além de outras providências.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-3-de-17-de-marco-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3069, disponibilizado em 31 de março de 2022.

2. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 06

A Mesa Diretora do TJBA editou, em 27 de abril de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 06 que alterou a redação do art. 11 do Ato Conjunto n. 03, para facultar o uso de máscaras nas dependências do Poder Judiciário do Estado da Bahia, respeitando os protocolos sanitários já previamente estabelecidos.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-06-de-26-de-abril-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3084, disponibilizado em 27 de abril de 2022.

3. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 07

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 2 de junho de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 07 que regulamentou o Juízo 100% Digital no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, nos moldes da Resolução nº 345 do CNJ, além de outras providências.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-07-de-1o-de-junho-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3110, disponibilizado em 2 de junho de 2022.

4. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 10

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 14 de junho de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 10 que dispõe sobre a implantação do Núcleo de Justiça 4.0, em apoio às Unidades Judiciais no âmbito do TJBA, além de outras providências.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-10-de-13-de-junho-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3118, disponibilizado em 14 de junho de 2022.

5. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 11

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 27 de junho de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 11 que disciplina o inventário patrimonial do Poder Judiciário do Estado da Bahia, além de outras providências.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-11-de-22-de-junho-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3123, disponibilizado em 27 de junho de 2022.

6. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 15

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 19 de agosto de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 15 que estabelece a tramitação exclusiva, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, dos processos disciplinares no Sistema PJECOR.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-15-de-16-de-agosto-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3160, disponibilizado em 19 de agosto de 2022.

7. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 19

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 9 de setembro de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 19 que modificou o Ato Normativo Conjunto n. 15 que estabelece a tramitação exclusiva, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, dos processos disciplinares no Sistema PJECOR, trazendo algumas modificações específicas em seus artigos.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-19-de-2-de-setembro-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3171, disponibilizado em 5 de setembro de 2022.

8. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 23

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 4 de novembro de 2022, o Ato Normativo Conjunto n. 23 que modificou o Ato Normativo Conjunto n. 01/2019, visando estabelecer novos parâmetros para o recebimento da gratificação de substituição pelos Magistrados.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-conjunto-no-23-de-03-de-novembro-de-2022/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3212, disponibilizado em 4 de novembro de 2022.

9. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 02/2023

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 2 de fevereiro de 2023, o Ato Normativo Conjunto n. 02 que estabelece as providências necessárias ao cumprimento do acórdão proferido no Procedimento de Controle Administrativo n. 0002260-11.2022.2.00.0000, pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça, bem como da Resolução CNJ n. 481, de 22 de novembro de 2022.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-no-02-de-02-de-fevereiro-de-2023/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3269, disponibilizado em 3 de fevereiro de 2023.

10. ATO NORMATIVO CONJUNTO N. 12/2023

A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia editou, em 19 de maio de 2023, o Ato Normativo Conjunto n. 12 que dispõe sobre o fluxo para cumprimento das decisões de competência privativa da Presidência proferidas fora do horário de expediente forense regular.

A íntegra do Ato Conjunto pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ato-normativo-conjunto-n-12/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3336, disponibilizado em 22 de maio de 2023.

ORDEM DE SERVIÇO

1. ORDEM DE SERVIÇO VP1- 01 /2022-DD2G

A 1ª Vice-Presidente, Desembargadora Gardênia Pereira Duarte, no uso de suas atribuições legais e jurisdicionais, editou a Ordem de Serviço nº VP1- 01/2022-DD2G em 3 de maio de 2022, a fim de regulamentar os prazos de distribuição, redistribuição e cumprimento de decisões pela Diretoria de Distribuição do 2º Grau.

A íntegra da Ordem de Serviço pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/ordem-de-servico-vp1-01-2022-dd2g/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3088, disponibilizado em 3 de maio de 2022.

2. ORDEM DE SERVIÇO VP1- 02/2022-DD2G

Em 1º de setembro de 2022, a 1ª Vice-Presidente editou a Ordem de Serviço VP1 – 02/2022 – DD2G, para disciplinar o funcionamento do posto descentralizado da Diretoria de Distribuição do 2º Grau, localizado no Fórum Ruy Barbosa, revogando a ordem de serviço VP1 01/2017-SG. A íntegra da Ordem de Serviço pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ordem-de-servico-vp1-02-2022-dd2g/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3169, disponibilizado em 1º de setembro de 2022.

3. ORDEM DE SERVIÇO VP1- 03/2022-DD2G

A 1ª Vice-Presidente, Desembargadora Gardênia Pereira Duarte, no uso de suas atribuições legais e jurisdicionais, editou, em 7 de outubro de 2022, a Ordem de Serviço VP1- 03/2022-DD2G, dispondo sobre as hipóteses de redistribuição automática dos processos de competência privativa de membro efetivo.

A íntegra da Ordem de Serviço pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ordem-de-servico-vp1-03-2022-dd2g/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3194, disponibilizado em 7 de outubro de 2022.

4. ORDEM DE SERVIÇO VP1- 01 /2023-DD2G

A 1ª Vice-Presidente, Desembargadora Gardênia Pereira Duarte, no uso de suas atribuições legais e jurisdicionais, editou, em 23 de agosto de 2023, a Ordem de Serviço VP1- 01/2023-DD2G, disciplinando a desativação do posto descentralizado da Diretoria de Distribuição do 2º Grau, localizado no Fórum Ruy Barbosa, revogando a ordem de serviço VP1 02/2022. DATA DE PUBLICAÇÃO: Diário n. 3.399 de 23 de agosto de 2023.

A íntegra da Ordem de Serviço pode ser encontrada no site da 1ª Vice-Presidência, por meio do link http://primeiravice.tjba.jus.br/primeiravice/ordem-de-servico-vp1-01-2023-dd2g/ ou do Diário de Justiça Eletrônico n. 3399, disponibilizado em 23 de agosto de 2023.

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

1. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E JULGADOS PELA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Durante o período de 07/02/2022 a 31/12/2022, foram distribuídos à 1ª Vice-Presidência 87 (oitenta e sete) processos, na sua maioria, tratando de Conflito de Competência e Dúvida Regimental.

No ano de 2022, entre janeiro e dezembro, foram julgados 77 (setenta e sete) processos oriundos do PJE, conforme dados obtidos a partir do Sistema EXAUDI.

Já no ano de 2023, até o mês de novembro, foram julgados 23 (vinte e três) processos oriundos do PJE, tendo um total de 163 (cento e sessenta e três) processos em andamento.

Acervo

Situação	Processo	Recurso	Total
Em Andamento	160	3	163
Suspenso	0	0	0
Em Grau de Recurso	0	0	0
Julgado	23	0	23
Total	183	3	186

Com vistas a garantir a agilidade da tramitação dos feitos, a 1ª Vice-Presidência estabeleceu rigoroso controle de prazos e metas para os processos judiciais e administrativos recebidos no Gabinete, respeitando-se os indicadores definidos pela gestão, com monitoramento mensal.

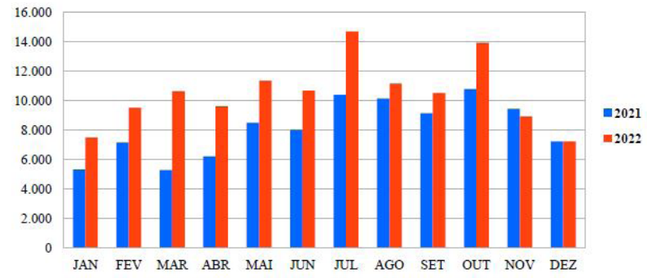
2. PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO 2º GRAU

Um balanço das atividades judiciárias, referentes ao ano de 2022, revelou que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) recebeu um total de 125.716 processos, o que representa 29% de aumento em comparação com o ano de 2021.

No ano de 2023, os números dos processos distribuídos continuaram subindo e, até o mês de outubro, em comparação ao ano anterior, já se pode notar o aumento de 12,18%, com 122.897 processos já distribuídos.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	CONSOLIDADO DO ANO
2021	5.339	7.168	5.304	6.230	8.489	8.023	10.397	10.151	9.139	10.783	9.451	7.241	97.715
2022	7.511	9.507	10.639	9.595	11.347	10.686	14.694	11.146	10.513	13.917	8.926	7.235	125.716

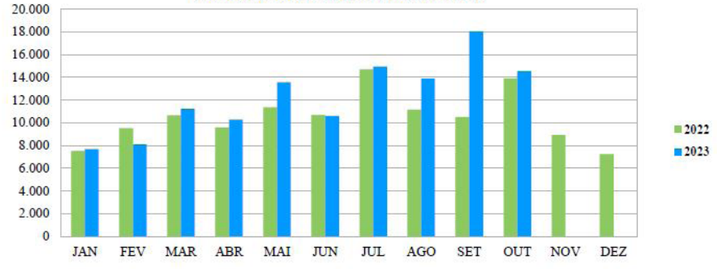
QUADRO COMPARATIVO PERÍODO - 2021/2022
Processos distribuídos e redistribuídos



COMPARATIVO ACUMULADO		
JANEIRO/DEZEMBRO 2021	97.715	OBSERVAÇÕES
JANEIRO/DEZEMBRO 2022	126.010	AUMENTO DE 29% (VINTE E NOVE POR CENTO) EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR.

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	CONSOLIDADO DO ANO
2022	7.511	9.507	10.639	9.595	11.347	10.686	14.694	11.146	10.513	13.917	8.926	7.235	125.716
2023	7.677	8.095	11.227	10.280	13.559	10.598	14.942	13.889	18.059	14.571			122.897

QUADRO COMPARATIVO PERÍODO - 2022/2023
Processos distribuídos e redistribuídos



COMPARATIVO ACUMULADO		
JANEIRO A OUTUBRO DE 2022	109.555	OBSERVAÇÕES
JANEIRO A OUTUBRO DE 2023	122.897	Aumento de 12,18% em relação ao mesmo período do ano anterior

A estatística apresenta dados obtidos a partir do Sistema EXAUDI e estes são informados, mensalmente, ao público externo, pela 1ª Vice-Presidência, mediante a publicação no Diário de Justiça Eletrônico dos avisos mensais de quantitativo de processos distribuídos nos Sistemas Judiciais.

3. PROCESSOS RECEBIDOS NO PLANTÃO DE 2º GRAU

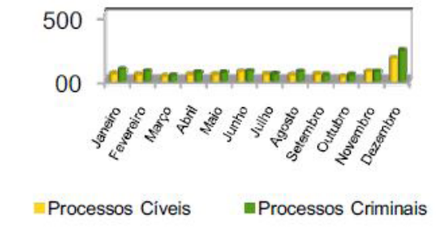
No período de 1º/01/2022 a 31/12/2022, foram recepcionados 1.499 (mil quatrocentos e noventa e nove) processos pelo Plantão Judiciário do 2º Grau, sendo 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) cíveis e 845 (oitocentos e quarenta e cinco) criminais.

2022

Quantitativo de Processos Recebidos (ÁREA)

Mês	Processos Cíveis	Processos Criminais
Janeiro	48	80
Fevereiro	43	68
Março	30	35
Abril	42	57
Maio	42	56
Junho	64	69
Julho	45	47
Agosto	37	64
Setembro	46	38
Outubro	29	40
Novembro	64	65
Dezembro	164	226
Total	654	845

Quantitativo de Processos Distribuídos Cíveis e Criminais



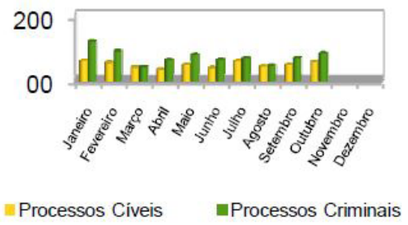
Já no ano de 2023, com dados extraídos até o mês de outubro, foram distribuídos 1.193 (mil cento e noventa e três) processos no Plantão Judiciário de 2º Grau, sendo 476 (quatrocentos e setenta e seis) cíveis e 717 (setecentos e dezessete) criminais.

2023

Quantitativo de Processos Recebidos (ÁREA)

Mês	Processos Cíveis	Processos Criminais
Janeiro	60	119
Fevereiro	54	90
Março	39	41
Abril	33	62
Maio	47	78
Junho	37	63
Julho	59	68
Agosto	43	45
Setembro	47	68
Outubro	57	83
Novembro		
Dezembro		
Total	476	717

Quantitativo de Processos Distribuídos Cíveis e Criminais



As informações acerca do quantitativo e a classe dos processos recepcionados no Plantão Judiciário do 2º Grau, nos âmbitos cível e criminal, podem ser encontrados, de forma mais detalhada, nos avisos publicados mensalmente pela 1ª Vice-Presidente, Desa. Gardênia Pereira Duarte, no Diário Oficial e que podem ser encontrados, também, no site da 1ª Vice-Presidência.

PROJETOS INSTITUCIONAIS

1. PROJETO CARDS INFORMATIVOS DD2G

A 1ª Vice-Presidência, no mês de abril de 2022, lançou o Projeto de Cards Informativos para divulgação e maior circulação das matérias relacionadas à Distribuição do 2º Grau, tanto para o público externo quanto para os servidores da justiça. O projeto foi idealizado pela servidora Mariana Guimarães Nunes, à época Diretora de Distribuição do 2º Grau.

Os cards foram lançados semanalmente, contando com informações e dicas práticas diferentes toda semana sobre a distribuição, a emissão de certidões e os temas correlatos.

O primeiro card divulgado foi direcionado aos servidores e visou informar sobre a forma correta de envio de conflitos de competência no âmbito cível e de agravos em execução, no âmbito criminal. Foi esclarecido que estes devem ser enviados por meio do malote digital; já as classes recursais devem ser enviadas pelo Sistema PJE.

O primeiro card informativo auxiliou, ainda, os advogados no cadastramento correto das classes originárias diretamente no Sistema PJE.

Depois dele, diversos outros cards foram publicados no site da 1ª Vice-Presidência (http://primeiravice.tjba.jus.br/cards-informativos-dd2g/), ao longo de todo o ano de 2022. Atualmente, somam-se 33 cards, sempre trazendo temas relevantes para auxílio dos serventuários da justiça e dos advogados.

Destaco, por fim, que a iniciativa foi divulgada, amplamente, dentro do PJBA por meio da Assessoria de Comunicação. E, ao público externo, foi feita por meio de Ofícios Circulares à OAB/BA, à DPE/BA e ao MPBA. Assim, podemos constatar que tal iniciativa apresentou resultados positivos desde o seu lançamento.

2. PROJETO CANAL DE ATENDIMENTO DO PLANTÃO JUDICIÁRIO DE 2º GRAU

Na busca contínua por melhorias na prestação jurisdicional, a 1ª Vice-Presidência implementou mais um canal de comunicação para atendimento das partes, dos(as) advogados(as) e dos magistrados(as) no Plantão Judiciário de 2º Grau.

Seguindo a linha da modernização desses canais e procurando sempre mais facilidade e celeridade do atendimento público ao TJBA, foi inaugurado, no dia 13 de abril de 2022, o contato com o Plantão Judiciário de 2º Grau, via Whatsapp, pelo número (71) 3372-5610.

Além do novo canal de comunicação, o Plantão Judiciário do 2º Grau conta, também, com os canais já existentes, realizando atendimentos via telefone e fax, além do balcão virtual.

3. PROJETO MÓDULO ELETRÔNICO PARA PESQUISA DE PREVENÇÃO INTEGRADA

A 1ª Vice-Presidência encaminhou à Secretaria da Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM) solicitação de colaboração na execução de projeto para o desenvolvimento do módulo eletrônico para pesquisa de prevenção integrada. Este conta com auxílio de inteligência artificial, objetivando, em prima facie, automatizar a rotina de pesquisa relacionada às atividades da Diretoria de Distribuição do 2º Grau.

Para efetivação da iniciativa, faz-se necessária a prioritária designação de um corpo técnico da SETIM responsável por desenvolver e acompanhar o projeto.

Destaco, por fim, que esse projeto tem suas bases nas regras gerais já catalogadas no Sistema SIMPED que, todavia, não funcionou a contento. Este operou com lentidão e falhas constantes.

O projeto em andamento visa atender à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, decorrente do Processo de Inspeção n. 0006607.91.2019.2.00.0000. Contudo, ainda não foi desenvolvido e aguarda mais providências para sua conclusão.

4. PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE LINHA SUCESSÓRIA

Objetivando a melhoria dos sistemas sob a coordenação da 1ª Vice-Presidência e sempre procurando aprimorar o trabalho realizado, foi requisitada, em reunião realizada em 4 de abril de 2022 com a Coordenação de Sistemas (COSIS), a implantação de ferramentas novas de melhorias e atualizações necessárias para melhor funcionamento do Sistema de Linha Sucessória.

A reunião contou com a presença do Juiz Assessor Especial Humberto Nogueira; da Chefe de Gabinete e da Assessora Administrativa da 1ª Vice-Presidência, à época, Elaine Verônica Domingues e Daniela Moreira; do servidor Alex Carvalho, da COSIS; e do analista Cláudio Nogueira, da SOLUTIS.

Após essa data, diversas outras reuniões foram realizadas, culminando na atualização do Sistema de Linha Sucessória no segundo semestre de 2022.

As atualizações permitiram a inclusão do tipo de provimento do magistrado, se interino ou efetivo, que, até então, não existia, além da extração de relatório específico das vagas efetivamente preenchidas. Além disso, houve uma padronização das justificativas utilizadas, facilitando a leitura e a compreensão pelo público externo e interno do PJBA.

O Sistema de Linha Sucessória foi iniciado na gestão 2016-2018 com o objetivo de criar um banco de dados fidedigno acerca da composição, atual e antecedente, do órgão plenário e fracionários que compõem o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. As informações existentes são valiosas para a consulta do público externo e interno do PJBA, contendo, inclusive, datas e justificativas acerca da composição do Tribunal.

5. PROJETO “GESTÃO À VISTA”

Na semana em que completou 100 (cem) dias do início da gestão como 1ª Vice-Presidente do PJBA, a Desembargadora Gardênia Pereira Duarte lançou o quadro “Gestão à vista”, de forma virtual, com vistas a divulgar, periodicamente, informações sobre as atividades da unidade.

Ao fazer um balanço sobre os 100 (cem) dias da gestão, a 1ª Vice-Presidente afirmou que as decisões têm sido tomadas de forma ágil e eficiente. Essa celeridade só foi possível em razão do acompanhamento das metas e dos indicadores da unidade e, por fim, do mapeamento dos processos de trabalho. Tais fatos proporcionaram uma transição segura e eficiente entre as gestões.

Os resultados positivos alcançados advêm do engajamento de todos os servidores, colaboradores e estagiários da unidade, cujo comprometimento é realizado diariamente com o alcance das metas propostas, sem se distanciar do bem-estar organizacional e das relações interpessoais.

“Nosso compromisso é manter a eficiência da unidade e trabalhar com afinco para a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação dos usuários”, declarou, à época, a Desembargadora.

No quadro de gestão à vista, é possível acompanhar, com transparência, os números da distribuição, os índices de cumprimento de prazos e regularidade, bem como os projetos e os atos normativos editados.

6. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA DISTRIBUIÇÃO DE 2º GRAU (DD2G)

Em atenção à necessidade de padronizar a rotina de cadastramento e retificação dos cadastros processuais no âmbito desta Corte de Justiça, nos moldes da Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, a Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G), em conjunto com a Diretoria de Primeiro Grau (DPG), realizou a ação de capacitação de seus servidores no dia 6 de junho de 2022. Tal iniciativa foi desenvolvida em parceria com a Universidade Corporativa (Unicorp), do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA).

A capacitação teve como público-alvo servidores, estagiários e colaboradores terceirizados lotados na Diretoria de Primeiro Grau (DPG) e na Diretoria de Distribuição do Segundo Grau (DD2G). Quem coordenou, à época, foi a Diretora de Segundo Grau, Mariana Guimarães Nunes Pires (DD2G), e a servidora da Diretoria de Primeiro Grau, Juliana Ramos Pinheiro.

Durante a ação, foi desenvolvida a exposição sobre cadastramento das principais classes de processos cíveis de jurisdição voluntária e contenciosa, além de processos criminais de iniciativa pública e de iniciativa privada ou subsidiária. Além disso, buscou-se capacitar os servidores sobre a distinção de classes cíveis e criminais nos processos oriundos das Varas da Infância e Juventude, bem como a apresentação do procedimento para conferência de documentos em processos migrados para o Sistema PJE destinado à validação dos autos digitais.

Em 2023, realizou-se nova capacitação dos servidores da Distribuição do 2º Grau, dividindo-se o setor em 4 (quatro) equipes para melhor aproveitamento do conteúdo ministrado. A capacitação ocorreu entre os dias 15 e 30 de março de 2023.

O novo programa de capacitação consistiu no treinamento dos servidores que executam as atividades do tombamento, da triagem e do balcão de atendimento, tendo por foco os seguintes assuntos: matriz de autoridade e responsabilidade; acessos aos sistemas administrativos e judiciais; critérios objetivos da triagem; controle da produtividade individual e diária da unidade; apresentação das classes judiciais e dos assuntos, conforme a tabela do CNJ; cadastro de dados iniciais, cadastro de partes, advogados e procuradores; considerações sobre o processo referência; não conformidades comuns ao procedimento de triagem; e testes e simulações de triagem de processos específicos.

7. REFORMA DA DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU

Visando à melhoria das instalações da Diretoria de Distribuição do 2º Grau – UNIDADE PROTOCOLO, DISTRIBUIÇÃO E EXPEDIÇÃO – para seu melhor funcionamento, foi realizada reforma estrutural, elétrica, ponto de rede, telefonia e mobiliário, no período compreendido entre 13/06/2022 e 22/06/2022. Tal reforma só foi possível em razão do projeto de expansão da biblioteca e consequente readequação da unidade física, após a virtualização dos processos no âmbito do 2º Grau.

Durante todo o período de reforma, a DD2G funcionou em regime de teletrabalho, restando assegurada a regularidade dos prazos de distribuição e redistribuição, bem como o funcionamento de todos os canais de atendimento remoto nesse tempo.

8. AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PELA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU

Pensando no uso sustentável de materiais e serviços, a 1ª Vice-Presidência, por meio da Diretoria de Distribuição de 2º Grau (DD2G), adotou, em 2022, medidas no sentido de investir em mudanças de atitudes e comportamento.

Assim, atendendo às políticas do Plano de Logística Sustentável do PJBA, a Diretoria de Distribuição de 2º Grau (DD2G) solicitou a devolução de 19 (dezenove) impressoras subutilizadas na unidade.

A implantação dos processos eletrônicos gerou uma drástica redução na impressão de documentos. Essa prática alinha-se ao esforço mundial pela preservação do meio ambiente, com o uso eficiente e consciente de papel, que vem sendo seguido pela unidade.

9. PROJETO CANAL DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO DO 2º GRAU

Para ampliar os canais de acesso ao público externo, a 1ª Vice-Presidência, por meio da Diretoria de Distribuição do 2º Grau (DD2G), implementou o atendimento via aplicativo de mensagens *WhatsApp Business*. A nova ferramenta de contato passou a funcionar a partir do dia 21 de outubro de 2022.

Os atendimentos por WhatsApp ocorrem de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no período das 8h às 18h, por ordem de chegada das mensagens e o número de contato é o (71) 3372-5694.

Além do novo canal de comunicação, a DD2G conta, também, com os canais já existentes, realizando atendimentos via telefone e fax, além do balcão virtual.

10. ATUALIZAÇÃO DA PÁGINA DE PORTARIAS (ATOS NORMATIVOS) COM AS PORTARIAS DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA DESDE 2018

A 1ª Vice-Presidência atualizou o site do PJBA, em maio de 2023, com todas as Portarias publicadas pelo setor desde 2018. Tal atualização foi essencial para a transparência do Tribunal, sendo reconhecido pelo CNJ com o prêmio de primeiro lugar no ranking de transparência entre Tribunais Estaduais.

O CNJ avalia a transparência dos Tribunais, em seus sites institucionais, com diversos critérios, dentre eles destacamos a publicação de Portarias e demais Atos Administrativos.

Por fim, destaco que o trabalho realizado contou com a cooperação da Chefia de Gabinete e Assessoria Administrativa da 1ª Vice-Presidência e pode ser consultado na página do TJBA, na aba *legislação – atos normativos – portarias*.

11. SISTEMA DE PRÉ-TRIAGEM DE PROCESSOS DD2G

Durante o ano de 2023, foi detectada, pela 1ª Vice-Presidência e pela Diretoria de Distribuição do 2º Grau, a ocorrência de duplicação/triplicação de processos em trâmite no 2º Grau. Essa questão tem sido devidamente apurada e, em primeiro momento, teve a conclusão de inocorrência de erro humano, mas de erro de sistema.

Desde o princípio, a DD2G promoveu a abertura de chamados junto ao Service Desk sempre que se deparou com eventos dessa natureza.

Assim, a fim de tentar minimizar as ocorrências, tendo em vista que os processos duplicados poderiam gerar decisões conflitantes, foi aberto o processo administrativo TJ-ADM-2023/05489 e foi desenvolvida rotina de pré-triagem dos processos distribuídos em 2º Grau, por meio de um sistema monitorado por servidores da DD2G.

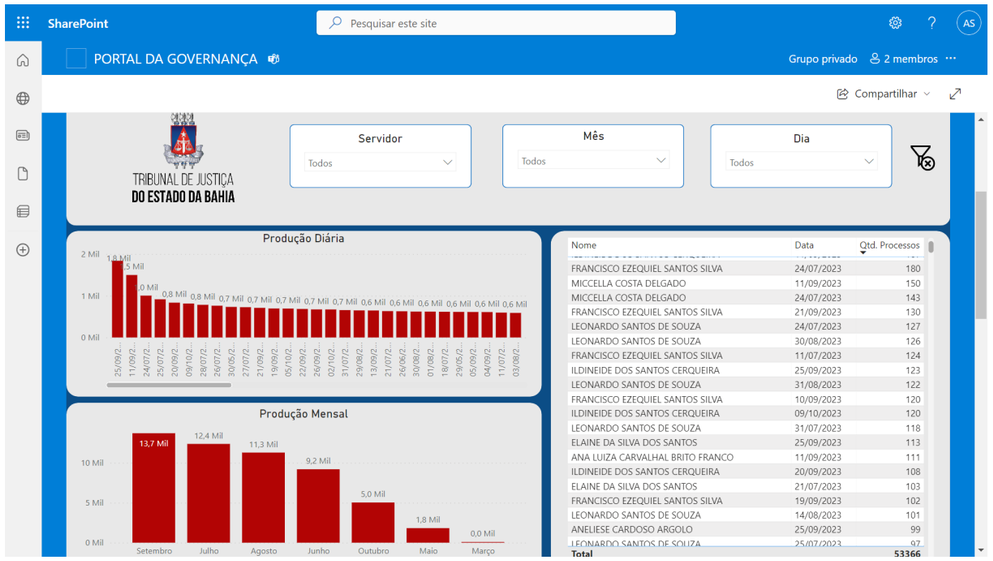
No mês de outubro de 2023, a SETIM/CSJUD implementou correção no Sistema PJE para evitar a duplicação/triplicação de processo. A presente correção encontra-se em período de avaliação.

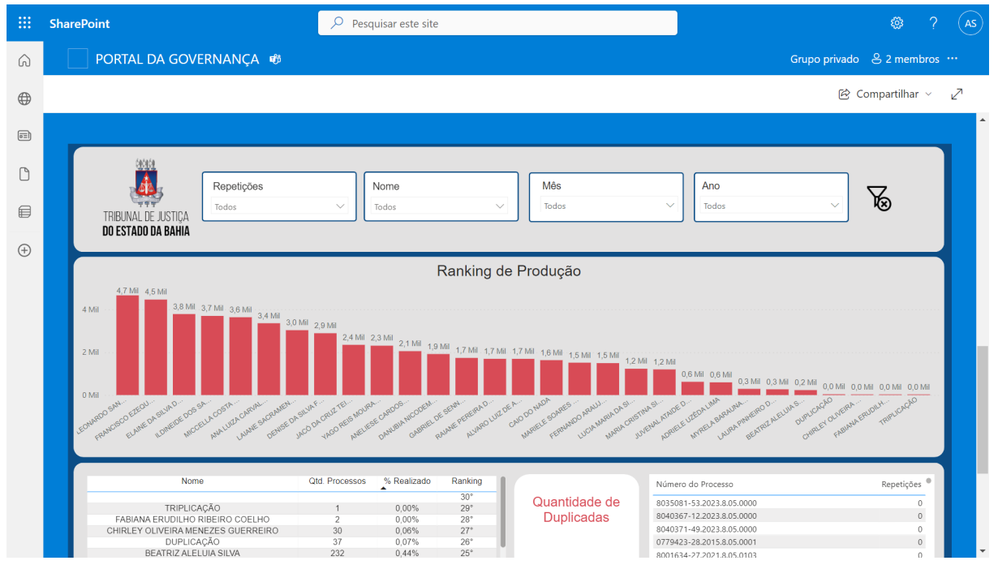
12. SISTEMA DE PRODUTIVIDADE DD2G

Em janeiro de 2023, os colaboradores da Diretoria de Distribuição do 2º Grau passaram, a pedido do Diretor, a lançar os atos praticados por eles em planilhas de EXCEL diariamente, como forma de controlar produtividade e processos distribuídos pela DD2G. Contudo, percebeu-se a necessidade de melhoria desse sistema, uma vez que o controle em planilhas avulsas não era o ideal.

Assim, a SETIM/DGT (Diretoria de Governança e Tecnologia) desenvolveu, em 29 de maio de 2023, o sistema de controle de produtividade da Diretoria de Distribuição de 2º Grau. Idealizado pela 1ª Vice-Presidência em parceria com o Diretor de Distribuição de 2º Grau, o sistema visa apresentar números cada vez mais precisos acerca dos processos distribuídos e redistribuídos no TJBA.

Hoje, é possível o rastreamento do quantitativo dos processos distribuídos diariamente, embora o sistema ainda tenha melhorias para serem implementadas.





13. MEDIDAS PARA SANAR ERROS DO EXAUDI

Durante o ano de 2023, a 1ª Vice-Presidência detectou alguns erros que vinham ocorrendo no Sistema EXAUDI, sistema utilizado pelo PJBA para contabilizar os números dos processos geridos por cada setor/gabinete do Tribunal.

Dentre outras questões, os números extraídos do sistema para a distribuição e a redistribuição de processos para os Desembargadores estavam equivocados, assim como o número total de processos distribuídos no 2º Grau, destacando-se que o erro foi percebido com o monitoramento diário dos processos distribuídos pela DD2G, por meio de anotação manual de todos os números dos feitos distribuídos pelos servidores.

Assim, desde que foi detectado o erro, a 1ª Vice-Presidência tem tentado, junto aos órgãos responsáveis, sanar os erros apresentados. Para isso, foram criados os SIGAs TJ-ADM-2023/25592 e TJ-ADM-2023/19267 e o processo n. 0001547-12.2013.2.00.0805, em trâmite no PJECOR. Salienta-se que, por vários meses, o Sistema EXAUDI apresentou, aparentemente, números inferiores de processos distribuídos e, no mês de setembro, o mesmo sistema indicou a distribuição de mais de 1000 (mil) processos distribuídos em divergência aos números apurados diariamente pela DD2G.

Diante do exposto, informa-se que o setor continua, até o presente momento, envidando esforços para sanar tais questões e continuar a fazer um trabalho transparente e de qualidade para o PJBA.

14. SISTEMA DE CERTIDÕES DO 2º GRAU

Em 2023, houve a atualização do Sistema de Certidões do 2º Grau pelo Portal do TJBA, https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/, a exemplo do que acontece com as Certidões do 1º Grau, o que culminou com o abandono da utilização da emissão de certidões, mediante rotina no E-SAJ do 2º Grau.

Atualmente, o sistema está atualizado e o pessoal da Diretoria de Distribuição do 2º Grau treinado para utilizá-lo.

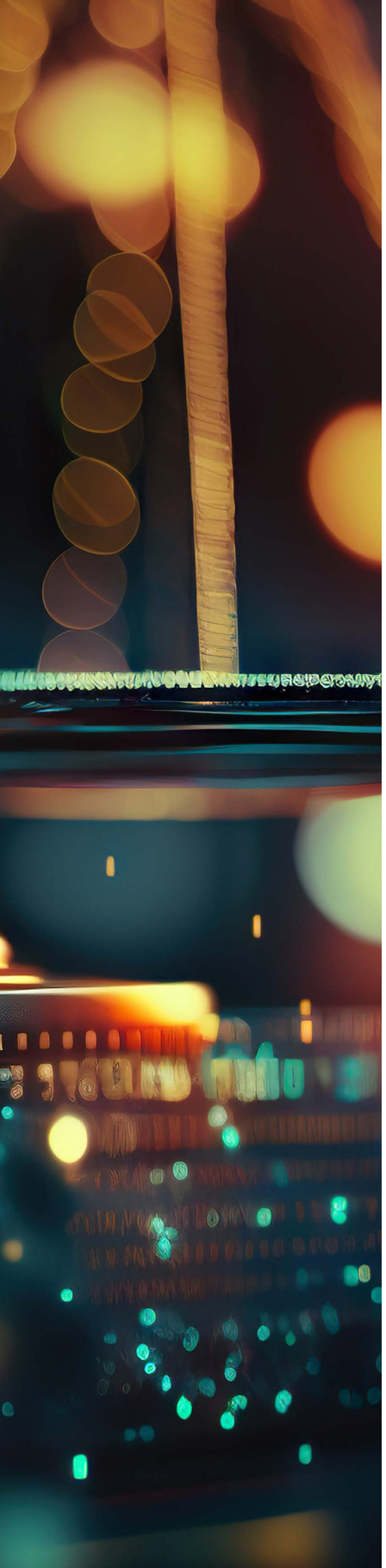
CONCLUSÃO

O presente relatório apresentou, de forma sucinta, as realizações, os projetos e os resultados obtidos nesses 2 (dois) anos de gestão. Portanto, apresentamos, com grande satisfação, esses dados e, pelos números declarados, temos a certeza de que o trabalho da 1ª Vice-Presidência impactou, positivamente, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o povo baiano.

Convém destacar, ainda, que sempre foram priorizados, por esta gestão, o atendimento humanizado e a celeridade na solução das demandas apresentadas. Além de um dever, tendo em vista a grande importância da missão que nos foi atribuída, é um direito de todos ter um atendimento diligente e uma solução satisfatória de suas pretensões.

Apesar de difíceis a quantificação e a apresentação em números, é oportuno destacar que esta gestão se pautou, também, pelo respeito e pelo cuidado com as tarefas que nos foram atribuídas. Concluímos a gestão com a certeza de que trabalhamos com seriedade e dedicação para tornar o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia cada vez melhor.

Desembargadora GARDÊNIA PEREIRA DUARTE
1ª Vice-Presidente



2ª VICE-PRESIDÊNCIA

É com grande honra e satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, referente ao biênio 2022/2024.

Durante esses dois anos de administração, buscamos, incessantemente, fortalecer e aprimorar o funcionamento desta instância judiciária, no sentido de contribuir para o desenvolvimento do Poder Judiciário em nosso Estado.

A 2ª Vice-Presidência é um órgão que desempenha papel de importância na construção de uma justiça célere e eficaz. Com a soma dos esforços de uma equipe coesa e colaborativa, composta por dedicados servidores, estagiários e demais colaboradores, foi possível avançar significativamente rumo à excelência na prestação jurisdicional.

O comprometimento conjunto, neste particular, foi crucial para o sucesso das iniciativas implementadas ao longo do período de gestão, refletindo o espírito de equipe e a busca constante pelo aperfeiçoamento das rotinas e dos processos de trabalho.

Nossos sinceros agradecimentos se estendem, ainda, a todos os setores administrativos do Tribunal de Justiça que contribuíram para o alcance dos nossos objetivos.

Não podemos deixar de reconhecer a colaboração valiosa de autoridades de outros estados, que compartilharam, generosamente, suas expertises, enriquecendo o ambiente de aprendizado e promovendo o intercâmbio de boas práticas.

Por derradeiro, expressamos nossos sinceros agradecimentos ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, cujo apoio indelével foi fundamental para a realização de nossos objetivos.

Ao encerrar este ciclo de gestão, reiteramos nosso compromisso contínuo com a excelência, buscando contribuir, incansavelmente, para a construção de um sistema judiciário mais justo, ágil e alinhado com as demandas da sociedade. Estamos confiantes de que os resultados alcançados, durante esse período, pavimentarão o caminho para um futuro ainda mais promissor para o Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Cordiais saudações,

DESEMBARGADORA MÁRCIA BORGES FARIA
2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Biênio 2022/2024

COMPOSIÇÃO

2a Vice-Presidente
Desembargadora Márcia Borges Faria

Juiz Assessor Especial da 2ª Vice-Presidência
Freddy Carvalho Pitta Lima

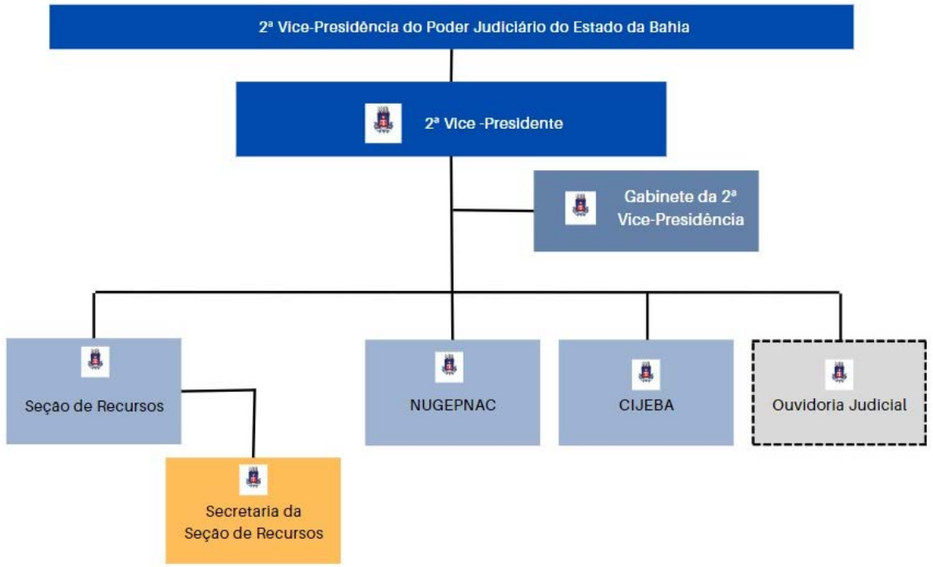
Chefe de Gabinete
Júlia Silveira Spínola da Cunha

Diretor da Secretaria da Seção de Recursos
Rafael Barros Silva de Pedreira Barbosa

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC)
Líbia Maria Almeida de Andrade Figueiredo Lima

Centro de Inteligência do Poder Judiciário da Bahia (CIJEBA)
Juliane Nunes do Nascimento

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Observação: *a Ouvidoria Judicial foi desvinculada da 2ª Vice-Presidência em outubro de 2022, conforme* **Emenda Regimental nº. 10/2022**, *publicada em* **26/10/2022**.

VISÃO

Ser reconhecida perante a sociedade pela excelência, pela agilidade e pela eficiência na análise e no julgamento dos recursos e dos incidentes afetos ao juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais, apresentando resultados que importem no aumento da produtividade e da qualidade dos serviços ofertados aos jurisdicionados do Estado da Bahia.

MISSÃO

Processar e julgar a admissibilidade dos recursos de competência dos Tribunais Superiores, respectivos agravos e eventuais incidentes processuais, uniformizar e gerenciar os procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da sistemática da repercussão geral, do julgamento de recursos repetitivos e incidentes de assunção de competência e auxiliar na gestão de processos sobrestados, garantindo-se uma prestação jurisdicional racional, ágil e efetiva.

ATRIBUTOS DE VALOR

Agilidade, Credibilidade, Eficiência, Ética, Imparcialidade, Inovação, Segurança Jurídica, Responsabilização, Transparência e Sustentabilidade.

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

Gráfico 01

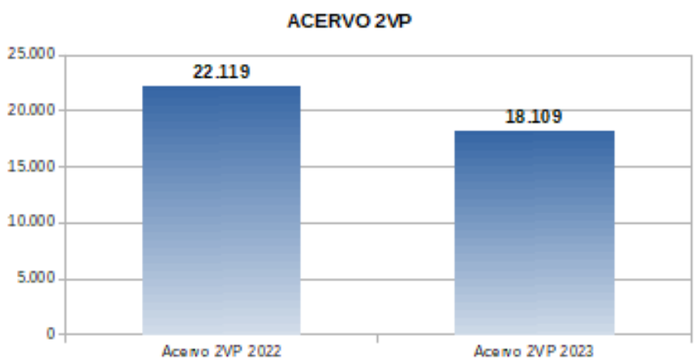


Gráfico 02

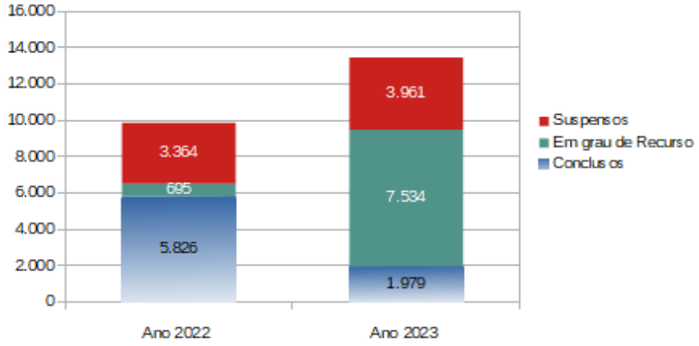


Gráfico 03

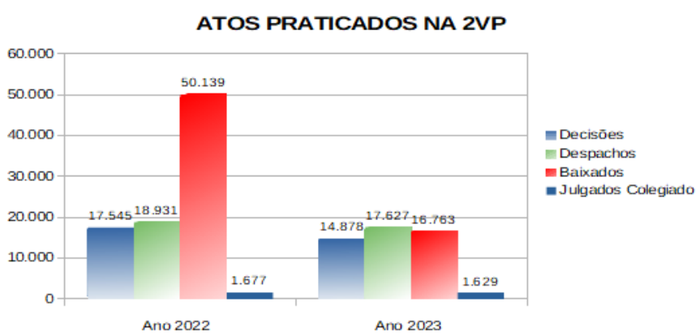
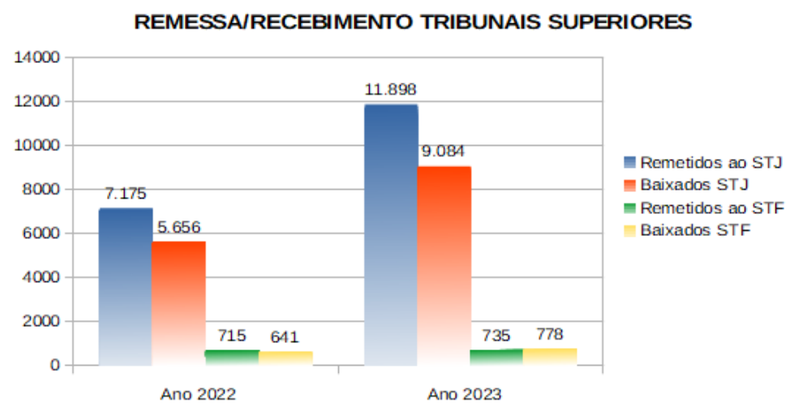


Gráfico 04



Observações:

- Gráfico 01 (ACERVO 2VP): * Certidão Exaudi n. 2845 – Extraída em 08 de setembro de 2022. ** Certidão Exaudi nº 4073 – Extraída em 1º de setembro de 2023.

- Gráfico 02 (SITUAÇÃO PROCESSOS 2VP): Processos Conclusos, Em grau de Recurso e Suspensos: Os dados apresentados correspondem a um recorte do acervo da 2ª Vice-Presidência em setembro de 2022 e setembro de 2023, para fins de comparação. Esses quantitativos são atualizados no Sistema Exaudi diariamente.

- Gráficos 03 e 04: Os dados apresentados de 2022 correspondem ao período de fevereiro a dezembro e do ano de 2023, de janeiro a outubro.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

1) INSPEÇÃO NA SECRETARIA ESPECIAL DA SEÇÃO DE RECURSOS

Em cumprimento à determinação da Excelentíssima Desembargadora Márcia Borges Faria, 2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, por meio da Portaria nº VP2 04/2022 – GA-B2VP, publicada no DJE do dia 09 de fevereiro de 2022, foi promovida a inspeção no âmbito da Seção de Recursos e Secretaria da Seção de Recursos, objetivando, prioritariamente, verificar o regular funcionamento das unidades; sanear as movimentações no acervo processual; averiguar o cumprimento dos prazos; examinar os livros e as pastas de arquivo; identificar os processos em carga além do prazo legal; aferir a adequação do quadro de pessoal; identificar os usuários e respectivos perfis de acesso aos sistemas judiciais e administrativos; e conferir as instalações, o mobiliário e demais equipamentos.

A inspeção ocorreu no período de 09 a 25 de fevereiro de 2022, sob a coordenação do Juiz Assessor Especial da 2ª Vice-Presidência, Dr. Freddy Carvalho Pitta Lima.

Resultados: com o esforço manejado pela equipe, foi realizado o trabalho de triagem dos processos conclusos na 2ª Vice-Presidência, a fim de otimizar a produtividade da Assessoria Jurídica da Seção de Recursos.

O relatório de Inspeção foi publicado no Portal da 2ª Vice-Presidência, no item Relatórios, dentro de Publicações.

2) INSPEÇÃO DO CNJ

No período compreendido entre 16 a 20 de maio de 2022, o Conselho Nacional de Justiça realizou mais uma inspeção em diversos Órgãos e Unidades do Tribunal de Justiça, inclusive na 2ª Vice-Presidência que recebeu as visitas do Desembargador Octávio Campos Fischer (TJ/PR) e da servidora Letícia Campos Guedes Ourives (TJ/MT), responsáveis pela identificação das condições de trabalho, do acervo e do modo de funcionamento dos Órgãos e das Unidades vinculadas à 2ª Vice-Presidência.

Na oportunidade, além de entrevistas e exame das respostas ao questionário, com foco no acervo, nos processos conclusos e no período necessário à prática dos respectivos atos, a equipe do CNJ utilizou o PJE 2º Grau e apurou as dificuldades relatadas, bem como as soluções propostas, a fim de tornar ainda mais eficiente o trabalho da 2ª Vice-Presidência.

Nesse sentido, discutiu-se a eventual consecução de um plano de ação, para a redução do acervo, com fixação de metas e objetivos claros, garantindo, assim, a análise mais rápida de recursos, bem como o encaminhamento aos Tribunais Superiores e a baixa dos feitos transitados em julgado.

Ainda, tratou-se da possibilidade de atualização do quadro de servidores da 2ª Vice-Presidência, além do uso de mecanismos de informática e ferramentas de inteligência artificial, com foco no gerenciamento de acervo e na prática de ações repetitivas e/ou gerais, que possam deixar o trabalho mais fluido e dinâmico.

Com efeito, foi vislumbrado espaço para o desenvolvimento de novas atividades e aperfeiçoamento do quanto já desempenhado pelo NUGEPNAC e pela Seção de Recursos, com o suporte da Secretaria, sempre com o intuito de melhorar a função jurisdicional no tocante ao juízo de admissibilidade dos recursos destinados aos Tribunais Superiores, aproximando a atuação do Judiciário da cidadania, com respostas diretas à população.

Além disso, a partir do quanto detectado na Inspeção, em caráter preliminar, a 2ª Vice-Presidência desenhou e tem adotado um conjunto de ações, no intuito de incrementar a sua prestação jurisdicional, bem como sua atuação junto à Administração Superior do Tribunal.

3) RACIONALIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

Diante da necessidade de enfrentar os processos conclusos há mais de 100 dias junto à 2ª Vice-Presidência, a Unidade estabeleceu um critério de especialização na distribuição dos processos junto aos assessores, identificando-os, não só por matérias e partes (maiores e mais frequentes litigantes, p.ex.), mas também por ordem de preferência legal, petições de desistências dos recursos, pendência de agravos internos e embargos de declaração, dentre outros critérios que possibilitassem a priorização de julgamento das demandas conforme indicação das Metas do CNJ.

A distribuição dos processos a cada assessor passou a ser realizada semanalmente, sendo adotado o critério de distribuir processos de matérias idênticas, ou que guardassem alguma semelhança entre si, inclusive quanto às partes litigantes, de modo a permitir, justamente, maior familiaridade com um universo mais restrito de temas, alcançando-se, assim, maior celeridade processual.

Resultados: mediante tal especialização, foi possível um incremento na celeridade e na qualidade da prestação jurisdicional, na medida em que permitiu um maior domínio e familiarização pelo assessor responsável em relação àquelas matérias mais comumente submetidas ao seu crivo para elaboração de minutas.

A eficácia e o êxito da nova estratégia se demonstram não apenas pela expressiva redução do número de processos conclusos há mais de 100 dias, como também pela superação em alta escala da meta de produtividade estabelecida pela gestão.

4) PLANO DE ENFRENTAMENTO DO ACERVO DE PROCESSOS CONCLUSOS HÁ MAIS DE 100 DIAS

Visando ao enfrentamento do grande número de processos submetidos à apreciação da 2ª Vice-Presidência deste Tribunal, sob a coordenação da Desembargadora Márcia Borges Faria, a Assessoria Jurídica elaborou um plano de atuação para a redução do acervo do órgão.

O referido plano abarcou, inicialmente, a análise e a elaboração de minutas nos processos que contavam com mais de 100 dias de conclusão junto ao órgão, conforme parâmetro adotado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Por ocasião da inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça junto ao TJBA, em 16 de maio de 2022, constatou-se a existência do quantitativo de 3.486 processos conclusos há mais de 100 dias junto à 2ª Vice-Presidência.

Resultados: observando-se os resultados que foram, à época, alcançados, destaca-se que, em 31 de agosto de 2022, pouco mais de 90 (noventa) dias após a inspeção do CNJ, lograram ser despachados, no período, quase 1.200 processos com data de conclusão superior a 100 dias.

A fila de processos da 2ª Vice-Presidência, conclusos há mais de 100 dias, foi reduzida a zero em janeiro de 2023, sendo adotada, desde então, a tarefa diária de acompanhamento da entrada de novos processos, bem como a promoção das diligências necessárias à tramitação destes.

5) PLANO DE ENFRENTAMENTO DO ACERVO DE PROCESSOS SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS

Durante o período de 19/04/2022 a 13/05/2022, foi delineado e implementado o Plano de Enfrentamento dos Processos de Expurgos Inflacionários, com o objetivo de organizar e garantir a realização do juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários interpostos nos processos que versavam sobre expurgos inflacionários.

No início dos trabalhos, havia um total de 990 processos de expurgos inflacionários conclusos, dentre os quais 580 tinham como parte ré o Banco Bradesco; e 410, o Banco do Brasil.

Durante o período, 04 estagiários de ensino superior fizeram a triagem de todos os processos, separando-os por temas e, em seguida, as respectivas minutas foram elaboradas pelos residentes jurídicos, com a subsequente revisão pela assessoria jurídica.

6) INCREMENTO NO QUADRO PESSOAL

Considerando o volumoso acervo deste Órgão julgador e em atendimento ao pedido promovido pela 2ª Vice-Presidente, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargador Nilson Castelo Branco, nomeou 05 (cinco) novos servidores efetivos na Seção de Recursos e na Secretaria da Seção de Recursos, unidades integrantes da 2ª Vice-Presidência.

7) PLANO DE METAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS NA SEÇÃO DE RECURSOS

Considerando o elevado número de processos distribuídos à 2ª Vice-Presidência, foi necessário estabelecer um plano de metas individuais e coletivas, para a equipe de Assessores Jurídicos da Seção de Recursos, a fim de equalizar a carga de trabalho e a cobrança de resultados por assessor.

Assim, as metas individuais e coletivas foram estabelecidas da seguinte forma:

Produtividade por Assessor	
Meta diária	08 processos
Meta mensal	160 processos

Produtividade do Setor	
Resultado mensal	2.400 processos

8) AÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDAS PELA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

Capacitação dos novos servidores da Seção de Recursos

Com o objetivo de nivelar o conhecimento entre os assessores jurídicos da Seção de Recursos, a 2ª Vice-Presidência promoveu uma ação educativa com carga horária de 04 horas, a fim de transmitir conhecimento sobre os tipos de recursos e os respectivos atos judiciais, as tarefas envolvidas no juízo de admissibilidade, os códigos da Tabela Processuais Unificadas a serem utilizados pelos assessores e entre outros assuntos.

Plano de capacitação do NUGEPNAC

Realização do Encontro com o NUGEPNAC, Curso “A Eficiência dos Precedentes Judiciais no STJ, compartilhado com o STJ, Curso “Repercussão Geral: origens, inovações e sua aplicação ao Supremo Tribunal Federal” e o Curso “Desvendando o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas”, ministrado pelo professor Marcelo Ornellas Marchiori, Secretário de Gestão de Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e Mestre em Direito, Regulação e Políticas Públicas pela Universidade de Brasília.

Capacitação dos servidores da Secretaria Especial de Recursos

Com o objetivo de incrementar a eficiência e aperfeiçoar a prestação jurisdicional, a Secretaria da Seção de Recursos adotou um modelo de treinamento constante dos servidores, dos colaboradores e dos estagiários, nos limites das atribuições e das possibilidades de cada um, desenvolvendo a versatilidade para que todos pudessem atuar nas diversas áreas demandadas pela Serventia.

Foram estabelecidas metas, disponibilizados manuais e ensinamentos práticos, com reuniões constantes de retorno das expectativas de cada um dos colaboradores.

9) IMPLEMENTAÇÃO DO BALCÃO VIRTUAL DA SEÇÃO DE RECURSOS

A 2ª Vice-Presidência promoveu a inclusão do Balcão Virtual da Seção de Recursos, com o objetivo de prestar informações acerca dos processos que tramitam na Unidade.

O canal de atendimento está disponível no Portal de Serviços PJBA On-line e no Portal da 2ª Vice-Presidência, sendo o seu funcionamento das 8h às 18h.

10) MELHORIAS NO PORTAL DA 2ª VICE-PRESIDÊNCIA

O Portal da 2ª Vice-Presidência veicula assuntos institucionais e está disponível no site do Tribunal de Justiça, no link http://www.tjba.jus.br/segundavice/. A página eletrônica, administrada pela Chefia de Gabinete, divulga informações úteis para magistrados, servidores, advogados e cidadãos, a exemplo de estrutura, composição, competência, legislação, notícias, publicações, jurisprudência, estatística, dentre outros assuntos de interesse dos usuários dos serviços da 2ª Vice-Presidência.

Neste biênio, foram implementadas algumas melhorias no Portal da 2ª Vice-Presidência, a fim de facilitar o acesso às informações e aos serviços prestados por este órgão, conforme abaixo:

Melhorias no Portal da 2ª Vice-Presidência:
Inclusão de acesso rápido aos Balcões Virtuais da 2ª Vice
Disponibilização da Consulta Pública ao PJE 2º Grau
Criação da marca comemorativa Selo Diamante
Inserção dos Manuais e Relatórios.

11) CONQUISTA INÉDITA DO SELO DIAMANTE

A 2ª Vice-Presidência conquistou o Selo Diamante na edição Prêmio Selo Justiça em Números 2022, conforme resultado divulgado no Decreto Judiciário nº 150, de 14 de março de 2023, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 15 de março de 2023.

Com a racionalização da distribuição dos processos e com o estabelecimento de metas de produtividade individuais e coletivas para os Assessores lotados na Seção de Recursos, a 2ª Vice-Presidência ultrapassou séries históricas de produtividade e reduziu sua taxa de congestionamento para 64% no mês de dezembro de 2022, conferindo a premiação máxima de Selo Diamante para a Unidade.

12) MELHORIAS NO SISTEMA EXAUDI

Com o objetivo de aprimorar a gestão do acervo processual, a 2ª Vice-Presidência, por meio dos Ofícios nº 70/2023 – GAB2VP e nº 91/2023 – GAB2VP, solicitou melhorias no sistema Exaudi – perfil 2ª Vice-Presidência, conforme abaixo.

Melhorias/Correções disponibilizadas	Demandas em desenvolvimento
Disponibilização de relatório com o quantitativo de processos remetidos e recebidos dos Tribunais Superiores.	Disponibilização, no quadro de 100 dias, do quantitativo de processos conclusos.
Exclusão dos processos na situação de "remetidos às instâncias superiores" do Relatório de 100 dias.	

13) MELHORIAS NO INFORMATIVO 2VP

Com o objetivo de compartilhar as experiências exitosas com o público interno e externo do PJBA, a 2ª Vice-Presidência conta com um informativo próprio, com periodicidade mensal, no qual são divulgadas matérias sobre as principais ações das Unidades da 2ª Vice-Presidência.

Neste biênio 2022-2024, foi criado o Painel de Estatísticas da 2ª Vice-Presidência, pelo qual são divulgados os quantitativos de despachos e decisões proferidas no Órgão, taxa de congestionamento, atendimentos realizados e outras informações.

14) LANÇAMENTO DO MANUAL PARA PETICIONAMENTO DE RECURSOS NO BOJO DOS AUTOS

A Chefia de Gabinete da 2ª Vice-Presidência lançou o Manual para peticionamento de recurso no bojo dos autos, com o objetivo de orientar os usuários externos (Advogados, Procuradores, Defensores, etc.) sobre o procedimento para peticionamento de Recurso, visando, assim, assegurar o correto cadastramento e andamento processual no Sistema PJE 2° Grau.

O Manual foi disponibilizado no Portal eletrônico da 2ª Vice-Presidência, podendo ser acessado por meio do link: http://www.tjba.jus.br/segundavice/wp-content/uploads/2023/07/Manual-Peticionamento-Recurso-no-bojo-dos-autos.pdf.

15) PARTICIPAÇÃO NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

A 2ª Vice-Presidência, por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) e do Centro de Inteligência do Poder Judiciário da Bahia (CIJEBA), alinhada aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça da Bahia, alcançou a pontuação máxima nos requisitos definidos pelo CNJ para o Prêmio CNJ de Qualidade, edição 2022.

16) AUXÍLIO NA ADEQUAÇÃO DE FLUXOS DE TRABALHO SISTEMA JUDICIAL PJE

Participação do NUGEPNAC na elaboração de proposta de adequação de fluxo/tarefa nos Sistemas Judiciais (SAJ e PJE) para a utilização das movimentações de levantamento de causa suspensiva ou sobrestamento, disponibilizadas na Tabela Processual Unificada (TPU).

17) PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ N. 444/2022

O NUGEPNAC, ao tomar conhecimento da aprovação da Resolução CNJ n. 444/2022, que instituiu o Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, providenciou a elaboração de esboço de plano de trabalho com indicação de requisitos a serem observados pela área técnica, bem como dos possíveis riscos, a partir do comparativo entre as funcionalidades disponíveis no sistema informatizado NUGEP e as variáveis constantes nos Anexos da Portaria CNJ n. 116/2022.

18) PROMOÇÃO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO PELO NUGEPNAC

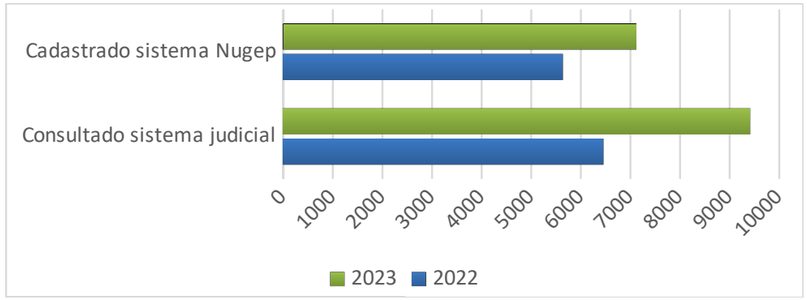
Ação	Descrição
Elaboração de cards informativos	O NUGEPNAC elaborou cards informativos com a temática "Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas" trazendo conceitos básicos, movimentações processuais relacionadas à temática e aos procedimentos para a sua tramitação dispostos no regimento interno.
Boletins Informativos	Com o objetivo de cumprir com as atribuições previstas no Decreto Judiciário n. 929/2016 e na Resolução CNJ nº 235/2016, com as alterações introduzidas pela Resolução CNJ n. 444/2022, o NUGEPNAC, com base em pesquisa realizada na página eletrônica dos Tribunais Superiores e local, elabora boletins informativos com a compilação das afetações/admissões, dos julgamentos e do trânsito em julgado de temas repetitivos.
Relatório de processos sobrestados	Com o propósito de auxiliar as Unidades Judiciárias e as Secretarias de Câmara na gestão do acervo de processos sobrestados, o NUGEPNAC enviou para o e-mail institucional de cada unidade o relatório de processos sobrestados extraído do sistema informatizado NUGEP, indicando os temas repetitivos julgados e pendentes.
Painel NUGEPNAC	Iniciativa do NUGEPNAC implementada com o propósito de permitir a visualização dos principais temas vinculados aos processos sobrestados cadastrados no sistema informatizado NUGEP.
Produção de vídeo Informativo	Elaborado com a pretensão de estimular o usuário a acessar o Portal NUGEPNAC e consultar o conteúdo disponibilizado como guia rápido, tabela de movimentações processuais, vídeos informativos e dados dos incidentes admitidos no âmbito da Corte Estadual.
NUGEPNAC Responde	Elaboração do material explicativo intitulado "NUGEPNAC Responde", no qual se apresentam ao público em geral, por meio de perguntas e respostas, as principais atribuições do Núcleo e as informações referentes aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), às movimentações de sobrestamento e dessobrestamento e ao sistema informatizado NUGEP, além de breves considerações acerca do Banco Nacional de Precedentes (BNP).
Proposta de Criação de Portal NAC	Objetivando o cumprimento da Portaria CNJ n. 187, de 19 de julho de 2023, que regulamenta o Cadastro Nacional das Ações Coletivas (CACOL), o Núcleo solicitou, por meio do Ofício VP2 n. 121/2023 - NUGEPNAC, à ASCOM o desenvolvimento de novo PORTAL NUGEPNAC, de modo a dedicar um espaço para o NAC.
Compilação de julgamentos: IRDR	O NUGEPNAC realizou a compilação dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas julgados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o seu agrupamento por situação de julgamento e motivo geral de inadmissão, com o objetivo de contribuir com o fornecimento de elementos para a identificação do cenário dos incidentes no Tribunal e o aprimoramento das técnicas de julgamento de casos repetitivos.
Formulário temático no Portal NUGEPNAC	Uma novidade inserida no Portal NUGEPNAC, com o intuito de estimular o usuário a apresentar sugestões de temas para estudo pelo Núcleo que possam contribuir para eventual instauração de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e de Assunção de Competência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

19) AÇÕES DE SANEAMENTO NO SISTEMA INFORMATIZADO

a) Processos não sobrestados

No período compreendido entre fevereiro/2022 a outubro/2023, foram identificados 15.858 processos pendentes de lançamento no sistema informatizado NUGEP.

Com o objetivo de contribuir para a compilação dos dados do acervo de processos sobrestados nos Sistemas Judiciais e sua remessa ao Banco Nacional de Precedentes (BNP), o NUGEPNAC promoveu a inclusão de 12.745 processos no referido Sistema. A diferença encontrada refere-se a inconsistências que impedem o cadastro.



b) Dados/Variáveis BNP

Atividade realizada pelo NUGEPNAC, com o apoio da Coordenação de Sistemas (CSJUD), para identificação de inconsistências nos dados dos processos sobrestados armazenados no sistema informatizado NUGEP, os quais são extraídos dos Sistemas Judiciais e se constituem em variáveis a serem enviadas ao Banco Nacional de Precedentes (BNP), nos termos da Resolução CNJ n. 444/2022 c/c a Portaria CNJ n. 116/2022.

Com a execução das atividades de saneamento, já foram corrigidos mais de 5.000 (cinco mil) processos no sistema informatizado NUGEP, com sistema de origem PJE, em que a inconsistência residia em erro no código do Órgão Julgador responsável pelo sobrestamento dos processos.

c) Adequações BNP

Desenvolvimento de telas no sistema informatizado NUGEP para cadastro de súmulas do TJBA, ações de controle concentrado de constitucionalidade STF, controvérsias STJ, bem como adequação do relatório analítico e sintético CNJ, inclusão de campos nos temas Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC) para lançamento do texto das ementas e das decisões e download de documentos e ainda tela para acompanhamento dos dados de temas e dos processos sobrestados enviados ao BNP em rotina diária, com o objetivo de atendimento da Resolução CNJ n. 444/2022 c/c a Portaria CNJ n. 116/2022.

20) ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA REGIMENTAL

O NUGEPNAC auxiliou a 2ª Vice-Presidência na elaboração de proposta de emenda regimental para inclusão do julgamento dos incidentes (IRDR e IAC) no rol de atribuições da Seção Criminal.

Aprovada pelo Tribunal a Emenda Regimental n. 11/2022, de 26 de outubro de 2022, para a inclusão do inciso I, art. 95, Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (RITJBA).

21) APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE MOVIMENTOS TPU-NAC

Remetido o Ofício VP2 n. 120/2023 – NUGEPNAC para o Juiz Supervisor do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ), Dr. Ricardo Augusto Schmitt, com sugestão de criação na Tabela Processual Unificada (TPU) de códigos de movimentação de sobrestamento e dessobrestamento relacionados às ações coletivas.

O Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ) enviou a proposta de criação dos referidos códigos para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está aguardando resposta da análise de viabilidade.

22) AÇÕES DE DESTAQUE DO CIJEBA

Ação	Descrição
Aprovação do Fluxograma de Atividades do CIJEBA e Distribuição de Demandas aos Juízes Relatores	Durante a 1ª Reunião Ordinária, foi apresentada pelo Juiz Coordenador e aprovada pelos membros do CIJEBA a proposta de Fluxograma de atividades, elaborado com o intuito de demonstrar o passo a passo do procedimento relativo ao tratamento das demandas reportadas ao Centro de Inteligência. Ao longo da gestão, todos os Magistrados integrantes do Grupo Operacional foram sorteados como Juízes Relatores para conhecimento, análise e aplicação do entendimento que considerasse cabível de acordo com o caso apresentado.
Proposta de Alteração da Resolução N. 04/2021	Em 1° de junho de 2022, a proposta da Presidente do CIJEBA foi aprovada à unanimidade de votos, nos termos da Resolução n° 06/2022.
Acréscimo de Competência ao CIJEBA	Em reunião extraordinária com o Grupo Decisório do CIJEBA, realizada no dia 19 de junho de 2023, deliberou-se sobre a recomendação feita pelo Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, que sugeriu ao CIJEBA a inclusão, dentre as suas atribuições, de maneira expressa, a competência para "a identificação e o combate às demandas predatórias", sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Na sessão plenária ocorrida em 26 de julho, a Resolução n° 04/2021 foi alterada, nos termos da Resolução n° 11/2023, sendo reconhecida nova competência ao CIJEBA, por meio do acréscimo do inciso XI ao seu art. 2°, o qual possui a seguinte redação: "Art. 2° - Compete ao Centro de Inteligência da Justiça estadual da Bahia: [...] XI – identificar e combater às demandas predatórias e fraudulentas, adotando as medidas institucionais adequadas de combate a eventos atentatórios à dignidade da justiça".
Publicação de Notas técnicas	O CIJEBA publicou, ao longo do biênio 2022/2024, 6 (seis) notas técnicas, as quais servem como instrumento de orientação para a prevenção de litígios e o monitoramento de ações. Observe-se que todas as referidas notas técnicas estão disponíveis, na íntegra, na página eletrônica do CIJEBA em: http://www.tjba.jus.br/cijeba/notas-tecnicas/.

23) AÇÕES DE DESTAQUE DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE RECURSOS

Ação	Descrição
Conclusão da Virtualização de Processos	Durante o primeiro semestre de 2022, em conclusão ao trabalho iniciado na gestão anterior, a Secretaria da Seção de Recursos participou da conclusão das atividades relativas à migração de processos ao PJE 2° GRAU, finalizando a virtualização de todo o acervo da 2ª Vice-Presidência.
Resolução da Dificuldade para Intimação do Ministério Público em processos da 2ª Vice-Presidência	Após sucessivas reuniões com representantes do Ministério Público do Estado da Bahia e servidores da área de Tecnologia da Informação do TJ/BA, conseguiu-se viabilizar a intimação pessoal dos membros do MP/BA, via sistema, em melhoria do PJE 2° GRAU realizada com a participação da Secretaria da Seção de Recursos, em um aperfeiçoamento do modelo de interoperabilidade do PJE 2° GRAU e do sistema interno utilizado pelo MP/BA.
Saneamento do Acervo constante na Secretaria	Ao longo da gestão, a Secretaria buscou implementar rotinas concretas e contínuas de enfrentamento dos problemas básicos (realização de intimações e outros atos de comunicação, análise e encaminhamento de processos para as filas respectivas, inclusive concluindo-os à Seção de Recursos para a elaboração de minutas), em equipes constantes, sem que se falasse em mutirões específicos para uma ou outra atividade, o que poderia resultar em descuidar de outras tarefas. Um dos grandes ganhos foi a redução dos processos via baixa processual.

24) AÇÕES DE DESTAQUE DA OUVIDORIA JUDICIAL

Atividades Desenvolvidas no Exercício de 2022

Implantação da Ouvidoria de Gênero e Discriminação
Reinauguração da Ouvidoria da Mulher
Instalação da Comissão de Assédio na sala cedida dentro da Ouvidoria de Gênero
Instalação da unidade da Ouvidoria Judicial no térreo do prédio principal
Mudança e implantação de melhorias no Sistema da Ouvidoria On-line
Melhoria de métricas de produtividade em qualidade de serviço judiciário
Ampliação de parcerias com Instituições Governamentais para atividades sociais nas comunidades
Integração dos serviços da Ouvidoria com as Comissões temporárias e permanentes do TJBA
Participação da equipe em curso de aprimoramento dos serviços judiciários
Modernização do Estatuto de funcionamento da Ouvidoria para adequação da Resolução do CNJ
Atendimentos e suporte Psicológico aos cidadãos com manifestação nas Ouvidorias
Desenvolvimento e aprimoramento dos fluxos de trabalho
Participação ativa nas palestras do Projeto Conhecendo o Judiciário
Palestra no Projeto Conhecendo o Judiciário para estudantes universitários
1° Encontro Justiça Restaurativa Aplicada à Violência Doméstica - Oficina de Círculos de Construção de Paz
Entrega da Lembrança da Ouvidoria Judicial à Desembargadora Joanice Guimarães, Presidente da Comissão de Enfrentamento ao Assédio e aos membros da Comissão de segurança, Cel. Jader Martins e Cel. Paulo Silveira
Reunião com a Comissão de Transparência, a Ouvidoria Judicial cumpriu 100% dos itens destinados à Unidade
Encontro com o Juiz Ouvidor Freddy Pitta Lima

**A Ouvidoria Judicial foi desvinculada da 2ª Vice-Presidência em outubro de 2022, conforme Emenda Regimental n.10/2022, publicada em 26/10/2022.*

25) CAMPANHAS COMEMORATIVAS DA 2a VICE-PRESIDÊNCIA

1) PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO PJE 2° GRAU COM STJ

Descrição: o projeto de integração foi realizado pela Secretaria da Seção de Recursos (SSR), em parceria com a Coordenação de Sistemas Judiciais (CSJUD) e o Escritório Departamental de Projetos e Processos (EDEP) da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (EDEP-SETIM), com o objetivo de otimizar a remessa de recursos ao Superior Tribunal de Justiça-STJ. A primeira etapa do projeto consistiu no desenvolvimento de ferramenta para cadastro e importação automática das peças processuais do PJE 2° Grau do TJBA à Corte Superior, cabendo a servidores e colaboradores da Secretaria apenas a revisão no Sistema do STJ, viabilizando o envio de recursos com maior eficácia e menos erros.

Setor responsável: Secretaria Especial da Seção de Recursos.

Resultados alcançados: no início do projeto, em fevereiro de 2023, constava no fluxo de trabalho da Secretaria da Seção de Recursos, na fila “Remeter ao STJ”, o quantitativo de aproximadamente 2.000 processos. No mês de agosto de 2023, a fila de remessa à Corte Superior foi reduzida para o total de 99 processos.

2) PROJETO USO DE AUTOMAÇÃO/ROBÔ PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS NA 2a VICE-PRESIDÊNCIA

Descrição: com o objetivo de reduzir a quantidade de atividades repetitivas e operacionais, a Chefia de Gabinete da 2ª Vice-Presidência, em parceria com o Laboratório de Inovação da Coordenação dos Juizados Especiais executou o Projeto departamental “Uso de Robô para Publicação de Atos na 2ª Vice-Presidência”. O Projeto em tela consistiu na customização de um software (robô), que é capaz de identificar e publicar, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), decisões e despachos proferidos pela 2ª Vice-Presidente, de acordo com os requisitos técnicos definidos no escopo do projeto. O robô intitulado de “Franilo” trabalha nas filas de pu-

blicação do Sistema PJE 2° Grau, de forma ágil e eficiente, automatizando parte das tarefas antes realizadas manualmente pelos servidores do Gabinete.

Setor responsável: Chefia de Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

Resultados alcançados: desde a implantação do Robô "Franilo" no Gabinete da 2ª Vice-Presidência, em 04/07/2023, observa-se que, diariamente, aproximadamente 21% dos atos assinados são publicados pela ferramenta de automação (robô).

3) COLABORAÇÃO NO PROJETO ESTRATÉGICO "PLN – SETIM – SISTEMA ATHOS"

Descrição: o NUGEPNAC, com o encerramento do Projeto "Mapeamento de Demandas Repetitivas e com potencial de repetitividade", neste ano, em decorrência da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica STJ nº 10/2022 e da similaridade entre os objetos pretendidos, vem auxiliando a área técnica na realização de atividades para a identificação de modelos, a partir do Projeto Estratégico "PLN – SETIM - Sistema Athos".

Nas atividades desenvolvidas até o momento pela área técnica, destaca-se a participação do NUGEPNAC na etapa denominada "prova de conceito do modelo", em que realizou a análise/validação de mais de quatrocentos documentos agrupados pelo modelo de acordo com o nível de similaridade. Naquela oportunidade, o NUGEPNAC sugeriu uma coluna com "assunto-chave", com o intuito de auxiliar eventual distribuição interna de processos.

Acrescente-se a participação do NUGEPNAC em reuniões para alinhamento dos requisitos necessários ao desenvolvimento da tela de interface para pesquisa e apresentação de documentos, bem como na realização de testes da funcionalidade "busca por expressão". Há de se destacar que o Projeto em referência contém outras etapas e a previsão de conclusão é em meados de 2024.

Setor responsável: SETIM.

Resultados alcançados: realizada entrega parcial do Projeto: fase 1 (Infraestrutura, importador de dados, construção do banco de dados) e fase 2 (interface do usuário e o recurso de buscas textuais), na Reunião de Análise da Estratégia (RAE) realizada no dia 10 de outubro de 2023.

Naquele momento, houve a proposta que a solução seria disponibilizada para utilização pela assessoria da 2ª Vice-Presidência, na qualidade de unidade-piloto, com o objetivo de identificar eventuais inconsistências e apresentar sugestões de melhoria.

4) COLABORAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO PELA 2a VICE-PRESIDÊNCIA DE PROJETO-PILOTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Descrição: Em caráter colaborativo, o NUGEPNAC enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) solicitação da 2ª Vice-Presidência para a sua participação no projeto-piloto da plataforma para análise prévia de admissibilidade recursal.

Setor responsável: NUGEPNAC.

Resultados alcançados: o link da plataforma foi disponibilizado pelo STJ para o NUGEPNAC, que o redirecionou aos assessores da 2ª Vice-Presidência, com a intenção de colaborar com a atividade de pesquisa jurisprudencial e de obter contribuições sobre a sua utilização para enviar feedback ao Tribunal Superior.

5) DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PRÓPRIO DE AÇÕES COLETIVAS – NAC

Descrição: com a edição da Portaria CNJ n. 187, de 19 de julho de 2023, que regulamenta o Cadastro Nacional das Ações Coletivas (CACOL), o NUGEPNAC, visando dar cumprimento aos requisitos elencados no referido Ato Normativo, vem desenvolvendo, com o apoio da Coordenação de Sistemas (CSJUD) e da empresa Solutis, o cadastro próprio de ações coletivas a ser utilizado pelas Unidades de Primeiro e Segundo Graus para armazenamento dos dados qualitativos das ações coletivas em tramitação no Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Setor responsável: NUGEPNAC.

Resultados alcançados: no final do mês de outubro deste ano, com a apresentação do protótipo do cadastro próprio de ações coletivas para a 2ª Vice-Presidência e a Comissão Gestora de Precedentes e a sua validação, segue-se para o refinamento dos requisitos de funcionamento e perfis de usuários, bem como para o desenvolvimento da solução em ambiente de homologação para testes e ajustes que se mostrem necessários.

ESTATÍSTICA ADMINISTRATIVA

1 - Gabinete 2a Vice-Presidência

	2022	2023*
Documentos Recebidos		
Ofício	38	81
E-mail	1.978	3.359
Documentos Expedidos		
Portaria	6	1
Ofício	296	297

SIGA 2022/2023**	Recebidos	Transferidos	Criados
Comunicação Interna	87	84	10
Genérico	4	28	25
Ofício	38	54	22
Processo Administrativo	59	54	0
Processo Administrativo Disciplinar	81	81	0
Processo Administrativo do CNJ	35	33	0
Total	**304**	**334**	**57**

***Dados extraídos do SIGA em 1º/11/2023.*

Malote Digital	2022	2023*
Recebido	513	593

**Dados de 2023 extraídos até 31/10/2023.*

2- Secretaria Especial da Seção de Recursos

	2022	2023*
Balcão Virtual	705	555

Malote Digital	2022	2023*
Enviado	2.185	2.337
Recebido	201	152

	2022	2023*
Documentos Recebidos		
Ofício	24	12
E-mails	4.028	2.864
Documentos Expedidos		
Ofício	27	19
E-mails	2.168	1.835

**Dados de 2023 extraídos até 31/10/2023.*

3- Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC)

	Documentos 2022/2023*	
Natureza	Recebidos	Expedidos
Malote Digital	614	21
Ofícios	120	329

Publicações 2022/2023*	
Natureza	**Realizada**
DJE	230
Portal	777
Notícias TJBA	9
Informativos	41

SIGA 2022/2023*	Expedidos	Recebidos	Arquivado
Comunicação Interna	17	12	1
Processo Administrativo	5	6	2
Processo Administrativo do CNJ	1	1	0

**Dados correspondentes ao período compreendido entre 04/02/2022 a 29/10/2023.*

4- Centro de Inteligência do Poder Judiciário da Bahia (CIJEBA)

	Documentos 2022/2023*	
Natureza	**Recebidos**	**Expedidos**
Ofício	50	48
Ofício Circular	2	16

Publicações 2022/2023*	
Natureza	**Realizada**
DJE	4
Decreto Judiciário	2
Portal	14

SIGA 2022/2023*	Recebidos	Transferidos
Comunicação Interna	22	26
Processo Administrativo	2	1
Processo Administrativo do CNJ	1	-

Reuniões	Quantidade*
Ordinária	03
Ordinária (Grupo Operacional)	11
Grupo Decisório	04

**Dados correspondentes ao período compreendido entre 04/02/2022 a 29/10/2023.*

5- Ouvidoria Judicial

Manifestações nos Canais de Atendimento em 2022*	
Tipo de Manifestação	**Quantidade**
Reclamação	13.892
Solicitação de Informação	1.232
Denúncia	779
Elogio	121
Sugestão	94
Manifestações direcionadas	286

**A Ouvidoria Judicial foi desvinculada da 2a Vice-Presidência em outubro de 2022, conforme Emenda Regimental n.10/2022, publicada em 26/10/2022.*

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2ª Vice-Presidência	
Indicador	**Índice de Gerenciamento de Precedentes**
Macrodesafio	Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios.
Objetivo	Gerenciar 100% (cem por cento) do acervo de processos afetados pela aplicação de repercussão geral, julgamento de casos repetitivos e incidente de assunção de competência, com uso de inteligência artificial, visando auxiliar os Magistrados no seu julgamento, até 2026.
Resultados	Os resultados podem ser acompanhados no formulário abaixo, disponível no link http:// www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/indicadores-e-metas-2021-2026/.

NUGEPNAC	
Indicador	**Índice de Conhecimento sobre Sistema de Precedentes Judiciais**
Macrodesafio	Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios.
Objetivo	Promover a disseminação do conhecimento relacionado ao sistema de precedentes judiciais em 100% das Comarcas, até 2026.
Resultados	Os resultados do projeto podem ser acompanhados no formulário abaixo, disponível no link http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/indicadores-e-metas-2021-2026/.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Cerimônia de premiação do Selo Diamante

2ª Vice-Presidente recebe visita do Presidente da ANAMAGES

Reunião sobre nova Plataforma do STJ

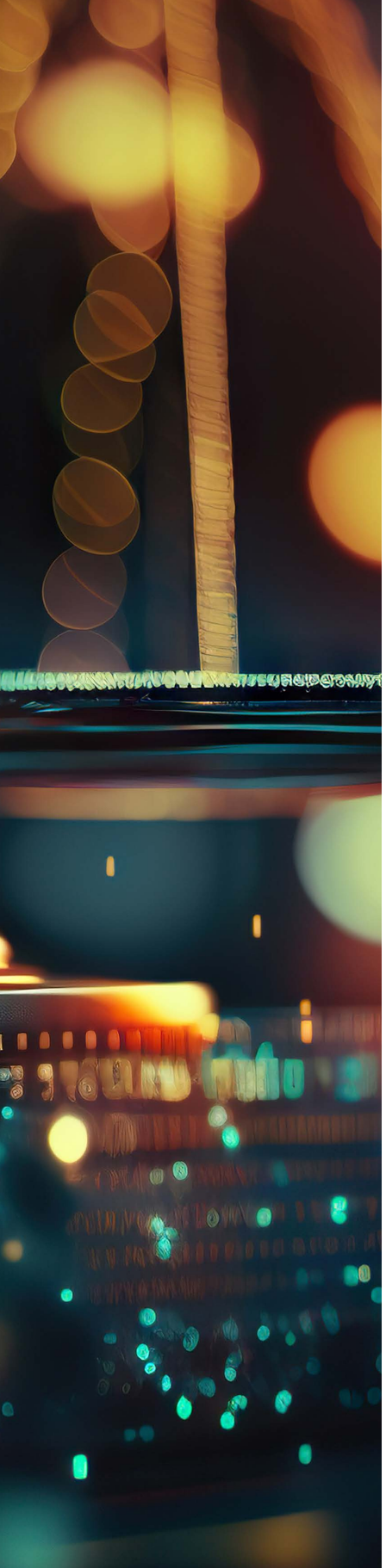
Assinatura do Acordo na área de Inovação e Inteligência Artificial

2ª Vice-Presidente participa do 1° Encontro Nacional dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário

Desembargadora Márcia Borges e sua comitiva tiveram encontros com o 1° e 3° Vice-Presidentes do TJMG

1a Reunião Ordinária do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA)

Aula inaugural do Encontro com o NUGEPNAC



UNIVERSIDADE CORPORATIVA MINISTRO HERMES LIMA

A Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP) tem por missão proporcionar aprendizagem continuada e educação corporativa para a qualificação e o desenvolvimento da excelência pessoal e profissional dos magistrados, dos servidores e dos colaboradores da Justiça do Estado da Bahia, nos termos do disposto no inciso II, § 1º, do art. 1º, do seu Regimento Interno, alinhada aos objetivos definidos no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado da Bahia, através da Resolução nº 03/2021 do TJBA.

Atualmente, a Direção-Geral é exercida pelo Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, a Direção-Adjunta pelo Desembargador José Soares Ferreira Aras Neto, a Coordenação-Geral pelo Juiz de Direito Paulo Roberto Santos de Oliveira e a Secretaria-Geral é conduzida pelo servidor Marcus Vinícius Fernandes Santos.

Parabenizamos a toda a equipe da Universidade (servidores, colaboradores e estagiários) e demais Setores Administrativos do Tribunal de Justiça, aos Juízes e Desembargadores que participaram dos eventos educacionais promovidos, bem assim aos Ministros, Conselheiros e Desembargadores de outros Estados e demais autoridades que contribuíram para a disseminação do conhecimento no Poder Judiciário da Bahia.

Por fim, registramos nosso especial agradecimento ao Presidente deste Tribunal, Desembargador Nilson Castelo Branco, que proporcionou todo o apoio necessário às atividades da Universidade Corporativa, estimulando a disseminação do conhecimento plural, transversal e democrático, em consonância com sua postura ética, de notável saber jurídico, comprometida com a construção de um Poder Judiciário eficiente, responsável e inclusivo em todos os níveis, em prol do aprimoramento da prestação jurisdicional.

Des. Mário Albiani Alves Júnior
Diretor-Geral da UNICORP

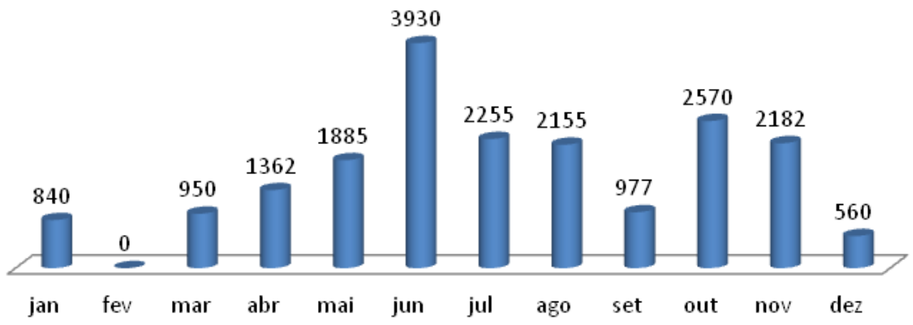
Des. José Aras Neto
Diretor-Adjunto da UNICORP

Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira
Coordenador-Geral da UNICORP

Marcus Vinícius Fernandes
Secretário-Geral da UNICORP

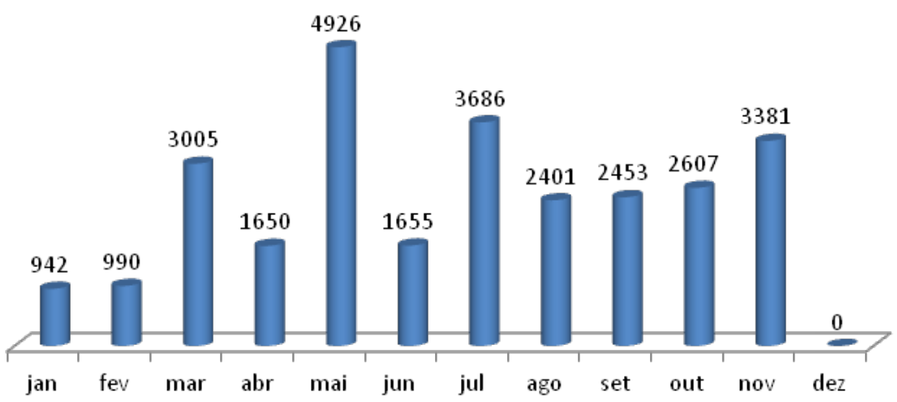
BALANÇO DE ATIVIDADES

Ano de 2022



Quantidade de Vagas Ofertadas: 19.666 vagas

Ano de 2023

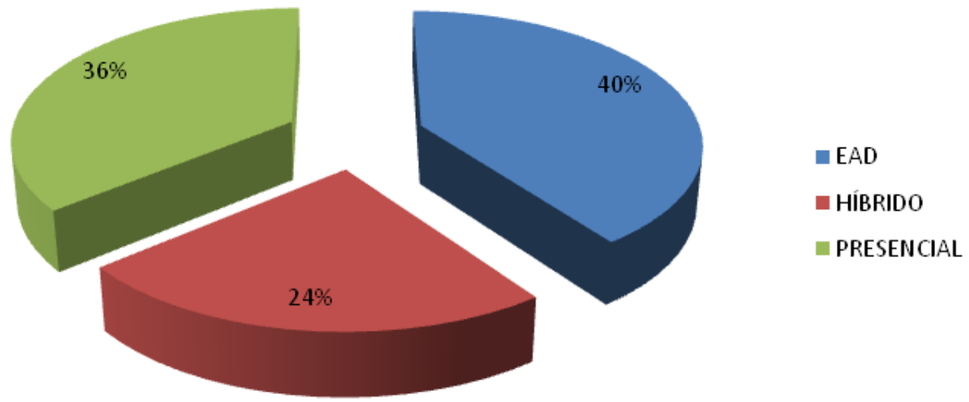


Quantidade de Vagas Ofertadas: 27.969 vagas
Total de vagas ofertadas no biênio: 47.362 vagas[1]

1 *Considerando a data de entrega deste relatório, as ações referentes ao mês de dezembro de 2023 não foram computadas.*

MODALIDADES DE ENSINO REALIZADAS NO BIÊNIO

- Atividades a distância (EAD) = **196 ações realizadas (40%)**
- Atividades Híbridas (a distância e presencial) = **59 ações realizadas (24%)**
- Atividades Presenciais = **181 ações realizadas (36%)**

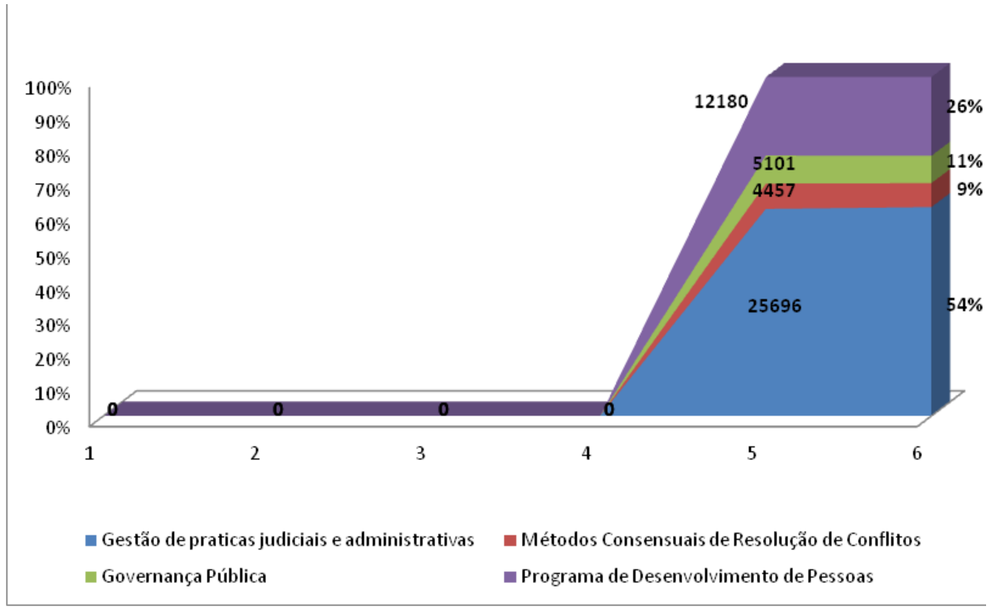


AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS NO BIÊNIO

- **495** ações de capacitação realizadas
- **7.740** horas/aula de formação, oportunizadas – média de 16 horas/aula por capacitação.
- **47.362** quarenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas vagas ofertadas

No Plano de Capacitação da UNICORP, foram eleitas quatro áreas de competência para o desenvolvimento de Programas e a oferta de ações de capacitação para magistrados e servidores do TJBA, a seguir classificadas e identificadas por quantitativo de vagas ofertadas no biênio:

- GESTÃO DE PRÁTICAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS – **25.696 vagas - 54%;**
- MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – **4.457 vagas - 9%;**
- GOVERNANÇA PÚBLICA – **5.101 vagas – 11%;**
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – **12.180 vagas – 26%.**



AÇÕES REALIZADAS PELA UNICORP

AÇÕES REALIZADAS ANO 2022	INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO REQUISITANTE	CARGA HORÁRIA	QTD. VAGAS
CURSO DE ATUALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E GRAMATICAL PARA JUÍZES E SERVIDORES DO TJBA	UNICORP	45	280
CURSO INTRODUÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DO PJBA – TURMA MAGISTRADOS E TURMA SERVIDORES	UNICORP	200	560
CURSO DE FORMAÇÃO PARA COORDENADORES E GESTORES DE CEJUSCS – 2022	CEJUSC (NUPEMEC)	20	30
CURSO DE TÉCNICA LEGISLATIVA	PRESIDÊNCIA	16	20
CURSO DOMICÍLIO ELETRÔNICO NO SISTEMA PJE – 1º GRAU – TURMAS INICIAL, INTERMEDIÁRIA E FINAL	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	6	300
CURSO DE REGIME PRÓPRIO (RPPS) DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ACORDO COM A EMENDA N. 103/2019 COM ENFOQUE NO RPPS DO ESTADO DA BAHIA	PRESIDÊNCIA	16	40
CURSO DE NOÇÕES DE PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	SEPLAN	14	100
WEBNÁRIO: "O PAPEL DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO"	UNICORP	6	280
FÓRUM SOBRE SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, TURMAS: EAD E PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	12	560
CURSO DE FORMAÇÃO PARA O USO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE	CIJ	120	40
CURSO SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO – SNA – TURMA 01 E TURMA 02	CIJ	16	300
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 6ª, 6B E 6C)	CIJ	120	192

CURSO DE FORMAÇÃO PARA O USO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE – PBEF EM PRÁTICAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL – TURMA 01/2022	CIJ	120	40
CAPACITAÇÃO EM GESTÃO POR PROCESSOS – FERRAMENTA BIZAGI	SEPLAN	08	20
CURSO SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO: SNA – TURMA 02	CIJ	08	150
PALESTRA O ADVOGADO-JUIZ "REGRAS NORTEADORAS DO RELACIONAMENTO FUNCIONAL"	UNICORP	01	280
SEMINÁRIO PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	UNICORP	03	140
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO	PRESIDÊNCIA	35	125
WEBINAR JUÍZO 100% DIGITAL	DPG	3	340
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 1A	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2	100
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 2A	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2	100
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 3A	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2H	100
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 4A	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2	100
WEBINAR JUÍZO 100% DIGITAL	CAPG DPG	3	340
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO PJBA	CAPG, DPG, CODES	15	250
CURSO DE FORMAÇÃO PARA O USO DO PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE – (PBEF) EM PRÁTICAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL – TURMA 02/2022	CIJ	120	100
CURSO DE CONSULTORIA EM AUDITÓRIA	COAUD	20	25
SEMINÁRIO A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EMPÍRICA NA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS	UNICORP	2	170
CURSO DE INTRODUÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DO PJBA – TURMA COLABORADORES SINPOJUD	UNICORP	80	30
1º ENCONTRO JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2022, TURMAS PRESENCIAIS E ON-LINE	NJR2G; COOR. DA MULHER	12	300
ENCONTRO JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – 2022 – OFICINAS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – PRESENCIAL, ON-LINE E OFICINAS	NJR2G COORD. DA MULHER	4	60
TREINAMENTO EQUIPES ENGAJADAS – CARTÓRIO INTEGRADO	DPG	21	40
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 5A	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2	100
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMA 1B	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES	2	100
CURSO METODOLOGIA PARA O CUMPRIMENTO DE ALVARÁS DE SOLTURA – TURMA 2 E 3	CGJ	3	70
CURSO SOBRE SEGURANÇA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA 2022	COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA TJBA	4	200
CURSO ROTINA DE CADASTRAMENTO E DE RETIFICAÇÃO DOS CADASTROS PROCESSUAIS NO SISTEMA PJE	DPG	3	50
CURSO METODOLOGIA PARA O CUMPRIMENTO DE ALVARÁS DE SOLTURA, TURMA 2 E 3	CGJ	6	140
CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA – TURMA JUNHO DE 2022 – IPIAÚ	NJR2G	40	25

AGENDA 2030 E A ECONOMIA CIRCULAR; O PAPEL DAS BAIANAS DE ACARAJÉ NA REUTILIZAÇÃO DOS SEUS PRODUTOS NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL	2	280
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2022 – TURMAS 2B E 3B	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES.	4	200
ENCONTRO COM NUGEPNAC: PRECEDENTES E SISTEMA INFORMATIZADO	NUGEPNAC 2ª VICE-PRES.	6	20
CURSO "ELABORAÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS"	NÚCLEO SÓCIO AMBIENTAL TJBA	12	50
CURSO EFICIÊNCIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO STJ – EAD-TURMA 2022	NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES	20	200
SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA – OFICINA DE HATHA YOGA – GRUPO 1 E 2	CODES	2	80
SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA – CAFÉ COM O SERVIDOR – CPREV. PROGRAMA PREPARE-SE – TURMAS PRESENCIAIS E ON-LINE	CODES	2	200
SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA – CAFÉ COM O SERVIDOR – CPREV – TURMAS PRESENCIAL E ON-LINE	CODES	2	200
SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA – CURSO DE POCKET DE PINTURA ARTÍSTICA	CODES	12	15
SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA – CAFÉ COM O SERVIDOR – DAS – TURMAS PRESENCIAL E ON-LINE	CODES	2	200
CAPACITAÇÃO JUÍZO 100% DIGITAL (FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR)	DPG	1	2.000
CURSO SISTEMA NACIONAL DE ACOLHIMENTO SNA – TURMA 1	CIJ	8	150
CURSO DESVENDANDO O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS – TURMA PRESENCIAL 2022 E EAD	NUGEPNAC	12	280
CURSO DE DECISÃO JURÍDICA CONFORME LINHAS INTERPRETATIVAS – TURMA 1/2022	UNICORP	60	40
CURSO INTRODUÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO CONTEXTO DO PJBA	UNICORP	200	560
CURSO DE REGULARIZAÇÃO DE REGISTROS URBANOS E RURAIS – TURMA 2022	CGJ	32	200
CURSO OFICINA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	COAUD	16	10
CURSO O JUIZ E A ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL – TURMA 2022	CGJ	50	40
SISTEMA DE CUSTAS REMANESCENTES (FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR)	NAF	10	200
CAPACITAÇÃO SOBRE O SISTEMA PJCOR – FLUXO GABINETE, PROCURADOR, JUS POSTULANDI (FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR), VISITANTE E SECRETARIA	CGJ	20	500
SEMINÁRIO FAKE NEWS, DISCURSO DE ÓDIO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – TURMAS PRESENCIAL E EAD	UNICORP	6	800
CAPACITAÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS	NAF	20	200
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS – TURMAS GESTORES	COMISSÃO DE PREV. E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL	12	40
CURSO DE DECISÃO JURÍDICA CONFORME LINHAS INTERPRETATIVAS – TURMA 2/2022	UNICORP	60	40

CURSO DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES (FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR)	COORD. DA MULHER	20	300
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS, TURMA EAD PARA MAGISTRADOS	COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL	22	40
CURSO DE REDAÇÃO JURÍDICA – TURMAS PRESENCIAIS E EAD	UNICORP	8	340
PALESTRA VIRTUAL "AS CONTRAINDICAÇÕES DA VACINA PARA A COVID-19"	AEP II	1	50
WEBINÁRIO SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	COORD. DA MULHER	1	80
SEMINÁRIO SOBRE OS ASPECTOS TÉCNICOS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES SOBRE INTERCEPTAÇÃO DE DADOS TELEFÔNICOS/TEMÁTICOS – TURMAS 1, 2 E 3 /2022	UNICORP	12	150
CAPACITAÇÃO SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	COORDENADO-RIA DA MULHER	6	50
CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA – TURMA MAIO/2022	NJR2G	40	25
CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA – TURMA JULHO/2022	NJR2G	40	25
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ-TURMA AGOSTO 2022	NJR2G	24	25
CURSO DECISÃO JURÍDICA CONFORME LINHAS INTERPRETATIVAS – TURMA 1/2022	UNICORP	60	40
SEMINÁRIO SOBRE OS ASPECTOS TÉCNICOS RELACIONADOS AO AFASTAMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES SOBRE INTERCEPTAÇÕES DE DADOS TELEFÔNICOS/TEMÁTICOS – TURMA 4/2022	UNICORP	4	50
CURSO GESTÃO DE PESSOAS – EAD – TURMA 01 – 2022	UNICORP	40	30
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - TURMA SETEMBRO 2022	UNICORP	64	45
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 6A, 6B E 6C)	CIJ	120	192
CURSO REPERCUSSÃO GERAL: ORIGENS, INOVAÇÕES E SUA APLICAÇÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EAD - TURMA UNICORP 2022	NUGEPNAC	25	200
TREINAMENTO CEJUSC PRÉ-PROCESSUAL - PJE 1º GRAU, PERFIS CARTÓRIO, CONCILIADOR E GABINETE	CEJUSC NUPEMEC	10	300
CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS – PROTEÇÃO PESSOAL E FUNCIONAL	COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA	32	20
CURSO DE LIBRAS: INCLUSÃO SEM EMPATIA É UTOPIA - TURMA 1 E 2/2022	COMISSÃO PERMANENTE DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	80	80
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - TURMA NOVEMBRO/2022	NJR2G	40	25
CURSO "ATENDIMENTO 4.0 - QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO CIDADÃO NA ERA DIGITAL"	DPG	20	100
CURSO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A MAGISTRATURA APÓS TRÊS DÉCADAS DE SUA VIGÊNCIA	CIJ	20	200
CURSO DE INOVAÇÃO E DESIGN THINKING - TURMA 1	SETIM	20	20

CURSO APOIO ÀS VÌTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS - RESOLUÇÃO/CNJ	GMF	20	40
TREINAMENTO EQUIPES ENGAJADAS 2022 - 2º CARTÓRIO INTEGRADO CÍVEL - PERFIL SECRETARIA E GABINETE	CAPG	56	100
CURSO PLANEJAMENTO, CONTROLE E COMPENSAÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	NÚCLEO SÓCIO AMBIENTAL	8	30
CURSO APROFUNDAMENTO EM PROCESSOS CIRCULARES COM ÊNFASE EM GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - TURMA ILHÉUS - OUTUBRO 2022	NJR2G	16	25
CURSO APROFUNDAMENTO EM PROCESSOS CIRCULARES COM ÊNFASE EM GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – TURMA ILHÉUS – OUTUBRO 2022	NJR2G	16	25
CURSO PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 8A, 8B E 8C)	CIJ	120	150
CURSO GESTÃO DE PESSOAS - EAD - TURMA 2-2022	UNICORP	40	30
CURSO OFICIAL DE FORMAÇÃO INICIAL DE JUÍZES SUBSTITUTOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - TURMA 2022	PRESIDÊNCIA	567	9
WEBINÁRIO LINGUAGEM SIMPLES – TURMAS PRESENCIAIS E EAD	DPG	4	280
1º FÓRUM DE REMISSÃO DE PENA PELAS PRÁTICAS SOCIAIS E EDUCATIVAS	GMF/BA	3	300
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - NÃO CONFLITIVOS - TURMA LAURO DE FREITAS - OUTUBRO/2022	NJR2G	24	25
CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS - TURMAS 81 E 82.2022	CEJUSC -NUPEMEC	80	40
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AGENTES VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	CIJ	8	200
PALESTRA VOZES QUE ECOAM NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – TURMA, TURMAS EAD E PRESENCIAL	COORD. DA MULHER	4	280
V JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE	PRESIDÊNCIA	24	380
CURSO NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	COAUD	20	42
X SEMINÁRIO NACIONAL DE IBADPP	UNICORP	25	40
SEMINÁRIO PESSOA COM DEFICIÊNCIA EDUCAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E RESPEITO – TURMAS EAD E PRES.	COMISSÃO ACESSIBILIDADE	6	350
CURSO COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E A PRÁTICA DA ATIVIDADE JUDICANTE - TURMA 2022	UNICORP	22	30
CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS - TURMA 83.2022	CEJUSC-NUPEMEC	40	20
CURSO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL APLICADA	DPG	168	270
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E PRÁTICAS RESTAURATIVAS/TRANSFORMATIVAS DE CONFLITOS E CRIMES	NJR2G	40	12
CURSO SAÚDE DO ADOLENCENTE E JOVEM – QUESTÕES ÉTINICO-RACIAL NO COTIDIANO JUVENIL – TURMA PRESENCIAL E EAD	SEGESP - DAS	4	280
ETAPA TÉORICO VIVENCIAL DA FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COM ÊNFASE EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – TURMA DA VITÓRIA DA CONQUISTA – DEZEMBRO/2022	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA	4	20
CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS - TURMA 84.2022	CEJUSC-NUPEMEC	40	20
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 7A, 7B E 7C)	CIJ	120	180

CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 8A, 8B E 8C)	CIJ	120	180
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO "NASCE UMA FAMÍLIA" (TURMAS 9A E 9B)	CIJ	80	100
I SEMINÁRIO NOVEMBRO NEGRO: ESPERANÇA GARCIA – TURMAS PRESENCIAL E EAD	SEGESP, DAS, COMISSÃO DE IGUALDADE	10	280
WORKSHOP/EXPERIÊNCIA PRESENCIAL "RUMO A UMA PRÁTICA MAS EFETIVA: COMO APRIMORAR SUAS INTERVENÇÕES"	NJR2G	16	15
CURSO DE INOVAÇÃO E DESIGN THINKING - TURMA 2	SETIM	20	20
CURSO FORMAÇÃO AÇÕES AFIRMATIVAS POR MEIO DE COTAS RACIAIS, BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E FRAUDES	SEGESP, DAS, COMISSÃO DE IGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO	4	40
CURSO HÉROIS DA RESISTÊNCIA – TURMAS 1, 2 E 3/2022	SEGESP, DAS, COMISSÃO DE IGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO	3	90
SEMINÁRIO PELA JUSTIÇA RESTAURATIVA – TURMAS PRESENCIAL E EAD	NJR2G	8	280
CURSO HÉROIS DA RESISTÊNCIA – TURMAS 4,5 E 6	SEGESP, DAS, COMISSÃO DE IGUALDADE E DISCRIMINAÇÃO	3	90
CAPACITAÇÃO SOBRE MANEJO DE CRISE AGUDA EM PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL PARA POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO - POÇÕES	VARA DE EXECUÇÕES PENAIS	8	50
CAPACITAÇÃO CONTINUADA, FORMAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PARA AGENTES DE CONTROLE INTERNO	CTJUD	100	50
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL DA FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COM ÊNFASE EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – TURMA VITÓRIA DA CONQUISTA – DEZEMBRO/2022	NJR2G	40	20
SEMINÁRIO ATIVIDADE JURISDICIONAL, TECNOLOGIA E ACESSO À JUSTIÇA – DESAFIO PERMANENTE – TURMA PRESENCIAL 2022	AEP II	4	280
ENCONTRO DO COLÉGIO DE MAGISTRADOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS 2022- TURMAS PRESENCIAL E EAD 2022	COJE	8	160
TOTAL DE CAPACITAÇÕES = 172		**TOTAL DE HORAS 3.735 =**	**TOTAL VAGAS = 19.666**

AÇÕES REALIZADAS ANO 2023	INSTITUIÇÃO/ ÓRGÃO REQUISITANTE	CARGA HORÁRIA	10QTD. VAGAS
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – NÃO CONFLITIVO - TURMA ILHÉUS - JANEIRO/2023	NJR2G	40	22
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADORES EM PROCESSOS CIRCULARES - TURMA ON-LINE JANEIRO/2023	NJR2G	40	20
CURSO DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS - TURMA 2023.1 - MÓDULO TEÓRICO	COJE	40	220
CURSO A ATUAÇÃO DOS JUÍZES LEIGOS - TURMA 2023.1	COJE	40	280
WEBNÁRIO SOBRE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA DE PESSOAS	GMF	2	100

PALESTRA: VAMOS FALAR DE SAÚDE MENTAL. RESSIGNIFICAÇÃO_RESILIÊNCIA E SUPERAÇÃO - PRESENCIAL	NJR2G	2	140
PALESTRA: VAMOS FALAR DE SAÚDE MENTAL. RESSIGNIFICAÇÃO_RESILIÊNCIA E SUPERAÇÃO - EAD	NJR2G	2	160
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO 2023	DPG	15	200
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - SEMINÁRIO I - ILHÉUS - TURMA 1	NJR2G	1	30
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS I – ILHÉUS – TURMA 1	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE – SEMINÁRIO– ILHÉUS – TURMA 2	NJR2G	1	30
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - SEMINÁRIO I – ILHÉUS- TURMA 3	NJR2G	1	30
OFICINA: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RELACIONADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA	COORD. DA MULHER	3	140
OFICINA: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RELACIONADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA	COORD. DA MULHER	3	160
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - SEMINÁRIO III - ILHÉUS	NJR2G	2	50
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 1	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 2	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 3	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 4	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 5	NJR2G	2	10
ENCONTRO TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA, JUSTIÇA RESTAURATIVA E SAÚDE - OFICINA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS II - ILHÉUS - TURMA 6	NJR2G	2	10
FORMACAO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - ETAPA EXPOSITIVA	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	6	280
CURSO DE GESTÃO CARTORÁRIA - TURMA 2023	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	40	30
CURSO HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS: MULHERES NEGRAS, DIREITOS E VIVÊNCIAS	COORDENADORIA DA MULHER	4	280
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA FIPLAN (TURMA 1)	COLIC	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA SGF (TURMA 1)	COLIC	2	50
SEMINÁRIO RUY BARBOSA, DO IMPÉRIO À REPÚBLICA, UMA VIDA DEDICADA À NAÇÃO	COMISSÃO DE MEMÓRIA	10	200

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - TURMA 2023.1	CODES	3	30
INTRODUÇÃO AO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - TURMA 2023.2	CODES	3	30
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA – OFICINA “DIÁRIAS”	COLIQ	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “ADIANTAMENTOS”	COLIQ	2	50
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS - TURMA GESTORES 2023.1	COPAMSD	12	30
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 01: VISÃO GERAL DA LEI - TURMA PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 01: VISÃO GERAL DA LEI - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	16	150
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CIRCULOS DE CONSTRUCAO DE PAZ – NAO CONFLITIVOS -TURMA SALVADOR - MARÇO/2023	NJR2G	24	20
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “DSG/CSERV + DSG/CGRAF + DRH/ CODES + DAS”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SGP” (TURMA 1)	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR DE CÍRCULOS EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS CONFLITIVOS - TURMA ILHÉUS - MARÇO/2023	NJR2G	24	25
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “AEP I + COLIQ + COORF + NCAD”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “DEA”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SGP” (TURMA 2)	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 02: CONTRATAÇÕES DIRETAS - TURMA PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	8	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 02: CONTRATAÇÕES DIRETAS - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	8	150
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SEGESP-DRH/COLIQ/CGPRES”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SEJUD”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
SEMINÁRIO A PROVA TÉCNICA COMPLEXA E A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA BAHIA - TURMA PRESENCIAL	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS (COJE	3	150
SEMINÁRIO A PROVA TÉCNICA COMPLEXA E A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA BAHIA - TURMA EAD	COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS (COJE	3	150
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO “NASCE UMA FAMÍLIA” - TURMA 10A	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (CIJ)	20	50
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO “NASCE UMA FAMÍLIA” - TURMA 10B	CIJ	20	50

CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO “NASCE UMA FAMÍLIA” – TURMA 10C	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (CIJ)	20	50
CURSO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO “NASCE UMA FAMÍLIA” - TURMA 10D	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (CIJ)	20	50
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS - TURMA GESTORES 2023.2	COPAMSD 2G	12	30
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “DSP”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “FIPLAN” (TURMA 2)	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SGF” (TURMA 2)	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SETIM”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
LV ENCONTRO DO COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA (COPEDEM) – "O PAPEL DAS ESCOLAS HÍBRIDAS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO"	PRESIDÊNCIA	16	280
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	COORDENADORIA DA MULHER	20	200
FORMAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS TJBA - OFICINA “SEAD”	COODERNAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO (COLIQ)	2	50
CURSO DE DIRETOR DO FÓRUM 2023	AEP 2	40	30
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AGENTES VOLUNTÁRIOS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 2023	COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (CIJ)	8	200
CURSO APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA SABER VIRTUAL ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO TJBA - TURMA 2023.1 - MATUTINO	CODES	2	50
CURSO APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA SABER VIRTUAL ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO TJBA - TURMA 2023.2 - MATUTINO	CODES	2	50
CURSO APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA SABER VIRTUAL ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO TJBA - TURMA 2023.3 - VESPERTINO	CODES	2	50
CURSO APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA SABER VIRTUAL ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO DO TJBA - TURMA 2023.4 - VESPERTINO	CODES	2	50
CAPACITAÇÃO DE ENTREVISTADOR FORENSE EM DEPOIMENTO ESPECIAL DO PJBA	COORDENADORIA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE (CIJ)	7	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 1	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 3	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	2	50
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2023 - TURMA 2	NUGEPNAC	4	30

CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 04: FASE DE PLANEJAMENTO - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 04: FASE DE PLANEJAMENTO - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	16	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 4	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 5	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
I SEMINÁRIO PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR - INFÂNCIA, SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	3	300
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2023 - TURMA 3	NUGEPNAC	2	50
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.1	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.2	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.3	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.4	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.5	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 1.6	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 2.1	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 2.2	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 2.3	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 3.1	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 3.2	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 4.1	NJR2G	2	10
PROJETO ESTADUAL TRANSDISCIPLINAR – INFÂNCIA_SAÚDE E JUSTIÇA RESTAURATIVA 2023 - OFICINAS RESTAURATIVAS - TURMA 4.2	NJR2G	2	10
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 6	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30

CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 7	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
ENCONTRO COM NUGEPNAC 2023 - TURMA 4	NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS (NUGEPNAC)	2	50
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 8	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
AULA MAGNA ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO - TURMA 2023.1 - PRESENCIAL MATUTINO	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	2	280
AULA MAGNA ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO - TURMA 2023.2 - EAD MATUTINO	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	2	300
AULA MAGNA ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO - TURMA 2023.3 - PRESENCIAL VESPERTINO	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	2	280
AULA MAGNA ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO - TURMA 2023.4 - EAD - VESPERTINO	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	2	300
CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO: ASPECTOS ESSENCIAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - TURMA 2023.1	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	20	21
CURSO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO: ASPECTOS ESSENCIAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - TURMA 2023.2	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	20	30
CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO CIVIL E COLETA BIOMÉTRICA	GMF/BA	8	40
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 9	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 10	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
SEMINÁRIO INTEGRAÇÃO JUSTIÇA RESTAURATIVA E SEGURANÇA PÚBLICA 2023 - TURMA PRESENCIAL	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	4	150
SEMINÁRIO INTEGRAÇÃO JUSTIÇA RESTAURATIVA E SEGURANÇA PÚBLICA 2023 - TURMA EAD	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	4	200
TREINAMENTO GESTÃO DOCUMENTAL 2023	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	20	40
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 11	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30

CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 12	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS - TURMA GESTORES 2023.3	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	12	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 13	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 14	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 15	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 16	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 05: PL ESTADO DA BAHIA NNLC. PROCEDIMENTOS AUXILIARES - TURMA PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	12	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 05: PL ESTADO DA BAHIA NNLC. PROCEDIMENTOS AUXILIARES - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	12	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 17	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 18	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
SEMINÁRIO PERSONALIDADES DA INDEPENDÊNCIA: OS PROTAGONISTAS DA LIBERDADE - TURMA PRESENCIAL	COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA	8	150
SEMINÁRIO PERSONALIDADES DA INDEPENDÊNCIA: OS PROTAGONISTAS DA LIBERDADE - TURMA EAD	COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA	8	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 19	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 20	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 36	NUGEPNAC	20	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 37	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 38	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 39	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 40	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30

CAPACITAÇÃO GESTÃO DE RISCOS EM CONTRATAÇÕES E PREENCHIMENTO DE MATRIZ DE RISCOS	COAUD	4	25
CURSO AVALIANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO	COAUD	20	20
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 41	COORDENADORIA DA MULHER	2	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 42	COORDENADORIA DA MULHER	2	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 06: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - TURMA PRESENCIAL	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 06: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	16	150
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 43	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 44	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 27	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 28	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 29	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
WEBINÁRIO CRIANÇAS TRANSGÊNERO: FAMÍLIA, AFETO E DIREITOS	COGEN	2	100
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 30	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 31	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – NAO CONFLITIVOS -TURMA CPM/PMBA - MAIO/2023	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	24	20
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 32	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 33	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO NO SISTEMA DE GESTÃO E PROJETOS (SGP)	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SEPLAN)	4	40
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 45	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30
CAPACITAÇÃO SISTEMA DE APOIO A PERÍCIAS JUDICIAIS - TURMA 34	SECRETARIA JUDICIÁRIA (SEJUD)	4	30

PALESTRA DESAFIOS ATUAIS DO TRATAMENTO ADEQUADO DA LITIGIOSIDADE EM SAÚDE	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	2	50
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 07: O CONTRATO ADMINISTRATIVO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 07: O CONTRATO ADMINISTRATIVO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA SUSTENTÁVEL	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL	40	50
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO 2023.2	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	15	200
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ – NÃO CONFLITIVO - TURMA ILHÉUS-JUNHO/2023	NJR2G	24	25
WORKSHOP DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	CORREGEDORIA DAS COMARCAS DO INTERIOR	7	200
PALESTRA ASPECTOS FUNDACIONAIS E TENDÊNCIAS TECNOLÓGICAS PARA GOVERNO NA VISÃO DO GARTNER APLICÁVEIS NO TJBA	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO (SETIM)	2	40
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS - TURMA GESTORES 2023.4	COMISSÃO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO-2º GRAU (COPAMSD 2G)	12	30
CURSO TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU) - MÓDULO 1: TRIBUNAL DO JÚRI	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	20	200
CURSO REPERCUSSÃO GERAL: ORIGENS, INOVAÇÕES E SUA APLICAÇÃO AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EAD - TURMA UNICORP 2023	NUGEPNAC	25	200
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 08: O PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 08: O PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DOS JUÍZES 2023 - TURMAS A e B	PRESIDÊNCIA	563	60
CURSO TRATATIVAS SOBRE O PROCESSO DE PAGAMENTO	COLIQ	4	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 02A	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 02B	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 02C	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 02D	CIJ	12	50
X ENEP E I ENCONTRO INTERNACIONAL DE EXECUÇÃO PENAL - TURMA PRESENCIAL	UNICORP	16	16
X ENEP E I ENCONTRO INTERNACIONAL DE EXECUÇÃO PENAL - TURMA EAD	UNICORP	16	16
CAPACITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO CIVIL E COLETA BIOMÉTRICA - TURMA AGOSTO/2023	GMF/BA	8	60
TREINAMENTO EQUIPES ENGAJADAS 2023 - 2º CARTÓRIO INTEGRADO DE FAMÍLIA - PERFIL SECRETARIA	DPG 1º GRAU	24	25

TREINAMENTO EQUIPES ENGAJADAS 2023 - 2º CARTÓRIO INTEGRADO DE FAMÍLIA - PERFIL GABINETE	DPG 1º GRAU	28	25
CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS - TURMA 87	NUPEMEC	40	20
CURSO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: ELAS SALVAM VIDAS - TURMA PRESENCIAL	COORD. DA MULHER	2	100
CURSO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA: ELAS SALVAM VIDAS - TURMA EAD	COORD. DA MULHER	2	100
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 03: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - TURMA PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES - MÓDULO 03: PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - TURMA EAD	PRESIDÊNCIA	16	150
CURSO O PAPEL DO JUIZ CORREGEDOR PERMANENTE NAS INSPEÇÕES DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	CGJ - EXTRAJUDICIAL	16	40
WORKSHOP INTEROFICIAL - TURMA OFICIAL DE JUSTIÇA ILHÉUS/2023	CGJ	12	23
CURSO REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO FAMILIAR - TURMA PRESENCIAL	UNICORP	9	40
CURSO REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO FAMILIAR - TURMA EAD	UNICORP	9	200
CAPACITAÇÃO PROCESSO DE TRABALHO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DAS UNIDADES GESTORAS DO INTERIOR - TURMA AGOSTO 2023	UNICORP	40	40
CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES EM MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO JUDICIAL	NUPEMEC	40	16
AULA PREMIUM "EU NÃO LIGAVA: DESMISTIFICANDO O CAPACITISMO" - TURMA 2023.1	SEGESPE	2	100
AULA PREMIUM “EU NÃO LIGAVA: DESMISTIFICANDO O CAPACITISMO” - TURMA 2023.2	SEGESPE	2	100
AULA PREMIUM “EU NÃO LIGAVA: DESMISTIFICANDO O CAPACITISMO” - TURMA 2023.3	SEGESPE	2	100
AULA PREMIUM “EU NÃO LIGAVA: DESMISTIFICANDO O CAPACITISMO” - TURMA 2023.4	SEGESPE	2	100
CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR BÁSICO PARA POLICIAIS MILITARES - TURMA 1/2023	COMISSÃO DE SEGURANÇA	20	30
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM SEGURANÇA PÚBLICA - TURMA 01/2023	NJR 2ºGRAU	24	25
CURSO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	DPG1ºGRAU	12	30
I SIMPÓSIO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD - TURMA PRESENCIAL	COMITÊ GESTOR DE DADOS PESSOAIS (CGPD)	16	100
I SIMPÓSIO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD - TURMA EAD	COMITÊ GESTOR DE DADOS PESSOAIS (CGPD)	16	180
TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS - TPU/CNJ	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	8	100
CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR BÁSICO PARA POLICIAIS MILITARES - TURMA 2/2023	COMISSÃO DE SEGURANÇA	20	30
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM SEGURANÇA PÚBLICA - TURMA 02/2023	NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DE 2º GRAU TJBA	24	25
XI SEMINÁRIO NACIONAL DO IBADPP - PROCESSO PENAL E DEMOCRACIA	PRESIDÊNCIA	16	60
REURB - ESTRATÉGIAS PARA BONS RESULTADOS	CCI	6	150

1ª JORNADA DE DIREITO MILITAR - TURMA PRESENCIAL	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	8	100
1ª JORNADA DE DIREITO MILITAR - TURMA EAD	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	8	100
CAPACITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO CIVIL E COLETA BIOMÉTRICA - TURMA SETEMBRO/2023	GMF/BA	8	60
CURSO DE AGENTES TRANSFORMADORES 2023.1	NJR 2º GRAU	36	100
CAPACITAÇÃO EM PRÁTICA CARTORÁRIA CRIMINAL	DPG1º GRAU	21	200
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 03A	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 03B	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 03C	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 03D	CIJ	12	50
CURSO FORMAÇÃO DE FACILITADORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ EM SEGURANÇA PÚBLICA - TURMA 03/2023	NJR 2º GRAU	24	25
CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR BÁSICO PARA POLICIAIS MILITARES - TURMA 3/2023	COMISSÃO DE SEGURANÇA	20	30
CURSO DE ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO - TURMA PRESENCIAL	DPG1º GRAU	6	50
CURSO DE ORATÓRIA E COMUNICAÇÃO - TURMA EAD	DPG1º GRAU	6	250
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA - TURMA 01/2023	NJR 2º GRAU	24	30
CURSO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR BÁSICO PARA POLICIAIS MILITARES - TURMA 4/2023	COMISSÃO DE SEGURANÇA	20	30
WORKSHOP INTEROFICIAL - TURMA OFICIAL DE JUSTIÇA - JUAZEIRO/2023	CCI	12	20
CURSO DE GESTÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE DE CONDUTAS ASSEDIOSAS E DISCRIMINATÓRIAS - TURMA GESTORES 2023.5	COPAMSD 2G	12	30
WORKSHOP INTEROFICIAL - TURMA SECRETARIA - JUAZEIRO/2023	CCI	3	10
CURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 3D - TURMA EAD	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	16	140
TREINAMENTO PARA EQUIPES ENGAJADAS 2023 - VARA DE ACIDENTE DE TRABALHO DE SALVADOR - PERFIL SECRETARIA	DPG1º GRAU	32	20
TREINAMENTO PARA EQUIPES ENGAJADAS 2023 - VARA DE ACIDENTE DE TRABALHO DE SALVADOR - PERFIL GABINETE	DPG1º GRAU	28	10
CURSO NEGOCIAÇÃO: TÉCNICAS E FERRAMENTAS - TURMA 2023.1	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	16	20
TREINAMENTO JURIMETRIA PARA ADMINISTRAÇÃO DE TRIBUNAIS	SEPLAN	20	25
SETEMBRO AMARELO - "ENCONTRANDO A FELICIDADE NO SOFRIMENTO" - TURMA PRESENCIAL	COSOP	1	140
SETEMBRO AMARELO - “ENCONTRANDO A FELICIDADE NO SOFRIMENTO” - TURMA EAD	COSOP	1	140
WORKSHOP DE SUPERVISÃO PARA INSTRUTORES DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ	NJR 2º GRAU	21	2
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL E APLICAÇÃO DO PROTOCOLO ESPANHOL NO CALLEM NA BAHIA - TURMA PRESENCIAL	COORDENADORIA DA MULHER	2	140

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL E APLICAÇÃO DO PROTOCOLO ESPANHOL NO CALLEM NA BAHIA - TURMA EAD	COORDENADORIA DA MULHER	2	140
1º SEMINÁRIO DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL DA BAHIA - TURMA PRESENCIAL	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	8	140
1º SEMINÁRIO DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL DA BAHIA – TURMA EAD	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	8	140
CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS PROTEÇÃO PESSOAL E FUNCIONAL - TURMA 2023.1	COMISSÃO DE SEGURANÇA	8	21
SEMINÁRIO “PROJETO CONCILIAÇÃO NO EXTRAJUDICIAL 2023”	NUPEMEC	3	280
RODA DE CONVERSA “JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO NO INVENTÁRIO” - TURMA PRESENCIAL	NJR 2º GRAU	3	100
RODA DE CONVERSA "JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO NO INVENTÁRIO" - TURMA EAD	NJR 2º GRAU	3	200
CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA DE MULTIPLICADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA - TURMA 01/2023	NJR 2º GRAU	48	30
CAPACITAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO CIVIL E COLETA BIOMÉTRICA - TURMA OUTUBRO/2023	GMF/BA	8	60
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - NÃO CONFLITIVO - TURMA ILHÉUS-OUTUBRO/2023	NJR 2º GRAU	24	25
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 04A	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 04B	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 04C	CIJ	12	50
CURSO ON-LINE DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO: CONSTRUINDO LAÇOS, TECENDO FAMÍLIAS - TURMA 04D	CIJ	12	50
FORMAÇÃO EM CONCILIAÇÃO PARA OS JUIZADOS ESPECIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA	COJE	12	100
CAPACITAÇÃO EM TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS APLICADAS AOS PRECEDENTES QUALIFICADOS 2023	DPG1º GRAU	3	150
CURSO NEGOCIAÇÃO: TÉCNICAS E FERRAMENTAS - TURMA 2023.2	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	16	20
CURSO DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E CONCILIADORES JUDICIAIS - TURMA 89	NUPEMEC	40	20
TREINAMENTO EM PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ETAPA ON-LINE - MENTORIA SETIM	PRESIDÊNCIA	6	20
TREINAMENTO EM PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ETAPA ON-LINE - MENTORIA SEGESP/SEJUD/SGP	PRESIDÊNCIA	4	20
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - NÃO CONFLITIVO - TURMA OUTUBRO/2023	NJR 2º GRAU	24	25
PALESTRA "A VIDA E A TRAJETÓRIA DO MINISTRO HERMES LIMA" - TURMA PRESENCIAL	COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA	1	140
PALESTRA "A VIDA E A TRAJETÓRIA DO MINISTRO HERMES LIMA"- TURMA EAD	COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA	1	140
CAPACITAÇÃO EM LINGUAGEM SIMPLES 2023 - OFICINA TEÓRICA - TURMA PRESENCIAL	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	2	50
CAPACITAÇÃO EM LINGUAGEM SIMPLES 2023 - OFICINA TEÓRICA - TURMA EAD	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	2	300
CAPACITAÇÃO EM LINGUAGEM SIMPLES 2023 - OFICINA PRÁTICA - TURMA SERVIDORES	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	2	50

CAPACITAÇÃO EM LINGUAGEM SIMPLES 2023 - OFICINA PRÁTICA - TURMA JUÍZES E ASSESSORES	DIRETORIA DE 1º GRAU - DPG	2	50
CURSO A ATUAÇÃO DOS JUÍZES LEIGOS - TURMA 2023.2	COJE	40	200
CURSO NOVAS TÉCNICAS E CONCEITOS POR IMAGEM EM ODONTOLOGIA	CDONT	8	17
SEMINÁRIO CONSTITUIÇÃO, IMPRENSA E REVOLUÇÃO	COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA	2	80
CURSO DE TÉCNICA LEGISLATIVA 2023	CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	16	30
WEBINÁRIO DILIGÊNCIAS RURAIS	CGJ	3	280
ETAPA TEÓRICO VIVENCIAL - FORMAÇÃO DE FACILITADOR EM PROCESSOS CIRCULARES. CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ - NÃO CONFLITIVO - TURMA NOVEMBRO/2023	NJR 2º GRAU	24	25
CURSO DE AGENTES TRANSFORMADORES - TURMA 2023.2	NJR 2º GRAU	36	30
CAPACITAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO - TURMA 2023.1	COGEN	20	60
CAPACITAÇÃO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO - TURMA 2023.2	COGEN	20	140
PALESTRA “PODER JUDICIÁRIO E ARBITRAGEM: INTERAÇÕES PARA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE ACESSO À JUSTIÇA” - TURMA PRESENCIAL	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	4	280
PALESTRA “PODER JUDICIÁRIO E ARBITRAGEM: INTERAÇÕES PARA EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE ACESSO À JUSTIÇA” - TURMA EAD	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	4	300
CURSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ASSÉDIO NO TRABALHO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TURMA 2023.1	NJR 2º GRAU	16	100
CURSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ASSÉDIO NO TRABALHO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TURMA 2023.2	COPAMSD + NJR2ºGRAU	16	100
CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA PARA MAGISTRADOS PROTEÇÃO PESSOAL E FUNCIONAL - TURMA 2023.2	COMISSÃO DE SEGURANÇA	8	21
OFICINA DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA - TURMA 02/2023	NJR 2º GRAU	24	15
WEBINÁRIO JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO	NJR 2º GRAU	2	200
TREINAMENTO EM PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ETAPA PRESENCIAL	PRESIDÊNCIA	16	40
CAPACITAÇÃO "ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO: COMO PREVENIR E COMBATER"	COPAMSD	20	50
II JORNADA DE DIREITO E AGRONEGÓCIO	PRESIDÊNCIA	36	80
CURSO DE AGENTES TRANSFORMADORES - TURMA 2023.3	NJR 2º GRAU	32	30
SIMPÓSIO SAÚDE SUPLEMENTAR: JUDICIALIZAÇÃO E DESAFIOS DO SETOR" - TURMA PRESENCIAL	UNIVERSIDADE CORPORATIVA	8	280
AULA SHOW "A HISTÓRIA DO POVO NEGRO NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO OU POR QUE COTAS NÃO É ESMOLA" - TURMA 2023.1	SEGESP + CODES + CIDIS	1	280
AULA SHOW "A HISTÓRIA DO POVO NEGRO NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO OU POR QUE COTAS NÃO É ESMOLA" - TURMA 2023.2	SEGESP + CODES + CIDIS	1	300
AULA SHOW "A HISTÓRIA DO POVO NEGRO NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO OU POR QUE COTAS NÃO É ESMOLA" - TURMA 2023.3	SEGESP + CODES + CIDIS	1	280

AULA SHOW "A HISTÓRIA DO POVO NEGRO NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REPARAÇÃO OU POR QUE COTAS NÃO É ESMOLA" - TURMA 2023.4	SEGESP + CODES + CIDIS	1	300
CURSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ASSÉDIO NO TRABALHO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TURMA 2023.3	COPAMSD + NJR 2º GRAU	16	100
CURSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ASSÉDIO NO TRABALHO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA - TURMA 2023.4	COPAMSD + NJR 2º GRAU	16	100
CURSO DE APRIMORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS HUMANAS PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA PRESENCIAL	CGJ	24	40
CURSO DE APRIMORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS HUMANAS PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA PRESENCIAL	CGJ	24	200
CURSO "JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E DE TRAUMA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DE CRIMES CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A NEUROCIÊNCIA PARA GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA"	COORDENADORIA DA MULHER	20	30
TOTAL DE CAPACITAÇÕES DO ANO DE 2023 = 323		**TOTAL HORAS = 4.005**	**TOTAL VAGAS = 27.696**
TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES = 495		**TOTAL HORAS = 7.740**	**TOTAL VAGAS = 47.362**

Cursos Permanentes:

São cursos ministrados na modalidade EAD, no formato autoinstrucional, disponibilizados em página própria no site do Tribunal de Justiça[2], com o título "FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR", que podem ser acessados, a qualquer tempo, por servidores e magistrados do Tribunal de Justiça. Atualmente, são oferecidos os seguintes cursos:

MÓDULO GERAL[3]

Atualização Linguística e Gramatival para Juízes e Servidores do TJBA
1. Domicílio Eletrônico no Sistema PJE – 1º Grau
2. Microsoft Office 365
3. Organização do PJBA
4. Noções de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
5. SIGA
6. PJE 2.1
7. Sistema de Custas Remanescentes
8. Sistema de Gerenciamento Financeiro
9. Capacitação para Agentes Voluntários de Proteção à Criança e ao Adolescente
10. Detalhamento FIPLAN
11. SEEU
12. SEEU - CNJ
13. ECA e Magistratura
14. Curso de Direitos Fundamentais para prevenção e Enfrentamento de Violência de Gêneros contra as Mulheres – módulo geral

2 http://www5.tjba.jus.br/portal/formacao-e-aperfeicoamento-do-servidor-versao-2/

3 http://www5.tjba.jus.br/portal/formacao-e-aperfeicoamento-do-servidor-modulo-geral/

15. Curso de Direitos Fundamentais para Prevenção e Enfrentamento da
16. Violência de Gênero contra as Mulheres – Oficiais de Justiça
17. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA
18. Juízo 100% Digital – DPG
19. Sistema de Custas Judiciais
20. Atendimento 4.0 – Qualidade e Humanização do Atendimento ao Cidadão na Era Digital
21. Lei de Responsabilidade Fiscal
22. Acessibilidade e Inclusão no Ambiente do Tribunal de Justiça da Bahia

MÓDULOS ESPECÍFICOS

2ª VICE-PRESIDÊNCIA[4]

23. PJE (Módulo Seção de Recursos) - Perfil Gabinete
24. PJE (Módulo Seção de Recursos) - Perfil Secretaria
25. Conhecendo a Ouvidoria e Sistemas SIC
26. A Eficiência dos Precedentes Judiciais do STJ
27. Repercussão Geral; Origens, Inovações e Sua Aplicação ao Supremo Tribunal Federal

UNICORP[5]

28. Conhecendo a UNICORP
29. Sistema Integrado de Educação – SIEC
30. Banco de Docentes – BDOC
31. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA[6]

32. Curso Básico Núcleo Extrajudicial
33. PJE COR – Módulo Procurador
34. PJE COR – Módulo Gabinete
35. PJE COR – Módulo Secretaria

- **Eventos realizados em parcerias com instituições externas e outras ações que merecem destaque**

A UNICORP promoveu diversas ações com o escopo de impulsionar a busca pelo aprimoramento, fomentar novas discussões, fazer atualizações acerca de diversas temáticas, bem como realizar o intercâmbio de conhecimentos e a troca de saberes com diferentes instituições públicas e privadas, com o intuito de contribuir para o enriquecimento e a dinâmica de atuação de magistrados e servidores, abaixo elencados:

ANO DE 2022:

4 http://www5.tjba.jus.br/portal/formacao-e-aperfeicoamento-do-servidor-modulo-especifico-2a-vice-presidencia/

5 http://www5.tjba.jus.br/portal/formacao-e-aperfeicoamento-do-servidor-modulo-especifico-unicorp/

6 http://www5.tjba.jus.br/portal/formacao-e-aperfeicoamento-do-servidor-modulo-especifico-corregedorias/

1. O Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior, e representantes do Comitê Estadual da Bahia do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) participaram de r**eunião com a Secretária de Saúde do Estado da Bahia (SESAB)**, Adélia Pinheiro, no dia 25.03.2022, na qual foram discutidos vários temas. No evento, o Diretor-Geral firmou o compromisso de promover cursos, eventos, capacitações e estudos técnicos voltados a qualificar a atuação dos magistrados na judicialização da saúde.

2. A UNICORP **promoveu a Live "O Papel do Sistema de Justiça na Promoção da Igualdade de Gênero"**, em parceria com a Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESA) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Subseção Bahia. O evento marcou o encerramento das atividades do mês da mulher (março). Realizado nos dias 29 e 30.03.2022 e transmitido pelo canal do YouTube do PJBA, o evento teve como debate a importância do conhecimento na luta contra a desigualdade social.

3. Fórum Sobre: "Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe" – Foi realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2022, em parceria com o Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (COPLAD) – programa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente (ILANUD), com o apoio do Banco Regional de Brasília (BRB), além da assistência institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foi o primeiro Fórum no continente Americano a tratar do binômio segurança e desenvolvimento humano, objetivou estabelecer compreensivas perspectivas de políticas públicas, na forma de construção global e transnacional da governança, em sintonia com os valores da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em busca de sociedades mais justas, pacíficas, inclusivas e solidárias.

4. No dia 29 de abril de 2022, o Desembargador João Augusto Pinto proferiu palestra e lançou a **3ª Edição do seu livro "Advogado-Juiz: Regras Norteadoras do Relacionamento Funcional".**

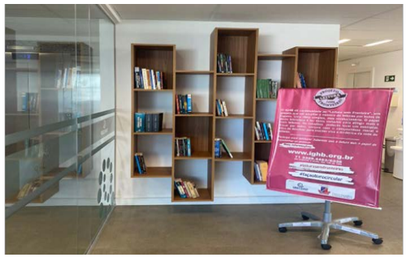
5. Foi realizado o Seminário **"O Papel do CNJ na Cooperação Judiciária Nacional"** no dia 10.05.2022, com a participação de Otávio Luiz Rodrigues Júnior, membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Desembargador Mário Albiani Júnior, Diretor-Geral da UNICORP, tendo na Mesa de Honra o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco. No evento, ocorreu o lançamento do livro: "O Conselho Nacional de Justiça e o Direito Processual na Administração Judiciária, boas práticas e competência Normativa", de autoria de Fredie Didier Jr. e Leandro Fernandez.

6. A UNICORP promoveu, no dia 10.05.222, o Seminário **"A importância da pesquisa empírica na formulação e na execução de políticas judiciárias".** Na oportunidade, além da palestra sobre o tema proferida pela professora Maria Tereza Sadek, ocorreu a assinatura de Termo de Cooperação entre o Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-Jus) do PJBA e a Associação Bahiana de Medicina.

7. No dia 6 de junho de 2022, foi realizado o **Webinário "Agenda 2030 e a economia circular: "O papel das baianas de acarajé na reutilização dos seus produtos no contexto da sustentabilidade".** O seminário on-line contou com a participação do Instituto de Biotecnologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares (ABAM). A realização do webinário buscou estimular ações de pesquisa, extensão e educação ambiental

8. No dia 30.06.2022, a UNICORP promoveu um **Sarau Literário e evento de lançamento do livro de poemas "Anseios Tardios"** do Desembargador aposentado Osvaldo de Almeida Bomfim.

9. O Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Júnior, recebeu, no dia 08.07.2022, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IGHB), Joaci Fonseca de Góes, para tratar sobre a implementação, no âmbito do PJBA, do Programa "Leitura sem Fronteiras". O Programa busca instituir bibliotecas em diversos espaços, com acervos variáveis.



Em razão da parceria referenciada, a UNICORP instalou uma biblioteca, na entrada da sua sede, disponibilizando a qualquer interessado a possibilidade de retirar os livros para leitura e posterior devolução ou permuta de exemplares.

10. A UNICORP e o Grupo de Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, com o apoio da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA) da Procuradoria-Geral do Estado, promoveram **palestra sobre Fake News com a Ministra da Corte Constitucional Alemã Sibylle Kessal-Wulf e com o Ministro do STF Aposentado Carlos Ayres Britto**, no dia 08.08.2022.

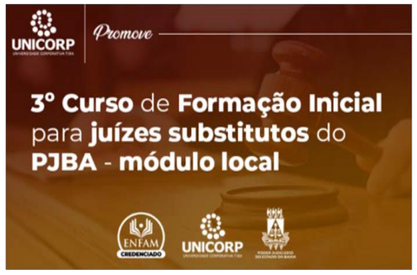
11. O Tribunal sediou, nos dias 18 e 19.08.2022, a **"V Jornada Nacional de Direito da Saúde"**. O evento contou com a participação do CNJ, da UNICORP, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e do Fórum Nacional de Direito da Saúde.

12. O Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Júnior, recebeu, no dia 19/08/2022, a Medalha da Ordem do Mérito IBDM Grau Comendador. A entrega foi feita pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Militar (IBDM), Coronel Josemar Pereira. A honraria é um símbolo de reconhecimento do Instituto, destinado a homenagear aqueles que tenham se destacado pelo seu alto valor pessoal ou institucional, levando-se em consideração os notáveis serviços ao Direito Militar.

13. O Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Júnior, recebeu visita do Chefe da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Paulo Moreno Carvalho, e da **Procuradora–Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da PGE**, Renata Fabiana, no dia 25/08/2022, visando **compartilhar conhecimento científico e discutir sobre cooperações futuras entre as Escolas.**

14. O Presidente do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, acompanhado do Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Júnior, e do Secretário-Geral, Marcus Vinícius Fernandes, **prestigiaram, no dia 1º/09/2022, a cerimônia de posse do Ministro Mauro Campbell na Direção-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) para o biênio 2022-2024.**

15. A UNICORP promoveu, no dia 10/10/2022, a abertura de novo curso de Formação Inicial para Juízes Substitutos do Poder Judiciário da Bahia, aprovados no último concurso. A formação contemplou o conteúdo programático mínimo proposto pela ENFAM, as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, também, as temáticas de interesse do Poder Judiciário do Estado da Bahia.



16. O Tribunal de Justiça, juntamente com a UNICORP e a Faculdade Baiana de Direito, promoveu a **"Jornada de Direito Processual e Registral"**, nos dias 3 e 4 de novembro de 2022. O evento reuniu Desembargadores, Juízes, Delegatários, Registradores de Imóveis e outros profissionais ligados ao tema, que explanaram questões importantes e atuais relativas à esfera do Direito Processual e Registral.

17. O Tribunal promoveu, no dia 31.10.2022, o evento de Cerimônia de assinatura de **Termos de Cooperação com o Tribunal de Contas Estadual (TCE/BA) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/BA)**. Foi lançado o **Manual de Procedimento Internos (MPI)** com foco na Governança e a Procuradoria-Geral de Justiça inaugurou o Núcleo da PGE nas instalações do Tribunal de Justiça. O primeiro Termo assinado foi o Acordo de Cooperação Técnica e Acadêmica com a PGE/BA; o segundo, intitulado Acordo de Coopera-

ção de Precatórios, objetivou o compartilhamento e a análise de dados com vistas à elaboração anual do relatório “Pagou Por quê?” da PGE/BA; e o terceiro foi o Acordo de Cooperação Técnica e Acadêmica estabelecido com o TCE/BA.

18. A UNICORP, representada pelo seu Diretor-Geral, Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior, também integrante do Comitê Executivo Nacional da Saúde do CNJ, **participou do I Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus--CNJ)** nos dias 17 e 18.11.2022, em São Paulo.

19. O Diretor-Geral, Desembargador Mário Albiani Júnior, ministrou aula de encerramento do Programa de Capacitação dos Estagiários de Pós--Graduação no dia 07.12.2022. Com enfoque prático, a capacitação foi dividida em 13 módulos, os quais contemplaram múltiplas áreas do Direito: Civil (Teoria Geral dos Contratos, Família e Sucessões), Processual Civil, Penal, Processual Penal, Consumidor, Administrativo e Fazendário, entre outros.

20. O Tribunal de Justiça da Bahia sediou o **Seminário “Segurança, Desenvolvimento Humano e Combate aos Crimes Econômicos”** durante o Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) no dia 12.12.2022. O evento contou com a palestra dos Ministros do STJ Sebastião Reis e Nefi Cordeiro.

21. A UNICORP promoveu um **encontro com os representantes do Instituto de Arbitragem da Bahia (IArB)**, com o objetivo de discutir a possibilidade da assinatura do Termo de Cooperação entre as instituições, no dia 17.12.2022.

ANO DE 2023

01. O Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e o Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Júnior, no dia 18.01.2023, **reuniram-se com a Reitora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Adriana Marmori, e com o Assessor da Reitoria e o Professor do curso de Direito, Sérgio São Bernardo**, tendo sido possibilitada uma vasta troca de experiência entre as Instituições, além de terem proporcionado a discussão sobre a criação de parceria capaz de contribuir para a formação dos servidores e dos magistrados.

02. A UNICORP instituiu Fóruns Permanentes em Diversas áreas de atuação. Os temas escolhidos para discussão foram: Saúde; Infância e Juventude; Precatórios; Direito Penal e Processual Penal; Violência contra a Mulher; Tecnologia; Desjudicialização e Resolução de Conflitos; Acessibilidade; Justiça Restaurativa; Regularização Fundiária; Juizados Especiais e Memória do Poder Judiciário. Os Fóruns Permanentes têm como objetivo a ampliação do conhecimento jurídico, o aprimoramento do Sistema de Justiça e a prestação de informações à sociedade civil acerca das suas pesquisas.

A Instrução Normativa nº 01/2023, publicada no dia 31.01.2023, apresentou detalhes sobre o funcionamento dos referidos Fóruns.

03. O Tribunal de Justiça, juntamente com a UNICORP, promoveu, no dia 09.02.2023, o **lançamento da 9ª Edição da “Revista Entre Aspas”.** Nessa nova publicação, o tema escolhido foi *‘’Direito e Justiça: expectativas e riscos em tempo de inovação’’*.

04. O Tribunal de Justiça homenageou o Jurista Ruy Barbosa, em virtude do centenário da sua morte, com a realização do **Seminário “Ruy Barbosa, do Império à República, uma vida dedicada à Nação”**, nos dias 09 e 10.05.2023. O evento contou com palestra da Ministra do STF, Carmen Lúcia Antunes Rocha.

05. O Desembargador Geder Luiz Rocha Gomes, Presidente da Comissão de Direito Internacional e Relações Internacionais da UNICORP, lançou o livro "A medida de segurança em uma perspectiva contemporânea", no dia 02.03.2023. O Desembargador foi eleito, em 1º de fevereiro de 2023, membro efetivo do Comitê Permanente das Nações Unidas (ONU) de Prevenção ao Crime da América Latina/ILANUD. O Comitê faz parte do Programa do Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente.

06. O Tribunal de Justiça sediou a 5**5ª edição do Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura- COPEDEM**, nos dias 30 e 31. 03. 2023. O evento abordou o tema "O papel das escolas híbridas da magistratura" e contou com uma palestra do Des. Mário Albiani Júnior sobre o tema "A descentralização das escolas judiciais e a atenção a realidades locais".

07. A UNICORP recebeu a visita do **Diretor de Pesquisa em Direito Público Global da Universidade da Corunha (Espanha) e Presidente do Foro Ibero-americano de Direito Administrativo e da Associação Espanhola de Ciências Administrativas, Professor Jaime Rodriguez Arana e da Procuradora-Chefe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE-BA),** Renata Fabiana Santos Silva, no dia 04.04.2023.

08. A UNICORP, a Coordenação da Infância e Juventude do TJBA e o Ministério Público se reuniram no dia 13.04.2023, para estreitar relações e debater o **lançamento do livro "Uma abordagem transdisciplinar entre a teoria e a prática".**

09. O Tribunal de Justiça, a UNICORP, representada pelo seu Diretor-Geral, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior, e a EMAB participaram, no dia 27.04.2023, do **Seminário "O Futuro dos Negócios e a Economia 5.0"**, no Rio de Janeiro.

10. A UNICORP participou do **Encontro Anual da ENFAM e do Lançamento da Rede Nacional de Escolas Judiciais e da Magistratura**, em Brasília, nos dias 02 e 03.05.2023. O evento teve como objetivo aperfeiçoar o trabalho em rede com foco em situações específicas do contexto educativo, dentre elas as gestões administrativa, pedagógica e acadêmica.

11. A UNICORP recebeu visita do **Embaixador do Instituto Brasileiro de Insolvência da Bahia, Vitor Dutra**, no dia 18.05.2023, com a presença do Diretor-Geral, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior, e do Desembargador Adonias Aguiar.

12. Em razão das comemorações do Bicentenário da independência da Bahia, a Comissão Permanente de Memória e a UNICORP promoveram uma **Semana de exposição iconográfica em julho, culminando no dia 07.07.2023 com a Aula Magna do Historiador, Professor e Artista Plástico Rafael Dantas sobre o tema "Bicentenário da Independência da Bahia: Iconografia e História".**

13. Foram realizados o **I Encontro Internacional e o X Encontro Nacional de Execução Penal,** nos dias 03 e 04.08.2023, cuja temática foi **"Os 35 anos da Constituição Federal e Execução Penal".**

14. O Tribunal de Justiça realizou o **1º Simpósio Nacional sobre Lei Geral de Proteção de Dados no Poder Judiciário**, em parceria com a UNICORP, por meio do Comitê Gestor de Dados Pessoais (CGPD), com o objetivo de harmonizar os entendimentos dos Tribunais de Justiça Estaduais, Regionais Federais; do Superior Tribunal de Justiça; do Conselho Nacional de Justiça; e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, no que diz respeito à aplicação da LGPD, nos dias 24 e 25.08.2023.

15. O Diretor-Geral da UNICORP e Coordenador do Comitê Estadual de Saúde, Desembargador Mário Albiani Júnior, participou de uma reunião, no dia 23/08/2023, **com integrantes da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS), visando discutir os aspectos da judicialização da saúde**.

16. A UNICORP promoveu o debate relacionado ao Direito Militar e suas peculiaridades por meio do evento intitulado **"I Jornada de Direito Militar"**, no dia 1º/09/2023. Na ocasião, o Tribunal concedeu a Medalha do Mérito em Educação Judicial "Desembargador Mário Albiani" ao Conselheiro do CNJ, Promotor João Paulo Shoucair, e ao Assessor Especial de Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Wellington César Lima e Silva.

17. O Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior, foi homenageado com a **Medalha do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, em 06.09.2023. As honrarias foram entregues devido à participação do Desembargador Mário Albiani na realização da I Jornada de Direito Militar no TJBA, evento que contou com o apoio do Presidente do Judiciário baiano, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e do Presidente da Comissão de Segurança da Corte, Desembargador Baltazar Miranda Saraiva.

18. O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e o Diretor da UNICORP, Mário Augusto Albiani Alves Júnior, **assinaram Acordo de Cooperação Científica e Acadêmica com a União dos Municípios da Bahia (UPB)**, no dia 04.09.2023, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, bem com ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum aos partícipes.

19. O Tribunal de Justiça, em parceria com a UNICORP e o Instituto Brasileiro de Insolvência (IBAJUD), promoveu o "**1º Seminário de Insolvência Empresarial da Bahia"**, no dia 28.09.2023.

20. A UNICORP participou de **encontro da Rede Nacional de Escolas Judiciais e de Magistratura (RENAJUM)**, na sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em Brasília, nos dias 09 e 10.10.2023.

21. No dia 19.10.2023, o Tribunal de Justiça prestou homenagem póstuma ao Ministro Hermes Lima, **incorporando o seu nome à UNICORP, que passou a ser denominada de Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima.** Foi realizada solenidade que contou com a palestra **"A vida e os caminhos do Ministro Hermes Lima".**

22. A UNICORP participou do **I Fórum Permanente em Defesa do Agronegócio**, com a presença do Diretor-Geral, Desembargador Mário Albiani Júnior, no dia 26.10.2023. O evento reuniu as lideranças e as representações do agronegócio brasileiro e baiano para discutir o fortalecimento do setor.

23. No dia 06.11.2023, o Tribunal de Justiça realizou, por intermédio da UNICORP, o **lançamento da 10ª Edição da Revista Entre Aspas**, com a temática "Função social da posse e a Regularização Fundiária, Standard probatório e valoração da prova no âmbito do processo penal, Justiça 4.0 – Inovação e Efetividade na Realização da Justiça". Nesse evento, ocorreu, ainda, a inauguração da galeria de Ex-Diretores da UNICORP.

24. Na mesma data, de 06.11.2023, foi **concedida a Medalha do Mérito em Educação Judicial Desembargador Mário Albiani ao Presidente do TJBA, Des. Nilson Soares Castelo Branco**.

Ao longo do biênio, a referenciada honraria foi, também, concedida aos seguintes Ministros: Luiz Fux, Mauro Luiz Campbell Marques, Humberto Martins, Richard Pae Kim, Jorge Mussi, Paulo Dias de Moura Ribeiro, Roberto Ferreira Rosas, Luís Felipe Salomão, Sebastião Reis, Nefi Cordeiro e Marco Anthony Steverson Villas Boas. A Magistrada Renata Gil de Alcântara Videira foi, também, agraciada com a Medalha.

Ações Administrativas realizadas pela UNICORP

ANO DE 2022

- Publicação da Instrução Normativa nº 02, de 21 de fevereiro de 2022, que estabelece procedimentos para **Adesão das Unidades Administrativas e Judiciais ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores da UNICORP**.

- Participação da UNICORP na **Semana Estratégica**, que ocorreu de 04.04.22 a 07.04.22, com a elaboração de demandas e iniciativas da Universidade que culminaram com a seleção de duas iniciativas para o desenvolvimento de projetos.

- **Encerramento do Projeto Estratégico Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, desenvolvido pela UNICORP**, na XX Reunião de Análise da Estratégia (ERA) que ocorreu no dia 19.04.22.

- Elaboração dos estudos para a realização do **Projeto Departamental de criação dos Polos Regionais da UNICORP, com a instalação do primeiro polo descentralizado na Comarca de Ilhéus, no dia 17/11/2023, em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**.

- Defesa na Reunião de Análise Estratégica (ERA) no dia 24.05.22, do Projeto **Sistema de Gestão Educacional da UNICORP**, para aquisição e implantação de um Sistema integrado que propicie eficiência, eficácia, efetividade e celeridade na Gestão e na implementação das ações educativas desenvolvidas pela UNICORP, aprovado à unanimidade.

- Publicação da Portaria n. 13, de 09 de setembro de 2022, na qual foi promovida a atualização dos valores de pagamento da gratificação por instrutoria interna realizada no âmbito da UNICORP, com base na Lei n. 14.468, de 13 de maio de 2022.

- Assinado Termo de Cooperação Técnica n. 173/2022-C pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, no dia 22 de novembro de 2022, cujo objeto foi o estabelecimento de bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes.

- Assinado Termo de Cooperação Técnica n. 176/2022 pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pela Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, em 17.11.2022, cujo objeto foi estabelecer bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum dos partícipes.

- Alteração do Regimento Interno da UNICORP para a criação da Comissão Científica; dos **Fóruns permanentes temáticos, institucionais e interinstitucionais; e da Comissão de Direito Internacional e Relações Internacionais da UNICORP, mediante a Resolução nº 27, de 07.12. 2022.**

- Alteração do Regimento Interno da UNICORP para suprimir a exigência de que o Magistrado Coordenador-Geral seja da comarca da Capital.

ANO DE 2023

- Na data de 31.01.2023, foi publicada a **Instrução Normativa n. 01/2023**, que instituiu os Fóruns Permanentes de debates no âmbito da UNICORP e estabeleceu o seu regulamento.

- A UNICORP recebeu, em doação, equipamentos de transmissão de vídeo para serem utilizados nas suas atividades, em 16 de maio de 2023, mediante **Termo de Doação n. 06/23-D**, celebrado com o Tribunal de Justiça e a ENFORCE – Enforce Gestão de Ativos S.A.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica n. 28/2023-C** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, na data de 06 de junho de 2023, com o objetivo de estabelecer bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum dos partícipes.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica n. 116/2023-C** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD), na data de 29.09.2023, cujo objeto foi estabelecer bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum dos partícipes.

- Encaminhamento do TJ-ADM-2023/31194 à Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, visando **adequar a Resolução nº 06, de 27 de novembro de 2018, do TJBA, ao teor da Resolução nº 01, de 13 de março de 2017**, da ENFAM, que disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação.

- Publicação, na data de 28.06.2023, da **Instrução Normativa n. 02**, de 27 de junho de 2023, que estabeleceu procedimentos para solicitação de cursos, capacitações, contratações de produtos e serviços, realização de eventos e prestação de apoio da Universidade Corporativa do TJBA (UNICORP) e revogou a Instrução Normativa nº 01, de 24 de abril de 2020.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica n. 52/2023** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Presidente da União dos Municípios da Bahia, cujo objeto é estabelecer bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum dos partícipes, no dia 04 de setembro de 2023.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica pelo Presidente do Tribunal de Justiça**, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelas Instituições EMAB, AMAB, DPE, MPBA, OAB-BA, PGE-BA, ALBA, TCM-BA, TCE-BA, GCMS, PC-BA, SEAP, PM e APMS, cujo objeto é a comunhão de esforços entre os partícipes para a promoção e a difusão do conhecimento jurídico nos âmbitos institucionais e comunitários, mediante a realização de cursos, palestras, seminários e outras atividades de ensino, de forma presencial ou transmitida por tecnologia, no dia 28 de setembro de 2023.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica n. 116/20223 – C** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Instituto Brasileiro de Administração (IBAJUD), na data de 29.09.2023, que estabeleceu bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experienciais entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum dos partícipes.

- Assinado **Termo de Cooperação Técnica n. 53/20223** pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; pelo Diretor-Geral da UNICORP, Desembargador Mário Albiani Alves Júnior; e pelo Instituto de Arbitragem da Bahia (IARB), em 09.11.2023, que estabelece bases gerais para a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural, bem como para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica do quadro de pessoal, além de favorecer o desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum dos partícipes.

- **O Projeto Sistema Integrado de Gestão Educacional para a UNICORP**, que visa à aquisição do novo Sistema Operacional da UNICORP, já está em fase de licitação perante a Secretaria de Tecnologia e Modernização (SETIM) do TJBA. Em última reunião realizada pela UNICORP, ficou acertado que o Edital do Processo Licitatório seria publicado em novembro de 2023.

- **O Projeto Estratégico da UNICORP "PLN-UNICORP-2VP"**, denominado **"Formação e Aperfeiçoamento do Servidor"**, na data de 07.11.2023, foi selecionado para concorrer ao Prêmio Melhores Projetos do Biênio 2022/2024. O Projeto será avaliado nos termos do Decreto Judiciário n. 654, art. 2º, de 18 de agosto de 2023.

- **Quantitativo de Expedientes recepcionados e despachados pelo Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA**

  ANO DE 2022 = **83** (oitenta e três) processos administrativos recepcionado.

  ANO DE 2023 = **143** (cento e quarenta e três) processos administrativos recepcionados.

  Total de processos do biênio = **226** (duzentos e vinte e seis).

- **Investimentos realizados pela UNICORP**

ANO DE 2022

- **Investimentos para contratação de instrutoria interna = R$ 410.442,00 (quatrocentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e dois reais).**

- **Investimentos para contratação de instrutoria externa = R$ 1.265.677,00 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais).**

ANO DE 2023

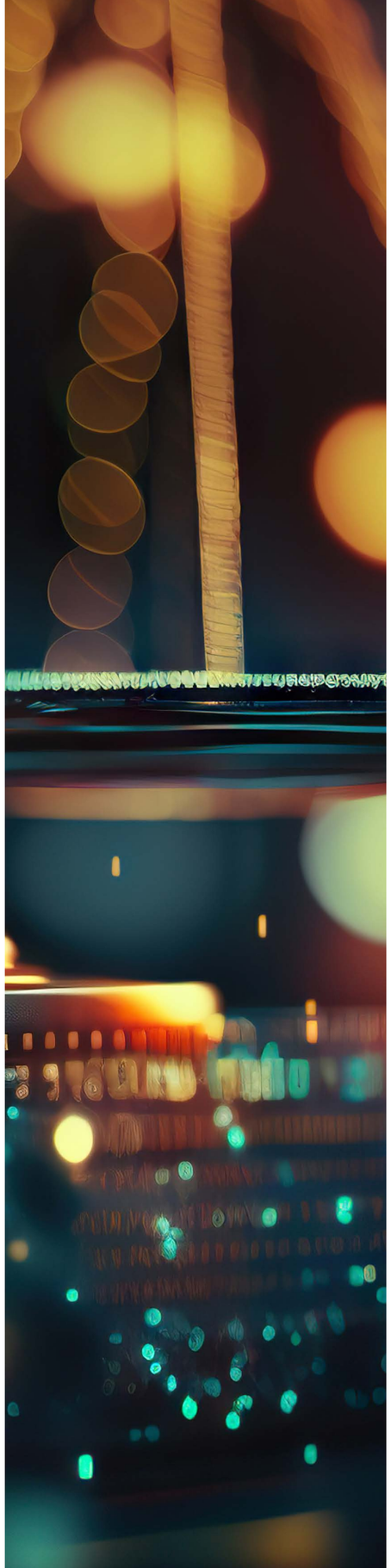
- **Investimentos para contratação de instrutoria interna = R$ 865.255,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais).**

- **Investimentos para contratação de instrutoria externa = R$ 1.610.369,00 (um milhão, seiscentos e dez mil, trezentos e sessenta e nove reais).**

TOTAL DE INVESTIMENTOS NO BIÊNIO: R$ 4.151.743,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais).

Equipe

NOME	FUNÇÃO
Desembargador Mário Augusto Albiani Alves Júnior	Diretor-Geral da UNICORP
Desembargador José Soares Ferreira Aras Neto	Diretor-Adjunto da UNICORP
Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira	Coordenador-Geral da UNICORP
Marcus Vinícius Fernandes	Secretário-Geral da UNICORP
Filipe Santos Ribeiro de Oliveira	Assessor Administrativo e Pedagógico
Ivan de Almeida Trzan	Coordenador Financeiro
Giovana Almeida Filgueiras	Assessora de Comunicação
Nildejane Bispo dos Santos	Assessora Financeira
Priscilla Viana Fortunato	Coordenadora Pedagógica
Thaiana Bomfim de Jesus	Assessora Pedagógica
Renata Carneiro Hufnagel Mattos	Assessora Pedagógica
Gandhy Lua Andrade Patriota Carapiá	Assessora Administrativa
Maria Oliveira e Silva	Assessora Administrativa



APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Judicial foi instituída no ano de 1994, pelo então Desembargador Corregedor Jatahy Fonseca, tendo sido instalada em um prédio do Tribunal de Justiça, situado na Avenida Joana Angélica, bairro de Nazaré, Salvador/BA. No entanto, foi oficialmente criada por meio do Provimento nº 01/96, em seu Anexo III, vinculada à Corregedoria-Geral de Justiça. Até o ano de 2022, o Regimento Interno, aprovado pelo Tribunal Pleno, em 2008, vinculou o Órgão à 2ª Vice-Presidência. Por fim, após Resolução nº 432/2021 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), a Ouvidoria passou a ser autônoma, dirigida por um Desembargador Ouvidor e um Substituto, ambos eleitos.

A Ouvidoria Judicial tem por fim o estabelecimento e o intermédio da comunicação entre o cidadão e a Justiça, competindo-lhe o recebimento e o exame de manifestações que digam respeito às atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia, sendo, ademais, sua precípua finalidade a elevação dos padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos Membros, das Unidades e dos Serviços Auxiliares da Justiça.

A Ouvidoria da Mulher e a Ouvidoria de Gênero foram instituídas pela Resolução nº 425, de 08 de Outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tendo como competência encaminhar às autoridades competentes manifestações com caráter de assédio moral, assédio sexual ou discriminação, que afetem a dignidade, a honra e a imagem da vítima no âmbito da identidade de gênero ou da mulher.

A Ouvidoria tem suas atividades coordenadas pelo Desembargador Ouvidor Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, primeiro eleito, que tomou posse em 16 de dezembro de 2022, conforme Resolução CNJ nº 432/2021 e Resoluções do TJBA nº 03/2022 e nº 10/2022.

No dia 12 de maio de 2022, o TJBA inaugurou a Ouvidoria da Mulher, com o objetivo de apoiar mulheres no âmbito do TJBA, quanto às questões que atrapalham ou as afetam no desenvolvimento profissional, bem como queixas relacionadas à tramitação de processos judiciais. Ao longo da gestão, foram atendidas 28 mulheres, acompanhando do início ao fim suas manifestações, sendo uma encaminhada à Corregedoria e duas direcionadas à Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação.

Na estrutura da Ouvidoria Judicial, há 1 Psicólogo que, também, auxilia a Coordenação da Mulher, a Comissão de Acessibilidade, a Comissão de Direitos Humanos e a supracitada Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de Discriminação, cuja base de atividades funciona em uma sala cedida pela Ouvidoria, para acompanhamento das denúncias e das práticas restaurativas.

Outra atividade da Ouvidoria da Mulher é acompanhar as demandas de mulheres em situação emocional vulnerável, que registram denúncia ou pedido de agilização processual.

Estão sendo incorporados formulários específicos para as demandas de mulheres manifestantes na Ouvidoria, com base no protocolo de atendimento da Coordenação da Mulher, agregando ao fluxo de cadastro de manifestações.

Além disso, houve colaboração técnico-pedagógica na elaboração do Curso para prevenção das práticas de Assédio Moral e Sexual, bem como de Discriminação.

PALAVRA DO OUVIDOR

A Ouvidora Judicial é unidade administrativa do TJBA que atua como canal de intercomunicação com o usuário da Justiça. Aqui, o cidadão pode esclarecer dúvidas, solicitar informações, apresentar sugestões, denúncias ou elogios aos serviços prestados pelo Poder Judiciário baiano.

O objetivo primordial é aprimorar o diálogo com os jurisdicionados, no desafiante trabalho de ouvir todos os cidadãos e fazer suas vozes ecoarem na Instituição, além de fortalecer a prestação jurisdicional, visando à celeridade de tramitação dos processos e à transparência dos procedimentos, elevando a credibilidade da Justiça.

Desde o início da gestão, a Desa. Márcia Borges Farias, 2ª Vice-Presidente, e o Juiz Ouvidor Freddy Carvalho Pitta Lima atuaram ativamente nas demandas da Ouvidoria Judicial.

Na sequência, no mandato temporário, a partir de 16 de dezembro do ano findo, com o auxílio do competente quadro de servidores da Ouvidoria e da valorosa contribuição da Presidência, bem como das Corregedorias, buscou-se aperfeiçoar o sistema de tecnologia, proporcionando maior acesso do usuário e resolução das demandas, observando os prazos estabelecidos pelo CNJ, razão pela qual a colaboração da SETIN e das Diretorias foi fundamental para a correção de eventuais falhas.

Consequentemente, houve incremento das respostas do atendimento, totalizando 9.243, correspondendo a 72% de resolutividade.

No campo da comunicação, durante o mês de agosto, o site do TJ/BA veiculou peça da Ouvidoria, produzida pela ASCOM, com o intuito de orientar o público, apresentando os serviços disponibilizados, inclusive das Ouvidorias da Mulher, de Gênero, Especial e do Servidor, sendo estas três últimas implementadas na atual gestão.

Ressalte-se a participação da Ouvidoria em todas as edições do Programa Conhecendo o Judiciário, voltado aos estudantes da graduação em Direito.

Ademais, desenvolveu-se campanha publicitária, a ser exibida por meio de *outdoor*, informando a população sobre as ferramentas e os diversos canais ofertados pela Ouvidoria.

Mirando a descentralização do Órgão, encontra-se, na Comissão de Reforma, proposta de criação de 29 (vinte e nove) Representações da Ouvidoria nas diversas regiões, sem acréscimo de despesas, permitindo a escolha dos Magistrados pelos pares das comarcas abrangidas.

Importa dizer que está sendo organizado calendário de audiências públicas, nas localidades de Salvador e no interior, para a ouvida das reclamações/sugestões da população e das lideranças comunitárias, aproximando os cidadãos do Poder Judiciário baiano.

Destarte, a Ouvidoria Judicial pontuou em todos os quesitos do CNJ, contribuindo 100%, para que o Tribunal de Justiça do Estado Bahia alcançasse o reconhecimento como a Corte mais transparente do Brasil.

Salvador, 17 de novembro de 2023.

LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
Desembargador Ouvidor

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Ouvidoria Judicial do Tribunal de Justiça está localizada na sala 314 – Sul; a Ouvidoria de Gênero e da Mulher encontra-se na sala 316 A – Sul; e a sala para atendimento está situada no andar térreo do prédio principal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Os dois espaços físicos acomodam um total de 14 (quartorze) pessoas, entre servidores e estagiários, que se revezam nos turnos matutino e vespertino.

O quadro de pessoal das Ouvidorias é formado: pelo Desembargador Ouvidor Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto; pelo Desembargador Ouvidor Substituto Baltazar Miranda Saraiva; pela Desembargadora Ouvidora da Mulher, Nágila Maria Sales Brito; pelos servidores Dr. Guilherme José de Carvalho Neto (Ouvidor-Adjunto), João Carlos de Sena Moisés, Maria Benedita Gama Viana, Cláudio Manoel Nascimento Gonçalo da Silva, Veridiane Maria da Silva Santana Freire, Fábio Ricardo Nogueira dos Santos e Mabel Fernandes Souza; pelos terceirizados Alan Barborsa, Jeanne Michelle e Carlos Augusto Machado; pelos estagiários de nível superior Janine Sales Marinho, Návila Naiara Rubem de Jesus e Vanderson Ramos Soares; e pela estagiária de nível médio Ludmilla Salomão de Sousa Santos.

CANAIS DE ATENDIMENTO

A forma de atendimento da Ouvidoria Judicial atinente ao jurisdicionado é pelo Sistema da Ouvidoria On-line, bem como por e-mail, telefone, manifestações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), carta e forma presencial.

O Sistema da Ouvidoria On-line, E-mail e manifestações do CNJ recebe pedidos de agilização de processo, solicitação de informação, denúncias, sugestões e elogios, tendo o prazo máximo de 48 horas para analisá-los e dar o devido tratamento de acordo com a complexidade de cada um. Vale destacar que o Sistema da Ouvidoria On-line, no período compreendido entre 1º/01/2022 até 17/11/2023, assim classificou as manifestações:

Reclamação: 22.884 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e quatro)
Solicitação de informação: 2.339 (dois mil trezentos e trinta e nove)
Denúncia: 1.618 (mil seiscentos e dezoito)
Elogio: 273 (duzentos e setenta e três)
Sugestão: 211 (duzentos e onze)

No período de 1º/01/2022 até 17/11/2023, o SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) processou e arquivou 829 solicitações de informação, em tempo hábil de 48 horas. As solicitações via e-mail totalizaram 231, dentre elas pedidos de agilização processual, informação, denúncias, elogios e sugestões.

Em 2023, a Ouvidoria Judicial solucionou 1540 manifestações de agilização de processos que estavam no **indicativo para a Corregedoria**, tendo sido elaborado um mapeamento das unidades que não retornavam, através de contato telefônico, e-mail e ofício assinado pelo Desembargador Ouvidor, conseguindo, por conseguinte, sanar e responder a todas as manifestações pendentes.

Registre-se que o atendimento aos cidadãos é realizado de forma ininterrupta, das 8 às 18 horas. Os atendimentos podem ser presenciais; por meio do Fale Conosco (0800-071-222) ou dos telefones (71)3372-5565 / 3372-7536; pela internet: por meio do formulário eletrônico no Sistema da Ouvidoria, no sítio do TJ/BA, no link da Ouvidoria; por e-mail: ouvidoria@tjba.jus.br; e por correspondência.

ATIVIDADES EXTERNAS

A Ouvidoria Judicial do Tribunal de Justiça da Estado da Bahia é um importante canal de interlocução com a Sociedade e representa uma linha reta entre o Poder Judiciário e a população, ou seja, é a menor distância entre o cidadão e o Poder Judiciário.

Ouvir, portanto, significa escutar, acatar, atender, sinônimos que nos permitem vislumbrar a possibilidade de se aproximar cada vez mais do cidadão.

Destarte, a Ouvidoria do TJBA é um espaço dedicado ao exercício da cidadania. É o efetivo diálogo entre os demandantes, visualizando resoluções consensuais de seus litígios com a solução pacífica de lides em tramitação.

A Ouvidoria Judicial atua produzindo informação, orientação jurídica; proporcionando juntamente com o NUPEMEC audiências de mediações para casos cíveis de pequena monta, em parceria com a Marinha do Brasil, Pacto Pela Vida da Polícia Militar do Estado da Bahia, Fundação José Silveira, Rede Record, Ação Global da Rede Globo, entre outros; ministrando palestras para universitários e secundaristas de instituições públicas e privadas pelo Programa Conhecendo o Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; e participando de cursos de formação, visando aprimorar o atendimento ao público e aplicar ferramentas necessárias.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

PERGUNTAS FREQUENTES – FAQ

Perguntas Frequentes – FAQ - Disponível em:
http://servicosonline.tjba.jus.br/servicosonline/perguntas-frequentes-faq/

1. O QUE É UMA OUVIDORIA?
2. QUAL O OBJETIVO DA OUVIDORIA?
3. COMO FUNCIONA A OUVIDORIA?
4. QUAL O TEMPO DE RESOLUÇÃO DOS CASOS?
5. PRECISO ME IDENTIFICAR?
6. QUAIS OS BENEFÍCIOS QUE OBTENHO COM ISSO?
7. A OUVIDORIA PRESTA CONSULTA OU ASSISTÊNCIA JURÍDICA?
8. A OUVIDORIA PODE ATUAR OU INTERVIR NOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO PJE?
9. QUEM PODE FORMULAR UM PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO?
10. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DA OUVIDORIA?
11. COMO ENTRAR EM CONTATO COM A OUVIDORIA?
12. COMO DEVO PROCEDER PARA EFETUAR UMA MANIFESTAÇÃO?
13. O QUE NÃO É ADMITIDO PELA OUVIDORIA?
14. É POSSÍVEL ALTERAR A MINHA MANIFESTAÇÃO, DEPOIS DE ENVIADA?
15. É POSSÍVEL INCLUIR ANEXOS NA MANIFESTAÇÃO?
16. ONDE EU POSSO VER A RESPOSTA?
17. POSSO DISCRIMINAR VÁRIOS FATOS EM UMA SÓ MANIFESTAÇÃO?
18. POSSO REQUERER A DESISTÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO?

LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO (LAI)

1. O QUE É A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO?
2. QUANDO A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO ENTROU EM VIGOR?
3. O QUE REGULAMENTA A MATÉRIA NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO?
4. O QUE SÃO INFORMAÇÕES?
5. QUE TIPO DE INFORMAÇÃO OS CIDADÃOS PODEM TER PELA LEI DE ACESSO?
6. O ACESSO À INFORMAÇÃO É GRATUITO?
7. QUAIS SÃO OS PRAZOS PARA RESPOSTA DOS PEDIDOS APRESENTADOS COM BASE NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO?
8. O QUE É TRANSPARÊNCIA ATIVA?
9. O QUE É TRANSPARÊNCIA?
10. O QUE É SIC?
11. QUEM PODE FORMULAR UM PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO?

RECURSOS E RECLAMAÇÕES

1. O QUE DEVO FAZER SE FOR INDEFERIDO O ACESSO À INFORMAÇÃO?
2. O QUE É UM RECURSO?

COMPOSIÇÃO

A Ouvidoria Judicial do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia possui a seguinte composição:

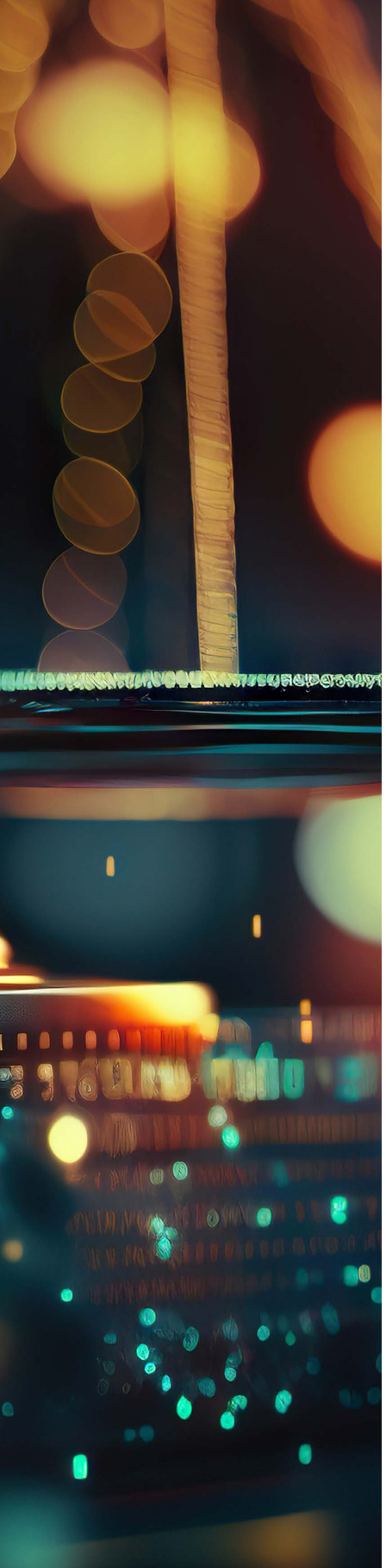
Ouvidor-Geral – **Desembargador Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto.**
Ouvidor-Geral Substituto – **Desembargador Baltazar Miranda Saraiva.**
Ouvidora da Mulher – **Desembargadora Nágila Maria Sales Brito.**
Ouvidor Adjunto – **Bel. Guilherme José de Carvalho Neto.**

OUVIDORIA TJBA
ESCUTANDO, AGINDO, TRANSFORMANDO

OUVIDORIA TJBA
ESCUTANDO, AGINDO, TRANSFORMANDO

OUVIDORIA TJBA
SUA VOZ, NOSSA PRIORIDADE

OUVIDORIA TJBA
SUA VOZ, NOSSA PRIORIDADE



ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA I
MAGISTRADOS

No biênio 2022/2024, correspondente à gestão do Desembargador NILSON SOARES CASTELO BRANCO, como Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), foi convocado o Magistrado ÍCARO ALMEIDA MATOS para assumir como Juiz Assessor Especial da Presidência I - Magistrados, consoante Decreto Judiciário nº 63, de 7 de fevereiro de 2022, disponibilizado no DJE em 8 de fevereiro de 2022.

A Assessoria Especial da Presidência I – Magistrados (AEP I) é o órgão que presta assessoramento direto à Presidência do Tribunal de Justiça nas matérias administrativas referentes aos Magistrados de 1º e 2º Graus, consoante dispõe o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Resolução nº 5, de 27 de março de 2013, disponibilizada no DJE de 16 de abril de 2013).

Atualmente, o Tribunal de Justiça da Bahia tem o total de 709 (setecentos e nove) Magistrados ativos, conforme quadro descritivo abaixo:

MAGISTRADO(A)	QUANTIDADE
Desembargadores	69
Juízes de Direito - entrância final	410
Juízes de Direito - entrância intermediária	57
Juízes de Direito - entrância inicial	111
Juízes Substitutos	62
Total	**709**

Nos termos do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Resolução nº 5, de 27 de março de 2013, disponibilizado no DJE de 16 de abril de 2013), compete à AEP I:

> Art. 8º Ao Órgão compete:
> I. Recepcionar as comunicações de posse e assunção;
> II. Processar as habilitações de acesso, promoção, remoção, permuta e indicações para o Tribunal Regional Eleitoral, aposentadorias, averbações de tempo de serviço, isenções previdenciárias e revisões de proventos;
> III. Elaborar e publicar lista anual de antiguidade; e
> IV. Executar outras ações e atividades concernentes à sua natureza e determinadas pela Presidência.

Em razão da criação da Coordenação de Assuntos Previdenciários (CPREV) – unidade que integra a Secretaria de Gestão de Pessoas –, os processos relativos a aposentadorias, averbações de tempo de serviço, isenções previdenciárias e revisões de proventos passaram a ser instruídos no referido setor, com controle final da AEP-I, para elaboração de minuta da Decisão do Desembargador Presidente.

Ainda considerando as atribuições da assessoria, o fluxo de procedimentos envolve as seguintes matérias: férias, licenças e demais afastamentos de Magistrados, inclusive para cursos, seminários e palestras; convocação de Desembargador para composição de quórum; convocação de Juiz Substituto de 2º Grau e Juiz de Direito para substituir Desembargador; comunicações de posse e assunção; habilitações de acesso, promoção, remoção; pedidos de permuta; habilitação para provimento das vagas oriundas do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; elaboração e publicação da lista anual de antiguidade; elaboração e publicação da lista anual de substituições dos Juízes do 1º Grau; organização do Plantão Judiciário

no período do recesso forense na capital e no interior; designação dos Juízes Titulares das Varas de substituição, Juízes Substitutos de 2° Grau e Juízes Substitutos; indenização de férias; reembolso de combustível; diferença de entrância; ajuda de custo para mudança; abono pecuniário; direção de foro; gratificação de substituição; gratificação por acervo; licença-prêmio; suspensão de expediente forense e prazos processuais; instalação de Vara e reclassificação de entrância das comarcas; procedimentos referente à liberação do certificado digital; atualização das informações constantes no site do TJBA, especificamente em relação aos Magistrados.

A integração da AEP I com os órgãos do Tribunal de Justiça, a exemplo da Consultoria Jurídica, Chefia de Gabinete da Presidência, Secretaria de Planejamento e Orçamento, Secretaria da Tecnologia da Informação e Modernização e da Coordenação de Pagamentos, tem possibilitado que procedimentos repetitivos sejam minimizados e simplificados. Com a adoção de rotinas de trabalho otimizadas e padronizadas, os requerimentos dos Magistrados vêm sendo instruídos e analisados de forma mais ágil. Com isso, o fluxo de procedimentos tem permanecido saneado.

Saliente-se que o Excelentíssimo Desembargador Presidente delegou competência ao Juiz Assessor Especial da Presidência I – Magistrados para praticar os atos administrativos pertinentes à área de atuação da Assessoria, em relação aos Juízes de 1° Grau, conforme Decreto Judiciário n° 579/2022. Ressaltando que, sempre que julgar necessário, o Presidente do Tribunal praticará os atos, sem prejuízo da validade da delegação. A mencionada delegação agilizou o processamento dos pleitos.

Relativamente ao fluxo de processos, no período de 7 de fevereiro de 2022 a 14 de novembro de 2023 (confecção relatório), tramitaram na AEP I 44.886 (quatro mil, oitocentos e oitenta e seis) procedimentos administrativos, consoante dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Siga.

Importante mencionar que foram resolvidas pendências relativas a gestões anteriores, destacando-se a indenização de férias relativas ao ano de 2020; a retomada dos procedimentos de movimentação da carreira, tanto em 1° quanto em 2° Grau; além de outros procedimentos administrativos de diversas espécies.

Com efeito, deu-se continuidade aos pedidos de acesso ao Cargo de Desembargador, pelos critérios de antiguidade e merecimento, relativos aos Editais n° 181/2019, n° 182/2019, n° 183/2019 e n° 184/2019, conforme Decreto Judiciário n° 325, de 13 de abril de 2022 (DJE de 18/04/2022), finalizando-se o procedimento com o julgamento nas sessões plenárias de 12/05/2022 e 09/11/2022.

Resolvida a pendência com relação ao acesso para 2° Grau, viabilizou-se a abertura de outros 11 (onze) editais, sendo 10 (dez) para vagas de carreira de Magistrados e 1 (um) referente ao Quinto Constitucional reservado à Advocacia. Destes, foram julgados 10 (dez) editais, viabilizando a posse, até a data de confecção deste relatório, de 14 (quatorze) Desembargadores.

Destaca-se 1 (um) edital de acesso que está pendente de julgamento, bem como foram disponibilizados 10 (dez) editais de transferências em órgãos fracionários, resultando em 7 (sete) movimentações de Desembargadores por esse critério.

Ainda com relação à movimentação da carreira, referente ao 1° Grau de Jurisdição, também foram julgados editais pendentes da gestão anterior, de promoção e remoção, conforme sessões plenárias de 14/02/2022 e 13/04/2022, destravando a movimentação no 1° Grau.

Além disso, foram disponibilizados novos editais de promoção e remoção de Magistrados,

em todas as entrâncias, promovendo-se a movimentação na carreira, conforme sessão plenária de 09/11/2022.

Na entrância final, foram disponibilizados 70 (setenta) editais de promoção, resultando em 28 (vinte e oito) movimentações verticais. Ademais, foram oferecidos 45 (quarenta e cinco) editais de remoção, ensejando 27 (vinte e sete) movimentações horizontais da espécie. Está pendente de análise 1 (um) edital.

Na entrância intermediária, foram disponibilizados 98 (noventa e oito) editais de promoção, resultando em 1 (uma) movimentação vertical efetivada. Destaca-se que 57 (cinquenta e sete) editais ainda estão em fase de inscrição; e os demais não obtiveram interessados. Ademais, foram oferecidos 49 (quarenta e nove) editais de remoção, ensejando 8 (oito) movimentações horizontais da espécie, sem registro de interessados nos demais.

Na entrância inicial, foram disponibilizados 4 (quatro) editais de remoção, sem registro de interessados na movimentação ofertada. Vencido essa etapa prévia, viabilizou-se a abertura de 118 (cento e dezoito) editais para titularização dos Juízes Substitutos em exercício, resultando na titularização de 97 (noventa e sete) Magistrados.

Com a titularização efetivada, foi realizada a nomeação de todos os candidatos aprovados no cadastro reserva, com o incremento do quadro de Magistrados, no total de 63 (sessenta e três) novos Juízes Substitutos, em Curso de Formação Inicial, previsto para encerramento final de novembro/2023, o que viabilizará o atendimento das Unidades Judiciárias da Bahia com novos Magistrados ainda no corrente ano.

No tocante aos editais para o provimento das vagas oriundas do Tribunal Regional Eleitoral, foi disponibilizado o total de 15 (quinze) editais, dos quais: 2 (dois) para Desembargador Eleitoral Efetivo, classe Desembargador; 3 (três) para Desembargador Eleitoral Substituto, classe Desembargador; 2 (dois) para Desembargador Eleitoral Efetivo, classe Juiz de Direito; 2 (dois) para Desembargador Eleitoral Substituto, classe Juiz de Direito; 4 (quatro) para Desembargador Eleitoral Efetivo, classe Jurista; 2 (dois) para Desembargador Eleitoral Substituto, classe Jurista.

Dos 15 (quinze) editais, 14 (quatorze) foram julgados e 1 (um) está em andamento, na fase de inscrições.

Portanto, a AEP I foi responsável pelo acompanhamento de 418 (quatrocentos e dezoito) editais, somando-se os relativos à movimentação da carreira de Magistrados (acesso e transferência, promoções e remoções na entrância final, intermediária e inicial) aos editais para provimento de vagas do TRE-BA.

Além disso, a AEP I foi responsável pelo processamento de 3 (três) pedidos de permuta no 2° Grau e 18 (dezoito) no 1° Grau.

Merece destaque, também, que diversos processos de instalação de Vara foram impulsionados, conforme planejamento para melhoria no 1° Grau. Até a presente data, foram instaladas a 5ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Feira de Santana; a 4ª Vara de Família, Órfãos, Sucessões, Interditos e Ausentes da Comarca de Feira de Santana; a 1ª de Vara de Família, Órfãos, Sucessões, Interditos e Ausentes de Lauro de Freitas; a Vara da Fazenda Pública de Alagoinhas; a Vara da Fazenda Pública de Paulo Afonso; a 1ª Vara da Fazenda Pública de Jequié; e a 5ª Vara de Sucessões de Salvador.

Registre-se que estão autorizadas, pelo Tribunal Pleno, as instalações da Vara do Júri e Execuções Penais de Paulo Afonso; da 2ª Vara Criminal de Jequié; da 2ª Vara de Violência Doméstica

e Familiar contra Mulher e da Vara de Execuções Penais de Vitória da Conquista; da 2ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais de Itaparica; da Vara do Sistema dos Juizados Especiais de Cruz das Almas; da 2ª Vara Criminal de Senhor do Bonfim; da 2ª Vara Criminal de Santo Antônio de Jesus; e da Vara Criminal de Mundo Novo.

Outras matérias relevantes instruídas nesta Assessoria:

- análise e elaboração de minuta para continuidade de pagamento de passivos relativos à PAE e à correção da PAE;

- pagamento de indenização de férias referentes aos anos de 2020, 2022 e 2023;

- alteração do ato conjunto relativo à produtividade mínima para percepção de gratificações de substituição e acervo;

- alteração da resolução relativa à gratificação por acervo, que culminou com o aumento do percentual de cálculo (de 10% para 1/3 do subsídio) e com a mudança do caráter da verba (de indenizatória para remuneratória);

- cumprimento dos pedidos decorrentes da alteração no regramento do auxílio-saúde para Magistrados, que ampliou o número de beneficiários e o valor reembolsável para até 10% do subsídio do Magistrado responsável pelo seu pagamento;

- cumprimento dos pedidos decorrentes da alteração regramento cálculos relativos à simetria com Ministério Público, além de diferenças vencimentais;

- nomeações dos Juízes Substitutos e colaboração com as demandas oriundas do Curso de Formação Inicial, realizado pela Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP);

- atuação na organização das forças-tarefas realizadas pelas Corregedorias em parceria com a Presidência nas Comarcas de Entrância Final, para saneamento dos fluxos processuais;

- apoio nas designações de Magistrados para os Projetos Corregedoria em Ação, da Corregedoria das Comarcas do Interior;

- apoio com designações de Magistrados para os Projetos Especiais Secretaria Virtual e Núcleos da Justiça 4.0;

- calendário e efetivação das eleições para a Mesa Diretora biênio 2024/2026, além de eleições para Ouvidor-Geral e Substituto; e

- edital para eleição da 1ª composição do Órgão Especial.

Por se tratar de uma Assessoria Especial cujo teor presta auxílio direto à Presidência, cabe salientar que demandas urgentes de soluções imediatas fazem parte, também, da rotina da Unidade.

Por fim, cumpre o registro de acompanhamento do Juiz Assessor Especial da Presidência I – Magistrados em viagens institucionais, seja integrando a comitiva oficial seja diligenciando procedimentos em cursos e participando de reuniões de trabalho, com destaque para os seguintes eventos:

- 26/05/2022 – Comarca de Cruz das Almas – visita institucional;

- 08/07/2022 – Comarca de Alagoinhas - inauguração do CEJUSC; reunião conjunta com a Corregedoria-Geral da Justiça;

- 13 a 16/07/2022 – Comarcas Formosa do Rio Preto e Riachão das Neves – reinauguração do Fórum e inauguração do CEJUSC;

- 28/07/2022 – Comarca de Ilhéus – visita institucional e entrega da reforma do edifício residencial para Magistrados;

- 11 a 12/08/2022 – Comarca de Castro Alves - reinauguração do Fórum e inauguração do CEJUSC e da Sala Passiva;

- 17/08/2022 – Comarca de Conceição do Almeida - reinauguração do Fórum e inauguração do CEJUSC;

- 31/08 a 02/09/2022 – Brasília – Viagem institucional (procedimentos CNJ e comparecimento às cerimônias de posse do Corregedor Nacional de Justiça e do Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM);

- 08 a 09/09/2022 – Comarcas de Conceição do Coité, Valente e Santaluz - reinauguração do Fórum e inauguração do CEJUSC, da Sala de Depoimento Especial e da Sala Passiva;

- 15/09/2022 – Comarca de Esplanada - reinauguração do Fórum e inauguração da Sala de Depoimento Especial e da Sala Passiva;

- 19 a 21/09/2022 – Comarcas de Lençóis, Andaraí e Ruy Barbosa - reinauguração do Fórum e inauguração do CEJUSC, da Sala de Depoimento Especial e da Sala Passiva;

- 16 a 18/10/2022 - Brasília – Viagem institucional (procedimentos CNJ);

- 28 a 30/09/2022 – Comarcas Porto Seguro e Eunápolis – reunião com os Juízes; inauguração do CEJUSC; inauguração da Sala de Depoimento Especial e da Sala Passiva;

- 19 a 21/10/2022 – Comarcas Vitória da Conquista e Barra do Choça - reinauguração do Fórum e inauguração da Sala de Depoimento Especial e da Sala Passiva;

- 27/10/2022 – Comarca de Feira de Santana – instalação da 4ª Vara de Família e inauguração da Sala Passiva;

- 21 a 22/11/2022 – Brasília – 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário (metas CNJ 2023);

- 25 a 28/01/2023 – Instalação da Vara da fazenda Pública de Paulo Afonso;

- 20/03/2023 - Instalação da Vara da Fazenda Pública de Alagoinhas;

- 28/04/2023 – Reinauguração dos Fóruns de Terra Nova e Amélia Rodrigues (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

- 03/05/2023 - Reinauguração do Fórum de Itacaré (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 04/05/2023 - Reinauguração do Fórum de Itajuípe (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 18/05/2023 – Reunião com Juízes de Irecê e inauguração dos Fóruns de Lapão e Canarana (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 14/06/2023 - Reinauguração do Fórum e dos Juizados Especiais de Santo Estêvão (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 15/06/2023 – Inauguração do Ponto de Inclusão Digital (PDI) de Bravo – Distrito de Serra Preta;

· 16/06/2023 - Reinauguração do Fórum e dos Juizados Especiais de Euclides da Cunha e do Fórum de Ribeira do Pombal (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 27/06/2023 – Lançamento da Pedra Fundamental Fórum de Alagoinhas;

· 28/07/2023 - Inauguração do Fórum Cruz das Almas;

· 1º/08/2023 - Reinauguração dos Fóruns de Santa Rita de Cássia e Riachão das Neves (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 15/08/2023 - Reinauguração do Fórum de Santo Antônio de Jesus (com Sala de Depoimento Especial);

· 14/09/2023 - Lançamento da Pedra Fundamental Fórum de Eunápolis;

· 21/09/2023 – Inauguração das novas instalações do CEJUSC de Castro Alves;

· 26/09/2023 – Encerramento do Projeto Corregedoria em Ação Campo Formoso;

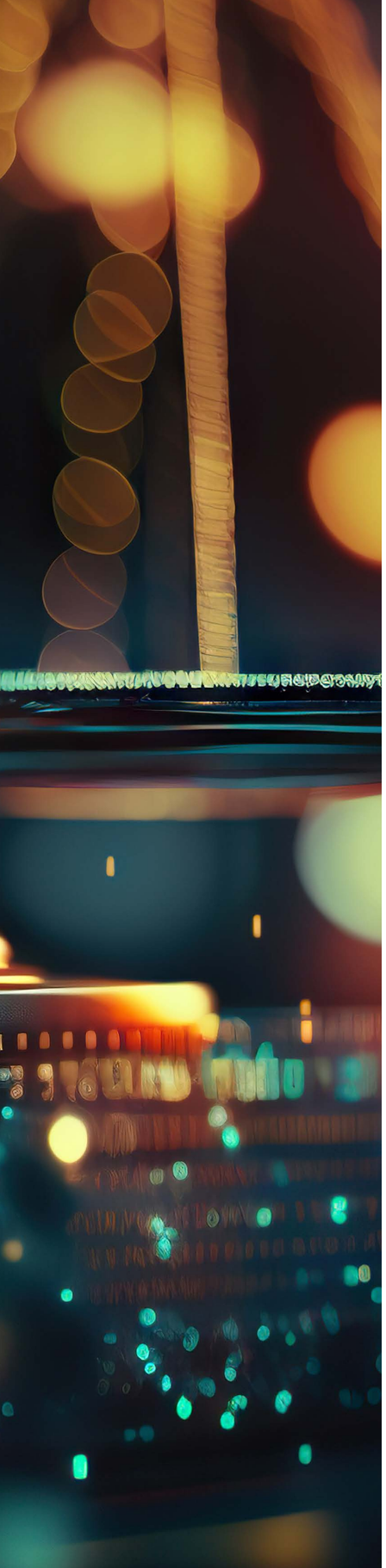
· 27/09/2023 - Reinauguração do Fórum de Mairi (com Sala de Depoimento Especial);

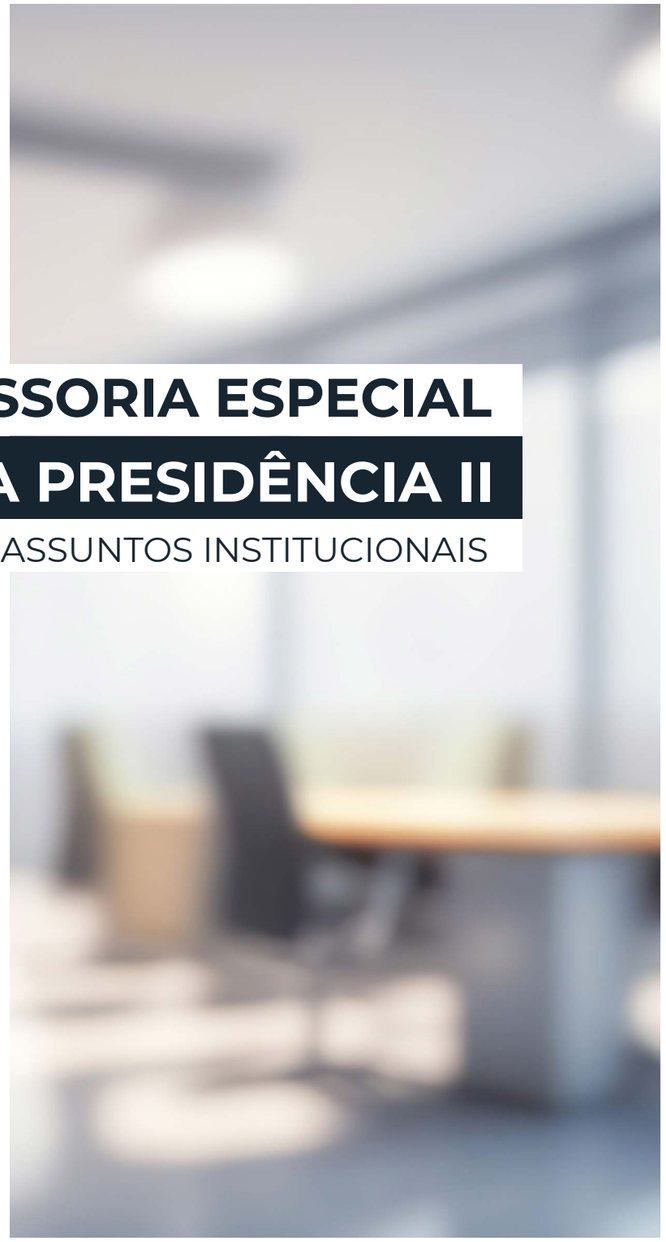
· 24/10/2023 – Reunião com Juízes de Guanambi e reinauguração do Fórum de Santa Maria da Vitória (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 25/10/2023 – Reinauguração do Fórum de Cocos (com CEJUSC, Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 26/10/2023 – Reinauguração do Fórum de Carinhanha (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial);

· 27/10/2023 – Encerramento da Força-tarefa de Bom Jesus da Lapa e reinauguração do Fórum de Bom Jesus da Lapa (com Sala Passiva e Sala de Depoimento Especial).





ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA II

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Assessoria Especial da Presidência II para Assuntos Institucionais é o órgão vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, responsável pelos assuntos institucionais deste Poder Judiciário. No biênio 2022-2024, a coordenação da AEP II foi reservada à Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho, face à convocação do Presidente desta Corte, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, aprovada pelo Tribunal Pleno em Sessão Plenária Extraordinária, nos termos do Decreto Judiciário nº 63/2022, disponibilizado no DJE nº 3035/2022, de 08 de fevereiro de 2022.

Nos termos dos artigos 10 a 12 do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo do TJBA, aprovado por meio da Resolução nº 05/2013, a AEP II dispõe das seguintes competências regimentais:

- assessorar diretamente o Presidente nas questões institucionais e outras que a este pareçam pertinentes;
- prover o Presidente com informações de suporte ao seu posicionamento como Chefe de Poder;
- fornecer todo o apoio necessário à participação do Presidente em eventos oficiais;
- encaminhar informações oriundas da Presidência ao Conselho Nacional de Justiça;
- cadastrar o usuário para acesso ao sistema de peticionamento eletrônico do Conselho Nacional de Justiça;
- coordenar os Projetos Especiais da Presidência;
- gerir, no âmbito do Poder Judiciário Estadual, os Sistemas SISBAJUD, INFOSEG, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD, JUCEB, CNIB ;
- executar outras ações e atividades concernentes à sua natureza e determinadas pela Presidência.

À AEPII competem, ainda, a interlocução e a realização de ações de relevância institucional da Presidência junto ao Conselho Nacional de Justiça e às demais Instituições. Destacam-se as providências adotadas em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, na adoção de medidas judiciais perante o Supremo Tribunal Federal, em defesa dos interesses deste Poder Judiciário.

A referenciada unidade administrativa, também, patrocina os Projetos Especiais da Presidência, colaborando com as demais áreas internas na realização de atividades de interesse deste Tribunal, notadamente no que tange à comunicação com os Órgãos Externos, com destaque para a interlocução junto aos demais Tribunais da Federação.

No mesmo sentido, a Assessoria atua na elaboração e na modificação de atos normativos relativos a Comissões, Comitês, Grupos de Trabalho e congêneres, bem como realiza o controle de atualização e, ainda, a compilação de todos os decretos judiciários correlatos.

Ademais, incumbe à Juíza Assessora Especial da Presidência para Assuntos Institucionais o assessoramento direto e contínuo ao Presidente do Poder Judiciário do Estado da Bahia, apoiando, realizando e diligenciando atividades de natureza institucional determinadas pela Presidência.

A estrutura do quadro funcional atual da AEP II compõe-se da seguinte forma:

Juíza Auxiliar da Presidência Rita de Cássia Ramos de Carvalho	
Servidores	
Pablo de Araújo Guanais Fausto	Luca Celane de Abreu Dias
Marcos Mozar Laurine F. de Novaes	Maria Clara Santa Bárbara Cosmo
Walter Nogueira Neto	Daisy Anne Pereira Bispo
Beatriz Araújo Ribeiro Silva	

ATUAÇÃO JUNTO AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A respeito dos relevantes temas que envolvem esta Corte junto ao Conselho Nacional de Justiça, a Assessoria Especial da Presidência II atua como Representante Processual da Presidência e do Poder Judiciário do Estado da Bahia nos procedimentos administrativos em curso na referida Corte administrativa.

A AEP II possui, primordialmente, a atribuição de promover a interlocução, direta e permanente, com o CNJ, realizando a análise de matérias, a elaboração de peças processuais e o encaminhamento de informações e dados requisitados, nos feitos instaurados pelo Egrégio Conselho Nacional.

No mesmo sentido, esta Assessoria requisita e envia informações e determinações, oriundas da Presidência, às unidades administrativas e jurisdicionais deste Poder Judiciário para ciência e cumprimento.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- **Inspeção Ordinária – Portaria Presidência CNJ nº 32/2022**

Por meio do Ofício nº 78 – CN (1253550), a Corregedoria Nacional de Justiça comunicou a este Poder Judiciário a realização, no período de 16 a 20 de maio de 2022, de inspeção para verificação do funcionamento dos setores administrativos e judiciais deste Tribunal de Justiça e das serventias extrajudiciais do Estado da Bahia, regulamentada por meio da Portaria CNJ nº 32, de 11 de abril de 2022.

Das diligências adotadas

Foram realizadas reuniões para apresentação de matriz de responsabilidades elaborada pela AEP II a respeito dos itens consignados no questionário da Presidência, com indicação da respectiva Unidade Administrativa responsável pelo seu atendimento. Salienta-se que a Corregedoria Nacional inspecionou 79 unidades, administrativas e judiciais, no âmbito do primeiro e segundo graus de jurisdição do Tribunal de Justiça e nas serventias extrajudiciais do Estado da Bahia.

Em face da disponibilização do Relatório elaborado em decorrência da Inspeção Ordinária realizada pela Equipe da Corregedoria Nacional de Justiça, sob a condução da então Corregedora Nacional de Justiça, Excelentíssima Ministra Maria

Thereza de Assis Moura, foram confeccionados Memoriais pela Presidência, por meio da AEPII, objetivando a detida e percuciente análise dos apontamentos apresentados para deliberação do Plenário do CNJ.

Registra-se que a Juíza Assessora Especial participou de audiências presenciais no CNJ para entrega pessoal dos memoriais a todos os Conselheiros, além de participar de audiência com a Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional Carolina Ranzoni Nerbass.

Com a aprovação do Relatório de Inspeção pelo Plenário do CNJ, a Juíza Assessora Rita Ramos, sob designação do Presidente desta Corte, promoveu reuniões para discussão e alinhamento entre as áreas administrativas vinculadas à Presidência acerca das determinações e das recomendações aprovadas.

Foram realizados os encaminhamentos às Unidades administrativas, contendo a tabela das determinações e das recomendações dirigidas à Presidência, aprovadas pelo Plenário do CNJ, com as indicações propostas pela Assessoria, para manifestação e sugestão pelas áreas envolvidas.

Por fim, o CNJ instaurou único Pedido de Providências, com a finalidade de monitorar as determinações e as recomendações direcionadas à Presidência do TJBA, estabelecendo prazo de 90 dias para prestar informações, as quais foram elaboradas e prestadas, pontualmente, pela Assessoria Especial da Presidência II ao Conselho Nacional de Justiça.

- **Correição Extraordinária CNJ – instauração de Força-tarefa**

Com a finalidade de cumprir às determinações oriundas da Corregedoria Nacional de Justiça, advenientes da Correição Extraordinária realizada em janeiro de 2021, a Presidência do TJBA, por meio da AEP II, instituiu Força-tarefa para o acompanhamento das providências necessárias à identificação e ao saneamento dos processos possessórios e de usucapião que continham decisões liminares, apontados nos autos da citada Correição.

Das diligências adotadas

Nesse sentido, foi criado o Grupo Decisório da Força-tarefa, por meio do Decreto Judiciário nº 173/2022, coordenado pela Juíza Assessora Especial Rita Ramos, a fim de estabelecer as diretrizes e os mecanismos que seriam utilizados para a identificação e o dimensionamento do acervo de processos possessórios e de usucapião, objeto do “recorte” apontado pela Corregedoria Nacional.

O Grupo de Trabalho elaborou a Matriz de Responsabilidades de cada uma das unidades administrativas envolvidas no objeto da Força-tarefa, bem como fixou os prazos para o cumprimento das respectivas providências, conduzindo o monitoramento do andamento dos trabalhos por meio de reuniões institucionais.

O GT conduziu os trabalhos promovendo o levantamento do acervo de processos delimitados pelos critérios impostos pela Corregedoria Nacional, com a consequente expedição do Decreto Judiciário nº 258/2022, que instituiu o Grupo Operacional de Trabalho, subordinado ao Grupo Decisório, composto por Juízes de Direito e Juízes Substitutos que se encontravam em exercício nas Comarcas de Andaraí, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Central, Cocos, Coribe, Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória e Santa Rita de Cássia, incumbindo-os da atuação no acervo de processos identificados, com vistas à regularização do andamento dos feitos.

Destaca-se que foram realizadas diversas reuniões para o alinhamento das atividades a serem desempenhadas pelos Magistrados do Grupo Operacional, bem como para a definição de prazo atinente à entrega do Relatório Conclusivo dos Trabalhos. O empenho do Grupo de Trabalho culminou no cumprimento do objetivo da Força-tarefa imposta pela Corregedoria Nacional, verificando-se, na ocasião, que todos os processos identificados foram devidamente movimentados, inclusive com o julgamento de mérito.

A Força-tarefa obteve êxito perante a Corregedoria Nacional, resultando no fiel cumprimento de todas as determinações constantes nos itens específicos da decisão exarada nos autos do respectivo Pedido de Providências. As informações foram compiladas e encaminhadas ao CNJ, com registro nos autos de todas as providências adotadas pelo TJBA, em cumprimento às determinações impostas pelo Conselho Nacional de Justiça.

- **Cooperação com o CNJ para a realização de Audiências de Instrução**

Por determinação do Presidente, a AEP II ficou designada como unidade responsável pela condução das tratativas junto às áreas administrativas correspondentes para a realização das audiências de instrução de Processos Administrativos Disciplinares instaurados contra Magistrados deste Poder Judiciário, sob a relatoria dos Conselheiros Marcos Vinícius Jardim e João Paulo Schoucair nas dependências deste Tribunal.

A Assessoria diligenciou, junto às unidades administrativas desta Corte Estadual, as providências necessárias à consecução de audiências de instrução para a oitiva de testemunhas e a colheita do depoimento pessoal dos processados, providenciando as notificações e a disponibilização de espaço físico e de pessoal para a realização dos atos processuais. A medida foi objeto de agradecimentos e elogios pelo Conselheiro Marcos Vinícius Jardim, formalizados nos Ofícios nº 008/23GAB -/CNJ e Ofício Gabinete nº 1546608-GAB-ADV.

- **CNJ – Sistema Prisional do Estado da Bahia**

Realça-se que, em razão de episódios de extrema gravidade ocorridos no sistema prisional do Estado da Bahia em fevereiro de 2022, o CNJ concitou este Poder Judiciário a instituir Gabinete Interinstitucional, para atuação conjunta de providências urgentes com vistas ao enfrentamento da situação instalada no sistema prisional.

Assim, a Assessoria Especial da Presidência II conduziu os trabalhos para a instituição do Grupo de Trabalho, que resultou na edição do Decreto Judiciário TJBA nº 253, de 16 de março de 2022.

Posteriormente, por meio da AEP2, foram expedidos ofícios às Instituições integrantes do Sistema de Justiça Penal, solicitando a indicação dos respectivos representantes, o que foi atendido pelas Entidades, de modo que foram publicados os Decretos Judiciários TJBA nº 305, de 04 de abril de 2022, e nº 508, de 12 de julho de 2022.

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

A respeito da estatística processual, no biênio 2022/2024, nesta Assessoria Especial da Presidência II, verificou-se a tramitação do seguinte quantitativo geral de expedientes:

22.026

Do montante acima descrito, estão compreendidos diversos tipos de documentos tramitados na unidade, tais como:

- Processos e expedientes administrativos atuados no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA;
- Processos em curso no Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) do CNJ;
- Correspondências eletrônicas oriundas do Malote Digital;
- Decretos Judiciários;
- Ofícios.

Na tabela abaixo, é possível identificar o quantitativo desses expedientes classificados pelas categorias abaixo descritas:

TIPO				TOTAL BIÊNIO 2022/2024
CNJ	Classe	2022	2023	578
	PCA	66	26	
	PP	173	135	
	REP	15	15	
	CUMPRDEC	52	37	
	RD	34	18	
	CONSUL	02	02	
	RGD	02	01	
	TOTAL	344	234	
**os dados acima correspondem às manifestações elaboradas pela AEPII e adunadas aos Procedimentos Administrativos em trâmite no CNJ.*				

SIGA	2022	2023	18.350
	8.659	9.691	
**os dados acima correspondem aos expedientes que foram elaborados pela AEPII nos autos dos processos criados e recebidos no SIGA.*			

Malote Digital	2022	2023	716
	361	355	
**os dados acima correspondem aos documentos elaborados pela AEPII e encaminhados via Malote Digital.*			

Decretos Judiciários	2022	2023	238
	147	91	
**os dados acima correspondem ao quantitativo de normativos elaborados pela AEPII.*			

Ofícios	2022	2023	2.144
	927	1.217	
**os dados acima correspondem ao quantitativo de Ofícios elaborados pela AEPII.*			

Durante o período em análise, verificou-se que a Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais acompanhou a tramitação de 281 procedimentos administrativos no âmbito do CNJ, os quais se encontram relacionados a seguir:

Classe Processual	Quantidade
Procedimento de Controle Administrativo	58
Pedido de Providências	130
Representação por Excesso de Prazo	22
Acompanhamento do Cumprimento de Decisão	48
Reclamação Disciplinar	19
Consulta	01
Revisão disciplinar	01
Reclamação de Garantia de Decisão	02

Em razão das manifestações elaboradas pela AEP II, adunadas aos autos dos Procedimentos Administrativos em trâmite no Conselho Nacional de Justiça, no referido período, o CNJ exarou:

178 decisões de arquivamento

Ademais, a respeito da caixa de entrada do e-mail institucional da Assessoria (aep2@tjba.jus.br), esta é monitorada, diuturnamente, com realização de triagem diária, direcionamento do expediente aos respectivos assessores ou às áreas administrativas, ou unidades judiciais deste Poder Judiciário, com competência para tratar sobre a eventual demanda, bem como o seu respectivo saneamento, inexistindo, por sua vez, diligências a serem cumpridas.

GESTÃO INSTITUCIONAL DOS SISTEMAS DE APOIO À ATIVIDADE JUDICANTE

Os Sistemas de Suporte à Atividade Judicante (SISAJUD) têm o objetivo de proporcionar mais eficiência e efetividade à prestação jurisdicional. A Assessoria Especial gerenciou os Sistemas de pesquisas patrimoniais RENAJUD, SISBAJUD, INFOJUD, INFOSEG, e SERASAJUD, assim como plataformas operacionalizadas por outros entes, tais como a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) e o Sistema de Penhora On-line.

À AEP II, ainda, compete a interlocução institucional com os órgãos e as instituições que mantêm as ferramentas, sobretudo em relação ao Conselho Nacional de Justiça, disponibilizando, continuamente, a relação de dados atualizados de magistrados, servidores e unidades. Tal ação demanda interação permanente entre a AEP II e a SETIM, para apoio no que tange às solicitações de cadastro e redefinição de senhas dos usuários, bem como cadastramento, alteração ou exclusão de unidades judiciárias, cujos procedimentos são realizados com apoio do *Service Desk*, setor de suporte e atendimento técnico especializado disponibilizado pelo Judiciário.

Destacam-se, oportunamente, os Sistemas de suporte à atividade judicante:

SISBAJUD — Intermediado pelo Banco central, viabiliza a integração entre o Poder Judiciário e as Instituições Financeiras, possibilitando aos juízes encaminhar requisições de informações e ordens de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores, bem como realizar consultas

SERASAJUD — Agiliza a tramitação dos ofícios entre os Tribunais e o Serasa Experian, mediante a transmissão eletrônica de dados, utilizando a segurança conferida pelos certificados digitais.

REDE INFOSEG — Integra, nacionalmente, as informações concernentes à segurança pública, identificação civil e criminal, controle e fiscalização, inteligência, justiça e defesa civil. A ferramenta utiliza uma base de conhecimento nacional, dividida em: pessoas, veículos e armas.

NATJUS — Através de banco de dados, possibilita consultas às notas técnicas elaboradas pelo Hospital Israelita Albert Einstein, bem como os pareceres emitidos pela equipe multidisciplinar do NatJus do TJBA.

INFOJUD — Permite aos juízes o acesso, on-line, ao cadastro de contribuintes na base de dados da Receita Federal, além de declarações de imposto de renda e de imposto territorial rural.

CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS — Integra as ordens judiciais e administrativas sobre indisponibilidade de bens.

SIEL — Atendimento às solicitações de acesso aos dados biográficos do Cadastro Eleitoral realizadas, exclusivamente, por autoridades judiciárias.

BRB — Possibilita às unidades judiciárias a expedição de alvarás para liberação de valores custodiados em contas judiciais.

SSP-BA — Proporciona consulta de pesquisa de indivíduos e lista de procurados.

CNACL — CADASTRO NACIONAL DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI — Viabiliza o acompanhamento efetivo dos adolescentes que cometeram Atos Infracionais.

SIMPED — Sistema que registra os impedimentos de Magistrados que atuam no âmbito do Segundo Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

sniper — A partir do cruzamento de dados e informações de diferentes bases de dados, o sistema destaca os vínculos entre pessoas físicas e jurídicas de forma visual (no formato de grafos), permitindo identificar relações de interesse para processos judiciais de forma mais ágil e eficiente.

SIAPEN BA — Sistema de Administração Penitenciária do Estado da Bahia — Possibilita controlar e inserir o registro das atividades realizadas com o interno dentro e fora da unidade carcerária.

Prevjud — Proporciona o acesso automático às informações previdenciárias e o envio automatizado de ordens judiciais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

PENHORA ON-LINE — Interliga o Poder Judiciário ao Registro de Imóveis e permite realizar pesquisa de bens pelo CPF/CNPJ ou requisitar certidão digital.

BNMP — Auxilia as autoridades judiciárias da justiça criminal na gestão de documentos atinentes às ordens de prisão/internação e soltura expedidas em todo o território nacional, materializando um Cadastro Nacional de Presos.

JUCEB — Junta Comercial do Estado da Bahia — Integra a Junta Comercial às entidades envolvidas no registro empresarial: Receita Federal, Secretaria de Fazenda Estadual, Prefeitura e demais órgãos.

RENAJUD — Interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito para efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) em tempo real.

SMART JUD — Realiza controle de processos que utiliza conceitos de computação cognitiva e inteligência artificial.

SNA — Consolida os dados fornecidos pelos Tribunais de Justiça referentes ao acolhimento institucional e familiar.

De mais a mais, realça-se que, no período em tela, a AEP II expediu ofícios circulares, com disponibilização de instruções de passo a passo, bem como promoveu o encaminhamento de manuais das ferramentas aos usuários dos Sistemas de Suporte à Atividade Judicante. A Assessoria, com vistas a promover o pertinente auxílio, solicitou a elaboração de matérias jornalísticas no decorrer na gestão para veiculação no Portal do TJBA de informações sobre os sistemas, com vistas a disseminar orientações pertinentes sobre as ferramentas.

Ao analisar os relatórios disponibilizados pelos sistemas abaixo representados, foi verificada a seguinte utilização por magistrados e servidores delegados no âmbito do TJBA:

SISTEMA	PERFIL	CADASTRO ATIVO
RENAJUD	Magistrados – 634 Servidores – 346	**980**
SISBAJUD	Magistrados – 876 Servidores –1259	**2135**
PREVJUD	Magistrados – 829 Servidores –129	**958**
SNIPER	Magistrados – 845 Servidores – 528	**1422**
CNIB	Magistrados – 933 Servidores – 97	**1030**
E-NATJUS	Magistrados – 634 Servidores –213	**847**

ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Cumpre destacar que, em razão da elevada demanda que tramitou no âmbito da Assessoria Especial no biênio em referência, o Presidente desta Corte, por meio do Decreto Judiciário nº 615/2022, delegou competência à Juíza Assessora Especial Rita Ramos para praticar os atos administrativos pertinentes à área de atuação da AEPII, em relação aos assuntos institucionais, em especial a solicitação de informações e dados às Unidades administrativas da Presidência, oriundas de expedientes encaminhados por Instituições externas, as quais possuem a finalidade de subsidiar a elaboração da manifestação do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Registre-se que a AEP II promove a direta e permanente interlocução com o Conselho Nacional de Justiça. Essa atividade consiste, sobretudo, na apreciação, na elaboração e no encaminhamento de informações e dados deste Poder Judiciário, requisitados e determinados por Órgão de Controle Externo. No mesmo sentido, cumpre destacar que, por meio da AEP II, são realizadas, precipuamente, as seguintes ações:

- recepção de demandas institucionais oriundas das Instituições integrantes do Sistema de Justiça Estadual e Federal, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público Defensoria Pública, Procuradorias, endereçadas à Presidência da Corte baiana;

- adoção de diligências no âmbito interno, mediante despachos para atendimento e/ou fornecimento de informações às Instituições externas, as quais são encaminhadas via malote digital, e-mail institucional ou outro meio de comunicação oficial;

- execução da efetiva e direta interlocução com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para encaminhamento e acompanhamento de Projetos de Lei de iniciativa ou interesse do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, bem como com os Poderes Executivo e Legislativo, em âmbito municipal, estadual e federal;

- suporte à Presidência no que toca ao acompanhamento e à prestação de informações sobre os processos de interesse da Corte Estadual de Justiça que tramitam no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Portanto, a AEP III atua, com a efetiva colaboração das áreas internas, na execução de atividades de interesse da Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia, inclusive no que tange às determinações presidenciais para interlocução com magistrados e servidores para representação desta Corte em compromissos institucionais.

Além dos projetos de execução continuada, a Juíza Assessora participou de reuniões institucionais, eventos e audiências, com interlocução permanente junto aos Conselheiros do CNJ e demais autoridades municipais, estaduais e federais, com o intuito de cumprir e atender às determinações promovidas a este Poder Judiciário, bem como para adoção das diligências para alinhamento das demandas e dos projetos às diretrizes da gestão, sob a designação do Presidente deste TJBA.

Reunião com o Governador do Estado da Bahia e sua Equipe de Transição

AGENDA INSTITUCIONAL DA JUÍZA ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

No período de referência, a Juíza Assessora Especial da Presidência participou de 620 compromissos institucionais, dentre entrevistas, reuniões, videoconferências, audiências e eventos, a seguir discriminados:

QUADRO RESUMO 2022												
ASSUNTO INSTITUCIONAL	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Entrevista	-	-	-	-	-		01	-	-	-	-	**01**
Reunião interna	25	23	05	07	05	05	07	02	09	04	08	**100**
Compromisso Institucional	12	10	24	19	09	18	08	15	06	04	02	**127**
Videoconferência/Audiência	02	13	11	04	08	06	09	10	05	05	04	**77**
Eventos Institucionais	-	04	02	07	09	05	16	08	06	07	08	**72**
TOTAL	**39**	**50**	**42**	**37**	**31**	**34**	**41**	**35**	**26**	**20**	**22**	**382**

QUADRO RESUMO 2023													
ASSUNTO INSTITUCIONAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Entrevista	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**01**
Reunião interna	05	06	05	06	04	07	05	07	06	01	-	-	**52**
Compromisso Institucional	08	06	15	07	12	09	11	05	07	10	-	-	**90**
Videoconferência/Audiência	06	07	07	08	05	07	05	07	02	04	-	-	**58**
Eventos Institucionais	-	06	07	05	15	04	03	01	01	-	-	-	**42**
TOTAL	**19**	**25**	**35**	**26**	**36**	**27**	**24**	**20**	**16**	**15**	**-**	**-**	**245**

No contexto da Assessoria Especial da Presidência, destacaram-se, ainda, as seguintes ações institucionais de interesse da Presidência do Poder Judiciário baiano:

Assuntos Institucionais	Ação AEP II
Projeto Depoimento Especial Itinerante e o Projeto de Implantação do Núcleo de Justiça 4.0	Participação de reuniões para alinhamento à implementação integral do Núcleo de Justiça 4.0 no âmbito do PJBA.
Ouvidoria da Mulher do TJBA	Participação da inauguração da Ouvidoria da Mulher com a presença da Ouvidora Nacional da Mulher, Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziege.
Congresso Brasileiro de Magistrados	Presença no evento que teve o objetivo de fomentar as ações institucionais e permitir o intercâmbio entre os diversos ramos da Magistratura brasileira.
Reunião com o CNJ	Discussão sobre o Juízo 100% Digital e a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br).
Lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdades no Estado da Bahia.	Reunião com as áreas administrativas para alinhar as ações voltadas ao lançamento da Ação Nacional, de iniciativa do Programa Fazendo Justiça, do CNJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). A AEP II adotou as diligências para viabilizar o treinamento das equipes, bem como procedeu à instrução dos processos atinentes à disponibilização dos kits biométricos que, posteriormente, foram entregues aos servidores de Varas Criminais e de Execução Penal.
Encontro Local do Programa de Justiça 4.0 e da PDPJ-Br	Reunião sob a Presidência da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, Coordenadora de 1º Grau, a fim de promover o alinhamento estratégico para a realização do Encontro Local do Programa Justiça 4.0 e da PDPJ promovido pelo CNJ.
Programa Justiça para Todos, de iniciativa da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau	Reunião com representantes da União dos Municípios da Bahia (UPB) para apresentação do Programa que tem o objetivo de realizar uma parceria entre o TJBA e as Prefeituras que buscam a implantação de pontos de inclusão digital nas cidades que não se configuram como sede de Comarca.
Cerimônia de Inauguração da Secretaria Virtual	Participação das diligências para inauguração da Secretaria Virtual, órgão auxiliar da CAPG, criado pela Res. TJBA nº 07/2022. No 3º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE), ocorrido no TJGO, a Juíza Assessora da Presidência Rita Ramos apresentou ação de "boas práticas", implementada no âmbito do TJBA, noticiando a criação da Secretaria Virtual, ocasião em que promoveu explanação sobre a unidade, que tem o objetivo de fomentar a eficiência e celeridade na prestação jurisdicional. O projeto se encontra alinhado às diretrizes e às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2021-2026 desta Corte de Justiça, com vistas à redução da duração dos processos.
Política Judiciária de Atenção a Pessoas em situação de Rua (Res. CNJ 425/2021)	Realização de Reunião interinstitucional para instalação de Comitê Local para tratar da Política Judiciária de Atenção a Pessoas em situação de Rua, em cumprimento à Res. CNJ 425/2021, cujas diligências para a instituição do agrupamento foram realizadas por meio da AEP II, sobretudo no que tange ao encaminhamento das minutas de normativo para a instituição do Comitê ao TRF1, ao TRT5 e ao TRE/BA para apreciação.
Encontros dos Conselhos de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE)	Participação nos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º Encontros dos Conselhos de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil realizados no TJGO, no TJTO, no TJMS, no TJMG e no TJRS.

Solenidade de Posse dos Juízes Substitutos	Solenidade de Posse dos novos Magistrados Substitutos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 01/2018.
2ª Reunião Preparatória para o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Premiação Ranking Transparência.	Cerimônia de premiação da entrega do prêmio do TJBA que conquistou o primeiro lugar no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, houve o lançamento do Relatório Justiça em número que apresenta as estatísticas, sendo um dos principais documentos de publicidade e transparência do Judiciário.

Lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdades no Estado da Bahia

TJBA conquista o prêmio de 1º lugar em Transparência do CNJ

3º Encontro do CONSEPRE. Apresentação de boas práticas do TJBA - Secretaria Virtual.

CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONGÊNERES

À AEPII incumbe o fornecimento do necessário apoio às demais unidades deste Tribunal, visando à interlocução interinstitucional, à instrução, à celebração e à renovação de Convênios, Acordos, Termos de Cooperação e congêneres, com as mais diversas Instituições e Entidades, não envolvendo repasses de recursos financeiros pelo TJBA. No biênio 2022/2024, foram firmados e/ou renovados:

CONVÊNIOS, ACORDOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO			
Tipo de Documento	**2022**	**2023**	**Total**
Acordo de Cooperação	15	14	29
Termo de Cooperação	07	12	19
Convênio	03	03	06
Termo de Adesão	03	01	04
Termo Aditivo	09	09	18
Total	**37**	**39**	**76**

Ademais, apresenta-se a listagem discriminada dos Instrumentos celebrados no período, com especificação dos respectivos partícipes envolvidos:

Ano: 2022	
INSTRUMENTO	PARTÍCIPES
Termo de Cooperação Técnica nº 04/2022-C	TJBA - MPE/BA - SEC - DPE/BA - OAB/BA - SMES/PMS - CMDCA/PMS - ABESF – IEDF
Acordo de Cooperação Técnica nº 34/2022	TJBA – SEAP – CONST. COESA
Termo de Cooperação Técnica 33/2022-C	TJBA - MUNICÍPIO DE JUAZEIRO
Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2022	TJBA - ABM
Acordo de Cooperação Técnica STJ nº 10/2022	STJ - TJBA
Termo Aditivo 04/2022-AC	TJBA – SEAP - PMVC
Temo de Cessão de Uso nº 07/2022	TJBA - SINDSEFAZ
Termo Aditivo nº 02/2022-AC	TJBA – SEAP – PGE
Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica	TJBA – COPLAD
Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica	TJBA – MPBA - ESTADO DA BAHIA – PGE/BA - SSP/BA – SEFAZ/BA
Acordo de Cooperação Técnica n. 11/2022-C	TJBA – CGJ – CCI – GMF – SSP/BA – DPT/BA.
Termo de Cooperação Técnica n. 027/2022	TJBA – CNJ – HOSP. ALBERT EINSTEN
Termo Aditivo 22/2022-AC	TJBA – SEAP – CONST. COESA S.A.
Termo de Cooperação Técnica n. 69/2022-C	TJBA - PMBA
Termo Aditivo n. 09/22-AC	TJBA-SEAP-SAEB
Termo Aditivo n. 12/2022-AC	TJBA-SEAP-SEDUR
Termo Aditivo n. 11/2022-AC	TJBA-SEAP-MUN. VIT CONQUISTA
Termo Aditivo n. 14/2022-AC	TJBA-SEAP-SEINFRA
Acordo de Cooperação nº 035/2022-TJAM	TJBA - TJAM
Convênio de Cooperação Técnica Judiciária	TJBA – TRT5
Acordo de Cooperação Técnica nº 192/2022-C	TJBA – SEAD – AGGEB
Acordo de Cooperação Técnica nº 7/2022	TJBA – SENACON
Acordo de Cooperação Técnica 172/2022-C	TJBA - UNICORP – EJMSP
Acordo de Cooperação Técnica 72/2022-C	TJBA - UNICORP – ECPL
Acordo de Cooperação Técnica	TJBA – PGE
Termo de Adesão STJ nº 29/2022	TJBA – STJ
Termo de Adesão STJ nº 24/2022	TJBA – STJ
Termo de Adesão 129/2019	TJBA – TJSC
Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica 76/2017-C	TJBA – SEAP – PGE
Termo de Cooperação Técnica 99/2022-C	TJBA – SENAC

Termo de Cooperação Técnica	TJBA – MPBA
Convênio de Cooperação Técnica 052/2022	TJBA – JUCEB
Acordo de Cooperação nº 161/2022-C	TJBA – MPBA – SSP – PCBA
Acordo de Cooperação Técnica nº 36/2022	TJBA – TJPI – EMAB
Acordo de Cooperação Técnica nº 176/2022	TJBA – UNICORP – PGE – CEA
Convênio de Cooperação Técnica nº 016/2022	TJBA – TRE/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 03.073/2022	TJBA – TJMS

Ano: 2023	
INSTRUMENTO	PARTÍCIPES
Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ/TST/CJF/CSJT nº 053/2022, sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial	TJBA – CNJ – STJ – TST -CJF - CSJT
Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023	TJBA – MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA
Termo de Cooperação Técnica nº 27/2023-C	TJBA - MUNICÍPIO DE VALENÇA
Acordo de Cooperação Científico e Acadêmico nº 24/2023-C	TJBA – ESA/BA
Acordo de Cooperação Técnica nº 182/2023	TJBA – SEAP – MARSCHALL INDÚSTRIA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Termo de Responsabilidade STJ nº 04/2023	TJBA – STJ
Acordo de Cooperação Científico e Acadêmico nº 28/2023-C	TJBA – UNICORP – SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DA BARREIRAS
Acordo de Cooperação Técnica nº 196/2023-C	TJBA – SEAP – CÁSSIA MAGALI DE ALCANTANA SILVA EIRELI
Acordo de Cooperação Técnica nº 202/2022	TJBA – SEAP – CONTRATOSERVIÇOS GERAIS E ASSESSORIA LTDA-ME
Convênio nº 01/2023-C	TJBA – CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA
CONSEPRE	TJBA – MUNICÍPIO DE CAETITÉ/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 08/2023 C	TJBA – COJE – NPUCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA - FECOMÉRCIO/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 19/2023	TJBA – TJMA
Termo de Cooperação Técnica nº 62/2023	TJBA – UNICORP – IBAJUD
Acordo de Cooperação Científico e Acadêmico – Termo nº 166/2023-C	TJBA – UNICORP – EMAB – AMAB – DPE/BA – MPBA – PGE/BA – ALBA – TCM/BA – TCE/BA – GCMS – PC-BA – SEAP E APM – APMS
Acordo de Cooperação Técnica (PA TJ-ADM-2023/07022)	MPBA – TJBA

Acordo de Cooperação Técnica – (PA TJ-COI-2023/06105)	TJBA – MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 70/2023	TJBA – UNICORP – ABM
Acordo de Cooperação Técnica nº 77/2023	TJBA – UNICORP – MP
Acordo de Cooperação Técnica nº 142/2023-C	TJBA – UNICORP – UNEB
Acordo de Cooperação Científico e Acadêmico – Termo nº 46/2023-C	SUPERINTENDÊNCIA DA POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/BA - TJBA
Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2023/NAT-BA	TJBA – UNICORP – UPB
Acordo de Cooperação Técnica nº 52/2023	TRT5 – TJBA
Convênio (PROAD nº 13305/2023 / TJ-ADM-2023/48223)	TJBA – SEAP – MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA
Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 60/2023-C	TJBA – PFN/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 63/2023	TJBA – SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA (SJBA)
Termo Aditivo ao acordo de Cooperação Técnica nº 23/23-AC	TJAM – TJBA
Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 035/2022	TJBA – SEAP - SAEB
Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 51/2023	TJBA – SEAP – MUNICÍPIO E VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2023	TJBA – SEAP – MUNICÍPIO E VITÓRIA DA CONQUISTA/BA
Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 12/2023	CNJ – TJBA
Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 018/2021	TJBA – SEAP
Termo Aditivo nº 05-AC2023 do Termo de Cooperação Técnica nº 36/2020-C	TJBA – SEAP – PGE
Termo Aditivo nº 27/2023 do Termo de Cooperação Técnica nº 76/2017	ENFORCE GESTÃO DE ATIVOS S.A - TJBA
Termo de Doação nº 06/2023-D	TJBA – SEAP – SEINFRA
Termo Aditivo nº 13/2023 do Termo de Cooperação Técnica nº 92/2019-C	TRF5 – TJBA
Acordo de Cooperação nº 1/2023 TRF5	AMAB – TJBA - EMAB
Contrato nº 01/2023-CO - Comodato	TJBA – MUNICÍPIO DE COTEGIPE/BA
Termo de Cooperação Técnica nº 71/2023-C	CORPO DE BOMBEIROS DA BAHIA – TJBA
Termo Administrativo Cessão de bem móvel nº 08/2023	

Das parcerias mencionadas, ressalta-se aquela formalizada entre esta Corte de Justiça e a Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), com interveniência da Escola de Magistrados da Bahia (EMAB), por meio da assinatura do Contrato de Comodato nº 01/2023-CO, cujo objeto estabeleceu a transferência dos equipamentos que aparelham a Sala de Depoimento Especial, localizada na EMAB, para as dependências do TJBA.

Ademais, destacam-se os Acordos de Cooperação celebrados no bojo do Projeto Começar de Novo (Resolução CNJ nº 96/2009), com o intuito de promover ações para reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas. Por meio dessas parcerias, o PJBA ofertou, no período, cerca de 350 vagas em atividades laborativas, a serem desempenhadas pelos reeducandos, proporcionando-lhes meios facilitadores à sua ressocialização.

Evidenciam-se os Termos celebrados com o STJ, na área de inovação e inteligência artificial para o aprimoramento dos fluxos de ações judiciais, por meio da cessão do Sistema Athos, desenvolvido pelo STJ, bem como por meio da adesão aos projetos implementados na referida Corte Superior (Programa Humaniza STJ e Programa Transformação). O primeiro projeto é voltado à promoção de ações para a implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário; e o segundo está relacionado à instituição de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violência em contratos de serviço.

Vale ressaltar que, posteriormente à adesão deste TJBA ao Programa Transformação, ocorrida em agosto de 2022, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 497, publicada em 14 de abril de 2023, instituiu, no âmbito do Poder Judiciário, o mencionado Programa, em caráter nacional, com o objetivo de fomentar a adoção de políticas afirmativas que possibilitassem a redução das desigualdades e a inclusão social no mercado de trabalho de mulheres integrantes de grupos vulneráveis.

Merecem especial referência, também, os Termos de Cooperação firmados pelo PJBA, com a interveniência da Universidade Corporativa (UNICORP), visando ao intercâmbio acadêmico entre os partícipes, mediante a implementação de projetos de interesse comum. Diversas Instituições, tais como a PGE/BA, o MPBA, a OAB/BA, o TCE/BA e o TJMSP, por intermédio das suas respectivas Escolas, celebraram tais parcerias, com o intuito de aprimorar a educação corporativa e fomentar a pesquisa científica.

NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – NCJ

Supervisionado pela Desembargadora Lisbete Maria Teixeira Almeida Cézar Santos e coordenado pela Juíza Rita Ramos (Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais), o Núcleo de Cooperação Judiciária foi instituído pelo Decreto Judiciário nº 872/2020, em atendimento à Resolução CNJ nº 350/2020, com a finalidade de sugerir diretrizes gerais, unificar práticas e procedimentos de cooperação e consolidar informações, em alinhamento às determinações do Comitê Executivo Nacional de Cooperação Judiciária.

Integrante da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, o NCJ atingiu a pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade, anos 2022 e 2023, demonstrando, consistentemente seu compromisso com a efetivação de boas práticas e ações no âmbito do TJBA, a seguir detalhadas:

Criação de novo design para o Portal do NCJ	Ação realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação, a fim de disponibilizar informações relevantes sobre o instituto da cooperação, o histórico normativo, as atas de reuniões, as notícias sobre as atividades desenvolvidas e os modelos de solicitações.
Apresentação de proposta de Resolução do NCJ	Normativo parar regulamentar, no âmbito do PJBA, o Núcleo de Cooperação Judiciária (P.A. TJ-ADM-2023/64177).
Desenvolvimento de programas de treinamento sobre o instituto da cooperação para magistrados e servidores	Foram realizadas capacitações no Curso de Formação Inicial para Juízes aprovados no concurso público regido pelo Edital n. 01/2018. Foram, também, ofertados cursos de formação continuada para promoção e vitaliciamento dos magistrados, nos termos da Portaria de Credenciamento nº 241/2022 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM).
Desenvolvimento e execução do Projeto “Cooperação ao Alcance de Todos”	O projeto teve como objetivo o intercâmbio de conhecimento e o compartilhamento de experiências e boas práticas, mediante as ações que seguem. · Aproximação com os magistrados · Plantão de Dúvidas · Monitoria por meio de contato telefônico e/ou e-mail institucional · Realização de Seminário “Atividade Jurisdicional, Tecnologia e Acesso à Justiça: Desafio Permanente”, com palestra do Ministro do TST Cláudio Mascarenhas Brandão · Realização de Curso de Formação continuada com o tema “Cooperação Judiciária e a Prática Judicante”
Desenvolvimento e execução do Projeto “Conhecendo a Cooperação”	A finalidade do projeto perpassou por promover uma maior aproximação entre o instituto da Cooperação e a comunidade jurídica e acadêmica, visando, principalmente, à difusão de conhecimento teórico e às práticas adotadas, com o favorecimento do diálogo interno entre os Magistrados, os demais sujeitos do processo e os agentes públicos e sociais, destacando-se as seguintes ações: · participação no Podcast “Saiba Mais” da Rádio Web do TJBA, para destacar as iniciativas do NCJ, com esclarecimento de dúvidas sobre os pedidos de cooperação, nacionais e internacionais, além de apresentação das ações realizadas pelo Núcleo; · criação da 1ª edição do Programa Cooperação em Foco para incentivar a colaboração entre os diferentes setores do Judiciário, por meio da realização de mesa virtual, com a participação de representantes de instituições parceiras do TJBA, juntamente com magistrados especialistas para tratar do instituto no âmbito do direito civil e do consumidor; do aprimoramento dos mecanismos de solução de conflitos e da valorização da mediação e da conciliação como alternativas à judicialização excessiva; · elaboração e lançamento da Cartilha Digital de Cooperação Judiciária, a fim de aprimorar e facilitar a colaboração entre os diferentes órgãos e as instâncias do TJBA; · realização de Seminário com o tema “Cooperação Judiciária” em Faculdade de Direito com a participação dos estudantes.

Rede Nordeste de Núcleos de Cooperação	Participação do lançamento da Rede Nordeste de Núcleos de Cooperação na sede do CN, que tem o objetivo de reduzir a burocracia no cumprimento de atos judiciais a partir da atuação cooperativa entre magistrados. Também foram realizadas reuniões com os integrantes da Rede Nacional para facilitação da comunicação, alinhamento e compartilhamento de conhecimento e experiências na matéria.

No curso da gestão, foram recepcionados e diligenciados pelo NCJ268 pedidos de cooperação, além de solicitações de recambiamento de pessoas presas, cumprimento de cartas precatórias e realização de audiências virtuais.

No período em referência, o NCJ realizou **2 Convênios de Cooperação Técnica** e **1 Termo de Cooperação Jurisdicional**, conforme se depreende das informações abaixo discriminadas:

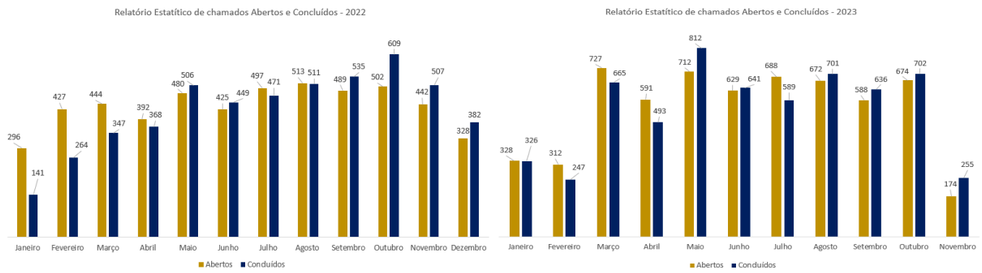
CONVÊNIO/TERMO DE COOPERAÇÃO	PARTÍCIPES	OBJETO
Convênio de Cooperação Técnica s/ nº	TRT5, TJBA e NCJ	Implantação de totem interativo de informação no Município de Serrinha/BA, para possibilitar o acesso de população ao equipamento, com o intuito de ampliar a interação e a comunicação entre a Justiça do Trabalho e a sociedade, como forma de acolher os excluídos digitais e ampliar, de modo geral, a inclusão e o acesso à nossa Justiça Social.
Convênio de Cooperação Técnica nº 19/2023	TJBA, COJE, NCJ, FECOMÉRCIO	Intercâmbio de informações alusivas à quantidade de Ações de Cobrança de Dívidas Condominiais (Juizados Especiais) e de Ações de Despejos por Falta de Pagamento (Justiça Comum), para fins de estatística comparativa dos dados, visando fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática e de ferramentas voltadas à diminuição de judicialização.
Termo de Cooperação Jurisdicional nº 143/2023	TJBA, NCJ,TRT5 e o Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 5	Compartilhamento de dados e informações entre os Juízos cooperantes envolvendo a Real Sociedade Espanhola de Beneficência e o Hospital Evangélico da Bahia, especialmente os relativos aos processos em curso na Justiça do Trabalho e eventuais depósitos, penhoras e liberações de recursos já ocorridas nestes. A transferência, pelo Juízo da Insolvência e da Falência, do montante disponível para pagamento dos credores trabalhistas de cada procedimento de insolvência e de falência.

NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO – NATJUS

O NatJus integra a pasta de projetos especiais da Presidência, coordenado pela Juíza Assessora Especial da Presidência II, Rita Ramos, com a cooperação do Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios, com atribuição de prestar informações técnico-especializadas em saúde, baseadas em evidências, para subsidiar magistrados na tomada de decisões. Registre-se que a equipe técnica do NATJUS é composta por 6 profissionais de saúde, auxiliados por outros lotados na Diretoria de Assistência à Saúde e na Junta Médica do TJBA.

O referenciado Núcleo dispõe de um sistema exclusivo, denominado Sistema NatJus, foi desenvolvido pela equipe de tecnologia deste Poder Judiciário, cuja atualização foi realizada no ano de 2023. A ferramenta permite a consulta pública ao banco de dados, possibilitando a atuação remota da equipe técnica, para, inclusive, elaborar notas técnicas de urgência.

No período compreendido entre 07/02/2022 e 16/10/2023, o Sistema NatJus registrou o quantitativo de 11.492 chamados abertos, visando subsidiar a tomada de decisão pelos Magistrados nos processos que envolvem questões técnicas na área da saúde. Vejamos o quantitativo anual discriminado abaixo:



Em atendimento ao Provimento CN-CNJ nº 84/2019, destaca-se que se encontra em fase de implantação, no âmbito desta Corte, de nova versão do Sistema NatJus que possibilitará a migração imediata das Notas Técnicas emitidas ao Sistema E-NaJus, de modo que, com a implantação integral da referida ferramenta, esta será integrada à Plataforma Digital do Poder Judiciário para acesso nacional.

Impende destacar que, visando capacitar, ainda mais, a equipe técnica do NATJUS, foram realizadas 3 Sessões Científicas, em parceria com o Comitê Executivo Estadual da Bahia do Fórum Nacional da Saúde do CNJ e com a Associação Bahiana de Medicina, para apresentação de temas específicos: “As contraindicações da vacina para Covid-19”; “Paciente com doenças genéticas com ênfase na indicação do exame de exoma e genoma”; e “O uso de canabinoides no tratamento da dor”.

Ademais, o Núcleo dispõe de Grupo de Trabalho com a finalidade de propor estratégias para o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e a melhoria dos resultados em termos de eficiência, produtividade e qualidade do serviço prestado pelo NAT-JUS.

COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO E CONGÊNERES

Inaugurada a gestão, a partir da posse do Presidente, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e da nova Mesa Diretora deste Tribunal de Justiça, a AEPII se incubiu da análise das propostas de atualizações da composição de grupos de trabalho, comissões, comitês, núcleos, coordenadorias e congêneres, vigentes no âmbito deste PJBA, bem como da elaboração dos atos normativos correspondentes, do controle de atualização deles e, ainda, da compilação dos decretos correlatos.

A AEPII oferece suporte institucional aos agrupamentos existentes, assessorando as suas respectivas presidências na elaboração de expedientes, confecção de atas de reuniões, encaminhamento de convites para reuniões, expedição de comunicações a instituições externas e auxílio na execução de projetos, bem como no que tange a necessárias alterações nos atos normativos correspondentes.

Ressalte-se que a Juíza Assessora presidiu e coordenou 19 agrupamentos no biênio em referência, além de ter participado deles, todos arrolados a seguir:

PRESIDÊNCIA/COORDENAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, COMISSÕES, COMITÊS E CONGÊNERES	
DENOMINAÇÃO	ATO NORMATIVO
Núcleo de Cooperação Judiciária – NCJ (coordenação AEPII)	Dec. Jud. n. 89/222 e Dec. Jud. n. 297/22
Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJE (Presidência AEPII)	Dec. Jud. n. 701/23
Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário – PDPJ-Br (Presidência AEPII)	Dec. Jud. n. 193/22 e Dec. Jud. n. 245/22
Grupo de Trabalho do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário – NATJUS (Presidência AEPII)	Dec. Jud. n. 130/23
Grupo de Trabalho, responsável pela realização de força-tarefa para identificar processos possessórios e de usucapião que contenham decisões liminares, ainda vigentes, prolatadas pelos Magistrados, mencionados na Correição Extraordinária realizada no ano de 2021 (Presidência AEPII)	Dec. Jud. n. 173/22 e Dec. Jud. n. 258/22
Grupo de Trabalho para o mapeamento das dificuldades enfrentadas nas Varas de Família e elaborar plano estratégico visando à melhoria da qualidade da prestação jurisdicional,	Ato Conjunto n. 04/22.
Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	Dec. Jud. n. 82/22
Núcleo de Regularização e Conflitos Fundiários	Portaria conjunta n. CGJ/CCI08/2022-GSEC
Comitê para Subsidiar a Adoção pela Presidência de Medidas Emergenciais de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus	Dec. Jud. n. 83/22
Comitê de Governança – CGOV	Dec. Jud. n. 119/22 e Dec. Jud. n. 127/22
Comitê Gestor de Proteção de Dados – CGPD	Dec. Jud. n. 286/22
Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Dec. Jud. n. 247/22
Comissão de Apoio às Varas da Fazenda Pública do Poder Judiciário do Estado da Bahia	Dec. Jud. n. 294/22
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	Dec. Jud. n. 98/22
Conselho Editorial e Científico da Revista Entre Aspas	Dec. Jud. n. 102/22
Grupo de Trabalho para o enfrentamento da situação no sistema prisional no Estado da Bahia	Dec. Jud. n.253/22 e Dec. Jud. n. 305/22
Comissão Organizadora dos Eventos do Centenário da Morte de Ruy Barbosa	Dec. Jud. n. 341/22
Comitê Gestor da Segurança da Informação – CGSI	Dec. Jud. n. 347/22
Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos – CIRA	Decreto Estadual n. 13.843/2012

Ademais, a AEPII cumpre o destaque para o suporte desta Assessoria aos agrupamentos abaixo relacionados por meio das seguintes ações:

Agrupamentos	Ações realizadas pela AEP II
Núcleo Socioambiental (NSA) I	NSA - Diligências para viabilizar a realização do Projeto do Núcleo Itinerante Sustentável, que tem por objetivo aperfeiçoar as boas práticas sustentáveis da Unidade com as demandas locais das Comarcas da Região Metropolitana de Salvador (RMS).
Coordenadoria da Mulher (CM)	Coordenadoria da Mulher – auxílio atinente ao Projeto Coordenadoria Amiga, cujo objetivo perpassa por conhecer a realidade das comarcas do interior e envidar esforços para possibilitar uma prestação jurisdicional de excelência para as mulheres em situação de violência doméstica do interior da Bahia.
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF)	Assistência integral na elaboração do normativo para a instituição do Comitê de Políticas Penais e Socioeducativas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em observância ao Ofício n. 120, oriundo do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, que reforçou a necessária participação deste Tribunal na condução e na articulação interinstitucional de medidas de estabelecimento e atenção aos propósitos convencionais, constitucionais e legais vigentes.
Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ)	Diligências na elaboração do Decreto Judiciário instituidor do Comitê Gestor Local da Primeira Infância do Poder Judiciário do Estado Da Bahia, em atenção à previsão disposta no art. 12 da Resolução CNJ nº 470/ 2022, que institui a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)	Suporte na elaboração da minuta de normativo para instituição e regulamentação do Núcleo de Conciliação e Mediação de Conflitos oriundos do Superendividamento do TJBA, vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC).

RELATÓRIO DE COMISSÕES E CONGÊNERES PRESIDIDOS PELA JUÍZA ASSESSORA

COMITÊ GESTOR DO SISTEMA DE PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE

O Comitê Gestor do PJe, cuja presidência é reservada à Juíza Assessora para Assuntos Institucionais (Decreto Judiciário nº 701/2023), dispõe de representantes da OAB/BA, do MP/BA, da DPE/BA, da PGE e da PGMS, além de magistrados e servidores, visando realizar a efetiva interlocução do TJBA com as Entidades externas, a fim de melhorar a utilização da ferramenta, em atendimento à Resolução CNJ nº 183/2013 (§ 1º do art. 30). No período em voga, foram realizadas as seguintes ações:

- 20 reuniões;
- apresentação de expedientes recepcionados via SIGA e e-mail institucional aos integrantes do Comitê, contendo sugestões de alterações, retificações e/ou melhorias ao sistema;
- apreciação mensal de solicitações pelo Comitê;

- encaminhamentos às unidades competentes para diligências de implementação em relação às demandas aprovadas;
- respostas aos expedientes recebidos com informações sobre as providências adotadas e/ou requerimento atendidos;
- interlocução com as Instituições externas – MP, OAB, DPE, PGE, PGMS – para resolução de diligências sobre o sistema;
- atuação direta com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, por meio da Diretoria de Modernização e da Coordenação de Sistemas Judiciais.

A AEP II promove o monitoramento e promove cobrança do cumprimento das providências necessárias ao saneamento de erros técnicos relatados no Sistema PJe, além de acompanhar a implantação de nova versão do sistema. No período em questão, cabe dizer que participou, ativamente, das tratativas atinentes à interoperabilidade do PJe e do Sinesp PPe.

COMITÊ GESTOR DA PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO PDPJ

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 335/2020, que instituiu a política pública para a governança e a gestão de processo judicial eletrônico, integrando todos os Tribunais do país, com a criação da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), facilitando a convergência de esforços para a adoção de soluções desenvolvidas e compartilhadas e gerando identidade única do Judiciário nacional, foi instituído, por meio do Decreto Judiciário nº 193/2022, o Comitê Gestor da PDPJ-BR, que atua sob a presidência da Juíza Assessora para Assuntos Institucionais, cuja composição é formada, também, por representantes de Órgãos e Instituições externas, conforme Decreto Judiciário nº 245/2022. Abaixo, o registro das ações realizadas:

- reuniões diversas;
- apresentação dos membros integrantes e da Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- encaminhamento de vídeo explicativo da PDPJ-Br e a cartilha do CNJ para dirimir dúvidas e esclarecimentos sobre a PDPJ-Br;
- interlocução com as Instituições externas – MP, OAB, DPE, PGE, PGMS.

O referido agrupamento integra a Rede de Governança da Plataforma Judicial do Poder Judiciário Brasileiro, consoante previsão do art. 4º da Portaria CNJ nº 252/2020, e promove reuniões para acompanhar a execução do plano de ação, monitorando e avaliando, periodicamente, os resultados.

Cumpre destacar que esta Assessoria participou das reuniões técnicas virtuais de Monitoramento dos planos de ação para ingresso à PDPJ-Br e ao Programa Justiça 4.0, realizados pelo CNJ para alinhamento e acompanhamento das metas previstas no Plano de Ação deste Tribunal.

GRUPO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO – NATJUS

O Grupo de Trabalho do NAT-JUS, instituído pelo Decreto Judiciário nº 128/2020, cuja composição atual se encontra disposta no Decreto Judiciário nº 130/2023, é destinado à elaboração e à proposição de estratégias para o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e a melhoria dos resultados em termos de eficiência, produtividade e qualidade do serviço prestado pelo Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário, promovendo as seguintes ações:

- 20 reuniões;
- Apresentação das estatísticas mensais com indicativos dos chamados recepcionados e concluídos;
- deliberações sobre a nova plataforma (NatJus), contendo sugestões de alterações, retificações e/ou melhorias;
- respostas aos expedientes recebidos com informações sobre as providências adotadas e/ou requerimentos atendidos;
- interlocução direta com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização, por meio da Diretoria de Modernização e da Coordenação de Sistemas Judiciais.

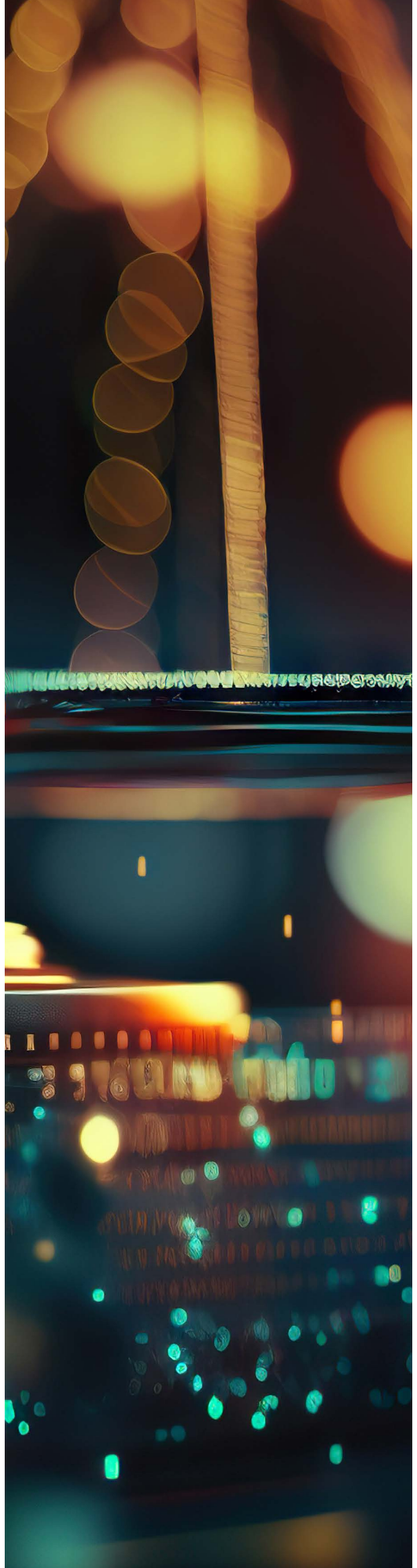
O GT é coordenado pela Juíza Assessora Especial da Presidência para Assuntos Institucionais, Rita Ramos, com a participação do Juiz Cooperador do NatJus, Sadraque Rios, e da Juíza integrante Zandra Parada, bem como pela Equipe Técnica do Núcleo e por servidores e magistrados.

SUPORTE INSTITUCIONAL

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, a Coordenadoria da Infância e Juventude e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário são vinculados à AEP II, razão pela qual a AEP II fornece todo o suporte institucional às referidas unidades. A Assessoria auxiliou, ainda, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPG), no que diz respeito à implantação integral do Juízo 100% Digital, do Núcleo de Justiça 4.0 (Resolução CNJ nº 385/2021), bem como nas diligências relativas aos Pontos de Inclusão Digital e à implementação da Secretaria virtual.

Prestou, ainda, a AEPII na esfera de suas atribuições regimentais, auxílio às mencionadas Unidades Administrativas na elaboração de atos normativos, assim como ao NSA e ao NUPEMEC, colaborando com a atualização das normas internas do PJBA.

Em derradeiro, a Assessoria Especial promove todo o apoio institucional aos magistrados e aos servidores integrantes deste Poder Judiciário, por meio do fornecimento de informações, resolução de demandas e expedição de orientações sobre matérias relevantes no âmbito da Presidência desta Corte.



COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

1. APRESENTAÇÃO

A Coordenação dos Juizados Especiais é órgão de auxílio aos trabalhos da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia na gestão e na supervisão administrativa do Sistema dos Juizados Especiais, tendo por função primordial acompanhar os serviços judiciários nos Juizados Especiais da Bahia.

As atividades de gestão dos Juizados Especiais são desempenhadas pelo Desembargador indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, na consonância do Provimento nº 22, de 05 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, a quem compete diversas ações e atividades delegadas concernentes aos Juizados Especiais (Decreto Judiciário nº 74, de 8 de fevereiro de 2022), tais como: designar, afastar temporariamente e desligar juízes leigos e conciliadores; apreciar solicitações de deslocamento para final de lista e de prorrogação de posse formuladas pelos aprovados nos processos seletivos de juiz leigo e conciliador, além de promover a movimentação de servidores e prestadores de serviços atuantes no quadro dos Juizados Especiais.

No âmbito da Coordenação dos Juizados Especiais, as atividades são distribuídas por núcleos de trabalho, de modo a otimizar a prestação do serviço público, conforme organograma a seguir:

2. OBJETIVOS

A Coordenação dos Juizados Especiais, na condição de órgão administrativo, objetiva o acompanhamento das atividades desenvolvidas nas Varas dos Juizados Especiais e nos Juizados Especiais Adjuntos, bem como o desenvolvimento de atividades que visem à eficiência gerencial no âmbito cartorário e de pessoal.

Nesse sentido, tendo como missão assegurar o acesso à justiça visando à paz social, pautada em valores institucionais, tais como acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência e ética, diversas metas foram estabelecidas para o biênio de 2022/2024, dentre elas:

1. sugerir, revisar e aprimorar as normas referentes ao Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia, tais como o Regimento Interno das Turmas Recursais e o Projeto de Lei de atualização da Lei nº 7.033/97, que versa sobre o Sistema dos Juizados Especiais;

2. supervisionar a atuação dos juízes leigos e conciliadores, acompanhando as metas de produtividade, o processo seletivo de recrutamento de novos auxiliares da justiça, as ações de formação e capacitação, além de designá-los conforme a necessidade de cada unidade judiciária;

3. aprimorar a normativa interna acerca da atuação de juízes leigos e conciliadores, tendo participado da formulação da Resolução nº 01, de 15 de março de 2023;

4. prestar apoio logístico às reuniões do Colégio de Magistrados dos Juizados Especiais e do Conselho Superior dos Juizados Especiais;

5. fortalecer o diálogo com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, mediante reuniões constantes;

6. fomentar o acesso à justiça, por meio da instalação de Juizados Especiais Adjuntos em todas as comarcas de entrância inicial e de Juizados Especiais Adjuntos da Fazenda Pública nas comarcas de entrância final;

7. melhorar os indicadores acerca da Política Nacional de tratamento adequado aos conflitos de interesses, por meio do diálogo com o NUPEMEC e com as melhorias no Sistema de Negociação Virtual;

8. sugerir ações de capacitação de servidores atuantes nos Juizados Especiais;

9. monitorar e analisar os indicadores das unidades judiciárias dos Juizados Especiais (balança judiciária), bem como o cumprimento das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça;

10. combater o avanço de demandas fraudulentas, mediante a constante supervisão do NUCOF;

11. instalar novas unidades judiciárias e fóruns dos Juizados Especiais, além de reformar e aparelhar adequadamente as estruturas existentes;

12. realizar visitas institucionais às unidades dos Juizados Especiais, na Capital e no Interior, mantendo contato direto com magistrados e servidores;

13. colaborar com as rotinas procedimentais das Varas e das Turmas Recursais;

14. ampliar e garantir o atendimento do cidadão nos Serviços de Atendimento Judiciário (SAJs);

15. aprimorar o canal de comunicação com o cidadão, por meio da Ouvidoria dos Juizados;

16. ampliar o uso de automação e IA nos processos judiciais, na conformidade do Macrodesafio Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados;

17. ampliar ações da Equipe de Saneamento COJE, mirando no Macrodesafio Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional;

18. lançar nova edição da Revista Novatio, contribuindo para a formação de uma cultura de excelência e inovação no Sistema dos Juizados Especiais.

Além desses objetivos institucionais, a Coordenação dos Juizados Especiais presta informações de natureza técnico-jurídica à Presidência para subsidiar ações judiciais, analisa e efetiva a movimentação de servidores nas Varas dos Juizados Especiais, bem como presta apoio técnico a magistrados e servidores, especialmente em relação aos Sistemas Projudi e Pje.

Ao longo do biênio 2022/2024, a COJE, também, atuou junto à Presidência do Tribunal de Justiça, com intuito de estender a contratação de estagiários de pós-graduação para todas as Varas dos Juizados Especiais, sendo alcançado tal objetivo. Além disso, sugeriu a criação de Turmas Recursais Provisórias, colimando o saneamento processual das Turmas Recursais.

3. AÇÕES CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO

Ao longo dos anos de 2022 e 2023, a Coordenação dos Juizados Especiais realizou inúmeras atividades, conforme enfoques de cada setor interno, brevemente relatadas a seguir:

a) A **Assessoria Jurídica da COJE** expediu 856 ofícios simples e 190 ofícios circulares; prestou informações em 52 ações (ordinárias e mandados de segurança), bem como em 57 processos do Conselho Nacional de Justiça; respondeu a 573 expedientes e os movimentou no SIGA; auxiliou em mais de 282 reuniões do Coordenador; secretariou reuniões do Colégio de Magistrados, 12 Sessões do Conselho Superior dos Juizados Especiais e 24 reuniões do NUCOF; prestou informações em 153 expedientes da Corregedoria-Geral de Justiça e da Corregedoria das Comarcas do Interior; avaliou 141 pedidos de concessão de certificado digital de servidores e auxiliares da justiça.

Além dessas atividades administrativas, a equipe da Assessoria:

· analisou 139 pedidos de férias e afastamentos de servidores das Turmas Recursais e da Administração do Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva;

· acompanhou e fiscalizou o registro de ponto dos servidores da Secretaria da Turma Recursal, dos Juizados Especiais Cíveis de Apoio da Capital e do Interior e da Coordenação dos Juizados Especiais;

· auxiliou na elaboração das minutas de atualização da Lei Estadual nº 7.033/97, do Regimento Interno das Turmas Recursais (Resolução nº 02/2021) e da Resolução nº 07/2010/TJBA, que foi revogada e substituída pela Resolução nº 01, de 15 de março de 2023 (regulamenta o exercício das atividades de juízes leigos e conciliadores no âmbito dos Juizados Especiais);

· promoveu estudos e atualizações sobre a remuneração de juízes leigos e conciliadores, tendo auxiliado na publicação dos Decretos Judiciários nº 364 e nº 365, de 02 de maio de 2022 (disciplina os atos remuneráveis dos auxiliares da justiça) e do Decreto Judiciário nº 817, de 8 de novembro de 2023 (disciplina os afastamentos temporários, as solicitações de final de lista, as renúncias e as prorrogações relativas às funções de juízes leigos e conciliadores);

· assessorou o Coordenador dos Juizados junto à Banca Fundação Getúlio Vargas, que promoveu o novo processo seletivo de recrutamento de juízes leigos e conciliadores, com previsão de finalização em 30/11/2023;

· viabilizou as tratativas para publicação da 3ª edição da Revista Novatio, que ocorreu no mês de outubro de 2023;

· formou, designou e acompanhou as equipes de conciliadores para atuação na função de saneamento de audiências de conciliação, bem como durante as Semanas Estaduais e Nacionais de Conciliação;

· levantou dados solicitados para o Inventário Patrimonial, no ano de 2022, além de responder a e-mails e consultas diversas de magistrados, servidores e auxiliares da justiça em geral sobre diversos temas como: acúmulo de funções e impedimentos de juízes leigos e conciliadores; cumprimento de penalidades de advogados; funcionamento das unidades judiciais; solicitações de reuniões com o Coordenador dos Juizados; e outros.

b) O Núcleo de Ouvidora da COJE, no biênio da Gestão, recebeu e tratou 5.715 demandas de cidadãos, partes e advogados, por e-mails, consulta telefônica e atendimento presencial.

c) O Núcleo de Serviço de Apoio Judiciário atuou no diálogo diário com os Juizados Especiais Cíveis de Apoio/Serviços de Atendimento Judiciário, com o propósito de instruir a adequada gestão desse serviço, tendo respondido a 3.029 e-mails, tratado de 197 expedientes no SIGA e expedido 377 certidões de propriedade de veículos aos atendentes judiciários.

d) O Núcleo de Recursos Humanos é responsável pela movimentação de servidores nos quadros das unidades dos Juizados Especiais, apresentando os seguintes números:

Processos Relotação / Remoção / Permuta		115
Processos Referendo Portarias Designação Substitutiva		398
Processos Nomeação Cargos Comissionados / Designação Funções Gratificadas		77
Processos Devolução / Solicitação de Servidores		65
Processos Férias		178
Processos Licença-prêmio		107
Processos Abono de Falta (Art. 118, Lei 6.677/94) / Folga TRE / Folga Plantão Judiciário		234
Processos Licença Tratamento de Saúde / Atestados Médicos		203
Processos Matérias Diversas		175
Total de Processos		**1.552**
Portarias Designação de Servidores	185	
Quadro de Pessoal dos Juizados Especiais	Atualização diária	

Além da movimentação de servidores, o Núcleo de Recursos Humanos é responsável por acompanhar a Tabela Lotação Paradigma no âmbito dos Juizados Especiais, solicitando os ajustes necessários de acordo com as demandas de pessoal técnico das unidades judiciárias. A exemplo, após solicitação da COJE, foi alterado o paradigma das Varas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para 12 servidores, tendo em vista a volumosa distribuição e o acervo dessas unidades.

Sobre a lotação de servidores de origem "Cliente Q" (Juizados Especiais), apresentamos o seguinte cenário:

Quantitativo total de servidores Cliente Origem "Q" ativos	**1.815**
Quantitativo de servidores Cliente Origem "Q" ativos lotados nos Juizados Especiais	**989**
Quantitativo de servidores Cliente Origem "Q" ativos lotados fora dos Juizados Especiais	826
Quantitativo de servidores Cliente Origem "Q" ativos exercendo Cargos Comissionados (TJ-FC)	342
Quantitativo de servidores Cliente Origem "Q" ativos exercendo Funções Gratificadas (TJ-FG)	123
Quantitativo de servidores Cliente Origem "Q" ativos à disposição de outros Poderes ou Órgãos	13

e) O Núcleo de gestão de juízes leigos e conciliadores atuou na fiscalização das atividades concernentes aos auxiliares da justiça, em especial às necessidades de nomeação, designação, cooperação, desligamento e afastamento temporário. Além disso, responde, diariamente, a consultas e dúvidas de atuação dos juízes leigos e dos conciliadores, bem como os recebe, presencialmente, após o ato de posse. Sobre o quantitativo de expedientes e atos normativos, apresentamos o panorama a seguir:

Relatório Biênio 2022-2024 (Até 07/11/2023)									
PORTARIAS	Designações	Deslig.	Coop.	Revog.	Afast.	Relot.	Nomeações	Empossados	F. lista
JUIZ LEIGO (CAPITAL)	140	102	73	16	22	44	271	124	15
CONCILIADOR (CAPITAL)	82	48	305	11	14	35	251	77	23
JUIZ LEIGO (INTERIOR)	156	117	281	27	9	7	337	164	34
CONCILIADOR (INTERIOR)	165	102	323	6	16	12	363	171	28
TOTAL PORTARIAS:	2052								

f) O Núcleo de Distribuição Judicial realizou atendimentos e tratativas referentes a distribuições, devoluções e solicitações de informações de Cartas Precatórias no âmbito dos Juizados Especiais, bem como de outras movimentações processuais, apresentando os seguintes números:

	2022	2023
E-Mail Malote	2229	3908
E-Mail Distribuição	1426	1203
Malote Digital	1825	2182
Telefone	137	97
Pessoalmente	12	3
Informações	648	1728
Processo	1255	1063
Desarquivamento	0	9
Total	**9554**	**12216**

g) O **Núcleo de Aparelhamento de Juizados** promoveu e acompanhou diversas demandas, no biênio 2022/2024, tais como:

· no Fórum Ministro Adhemar Raymundo da Silva (Fórum Regional do Imbuí): Instalação e reorganização da Sala da COJE; transferência da Administração para o 2° andar; alteração do layout da sala de manutenção e almoxarifado; transferência do almoxarifado da limpeza para piso térreo; início do processo de alteração do layout do átrio do Fórum; pintura das salas de audiências de conciliações; instalação de catracas e cancelas para ingresso de servidores, magistrados e partes; instalação de toldos no estacionamento do Fórum Regional do Imbuí;

· reformas e inaugurações de novas instalações dos Fóruns dos Juizados Especiais de Feira de Santana, Barreiras, Santo Estêvão, Euclides da Cunha, Itamaraju, Teixeira de Freitas, Gandu e Santa Maria da Vitória.

h) O **EDEP/COJE** acompanhou as Reuniões Estratégicas (RLA e RAE) ocorridas durante os anos de 2022 e 2023, executando importantes projetos, tais como: implementação de Modelo de Inteligência Artificial para sugestão de atos judiciais e sua integração aos Sistemas PJE e PROJUDI; robôs que automatizam atividades cartorárias nos Juizados Especiais da Fazenda Pública e da Sexta Turma Recursal; fluxos de trabalho e ferramentas automatizados nos sistemas judiciais; DAJE unificado no preparo recursal.

i) O **Laboratório de Inovação da COJE**, núcleo responsável pela implementação dos projetos voltados aos Sistemas Projudi e PJe, desenvolveu inúmeras soluções de Inteligência Artificial, automações, melhorias de fluxos processuais, bem como atuou nos constantes diálogos com magistrados, servidores e auxiliares da justiça, além de outros Tribunais, a fim de coletar dados e compartilhar as novas tecnologias. A seguir, destacamos as mais relevantes.

#	AÇÕES
01	Aprimoramento no processamento dos processos com indicação de tramitação no Juízo 100% Digital.
02	Atualização das tabelas do PROJUDI às TPUs do CNJ.
03	Disponibilização na tela inicial do processo (Juizado e Turma) de link rápido de dessobrestamento.
04	Aprimoramento da tela inicial do juiz leigo nos Juizados, tornando-a semelhante à tela do assessor.
05	Criação de tela inicial para os perfis de assessor, juiz leigo e estagiário nas Turmas Recursais.
06	Disponibilização do serviço de julgados relacionados e demais sistemas de alerta para o perfil de juiz leigo.
07	Aprimoramento no perfil de conciliador, consistente em disponibilização de módulo de envio de processo a órgãos externos (intimação do MP).
08	Aprimoramento das telas de conclusão, consistente na inclusão de filtro de parte, CPF e número da OAB nas telas de conclusão do 1º grau, em todos os perfis.

09	Aprimoramento no fluxo do Sistema de Negociação Virtual (encerramento da negociação apenas na fase de sentença – Decreto Judiciário nº 395, de 9 de maio de 2023).
10	Aprimoramento no fluxo das Turmas Recursais, com criação de nova caixa denominada “Agravo Interno”.
11	Auxílio no desenvolvimento do Portal da Transparência, com disponibilização de telas de consulta (pautas de sessões de julgamento).
12	Auxílio à remarcação de audiências e expedição de intimações em saneamento de audiências nos Juizados da capital.
13	Realização de auditoria no cadastro das Delegacias no PROJUDI.
14	Aprimoramento no sistema de envio de intimações eletrônicas nos processos originários das Turmas Recursais.
15	Revisão do fluxo de cadastro de advogados, com criação de novo modelo de formulário eletrônico, geração de nova documentação para a COATE.
16	Consolidação de todos os Manuais dos Advogados em uma única tela.
17	Aprimoramento do controle de cadastro de ações em duplicidade no PROJUDI.
18	Aprimoramento da tela de buscas de processos paralisados.
19	Aprimoramento na tela de buscas de movimentações.
20	Aprimoramento na tela de buscas de processos das Turmas Recursais.
21	Aprimoramento na tela de análise de decurso de prazo.
22	Criação de tela de histórico de juízes nas Turmas Recursais.
23	Aprimoramento para bloqueio de conclusões em duplicidade nas Turmas Recursais.
24	Aprimoramento dos perfis de parte on-line, usuário representante de empresa, advogado, promotor, distribuidor do MP e Assessor de Promotor.
25	Criação de sistema antirrobôs para o PROJUDI.
26	Realização de treinamento para Juízes Leigos das Turmas Recursais.
27	Auxílio em saneamento na 3ª Turma Recursal (criação de sistema de divisão de processos entre os Juízes Leigos e utilização de robô para etiquetamento).
28	Auxílio à Corregedoria na construção do novo Portal de Cartas Precatórias TJBA.
29	Aprimoramento nas telas de análise de petições e de movimentações nos Juizados (ordenação automática por tipo de evento relacionado).
30	Aprimoramento da tela de remessa de recursos em diligência à Turma Recursal.
31	Integração do PROJUDI À MARKETPLACE DA PDPJ.
32	Auxílio às Corregedorias de Justiça na padronização dos procedimentos relacionados à destinação dos recursos oriundos das aplicações das prestações pecuniárias.
33	Disponibilização de link rápido para consulta de transações penais.
34	Criação de sala de soluções para tratamento conjunto das instabilidades do PROJUDI.
35	Revisão das consultas internas do PROJUDI, viabilizando uma maior performance do sistema.
36	Disponibilização de novo Portal da parte do tipo pessoa física no PROJUDI, com recadastramento automático de usuários.
37	Disponibilização de manuais sobre o Juízo 100% Digital no PROJUDI-BA.
38	Disponibilização de manuais sobre o credenciamento de partes do tipo pessoa física no PROJUDI-BA, destinado aos servidores.
39	Disponibilização, na área de comunicados do Sistema, de um conjunto de manuais para a parte do tipo pessoa física, orientando na obtenção do seu credenciamento junto ao Sistema PROJUDI-BA, de forma presencial ou remota, bem como ensinando a realizar o acesso ao Sistema e visualizar seus processos e intimações.
40	Integração do PROJUDI à Receita Federal para fins de obtenção do nome associado ao número do CPF ou do CNPJ.
41	Criação de serviço de alerta no PROJUDI para partes com óbito registrado junto à Receita Federal.
42	Integração do PROJUDI-BA ao sistema de mensagens da PDPJ.

43	Auxílio à Corregedoria na organização do procedimento de convocação de entidades pelos Juizados para destinação dos valores oriundos das transações penais.
44	Implementação do Sistema IQO (Índice de Qualidade Operacional) no relatório gerencial dos Juizados Especiais.
45	Criação de Perfil para usuário distribuidor de outro Tribunal.
46	Melhoria na Tela de Processos Paralisados dos Juizados e das Turmas Recursais.
47	Auditoria no cadastro de empresas credenciadas, juntamente à SEJUD, garantindo maior eficiência na expedição de correspondências eletrônicas nos processos.
48	Levantamento das maiores empresas não credenciadas no Domicílio Eletrônico, para convocação, via SEJUD, para fins de credenciamento.
49	Criação das identidades visuais AlphaJus, SigmaJus, Similis e VisionJus.
50	Levantamento de requisitos para prototipagem de sistema automatizado de geração de relatórios sentenciais, por meio da Assistente Virtual Sofia.
51	Levantamento de requisitos para disponibilização em Sofia de assistente de indicação de modelos de julgamento para magistrados, a partir de uma base de dados de modelos de sentenças pré-cadastradas.
52	Aprimoramento das telas dos assessores das Turmas Recursais no Sistema PROJUDI: a partir de agora, o assessor pode acessar diretamente os processos do juiz ao qual se encontra vinculado, bem como conferir as pré-análises confeccionadas por juízes leigos e estagiários.
53	Aprimoramento no fluxo das Turmas Recursais, com criação de nova caixa denominada “Concluso para Decisão Monocrática”.
54	Desenvolvimento na Assistente Virtual Sofia de Assistente de Distribuição Processual.
55	Desenvolvimento na Assistente Virtual Sofia de Assistente de busca de precedentes do STF, do STJ, dos IRDRs e IAC e das Súmulas do TJBA.
56	Auxílio logístico às semanas estaduais e Nacional de conciliação.
57	Levantamento de requisitos para integração do Sistema PROJUDI ao serviço do E-Carta dos correios, o que trará maior economia com os gastos postais, pois se trata de um serviço mais barato que o V-Post.
58	Levantamento de requisitos para desenvolvimento de sistema unificado de verificação de prevenção processual nos Sistemas PROJUDI e Pje.
59	Integração do Sistema PROJUDI ao Domicílio Eletrônico Nacional do CNJ.
60	Participação do grupo de trabalho SINTONIA, formado pelas principais lideranças do TJBA para enfrentamento conjunto das metas institucionais.
61	Aprimoramento da funcionalidade de Cálculos Judiciais do Sistema SAIPRO para possibilitar a realização de Cálculos com o índice IGP-M.
62	Criação de serviço implementado por Robô para atualização automática dos índices INPC e IGP-M da funcionalidade de Cálculos Judiciais do Sistema SAIPRO.
63	Criação de serviço implementado por Robô para realizar a atualização automática no Sistema Judicial PROJUDI, possibilitando a inclusão de todas as cidades existentes na Base de Dados Nacional do Portal IBGE.
64	Criação de serviço implementado por Robô para realizar no Sistema Judicial PROJUDI a remoção de perfis de Cadastrador em todos os servidores, exceto os Supervisores de carreira, como medida preventiva de segurança.
65	Criação de serviço implementado por Robô para realizar a verificação automática de todas as classes, assuntos e movimentos existentes nos Sistemas Judiciais PROJUDI e PJE, elaborando um relatório analítico comparativo das classes, assuntos e movimentos disponíveis no Portal das Tabelas Processuais Unificadas (TPU) do CNJ. O relatório sugere a inclusão, a inativação ou a reativação conforme cada item analisado com o tipo da justiça escolhida (Juizados Especiais, 1º Grau, 2º Grau, Turmas Recursais e demais tipos estaduais).
66	Criação de serviço implementado por Robô para realizar no Sistema Judicial PROJUDI o cadastro em lote de usuários com perfil de Juiz de Direito, para auxiliar no processo de capacitação dos novos magistrados recém-ingressados no referido Sistema.
67	Criação de serviço implementado por Robô para realizar a extração dos links de transmissão ao vivo das Sessões de Julgamento das Turmas Recursais e disponibilizar no Portal dos Juizados Especiais, garantindo o cumprimento das regulamentações vigentes referentes à Transparência.
68	Criação de serviço implementado por Robô para realizar a extração automática dos dados estatísticos por agendamento para fins de publicação mensal da Coordenação dos Juizados Especiais, garantindo o cumprimento das regulamentações vigentes referentes à Transparência.

69	Criação de serviço implementado por Robô para, no Sistema Judicial PROJUDI, realizar a ativação da opção Negociação Virtual para todos as empresas credenciadas no Domicílio Eletrônico do TJBA, possibilitando a participação das mesmas nessa Plataforma.
70	Criação de serviço implementado por Robô para realizar no Sistema Judicial PROJUDI a migração de todos os processos vinculados ao advogado, durante a migração da OAB no referido Sistema.
71	Implementação de novas funcionalidades no robô que lê o DJE. Ele passou a utilizar o conteúdo em PDF para aumentar a segurança na leitura dos dados publicados. Além disso, o robô está fazendo recortes do conteúdo, facilitando a conferência das publicações dos juízes, dos servidores e dos prestadores de serviço do quadro da COJE.
72	Melhoria do robô de triagem do PROJUDI para aplicação na semana de conciliação.
73	Desenvolvimento de robô para auxiliar no cadastro de perfil dos conciliadores que atuaram na semana de conciliação.
74	Triagem de processos por tema para auxiliar a 2ª Vara dos Juizados Fazendários a localizar processos com impugnação da sentença de execução.
75	Desenvolvimento de funcionalidade na assistente virtual Sofia para possibilitar melhor localização dos contatos das unidades judiciárias e administrativas.
76	Geração de relatórios para as Corregedorias para identificar processos que possuem sentença proferida sem movimentação apropriada objetivando melhoria dos números do Tribunal.
77	Colaboração com o Projeto Sintonia na busca temática de processos – com pedido de desistência ou homologação de acordo.
78	Passagem de conhecimento para a SETIM sobre os robôs e as ferramentas desenvolvidas pela COJE.
79	Criação de programa gerador de agravo de instrumentos “prejudicados” com envio de relatório para unidades judiciárias de segunda instância.
80	Geração de busca temática de processos para a Segunda Vice-Presidência.
81	Triagem de precatórios prioritários e geração de relatório para auxiliar a assessoria da unidade.
82	Desenvolvimento de novo robô para auxiliar a 2ª Vice-Presidência na publicação de suas decisões.
83	Apoio ao 2º Cartório Integrado de Relações de Consumo com o uso de automação para realização de triagem de processos por tema, 100 dias e Meta 2.
84	Criação de robô que identifica processos aptos para evolução de classe judicial, por já estarem na fazer de execução.
85	Desenvolvimento de funcionalidades automatizadas no Sistema PJE por meio da construção de um novo fluxo processual para as unidades fazendárias. Implantação do novo fluxo nas unidades da capital e em unidades do interior (Eunápolis, Itabuna e Jacobina).
86	No âmbito do Projeto Sintonia, triagem de processos em 20 unidades da defesa do consumidor para identificação daqueles que estavam aptos para evolução de classe para aplicação do robô que faz evolução de fase processual. Triagem de processos Meta 2 em mais de 50 unidades judiciárias.
87	Análise de ações realizadas por advogados listados pela Corregedoria. Triagem de processos.
88	Desenvolvimento de robô para realização de marcação de audiência no Sistema PROJUDI.
89	Desenvolvimento de robô para realização de download de processos no Sistema PJE.
90	Desenvolvimento de robô para realização da migração de processos do fluxo antigo para o novo fluxo dos Juizados Fazendários.
91	Desenvolvimento do novo fluxo dos Juizados Cíveis, a partir do fluxo dos Juizados Fazendários, contemplando todas as funcionalidades desenvolvidas, adicionando a marcação automática de audiência de conciliação e disponibilizando outras melhorias.
92	Realização de análise processual com uso de Inteligência Artificial com objetivos de identificar processos com grande similaridade, a partir de uma relação de advogados suspeitos de praticarem litigância predatória.
93	Desenvolvimento de atividades integradas de identificação e combate à litigância fraudulenta.
94	Levantamento de requisitos para automação do Sistema Tandera, de enfrentamento à litigância fraudulenta.
95	Implementação do Robô para triagem e movimentação de Processos na tarefa de Análise de Secretaria da Sexta Turma recursal.

No biênio 2022/2024, o Laboratório de Inovação alcançou notório reconhecimento nacional, com as seguintes premiações, inclusive no Conselho Nacional de Justiça:

ANO	PRÊMIO
2022	1º lugar na categoria Tribunal da 12ª Edição do Prêmio Conciliar é Legal do CNJ com o Projeto "Negociação Virtual"
2022	2º lugar na categoria Inovação Tecnológica da 3ª Edição do Prêmio Judiciário Exponencial com o Projeto "IAJUS"
2022	Menção honrosa pela importância tecnológica da ferramenta na categoria Inovação Tecnológica da 3ª Edição do Prêmio Judiciário Exponencial com o Projeto "Sofia"
2023 (Aguardando resultado)	Finalista na categoria Tribunal da 20ª Edição do Prêmio Innovare com os Projetos "Alphajus" e "Sofia"
2023 (Aguardando resultado)	Finalista na categoria Inovação Tecnológica da 4ª Edição do Prêmio Judiciário Exponencial com o Projeto "Alphajus"

Segue, ainda, relatório estatístico da equipe:

TIPO	QUANTIDADE APROXIMADA
SIGA	32
E-MAILS RECEBIDOS/RESPONDIDOS	12.956
REUNIÕES/TREINAMENTOS/EVENTOS	212
AÇÕES DESENVOLVIDAS	95
CHAMADOS ABERTOS	190

j) O **Núcleo de Saneamento da COJE** atuou em 60 unidades judiciárias dos Juizados Especiais, na capital e no interior, durante o biênio de 2022/2024, com a seguinte sistemática: escolha da unidade judiciária; análise do acervo processual existente nas Unidades Judiciárias, com a elaboração de pré-análises e movimentações processuais; acompanhamento, em conjunto com os servidores, do desempenho das Secretarias e da prestação jurisdicional, e do cumprimento da Meta 2/2022 e da Meta 2/2023 do Conselho Nacional de Justiça, referente ao julgamento dos processos ativos distribuídos até 31/12/2019 (no que concerne à Meta 2/2022) e até 31/12/2020 (no que concerne à Meta 2/2023).

A partir desse fluxo de trabalho, o Núcleo obteve a seguinte produtividade do biênio de referência nos Sistemas PROJUDI e PJe:

Unidades Saneadas	**60**
Total de Movimentações processuais e Minutas de pré-análises	**235.054**
Movimentações processuais diversas (Atos de Secretaria)	**134.323**
Minutas de pré-análises *Sentenças de mérito/Embargos à Execução: 37.402* *Votos (Acórdão) / Decisões Monocráticas: 1.263* *Embargos de Declaração: 7.447* *Sentenças homologatórias: 1.149* *Sentenças extintivas: 6.961* *Liminares: 1.328* *Despachos/decisões: 45.181*	**100.731**

Pontue-se que, para essas atividades, foi confeccionado um formulário contendo as matérias controvertidas mais recorrentes em sede de Juizados Especiais, para que os magistrados das

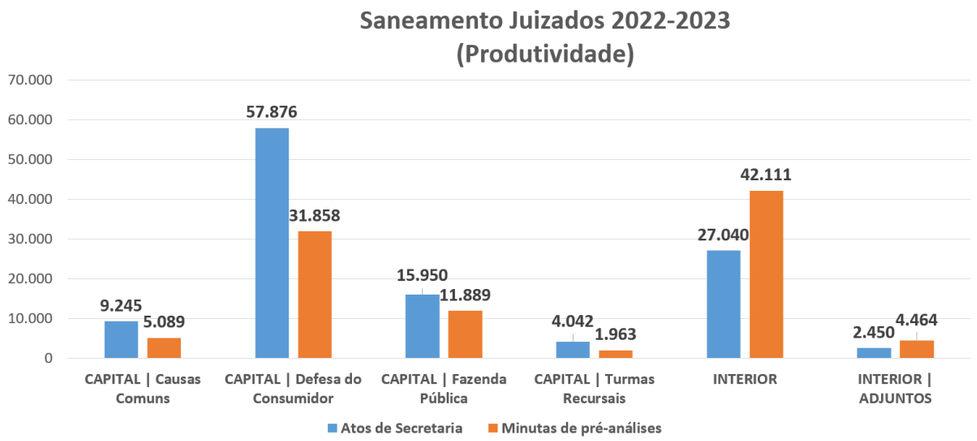
unidades judiciárias em saneamento indiquem seu posicionamento, por meio de um banco com modelos de minutas de sentenças, agrupado por temas e também por unidade judiciária. Desse modo, é possível uniformizar as decisões e garantir a segurança jurídica.

O Grupo de Saneamento, ainda, forneceu apoio ao Projeto Corregedoria em Ação nas Comarcas de **Amargosa** (instituído por meio do DJE nº 710 de 14/10/2022), **Conde** (instituído por meio do DJE nº 070 de 03/02/2023), **Guaratinga** (instituído por meio do DJE nº 070 de 03/02/2023), **Formosa do Rio Preto** (instituído por meio do DJE nº 424 de 23/05/2023), **Nova Viçosa** (instituído por meio do DJE nº 424 de 23/05/2023) e Campo Formoso (instituído por meio do DJE nº 693 de 06/09/2023), tendo atuado nos processos vinculados à competência e à classe dos Juizados Especiais Cíveis (436) e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (14695) das referidas Unidades.

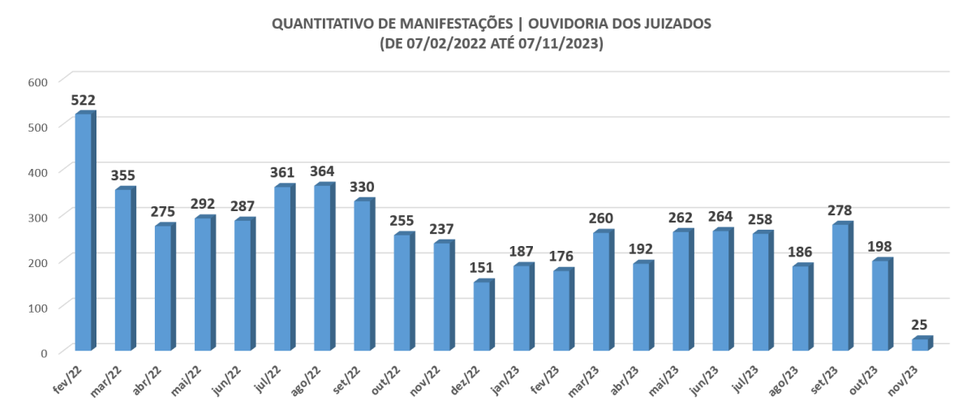
4. INDICADORES

A seguir, serão apresentados alguns indicadores gráficos das atividades realizadas pelos núcleos da COJE, bem como a balança judiciária dos Juizados Especiais da Bahia.

Saneamento da COJE



Ouvidoria dos Juizados (Quantitativo de manifestações)



Juiz Leigo e Conciliador

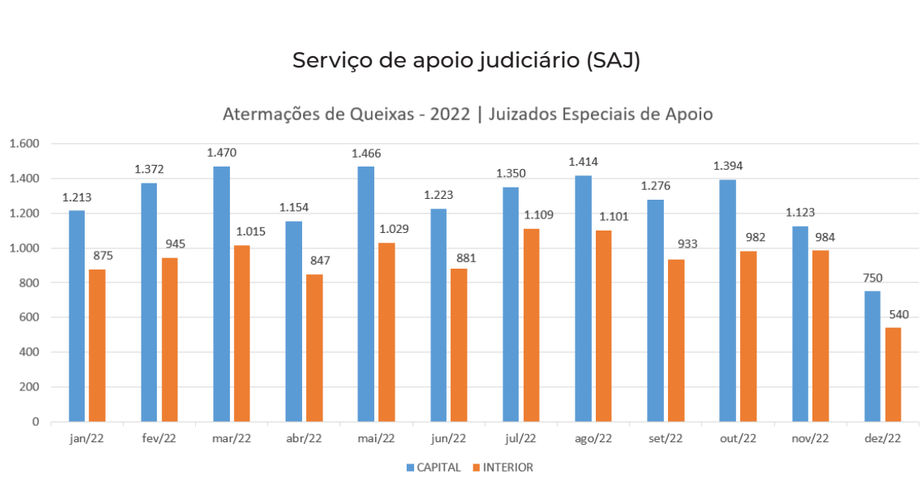
Quantitativo de nomeações no biênio 2022/2024

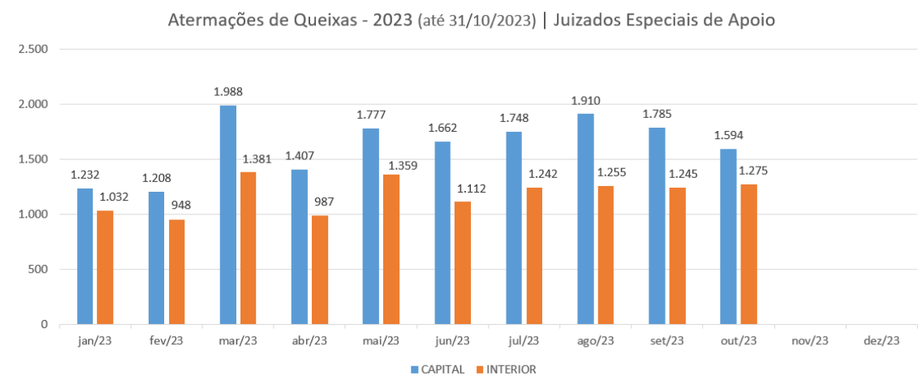
JUIZ LEIGO (CAPITAL)	271
JUIZ LEIGO (INTERIOR)	337
TOTAL JUIZ LEIGO	608
CONCILIADOR (CAPITAL)	251
CONCILIADOR (INTERIOR)	363
TOTAL CONCILIADOR	**614**
TOTAL AUXILIARES DA JUSTIÇA	**1.222**

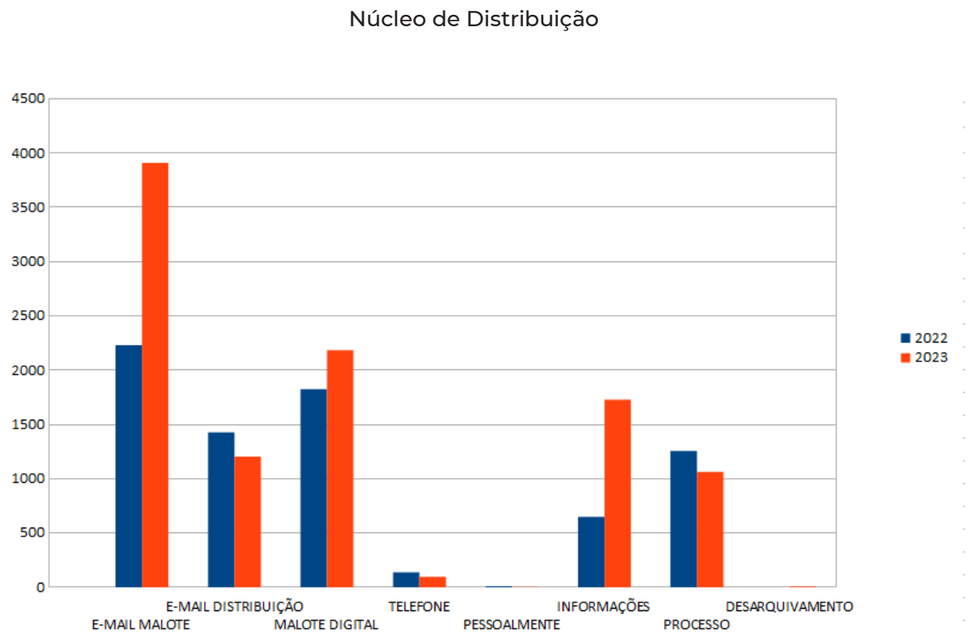
Quantitativo de auxiliares da justiça em exercício

JUIZ LEIGO	326
CONCILIADOR	297
TOTAL	**623**

Serviço de apoio judiciário (SAJ)

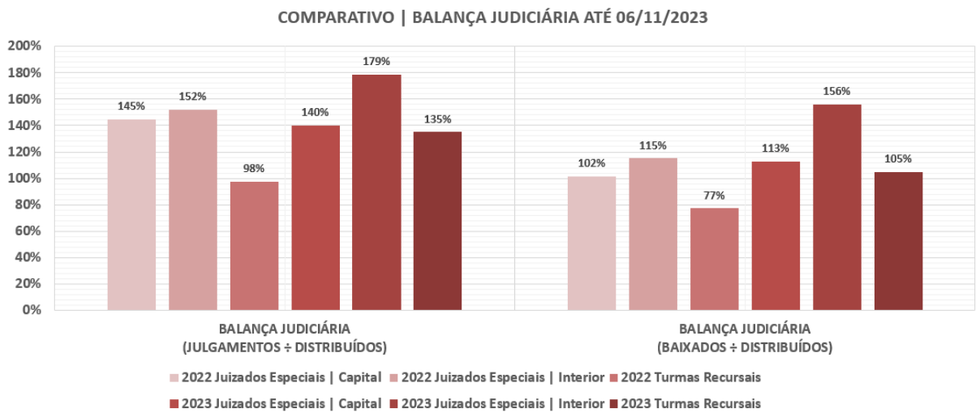


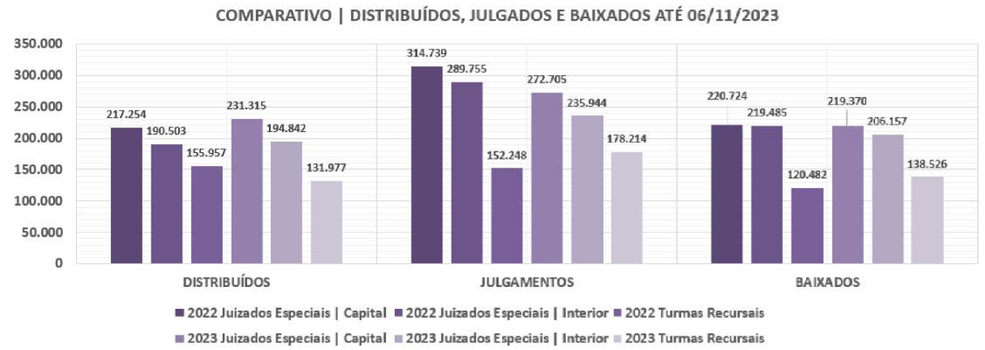


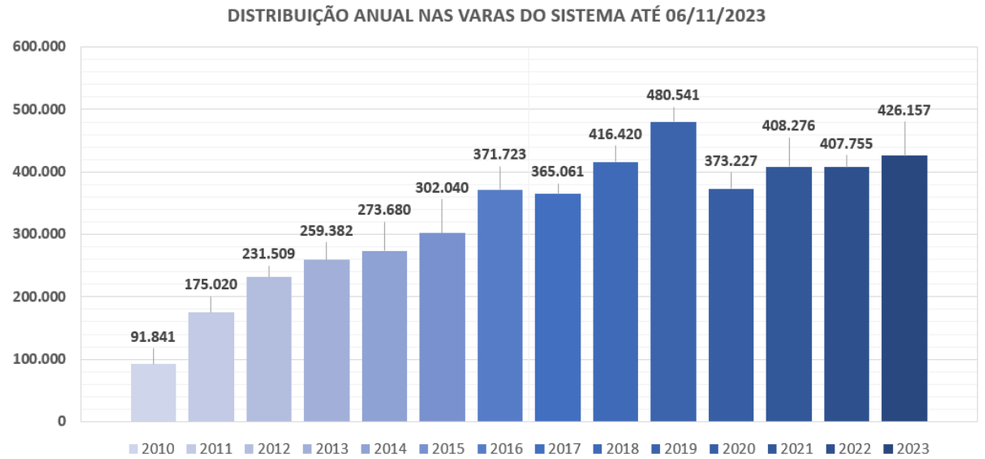


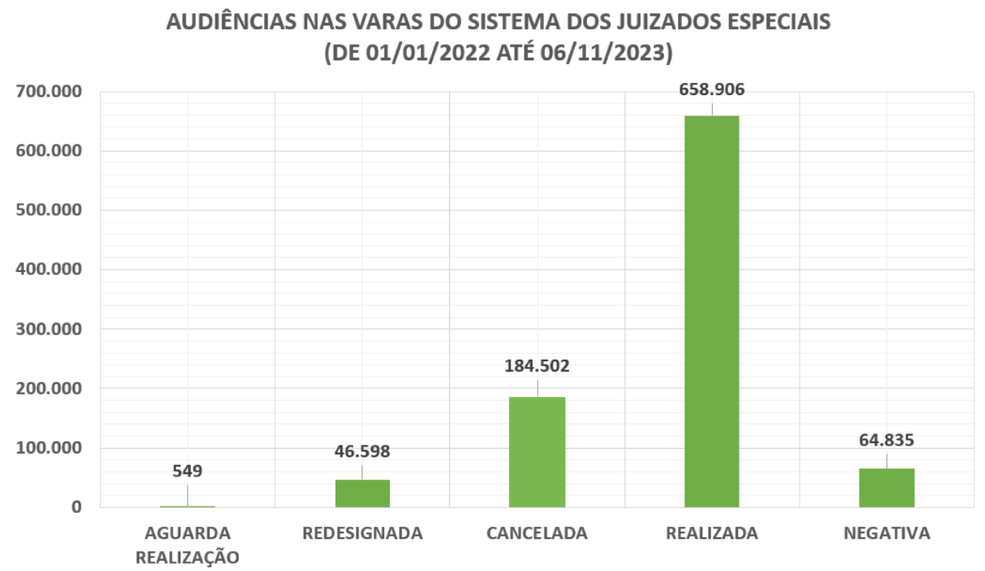
Balança Judiciária das Varas do Sistema dos Juizados Especiais

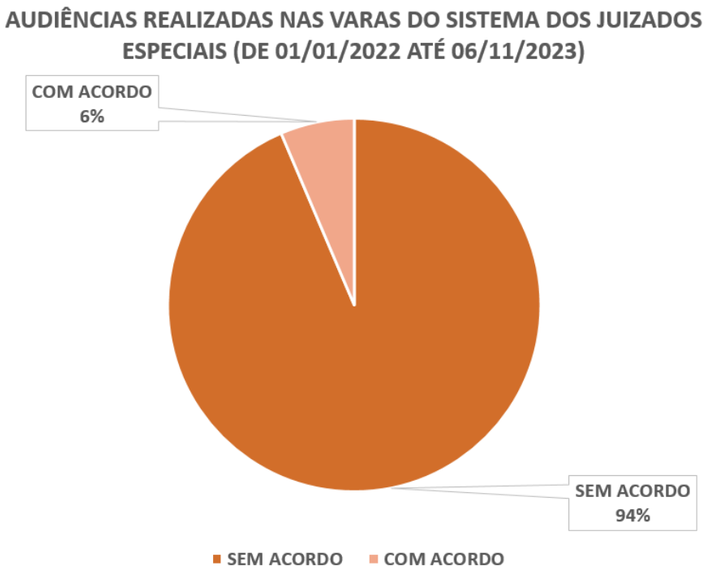
No âmbito do Sistema dos Juizados Especiais, são 55 unidades judiciárias localizadas na Comarca da Capital (37 unidades monocráticas distribuídas por competências e 6 Turmas Recursais); 20 Serviços de Apoio Judiciário (SAJ's) na Capital e no Interior; 62 Varas dos Juizados Especiais no Interior do Estado e 186 Juizados Especiais Adjuntos que englobam as competências Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública. A seguir, apresenta-se a balança judiciária do biênio 2022/2024, comparativo de processos distribuídos, julgados e baixados, histórico de distribuição, além do quantitativo de audiências e acordos realizados.











5. COMISSÕES, GRUPOS E COMITÊS

No curso da gestão referente ao biênio 2022/2024, o Coordenador dos Juizados Especiais participou de reuniões diversas, tendo integrado os seguintes Grupos, Comissões e Comitês:

1. Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Decreto Judiciário nº 119, de 14 de fevereiro de 2022);

2. Comissão de Transição de Depósitos Judiciais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Decreto Judiciário nº 121, de 14 de fevereiro de 2022);

3. Grupo Decisório do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA) (Decreto Judiciário nº 460, de 22 de junho de 2022);

4. Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Decreto Judiciário nº 247, de 15 de março de 2022);

5. Núcleo de Gestão e Enfrentamento das Demandas de Massa (NUGEDEM) (Decreto Judiciário nº 795, de 9 de setembro de 2016);

6. Núcleo de Combate às Fraudes no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais do Estado da Bahia (NUCOF) (Decreto Judiciário nº 391, de 09 de julho de 2020), na condição de Coordenador;

7. Conselho Superior dos Juizados Especiais;

8. Acompanhamento do Colégio de Magistrados dos Juizados Especiais.

O Coordenador dos Juizados Especiais, também, participou do 49º (18 a 20/05/2022), do 50º (30/11, 1º e 02/12/2022) e do 51º FONAJE's (24 a 26/05/2023), bem como participará do 52º FONAJE (29/11 a 1º/12/2023), na condição de integrante das Comissões da região Nordeste e de articulação e interlocução com as Escolas das Magistraturas dos Estados e do Distrito Federal.

Além desses eventos externos, o Coordenador dos Juizados Especiais realizou visitas institucionais nas unidades judiciárias dos Juizados Especiais das Comarcas de Feira de Santana (abril/2022) para inauguração do Fórum dos Juizados Especiais; de Barreiras para reinaugurar o Fórum dos Juizados Especiais (novembro/2022); e na Comarca de Paulo Afonso (maio/2023), com intuito de acompanhar as atividades nas Varas dos Juizados Especiais, colocando a COJE sempre à disposição para colaborar.

6. REUNIÕES

Ao longo da gestão realizada no biênio 2022/2024, o Coordenador dos Juizados Especiais realizou reuniões com diversas instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, entidades do setor privado (MRV, ITAÚ, FCDL, BMG etc) com magistrados, servidores, advogados, núcleos e órgãos internos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Ao total, foram mais de 282 reuniões até o dia 7 de novembro de 2023, dentre elas encontros com os Juízes integrantes do Colégio de Magistrados do Sistema dos Juizados Especiais, com o Conselho Superior dos Juizados Especiais, com o CIJEBA, o NUGEDEM, a DPG, o NUPEMEC, o NUCOF, bem como Reuniões Estratégicas do TJBA (RLA e RAE).

7. RELATÓRIO GERENCIAL

No que diz respeito ao relatório gerencial do biênio 2022/2024, foram expedidos ofícios simples, ofícios circulares e portarias pela Coordenação dos Juizados Especiais, com a finalidade de melhor regulamentar, uniformizar e dar transparência a todas as ações e medidas adotadas pela gestão. Vejamos:

Tipo	Quantidade
Portaria	2.298
Ofício Circular	190
Ofício Simples	856
Ofício NUCOF	78
Expedientes administrativos – SIGA (Núcleos de Informática, Recursos Humanos, Juiz Leigo e Conciliador e Assessoria Jurídica)	3.821

ANEXO I

GALERIA DE FOTOS

ANEXO II

FOTOS DAS REFORMAS DOS FÓRUNS DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Fotos da Reforma de Barreiras

Fotos da Reforma de Santo Estevão

Fotos da Reforma de Euclides da Cunha

Fotos da Reforma de Santo Antônio de Jesus

Fotos da Reforma de Itamaraju

Fotos da Reforma de Teixeira de Freitas

Fotos da Reforma de Gandu

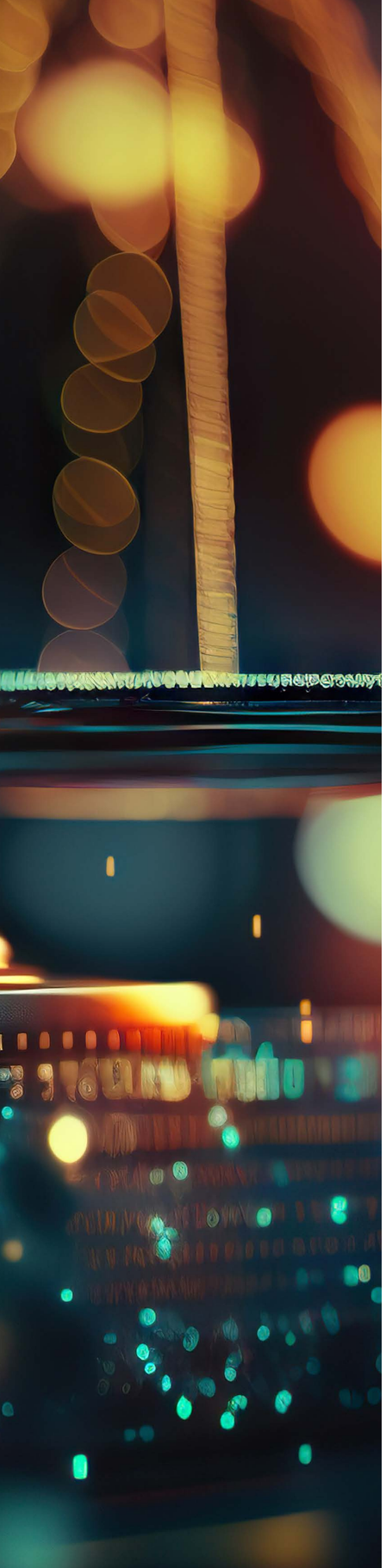
ANEXO III

RELAÇÃO DAS UNIDADES JUDICIAIS SANEADAS, POR ORDEM CRONOLÓGICA:

Período	Dias	Competência	Unidade	Atos de Secretaria	Minutas de pré-análises
07/02/2022 a 14/02/2022	8	CAPITAL | Defesa do Consumidor	11ª VSJE do Consumidor	2.079	881
07/02/2022 a 13/03/2022	35	CAPITAL | Defesa do Consumidor	9ª VSJE do Consumidor	17	1.873
07/02/2022 a 07/03/2022	29	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Capim Grosso	0	676
07/02/2022 a 14/02/2022	8	CAPITAL | Defesa do Consumidor	1ª VSJE do Consumidor	0	514
15/02/2022 a 11/03/2022	25	CAPITAL | Defesa do Consumidor	13ª VSJE do Consumidor	2.364	3.201
04/03/2022 a 08/03/2022	5	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Simões Filho	5	177
14/03/2022 a 26/04/2022	44	INTERIOR | Plena	3ª VSJ de Feira de Santana	145	1.975
14/03/2022 a 26/04/2022	44	INTERIOR | Plena	4ª VSJ de Feira de Santana	6.755	2.394
24/03/2022 a 01/04/2022	9	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Feira de Santana	68	1.487
04/04/2022 a 13/04/2022	10	CAPITAL | Defesa do Consumidor	16ª VSJE do Consumidor	4.196	1.144
08/04/2022 a 20/07/2022	104	INTERIOR | Plena	5ª VSJ de Feira de Santana	8	759
18/04/2022 a 04/05/2022	17	CAPITAL | Defesa do Consumidor	19ª VSJE do Consumidor	7.327	1.036
26/04/2022 a 17/05/2022	22	INTERIOR | Plena	VSJ de Santo Estêvão	10.597	2.538
17/05/2022 a 31/05/2022	15	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Camaçari	34	1.102
18/05/2022 a 24/05/2022	7	INTERIOR | Plena	VSJ de Brumado	15	1.296
25/05/2022 a 12/06/2022	19	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	1.015	3.006
13/06/2022 a 30/06/2022	18	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Camaçari	146	994
13/06/2022 a 28/06/2022	16	INTERIOR | Plena	VSJ de Gandu	0	1.041
28/06/2022 a 05/07/2022	8	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Itabuna	2	500
30/06/2022 a 06/07/2022	7	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Jacobina	14	364
05/07/2022 a 14/07/2022	10	INTERIOR | Plena	3ª VSJ de Ilhéus	13	873
06/07/2022 a 15/07/2022	10	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Irecê	49	2.269
15/07/2022 a 19/08/2022	36	CAPITAL | Fazenda Pública	1ª VSJ da Fazenda Pública	7.481	7.180
19/08/2022 a 08/09/2022	21	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Ilhéus	17	1.176
19/08/2022 a 29/08/2022	11	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Irecê	247	2.663
30/08/2022 a 08/09/2022	10	CAPITAL | Defesa do Consumidor	9ª VSJE do Consumidor	78	1.845
01/09/2022 a 10/02/2023	163	CAPITAL | Turmas Recursais	1ª Turma Recursal	0	252
09/09/2022 a 14/09/2022	6	INTERIOR | Plena	VSJ de Brumado	24	1.473
08/09/2022 a 19/09/2022	12	INTERIOR | Plena	VSJ de Senhor do Bonfim	14	1.213
15/09/2022 a 21/09/2022	7	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	74	893
19/09/2022 a 04/10/2022	16	CAPITAL | Causas Comuns	5ª VSJE de Causas Comuns	34	979
21/09/2022 a 27/09/2022	7	INTERIOR | Plena	5ª VSJE de Feira de Santana	2	1.468
27/09/2022 a 04/10/2022	8	CAPITAL | Causas Comuns	2ª VSJE de Causas Comuns	30	478
04/10/2022 a 26/10/2022	23	INTERIOR | Plena	5ª VSJE de Feira de Santana	26	2.324
04/10/2022 a 19/10/2022	16	CAPITAL | Causas Comuns	4ª VSJE de Causas Comuns	5.560	1.185
13/10/2022 a 27/10/2022	15	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Conceição do Coité	1.017	1.203
21/10/2022 a 31/10/2022	11	CAPITAL | Defesa do Consumidor	9ª VSJE do Consumidor	3	588
28/10/2022 a 03/11/2022	7	CAPITAL | Defesa do Consumidor	14ª VSJE do Consumidor	2.196	563
03/11/2022 a 08/11/2022	6	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Camaçari	16	221
08/11/2022 a 15/11/2022	8	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	3	497
09/11/2022 a 22/05/2023	195	CAPITAL | Turmas Recursais	3ª Turma Recursal	8.258	1.215
16/11/2022 a 01/12/2022	16	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Amargosa	148	1.568
21/11/2022 a 29/11/2022	9	INTERIOR | Plena	VSJ de Valença	0	421
23/11/2022 a 05/12/2022	13	CAPITAL | Defesa do Consumidor	6ª VSJE do Consumidor	2.056	0
25/11/2022 a 20/01/2023	57	CAPITAL | Fazenda Pública	1ª VSJ da Fazenda Pública	2.625	2.434
29/11/2022 a 19/12/2022	21	CAPITAL | Defesa do Consumidor	17ª VSJE do Consumidor	5	186
06/12/2022 a 13/02/2023	70	INTERIOR | Plena	1ª VSJE de Simões Filho	7.786	2.054
15/12/2022 a 11/01/2023	28	CAPITAL | Defesa do Consumidor	16ª VSJE do Consumidor	585	0
21/01/2023 a 03/02/2023	14	CAPITAL | Defesa do Consumidor	15ª VSJE do Consumidor	2	552
28/01/2023 a 06/02/2023	10	CAPITAL | Fazenda Pública	1ª VSJ da Fazenda Pública	241	193
07/02/2023 a 23/02/2023	17	CAPITAL | Causas Comuns	4ª VSJE de Causas Comuns	3.582	407

13/02/2023 a 14/03/2023	30	CAPITAL | Defesa do Consumidor	11ª VSJE do Consumidor	1.930	1.764
24/02/2023 a 06/03/2023	11	INTERIOR | Plena	4ª VSJ de Feira de Santana	0	514
06/03/2023 a 16/03/2023	11	CAPITAL | Causas Comuns	3ª VSJE de Causas Comuns	19	672
15/03/2023 a 30/03/2023	16	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	49	1.168
21/03/2023 a 18/04/2023	29	CAPITAL | Causas Comuns	5ª VSJE de Causas Comuns	12	974
29/03/2023 a 04/04/2023	7	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Lauro de Freitas	0	416
30/03/2023 a 29/05/2023	61	CAPITAL | Defesa do Consumidor	1ª VSJE do Consumidor	30.828	2.762
04/04/2023 a 19/04/2023	16	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Feira de Santana	0	703
11/04/2023 a 13/04/2023	3	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	0	257
19/04/2023 a 24/04/2023	6	INTERIOR | Plena	VSJ de Itaberaba	0	266
24/04/2023 a 02/05/2023	9	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Ilhéus	0	542
25/04/2023 a 26/04/2023	2	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto do Conde	79	178
25/04/2023 a 26/04/2023	2	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Guaratinga	81	126
02/05/2023 a 08/05/2023	7	CAPITAL | Causas Comuns	7ª VSJE de Causas Comuns	6	170
03/05/2023 a 18/09/2023	139	INTERIOR | Plena	VSJ de Riachão do Jacuípe	16	579
05/05/2023 a 18/05/2023	14	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Camaçari	0	524
18/05/2023 a 25/05/2023	8	CAPITAL | Causas Comuns	1ª VSJE de Causas Comuns	2	224
24/05/2023 a 31/05/2023	8	INTERIOR | Plena	VSJ de Santo Estêvão	0	503
29/05/2023 a 29/06/2023	32	CAPITAL | Fazenda Pública	2ª VSJ da Fazenda Pública	7.424	3.296
30/05/2023 a 07/06/2023	9	INTERIOR | Plena	VSJ de Gandu	0	389
30/05/2023 a 05/06/2023	7	CAPITAL | Defesa do Consumidor	16ª VSJE do Consumidor	0	168
06/06/2023 a 13/06/2023	8	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	4	168
13/06/2023 a 16/06/2023	4	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Guanambi	0	241
13/06/2023 a 01/07/2023	19	INTERIOR | Plena	VSJ de Itamaraju	0	222
16/06/2023 a 20/06/2023	5	CAPITAL | Defesa do Consumidor	16ª VSJE do Consumidor	0	227
27/06/2023 a 30/06/2023	4	INTERIOR | Plena	1ª VSJE de Simões Filho	12	371
29/06/2023 a 10/07/2023	12	CAPITAL | Defesa do Consumidor	11ª VSJE do Consumidor	2.100	2.177

07/07/2023 a 17/07/2023	11	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Saúde	1.545	1.392
17/07/2023 a 24/07/2023	8	INTERIOR | Plena	2ª VSJ de Conceição do Coité	45	849
17/07/2023 a 28/07/2023	12	CAPITAL | Defesa do Consumidor	13ª VSJE do Consumidor	0	659
24/07/2023 a 02/08/2023	10	INTERIOR | Plena	1ª VSJE de Simões Filho	344	1.649
28/07/2023 a 16/08/2023	20	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Itabuna	58	977
24/07/2023 a 28/08/2023	36	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Irecê	39	761
03/08/2023 a 21/08/2023	19	CAPITAL | Turmas Recursais	3ª Turma Recursal	0	199
14/08/2023 a 28/08/2023	15	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Formosa do Rio Preto	142	137
14/08/2023 a 16/08/2023	3	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Nova Viçosa	282	219
17/08/2023 a 28/08/2023	12	CAPITAL | Defesa do Consumidor	12ª VSJE do Consumidor	0	608
17/08/2023 a 22/08/2023	6	CAPITAL | Defesa do Consumidor	6ª VSJE do Consumidor	0	100
24/08/2023 a 11/09/2023	19	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	2	446
29/08/2023 a 20/09/2023	23	CAPITAL | Defesa do Consumidor	9ª VSJE do Consumidor	176	2.657
11/09/2023 a 15/09/2023	5	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Vitória da Conquista	0	214
15/09/2023 a 19/09/2023	5	CAPITAL | Defesa do Consumidor	16ª VSJE do Consumidor	0	240
19/09/2023 a 25/09/2023	7	INTERIOR | Plena	1ª VSJ de Camaçari	0	409
20/09/2023 a 29/09/2023	10	INTERIOR | Adjuntos	Juizado Adjunto de Campo Formoso	321	729
28/09/2023 a 10/10/2023	13	CAPITAL | Defesa do Consumidor	5ª VSJE do Consumidor	2.284	1.814
11/10/2023 a 25/10/2023	15	INTERIOR | Plena	5ª VSJ de Feira de Santana	0	612
17/10/2023 a 31/10/2023	15	CAPITAL | Defesa do Consumidor	1ª VSJE do Consumidor	9.564	883
25/10/2023 (em andamento)	8	INTERIOR | Plena	VSJ de Santo Estêvão	0	245



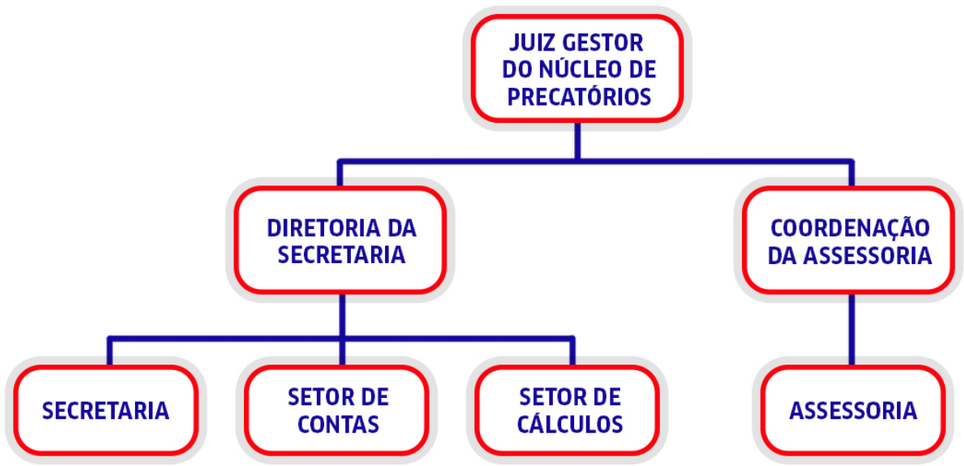
NÚCLEO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

I INTRODUÇÃO

O Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios (NACP) é órgão de assessoramento e de execução dos atos da Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia, coordenado, no biênio 2022/2024, pelo Juiz Assessor Especial da Presidência, Doutor Sadraque Oliveira Rios Tognin, convocado para assessorar a Mesa Diretora pelo Decreto Judiciário nº 63/2022, e a quem foi delegada a competência para o exercício das atividades relacionadas à gestão e ao pagamento de precatórios (Decreto Judiciário nº 75/2022).

O Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico-administrativo do PJBA (Resolução nº 05/2013), regulamenta o NACP no Capítulo VI (arts. 24 a 27), delimitando, no seu art. 25, as suas competências, entre as quais se destacam: gerenciar o processamento e o pagamento de precatórios, devidamente atualizados; organizar e monitorar as listas de ordem cronológica de pagamentos por entidade devedora; organizar e controlar os planos anuais de pagamento dos entes submetidos ao regime especial de pagamento de precatórios; identificar e pagar credores preferenciais; promover audiências de conciliação entre credores e devedores de precatórios; gerenciar acordos de pagamento firmados.

A estrutura do Núcleo de Precatórios compõe-se do Gabinete do Juiz Assessor Especial da Presidência; da Assessoria Jurídica, que o auxilia na elaboração de minutas de despachos e decisões, segundo as diretrizes estabelecidas; da Secretaria, que tem por principal função a prática de atos ordinatórios e o cumprimento das decisões do Magistrado; do Setor de Contas, a quem compete, especialmente, a operacionalização do pagamento de precatórios, bem como a gestão das contas judiciais vinculadas ao Núcleo; e do Setor de Cálculos, cuja função primordial é a atualização do valor dos créditos e o cálculo das parcelas anuais e mensais devidas pelas entidades devedoras, conforme organograma disposto a seguir.



Atualmente, integram o Núcleo 59 pessoas, entre servidores estatutários (21), servidores comissionados (10), empregados terceirizados (18), estagiários de nível médio (4), estagiários de nível superior (5) e estagiário de pós-graduação (1).

II MODERNIZAÇÃO DO NÚCLEO DE PRECATÓRIOS - RECORDE EM PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS NA HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

A atual gestão do Poder Judiciário do Estado da Bahia, por meio do Núcleo de Precatórios, alcançou o recorde de **R$ 1.568.493.584,66 (um bilhão, quinhentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e três reais mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)** em pagamento de precatórios, no período de fevereiro de 2022 a 16 de novembro de 2023.

O expressivo e inédito resultado alcançado é fruto de um conjunto de ações aplicadas para a modernização do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, fundadas em seis pilares: **acesso à informação** adequada; implemento de **boas práticas**; fortalecimento de **parcerias** interinstitucionais; r**eformulação normativa** e de procedimentos; incentivo à **conciliação**; e foco na **gestão de pessoas**.

1 ACESSO À INFORMAÇÃO ADEQUADA

Diante da sensibilidade envolta no tema do pagamento de precatórios, bem como do reconhecimento de que os seus procedimentos operacionais são complexos e pouco conhecidos, foram priorizadas medidas para ampliar e qualificar o acesso à informação adequada, destinadas tanto aos credores quanto às entidades devedoras de precatórios, a seguir delineadas.

1.1 DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS FÍSICOS

Iniciado em março/2022, por força do Decreto Judiciário nº 264/2022 e a partir de uma plano de ação elaborado conjuntamente com a Secretaria-Geral da Presidência (SGP) e com o Núcleo UNIJUD Digital, a digitalização dos autos físicos de processos de precatórios, com a migração para o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE 2º Grau), foi concluído em novembro/2022, com a digitalização de 100% dos processos físicos que tramitavam via Sistema E-SAJ.

Atualmente, todo o acervo de precatórios do Núcleo de Precatórios do PJBA, no total de 27.408 precatórios, encontra-se em trâmite no PJE 2º Grau, viabilizando o acesso, pela internet, à íntegra dos autos dos precatórios, não somente aos advogados, mas também aos credores, a quem é garantida a possibilidade de acompanhar, diretamente, o processo de pagamento dos seus créditos.

Início da Digitalização - Separação dos Processos

Acervo Físico – Antes da Digitalização

1.2 REFORMULAÇÃO DO PORTAL DO NÚCLEO DE PRECATÓRIOS

Com o objetivo de aumentar a clareza e a transparência acerca da sua atuação, o Portal do Núcleo de Precatórios foi integralmente reformulado e atualizado (https://www.tjba.jus.br/portal/precat-tjba/). Nele, encontram-se publicados todos os dados exigidos pela Resolução CNJ nº 303/2019, voltados à garantia da máxima transparência na gestão e no pagamento de precatórios.

O Portal reúne, ainda, informações relevantes, com vista a facilitar a compreensão sobre o processamento de precatórios, disponibilizando às partes e a advogados, procuradores e Juízes da Execução modelos de documentos essenciais à correta formação de precatórios.

1.3 MODERNIZAÇÃO DA LISTA DE CONSULTA DE PRECATÓRIOS

Instrumento essencial à publicização do pagamento de precatórios, a lista unificada, formada pela relação de precatórios da ordem cronológica geral e da ordem superpreferencial (em virtude de idade, doença grave ou deficiência), por entidade devedora, é acessível a qualquer interessado, por meio do endereço eletrônico https://listaprecatorios.tjba.jus.br/#/lista-unificada-precatorios.

Norteada pela diretriz do acesso adequado à informação, com a necessária proteção aos dados pessoais dos beneficiários, a gestão do NACP demandou da Secretaria de Tecnologia do PJBA a modernização do acesso à lista unificada de precatórios, medida que resultou na sua atualização, tornando-o mais intuitivo, assim como mais seguro, a partir da implementação da exigência de autenticação por meio de *captcha*.

1.4 AMPLIAÇÃO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Em consonância com as diretrizes de gestão do Presidente do PJBA – Desembargador Nilson Soares Castelo Branco –, o NACP ampliou e aperfeiçoou os seus canais de comunicação para garantir a todos os cidadãos, independentemente de onde estejam, acesso às informações relativas a seus precatórios.

Nesse sentido, além do atendimento presencial e dos canais tradicionais de acesso, por telefone e e-mail, o NACP inaugurou a sua sala de Balcão Virtual, viabilizando o atendimento ao público por videoconferência, de segunda a sexta-feira, das 9h às 14h.
Ademais, o Núcleo utiliza-se, ainda, do *chatbot*, programa de computador que simula e processa conversas humanas, a fim de dar respostas mais céleres e tirar dúvidas sobre determinados assuntos.

1.5 REALIZAÇÃO DE CAMPANHA DE COMBATE A FRAUDES “O PRECATÓRIO É SEU”

A idealização de uma campanha inédita de combate a fraudes em precatórios surgiu a partir da constatação de inúmeros casos de golpes aplicados contra os credores de precatórios em todo o país. O projeto proposto pelo Núcleo de Precatórios foi aprovado, em Reunião de Análise da Estratégia (RAE), pelo Comitê de Governança do Poder Judiciário da Bahia (CGOV).

A campanha “O precatório é seu”, que teve por mote a frase ‘‘Cuidado. Não caia no golpe. Precatório é um dinheiro que é só seu’’, foi composta por peças publicitárias divulgadas em emissoras de televisão e de rádio, nas redes sociais oficiais do PJBA e através de anúncios em *outdoors*, *busdoors* e nos metrôs da capital baiana, com ampla repercussão na mídia. Em

reforço, foi elaborado programa, pelo próprio Poder Judiciário, em formato de podcast, disponível no endereço: http://www5.tjba.jus.br/portal/radio-web-juiz-sadraque-rios-alerta-contra-golpes-envolvendo-precatorios/.

O objetivo primordial da campanha foi alertar os credores de precatórios e a sociedade baiana acerca de golpes relacionados ao recebimento de precatórios, com esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pelo Núcleo de Precatórios e a divulgação de instruções destinadas à proteção dos beneficiários.

Card da Campanha "O precatório é seu"

Participação no PODCAST "Saiba Mais" do PJBA - nov/2022

1.6 REALIZAÇÃO DO ENCONTRO BAIANO SOBRE PRECATÓRIOS DE DÍVIDAS MUNICIPAIS

No curso da gestão do Núcleo de Precatórios, foi observado que a inadimplência dos entes devedores com o pagamento de precatórios, sobretudo os municipais, não raro decorre da ausência de compreensão acerca dos aspectos elementares do processamento de precatórios, regime constitucional de pagamento e regras procedimentais da rotina do NACP.

Diante desse cenário, constatando-se a imperiosa necessidade de qualificação dos representantes dos entes devedores municipais quanto às noções constitucionais e administrativas do precatório, foi idealizado o "Encontro Baiano sobre Precatórios de Dívidas Municipais".

O evento inédito foi promovido pelo PJBA, por meio da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp), do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e do Comitê Gestor de Contas Especiais, em parceria com a União dos Municípios da Bahia (UPB) – um claro exemplo do modelo de gestão centrado em reunir instituições em uma integração construtiva em favor do interesse público.

Realizado no dia 09/11/2023, das 8h às 17h, no auditório da UPB, o encontro contou com a participação do Presidente do PJBA, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco; do Desembargador José Soares Ferreira Aras Neto, Diretor-Adjunto da Unicorp; e da Presidente da Comissão de Precatórios da OAB/BA, Dra. Ilana Kátia Vieira Campos. O Juiz Assessor Especial da Presidência e Gestor do Núcleo de Precatórios, Sadraque Oliveira Rios Tognin, ministrou a conferência de encerramento, em mesa conduzida pelo Desembargador Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro, Presidente do Comitê Gestor de Contas Especiais.

O evento culminou com a disponibilização de tutorias a prefeitos, procuradores e técnicos municipais, que obtiveram orientações individualizadas, esclarecimentos de dúvidas a respeito da situação de dívidas, formas de pagamento e outras informações específicas, por equipe especializada do Núcleo de Precatórios do PJBA.

Encontro Baiano sobre Precatórios de Dívidas Municipais - nov/2023

2 IMPLEMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Durante o biênio, buscou-se implementar boas práticas, com o propósito de ampliar a efetividade dos procedimentos voltados ao pagamento de precatórios, a partir da reformulação das rotinas estabelecidas e do intercâmbio de experiências colhidas em outros Tribunais e Instituições, com destaque para a Câmara Nacional de Gestores de Precatórios.

2.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA REGULARIZAR O PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

Ao longo de toda a gestão, foram implementadas medidas com o intento de reduzir o inadimplemento do pagamento de precatórios.

Nesse sentido, os planos anuais de pagamento dos entes devedores, submetidos ao regime especial de pagamento de precatórios, fixados ou homologados para o ano de 2023, passaram a prever que os repasses mensais não realizados tempestivamente sejam descontados via Sistema SISBAJUD, diretamente nas contas destinadas ao recebimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de Participação dos Estados (FPE), medida que se revelou substancialmente eficaz no controle da adimplência dos entes devedores.

Ademais, para assegurar a cobrança de dívidas relativas a planos de pagamento de exercícios anteriores, foram instaurados incidentes de sequestro, de ofício, e diligenciados todos os procedimentos que já se encontravam em andamento.

No que concerne aos entes devedores submetidos ao regime geral de pagamento de precatórios, ao longo da gestão, vêm sendo realizadas audiências de tentativa de conciliação com todos os Municípios que se encontram inadimplentes com o pagamento de precatórios, alcançando-se o total de 86 audiências no período.

Além disso, os credores de precatórios vencidos, no regime geral, vêm sendo notificados, nos autos respectivos, acerca da faculdade que lhes é conferida de requerer a instauração de sequestro, na forma prevista nos artigos 19 e 20 da Resolução CNJ nº 303/2019.
Assim, considerando-se ambos regimes constitucionais, foram impulsionados 90 procedimentos de sequestro que se encontravam em andamento, com a instauração de 36 novos incidentes no curso do biênio.

Registra-se, ainda, a providência da anotação da inadimplência dos entes devedores no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), medida executiva indireta, que os impossibilita de receber recursos oriundos de transferências voluntárias (convênios), compelindo-os a buscar o retorno à situação de adimplência.

Ademais, foi aperfeiçoado o procedimento de habilitação de entes devedores para a utilização de depósitos judiciais e administrativos para pagamento de precatórios, autorizado pelo art. 101, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (para os entes submetidos ao regime especial) e pela Lei Complementar nº 151/2015 (para aqueles no regime geral), o que resultou no deferimento dos pedidos formulados pelos Municípios de Camaçari, Itabuna e Coaraci, encontrando-se ainda em curso os processos administrativos intentados pelos Municípios de Ilhéus e Ibotirama.

2.2 PARTICIPAÇÃO NA CÂMARA NACIONAL DE GESTORES DE PRECATÓRIOS

A Câmara Nacional de Gestores de Precatórios é o órgão que presta assessoramento técnico qualificado e direto, sob demanda, referente ao processamento das requisições de pagamento, visando ao resguardo da responsabilidade de gestores e ex-gestores. Além disso, a Câmara compartilha vivências e boas práticas, a fim de consolidar entendimentos diversas na área de precatórios. Nesse contexto, o PJBA, representado pelo Juiz Assessor Especial do NACP, participou dos encontros ocorridos em setembro e novembro de 2022.

Na oportunidade, foram debatidos temas da atualidade como o regime especial de pagamento, regras escritas e não vigentes no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; interpretação sistêmica de conceitos ligados a pagamento de precatórios e RPV's na Resolução CNJ nº 303/2019; precatórios federais (INSS) e pagamentos em face das Emendas Constitucionais nº 113 e nº 114; e o regime extraordinário previsto no art. 100, § 20, da Constituição Federal.

Reunião realizada em Natal/RN – set/2022

Reunião realizada em Goiânia/GO - nov/2022

2.3 REUNIÃO COM TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PARA IDENTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Com a intenção de conhecer as boas práticas e os sistemas eletrônicos utilizados pelas unidades responsáveis pelo processamento e pelo pagamento de precatórios, foram realizadas

reuniões por videoconferência com os Juízes Assessores dos Tribunais de Justiça de Sergipe, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, que apresentaram as suas experiências, em um intenso compartilhamento de ações.

2.4 ASSINATURA DE TERMO DE COOPERAÇÃO COM A PGE/BA

Por meio desse Termo de Cooperação, foi instituído o projeto de elaboração anual do Relatório "Pagou Por Quê?", cabendo ao Núcleo de Precatórios prestar diversas informações à PGE acerca dos precatórios pagos, em cada exercício financeiro, visando à análise e às recomendações para a prevenção de litígios.

2.5 MODERNIZAÇÃO FÍSICA: MUDANÇA DO LAYOUT DO NÚCLEO

Após a digitalização dos processos físicos e a consequente retirada das estantes que alocavam os autos físicos, foi executado projeto de modernização do espaço físico do NACP, com a expansão do espaço do ambiente de trabalho e o aumento da quantidade de estações de trabalho, assegurando maior conforto aos servidores para a execução das suas atividades. A mudança do *layout* permitiu, ainda, a ampliação do espaço da recepção ao público e à implementação de uma nova sala de espera e atendimento destinada às partes e a advogados e procuradores.

Assessoria Jurídica (frente) e Setor de Contas e Cálculo (fundo)

Secretaria

Sala de Atendimento

Recepção

2.6 ATENDIMENTOS ÀS PARTES E A ADVOGADOS E PROCURADORES

Diante da elevada demanda, constatou-se a necessidade de maior organização da agenda de atendimentos do Juiz Assessor Especial, Gestor do Núcleo de Precatórios, visando à garantia de um tratamento adequado e eficaz a advogados, procuradores e partes. No período, foram realizados 305 atendimentos, presencialmente ou por videoconferência.

2.7 REUNIÕES COM DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES

No decorrer do biênio, foram realizadas 86 reuniões para alinhamento e melhoria do fluxo de trabalho, destacando-se as seguintes entidades e órgãos: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Banco de Brasília (BRB), Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ/BA), Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB/BA), Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE/BA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (SEFAZ/SSA), Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB/BA), Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDEFAZ) e Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF).

3 FORTALECIMENTO DE PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS

Outro eixo fundamental para a modernização do Núcleo de Precatórios foi a realização de parcerias interinstitucionais com entidades públicas, a exemplo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA); entidades representativas, como a União dos Municípios da Bahia (UPB); e entidades associativas, entre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB/BA) e o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDEFAZ).

As parcerias foram estrategicamente firmadas com entidades que representam atores de permanente atuação junto ao NACP, contribuindo para a eficiência e a ação coordenada no âmbito do processamento e pagamento de precatórios.

3.1 PARCERIA COM A UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA (UPB)

Resultado de parceria firmada com o Núcleo de Precatórios, a UPB promoveu ampla divulgação da Portaria nº 03/2023 - NACP, por meio da qual todos os Municípios baianos foram convocados para prestar informações acerca da regulamentação própria sobre a definição das obrigações/requisições de pequeno valor, medida que resultou em elevado índice de resposta ao chamamento do NACP.

Ademais, foi disponibilizado à UPB modelo de projeto de lei destinado à definição de obrigação de pequeno valor no âmbito da administração pública municipal, elaborado pelo NACP, a fim de possibilitar aos Municípios o atendimento das disposições dos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal.

A realização do “Encontro Baiano sobre Precatórios de Dívidas Municipais”, conjuntamente com a UPB, evento marcado pelo ineditismo e pela ampla participação – 84 municípios representados, entre os mais de 200 participantes – demonstra, de forma cabal, a relevância da parceria interinstitucional entre o PJBA, por meio do Núcleo de Precatórios, e essa entidade representativa.

3.2 PARCERIA COM O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (TCM)

Cooperação estabelecida entre o PJBA e o Tribunal de Contas dos Municípios vem viabilizando o intercâmbio de informações relevantes ao adimplemento dos precatórios pelos municípios baianos e ao controle de gestão orçamentária municipal pela Corte de Contas.

Ademais, o TCM/BA tem contribuído com a divulgação aos Municípios de atos normativos, comunicações e informações sobre os procedimentos adotados pelo Núcleo de Precatórios, como feito com o Edital nº 13/2022 – NACP (Edital do Imposto de Renda e Previdência), por meio do qual os entes municipais foram convocados a informar os dados bancários para recebimento dos saldos a título de retenção de imposto de renda e de contribuição previdenciária, bem como comunicar a legislação municipal sobre o regime próprio de previdência; com a mencionada Portaria nº 03/2023 – NACP; e com a Cartilha sobre o Acordo Direto na Conciliação de Precatórios.

3.3 PARCERIA COM O SINDSEFAZ

Termo de cooperação firmado entre o PJBA e o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDEFAZ) viabilizou a cessão ao Poder Judiciário baiano de software de geração de arquivo da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), desenvolvido pela entidade associativa, o que implicou a otimização dos trabalhos de envio de dados à Receita Federal, gerando significativa economia de tempo e redução de eventuais falhas.

Ato de assinatura do Termo de Cooperação PJBA - SINDSEFAZ

3.4 PARCERIA COM A OAB/BA

O Núcleo de Precatórios, no biênio 2022/2024, estabeleceu um canal de comunicação permanente com a OAB-BA, mediante a sua Diretoria, por meio dos membros da Comissão de Precatórios, ou mediante o atendimento a advogados e procuradores municipais, recepcionando as demandas da advocacia, atendendo a essas sempre que possível, com o objetivo de aperfeiçoar o fluxo do processamento de pagamento de precatórios.

3.5 CONVÊNIOS ASSINADOS COM O TRF5, TRF1 E TRT5

Por meio de convênios individualizados e com supedâneo no § 3º do art. 53 da Resolução CNJ nº 303/2019, o PJBA, o TRF5, o TRF1 e o TRT5 manifestaram sua opção pela separação das listas de gestão e de pagamento de precatórios em cada Tribunal de sua respectiva origem.

O objeto da cooperação não implicou a mudança das competências do Presidente do Tribunal de Justiça, previstas no Título V, Capítulo I, da Resolução CNJ nº 303/2019, que trata do regime especial de pagamento de precatórios, notadamente quanto à gestão e ao controle do plano anual de pagamentos e dos recursos financeiros das contas especiais destinados ao rateio, bem como a adoção de medidas em face da não liberação tempestiva de recursos.

4 REFORMULAÇÃO NORMATIVA E DE PROCEDIMENTOS DO NÚCLEO DE PRECATÓRIOS

Visando a aperfeiçoar a gestão do Núcleo de Precatórios, foram mapeados os fluxos de trabalho, adequando-os à luz das normas do Conselho Nacional de Justiça, com a edição de atos normativos locais atualizados e a definição de rotinas claras e mais eficazes, com delimitação e fixação de atividades integradas entre os diversos setores do NACP.

4.1 REFORMULAÇÃO NORMATIVA

A reformulação normativa abrangeu a alteração do normativo local, com a sua compatibilização às alterações normativas na Resolução CNJ nº 303/2019, promovidas pela Resolução CNJ nº 448, de 25 de março de 2022, e pela Resolução CNJ nº 482, de 19 de dezembro de 2022, além de decisões do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e de consultas decididas pelo Conselho Nacional de Justiça, de caráter vinculante.

Então, foi publicado o Decreto Judiciário nº 514, de 14 de julho de 2022, posteriormente revogado pelo Decreto Judiciário nº 106, de 28 de fevereiro de 2023, que regulamenta, atualmente, o processamento, a organização e o pagamento de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, com a alteração introduzida pelo Decreto Judiciário nº 525, de 04 de julho de 2023.

Ademais, por meio do Decreto Judiciário nº 767, de 10 de outubro de 2023, o Tribunal de Justiça da Bahia tornou obrigatória a apresentação de escritura pública, como condição de validade para o registro da cessão de crédito de precatórios, visando a garantir maior publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, além de prestigiar as normas técnicas do novo Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Notariais e de Registro do Estado da Bahia (Provimento Conjunto CGJ/CCI nº 15/2023).

4.2 REFORMULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO NÚCLEO DE PRECATÓRIOS

O foco principal da reformulação dos procedimentos adotados no âmbito do NACP consistiu na sua modernização e na desburocratização do procedimento, com destaque para as seguintes medidas:

a) Modernização Física e Tecnológica

A modernização tecnológica do NACP justificou-se pela necessidade administrativa e funcional, surgida com o implemento cada vez mais presente do PJE. Nesse sentido, foram adquiridos novos computadores, impressoras, assim como a instalação de novos monitores, para disponibilizar uma segunda tela em todas as estações de trabalho, fato que impulsionou a realização do trabalho com maior performance.

b) Adequação do Sistema PJE ao NACP

Em conjunto com a Coordenação de Sistemas Judiciais (CSJUD), foram desenvolvidas melhorias no fluxo do PJE 2º Grau, adequando-o às especificidades exigidas para o processo administrativo do precatório com a adoção de novos fluxos e operações, assim como criação de etiquetas personalizadas. Dessa forma, a rotina entre o protocolo do processo até o adimplemento modernizou-se sobremaneira.

c) Assinatura de Termo de Cooperação com o TJMS

O TJBA firmou o Termo de Cooperação Técnica nº 03.073/2022, com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), objetivando a concessão, não onerosa, do código fonte do Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE), que consiste em sistema eletrônico de protocolo, cálculo e pagamentos de precatórios. Atualmente, encontra-se em andamento o cronograma de customização do SAPRE para integração ao PJE 2º Grau, em uso no PJBA, com previsão de implantação do módulo de protocolo do precatório no início de 2024.

d) Aperfeiçoamento do Sistema de Cálculos

No curso do biênio, foram implementadas atualizações no sistema de cálculos do NACP para atender aos ditames normativos da Resolução CNJ nº 303/2019, em especial quanto à atualização promovida pelas Resoluções CNJ nº 448/2022 e nº 482/2022.

e) Simplificação do Envio de Dados à Receita Federal

Termo de Cooperação, firmado com o Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDEFAZ), viabilizou a cessão ao Poder Judiciário baiano de software de geração de arquivo da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), desenvolvido pela entidade associativa, possibilitando a integração sistêmica entre o NACP e o órgão fiscal.

f) Utilização de Inteligência Artificial

O NACP, valendo-se de experiência iniciada na gestão passada, utiliza-se de robô de inteligência artificial para identificar credores que preenchem os requisitos necessários ao pagamento de parcelas superpreferenciais de precatórios, garantindo, assim, o pagamento oportuno dessa parcela, concretizando os preceitos constitucionais. A rotina foi aperfeiçoada para ser executada de modo regular e permanente.

g) Aperfeiçoamento dos Sistemas Auxiliares ao Núcleo de Precatórios

g.1) Otimização no sistema BRB-JUS

Diante da especificidade do pagamento de precatórios, foi demandada do Banco de Brasília (BRB) a parametrização dos pagamentos, a fim de obter maior agilidade no trâmite entre a instituição financeira e o NACP. A iniciativa contou com a colaboração

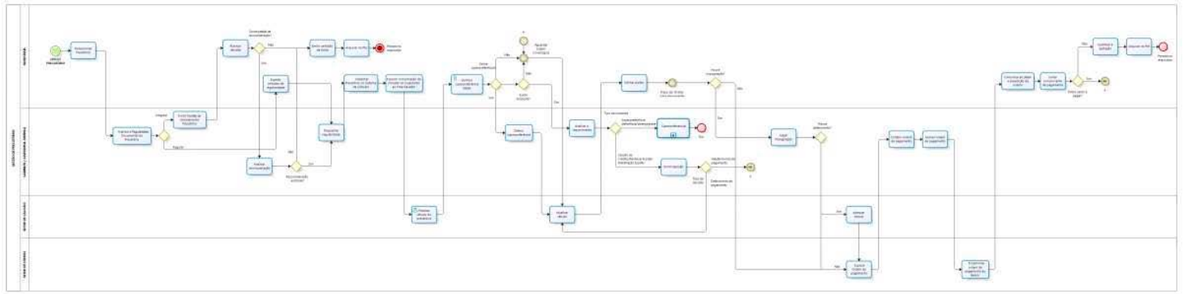
da Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medauar, Coordenadora da Comissão de Transição de Depósitos Judiciais.

g.2) Adesão ao Siconv

O credenciamento do Tribunal de Justiça no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) possibilitou o manejo de tal sistema como medida executiva indireta, que impossibilita os entes devedores de receber recursos oriundos de transferências voluntárias (convênios), compelindo-os a buscar o retorno à situação de adimplência.

h) Aperfeiçoamento dos processos de trabalho internos

Por meio do Bizagi, ferramenta de modelagem de processos, foram mapeados os principais fluxos dos processos de trabalho do NACP, disponíveis no Portal do NACP (http://www5.tjba.jus.br/portal/precat-tjba/).



Outrossim, as rotinas procedimentais de gabinete, com os principais entendimentos jurídicos, além das atividades de Secretaria, foram documentadas para uniformização da atuação no Núcleo. Vale destacar o aperfeiçoamento do checklist de admissibilidade inicial do precatório, com a sua total reformulação, bem como a modificação da equipe de realização, com o fito de reduzir falhas.

5 INCENTIVO À CONCILIAÇÃO

Com o propósito de impulsionar a quitação dos precatórios, a gestão do Núcleo de Precatórios, no biênio 2022/2024, promoveu o permanente incentivo à conciliação entre credores e devedores, em consonância com as disposições constitucionais e com a Resolução CNJ nº 303/2019.

As medidas adotadas contribuíram, decisivamente, para o alcance do valor recorde do pagamento de precatórios na atual gestão, o que resultou, de igual forma, no aquecimento da economia baiana, face ao repasse, no período de fevereiro de 2022 a 16 de novembro de 2023, de mais de 144 milhões de reais em tributos retidos que retornaram para os cofres públicos.

5.1 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AO ACORDO DIRETO

Considerando tratar-se de atribuição do Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios incentivar e promover a solução consensual entre devedores e credores, por meio do estabelecimento de concessões mútuas, foi concebido o Programa Acordo Direto na Conciliação de Precatórios.

O Programa resultou na elaboração de uma cartilha, explicitando as vantagens da realização de acordos, contendo todas as orientações necessárias à sua realização e detalhando o procedimento perante o Tribunal de Justiça. Publicada no Portal do Núcleo de Precatórios, a cartilha foi divulgada amplamente, notadamente para os entes devedores, com a parceria interinstitucional do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

O Núcleo de Precatórios atua conjuntamente com os entes devedores interessados na celebração de acordos diretos, fornecendo-lhes orientações para o correto cumprimento dos requisitos previstos na Resolução CNJ nº 303/2019 e elaborando os editais de convocação correspondentes.

No biênio 2022/2024, foram publicados pelo PJBA editais de acordo direto com o Município de Salvador (Edital nº 24/2022), com o Município de Camaçari (Edital nº 02/2023) e com o Estado da Bahia (Edital nº 03/2023).

Ilustrativamente, à Agenda Programada de Acordo e Pagamento de Precatórios devidos pelo Estado da Bahia, suas autarquias e fundações públicas, instituída pelo Edital nº 03/2023 e prorrogada pelo Edital nº 10/2023, que ora se encontra em curso, foi disponibilizada a quantia inicial de R$ 91.398.421,43 (noventa e um milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), acrescidos dos valores disponibilizados até 19/12/2023, conforme Plano Anual de Pagamentos para 2023.

A comprovar a relevância do programa de incentivo ao acordo direto instituído pelo Núcleo de Precatórios, a agenda programada de acordo firmada com o Município de Salvador resultou no pagamento de precatórios no montante de R$ 82.583.813,61 (oitenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e treze reais e sessenta e um centavos); com o Município de Camaçari, houve o pagamento de R$ 4.697.886,97 (quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos); e 5.660 credores aderiram ao edital de acordo do Estado da Bahia.

Cartilha do Acordo Direto na Conciliação de Precatórios

5.2 AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO

Ainda objetivando estimular a melhor forma de quitação dos precatórios, foi estabelecida uma intensa agenda de audiências de tentativa de conciliação. Nesse sentido, estão sendo promovidas audiências com todos os Municípios baianos submetidos ao regime geral de pagamento, os quais têm dívidas de precatórios, com o objetivo de esclarecer as partes da possibilidade e dos benefícios de realização de acordos.

No período de fevereiro de 2022 a 16 de novembro de 2023, foram realizadas **audiências com 86 municípios**, que resultaram em **59 acordos**, garantindo aos credores o efetivo recebimento dos seus precatórios e aos devedores a possibilidade de descontos, parcelamentos, a redução do risco de sequestros e a retirada de apontamento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

6 FOCO NA GESTÃO DE PESSOAS

O êxito do projeto de modernização e aperfeiçoamento do Núcleo de Precatórios, além das medidas apontadas, deriva da valorização das pessoas que o executam.

A partir dessa compreensão, foram realizadas reuniões setorizadas de alinhamento de trabalho com todos os colaboradores, não apenas para orientação acerca das atividades, mas também para promover uma escuta qualificada das suas opiniões e demandas.

Por isso, garantindo um ambiente de trabalho mais adequado e confortável, foram executadas intervenções físicas no layout do Núcleo e adquiridos novos equipamentos e mobiliários, além de pintura geral periódica e aprovação de projeto de copa exclusiva do setor, a qual será implantada até dezembro de 2023.

Cabe dizer que vem sendo estimulada a participação da equipe em cursos de qualificação promovidos pelo PJBA e por outras instituições, destacando-se, nesse sentido, o curso sobre atendimento ao público, prestado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e o convite a todos os colaboradores do Núcleo para o "Encontro Baiano sobre Precatórios de Dívidas Municipais", que contou com a presença maciça de servidores, terceirizados e estagiários do NACP.

6.1 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E GESTÃO DA SAÚDE

Buscando alcançar resultados consistentes e significativos na melhoria das condições de trabalho dos colaboradores, foi realizado, no curso do ano de 2023, em parceria com a Coordenação de Saúde Ocupacional (COSOP), um estudo ergonômico do Núcleo de Precatórios, a partir da implementação de questionários e entrevistas individuais, com a abordagem de questões relacionadas à saúde, ao clima organizacional e às suas impressões e propostas de melhoria para as tarefas e para o ambiente de trabalho, além da avaliação de todos os postos de trabalho do setor por profissionais qualificados em ergonomia.

Logo após a avaliação ergonômica preliminar, foram adotadas as medidas corretivas possíveis, consistentes na orientação ergonômica aos servidores, mudanças na disposição e/ou regulagem do mobiliário e dos equipamentos de trabalho, com a sugestão de aquisição de novos mobiliários e/ou equipamentos, quando identificada a premente necessidade, tudo com vista à preservação da saúde física.

Após sintetizadas as informações colhidas por meio de formulários e entrevistas, foi construído um relatório descritivo dos achados, com a identificação de pontos de melhoria a serem

trabalhados na unidade, bem como delineado plano de ação, apresentado à equipe, com a recomendação de medidas voltadas a contribuir, positivamente, para a melhor qualidade de vida dos servidores.

6.2 AMPLIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO NACP

Em reconhecimento ao expressivo volume de trabalho e à relevância das atividades desenvolvidas no NACP, com o apoio do Presidente do PJBA, Desembargador Nilson Castelo Branco, a equipe foi reforçada com a designação de mais 10 servidores estatuários, 2 servidores comissionados, 6 empregados terceirizados e 1 estagiário de pós-graduação, contando, atualmente, com 59 colaboradores, em benefício não apenas da equipe, mas também de todos os cidadãos credores de precatórios.

III INDICADORES

1 PAGAMENTOS REALIZADOS

No período de fevereiro de 2022 a 16 de novembro de 2023, foram realizados pagamentos totalizando **R$ 1.568.493.584,66 (um bilhão, quinhentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e três reais mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)**, montante correspondente à quitação (total ou parcial) de **3.985 precatórios**.

Além disso, em cumprimento ao quanto previsto no art. 55, § 4º, I, da Resolução CNJ nº 303/2019, o PJBA, por meio do Núcleo de Precatórios, efetuou a transferência dos valores devidos ao pagamento de precatórios pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região e pelo Tribunal Regional Federal da 1a Região, correspondente a 814 repasses, conforme descrito no quadro abaixo:

PAGAMENTOS REALIZADOS ENTRE 02/2022 E 11/2023			
ENTE DEVEDOR	NATUREZA DO CRÉDITO	VALOR PAGO	VALOR TOTAL
Estado da Bahia	Preferências	R$ 99.851.370,26	**R$ 817.990.361,33**
	Ordem cronológica (comum)	R$ 409.651.722,59	
	Acordo do Estado da Bahia	R$ 308.487.268,48	
Salvador	Preferências	R$ 1.436.180,72	**R$ 202.766.082,09**
	Ordem cronológica	R$ 114.187.558,86	
	Acordo	R$ 87.142.342,51	
Outros Municípios	Preferências, ordem cronológica e conciliados.	R$ 231.927.842,73	**R$ 231.927.842,73**
INSS	Preferências	R$ 8.651.440,94	**R$ 46.356.930,76**
	Ordem cronológica	R$ 37.705.489,82	
REPASSES AO TRT E TRF	Estado	R$ 86.515.136,59	**R$ 265.048.621,94**
	Salvador	R$ 14.718.903,18	
	Outros Municípios	R$ 163.814.612,17	
Devoluções de saldos remanescentes após quitações de acordos dos municípios	R$ 4.403.745,81		
VALOR TOTAL PAGO: R$ 1.568.493.584,66			

Dados extraídos em 16/11/2023

2 ATOS PRATICADOS PELO NÚCLEO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS - FEVEREIRO/2022 A NOVEMBRO/2023

ATOS PRATICADOS EM PRECATÓRIOS			
ATO	PJE	E-SAJ	TOTAL
Despachos	6.538	619	7.157
Decisões	11.244	161	11.405
TOTAL DE ATOS		18.562	

Dados extraídos em 10/11/2023

OUTROS ATOS	TOTAL
Informações em Mandados de Segurança	85
Informações em Procedimentos no CNJ	7
Editais Publicados	74
Portarias Publicadas	7

Dados extraídos em 10/11/2023

IV INSPEÇÕES E AUDITORIAS

1 INSPEÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Portaria CNJ nº 32, de 11 de abril de 2022, determinou a realização de inspeção para verificação do funcionamento dos setores administrativos e das serventias extrajudiciais do TJBA. No curso desta, o NACP foi submetido a tal inspeção, realizada nos dias 17 e 18 de maio de 2022, sob a condução do Desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro do TJSP. De acordo com o relatório, aprovado pelo Plenário no julgamento da inspeção, as informações solicitadas foram devidamente prestadas e esclarecidas, tendo sido registrados elogios ao Núcleo de Precatórios.

2 AUDITORIA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

De acordo com a ordem de serviço TCE/BA nº 82/2022, essa instituição realizou auditoria de precatórios do Estado da Bahia, no período de 29/07/2022 a 30/06/2023. Durante o período, todas as informações foram devidamente prestadas e esclarecidas. O relatório final encontra-se pendente de envio pela Corte de Contas.

V COORDENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO JUIZ ASSESSOR EM AGRUPAMENTOS TEMÁTICOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

O Juiz Assessor Especial da Presidência foi designado para compor os comitês e grupos de trabalho, na função de coordenador, descritos abaixo.

a) Comitê de Implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial (Decreto Judiciário nº 85/2022): fruto das atividades do Comitê, o Sistema eSocial foi integralmente implementado no PJBA.

b) Grupo de Trabalho para elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários para os Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (Decretos Judiciários nº 175/2022 e nº 50/2023): Anteprojeto de Lei apresentado pelos Sindicatos encontra-se sob análise do PJBA, com a elaboração de estudos de projeção de impactos orçamentários.

c) Grupo de Trabalho para acompanhamento da implantação do SIDEJUD NACIONAL, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Decreto Judiciário nº 265/2022): o grupo de trabalho foi encerrado ante a inviabilidade de cessão de servidores do PJBA para a iniciativa do TJMG.

d) Grupo de Trabalho para implementação da Nova Lei de Licitações (Decretos Judiciários nº 32 e nº 34, ambos de 2023) e Comitê de avaliação e melhoria constante dos normativos previstos no Ato Normativo Conjunto nº 1, de 29 de janeiro de 2020 (Decreto Judiciário nº 287/2022): Como principais resultados das atividades desenvolvidas, destacam-se as edições dos Decretos Judiciários nº 398/2022, nº 33/2023, nº 349/2023, nº 560/2023 e nº 722/2023 que tiveram por finalidade, em síntese: (i) implementação da Nova Lei de Licitações e (ii) instituição do pagamento eletrônico.

Na esteira das ações desenvolvidas, foi realizado o inovador Curso de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (carga horária de 200 horas), bem como realizada a contratação de solução tecnológica para gestão, controle e fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do PJBA, com previsão de suporte técnico, implantação e treinamento operacional para uso da ferramenta (“Contratosgov”); e realização do curso de formação de planilha de preços para os contratos de prestação de serviços com mão de obra residente.

e) Comissão Organizadora do XVII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorrerá nos dias 04 e 05 de dezembro de 2023, em Salvador, reunindo todos os Tribunais do Judiciário nacional.

f) Presidente do Fórum Permanente de Judicialização da Saúde (Portaria Unicorp nº 02/2023): com o objetivo de promover debates críticos e democráticos sobre métodos inovadores para otimizar a prestação jurisdicional na tutela da saúde, o fórum atua mediante reuniões e eventos. Destaca-se a realização do Simpósio “Saúde Suplementar: Judicialização e Desafios do Setor”, em 21 de novembro de 2023.

Na qualidade de membro componente, participou, ainda, dos grupos de trabalho/comissões, descritos abaixo.

a) Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do Conselho Nacional de Justiça (Decreto Judiciário nº 432/2022): por meio da atuação dessa Comissão, o PJBA logrou, em resultado preliminar, o Selo Prata do Prêmio CNJ de Qualidade, edição 2023. Ademais, revela-se indispensável mencionar a condução de força-tarefa composta por 63 Juízes Substitutos recém-nomeados que, atuando no período de 01/06/2023 a 23/07/2023, proferiram 6.059 despachos, 3.431 decisões e 7.809 sentenças.

b) Juiz Cooperador do NatJus (Decreto Judiciário nº 139/2022) e Grupo de Trabalho do NatJus (Decreto Judiciário nº 391/2022): o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) é o órgão de apoio técnico que possui atribuição exclusiva de prestar informações técnico-especializadas em saúde baseada em evidências aos Magistrados, com o objetivo de subsidiá-los na tomada de decisões que envolvam a pertinência técnica, clínica e contratual ou de política pública, conforme o caso, de medicamentos, produtos, insumos terapêuticos, pro-

cedimentos cirúrgicos e não-cirúrgicos, exames diagnósticos, internações ou afins, relativos ao setor público (SUS) ou à saúde suplementar.

O Juiz cooperador atua supervisionando as atividades do NatJus e estabelecendo estratégias para o aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e a melhoria dos resultados em termos de eficiência, produtividade e qualidade do serviço prestado pelo NAT-JUS.

c) Comissão de Transição de Depósitos Judiciais (Decreto Judiciário nº 121/2022): essa Comissão tem logrado avanços no aperfeiçoamento do BRBJus, sistema responsável pelo gerenciamento dos depósitos judiciais no PJBA, com avanços recentes na área de precatórios, a exemplo da implantação da transferência eletrônica de valores entre contas judiciais e a iminente implantação do PIX eletrônico para pagamento de precatórios.

d) Comitê Estadual de Saúde do Fórum Nacional da Saúde: o Comitê Estadual de Saúde é órgão colegiado e multidisciplinar responsável pela operacionalização das matérias de competência do Fórum Nacional da Saúde e pelo acompanhamento do cumprimento de suas deliberações, no âmbito de cada unidade da Federação, consoante Resolução CNJ nº 388/2021.

e) Grupo Operacional do Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia (CIJEBA) - (Decreto Judiciário nº 213/2022): destacam-se a elaboração e a aprovação da Nota Técnica nº 8/2022, sobre o uso predatório da jurisdição, enumerando boas práticas para a identificação, a prevenção, a repressão e a inibição de demandas predatórias e fraudulentas.

f) Docente no Curso Oficial de Formação Inicial de Juízes Substitutos do PJBA - Turmas 2022 e 2023, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira - ENFAM, por meio da Portaria nº 279, de 19 de setembro de 2022, ministrando aulas sobre diversos temas.

g) Juiz Formador Orientador, no Curso Oficial de Formação Inicial de Juízes Substitutos do PJBA, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira - ENFAM, turmas 2022 e 2023 (Portarias Unicorp nº 14/2022 e nº 24/2023).

h) Comitê Gestor de Contas Especiais (Decretos Judiciários nº 80/2022 e alterações posteriores): No biênio 2022/2024, o Comitê passou a ter reuniões mensais, com intensa participação do TRT5 e do TRF1, fortalecendo a integração entre os Tribunais membros e garantindo a transparência de informações e demais dados afetos ao cumprimento do regime especial.

VI REPERCUSSÃO DAS AÇÕES ADOTADAS PELO NACP

As medidas implantadas e os resultados obtidos pelo Núcleo de Precatórios tiveram ampla repercussão em diversos veículos da mídia, dentre os quais, é possível citar os jornais A Tarde e Tribuna da Bahia, bem como os sites de notícias Política Livre, Bahia Notícias, Bnews, Bahia.Ba, Bahia Econômica e Metro 1.

Merecem destaque a entrevista concedida pelo Juiz Gestor do NACP ao Jornal da Bahia no Ar da Rádio Metrópole, em 27/02/2023, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rsKoS0HAE2U, e a matéria publicada no dia 20/10/2023 no Jornal A Tarde, intitulada "Recorde em pagamento de precatórios no TJBA: qual a chave do sucesso?", que pode ser visualizada a seguir.

SALVADOR SEXTA-FEIRA 20/10/2023 A TARDE

AMAB
Associação dos Magistrados da Bahia
EM FOCO

Recorde em pagamento de precatórios no TJ-BA: qual a chave do sucesso?

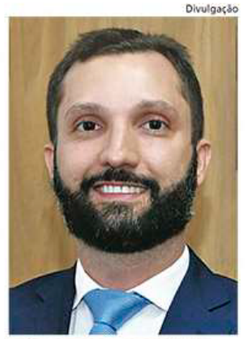
Sadraque Oliveira Rios Tognin
Juiz de direito, assessor especial da presidência do TJ-BA, gestor do Núcleo de Precatórios

Em 1 ano e 9 meses de gestão, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) alcançou recorde de cerca de 1 bilhão e 500 milhões de reais em pagamento de precatórios, superando as gestões anteriores. Este número é fruto de um conjunto de ações aplicadas desde fevereiro de 2022 para a modernização do Núcleo de Precatórios, em seis pilares: acesso à informação adequada; implemento de boas práticas; fortalecimento de parcerias interinstitucionais; reformulação normativa e de procedimentos; incentivo à conciliação; e foco na gestão de pessoas.

O tema "precatórios" é uma pauta sensível, pois representa o momento exato em que aqueles que venceram processos judiciais contra o Poder Público receberão os valores devidos. Contudo, seus procedimentos operacionais são pouco conhecidos. Diante disto, o TJ-BA adotou várias medidas de acesso à informação adequada, entre elas: digitalização de 100% dos processos físicos, viabilizando tanto aos credores quanto a seus advogados acessarem o precatório pela internet; campanha inédita de combate a fraudes em precatórios, alertando os cidadãos sobre os meios oficiais de contato do TJ-BA; ampliação dos canais de comunicação, com o balcão virtual; e reformulação da página oficial.

Além disso, foram implantadas boas práticas, a partir de experiências na Câmara Nacional de Gestores de Precatórios. A realização de parcerias foi essencial: ações com o Tribunal de Contas dos Municípios e a União dos Municípios da Bahia, com o fim de orientar os gestores municipais sobre a importância do plano de pagamento de precatórios e os efeitos da inadimplência; e participação em rádios e outras mídias.

Divulgação



Juiz, assessor especial da presidência do TJ-BA

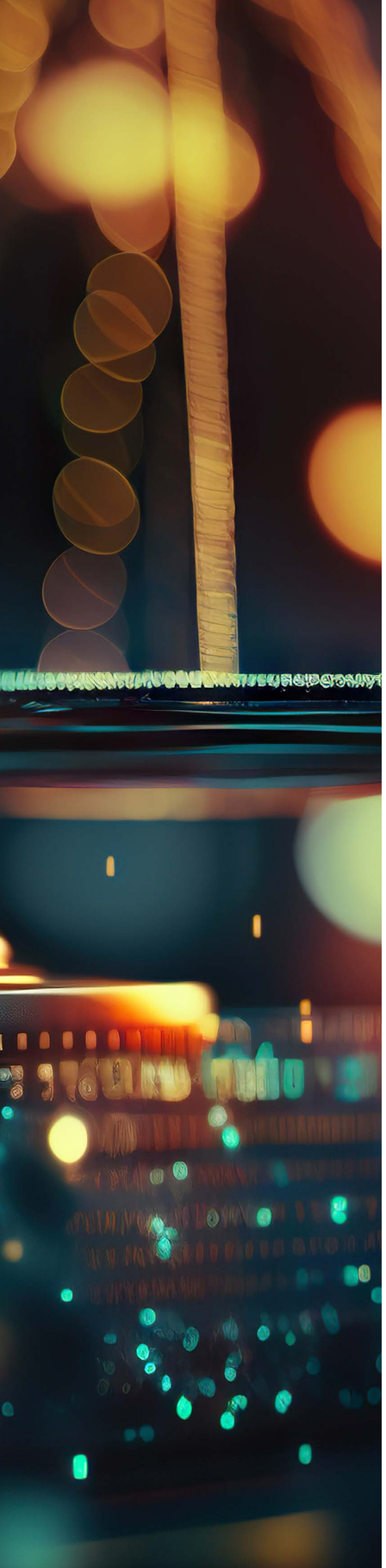
Neste cenário, foram mapeados os fluxos de trabalho, aperfeiçoando-os à luz das normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com rotinas claras e normas locais atualizadas. Igualmente, foi automatizado o envio de dados à Receita Federal e aplicado robô de inteligência artificial para localizar credores com direito a pagamento superpreferencial, garantindo o direito de quem mais precisa.

Atentos à melhor forma de quitação dos precatórios, foram estabelecidas agendas de acordo, com adesão de muitas pessoas que receberam seus créditos de forma mais célere. Neste sentido, estão sendo promovidas audiências com todos os municípios baianos que têm dívidas de precatórios, no regime geral, para realizar a conciliação. Com o maior volume de quitação de precatórios, o TJ-BA aqueceu a economia, inclusive pelo repasse de vários tributos retidos que voltaram para os cofres públicos num total de mais de 138 milhões de reais!

O êxito deste projeto também deriva da valorização das pessoas que o executam. Então, foram realizadas avaliação e intervenções ergonômicas, conduzidas pela Coordenação de Saúde Ocupacional; e estabelecidas reuniões de alinhamento de trabalho. Com o apoio do Presidente Nilson Castelo Branco, em todas as ações ora descritas, foram nomeados novos servidores para o setor. Assim, é digno o agradecimento à Presidência e aos servidores pela atuação dedicada em prol das pessoas que aguardam o pagamento de precatórios.

Ainda existem desafios a serem superados e novos projetos a serem desenvolvidos para a melhoria constante. Entretanto, os bons resultados alcançados, especialmente o recorde de pagamentos e a menção elogiosa em inspeção, pelo CNJ, aos progressos vividos pelo TJ-BA em relação a precatórios, demonstram que estamos no caminho certo.

Publicada quinzenalmente às sextas-feiras, a coluna traz artigos assinados por juízes de primeiro grau, sobre temas do Judiciário de interesse do cidadão.



COORDENAÇÃO DE APOIO AO 1° GRAU

Introdução

No biênio 2022/2024, correspondente à gestão do Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, como Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), foi instituída a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPG), por meio do Decreto Judiciário n. 69/2022, sendo designada como Coordenadora a Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende.

Vinculada diretamente à Presidência, a Coordenadoria é o órgão incumbido de promover o aprimoramento da prestação jurisdicional na primeira instância e dispõe da estrutura e do apoio administrativo da Diretoria do Primeiro Grau, além de contar com a colaboração de 6 (seis) magistrados, designados pelo Decreto Judiciário n. 282/2022, que atuam na Rede de Governança Colaborativa sem prejuízo da função jurisdicional.

A Diretoria do Primeiro Grau foi criada por meio da Resolução TJBA n. 7/2016, para atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, estabelecida pela Resolução n. 194/2014, do Conselho Nacional de Justiça, com atuação na interlocução das Unidades de 1° Grau, bem assim no desenvolvimento e na implantação de projetos e iniciativas destinados a auxiliar as unidades judiciais a prestarem seus serviços de maneira célere e eficiente.

A instituição da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição (CAPG) na presente gestão, para atender às demandas da Primeira Instância, alterou a dinâmica de atuação e a estrutura administrativa da Diretoria do Primeiro Grau, que deixou de estar vinculada, hierarquicamente, à Secretaria Judiciária e passou a atender à CAPG. Além disso, sob a nova coordenação, a Diretoria do Primeiro Grau passou, também, por mudanças na sua configuração interna e na competência.

Ademais, com enfoque na priorização do 1° Grau de Jurisdição, foram instituídas, neste biênio, duas novas unidades administrativas, também vinculadas à Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, quais sejam, a Secretaria Virtual e os Núcleos de Justiça 4.0 Metas.

Assim, o presente relatório objetiva demonstrar as principais iniciativas desenvolvidas pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e suas unidades vinculadas, bem como os respectivos resultados alcançados no biênio 2022/2024, com o intuito de aprimorar a justiça na Primeira Instância e atender às diretrizes estabelecidas pela Administração deste Poder Judiciário.

Estrutura Organizacional

No biênio 2022/2024, com a criação da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, a Presidência promoveu uma alteração na estrutura organizacional da Diretoria do Primeiro Grau. Além disso, foram instaladas duas novas Unidades de apoio ao 1° Grau: a Secretaria Virtual e os Núcleos de Justiça 4.0 Metas.

São diretamente vinculados à Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição os seguintes órgãos:

- **Diretoria do Primeiro Grau (DPG);**

- **Núcleos de Justiça 4.0 Metas (NJ4.0);**

- **Secretaria Virtual (SECVIR)**

Missão, Visão e Valor

Figura 1 Negócio, Missão, Visão e Valor CAPG

Competência

a) Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição:

- contribuir para o aprimoramento da estrutura e o funcionamento do serviço judiciário de Primeira Instância;
- contribuir para o alinhamento do plano estratégico do Poder Judiciário do Estado da Bahia aos objetivos e às linhas de atuação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- promover parcerias e a interlocução com a sociedade e com as instituições públicas e privadas, voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;
- promover estudos e pesquisas sobre o funcionamento da Justiça de Primeira Instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões;
- promover iniciativas para fomentar a racionalização do uso da Justiça e conferir tratamento adequado às demandas de massa;
- colaborar para a formação inicial e continuada de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do 1º Grau de jurisdição;
- apoiar magistrados e servidores para a melhoria da prestação jurisdicional;

- estabelecer diretrizes de atuação da Diretoria de Primeiro Grau;
- orientar as atividades desenvolvidas pela Diretoria Primeiro Grau, pela Secretaria Virtual e pelos Núcleos de Justiça 4.0;
- gerir a Rede de Governança Colaborativa Regional.

b) Diretoria de 1º Grau:

- proceder à interlocução qualificada sobre os assuntos técnico-administrativos da 1ª Instância;
- implementar e acompanhar as normas de trabalho e os procedimentos padronizados;
- proceder à interface com as Corregedorias da Justiça para tratar de assuntos atinentes ao cumprimento das normas de trabalho e às necessidades de correição;
- promover a interface com as Secretarias do Tribunal e os demais Órgãos de Apoio Técnico-Administrativo da Justiça como representantes das Unidades da 1ª Instância, sobretudo no que pertine ao desenvolvimento de projetos e soluções conjuntas das demandas administrativas formalmente apresentadas ou detectadas por meio de procedimentos prévios de monitoramento;
- identificar, propor, orientar e, se for o caso, adotar providências que visem aprimorar o funcionamento da 1ª Instância, inclusive do atendimento ao público;
- identificar, sistematizar e propor em conjunto com os demais Órgãos de Apoio Técnico Administrativo, estratégias de racionalização do fluxo de demandas, a fim de equacionar o congestionamento de processos na Primeira Instância, inclusive para fins de promover a equalização das forças de trabalho entre instâncias;
- planejar e executar em conjunto com a UNICORP ações de capacitação dos servidores da 1ª Instância;
- examinar e triar as demandas administrativas das Unidades da 1ª Instância para posterior encaminhamento aos demais órgãos de apoio técnico administrativo;
- catalogar, coordenar, controlar, planejar e definir atividades relacionadas ao planejamento e às normas no âmbito da 1ª Instância;
- promover o acompanhamento e a execução de medidas tendentes a efetivar a institucionalização do cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça em todas as Unidades da Primeira Instância.

b) Secretaria Virtual

- atuar em apoio remoto na prática de atos processuais às Unidades Judiciais de 1º Grau, mediante as demandas da Corregedoria Nacional de Justiça, Presidência e Corregedorias.

c) Núcleos de Justiça 4.0 Metas

- atuar em apoio remoto às Unidades Judiciais de 1º Grau, na fase de sentença, nas situações de descumprimento de Meta Nacional e de excesso de prazo para a prolação de sentença;
- atuar em regime de mutirão ou esforço concentrado em unidades judiciais definidas pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Projetos e Iniciativas

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

1.1 Reestruturação e Gestão da Rede Regional de Governança Colaborativa

No início do ano de 2022, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição reestruturou a Rede de Governança local, por meio do Decreto Judiciário n. 252/2022, reagrupando as comarcas do Estado em 18 (dezoito) Coordenações Regionais, as quais passaram a ser representadas por 6 (seis) Juízes Colaboradores da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau. No biênio, realizaram-se 47 reuniões trimestrais e 5 encontros estaduais da Rede com a participação dos magistrados de todo o Estado, nos quais foram apresentados os dados referentes ao desempenho das ações da Rede de Governança Colaborativa Regional, bem como os projetos para o 1º Grau de Jurisdição, o Relatório "Diagnóstico 1º Grau" e a divulgação de Boas Práticas por magistrados convidados.

Figura 2- Reunião da Rede de Governança

Figura 2 - II Encontro da Rede de Governança

Figura 4 - III Encontro da Rede de Governança

No biênio, a Rede de Governança atuou de forma a colher dos magistrados e dos servidores dados relacionados ao funcionamento e ao desempenho das Unidades Judiciárias de 1º Grau, no intuito de subsidiar a administração na promoção das políticas judiciárias e, em parceria com a Secretaria de Planejamento, atendendo às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, promoveu processo participativo para discussão e consolidação da Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME), com ações de sensibilização e divulgação junto aos magistrados do 1º Grau, conduzindo uma gestão colaborativa e democrática na elaboração das metas.

1.2 Garantir a elaboração e a execução do Plano Diretor Anual pelas Unidades de 1º Grau

A Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição conduziu iniciativa para tornar obrigatória a elaboração do Plano Diretor Anual (PDA) pelas Unidades Judiciárias do 1º Grau, por meio dos Decretos Judiciários n. 397/2022 e n. 22/2023.

O PDA tem o objetivo de fortalecer o papel ativo das unidades no aperfeiçoamento da gestão judiciária e de possibilitar aos magistrados realizar o diagnóstico das Varas, auxiliando no planejamento de ações estratégicas, com o intuito de otimizar o desempenho e assegurar uma prestação jurisdicional mais efetiva.

Além disso, o PDA permite à CAPG obter os dados e as informações relevantes de todas as unidades do Estado, viabilizando um planejamento mais eficaz para oferecer o adequado suporte institucional e contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do PJBA. Em 2022, 377 unidades elaboraram o seu Plano Diretor e 490 unidades entregaram o Plano no ano de 2023.

1.3 Relatório Diagnóstico do 1º Grau

No início de cada ano da gestão, a CAPG, valendo-se dos dados informados no Plano Diretor Anual das Unidades Judiciárias, relacionados aos temas de estrutura, equipamentos, gestão de pessoas e produtividade, elaborou o Relatório Diagnóstico Primeiro Grau.

O intuito é disponibilizar às Unidades Administrativas do PJBA informações para auxiliar a Administração na tomada de decisão e melhor gestão, com enfoque na priorização do 1º Grau. O Relatório serviu de base para o incremento na prestação do serviço nas áreas de tecnologia, segurança, infraestrutura e recursos humanos.

1.4 Coordenação do Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do PJBA

Na atual gestão, o Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição passou a contar com a participação da Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, que responde pela Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e foi eleita para conduzir o Comitê no atual mandato.

Foram realizadas 6 reuniões ordinárias no biênio, nas quais foram discutidas propostas de ações voltadas à priorização do 1º Grau e adotadas iniciativas como a realização de pesquisa, em parceria com a Secretaria de Planejamento, com o objetivo de coletar sugestões para a Proposta de Lei Orçamentária Anual, em cumprimento ao que consta do art. 5º, III, da Resolução CNJ nº 195/2014. PLOA e a promoção de ação participativa para colher sugestões de iniciativas para os macrodesafios do Poder Judiciário.

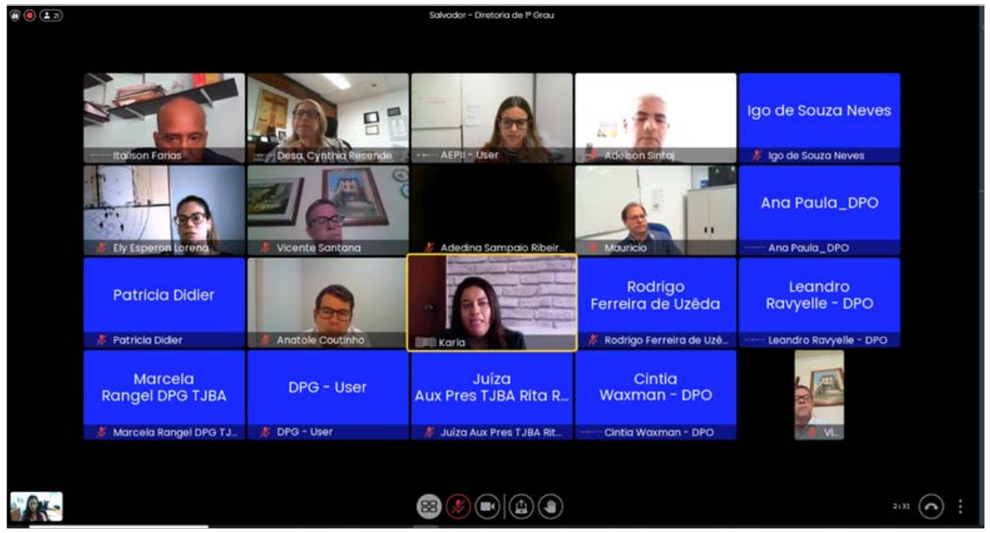


Figura 5- Reunião Comitê Gestor do 1º Grau

2. GESTÃO DE PESSOAS

2.1 Plano Anual de Capacitação para o 1º Grau

Com o objetivo de promover a valorização de magistrados e servidores, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e a Diretoria do Primeiro Grau desenvolveram e executaram, no biênio, com o apoio da Unicorp, o Plano Anual de Capacitação do 1º Grau. O documento contém o planejamento de cursos destinados à formação e ao aperfeiçoamento contínuo de magistrados, servidores e estagiários das Unidades de 1º Grau.

Os planos foram aprovados pela Universidade Corporativa e as ações executadas durante a gestão, capacitando 129 juízes, 4.473 servidores e 128 estagiários.

Dentre os diversos cursos ofertados, destacam-se: Programa de Capacitação dos Estagiários de Pós-Graduação em Direito; Curso "Juízo 100% Digital"; Webinário "Linguagem Simples"; Capacitação em Domicílio Eletrônico; Curso "Administração Judicial Aplicada"; Curso "Atendimento 4.0" – Qualidade e Humanização do atendimento ao cidadão na era digital"; "Treinamento para Equipes Engajadas"; Curso "Rotina de Cadastramento e de Retificação dos Cadastros Processuais no Sistema PJe"; "Capacitação em Prática Cartorária Criminal"; "Oficinas em Linguagem Simples"; e Cinco Módulos do Curso "Tabelas Processuais Unificadas".

Figura 6 - Curso Rotina de Cadastramento

Figura 7 - Curso Administração Judicial Aplicada

Figura 8 - Treinamento para Equipes Engajadas

3. GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

3.1 Programa Justiça para Todos

Com o objetivo de aproximar o cidadão do Poder Judiciário, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição instituiu o Programa Justiça para Todos, voltado à ampliação do acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

O Programa atende à Resolução nº 508/2023, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) pelo Poder Judiciário e está alinhado às Metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 (ODS 16) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), qual seja, "16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos."

Coordenado pela Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, com o auxílio da Magistrada Fabiana Pellegrino, o Programa é voltado à criação de postos avançados do PJBA nos municípios ou em localidades que não sejam sedes de comarca, por meio de cooperação com a União dos Municípios da Bahia (UPB), as Prefeituras Municipais e demais instituições de interesse da justiça.

Com a instalação dos pontos de inclusão digital, audiências e demais atos processuais podem ser realizados de modo 100% on-line, sem a necessidade de deslocamentos dos munícipes, assegurando direitos e cidadania a quem não pode se deslocar até a Comarca mais próxima e a quem se encontra em situação de vulnerabilidade digital.

Foram inaugurados 26 Pontos de Inclusão Digital por meio de Acordos de Cooperação Técnica formalizados com municípios baianos, com a realização de vistorias e capacitação dos servidores responsáveis pelo atendimento ao público.

Figura 9 Solenidade de Assinatura dos Acordos de Cooperação

Figura 10 Inauguração do PID Serra Preta

Figura 11 Vistoria em Ponto de Inclusão Digital

3.2 Instalação das Salas Passivas de Videoconferência para ampliação do Juízo 100% Digital e do Serviço Digital Assistido

Para aperfeiçoar o acesso à Justiça, a CAPG e a DPG realizaram, em parceria com a Secretaria de Administração e a Secretaria de Tecnologia, a instalação de Salas Passivas de videoconferência para a ampliação do Juízo 100% Digital em todas as 203 Comarcas do Estado, com mais de 10 mil atendimentos realizados, permitindo a inclusão do cidadão em situação de vulnerabilidade digital.

Nos espaços, são disponibilizados os serviços do Balcão Virtual, Central de Agendamento, audiências por videoconferência e consultas processuais. Além disso, o usuário conta com o Serviço Digital Assistido, por meio do qual um servidor designado presta auxílio no uso das ferramentas digitais.

Figura 12 - Inauguração Sala Passiva - Fórum Ruy Barbosa

Figura 13- Inauguração Sala Passiva

3.3 Programa Linguagem Simples

O Programa Linguagem Simples é uma iniciativa da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, em parceria com o Laboratório de Inovação Aurora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT+), para implantar o uso da Linguagem Simples e do Direito Visual no âmbito do TJBA.

Em atenção aos macrodesafios trazidos pela Resolução CNJ nº 325/2020, dentre os quais, o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade, o Programa Linguagem Simples tem o objetivo de promover a adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão.

Regulamentado pelos Decretos Judiciários nº 594/2022 e nº 740/2022, o Grupo de Trabalho realizou as seguintes entregas: Oficina de Linguagem Simples pelo Aurora Lab para os servidores envolvidos no projeto no âmbito do TJBA; Webinário Linguagem Simples; Simplificação da Linguagem em Atos Normativos do TJBA; protótipos de atos de comunicação processual em Linguagem Simples, em parceria com o Aurora Lab do TJDFT+; Oficinas Práticas em Linguagem Simples com a jornalista Patrícia Roedel; Lançamento do Guia Prático Linguagem Simples; Cartilhas e Manuais; Página Virtual do Programa Linguagem Simples; Participação em Eventos e Concessão de Entrevistas na Temática; Publicação de Cards nas Redes Sociais; Stand de divulgação no Encontro Nacional da Rede de Governança; PodCast Linguagem Simples e Tutorial “Como aplicar a Linguagem Simples no cotidiano”. As ações do programa estão disponíveis em http://servicosonline.tjba.jus.br/servicosonline/linguagem-simples/.

Figura 14 Oficina Prática em Linguagem Simples

Figura 15 PODCAST Linguagem Simples

4. AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

4.1 Ampliação do Juízo 100% Digital

Na presente gestão, a Coordenadora de Apoio ao Primeiro Grau, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, foi designada por meio do Decreto Judiciário nº 239/2022 para coordenar o Projeto de Ampliação do Juízo 100% Digital.

Como resultado, foi editado o Ato Normativo Conjunto nº 07/2022, regulamentando o Juízo 100% Digital no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e tornando todas as Unidades Judiciárias do Estado, em 1º e 2º Graus, aderentes à modalidade digital de tramitação processual.

A adoção do Juízo 100% Digital, em todas as Unidades Judiciárias de 1º Grau, contribui para a redução da duração dos processos e possibilita ao cidadão valer-se da tecnologia, a fim de ter acesso à Justiça sem precisar comparecer, fisicamente, aos fóruns.

4.2 Núcleos de Justiça 4.0 - Metas

Os Núcleos de Justiça 4.0 fazem parte do “Programa Justiça 4.0” desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos das Resoluções CNJ nº 385/2021 e nº 395/2021, as quais autorizaram a sua criação nos Tribunais de todo o país.

No biênio, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, com o apoio da Presidência, conduziu ação para instituir no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia os Núcleos de Justiça 4.0 em apoio às Unidades Judiciais, com competência sobre toda a área territorial situada dentro dos limites da jurisdição do Tribunal.

Criados em 13 de junho de 2022 pelo Decreto Judiciário nº 444, os Núcleos de Justiça 4.0 têm como atribuição apoiar as Unidades Judiciárias de 1º Grau na prolação de sentenças, com vistas a incrementar o percentual de cumprimento das metas nacionais.

Com funcionamento remoto e totalmente digital, os Núcleos estão vinculados à Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e proporcionam maior agilidade e efetividade à Justiça.

Atualmente, 5 magistrados atuam nos Núcleos em processos das Metas Nacionais requisitados às Varas, mensalmente, pela Coordenadoria do Primeiro Grau e 1.436 sentenças foram proferidas desde a sua criação.

A atuação dos Núcleos de Metas é voltada às competências de Família, Órfãos e Sucessões, Consumo e Cível (Núcleo 1) e Fazenda Pública, Saúde Pública e Empresarial (Núcleo 2).

O projeto encontra-se em andamento e a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição permanece atuando em ações para a criação de Núcleos especializados em razão da matéria, com a expectativa de implantação em 2024.

4.3 Secretaria Virtual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

A Resolução nº 07, de 13 de julho de 2022, criou a Secretaria Virtual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituída como órgão auxiliar da Justiça, em apoio às unidades incluídas no Programa de Acompanhamento e Aperfeiçoamento das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau. A ação atende à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 (Resolução CNJ nº 325/2020), que estabelece como macrodesafio a “Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”.

O principal objetivo do órgão é executar ações de saneamento em apoio às Serventias Judiciais de Primeiro Grau de jurisdição do Estado que façam parte do Programa de Acompanhamento e Aperfeiçoamento ou que possuam baixo percentual de cumprimento das metas, indicadores nacionais e apresentam excesso de prazo no cumprimento dos atos jurisdicionais de forma recorrente, de modo a atuar na prática de atos processuais dos processos eletrônicos.

A Secretaria Virtual atua sob a gestão administrativa da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e a coordenação do Juiz Colaborador Raimundo Nonato Borges Braga. Durante o biênio, 56 unidades foram contempladas com a atuação da Secretaria Virtual.

Figura 16 Inauguração Secretaria Virtual

Figura 15 Reunião Secretaria Virtual e Defensoria Pública

4.4 Semana de Avaliação Pericial Multidisciplinar

Instituída neste biênio, a ação tem como objeto auxiliar as Unidades Judiciais na realização de perícias nos processos de curatela para a aferição da incapacidade nas comarcas que não dispõem de quantitativo suficiente de especialistas para atender às demandas. No biênio, foram realizadas 157 avaliações periciais nas seguintes Unidades: 1ª Vara de Sucessões de Salvador; 4ª Vara de Sucessões de Salvador; Vara Plena de Santa Rita de Cássia; 1ª Vara Cível da Comarca de Luís Eduardo Magalhães; Vara Plena de Piatã; 2ª Vara Cível de Ilhéus; 2ª Vara Cível de Alagoinhas; Vara Plena de Andaraí; 1ª Vara Cível de Jequié; 1ª Vara Plena de Itajuípe; e Vara Plena de Mairi.

Figura 17 Semana de Avaliação Pericial

Figura 18 Semana de Avaliação Pericial

4.5 Ações em parceria com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

A Diretoria do Primeiro Grau realizou durante as edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa (2022/2023), em auxílio às Unidades Judiciárias e em parceria com a Coordenadoria da Mulher, 1.426 (mil quatrocentas e vinte e seis) audiências de acolhimento à vítima e de advertência ao acusado em processos de violência doméstica. Também foi lançado o Guia de Acesso aos Serviços de Atendimento e Proteção para as Mulheres em Situação de Violência Doméstica e criado o Grupo de Fortalecimento para Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar, com objetivo de estabelecer uma rede de apoio mútuo e aprendizagem diante do contexto da violência de gênero.

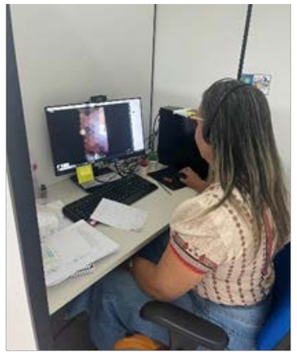


Figura 20 - Audiências

Figura 19 - XX Semana da Justiça pela Paz em Casa

4.6 Acompanhamento de Correições Realizadas pela CGJ

Mediante convite da Corregedoria-Geral da Justiça, a Diretora do Primeiro Grau, Viviane da Anunciação Souza Oliveira, acompanhou as correições realizadas em 2022 nas Comarcas de Feira de Santana e Barreiras. Nas visitas, a Diretora realizou reuniões com as equipes de cartório, bem como acompanhou as atividades de correição das Juízas Corregedoras. Na oportunidade, abordou questões relativas à Secretaria Virtual; ao plano de gestão dos cartórios integrados; ao Núcleo de Justiça 4.0; ao Juízo 100% Digital; e às demandas próprias da Unidade, com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional.

4.7 Gestão dos Cartórios Integrados

Em 2022, a CAPG, por meio da Diretoria do Primeiro Grau, desenvolveu plano de gestão para as unidades integradas, com o objetivo de auxiliar no aprimoramento do modelo integrado, por meio do acompanhamento dos relatórios mensais de produtividade, da promoção de treinamentos específicos para o engajamento das equipes e da capacitação prática no fluxo Pje, com saneamento dos processos das unidades envolvidas.
Outrossim, em colaboração com os Juízes das unidades integradas e a Corregedoria-Geral da Justiça, participou da elaboração da proposta de alteração do Ato Normativo Conjunto nº 44/2021, a fim de dar cumprimento às determinações e às recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A proposta resultou na edição do Ato Normativo Conjunto nº 22, de 21 de julho de 2023.

4.8 Mutirão de Validação dos Ofícios Requisitórios

Ação realizada na 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital, a pedido da OAB/BA, na qual a equipe da Diretoria do Primeiro Grau auxiliou a unidade na verificação dos dados de 6.500 (seis mil e quinhentos) ofícios requisitórios de expedição de precatórios, no período de 23 de maio de 2022 a 28 de junho de 2022.

4.9 Planos de Ação para a melhoria do desempenho

Com o objetivo de otimizar a prestação do serviço e melhorar o desempenho das Unidades Judiciárias do 1º Grau, a Diretoria do Primeiro Grau auxiliou as Varas na elaboração de planos de ação. No biênio, 60 Unidades receberam o apoio e o acompanhamento da DPG, alcançando melhoria significativa nos indicadores de desempenho.

4.10 Validação de Processos Migrados no Pje -1º Grau

A Diretoria do Primeiro Grau tem auxiliado as Unidades de 1º Grau na validação dos processos migrados ao PJe e sua liberação no fluxo processual. Mais de 80 Unidades Cíveis e Criminais já foram contempladas na validação de 67.278 processos.

4.11 Correção do Dígito Verificador – PJe 1º Grau

A Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, em colaboração com a Coordenação de Sistemas Judiciais, detectou inconsistência relacionada à incorreção no dígito verificador de mais de 35 mil processos migrados para o PJe em tramitação nas Unidades Judiciárias de 1º Grau e, com a anuência das Corregedorias locais, elaborou plano de ação, a fim de adotar uma solução para a falha técnica com a correção do dígito verificador. Com a ação cuja unidade-piloto foi a 1ª Vara da Fazenda Pública de Camaçari, foram corrigidos 30.919 (trinta mil, novecentos e dezenove) processos, além da correção posterior de mais 515 (quinhentos e quinze) processos, distribuídos em 23 (vinte e três) comarcas. Pretende-se, ainda, identificar soluções para evitar novas ocorrências.

4.12 Recolhimento de processos físicos nas Unidades Judiciárias de 1º Grau

Iniciativa das Corregedorias em parceria com a Diretoria do Primeiro Grau, com o apoio da SEAD e da SGP, para realizar o recolhimento de processos físicos armazenados e pendentes de envio para o Arquivo Central. A ideia é auxiliar as Unidades, preparando os autos para a coleta, a fim de liberar os espaços físicos nos fóruns, inclusive para fins de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a exemplo da instalação de Salas de Depoimento Especial e de Salas Passivas; e tendo em vista a preocupação com o aprimoramento da gestão documental, da informação e da memória do PJBA, bem como com a melhoria do ambiente de trabalho, tornando-o mais saudável e seguro. Atualmente, 554.726 mil processos físicos foram recolhidos e destinados ao Arquivo Central, em 31 Unidades.

4.13 Curso Administração Judicial Aplicada

A fim de contribuir para a qualificação de magistrados e servidores e melhorar a prestação jurisdicional, a CAPG e a Unicorp promoveram o Curso Administração Judicial Aplicada. A iniciativa surgiu da demanda dos magistrados de aperfeiçoar a gestão administrativa e cartorária das Unidades Judiciárias de 1º Grau. Ministrado pelo Instituto AJA, a capacitação ofertou 290 vagas para magistrados e servidores de unidades selecionadas pelas Corregedorias de Justiça e pela Coordenação dos Juizados Especiais. Composto de oito módulos, o Curso capacitou juízes e servidores na gestão de Unidades Judiciárias, de forma a organizar eficazmente sua estrutura e os processos de trabalho, gerir equipes e adotar medidas inovadoras, possibilitando a melhoria do desempenho não só da unidade, mas também do clima, da motivação e da qualidade de vida no trabalho de toda a equipe.

Figura 21 Curso Administração Judicial Aplicada

4.14 Automação e Inteligência Artificial

Para potencializar a economicidade, a celeridade processual e auxiliar as Unidades Judiciárias a impulsionar os indicadores de produtividade, foi idealizado o Projeto Sintonia, com a participação da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau, da Secretaria-Geral da Presidência, da Secretaria de Tecnologia, das Corregedorias e da Coordenação dos Juizados Especiais.

Uma das iniciativas do projeto contempla o investimento em automação e de inteligência artificial, por meio dos Laboratórios de Inovação vinculados à Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização e à COJE. O objetivo é desenvolver e adotar soluções para a automação das rotinas da atividade judiciária e dos processos judiciais.

Para tanto, foram implementadas aplicações com o objetivo de identificar os processos em lote, mediante a aposição de etiquetas, a partir de classificações previamente definidas; identificar classe e assunto do processo, a partir da petição inicial, com a aposição automática de etiquetas; identificar processos com similaridades, permitindo julgamento temático; realizar movimentos processuais e minutas de atos judiciais e cartorários, com a devida autorização competente; e retificar e evoluir cadastro processual.

A aplicação das mencionadas ferramentas viabiliza a concentração da ação de magistrados e servidores em atividades de maior complexidade e contribui para a redução do trabalho manual e repetitivo.

O projeto-piloto foi aplicado nas Unidades Judiciárias de 1º Grau que estão sob ação de saneamento pela Secretaria Virtual, gerida pela Coordenadoria de Apoio ao 1º Grau, bem como supervisionado por magistrados e servidores da unidade remota, que realizaram o gerenciamento do processamento para garantir a acurácia e a efetividade dos robôs.

Após os testes, as ferramentas serão expandidas para as Unidades Judiciárias do 1º Grau vinculadas à CAPG, com impacto positivo na agilidade da tramitação dos processos judiciais, na produtividade dos magistrados e dos servidores, no aperfeiçoamento da qualidade de dados do PJBA e na promoção da transformação digital para o aprimoramento do serviço judiciário prestado ao cidadão.

Na fase de testes, 748.373 processos foram impulsionados com o uso dos robôs nas Unidades de 1º Grau.

4.15 Projeto Equaliza TJBA

O Projeto Equaliza TJBA, de iniciativa da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição, objetiva disseminar o conhecimento e padronizar rotinas e procedimentos, facilitando a compreensão e promovendo a eficiência e o aumento da produtividade, bem como uniformizando a prestação do serviço nas Unidades de 1º Grau.

Estruturado em seis etapas de entrega, o Projeto prevê a oferta de Guia Oriente TJBA; ferramentas de gestão; ações educacionais e de capacitação; mapeamento de rotinas, fluxos e procedimentos; mentoria e repositório de modelos.

Para desenvolver as iniciativas, além da Coordenadoria e da Diretoria do Primeiro Grau de Jurisdição, também estão envolvidas as Unidades Administrativas, especialmente as relacionadas à área de tecnologia, bem como a Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima do TJBA e a Assessoria de Comunicação.

Os produtos serão disponibilizados no Portal do 1º Grau, de forma intuitiva e acessível a todos os servidores e magistrados, visando uniformizar o grau de conhecimento dos que atuam na 1ª Instância.

Com as entregas do Projeto Equaliza, objetiva-se alcançar os seguintes benefícios:

- redução do direcionamento de demandas de atribuição de outras áreas para a Diretoria de 1º Grau;
- redução do retrabalho;
- difusão de conhecimento acerca dos procedimentos judiciais e administrativos para os servidores do 1º Grau;
- fomento do mapeamento dos fluxos de trabalho para o 1º Grau;

- estimular o compartilhamento das boas práticas aplicadas entre as Unidades do TJBA;
- aproximar a Administração das Unidades do 1º Grau de jurisdição;
- aumentar a satisfação no desempenho das tarefas, promovendo a aplicação da cultura do pertencimento à instituição;
- estimular a busca pelo aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho;
- incrementar a produtividade das Unidades do 1º Grau de jurisdição;
- reduzir custos; e
- aumentar o grau de satisfação do usuário na prestação do serviço.

Entregas Realizadas:

- Guia Oriente TJBA;
- Cartilhas de Ferramentas de Gestão;
- Guia “Diagrama de Pareto”;
- Guia “Histograma”;
- Ações de Capacitação em Movimentação Processual (Tabelas Processuais Unificadas);
- Curso Tabelas Processuais Unificadas (TPU) – Módulo Geral;
- Curso Tabelas Processuais Unificadas (TPU) – Módulo 1: Tribunal do Júri;
- Curso Tabelas Processuais Unificadas (TPU) – Módulo 2: Aplicada aos Precedentes Qualificados;
- Ação de Capacitação em Prática Cartorária Criminal.

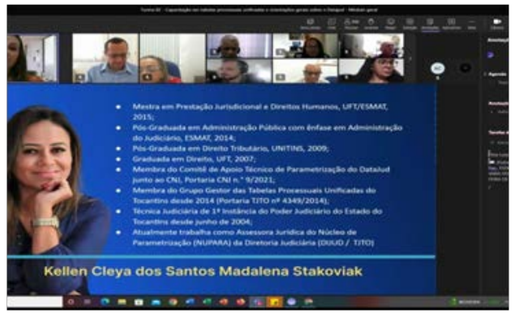


Figura 22 Curso TPU - Módulo Geral

Figura 23 Curso Em Prática Cartorária Criminal

5. FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

5.1. Portal do 1º Grau

A Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição desenvolveu e implantou Portal para abrigar as informações relacionadas ao 1º Grau de Jurisdição, com o objetivo de estreitar o canal de comunicação com os usuários da justiça, divulgando ações, serviços e projetos prioritários, voltados à melhoria da prestação jurisdicional das Unidades da 1ª Instância.

A ação foi executada em parceria com a ASCOM e otimizou a comunicação institucional, além de contribuir para a implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro

Grau de Jurisdição, nos termos do art. 2º, IV e VI, da Resolução nº 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça, bem como para estreitar o canal de comunicação com os usuários da justiça, com a divulgação das ações e dos projetos prioritários, voltados à melhoria da prestação jurisdicional das Unidades da 1ª Instância. Acesso o Portal em https://tjba.jus.br/primeirograu/.

5.2 Informativo Primeiro Grau em Pauta

Nesta gestão, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição lançou informativo periódico para divulgar as ações, os projetos e as informações relevantes para o 1º Grau.

A publicação, intitulada "Primeiro Grau em Pauta", é produzida com o apoio da Diretoria do Primeiro Grau e divulgada trimestralmente, encontrando-se em sua 4ª edição.

Todas as edições estão disponíveis no Portal do 1º Grau no link https://tjba.jus.br/primeirograu/publicacoes/.

5.3 Cards Informativos

Com a finalidade de divulgar ações e informações dos temas Juízo 100% Digital, Núcleos de Justiça 4.0, Rede de Governança Colaborativa Regional, BRBJus e demais assuntos de interesse da Primeira Instância, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau vem divulgando, periodicamente, cards informativos para os magistrados e os servidores. Os comunicados estão disponíveis em https://tjba.jus.br/primeirograu/comunicados/.

6. PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO

COMISSÕES, COMITÊS E GRUPOS DE TRABALHO 2022/2024		
NOME	DECRETO	DESIGNADO DPG
Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituído pelo Ato Conjunto nº 06/2016.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 82, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 214, de 23 de fevereiro de 2018.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 79, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Grupo de Trabalho constituído para monitorar os critérios estabelecidos na Resolução nº 14, de 07 de agosto de 2013, que dispõe sobre o pagamento de indenização de transporte a Oficiais de Justiça e Agentes de Proteção ao Menor, em cumprimento de mandados, instituído pelo Decreto Judiciário nº 1094, de 09 de dezembro de 2013.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 92, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição da Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Tribunal de Justiça da Bahia e ao Fortalecimento de Diálogo Interinstitucional, instituída pelo Decreto Judiciário nº 575, de 08 de setembro de 2021.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 99, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Núcleo de Gestão e Enfrentamento das Demandas de Massa (NUGEDEM), no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituído pelo Decreto Judiciário nº 795, de 09 de setembro de 2016.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 100, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza

Altera a composição do Conselho Editorial e Científico da Revista Entre Aspas, instituído por meio do Decreto Judiciário nº 473/2010, alterado pelo Decreto Judiciário nº 797/2018.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 102, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Grupo de Trabalho do Tribunal do Júri, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituído pelo Decreto Judiciário nº 147, de 18 de fevereiro de 2020.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 103, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituído por meio da Resolução TJBA nº 12, de 31 de agosto de 2016.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 119, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
*Altera a composição da Comissão de Transição de Depósitos Judiciais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 552, de 27 de agosto de 2021.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 121, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado da Bahia (CGPLS), instituída mediante o Decreto Judiciário nº 148, de 26 de fevereiro de 2016.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 122, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Institui Comissão Transitória para implementação da Resolução nº 432, de 27 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 128, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Instituir Grupo de Trabalho para realizar força-tarefa, com o objetivo de identificar processos possessórios e de usucapião que contenham decisões liminares, ainda vigentes, prolatadas pelos Juízes Substitutos de 2º Grau, mencionados na Correição Extraordinária realizada no ano de 2021, e que estejam indevidamente paralisados por longos períodos, com a regularização em andamento.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 173, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE), no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituído por meio do Decreto Judiciário nº 496, de 28 de agosto de 2019.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 182, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Núcleo de Gestão da Qualidade no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, instituído pelo Decreto Judiciário nº 27/2019.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 211, DE 9 DE MARÇO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Designa membros para compor Grupo Decisório e altera composição do Grupo Operacional do Centro de Inteligência da Justiça da Bahia (CIJEBA).	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 213, DE 9 DE MARÇO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituído pela Resolução TJBA nº 02, de 25 de fevereiro de 2015.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 247, DE 15 DE MARÇO DE 2022	Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende e Viviane da Anunciação Souza
Altera a composição do Grupo de Trabalho para acompanhamento da implantação do SIDEJUD NACIONAL, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituído pelo Decreto Judiciário nº 337, de 25 de maio de 2021	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 265, DE 22 DE MARÇO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Altera a redação do art. 1º, do caput do art. 2º e do art. 3º, acrescenta o § 2º ao art. 2º e revoga o art. 5º do Decreto Judiciário nº 873, de 30 de novembro de 2020, que instituiu a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 214 DE 09 DE MARÇO DE 2022	Desirée Brandão Muller
Designa Desembargador para coordenar os Projetos de implantação do Juízo 100% Digital e do Núcleo de Justiça 4.0.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 293, DE 1º DE ABRIL DE 2022	Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende
Altera a composição da Comissão de Apoio às Varas da Fazenda Pública da Comarca de Salvador, instituída pelo Decreto Judiciário nº 839, de 23 de setembro de 2016.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 294, DE 1º DE ABRIL DE 2022	Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende

Instituir Grupo de Trabalho voltado à regulamentação da prática de atos de comunicação eletrônica nos processos judiciais.	PORTARIA Nº 148-CGJ /2022-GSEC	Viviane da Anunciação Souza
Designa membros para a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do Conselho Nacional de Justiça, instituída pelo Decreto Judiciário nº 414, de 24 de maio de 2022.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 415, DE 24 DE MAIO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Institui Grupo de Trabalho para a implementação do uso da Linguagem Simples e Direito Visual, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 594, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.	Desa. Cynthia Maria Pina Resende, Viviane da Anunciação Souza, Marcela Nunes Rangel, Sarah da Trindade Reis, Renato Marins Menezes Trigueiro e Rodolfo de Sousa Oliveira
Institui o Grupo de Transformação Digital no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia e estabelece suas atribuições.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 678, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022.	Viviane da Anunciação Souza
Institui Grupo de Trabalho para homologação da Versão 2.2 do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 697, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022	Viviane da Anunciação Souza
Institui Grupo de Trabalho para planejamento e levantamento de requisitos do Sistema de Cadastro de Advogados Dativos.	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 082, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023	Ângelo Edmundo Paraíso M. Junior
Institui Grupo de Trabalho para a realização de estudos visando à estruturação de plano de melhoria para o sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe 1º Grau	DECRETO JUDICIÁRIO Nº 796, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023	2 Representantes da CAPG

7. ATOS NORMATIVOS

Ao longo do biênio, a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição colaborou com a elaboração dos seguintes Atos Normativos, atinentes aos respectivos projetos e às iniciativas no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia:

Resolução nº 07/2022	Instituiu a Secretaria Virtual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Normativo Conjunto nº 07/2022	Regulamenta o Juízo 100% Digital
Ato Normativo Conjunto nº 10/2022	Dispõe sobre a implantação de Núcleos de Justiça 4.0 em apoio às Unidades Judiciais
Decreto Judiciário nº 69/2022	Instituiu a Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição
Decreto Judiciário nº 189/2022	Convoca os servidores das Unidades de Primeiro Grau a participarem do Curso "Domicílio Eletrônico no Sistema PJe - 1º Grau"
Decreto Judiciário nº 282/2022	Reestruturação da Rede de Governança Colaborativa Regional
Decreto Judiciário nº 293/2022	Designa a Desa. Cynthia Maria Pina Resende para coordenar os Projetos de implantação do Juízo 100% Digital
Decreto Judiciário nº 397/2022	Determina a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor Anual (PDA) para o ano de 2022, pelas Unidades Judiciais do Primeiro Grau de jurisdição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia
Decreto Judiciário nº 404/2022	Convoca os servidores do 1º Cartório Integrado de Família da Comarca de Salvador para participarem do Curso "Treinamento Equipes Engajadas"
Decreto Judiciário nº 425/2022	Regulamenta o Serviço Digital Assistido e a utilização das Salas Passivas de Videoconferência
Decreto Judiciário nº 440/2022	Designa Juiz de Direito para colaborar nos Projetos de implantação do Juízo 100% Digital e do Núcleo de Justiça 4.0

Decreto Judiciário nº 444/2022	Institui o Núcleo de Justiça 4.0 – Metas, para apoio às Unidades Judiciais
Decreto Judiciário nº 457/2022	Convoca os servidores das Unidades Judiciais de Primeiro e Segundo Graus para participarem do Curso "Juízo 100% Digital"
Decreto Judiciário nº 570/2022	Designa Juiz de Direito para atuar como Coordenador da Secretaria Virtual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Decreto Judiciário nº 574/2022	Designa Juízes Substitutos para atuarem no Núcleo de Justiça 4.0
Decreto Judiciário nº 593/2022	Dispõe sobre a instituição do Programa Justiça para Todos e a implantação de Pontos de Inclusão Digital
Decreto Judiciário nº 594/2022, modificado pelo Decreto Judiciário nº 827/2022	Regulamenta o Grupo de Trabalho para a implementação do uso da Linguagem Simples e Direito Visual
Decreto Judiciário nº 630/2022	Convoca os servidores das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau que atuam como facilitadores do Serviço Digital Assistido nas Salas Passivas para participarem do curso "Atendimento 4.0 - Qualidade e Humanização do atendimento ao cidadão na Era Digital"
Decreto Judiciário nº 631/2022	Designa Juíza Substituta para coordenar as atividades dos Núcleos de Justiça 4.0 - Metas, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia
Decreto Judiciário nº 649/2022	Convoca os servidores do 2º Cartório Integrado Cível da Comarca de Salvador para participarem do Curso "Treinamento Equipes Engajadas"
Decreto Judiciário nº 603/2022	Dispõe sobre o desenvolvimento das atividades laborativas dos Assessores de Juiz durante os afastamentos dos Magistrados
Decreto Judiciário nº 721/2022	Convoca magistrados e servidores para participarem do Curso "Administração Judicial Aplicada"
Decreto Judiciário nº 740/2022	Regulamenta a implantação do uso da Linguagem Simples
Decreto Judiciário nº 22/2023	Determina a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor Anual (PDA) para o ano de 2023, pelas Unidades Judiciais do Primeiro Grau de jurisdição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
Decreto Judiciário nº 91/2023	Prorroga o prazo estabelecido pelo Decreto Judiciário nº 22, de 16 de janeiro de 2023, para a elaboração do Plano Diretor Anual (PDA) para o ano de 2023
Decreto Judiciário nº 158/2023	Autoriza servidores a assinarem os atos cartorários praticados no âmbito da Secretaria Virtual
Decreto Judiciário nº 408/2023	Autoriza servidores a assinarem os atos cartorários praticados no âmbito da Secretaria Virtual
Decreto Judiciário nº 458/2023	Convoca os servidores lotados nas unidades de competência do Tribunal do Júri para participarem do Curso Tabelas Processuais Unificadas (TPU) – Módulo 1: Tribunal do Júri
Decreto Judiciário nº 481/2023	Convoca servidores para participação no Curso "Treinamento para Equipes Engajadas"
Decreto Judiciário nº 482/2023	Autoriza servidor a assinar os atos cartorários praticados no âmbito da Secretaria Virtual
Decreto Judiciário nº 495/2023	Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e estabelece outras providências
Decreto Judiciário nº 567/2023	Convoca os Estagiários de Pós-graduação em Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para participarem do Programa de Capacitação Continuada
Decreto Judiciário nº 616/2023	Convoca os servidores lotados nas Unidades Judiciárias da 1ª Instância para participarem do "Curso Tabelas Processuais Unificadas (TPU) – Módulo Geral"
Decreto nº 696/2023	Convoca Juíza Titular e os servidores lotados na Vara de Acidentes de Trabalho da Comarca de Salvador, para participação no "Treinamento para Equipes Engajadas"
Decreto nº 777/2023	Autoriza servidor a assinar os atos cartorários praticados no âmbito da Secretaria Virtual
Decreto Judiciário nº 705/2023	Dispõe sobre a instalação de Pontos de Inclusão Digital no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e estabelece outras providências

8. ESTATÍSTICA

8.1 REUNIÕES

	07.02.2022 a 15.12.2022	09.01.2023 a 30.10.2023
Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição e Diretoria de 1º Grau	331	384

8.2 OFÍCIOS

2022		
OFÍCIOS REMETIDOS	OFÍCIOS CIRCULARES REMETIDOS	OFÍCIOS RECEBIDOS
265	47	24

2023		
OFÍCIOS REMETIDOS	OFÍCIOS CIRCULARES REMETIDOS	OFÍCIOS RECEBIDOS
203	21	65

8.3 SIGA

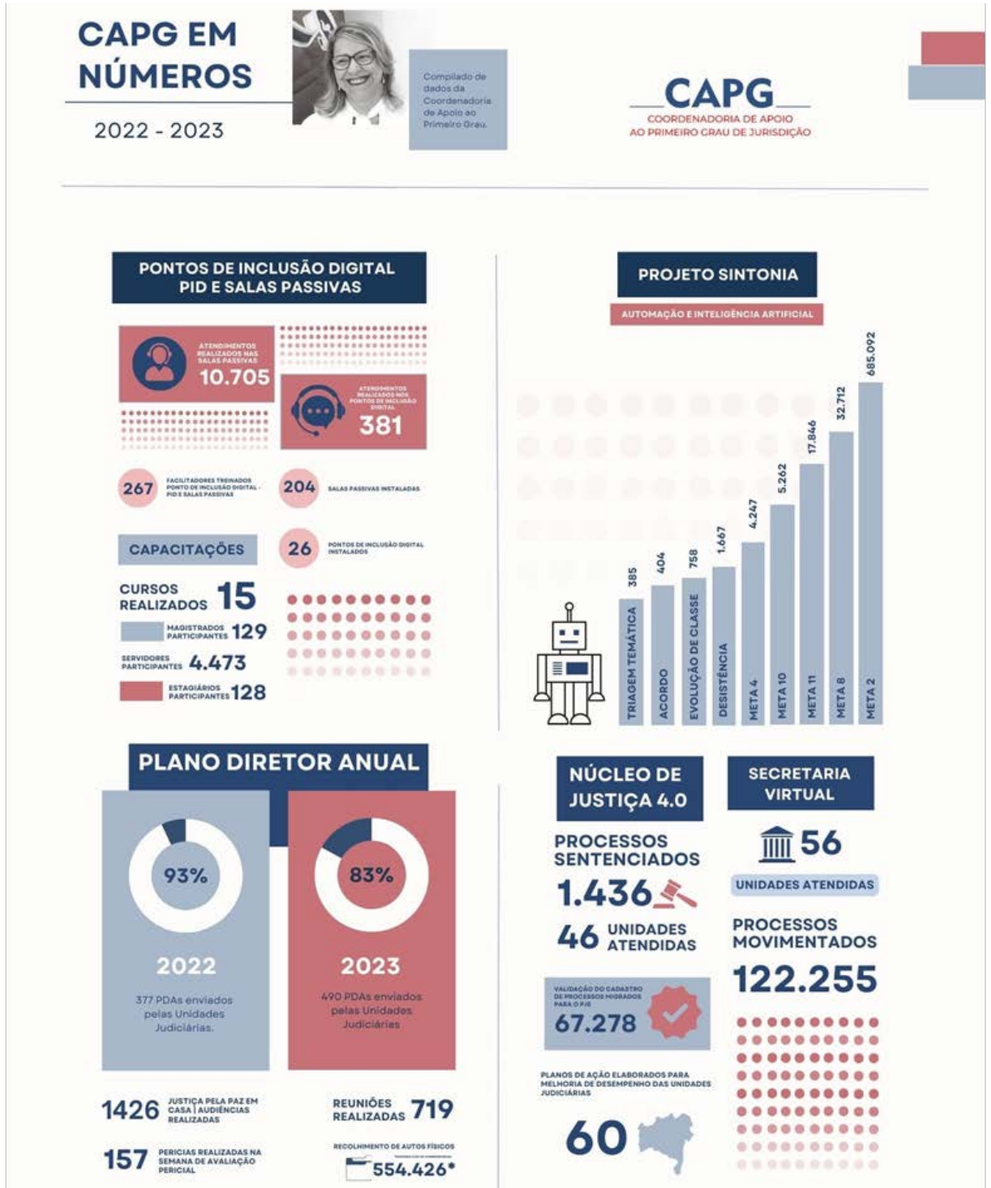
2022			
	RECEBIDO	TRANSFERIDO	CRIADO
COMUNICAÇÃO INTERNA	57	110	62
GENÉRICO	1	2	1
OFÍCIO	69	119	81
PROCESSO ADMINISTRATIVO	131	101	0
PROCESSO ADMINISTRATIVO DO CNJ	6	6	0
TOTAL	264	338	144

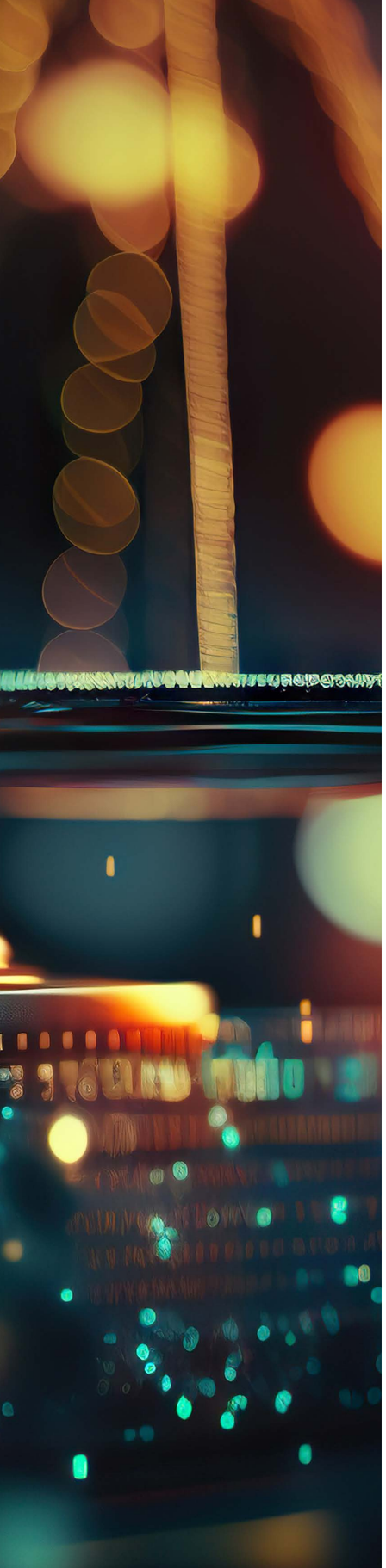
2023			
	RECEBIDO	TRANSFERIDO	CRIADO
COMUNICAÇÃO INTERNA	74	94	32
GENÉRICO	1	2	1
OFÍCIO	71	125	79
PROCESSO ADMINISTRATIVO	83	63	0
PROCESSO ADMINISTRATIVO DO CNJ	5	5	0
TOTAL	234	289	112

8.4 MALOTE DIGITAL

2022	
MALOTES RECEBIDOS	MALOTES REGULARIZADOS DAS UNIDADES DE 1º GRAU QUE FORAM DESATIVADAS, BEM COMO ENCAMINHADOS PARA AS COMARCAS AGRUPADORAS
29	5.300

2023	
MALOTES RECEBIDOS	MALOTES REGULARIZADOS DA COORDENAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO E ENCAMINHADOS PARA AS UNIDADES RESPONSÁVEIS
31	941





CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Gabinete da Presidência é o Órgão responsável pela assistência e pelo assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Justiça[1], cabendo à Chefia de Gabinete coordenar, supervisionar e preparar o expediente administrativo da Presidência, solicitando as diligências que entender necessárias para melhor instruí-los, receber e preparar a correspondência oficial, supervisionar as atividades do Diário da Justiça Eletrônico, elaborar minutas de atos normativos de iniciativa do Presidente, inclusive propostas de projetos de lei e de resoluções, além de prestar apoio aos diversos órgãos auxiliares na elaboração de atos normativos, com o respectivo encaminhamento para publicação.

O presente Relatório tem o intuito de demonstrar as atividades desenvolvidas pela Chefia de Gabinete da Presidência durante a Gestão do Biênio 2022/2024.

PROJETOS DESENVOLVIDOS

Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe

A Chefia de Gabinete da Presidência atuou como gerente de projeto para o planejamento e a organização do **Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe**, que ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 2022, no edifício-sede do Tribunal de Justiça.

O evento, realizado pelo PJBA, foi promovido em parceria com o Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (COPLAD) – Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente (ILANUD) – e contou com o apoio da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (Unicorp) e do Banco Regional de Brasília (BRB), além da assistência institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Chefia de Gabinete, também, atuou nas tratativas para a celebração do Memorando de Entendimento de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime (Coplad), Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime, o qual foi assinado no dia 4 de abril de 2022, antes do evento.

O Fórum, realizado no formato presencial, foi transmitido ao vivo pelo Canal do Poder Judiciário no Youtube e contou com a participação de diversas autoridades nacionais e internacionais, notadamente o Diretor do Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Delinquente (ILANUD), **Douglas Dúran Chavarría**; o Professor **Edmundo Oliveira**, Coordenador–Geral do Comitê Permanente da América

1 *Art. 4º do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça.*

Latina para a Prevenção do Crime (COPLAD); o Membro Representante do Brasil no Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (COPLAD), Dr. **Tracy Reinaldet**; o Professor **Gustavo Garcia Brito**, Presidente do TJ da Comunidade Andina; o Diretor do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), o Professor **Eugenio Raúl Zaffaroni**; o Vice-Presidente da Suprema Corte da Justiça do Panamá, Dr. **Olmedo Arrocha Osorio**; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Joel Ilan Paciornik; a Desembargadora **Cristina Tereza Gaulia**, Diretora-Geral da Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro; a **Professora Jackeline Patrícia Céspedes Arteaga**, Doutora em Direito da União Europeia; o Sheik **Ahmed Woldghamail Khamis**, dos Emirados Árabes; o Empresário **Peter Horst Vogler**, de Munique/Alemanha; entre outros.

A solenidade de abertura contou com a participação do **Coro Juvenil do NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia)**, programa criado em 2007 e vinculado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia, que executou três composições no evento.

Foram registradas **600** pessoas inscritas (entre presencial e on-line), além de **1.500** visualizações no Canal do Youtube.

Atualização da Ouvidoria Judicial

No início do ano de 2022, a Chefia de Gabinete conduziu a atualização das normas, a melhoria da estrutura física e a otimização do funcionamento da Ouvidoria Judicial. Para tanto, foi instituída a Comissão Transitória para a implementação da Resolução n. 432, de 27 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, por meio do Decreto Judiciário n. 128/2022 e do Decreto Judiciário n. 241/2022.

Á Comissão competiu as atividades arroladas no art. 2° do Decreto Judiciário n. 128/2022, a seguir colacionado:

> "Art. 2º Caberá à Comissão Transitória:
>
> I - elaborar minutas de propostas de alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça;
>
> II – analisar os demais atos normativos vigentes neste Tribunal que necessitem de alteração para atender às disposições da Resolução n. 432, de 27 de outubro de 2021; e
>
> III – elaborar Plano de Ação para o pleno atendimento da Resolução n. 432, de 27 de outubro de 2021.
>
> Parágrafo único. A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar à Presidência do Tribunal o relatório conclusivo dos estudos realizados, acompanhado das proposições de alteração dos Regimentos, dos Atos Normativos e do Plano de Ação."

Como resultado das atividades realizadas pela Comissão, foram encaminhadas à Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno uma Proposta de Resolução e uma Minuta de Emenda Regimental, as quais tramitaram por meio dos Processos Administrativos n. **TJ-ADM-2022/21548** e n. **TJ-ADM-2022/24457**, sendo, ao final, aprovadas pelo Pleno, dando origem à **Emenda Regimental nº 10/2022 e Resolução n. 03/2022**, respectivamente.

Como desdobramento da nova normatização, foi inaugurada, em 12 de maio de 2022, a Ouvidoria da Mulher, prevista no art. 3º da recém-aprovada Resolução n. 03/2022, caracterizando-se como um dos canais especializados de atendimento da Ouvidoria Judicial.

Matéria PJBA: http://www5.tjba.jus.br/portal/pjba-instala-ouvidoria-da-mulher-para-acolher-vitimas-de-violencia/

Na mesma ocasião, foi entregue o espaço destinado ao atendimento da Ouvidoria Judicial, no andar térreo do Prédio Principal do Tribunal de Justiça da Bahia, em atenção às determinações da Resolução CNJ n. 432/2021. A inauguração contou com a presença da Ouvidora Nacional da Mulher, Desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel.

Posto de Atendimento Térreo da Ouvidoria Judicial.

Atualização da estrutura da Coordenação de Auditoria (COAUD)

No ano de 2023, a Chefia de Gabinete colaborou com a reestruturação da Auditoria do TJBA, a fim de atender à Resolução CNJ n. 308, de 11 de março de 2020.

Para tanto, participou da elaboração do Decreto Judiciário n. 663, de 28/08/2023, referendado pelo Tribunal Pleno (TJ-COI-2023/25216), que vinculou a Coordenação de Auditoria (COAUD) diretamente à Presidência do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

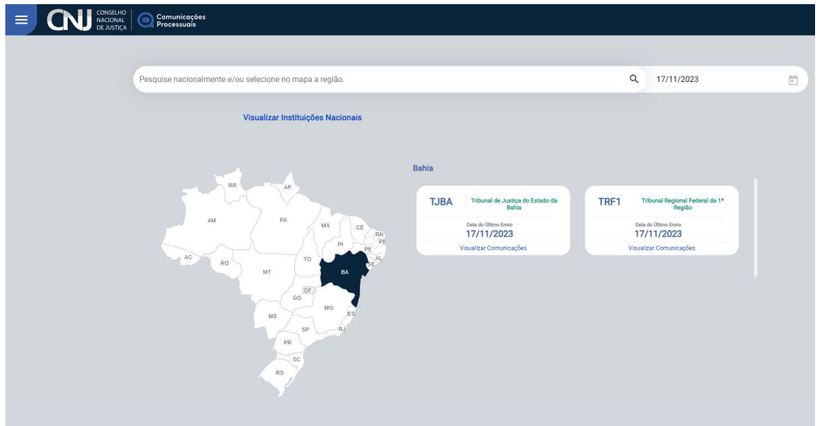
Em seguida, encaminhou à Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia a Proposta de Projeto de Lei, visando a adequar as competências da Controladoria do Judiciário e da Auditoria Interna ao quanto determinado pelas Resoluções n. 308/2020, n. 309/2020 e n. 410/2021, todas do Conselho Nacional de Justiça (TJ-ADM-2023/53581).

Implantação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e operacionalização de melhorias

Com o intuito de finalizar a implantação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e da Plataforma de Editais do Poder Judiciário, a Chefia de Gabinete conduziu reuniões junto às Unidades responsáveis, ligadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM), a fim de viabilizar a sua efetiva disponibilização, em atendimento às disposições da Resolução n. 455/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

Foi elaborado, conjuntamente, um cronograma de atividades para a realização dos ajustes necessários no Sistema desta Corte de Justiça, para interagir com o Sistema do CNJ.

Após homologação da aplicação pela Chefia de Gabinete da Presidência, em 19/10/2022, a SETIM conduziu a comunicação com o CNJ, a fim de instalar o DJEN-CNJ nesta Corte de Justiça. A atividade foi concluída e implantada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, disponível no link https://comunica.pje.jus.br/.



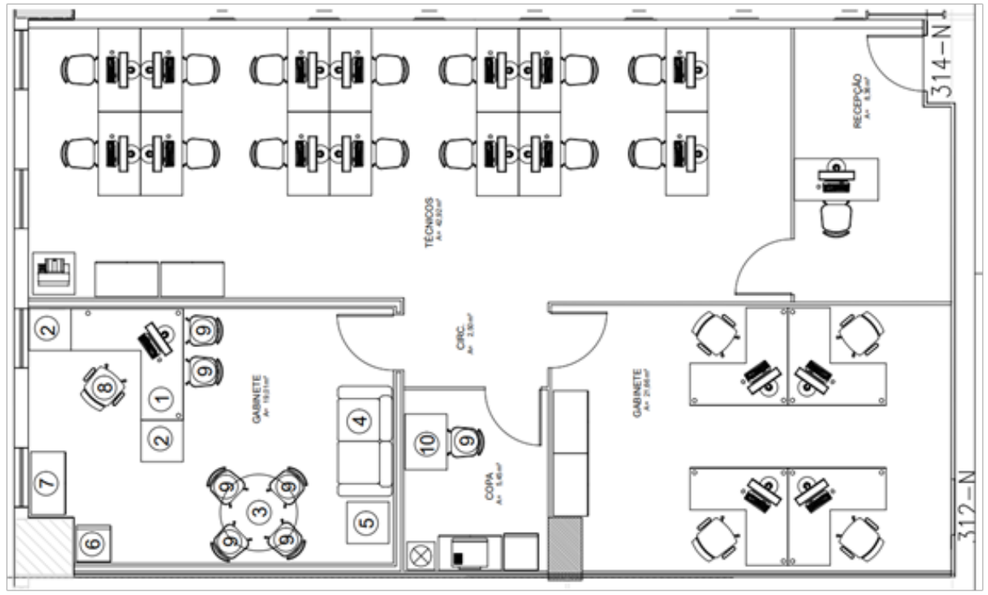
Em 2023, foram realizadas 4 (quatro) reuniões (28/08/2023, 31/08/2023, 12/09/2023 e 06/10/2023) para alinhamento e adoção de providências, com vistas à criação de um novo caderno de publicação **"CADERNO 2 - ÓRGÃOS JUDICANTES DE 2° GRAU"**, a fim de corrigir o fluxo de publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Judicantes de 2° Grau, antes inseridas de forma imprópria no "Caderno 1 – Administrativo". A correção foi realizada e as referidas decisões passaram a ser, também, disponibilizadas automaticamente no Diário de Justiça Eletrônico Nacional do Conselho Nacional de Justiça (DJEN-CNJ).

Núcleo da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) no Tribunal de Justiça

Após intensa interlocução com a Procuradoria-Geral do Estado, foi viabilizada a implantação do Núcleo da PGE no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, para prestar estreito acompanhamento e consultoria especializada em matérias complexas e de interesse institucional do TJBA.

O referido Núcleo, em apertada síntese, visa a fomentar a atuação da PGE próxima ao Poder Judiciário, sem prejuízo do desempenho das atribuições constitucionais e legais a cargo da estrutura e da organização central da PGE.

Para acomodar a estrutura e o funcionamento do Núcleo da PGE, o Tribunal de Justiça disponibilizou a sala 314-Norte, situada no terceiro andar do edifício-sede, em conformidade com o *layout* abaixo colacionado.



Layout do Núcleo da PGE do PJBA

Habilitação de perfil e Unidade própria no SIGA

Com o objetivo de imprimir eficiência à comunicação entre a PGE e o TJBA nos pedidos de informações para a defesa da Corte em processos judiciais e nas orientações de cumprimento de decisões judiciais, foram habilitados, no Sistema SIGA, usuários externos lotados no Órgão de advocacia pública estadual, com acesso restrito aos expedientes já especificados.

Edital de Teletrabalho Distribuído

Como medida inicial para equalizar a força de trabalho no primeiro grau de jurisdição, a Chefia de Gabinete da Presidência, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), conduziu as atividades necessárias ao lançamento de um novo Edital de Teletrabalho Distribuído, o qual foi subscrito, conjuntamente, pela Presidência, pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Corregedoria das Comarcas do Interior e devidamente publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 8 de julho de 2022.

Finalizadas as etapas previstas no Edital, foi promovida a divulgação do resultado do **Edital TJBA nº 01**, **de 5 de julho 2022** (Convocação para Teletrabalho Distribuído), realizada por meio do **Edital n. 02, de 30 de agosto de 2022**, disponibilizado no DJE n. 3.168, de 31/08/2022.

Concurso Público de Servidores

A Chefia de Gabinete da Presidência, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Gestão de Pessoas e o Juiz Auxiliar da Presidência Sadraque Tognin, atentos à necessidade de reforço do quadro de pessoal no Poder Judiciário do Estado da Bahia, promoveu diligências iniciais junto à Presidência desta Corte, para, conjuntamente com a Corregedoria-Geral e com a Corregedoria das Comarcas do Interior, dar início à fase de organização do concurso público para provimento dos cargos das serventias da justiça.

Foi elaborado e disponibilizado o Ato Normativo Conjunto n. 18, de 29/08/2022, publicado no Diário de Justiça Eletrônico n. 3.167, de 30/08/2022, o qual constituiu a **"Comissão Examinadora para o Concurso Público de Provas e Títulos para provimento dos cargos das Serventias da Justiça e área administrativa, inclusive com formação de cadastro de reserva, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia".**

Em seguida, a Resolução CM 01/2022 foi editada e publicada no Diário de Justiça Eletrônico n. 3.187, de 28/09/2022, a qual dispôs **"sobre a realização de concursos públicos de provas e títulos para provimentos de cargos permanentes das Serventias da Justiça e da área administrativa, inclusive para a formação de cadastro de reserva, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia".**

Por fim, o Presidente do TJBA tornou pública a realização do **"Concurso Público para o provimento de cargos vagos e das vagas que vierem a surgir para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário do Poder Judiciário do Estado da Bahia"**, por meio do Edital n. 01/2023, disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) n. 3.308, de 10 de abril de 2023, o qual está, na data de produção deste relatório, em estágio final de execução, inclusive com publicação do resultado das provas, conforme **Edital nº 09/2023, disponibilizado no DJE n. 3.421, de 26 de setembro de 2023.**

Edital de Remoção de Servidores

Em atenção à solicitação promovida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINPOJUD) e pelo Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINTAJ), no Processo Administrativo TJ-ADM-2022/57080, e como etapa prévia às nomeações dos candidatos aprovados no novo Concurso regido pelo Edital n. 01/2023, foi promovida a abertura do Processo Seletivo de Remoção por Concurso, por meio da publicação do **Edital de Remoção n. 01, de 31/10/2023**, conjuntamente elaborado pela Chefia de Gabinete, pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Corregedoria das Comarcas do Interior.

Proposta de alteração da Resolução TJBA n. 09/2013 (Gratificação de Atividade Externa – GAE)

Em agosto de 2023, foi apresentada à Comissão de Reforma Administrativa e Judiciária, no expediente TJ-GEN-2023/04554, a proposta de resolução visando à alteração da Resolução TJBA n. 09, de 19 de junho de 2013, que dispõe sobre a Gratificação de Atividade Externa (GAE), a fim de também prever o seu pagamento para os servidores que substituem Oficiais de Justiça em caso de vacância ou afastamento do titular do cargo.

O projeto teve a sua origem nos pedidos formulados pelo Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário da Bahia (SINPOJUD) e pelo Coordenador-Geral do Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINTAJ).

Reforma da Unidade e melhorias no ambiente de trabalho.

A estrutura física da Chefia de Gabinete, durante os meses de fevereiro e março de 2022, passou por reforma, visando à melhoria da qualidade no ambiente de trabalho, e contemplou a aposição de paredes em *dry wall* e reestruturação do *layout*, com a retirada de divisórias, instalação de ilhas de trabalho, troca de todas as lâmpadas e ajustes no sistema de ventilação, conferindo, assim, maior claridade e climatização do ambiente.

O espaço destinado ao apoio de Copa, também, passou por reforma, com a aplicação de armários e a troca do refrigerador.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

QUANTITATIVO DE PROCESSOS QUE TRAMITARAM NA CGPRES

De acordo com os relatórios extraídos do Sistema SIGA, referente ao quantitativo de processos e expedientes administrativos tramitados pela Unidade, durante o Biênio de Gestão (2022/2024), até a data da extração de dados para produção deste Relatório (14/11/2023), foram recepcionados **21.172** processos e expedientes administrativos na Chefia de Gabinete da Presidência.

Processos e Expedientes Administrativos -SIGA	
Ano	Documentos Recebidos
2022	11.518
2023 (até 17/11/2023)	9.654
TOTAL	**21.172**

DEMONSTRATIVO ACERVO GERAL CGPRES	
Processos e Expedientes	
Data	Qtd.
08/02/2022	4.573
14/11/2023	3.055

MEDIDAS ADOTADAS PARA A GESTÃO PROCESSUAL

Considerando o elevado número de processos que tramitam na Unidade, foram adotadas estratégias para gerar maior transparência e celeridade na apreciação dos pedidos administrativos. Confira-se:

Implantação de Distribuição Unificada

Considerando a variedade de assuntos tratados na Chefia de Gabinete da Presidência, bem como a complexa divisão interna do Sistema SIGA, em Subunidades, foi implantada, **no mês de abril de 2023**, a Distribuição Unificada no âmbito da CGPRES.

A implantação desta medida teve por escopo o controle pormenorizado do acervo da Unidade, bem como a obtenção de estatística confiável, viabilizando a extração periódica de relatórios sistematizados.

A Planilha de Distribuição, disponibilizada no aplicativo "One Drive", é diariamente alimentada pela Assessora Distribuidora que registra a entrada e a saída de processos e expedientes administrativos. Os demais servidores da Chefia possuem acesso, na modalidade "somente leitura", para acompanhamento de acervo e produtividade individuais.

Acompanhamento de produtividade

O planilhamento do acervo da Unidade e a distribuição diária viabilizaram o acompanhamento da produtividade individual e coletiva, fator que contribuiu para o tratamento sistematizado do acervo e para o estabelecimento de metas individuais e coletivas em conjunto com a Chefia da Unidade.

Mapeamento de Fluxos da Unidade

Com o objetivo de conferir transparência, segurança e, notadamente, viabilizar a reflexão sobre a otimização dos fluxos, foram mapeados aqueles que passam pela CGPRES.

Os seguintes fluxos encontram-se, agora, desenhados no Bizagi:

- Abono de Permanência;
- Cessão e Requisição de Servidor;
- Estabilidade Funcional;
- Estabilidade Econômica;
- Substituição de Servidores;
- Criação de Cargo;
- Exoneração de Cargo Comissionado;
- Indenização de Férias;
- Indenização de Licença-prêmio;
- Permuta de Servidores;
- Informações à Procuradoria-Geral do Estado.

Alinhamento de Decisões e Padronização de Entendimentos

Visando a alcançar uma padronização de entendimentos referentes às diversas matérias alusivas a direitos de servidores, foram realizados alinhamentos com a Consultoria Jurídica da Presidência (CONSU) e com as Assessorias Jurídicas das Corregedorias (ASJUC CGJ/CCIN). A partir desse trabalho, decorreu o aperfeiçoamento das minutas de decisões elaboradas pela equipe de assessores da Chefia de Gabinete da Presidência.

Como desdobramento, foi instituída, internamente, uma rotina de revisão primária (efetuada pelo próprio assessor) e secundária (efetuada por um assessor distinto) das minutas de decisões e despachos elaboradas pelos servidores da Unidade, a fim de evitar erros materiais.

Revisão dos Fluxos (Aposentadoria)

A partir do alinhamento de entendimentos com os setores envolvidos na análise do processo de aposentadoria, foi criado um Grupo de Trabalho informal para reanalisar e normatizar o fluxo dos processos, a fim de conferir mais celeridade, clareza e eficiência em seu tratamento.

Regulamentação da substituição de gestores da área administrativa

Por iniciativa da Unidade, fomentado no **Ofício n. 44/2022/GP/CGPRES**, firmado pelo Presidente, foram editados, publicados e atualizados Decretos Judiciários com a designação de servidores para responderem pelas Secretarias, pelas Diretorias e pelas Coordenadorias ligadas, direta ou indiretamente, à Presidência, nos impedimentos legais, ausências eventuais e afastamentos dos seus titulares, a fim de se garantir a regular continuidade do serviço público, simplificando a análise das verbas de substituição correlatas.

DECRETO JUDICIÁRIO	SECRETARIA
N. 755/2022	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM)
N. 746/2022	Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP)
N. 745/2022	Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
N. 744/2022	Secretaria Judiciária (SEJUD)
N. 743/2022	Secretaria - Geral da Presidência (SGP)
N. 679/2022	Secretaria de Administração (SEAD)
N. 811/2022	Diretoria de Primeiro Grau (DPG)
N. 011/2023	Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES)
N. 012/2023	Consultoria Jurídica da Presidência (CONSU)
N 185/2023	Chefia de Gabinete da 1ª Vice-Presidência
N. 186/2023	Diretoria de Distribuição do Segundo Grau (DD2G)
N. 358/2023	Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN)
N. 586/2023	Coordenação de Contabilidade (COTAB)
N. 587/2023	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF)
N. 723/2023	Diretoria de Modernização (DMO)
N. 730/2023	Diretoria de Assistência à Saúde (DAS)

DETALHAMENTO DE ACERVO

PROCESSOS E EXPEDIENTES REFERENTES A DIREITOS DE SERVIDORES COM POSSÍVEL REPERCUSSÃO FINANCEIRA

Mutirão de Saneamento

No início da Gestão do Biênio 2022/2024, o acervo da Unidade foi mapeado de acordo com relatórios extraídos do Sistema SIGA, identificando-se 1.583 expedientes e processos administrativos, constantes nas Subunidades SIGA abaixo relacionadas, originados em anos anteriores, com possibilidade de efeitos financeiros, caso reconhecido o direito.

SUBUNIDADES SIGA (CGPRES) NO MUTIRÃO

- Abono Permanência
- Adicionais
- Condição Especial de Trabalho (CET) Retroativo
- Condição Especial de Trabalho (CET) Aproveitamento
- Condição Especial de Trabalho (CET) Vantagem Acessória
- Condição Especial de Trabalho (CET)
- Gratificação de Atividade Externa (GAE)
- Incorporação de Gratificação
- Indenização de Férias
- Indenização de Licença-prêmio
- Substituição – Atendente Judiciário e Supervisor de Expediente
- Substituição – Cargo Comissionado
- Substituição – Escrivão
- Substituição – Oficial de Justiça e Administrador do Fórum
- Substituição – Administrador do Fórum
- Substituição – Secretário
- Substituição – Subscrivão
- Substituição – Condição Especial de Trabalho (CET)
- Unidade Gestora

Deste montante, até o dia 14/11/2023, foram finalizados 1.215 expedientes e processos administrativos, em virtude da ação de saneamento, restando pendentes de análise cerca de 270 expedientes. A projeção é de serem todos apreciados até o término da Gestão, finalizando-se, com sucesso, o Mutirão de Saneamento referente ao Acervo anterior ao biênio de Gestão 2022/2024.

Acervo Recebido durante a Gestão com possível repercussão financeira

De acordo com os dados extraídos do Sistema SIGA, dentre os 21.172 processos e expedientes administrativos recebidos na Unidade CGPRES no Biênio 2022/2024, 5.955 Processos e Expedientes Administrativos apresentam possível repercussão financeira. Desse montante, **até o dia 14/11/2023**, foram devidamente apreciados e decididos **5.334 Processos e Expedientes Administrativos**, restando **621** pendentes de apreciação até o fim da gestão. Destes, **395** minutas já estão prontas para revisão e posterior submissão ao Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal.

ACERVO - DEMAIS SUBUNIDADES ADMINISTRATIVAS

Além das Subunidades relativas a processos com possível repercussão financeira, a Chefia de Gabinete da Presidência conta com mais 35 (trinta e cinco) Subunidades referentes a matérias diversas, sejam elas solicitações de servidores, sejam outras, referentes à Gestão do Poder Judiciário.

É possível identificar, a partir dos documentos tramitados em cada uma das Subunidades, o quantitativo de processos recepcionados e finalizados por cada uma das principais "pastas" da Unidade. Por documentos tramitados, entendem-se os processos e os expedientes administrativos recepcionados pela Unidade ou pela Subunidade.

Por meio do Sistema SIGA, foram extraídos dados referentes aos documentos recebidos durante o período de 04/02/2022 a 14/11/2023, em cada uma das Subunidades, bem como os expedientes que ainda estão em andamento em cada uma delas.

APOSENTADORIA E AVERBAÇÃO

A tabela, abaixo, demonstra o quantitativo de processos tramitados referentes ao tema aposentadoria de servidores durante o biênio.

SUBUNIDADE	RECEBIDOS* (04/02/2022 a 14/11/2023)	EM ANDAMENTO (14/11/2023)	FINALIZADOS
CGPRES - APOSENTADORIA	1.062	87	975
CGPRES - AVERBAÇÃO	341	95	246
TOTAL	**1.403**	**182**	**1.221**

** Possível contagem para o mesmo processo/expediente de mais de uma entrada, na hipótese de ter sido necessário conversão em diligência para instrução processual e posterior decisão.*

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – INFORMAÇÕES E CUMPRIMENTO DE DECISÃO

As Subunidades abaixo relacionadas tratam do recebimento e da tramitação, pelo SIGA, de Ofícios oriundos da Procuradoria-Geral do Estado, nos quais são solicitadas informações do Tribunal de Justiça para a sua defesa em Processos Judiciais em trâmite no PJE ou orientando a forma de cumprimento de decisões judiciais. Neste biênio, tramitaram, até a data de extração de dados (14/11/2023), **1.958** expedientes e processos dessa natureza, sendo que, desse montante, **1.927** estão finalizados e arquivados, restando apenas **19** em andamento.

SUBUNIDADE	RECEBIDOS (04/02/2022 a 14/11/2023)	EM ANDAMENTO (14/11/2023)	FINALIZADOS
CGPRES - PRAZO NOVO	1958	19	**1939**
CGPRES - PRAZO RETORNO	1941	14	**1927**
CGPRES - CONCURSOS	794	90	**704**

ASSESSORIA/SECRETARIA/GESTÃO

Nas Subunidades a seguir relacionadas, tramitam processos de interesse da gestão sobre os mais variados temas, dentre eles pedidos formulados por magistrados e servidores, apoio a projetos, convites para participação em eventos, demandas das Comissões Permanentes, Comissões Temporárias e das Corregedorias, pleitos dos Sindicatos e das Associações de Classe, da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras instituições. Foram recepcionados, durante a gestão, até a data de extração de dados (14/11/2023), **4.202 processos e expedientes** dessa natureza, dos quais **3.743** já foram devidamente apreciados e finalizados.

SUBUNIDADE	RECEBIDOS (04/02/2022 a 14/11/2023)	EM ANDAMENTO (14/11/2023)	FINALIZADOS
CGPRES - ASSESSORIA	311	219	92
CGPRES - GESTÃO	1.471	173	1.298
CGPRES - SECRETARIA	2.420	67	2.353
TOTAL	**4.202**	**459**	**3.743**

MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDOR

A seguir, é possível identificar o quantitativo de processos e expedientes, referentes à movimentação de servidores, recepcionados pela Chefia de Gabinete da Presidência até a data da extração de dados para este Relatório, em 14/11/2023, e que somam um montante de **3.590 processos**.

SUBUNIDADE	RECEBIDOS (04/02/2022 a 14/11/2023)	EM ANDAMENTO (14/11/2023)	FINALIZADOS
CGPRES - CESSÃO E REQUISIÇÃO DE SERVIDOR	200	52	148
CGPRES - DESIGNAÇÃO/RELOTAÇÃO	1229	91	1138
CGPRES - EXONERAÇÃO	137	6	131
CGPRES - FC/FG	1770	8	1762
CGPRES - PAD / DEMISSÃO	150	1	149
CGPRES - REMOÇÃO	104	13	91
TOTAL	**3.590**	**171**	**3.419**

DEMAIS MATÉRIAS

SUBUNIDADE	RECEBIDOS (04/02/2022 a 14/11/2023)	EM ANDAMENTO (14/11/2023)	FINALIZADOS
CGPRES - CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO	102	1	101
CGPRES - ENQUADRAMENTO E PROGRESSÃO	12	4	8
CGPRES - ESTABILIDADE ECONÔMICA	104	82	22
CGPRES - ESTABILIDADE FUNCIONAL	204	10	194
CGPRES - PAD / DEMISSÃO	150	1	149
CGPRES - TELETRABALHO	28	1	27

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS

A Chefia de Gabinete promove, ainda, dentro da sua atividade regular diária:

- elaboração de minutas de decisões em processos e expedientes administrativos;
- elaboração de ofícios a serem subscritos pelo Presidente ou pela Chefe de Gabinete;
- publicação de decretos judiciários não numerados e numerados, estes com a devida atualização na plataforma de atos normativos do Portal do TJBA na internet;
- recebimento e movimentação do Malote Digital;
- notificação aos servidores, por e-mail, das decisões proferidas; e
- interlocução com outras instituições.

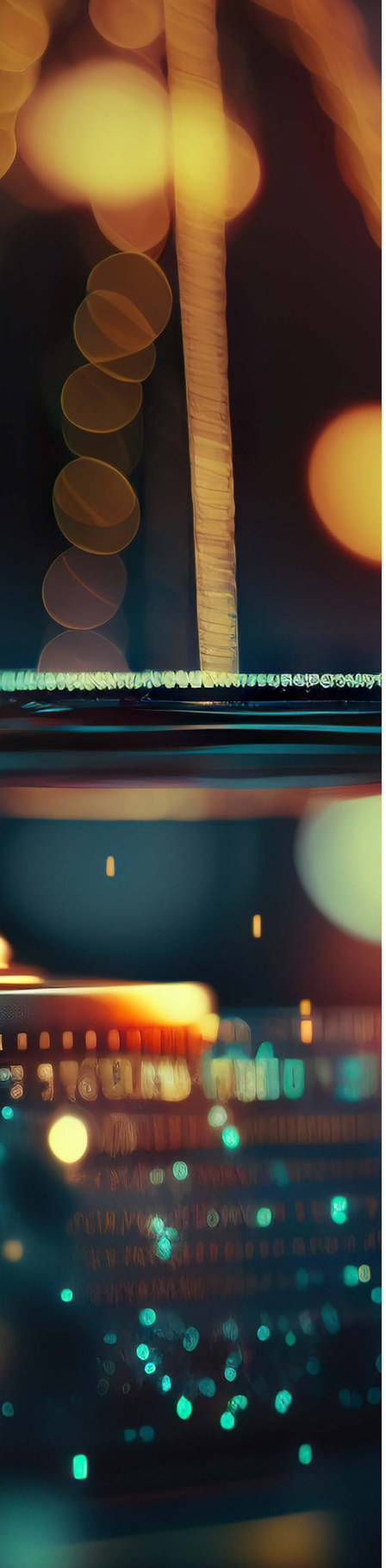
Consta, abaixo, o resumo quantitativo de expedientes elaborados, acompanhados e movimentados pela Unidade, durante o biênio 2022/2024.

CONTROLE DE EXPEDIENTE*		2022	2023 (até 16/11/2023)	TOTAL
PUBLICADOS	Decisões da Presidência	2.287	2.323	**4.610**
	Decretos Judiciários	1.491	1.401	**2.892**
RECEBIDOS	Telefonemas/Recepção	3.699	1.318	**5.017**
	E-mails	8.445	7.222	**15.667**
	Malote Digital (recebidos e enviados)	387	339	**726**
	Ofícios PGE (pedido informações)	607	164	**771**
	Ofícios PGE (cumprimento de decisão)	94	144	**238**
EXPEDIDOS	Ofícios Presidência	189	169	**358**
	Ofícios Chefia	60	13	**73**
	Ofícios PGE	620	308	**928**
	Ofícios Diversos SIGA	89	69	**158**
DILIGÊNCIAS	Notificação aos Servidores de decisões (e-mail)	1.289	188	**1.477**
	Atualização decretos numerados Portal TJBA	818	840	**1.658**

**Dados extraídos, respectivamente, em 16/12/2022 e 16/11/2023.*

CONCLUSÃO

Estas são, em síntese, as principais atividades desenvolvidas pela Chefia de Gabinete da Presidência, durante a Gestão do Biênio 2022/2024, até a data da produção deste Relatório, cujos trabalhos demandaram estudos técnicos, reuniões para enfrentamento das diversas demandas em trâmite neste Tribunal, visando à otimização dos fluxos de trabalho, com foco na eficiência, na clareza e na transparência no desenvolvimento das atividades e da análise processual, tudo com o objetivo de operacionalizar e colaborar com a realização do projeto de gestão da Presidência desta Corte.



SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

APRESENTAÇÃO

Secretaria incumbida de atuar na interlocução das demais unidades e Secretarias deste Tribunal, com o desiderato de, valendo-se da visão sistêmica da organização, fazer cumprir as diretrizes estabelecidas pela Gestão.

Visão sistêmica ou holística: o todo deve ser levado em consideração ao se analisar as consequências de ações individuais das partes que o compõem. Assim, não há um foco no local ou no específico, mas uma visão geral e ampla.

DAS ATRIBUIÇÕES

Dentre as suas atribuições, destacam-se:

I - coordenar a interlocução entre a Presidência e as Secretarias no que se refere à execução das ações estratégicas e técnico-administrativas;

II - elaborar a programação orçamentária e executar o orçamento anual da Secretaria;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos pertinentes à sua área de atuação;

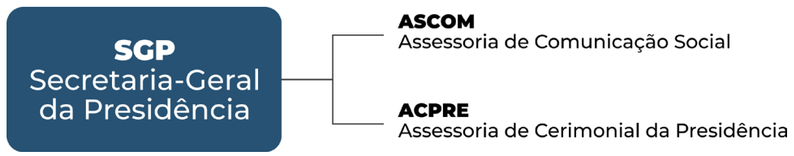
IV - consolidar o Relatório Anual de Atividades do Tribunal de Justiça, a partir das informações prestadas pelas demais unidades Administrativas; e

V - executar outras ações e atividades concernentes à sua natureza ou determinadas pela Presidência.

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Atualmente, são diretamente vinculados e coordenados pela Secretaria-Geral da Presidência do Tribunal de Justiça: a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) e o Cerimonial da Presidência (ACPRE).

A Secretaria-Geral da Presidência é composta pelo Secretário-Geral da Presidência, 1 Assessora Jurídica, 2 Chefes de Seção, 2 Analistas Judiciários, 1 Supervisor do Juizado de Apoio, 1 terceirizado e 2 estagiários de nível médio.



1. Transparência: um trabalho integrado

A Secretaria-Geral da Presidência coordena a Comissão de Gestão do Portal da Transparência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 744, de 30 de novembro de 2021. Dentre as atribuições desta Comissão, destacam-se: garantir a correção, a atualização e a ampliação de todos os dados de informação disponibilizados no Portal da Transparência; velar pela permanente atualização do Portal da Transparência

e sindicar as responsabilidades pela descontinuação da informação; e demandar ao órgão responsável a tomada de ações visando à melhor pontuação do Tribunal no ranking da Transparência do CNJ. Durante o biênio, foi desenvolvido, por meio desta comissão, um trabalho de atendimento às especificidades das Portarias do CNJ, que regulamentaram o Ranking da Transparência do Poder Judiciário para os anos de 2022 e de 2023. Durante esse período, foram criados fluxos de atualização dos dados do Portal, de forma a estabelecer uma cultura de alimentação dos dados em tempo real. Foram realizadas auditorias internas coordenadas por esta Secretaria para verificação geral de atendimento dos itens junto às áreas responsáveis e com a participação dos respectivos membros desta Comissão. Como fruto desse trabalho, o TJBA conquistou, de forma consecutiva (2022/2023), o primeiro lugar no Ranking da Transparência do CNJ, entre os Tribunais estaduais, com 100% de atendimento aos itens exigidos.

No ano de 2023, aceitamos mais um desafio, a participação do Tribunal de Justiça da Bahia no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), edição 2023, lançado pelos Tribunais de Contas brasileiros. A Comissão de Transparência deu apoio às ações da Controladoria do Poder Judiciário (CTJUD), para a avaliação e a adequação do nosso Portal aos critérios e aos itens de avaliação definidos por esse programa. Os Portais foram classificados nas categorias diamante, ouro, prata, elevado, intermediário, básico, inicial ou inexistente, a depender do índice de transparência alcançado. Concorreram também a esta premiação órgãos em nível estadual dos Poderes Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

Para o orgulho de magistrados e servidores deste egrégio Tribunal, alcançamos o Selo Diamante de Transparência pública, reafirmando o compromisso da gestão pela excelência na prestação de serviços e na disseminação de informações relevantes para os cidadãos.

2. Lançamento do novo Portal do PJBA

O Poder Judiciário da Bahia lançou o novo Portal trazendo para o público uma proposta de site mais inovador, funcional, limpo e moderno. O novo Portal do PJBA foi fruto de um projeto estratégico da atual gestão e foi estruturado por meio da metodologia do *Design Thinking*. Esse método permite o desenvolvimento de produtos e serviços, com base nas necessidades e nas experiências dos usuários, utilizando as etapas de entendimento, exploração e materialização.

O projeto contemplou o desenvolvimento de protótipos de baixa, média e alta fidelidade. Em sua fase final de implementação, foram realizados dois testes de usabilidade, o primeiro com a participação de usuários internos do TJBA; e o segundo com usuários externos, reunindo autoridades da Defensoria Pública do Estado da Bahia, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados da Bahia (OAB-BA), da Procuradoria-Geral do Município, dentre outros Órgãos. Esses grupos navegaram no novo site e contribuíram com suas impressões e sugestões de melhorias, de modo a torná-lo mais próximo do usuário.

O novo Portal do PJBA trouxe mudanças como a criação dos perfis para cidadãos, Magistrados/ servidores e para os operadores do direito permitindo acessos rápidos a ícones de interesse desses usuários; redução da quantidade de ícones e links reorganizando os conteúdos do site; uso das melhores práticas e diretrizes de acessibilidade e usabilidade adotadas internacionalmente; *re-layout* das páginas principais delineando novos padrões de estilo; sistema de busca *autosuggest* para buscas mais rápidas e efetivas; e o acesso pelo mobile, possibilitando a busca dos principais serviços e das informações do Judiciário baiano no celular.

3. Gerenciamento do Plano Diretor Anual

O Plano Diretor Anual (PDA) é um documento elaborado pelas unidades táticas e operacionais que norteiam o exercício posterior, no que concerne à materialização de suas competências, coordenação de atividades, utilização de recursos, alcance de resultados e atualização de

conhecimentos, conforme a Resolução nº 03, de 24 de março de 2021. O documento dispõe sobre a estratégia do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, sendo a Secretaria-Geral da Presidência a unidade responsável pela coordenação, pela elaboração e pelo acompanhamento dos Planos Diretores Anuais do TJBA.

Em 2022, Secretaria-Geral da Presidência instituiu, como uma boa prática de governança, a sistemática de acompanhamento e execução dos Planos Diretores Anuais (PDA's) das unidades administrativas do TJBA. Essa iniciativa tem o objetivo de realizar o acompanhamento da evolução dos indicadores estabelecidos no planejamento e de viabilizar ações corretivas que garantam a execução dos planos de forma tempestiva.

Houve a padronização do layout do relatório e a implantação de reuniões semestrais de monitoramento dos avanços das ações referentes aos processos primários e gerenciais de cada Secretaria, respectivamente. Em 2023, foram realizados encontros, promovidos nos dias 3 e 10 de agosto, nos quais os Secretários apresentaram as principais ações do Plano realizadas no primeiro semestre de 2023.

4. Projeto PJBA 100% Digital

O Projeto PJBA 100% Digital, com escopo na digitalização de processos físicos e patrocinado pela SGP, foi finalizado no mês de outubro/23, trazendo benefícios para a economia, a celeridade e a transparência do Poder Judiciário baiano. Esse trabalho foi iniciado em agosto de 2020 e envolveu a parceria das Unidades Cíveis e Criminais do 1º Grau, tanto na capital quanto no interior do Estado e das Unidades do 2º Grau.

Foi expedido um total de 42 Decretos Judiciários que regulamentaram a digitalização dos processos judiciais e a suspensão dos prazos processuais das unidades com acervo em digitalização. Houve a elaboração de um grande plano logístico para viabilizar o transporte desses

processos, principalmente os oriundos das Varas do interior do Estado, abrangendo as 203 Comarcas. Esse projeto teve a marca atípica de ter sido iniciado em um contexto de pandemia, o que trouxe desafios diários de mobilização das equipes de trabalho, de comunicação e articulação com os atores, bem como a reavaliação contínua das estratégias para não afetar a produtividade.

Para digitalização ao longo desse projeto, foi movimentado o total de 724.627 processos, alcançando a marca de virtualização de 100% de processos de 1º e 2º graus. O escopo do projeto foi atendido em sua completude e o Núcleo UNIJUD ficará responsável pelo tratamento das solicitações de desarquivamento que surgirem, retificações e gestão de dados. Em decorrência da virtualização dos processos, obteve-se a tramitação exclusiva dos mesmos na Plataforma do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). A digitalização dos processos repercutiu na melhora significativa da prestação jurisdicional, na qualidade de trabalho de servidores e magistrados, bem como na eficiência da gestão pública, visto que contribuiu para maior agilidade e controle no andamento dos processos, eliminou a manipulação de autos físicos e evitou o uso de papel e demais insumos que eram utilizados na materialização dos processos judiciais.

2020	2021	2022	2023
Implementado o projeto piloto com os processos físicos em trâmite na Secretaria e Seção de Recursos, vinculados à 2ª Vice-Presidência.	No mês de outubro, foi ultrapassada a marca de 20 milhões de páginas digitalizadas e, no dia 08/11, o Decreto Judiciário nº 689 foi publicado para fixar as diretrizes e dar amplo conhecimento à toda comunidade jurídica: Magistrados, Procuradores, Promotores, Defensores, Advogados e Servidores, sobre o procedimento da digitalização.	O PJBA celebrou a migração de mais de 680 mil processos digitais do sistema SAJ para o Sistema de Processo Eletrônico (PJe), por meio de um esforço realizado pelo Núcleo UNIJUD Digital, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência (SGP), demandante do Projeto, e a Secretaria da Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM).	Em 11 de outubro foi finalizado o projeto.
Com o início da digitalização nas varas criminais do interior, que utilizam o sistema SAIPRO, os processos passaram por uma completa transição para o Pje, resultando em uma operação totalmente digitalizada.		Em 31 de julho, a tramitação de processos físicos por meio dos sistemas SAIPRO ou SAJ, no âmbito do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), foi vedada. A determinação constou no Ato Normativo Conjunto nº 8.	
A 5ª Vara da Fazenda Pública de Salvador iniciou a digitalização dos seus acervos de processos físicos. A digitalização contemplou o acervo processual físico remanescente.		O Núcleo UNIJUD deu início a rotina de migração de processos digitais em trâmite no sistema SAJ, remetendo-os para o Sistema Processual Eletrônico (PJe), viabilizando a tramitação de todos os feitos da unidade em um sistema único.	
		O acervo físico de todas as unidades do 2º grau foi completamente digitalizado e migrado para o Sistema PJe.	

5. Projeto Campanhas de Publicidade PJBA

O Escritório Departamental de Projetos da Secretaria-Geral da Presidência patrocinou, no ano de 2022, o Projeto Estratégico PLN-SGP- Campanhas de Publicidade PJBA, que teve como objetivo criar e implementar campanhas institucionais voltadas à ampla divulgação das ações do Poder Judiciário baiano perante a sociedade.

Cite-se que o referido projeto promoveu maior transparência e conscientização sobre direitos, de modo a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Judiciário. Foram realizadas três campanhas: Juízo 100% Digital, Precatórios e Semana da Conciliação.

Registre-se que dois projetos do Escritório Departamental desta Secretaria foram selecionados para concorrerem ao Prêmio Melhores Projetos do Biênio 2022/2024, o PLN-SGP-PJBA 100% Digital e o PLN-SGP-Campanhas de Publicidade PJBA. Para alegria e reconhecimento

da nossa equipe, o projeto das Campanhas de Publicidade PJBA foi habilitado como um dos três melhores projetos, tendo por base de avaliação critérios objetivos e qualitativos de gestão de projetos.

6. Projeto ContratosGov

O projeto de implantação da ferramenta ContratosGov, novo sistema de gestão de instrumentos contratuais adquirido pelo Tribunal baiano, é patrocinado e gerenciado pela Secretaria-Geral da Presidência. A implantação do sistema foi iniciada no ano de 2023 e contou com diversas ações preparatórias para o cadastro dos contratos e convênios:

MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Parametrização do Sistema						
Cadastro de fiscais e suplentes						
Capacitação	Capacitação	Capacitação				
	Formação de grupo piloto para início dos cadastros	Formação de grupo piloto para início dos cadastros	Formação de grupo piloto para início dos cadastros			
			Expansão dos cadastros na capital	Expansão dos cadastros na capital	Expansão dos cadastros na capital	Expansão dos cadastros na capital

Já foram registrados 647 instrumentos contratuais. A próxima etapa de execução desse projeto será a ampliação dos cadastros para as unidades do interior do estado, permitindo a plena utilização do sistema de gestão de instrumentos contratuais para todo o Poder Judiciário baiano, trazendo como benefícios: a otimização na gestão de contratos, convênios e termos de cooperação; a facilitação para a prestação de contas aos órgãos de controle; a automatização dos controles de prazos; a maior facilidade de registro; e a confiabilidade das ocorrências de fiscalização de contratos.

7. Projeto Sintonia

O Projeto Sintonia é de cunho estratégico e está alinhado ao macrodesafio “M9 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”. Tem como proposta a implantação no âmbito do TJBA de um Núcleo Permanente de Suporte Tático Institucional voltado ao patrocínio de ações/eventos que visem a melhorias ou soluções inovadoras e que contribuam para um melhor desempenho da prestação jurisdicional.

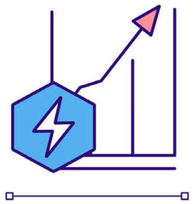
Essa iniciativa originou-se a partir de uma série de ações no TJBA, integradas pelo esforço conjunto de diferentes áreas dentre as quais se destacam: a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Planejamento e Orçamento, a Coordenadoria de Apoio ao 1° Grau, a Coordenação dos Juizados Especiais (COJE), as Corregedorias, a Secretaria de Tecnologia, por meio do

Núcleo de Ciência de Dados, a Coordenação de Sistemas Judiciais e o Nupemec. A sinergia entre essas unidades fez concretizar no ano de 2023.

O esforço conjunto, os desafios e as soluções inovadoras impulsionaram uma série de ações no TJBA, a saber:

Dentre os benefícios vislumbrados no projeto, destacam-se:

Melhoria da comunicação intraorganizacional e maior engajamento das equipes de trabalho



Melhoria do desempenho dos níveis tático e operacional

Maior controle e qualidade dos dados

Maior assertividade na tomada de decisões táticas no âmbito do Negócio

8. VXII Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ)

A Secretaria-Geral da Presidência participou da Comissão Organizadora do XVII Encontro Nacional do Poder Judiciário, com data de realização nos dias 4 e 5 de dezembro de 2023, na cidade do Salvador/BA.

Esse encontro reúne os Presidentes dos Tribunais Estaduais, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e tem como objetivo promover o acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, mediante a apresentação dos resultados parciais das Metas Nacionais 2023 e o fomento de debates acerca das propostas de Metas para o ano de 2024.

Houve a coordenação de inúmeras atividades e a participação dos colaboradores de diversas áreas, dentre as quais a SGP disponibilizou o apoio da Assessoria de Cerimonial da Presidência e de Comunicação Social, a fim de desenvolver um trabalho coeso para a garantia de sucesso do evento. O protagonismo do Tribunal de Justiça da Bahia, na recepção desse encontro, enaltece a atuação colaborativa dos servidores e dos magistrados desta Corte de Justiça.

9. Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe do COPLAD

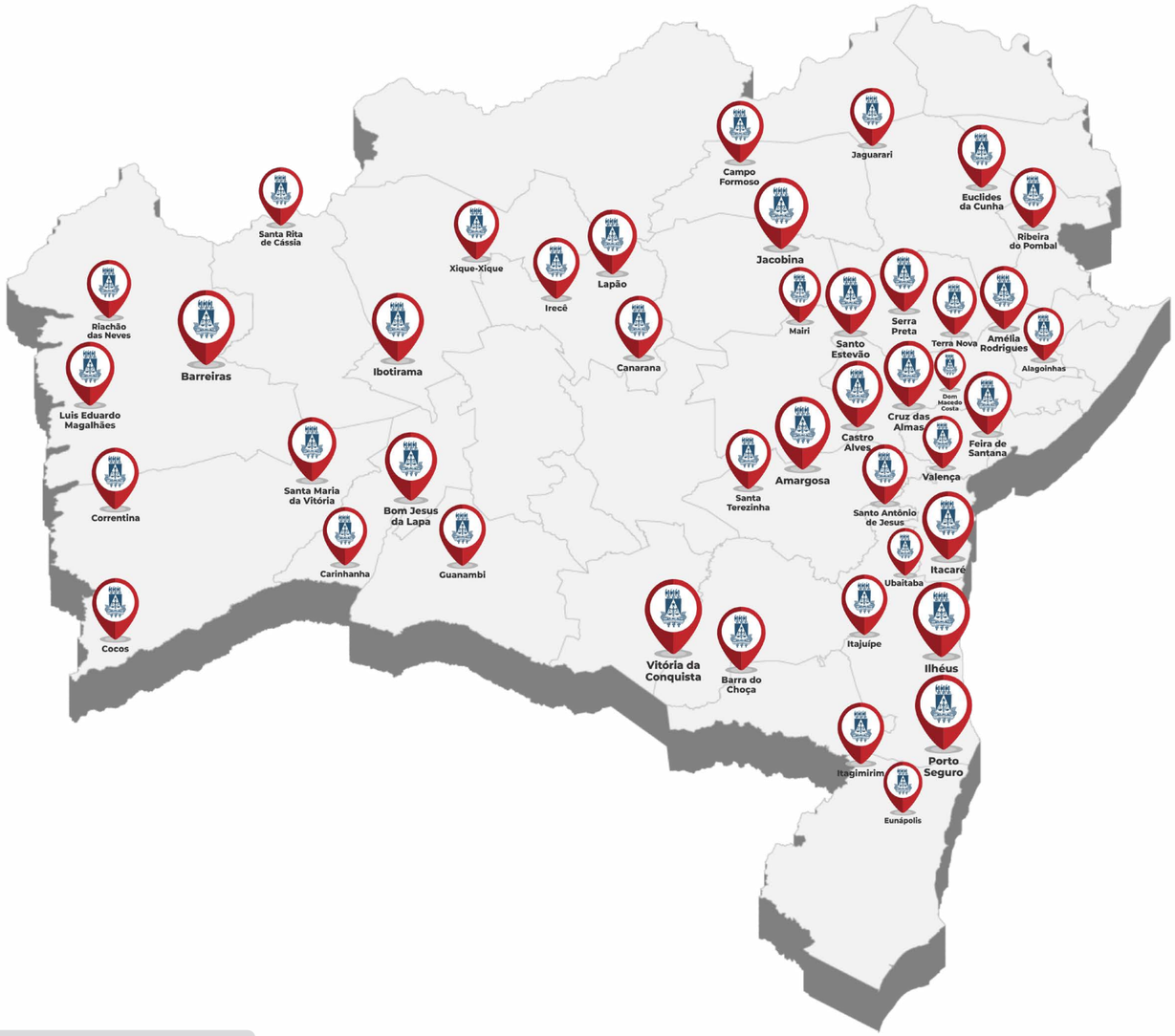
A SGP desempenhou um papel fundamental na viabilização do Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe, promovido pelo COPLAD. Em colaboração com a Assessoria de Cerimonial da Presidência e Comunicação Social, a SGP mobilizou uma equipe composta por mestres de cerimônias, recepcionistas, fotógrafos e outros profissionais. Além disso, foi responsável pela organização, pela execução e pelo monitoramento da infraestrutura física e logística do evento, garantindo o seu êxito.

O Fórum, realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2022, no edifício-sede do Tribunal de Justiça da Bahia, demonstrou o relevante papel desta Corte em capitanear ações institucionais voltadas aos Direitos e às Garantias Fundamentais, de modo a apoiar os eventos e fomentar a interlocução com as áreas, garantindo o cumprimento das diretrizes da gestão e alavancando a excelência em seus diversos âmbitos de atuação.

10. Acompanhamento da Comitiva Presidencial

Compete ao Secretário-Geral da Presidência assistir diretamente o Presidente do Poder Judiciário no desempenho de suas funções, garantindo o acompanhamento das ações estratégicas e o resultado administrativo no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência, assim como possui a atribuição de elaborar subsídios para a preparação de atos de gestão, coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão dos programas de modernização dessa Corte de Justiça.

Neste biênio, além da assistência prestada, foram realizadas inúmeras reuniões presenciais e virtuais com magistrados das Comarcas, autoridades nacionais e internacionais e, ainda, visitas institucionais a 45 Comarcas situadas no Interior do Estado, oportunidades em que foram inaugurados Fóruns, Salas Passivas de Videoconferência, Cejusc's, Instalação de Pedra Fundamental, Câmaras de Mediação e Conciliação e Salas de Depoimento Especial.



11. Participação em Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho

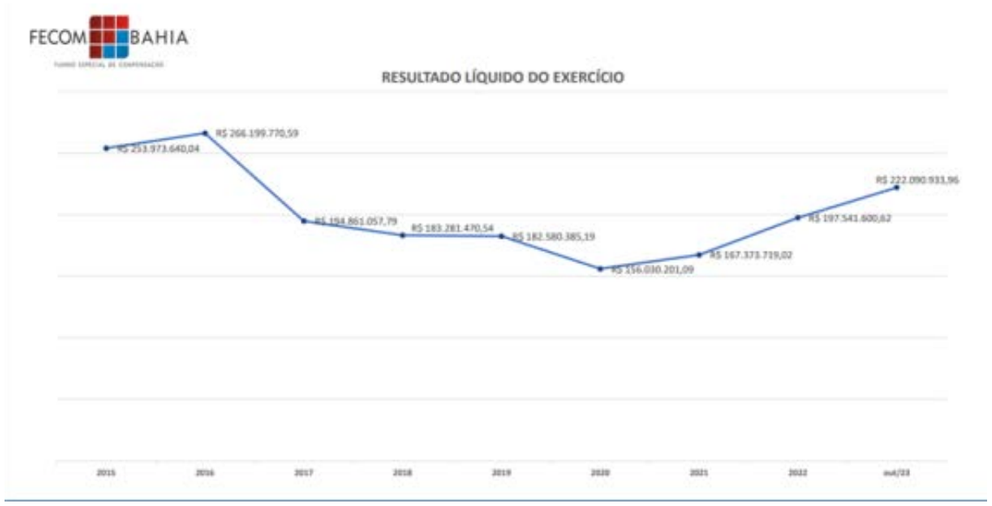
A Secretaria-Geral da Presidência tem atuação nos seguintes grupos:

- Comissão de Gestão do Portal da Transparência;
- Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;
- Comissão Temporária Especial de Transição;
- Comissão Organizadora do Centenário de Ruy Barbosa;
- Comissão para regulamentar a gestão e o funcionamento do Fundo de Aparelhamento Judiciário (FAJ);
- Comissão de Atualização dos Contatos das unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia;
- Comissão de apoio às Varas da Fazenda Pública da Comarca de Salvador;
- Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual, Moral e da Discriminação do 2º Grau;
- Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do Conselho Nacional de Justiça;
- Comitê Gestor do Sistema de Processo Eletrônico (PJE);
- Grupo de Trabalho de estudos para implementação do Projeto Juízo 100% Digital;
- Comitê Gestor Regional Orçamentário e de atenção prioritária ao 1º Grau de Jurisdição;
- Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI);
- Grupo de Trabalho para elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários para os Servidores do Tribunal de Justiça da Bahia;
- Comissão Permanente de Avaliação (CPA);
- Núcleo Gestor LABJUS;
- Núcleo Socioambiental;
- Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário Baiano - PDPJ-BR;
- Comitê para Avaliação e Melhoria constante dos normativos internos referidos no art. 1º do Ato Conjunto nº 001, de 29 de janeiro de 2020;
- Comitê para subsidiar a adoção pela Presidência de medidas emergenciais de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19);
- Grupo de Trabalho com Atribuição para Implantar o Sistema PJeCor no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- Grupo de Trabalho para Normatizar, Planejar e Gerenciar o Sistema de Comunicação Processual Eletrônica, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (Domicílio Eletrônico);
- Grupo de Trabalho, sob supervisão da CIDIS, visando à Indicação de Proposições para o Enfrentamento das Desigualdades Raciais, da Discriminação e do Racismo Institucional;
- Grupo de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro;
- Grupo de trabalho para elaboração do ato normativo para a Prevenção e o Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação;
- Grupo de trabalho para elaboração de sistemas para a Prevenção e o Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação;
- Grupo de trabalho para o mapeamento das dificuldades enfrentadas nas Varas de Família e elaborar plano estratégico visando à melhoria da qualidade da prestação jurisdicional;
- Grupo de Transformação Digital (GTD); e
- Fundo Especial de Compensação (FECOM).

12. Fundo Especial de Compensação (FECOM)

O Fundo Especial de Compensação (FECOM) é uma entidade de cunho privado que possui a missão de prover a gratuidade dos atos praticados pelos registradores civis de pessoas naturais; promover a compensação financeira às serventias notariais e de registro privatizadas que não atingirem arrecadação necessária ao funcionamento e à renda mínima do delegatário; e de custear as despesas com pessoal dos Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais, enquanto não houver a outorga da totalidade dessas unidades extrajudiciais, desde que se verifique a existência da situação orçamentária.

O Secretário-Geral da Presidência coordena, desde o ano de 2020, o Conselho Gestor do Fundo Especial de Compensação, que tem como atribuição de exercer a função de controle da execução orçamentário-financeira, a efetuação dos pagamentos a cargo do Fundo, provendo os correspondentes registros contábeis e prestações de contas, além de elaborar o seu regimento interno, a ser aprovado pelo TJBA. Ao longo desses exercícios, o Conselho Gestor tem imprimido esforços para garantir uma gestão sólida, transparente e de crescentes resultados, conforme ilustrado no gráfico abaixo.



13. Reunião Geral de Secretários - RGS

O Secretário-Geral é responsável por realizar periodicamente as Reuniões Gerais de Secretários (RGS). Nos aludidos encontros, são apresentados os principais projetos de cada pasta, com atualização do seu status; realizadas amplas discussões acerca dos temas mais relevantes para a gestão; compartilhamento de informações; elaboração de estratégias de atuação para temas sensíveis ao PJBA; avaliação de risco de medidas a serem adotadas pela administração; prospecção de novas ações; planejamento de atividades; projeções de cenários; e monitoramento e apresentação acerca da execução orçamentária. Foram realizadas doze reuniões neste biênio.

14. Acompanhamento do GMD

O Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD), com a finalidade de otimizar o controle de gastos no PJBA, é coordenado pela SGP. Por intermédio dos relatórios gerenciais extraídos do *business intelligence (BI)*, são controladas, mensalmente, as despesas referentes ao consumo de água, luz, telefonia (fixa, móvel e modem de internet), combustível, copos descartáveis e resmas de papel. Esses dados são encaminhados às áreas responsáveis para apuração e providências junto às unidades subordinadas, caso seja ultrapassado o limite de gastos estabelecido. No biênio 2022/2023, 100% (cem por cento) dos principais casos de descumprimento desse limite de gastos foram, prontamente, resolvidos no mês subsequente à notificação.

15. Suporte às demandas oriundas das Secretarias

A atuação desta unidade revela-se essencial na consecução das demandas provenientes das demais Secretarias, desempenhando um papel central na coesão e na eficiência administrativa. Sua missão abrange não apenas a coordenação, mas também o suporte efetivo para garantir que todas as áreas funcionem de maneira harmoniosa e alinhada aos objetivos institucionais.

No contexto desse compromisso, a Secretaria-Geral assume a responsabilidade de oferecer pleno suporte às diversas demandas apresentadas pelas demais áreas administrativas, na elaboração de documentos estratégicos, na coordenação de projetos interdepartamentais ou na facilitação da comunicação entre as diferentes áreas.

Neste biênio, apoiamos as reformas de seis Gabinetes de Desembargadores; a instalação das salas da Ouvidoria e de Intérprete de Libras; a entrega de equipamentos e reformas nas unidades judiciárias; inaugurações e reinaugurações de Fóruns; instalação de Salas de Depoimento Especial e de Videoconferência em Unidades de 1º Grau, especialmente no interior da Bahia. Essas iniciativas, fortalecem a infraestrutura e a capacidade operacional do TJBA, possibilitando a modernização e o aprimoramento dos serviços prestados.

Ao agir como um ponto focal, a Secretaria-Geral otimiza a eficiência das operações, contribuindo para a agilidade e a sinergia entre as unidades. Essa dinâmica com a prestação de suporte transcende a esfera administrativa, refletindo-se na capacidade da organização em enfrentar desafios, promover inovação e alcançar seus objetivos estratégicos de forma mais efetiva e tempestiva.

16. Desenvolvimento de estudos e pesquisas

No exercício da atribuição de analisar e elaborar estudos sobre qualquer matéria levada a exame e decisão do Presidente, o corpo técnico da Secretaria-Geral da Presidência realizou, no Biênio 2022/2023, diversas pesquisas junto aos Tribunais Estaduais e Federais para implementação de novas práticas, tais como:

- Banco de Imagens
- Sistema Mandamus
- Mobiliário para estúdio de TV, Rádio e adequação dos auditórios

Libras

Atrações Culturais

Apoio técnico Administrativo para a ASCOM e ACPRE

Equipamentos para a TV Justiça e Rádio Web

Projeto Cartório

Serviço de Projeção a Laser

Streaming de áudio e vídeo

Publicidade Institucional

Qlik | Sense

Solução de acessibilidade virtual

Núcleo de Saneamento de Acervo Processual

Central de Custas Remanescentes

Software de gestão e fiscalização dos contratos

Resolução nº 307/19 do CNJ – Egressos do sistema prisional

Progressão funcional por titulação

Atas de Registro de Preço

Resolução nº 497/23 do CNJ – Mulheres em situação de vulnerabilidade;

Temas sensíveis de Direito Financeiro

Custas Judiciais por cartão de crédito

Resolução nº 401/21 do CNJ – Intérprete de Libras

Intimação por Whatsapp

Política de Governança das contratações públicas

Programa de Integridade

ERP

Benefícios corporativos para área de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho

Acordo de Cooperação Técnica Internacional (ACTI) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

17. Capacitação da equipe técnica

Com o compromisso primordial desta Secretaria voltado ao constante aprimoramento de conhecimentos e à aquisição de novas habilidades por parte de seus servidores, o corpo técnico da SGP engajou-se em diversos cursos, destacando-se:

- Curso de Técnica Legislativa;
- Curso de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Capacitação no Sistema de Gestão e Projetos;
- Curso de Formação de Processos de Pagamento das Unidades Gestoras do TJBA;
- Curso de Formação, Atualização e Aperfeiçoamento para Agentes de Controle Interno;
- Curso de Padronização de Procedimentos para liquidação de pagamentos;
- Curso de Inovação e *Design Thinking*;
- Curso de Redação Jurídica;
- Curso de Auditoria Baseada em Risco;
- Curso Manual de Contratações do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- Treinamento em Planilha de Custos e Formação de Preços;
- Curso de Processo Administrativo Disciplinar em 3D;
- Curso de Oratória e Comunicação;
- Encontro de Gestão de Projetos dos Tribunais de Justiça - Belo Horizonte/MG;
- Capacitação no Sistema CONTRATOSGOV.

18. Expedientes Administrativos

A Secretaria-Geral da Presidência efetuou um total de 4.598 tramitações de expedientes por meio do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), abrangendo uma variedade de processos administrativos, processos de contratação, comunicações internas, ofícios e expedientes genéricos.

Registre-se que a diversidade de processos tramitados na unidade engloba desde questões administrativas até comunicações estratégicas, refletindo a abrangência e a complexidade das responsabilidades desempenhadas pela SGP.

Dentre os tipos de processos, incluem-se, por exemplo, análise e aprovação de orçamento, gestão de recursos humanos afetos a esta unidade, organização e aprovação de itens para eventos, passagens aéreas, interlocução com unidades, tratamento de solicitações de instituições externas, tramitação de processos de contratação e etc.

Além disso, essa Secretaria recepcionou 110 processos administrativos provenientes da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP), sendo responsável pela revisão de toda a documentação relativa à instrução processual.

Ainda, a unidade atende às demandas oriundas das inspeções realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça e pela Corregedoria das Comarcas do Interior, a fim de franquear às áreas administrativas responsáveis o estudo de viabilidade dos apontamentos de melhoria ou as correções sugeridos durante as inspeções.

19. Apoio a Ações de Cidadania

A Secretaria realiza o acompanhamento das ações relacionadas ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio "promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026".

Durante este biênio, foram promovidas campanhas de doações de livros paradidáticos e lúdicos "Biblioteca Amiga", o Projeto "Contação de História" escolares, além da realização de palestras nas escolas. Servidores da SGP participam como voluntários na Contação de histórias.

20. Regulamentação dos Processos de Pagamento

Em 25 de Abril de 2023, a Secretaria-Geral da Presidência publicou a Portaria de nº 06 que estabeleceu as diretrizes de padronização dos processos de pagamento da Assessoria de Comunicação Social e da Assessoria de Cerimonial da Presidência. A partir desse documento, ficou determinado que a formação desses processos se daria nos moldes do Formulário de Verificação Documental, de acordo com as modalidades dos contratos, mediante o processamento sequencial das documentações e a conformidade com as políticas e as regulamentações aplicáveis.

Durante todo o processo de desenvolvimento dessas diretrizes, idealizado inicialmente pela SGP, houve a participação de representantes das áreas de Assessoria de Comunicação Social e do Cerimonial da Presidência, os quais contribuíram para a construção do documento. A partir daí, foram realizados treinamentos com toda a equipe responsável pelo fluxo de preparo desses processos.

A publicação da portaria e sua materialização na implantação desse novo fluxo garantiram a governança institucional por meio da eficiência, da eficácia e da gestão administrativa, trazendo a otimização dos processos de pagamento e uma melhor e mais transparente gestão contratual.

Por se tratar de unidade gestora, a Secretaria-Geral da Presidência é responsável por realizar a análise e a liberação de todos os processos de pagamento de suas unidades vinculadas (Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial da Presidência). Somente no ano de 2023, esta unidade foi responsável por analisar e liberar mais de 516 processos de pagamento, encaminhando-os para sua liquidação.

21. Proposta Orçamentária 2024

Considerando a incumbência de atuar como unidade gestora, a Secretaria-Geral da Presidência tem a atribuição de planejar e gerir seus recursos orçamentários. Para tanto, elaborou proposta orçamentária para o exercício de 2024, com o valor total aprovado de R$ 8 milhões, conforme detalhamento abaixo:

PREVISÃO DE DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024 UNIDADE GESTORA: SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA			
Detalhamento da Despesa	**Elemento de Despesa**		**Valor Anual**
2000 -Administrativo			
Diárias - civil	33.90.14	R$	314.000,00
Passagens e despesas com locomoção	33.90.33	R$	790.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	2.712.000,00
2030 -Administrativo			
Passagens e despesas com locomoção	33.90.33	R$	150.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	200.000,00
2031 -Administrativo			
Passagens e despesas com locomoção	33.90.33	R$	350.000,00
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	310.000,00
2050 - Publicidade Institucional			
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	2.415.000,00
5044 - Realização de serviços de acessibilidade e inclusão social			
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		R$	309.000,00
5048 - Promoção de evento no atendimento a política de enfrentamento à violência doméstica e familiar			
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	50.000,00
5062 - Promoção de evento institucional			
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33.90.39	R$	400.000,00
TOTAL			**R$ 8.000.000,00**

22. Ferramenta de Execução Orçamentária-financeira

No ano de 2023, a Secretaria-Geral da Presidência desenvolveu um painel de gestão orçamentária automatizado que permite, mediante os lançamentos dos processos de pagamento enviados para liquidação, em tempo real, analisar o comportamento dos recursos orçamentários destinados a esta unidade, apresentando tanto informações totais quanto aquelas individualizadas por contrato.

Com o desenvolvimento de planilhas completas que controlam desde as provisões solicitadas e disponibilizadas a esta Secretaria, até o controle preciso do saldo contratual e da execução dos recursos, tornou-se possível acompanhar a execução do orçamento com mais precisão, sendo possível gerenciar cada contrato vigente de forma mais eficiente e tempestiva.

23. Contratos

Esta unidade atua no acompanhamento dos processos licitatórios e dos contratos relativos aos serviços e às aquisições da Assessoria de Comunicação Social e da Assessoria de Cerimonial da Presidência, o que representa um compromisso contínuo com as normas legais e as regulamentações aplicáveis, assegurando a transparência, a eficácia na administração dos recursos públicos e a plena execução dos contratos, conforme detalhado abaixo:

NÚMERO DO CONTRATO/ADITIVO	DESCRIÇÃO
CONTRATO Nº 44/2021 - S TERMO ADITIVO Nº 75/2023-AS	MidiaClip LTDA - ME. Serviços de clipping digital da mídia impressa, televisiva, radiofônica e on-line, no que se refere às matérias deste Tribunal de Justiça veiculadas na internet e nas emissoras de TV, rádio, jornais e revistas.

CONTRATO Nº 20/22-S	ECAD – Empresa contratada para concessão de licenciamento de direitos autorais para uso e execução pública de obras musicais, lítero-musicais e fonogramas para a programação deste PJBA.
CONTRATO Nº 38/2022-S TERMO ADITIVO Nº 50/2023-AS	Rybená Tecnologia Assistiva LTDA - empresa contratada para prestação de serviço de disponibilização de solução do software Rybená, para promover acessibilidade no portal do PJBA.
CONTRATO Nº 11/2023-S	Alcançar Assessoria LTDA - contratação de empresa especializada na prestação de serviço de intérprete de Libras para tradução simultânea das sessões e dos eventos do PJBA.
CONTRATO Nº 65/2022-S	ILIVE Comunicação e Entretenimento LTDA - contratação de empresa especializada em transmissão por streaming de vídeo e áudio para os eventos ocorridos fora das dependências deste Tribunal de Justiça.
CONTRATO Nº 80/2022-S	Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli - contratação de empresa especializada para aquisição de licença para fornecimento de banco de imagens.
CONTRATO Nº 21/2022-S	Radar Soluções Corporativas EIRELI - empresa contratada para a prestação do serviço de apoio logístico para itens de cerimonial.
CONTRATO Nº 13/2023-S	Forum Eventos Eireli - empresa contratada para a prestação do serviço de apoio logístico para itens de cerimonial.
CONTRATO Nº 09/2019 TERMO ADITIVO 05/2023	Plus Viagens e Turismo LTDA - empresa contratada para prestação do serviço de agenciamento de passagens aéreas.
CONTRATO Nº 28/2021-S	TS Consultoria Empresarial LTDA - contratação de empresa especializada na área de governança corporativa
CONTRATO Nº 29/2021-S	Ciberian Tenologia de Informação LTDA - contratação de empresa especializada na área de governança corporativa
CONTRATO Nº 10/22-S	Tourinho Publicidade LTDA - Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços por demanda, consistentes em estudo, planejamento, produção e veiculação, além de publicações de conteúdo em mídias televisivas, radiofônicas e de web, de grande circulação estadual
CONTRATO Nº 11/22-S	Vetor Marketing e Publicidade LTDA - Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços por demanda, consistentes em estudo, planejamento, produção e veiculação, além de publicações de conteúdo em mídias televisivas, radiofônicas e de web, de grande circulação estadual
CONTRATO Nº 80/2023-S	Pironti Advogados e Consultores Associados - Prestação de serviço para o desenvolvimento e a implantação do Programa de Integridade/Compliance.

24. Licitações em Andamento

- Contratação sob demanda de empresa especializada na prestação de serviços de Publicidade e Propaganda, incluindo estudo, planejamento, criação, produção, veiculação e apresentação dos resultados das campanhas publicitárias na mídia.

- Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de bens e prestação de serviços de planejamento, coordenação, organização, montagem, execução e acompanhamento de eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e Órgãos Partícipes, a saber: Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE) no âmbito da Capital e do Interior.

- Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de agenciamento de viagens para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, a fim de atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compreendendo os serviços de cotação, reserva, marcação, emissão, remarcação ou alteração, cancelamento, reembolso com entrega de bilhetes, para magistrados, servidores e colaboradores eventuais, quando em viagem de exclusivo interesse público.

25. Convênios

A Secretaria-Geral da Presidência fiscaliza o Convênio nº 01/2023-C firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE), que tem como objetivo consolidar uma linha de entendimento nacional em termos de reestruturação da representatividade institucional dos Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o país.

26. Comissão de Atualização de contatos

A Comissão de Atualização de Contatos, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 438, de 31 de maio de 2023, é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência e tem como objetivo realizar o gerenciamento das atividades de revisão, atualização e ampliação dos meios de contato das unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
No período de 1º de junho a 16 de junho de 2023, o Poder Judiciário do Estado da Bahia realizou campanha de atualização de contatos de todas as unidades administrativas e judiciárias por meio do preenchimento de formulário eletrônico. Esse trabalho resultou na inserção de 553 novos contatos e 649 atualizações, fazendo constar na atual base de dados o total de 2.009 contatos. Foram ampliadas as informações das unidades, contemplando endereço completo, telefones/ramais, número do whatsapp (se disponível), e-mail da unidade e nome completo do responsável.

Com o objetivo de otimizar o processo de atualização de contatos, a Comissão realizou, em 20 de julho de 2023, reunião para debater estratégias que pudessem aprimorar a qualidade das informações de contato dos diversos setores do tribunal. Foram apresentadas propostas para tornar o processo mais ágil e preciso.

Dentre as principais pautas discutidas, destacaram-se o estabelecimento de um fluxo eficiente para garantir a adequada atualização dos contatos e a busca por alternativas de automatização, visando reduzir a necessidade de intervenções manuais. Essa comissão tem como compromisso a otimização da comunicação interna do Tribunal e o fortalecimento do relacionamento com órgãos externos, advogados, partes e cidadãos, reforçando o compromisso da instituição com a transparência.

27. Considerações Finais

No decorrer desses dois anos, a SGP dedicou-se à missão de fortalecer os alicerces institucionais que sustentam a administração do Poder Judiciário. Cientes da responsabilidade, empenhamo-nos na busca incessante pela excelência, alinhando-nos aos princípios de eficiência, transparência e celeridade que norteiam a prestação jurisdicional.

Destacamos a implementação de iniciativas inovadoras que visaram aprimorar a comunicação interna e externa, promovendo uma interação mais próxima da sociedade.

A modernização de processos e a adoção de tecnologias de vanguarda foram fundamentais para otimizar a gestão administrativa e judiciária, conferindo maior eficácia aos serviços prestados.

No campo da capacitação, os servidores realizaram diversos cursos de aperfeiçoamento, reconhecendo que o capital humano é o maior ativo de qualquer organização.

Parcerias foram estabelecidas ao longo desse biênio, fortalecendo laços com instituições e consolidando elementos estratégicos em prol do aprimoramento da justiça baiana.

Ao fecharmos este ciclo, expressamos gratidão a todos os membros da equipe, que, com dedicação e empenho, contribuíram para os resultados alcançados.

SGP
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (ASCOM)

APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Comunicação Social do Poder Judiciário do Estado da Bahia (ASCOM) tem realizado o gerenciamento satisfatório das informações, o relacionamento com os públicos interno e externo e a consolidação da imagem organizacional. Almejando o cumprimento de diretrizes e o alcance dos objetivos institucionais, adotam-se estratégias que fortalecem a comunicação integrada, relativa à instituição, ao mercado e aos integrantes da organização, com foco nos três pilares essenciais: jornalismo, relações públicas e publicidade.

Destinado a programar, coordenar e executar as políticas e as articulações dos processos de comunicação, internos e externos, a ASCOM teve sua atuação estabelecida pelo artigo 28 do Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e sua conduta prossegue de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência desta Corte de Justiça.

Ao longo da sua história, a ASCOM tem contribuído para aprimorar a comunicabilidade do Tribunal, prestando importantes serviços de assessoramento a Magistrados e Servidores, à imprensa e à população baiana e brasileira. No biênio 2022 a 2024, a Assessoria contribuiu com o exercício de seu papel institucional.

Serão apresentados, a seguir, os resultados, os dados e as análises no Relatório de Gestão.

JORNALISMO

A Assessoria de Comunicação Social faz a cobertura jornalística dos eventos referentes ao PJBA e em colaboração com produtores locais de outras instituições. Participa de ações institucionais, com o objetivo de realizar o devido registro jornalístico, fotográfico e audiovisual, para redigir e divulgar, posteriormente, materiais diversos sobre os acontecimentos.

1.537
Coberturas de Eventos

3.026
Matérias publicadas

116.553
Fotos clicadas
(Acervo de aproximadamente 120 mil fotos clicadas)

CONTATO COM MAGISTRADOS | SERVIDORES

Todo conteúdo elaborado pela equipe da ASCOM é enviado para o mailing — serviço de envio de e-mails para listas — de Magistrados e Servidores. A comunicação com o público interno é uma forma de garantir que todos tenham acesso ao que está acontecendo no TJBA.

REDES SOCIAIS

O TJBA está presente no Instagram, no YouTube e no Facebook. Durante o período de 2022-2024, a ASCOM trabalhou para levar até o público cidadão informações relevantes sobre o Poder Judiciário do Estado da Bahia, por meio de transmissões ao vivo de eventos, divulgação de atividades e de ações institucionais.

YOUTUBE

A Assessoria de Comunicação Social monitora dois canais na plataforma Youtube: TJBA e PJBA.

23.690
inscritos nos canais

17,2 mil	6,49 mil
TJBA	PJBA

927
vídeos publicados

635	292
TJBA	PJBA

35.447.3
HORAS NO AR*
(Eventos transmitidos e sessões transmitidas pelo canal PJBA)

62
TRANSMISSÕES

INSTAGRAM e FACEBOOK

Elabora, edita e publica notícias nas redes sociais utilizadas pela instituição. Por ser um meio informativo muito utilizado pela sociedade, a presença do TJBA nas plataformas sociais contribui para democratizar o acesso à informação sobre o Poder Judiciário e amplia a garantia do acesso à justiça.

85.593
seguidores

62.237 mil	23.356 mil
Instagram	Facebook

2.172
Stories

451
Posts

4.122.382
DE PESSOAS ALCANÇADAS

2.096.481 M	2.025.901 M
Instagram	Facebook

IMPRENSA

INTERAÇÃO COM A IMPRENSA

O atendimento à imprensa é uma importante atividade da ASCOM. Por meio dele, realiza-se a propagação das informações sobre as ações do TJBA para a sociedade. Diariamente, a Assessoria recebe e responde jornalistas e veículos de comunicação da Bahia e de todo o Brasil, que buscam esclarecimentos sobre atividades, decisões e eventos do Poder Judiciário da Bahia.

2.768
Respostas à imprensa

1.268
Envio para Maling Imprensa

MAILING IMPRENSA

As ações institucionais e os conteúdos criados pela ASCOM são enviados por e-mail para a imprensa e os veículos de comunicação (TVs, jornais, rádios e sites de notícias). A comunicação recorrente com o público é um importante meio de estabelecer uma transmissão transparente e de confiança. O trabalho de envio das matérias é essencial para garantir a presença do TJBA nos grandes veículos de comunicação do país.

CLIPPING

A ASCOM, mediante o serviço de clipping, acompanha e monitora as publicações referentes ao TJBA, que foram divulgadas nos grandes veículos de comunicação do país.

23.365
Total de impacto na mídia brasileira no período

6.511 POSITIVO
16.377 NEUTRO
477 NEGATIVO

***Neutro**: se referente a matérias na quais o Poder Judiciário do Estado da Bahia foi citado, em algum momento*

RÁDIO WEB PJBA

A Rádio WEB PJBA está no ar todos os dias, durante 24 horas. Abrange uma programação repleta de músicas de diversos estilos e está integrada às demais mídias da ASCOM. Realiza entrevistas, transmissões ao vivo e podcasts; divulga as notícias, as campanhas, os principais eventos institucionais e, ainda, os serviços relacionados ao Poder Judiciário. Esse canal possibilita a interação com os ouvintes, da capital e do interior, que podem, por meio de mensagem de áudio, enviar sugestões e comentários.

Entrevistas	Matérias	Giro de notícias	Pílulas Informativas
57	138	367	387
Podcasts	Jornal	Informes	Serviços

6.456 mil
HORAS NO AR

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Com objetivo de construir uma imagem positiva da instituição e gerar uma conexão com o público externo, a Assessoria, em parceria com os setores do Poder Judiciário Baiano, promoveu campanhas institucionais de interesse público.

Juízo 100% Digital

A campanha publicitária foi realizada em 2022 e buscou esclarecer ao cidadão sobre a utilização de todos os serviços da Justiça pela internet. Juízo 100% Digital foi divulgada em todo o Estado da Bahia nas principais emissoras de TV, áudios em rádios e peças publicitárias nas ruas (outdoor, busdoor e painéis de leds).

Leia o QR code e assista aqui o vídeo da campanha

XVII Semana Nacional da Conciliação

O PJBA criou a Campanha “Concilia, que é só alegria” em 2022. Com esse slogan, veicularam-se peças em busdoor, outdoor, anúncio nos metrôs, nas redes sociais, nas rádios e nas emissoras de televisão, com o objetivo de estimular a conciliação e cumprir a Meta 3 do CNJ, que consiste em incrementar em 2% o total de conciliações anual em relação ao ano 2021.

Leia o QR code e assista aqui o vídeo da campanha

Precatórios

‘‘Cuidado. Não caia no golpe. Precatório é um dinheiro que é só seu’’. Este foi o mote da nova campanha implementada pelo TJBA, com o objetivo de alertar os jurisdicionados, para que se atentem aos golpes e saibam as formas oficiais de atuação do Tribunal. A iniciativa circulou pela capital baiana (busdoor, outdoor, anúncio nos metrôs, nas redes sociais, nas rádios e nas emissoras de televisão) no ano de 2022.

Leia o QR code e assista aqui o vídeo da campanha

DESIGN

A Assessoria de Comunicação Social dispõe do serviço de criação de peças, diagramação de informativos e editoração de vídeos. São elaborações de artes, tanto digitais como impressas. Segue, abaixo, o relatório das criações do biênio:

RELATÓRIOS PLENOS

A ASCOM elabora relatório de notícias institucionais para o Tribunal Pleno, entregue à Desembargadora decana do TJBA. Esse documento visa a informar os participantes do Tribunal Pleno sobre os seguintes tópicos: eventos semanais do Tribunal (ocorridos e futuros); lista de Desembargadores aniversariantes do mês; notas de pesar; moções; e principais notícias semanais veiculadas no site institucional.

34
Relatórios Plenos

CONHECENDO O JUDICIÁRIO

O Programa Conhecendo o Judiciário aproxima o Tribunal da comunidade universitária e permite que o estudante tenha um conhecimento prático da formação e da tramitação dos processos; além de oferecer informações históricas, orientações e dicas de profissionais. Na oportunidade, eles visitam as instalações do histórico Fórum Ruy Barbosa, sede do PJBA, o mais antigo das Américas. Na Corte baiana, a visita guiada começa pelo átrio, segue para a Biblioteca do edifício-sede, Ney Leite Silva; vai ao Unijud, centro digital de processos; adentra o Tribunal Pleno; e abre as portas da Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP) do PJBA.

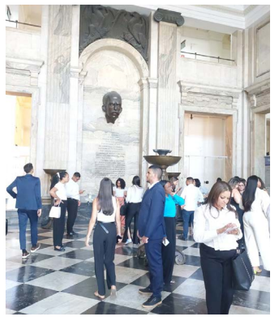
32
Faculdades

09
Escolas

1.551
ALUNOS NO TOTAL

1.197
Faculdades

354
Escolas



PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

A Assessoria de Comunicação Social está ligada, diretamente, aos fluxos e aos processos relacionados à manutenção e à criação de parâmetros relativos ao sistema de transparência. Além disso, foi incumbido ao setor realizar a manutenção das informações do Portal da Transparência, com os dados organizacionais enviados pelos setores e a conferência dos arquivos para os padrões exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

No biênio de 2022-2024, a Assessoria realizou treinamentos com outros setores, com a finalidade de realizarem uma gestão conjunta dos conteúdos publicados e de gerarem autonomia e capacitação, para que a transparência seja independente e a atualização constante.

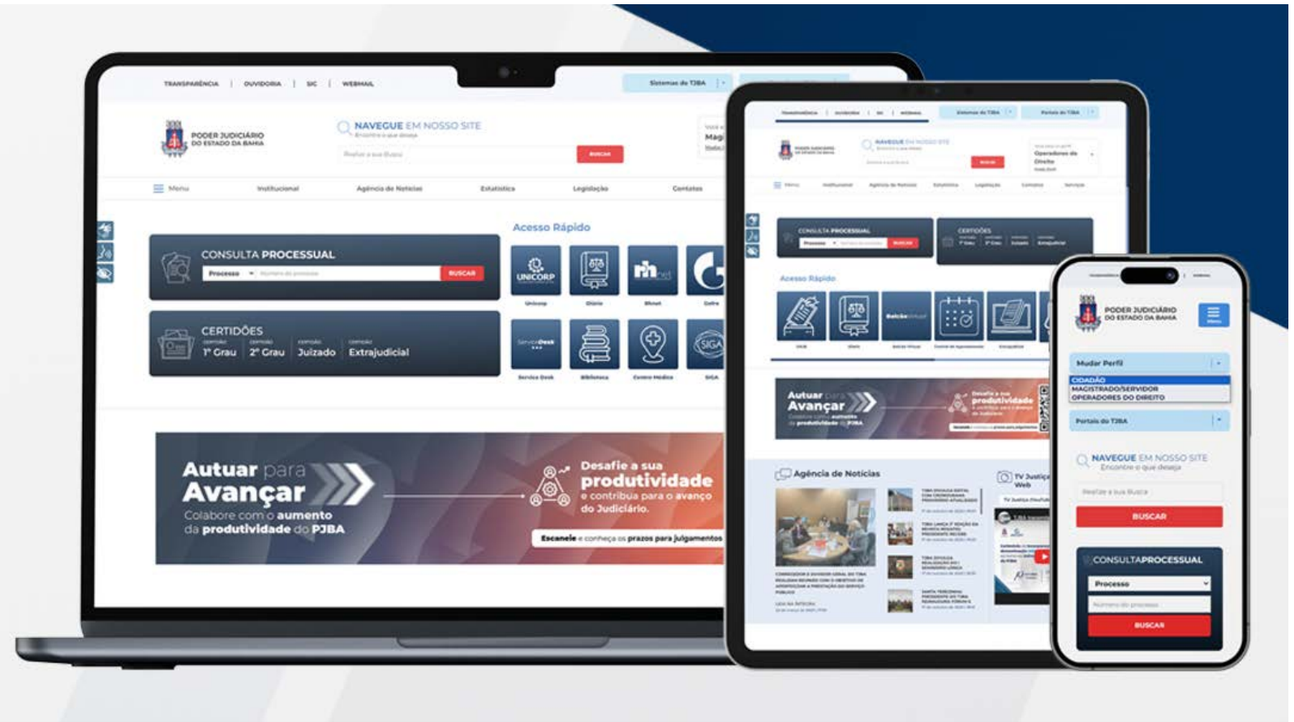
Confira, abaixo, as atividades realizadas para a manutenção do Portal de Transparência do PJBA:

- diagramação e estruturação da informação;
- criação de metodologia para recebimento de arquivos publicados;
- alimentação e manutenção do sistema;
- conferência do conteúdo enviado pelos servidores;
- criação das páginas;
- sistema de monitoramento e normatização dos parâmetros.

NOVO PORTAL PJBA

A criação do novo Portal do TJBA é um projeto com a participação de todos os setores do administrativo e que contou com a equipe da ASCOM. Foram elaborados estudos, testes internos e externos, com mais de 3000 mil usuários envolvidos, participando de pesquisas quantitativas e qualitativas, para uma amostragem confiável e eficaz. A ideia de criar uma experiência de excelência para o cidadão é, hoje, uma das missões de todos os órgãos públicos do Brasil. Trabalhar na entrega de resultados efetivos com o apoio da ciência e da tecnologia para o aumento de performance.

Foram levados em conta os parâmetros exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como o desenho universal, os quesitos de acessibilidade, a transparência, a inovação e a transformação no Judiciário e a recomendação da implantação da linguagem simples.



Destaques

- Criação dos Perfis de acordo com os usuários: Cidadãos; Magistrados/Servidores e Operadores do Direito levando em conta a priorização de serviços mais acessados;
- Redução dos ícones e dos links expostos na tela;
- Novo design;
- Responsivo para todos os dispositivos móveis;
- Re-layout das páginas;
- Sistema de Busca com Autossugestão;
- Agrupamento de conteúdos por similaridade;
- Padronização dos sítios eletrônicos do Judiciário baiano.

CONTRATOS

Além das atribuições descritas no Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, a Assessoria elabora processos administrativos licitatórios na fase inicial (Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Cotações) e Processos de Termo Aditivo, bem como o acompanhamento da Contratação e dos Pagamentos, mensal ou por demanda.

No biênio 2022/2024, foram acompanhados e fiscalizados 7 (sete) contratos, conforme tabela abaixo:

EMPRESAS	FASE	OBJETO
MídiaClip LTDA – ME	Vigente	Serviços de clipping de mídia impressa e digital de interesse do TJBA, compreendendo compilação de dados e remessa de materiais.
Rybená Tecnologias Assistivas LTDA	Vigente	Disponibilização do software Rybená para promover acessibilidade no Portal do TJBA.
Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD	Vigente	Serviço de arrecadação e distribuição dos direitos autorais do repertório musical nacional e estrangeiro da rádio Web TJBA.
Ilive Comunicação e Entretenimento LTDA	Vigente	Prestação de serviços especializados, sob demanda, em transmissão por streaming de vídeo e áudio.
Infra do Brasil Comércio e Serviços Eireli	Vigente	Promover serviço de Banco de Imagens, ilustrações, vídeos, áudios, mockups e 3D.
Alcançar Assessoria LTDA	Vigente	Prestação de serviços especializados, sob demanda, de intérpretes de Libras para tradução simultânea das sessões e dos eventos realizados por este PJBA.
Vetor Marketing e Publicidade LTDA Tourinho Publicidade LTDA	Encerrado	Prestação de serviços, por Agência de Propaganda, para prestação de serviços publicitários, por demanda.
TJ-ADM-2022/68910	Em andamento	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Publicidade e Propaganda.

ASCOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA (ACPRE)

APRESENTAÇÃO

No âmbito das suas competências, o Cerimonial da Presidência (ACPRE) é responsável pela organização, pelo planejamento, pela coordenação, pela supervisão e pela execução dos eventos realizados neste Tribunal de Justiça, bem como das Sessões do Tribunal Pleno, observando os ritos, os protocolos e as normas específicas das atividades, de modo que as orientações de cerimonial sejam, fielmente, seguidas nos eventos solenes e institucionais, tanto nacionais quanto internacionais.

OBJETIVOS

O Cerimonial da Presidência possui o compromisso de atender ao macrodesafio “M2.2 - Melhorar a Comunicação Institucional”, por meio do aprimoramento da imagem institucional e do fortalecimento das relações diplomáticas, mediante eventos oficiais.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Organização de Eventos

A Assessoria de Cerimonial da Presidência desempenha um papel fundamental, especialmente no que diz respeito à organização de eventos institucionais. Essa atribuição está envolta de formalidades e trata-se da atividade de coordenar protocolos, garantir o bom andamento de cerimônias e promover a imagem institucional de maneira sofisticada e coerente.

Um dos pilares dessa Assessoria é a habilidade em gerenciar a logística de eventos, que inclui desde a escolha do local adequado ao planejamento de todos os detalhes – como a disposição de assentos, a estrutura de palco, a recepção de autoridades e a condução de discursos – até o cerimonialista, a fim de garantir que cada aspecto esteja alinhado com a importância do evento.

A unidade atua como a face pública da Presidência nos eventos institucionais. A equipe é responsável por estabelecer uma comunicação eficiente, transmitindo mensagens institucionais de forma clara e positiva, bem como personalizar cada um dos eventos.

Considerando que o êxito das atividades desenvolvidas por esta unidade reflete a imagem da Presidência e contribui para a consolidação de relações institucionais e sociais, o Cerimonial dedicou esforços para priorizar a condução de 1.840 eventos, sendo realizados 168 em formato híbrido.

Dentre os eventos de alta magnitude planejados, organizados e executados pelo Cerimonial da Presidência, merecem destaque:

Sessão Solene de Posse da Mesa Diretora do Biênio 2022/2023, que ocorreu de forma híbrida em razão da pandemia, com a presença de inúmeras autoridades

Fórum Internacional sobre Segurança e Desenvolvimento Humano da América Latina e Caribe (COPLAD), sediado pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia

Posse dos novos Desembargadores e Juízes Substitutos

V Jornada de Direito de Saúde

Cerimônia de Posse dos novos Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização

Seminário “Ruy Barbosa, do Império à República, uma vida dedicada à Nação”

Sessão Solene Conjunta de Admissão de Membros Honorários do Instituto dos Advogados da Bahia (IAB) e Outorga da Medalha do Mérito em Educação Judicial Mário Augusto Albiani Alves

90° ENCOGE - Encontro Nacional das Corregedorias Estaduais de todas as Unidades da Federação

Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM)

Apresentação do Projeto do Novo Portal do PJBA

Outorga da Medalha Ruy Barbosa à Ministra do STF, Carmem Lúcia

Simpósio – Prêmio CNJ de qualidade 2023

Cerimônia do Centenário de Morte de Ruy Barbosa, com a presença do Chefe da Missão Diplomática da Embaixada da Polônia no Brasil, Maciej Brodowicz

Cerimônia do Centenário de Morte de Ruy Barbosa, com a presença do Chefe da Missão Diplomática da Embaixada da Polônia no Brasil, Maciej Brodowicz

55° Encontro do COPEDEM com o tema “O papel das escolas híbridas na transformação digital do Poder Judiciário”, sediado pelo Poder Judiciário da Bahia

Outorga da Medalha Ruy Barbosa à Ministra Rosa Weber, então Presidente do STF

X Encontro Nacional de Execução Penal e I Encontro Internacional de Execução Penal, sediado pelo Poder Judiciário da Bahia

I Simpósio Nacional Sobre LGPD

1ª Jornada de Direito Militar, com o tema “A contribuição da Justiça Militar para o Estado Democrático de Direito”

Acompanhamento do Presidente

A Assessoria de Cerimonial da Presidência, no cumprimento de suas funções habituais e regimentais, auxiliou o Presidente com ferramentas protocolares em reuniões, encontros e eventos relacionados ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Esses eventos abrangeram um grande volume de atividades, desde solenidades e cerimônias oficiais até encontros diplomáticos e audiências estratégicas.

Webinários
Cerimônias Lançamento de Pedra Fundamental
Reinaugurações Encontros Sessões solenes
Inaugurações Congressos (posses e homenagens)
Sessões extraordinárias Instalações de Varas
Reuniões Receptivos Entrega e recebimento de Honrarias
Funerais Conferências Solenidades Diplomação
Visitas institucionais de autoridades nacionais e estrangeiras.

O comprometimento da equipe do Cerimonial foi essencial para assegurar a representatividade desta Corte de Justiça, garantindo que o Presidente fosse adequadamente assistido em todas as instâncias. Assim, destaca-se a *expertise* desta unidade na coordenação logística, no estabelecimento de protocolos apropriados e na promoção de um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades presidenciais.

Expedição de conteúdos de interlocução social do Presidente

A ACPRE, também, efetuou todas as comunicações com os órgãos e os setores internos e externos que contaram com a participação deste Poder Judiciário, perfazendo as fases de preparação, confecção e expedição de respostas às correspondências sociais, além de cartões de agradecimento físico e virtual, bem como cartões de aniversário para Desembargadores, Juízes e Servidores do PJBA, o que totaliza 39.700 conteúdos expedidos.

Logística das viagens institucionais

Dentre as ações de planejamento de uma logística adequada e segura das viagens institucionais, a atuação do Cerimonial revela-se primordial para o processo de preparo e organização dos deslocamentos, a exemplo, da montagem de roteiros, reserva de hotéis e restaurantes, acompanhamento do embarque do Presidente e de sua Comitiva, visando garantir a efetividade e a otimização do itinerário, totalizando 36 viagens nacionais e 92 conduções para as Comarcas do Interior da Bahia.

Receptivo de Autoridades Externas

À vista do deslocamento de 980 autoridades nacionais e/ou internacionais que foram recepcionadas por este Egrégio Tribunal para participarem de eventos e compromissos institucionais, o Cerimonial da Presidência providenciou o acompanhamento ao local de hospedagem e embarque dessas autoridades nos aeroportos, no átrio do Tribunal de Justiça e no Gabinete da Presidência.

Gestão Contratual e Processos de Pagamento

O Cerimonial da Presidência é responsável por gerenciar os contratos atinentes à sua área, a saber, o Contrato de nº 09/19-S (Aditivo nº 05/23-AS), que objetivam a aquisição de passagens aéreas, cujo escopo é salvaguardar a participação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em eventos nacionais e internacionais, com um total de 993 bilhetes emitidos.

Os Contratos de nº 21/22-S (Aditivo nº 112-22-RR) e nº 13/23-S (Aditivo nº 88/23-AS), que têm como objeto o Apoio Logístico de itens de cerimonial, visando ao suporte na realização de eventos, workshops, congressos e fóruns institucionais, totalizaram 179 Ordens de Serviço publicadas.

viagens e
eventos institucionais

424
Processos

Nesse sentido, das atividades descritas anteriormente, infere-se que foram gerados 424 processos de pagamento, a fim de viabilizar as viagens e os eventos institucionais.

Atualização de banco de dados de Autoridades e Instituições de todo o Território Nacional

Considerando a transição de cargos no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em território nacional, o Cerimonial da Presidência desempenha a atividade rotineira de atualização dos dados de Autoridades e Instituições, mantendo o protocolo formal para o

adequado contato e direcionamento.

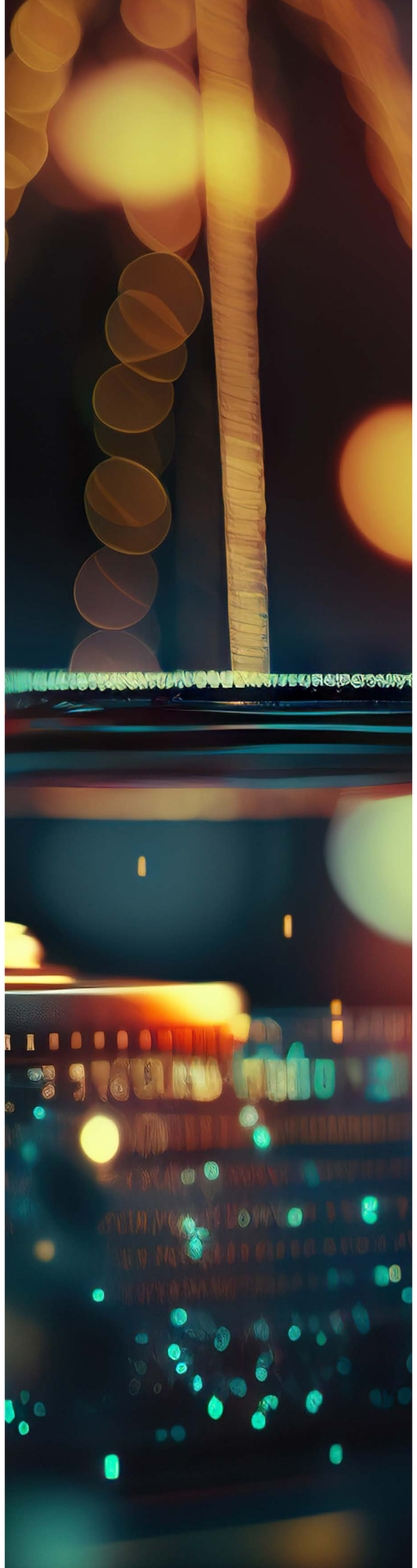
Nesse cenário dinâmico, o banco de dados do Cerimonial da Presidência foi submetido a um total de 1.400 atualizações ao longo do biênio.

Essas intervenções traduzem a necessidade de manter dados precisos e atualizados, além de evidenciarem o compromisso constante desse setor em se adaptar às mudanças inerentes às transições, garantindo, assim, a fidedignidade das informações.

Administração do Grupo de Aplicativo de mensagens com Desembargadores do TJBA

Visando promover uma comunicação imediata e eficaz no tocante às informações institucionais, o Cerimonial da Presidência gerencia o grupo do aplicativo de mensagens instantâneas (Whatsapp), que tem como público-alvo os Desembargadores desta Corte de Justiça.

ACP
ASSESSORIA DE CERIMONIAL
DA PRESIDÊNCIA



SECRETARIA DE
ADMINSITRAÇÃO

A Secretaria de Administração (SEAD) é responsável por coordenar, executar e controlar as atividades de apoio administrativo, em matéria financeira, serviços gerais, suprimento e patrimônio e engenharia e arquitetura, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e da sociedade.

Atuando em articulação com as demais unidades do TJBA, a SEAD desempenha um papel estratégico, garantindo a infraestrutura, o ambiente seguro e adequado e as ferramentas necessárias às atividades meio e finalísticas do TJBA.

Este documento é uma síntese das atividades, das conquistas e dos desafios enfrentados durante esse período, refletindo o comprometimento, a transparência e a busca contínua pela excelência na prestação de serviços administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Durante esses dois anos, a Secretaria de Administração dedicou-se, incansavelmente, a promover a modernização e a otimização dos processos administrativos, visando aprimorar a eficiência, a transparência e a agilidade no suporte aos serviços judiciários. Neste relatório, apresentamos não apenas as ações executadas, mas também os resultados alcançados e os projetos em andamento, que contribuíram para a melhoria da prestação jurisdicional em nosso Estado.

Destacamos o trabalho em equipe, da parceria com as demais áreas do Tribunal de Justiça e com os órgãos externos, bem como a participação e o envolvimento de todos os colaboradores que foram fundamentais para alcançar os objetivos estabelecidos.

Nosso compromisso permanente com a ética, a responsabilidade, a inovação e a busca incessante por uma gestão eficiente e transparente norteou nossas ações e decisões, contribuindo para a consolidação de um ambiente organizacional mais ágil, eficaz e alinhado com as demandas da sociedade baiana.

Ao longo deste relatório, será possível visualizar os avanços obtidos, os desafios enfrentados e as perspectivas para o futuro.

Os dados orçamentários e financeiros apresentados neste relatório tiveram como data corte 31 de outubro de 2023.

1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Inauguração de 73 unidades reformadas e/ou instaladas:

QTD	UNIDADES
1	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA DO FÓRUM RUY BARBOSA
2	REFORMA DO FÓRUM DE FORMOSA DO RIO PRETO
3	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO GALPÃO DE MUSSURUNGA
4	REFORMA DO PRÉDIO DOS MAGISTRADOS DE ILHÉUS
5	REFORMA DO FÓRUM DE CASTRO ALVES COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
6	REFORMA DO FÓRUM DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
7	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ
8	REFORMA DO FÓRUM DE VALENTE COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
9	REFORMA DO FÓRUM DE SANTALUZ COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
10	REFORMA DA ENTRADA DO EDIFÍCIO-SEDE
11	REFORMA DO FÓRUM DE ESPLANADA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
12	REFORMA DO FÓRUM DE ANDARAÍ COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA
13	REFORMA DO FÓRUM DE LENÇÓIS COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
14	REFORMA DO FÓRUM DE RUY BARBOSA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA
15	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA DO FÓRUM DO IMBUÍ
16	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE PORTO SEGURO
17	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE EUNÁPOLIS
18	REFORMA DO FÓRUM DE BARRA DO CHOÇA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
19	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA DO FÓRUM DE VITÓRIA DA CONQUISTA
20	INSTALAÇÃO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE FEIRA DE SANTANA
21	INSTALAÇÃO DAS SALAS PASSIVAS DO JUIZADO DE FEIRA DE SANTANA
22	PEDRA FUNDAMENTAL DE CRUZ DAS ALMAS
23	INSTALAÇÃO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E DA SALA PASSIVA DE LAURO DE FREITAS
24	REFORMA DO JUIZADO DE BARREIRAS COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA, DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL E DO CEJUSC FAMÍLIA NO FÓRUM
25	REFORMA DO FÓRUM DE IBOTIRAMA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
26	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA DO FÓRUM DE AMARGOSA
27	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA DO FÓRUM DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS
28	REVITALIZAÇÃO DA FACHADA DO FÓRUM RUY BARBOSA
29	REFORMA DA BIBLIOTECA DO COMPLEXO TJBA
30	ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
31	INSTALAÇÃO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E DA SALA PASSIVA DO FÓRUM DE PAULO AFONSO
32	INSTALAÇÃO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E SALA PASSIVA DO FÓRUM DE ALAGOINHAS
33	INSTALAÇÃO DA SALA DE CONVÍVIO DOS MAGISTRADOS APOSENTADOS DES. JATAHY FONSECA
34	INSTALAÇÃO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL E DA SALA PASSIVA DE JEQUIÉ
35	REFORMA DO FÓRUM DE JITAÚNA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
36	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE GANDU COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
37	REFORMA DO FÓRUM DE TERRA NOVA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
38	REFORMA DO FÓRUM DE AMÉLIA RODRIGUES COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
39	REFORMA DO FÓRUM DE ITACARÉ COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
40	REFORMA DO FÓRUM DE ITAJUÍPECOM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
41	NOVO FÓRUM DE CANARANA
42	NOVO FÓRUM DE LAPÃO

43	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE SANTO ESTEVÃO COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
44	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE EUCLIDES DA CUNHA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
45	REFORMA DO FÓRUM DE RIBEIRA DO POMBAL COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
46	PEDRA FUNDAMENTAL DE ALAGOINHAS
47	REFORMA DO FÓRUM DE JACOBINA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
48	REFORMA DO FÓRUM DE JAGUARARI COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
49	NOVO FÓRUM DE CRUZ DAS ALMAS
50	REFORMA DO FÓRUM DE RIACHÃO DAS NEVES COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
51	REFORMA DO FÓRUM DE SANTA RITA DE CÁSSIA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
52	REFORMA DO FÓRUM E JUIZADO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
53	PEDRA FUNDAMENTAL DE EUNÁPOLIS
54	REFORMA DO FÓRUM DE UBAITABA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
55	INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DO FÓRUM DE CAMPO FORMOSO
56	REFORMA DO FÓRUM DE MAIRÍ COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
57	REFORMA DO FÓRUM DE SANTA TEREZINHA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
58	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE ITAMARAJU COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
59	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE TEIXEIRA DE FREITAS COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
60	REFORMA DO FÓRUM E DO JUIZADO DE SANTA MARIA DA VITÓRIA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
61	REFORMA DO FÓRUM DE COCOS COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
62	REFORMA DO FÓRUM DE CARINHANHA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
63	REFORMA DO FÓRUM DE BOM JESUS DA LAPA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
64	REFORMA DO FÓRUM DE XIQUE-XIQUE COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
65	REFORMA DO FÓRUM DE IRAQUARA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
66	REFORMA DO FÓRUM DE CACHOEIRA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
67	REFORMA DO FÓRUM DE CASA NOVA COM INSTALAÇÃO DA SALA PASSIVA E DA SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL
68	NOVO FÓRUM DE BAIANÓPOLIS
69	REFORMA DO ESTACIONAMENTO DO FÓRUM DE BARREIRAS
70	NOVO FÓRUM DE TANQUE NOVO
71	NOVO FÓRUM DE BELO CAMPO
72	REFORMA ELÉTRICA DO FÓRUM CRIMINAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
73	PEDRA FUNDAMENTAL DE ILHÉUS

- Instalação de 101 Salas de Depoimento Especial por meio de fornecimento de mobiliário específico e disponibilização da infraestrutura necessária.
- Instalação de 204 Salas Passivas por meio de fornecimento de mobiliário, placas de sinalização e adequação de espaço.
- Mudança do Depositário Público de Salvador para o Centro Logístico do PJBA com a rescisão do contrato de locação, o que representa uma economia de R$54.799,35 ao mês.
- Atendimento e solução de situações relacionadas a depósitos judiciais.
- Acompanhamento das evoluções do Sistema BRBJUS, implantação da possibilidade de pagamento de depósitos judiciais via PIX e Implantação do sistema de consultas a dados processuais em tempo real no BRBJUS.
- Alimentação e controle das informações da SEAD no Portal da Transparência.
- Mapeamento de processos de contratação.
- Implantação do Contratos.gov – em andamento.
- Conclusão das primeiras licitações pela nova Lei de Licitações e Contratos (LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

1. DIRETORIA DE SERVIÇOS GERAIS – DSG

A Diretoria de Serviços Gerais (DSG) é responsável por realizar, fiscalizar, controlar a execução de serviços pertinentes à portaria, à recepção, à locação de imóveis, ao transporte, à produção gráfica e de impressos, à gestão das comarcas descentralizadas e a outros serviços auxiliares. A sua estrutura é composta por 4 Coordenações: Coordenação de Serviços Auxiliares (CSERV), Coordenação de Serviços Gráficos (CGRAF), Coordenação de Unidades Descentralizadas (CDESC) e Coordenação de Transporte (CTRAN).

O orçamento da DSG, no ano de 2023, foi estimado em R$85.670.000,00. Desse montante, foram destinados R$ 13.000.000,00 para as unidades do interior e R$72.670.000,00 para as demais coordenações da DSG.

Até o dia 31 de outubro de 2023, dos R$72.760.000,00 das coordenações da DSG, já foi liquidado e pago o montante de R$64.285.118,36, equivalente a 88% do orçamento. Já as unidades do interior liquidaram e pagaram, no mesmo período, o valor de R$11.602.511,93, que corresponde a 89% do orçamento inicial.

No FUNSEG e na DSG, já foi empenhado o valor de R$1.177.998,84, sendo pago, até o dia 31 de outubro de 2023, o montante de R$1.058.122,86.

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Gestão de 60 contratos de prestação dos seguintes serviços que contam com 1.428 colaboradores terceirizados em dedicação exclusiva de mão de obra: apoio à movimentação de bens e cargas; captação e agenciamento de demandas; cessão de

uso dos espaços para restaurante e lanchonete; controle de pragas; copeiragem, fornecimento de lanches e refeições para o júri; fornecimento e distribuição de água mineral; jardinagem, lavagem de tapetes, cortinas e estofados; lavagem de vestes talares, limpeza e conservação; monitoramento eletrônico, operação de áudio e som; controle de acesso de pessoas e veículos; recepção; ressocialização dos apenados; vigilância patrimonial armada; serviços de encadernação de livros cartorários, impressão gráfica em geral e publicação em mídia impressa de aviso de editais e outras publicações legais; e locação de veículos, agenciamento de transporte (PJ TÁXI), abastecimento de veículos, manutenção de veículos, blindagem de veículos e condução veicular.

- Adequação de espaços para implantação das Salas de Depoimento Especial.
- Adequação das instalações de prédios para atendimento dos requisitos de acessibilidade.
- Gestão de 4 contratos de locação de imóveis na capital e 17 no interior.
- Implantação do serviço de controle de acesso de veículos e pessoas nos Fóruns da capital e em Vitória da Conquista e iniciação dos estudos para ampliação do serviço para as comarcas de entrância final e as que tiverem unidades prisionais.
- Ampliação do contrato de recepção para atendimento a todas as comarcas do PJBA.
- Contratação de serviço de captação de demandas administrativas para diversas unidades da capital e do interior (entrância final).
- Formalização de aditivos para ampliação dos contratos de limpeza e portaria para atender aos novos Fóruns.
- Atuação como unidade-piloto na implantação do sistema de gerenciamento de contratos – ContratosGov.
- Realização de processo licitatório para contratação de empresas para fornecimento de lanches e refeições para sessões do Tribunal do Júri nas comarcas do interior; para fornecimento de água mineral; para contratação de serviços de controle integrado de pragas e vetores urbanos; para contratação de serviços de lavagem de opas e togas; para contratação de nova frota de veículos institucionais; e para contratação de serviço de blindagem de veículos.
- Implantação do serviço “PJ Táxi” – intermediação dos serviços de transportes: amplia as opções para o transporte institucional na falta ou na insuficiência dos veículos de propriedade deste TJBA e/ou locados, com vistas ao bom andamento das atividades demandadas pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia.
- Atendimento a 6.384 solicitações de transporte diário e 2.522 de viagem em 2022 e 5.174 solicitações de transporte diário e 3.983 de viagem até outubro de 2023.
- Realização de 30.556 impressões e de 2.074 encadernações em 2022 e de 1.177.492 impressões e de 10.344 encadernações até outubro de 2023, em atendimento às demandas das diversas unidades do TJBA.

1. DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – DEA

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura é composta por 3 Coordenações: Coordenação de Manutenção Predial (COMAN), Coordenação de Obras (COOBA) e Coordenação de Projetos Arquitetônicos (CPROJ). Além disso, é responsável por executar, fiscalizar e acompanhar a manutenção de bens móveis e imóveis; elaborar e acompanhar projetos arquitetônicos; e executar e acompanhar obras e serviços de construção, ampliação, reforma, avaliação no âmbito do Poder Judiciário.

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Elaboração, revisão e execução do Plano de Obras do Biênio 2022/2024.
- Reforma e ampliação do Centro Logístico do PJBA.
- Reforma da fachada e iluminação do Fórum Ruy Barbosa.
- Construção dos novos Fóruns de Lapão, Canarana e Cruz das Almas.
- Intervenções nas Comarcas de Itaberaba, Irecê, Barreiras, Canavieiras, Ruy Barbosa, Senhor do Bonfim, Eunápolis, Formosa do Rio Preto, Conceição do Almeida, Itapetinga, Jequié, Valença, Igaporã, Capim Grosso, Macarani, Ilhéus, Andaraí, Lençóis, Esplanada, Barra do Choça, Castro Alves, Bom Jesus da Lapa, Santaluz, Cachoeira, Ibotirama, Valente, Jacobina, Amélia Rodrigues, Gandu, Jitaúna, Terra Nova, Itajuípe, Itacaré, Santo Estêvão, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Santa Rita de Cássia, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Santa Terezinha, Mairi, Santa Maria da Vitória, Carinhanha, Cocos, Iraquara, Xique-Xique, Riachão das Neves, Jaguarari, Ubaitaba, Wenceslau Guimarães, Casa Nova e nos prédios da Capital.
- 9 Projetos de construção.
- 74 Projetos de reforma.
- 206 Projetos de alteração de layouts e reformas de salas.
- 53 Projetos para instalação de CEJUSC's.
- 123 Projetos complementares de instalações elétricas.
- 19 Projetos de estrutura.
- 66 Projetos de acessibilidade.
- 56 Projetos para Salas de Depoimento Especial.
- 5100 Sinalizações (placas de inauguração, letreiros, front-lights, plotagens, placas internas e externas).
- Atendimento de 32.079 chamados de serviços elétricos, civis, hidráulicos, pintura, chaveiro, com vidros, carpintaria, gesso, serralheria, ar-condicionado, geradores, subestação, sistema a vácuo e transporte vertical.

- Tratativas com a Coelba de projeto de instalação de lâmpadas led, resultando na substituição de lâmpadas fluorescentes por led, gerando uma economia estimada de R$ 305.126,08 com gastos com energia elétrica e de R$ 226.730,63 com gastos de aquisição de lâmpadas.

- Revisão de contratos da Coelba até dezembro de 2023, que gerará uma economia estimada de R$ 506.567,27.

- Rescisão do contrato de manutenção em sistema de incêndio da capital e aditivo no contrato do interior, gerando uma economia estimada em R$ 523.566,40 (março/2022 a dezembro/2023).

- Supressão de 27,16% do contrato de manutenção rotineira, gerando uma economia estimada em R$ 472.340,04 (março/2022 a dezembro/2023).

- Substituição dos pares de extintores pelo extintor ABC – 08/2022-S, gerando uma economia, do início da gestão 2022/2024 até o presente momento de R$17.750,00.

1.2. PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO

- Construção dos novos Fóruns de Tanque Novo, Alagoinhas, Belo Campo, Baianópolis com conclusão prevista até janeiro de 2024 e Eunápolis que será concluído ao longo de 2024.

- Licitação para a obra de construção do novo Fórum de Ilhéus.

- Licitação de apoio à fiscalização da obra de construção do novo Fórum de Ilhéus.

- Nova licitação de demanda dos lotes do interior e da capital.

- Instalação de 2 novos elevadores no Fórum Criminal de Vitória da Conquista e de 1 novo elevador no Fórum da Comarca de Cachoeira.

- Instalação de plataformas elevatórias nas Comarcas de São Félix, Amargosa e Conceição do Almeida.

- Instalação de sistema fotovoltaico nas Comarcas de Riachão das Neves, Andaraí, Caetité, Pojuca, Esplanada, Castro Alves, Capim Grosso, Itaberaba, Xique-Xique, Mairi e Riachão do Jacuípe.

1. DIRETORIA DE SUPRIMENTO E PATRIMÔNIO – DSP

A Diretoria de Suprimento e Patrimônio (DSP) é responsável por planejar, em conjunto com as unidades demandantes, bem como por acompanhar, controlar as atividades relativas à aquisição e à administração de suprimento de material, de bens móveis, bens imóveis e do controle patrimonial. Além disso, é formada pela Coordenação de Compras (CCOMP), pela Coordenação de Distribuição (CODIS) e pela Coordenação de Controle Patrimonial (COPAT).

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de aquisições de materiais permanentes para atendimento às solicitações represadas na pandemia.

- Intensificação das distribuições de materiais de EPI's e insumos de combate à proliferação do COVID-19 no ano de 2022, garantindo o retorno das atividades jurisdicionais presenciais de forma segura.

- Apoio à Corregedoria da Capital no saneamento dos bens armazenados no depositário público.

- Recuperação e reutilização de mobiliários, bens de consumo e equipamentos em geral para redistribuição às unidades do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

- Realização de recolhimento de 2.500 caixas de processos nas Comarcas do interior, solicitadas pela UNIJUD.

- Realização de recolhimento de aproximadamente 300.000 processos físicos, solicitados pela Corregedoria e pela DPG.

- Instrução de 72 processos para aquisições mediante Pregão Eletrônico.

- Emissão de 656 Autorizações de Fornecimento de Material – AFM's.

- Elaboração de 162 Atas de Registro de Preços.

- Realização de 07 ETP’s – Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de materiais.

- Instrução de 256 processos de penalidades.

- Aquisição de mobiliários em geral e para as Salas de Depoimento Especial.

- Aquisição e substituição de mobiliários para o 2º grau.

- Aquisição de elevadores e plataformas elevatórias para melhoria da acessibilidade nas Comarcas de Amargosa, Cachoeira, Conceição do Almeida, São Félix e Vitória da Conquista.

- Aquisição de aparelhos de ares-condicionados para as novas instalações e reposições rotineiras.

- Aquisição de 3 empilhadeiras para melhoria dos serviços de almoxarifado e melhoria nas condições laborativas.

- Processo para aquisição de livros para Biblioteca.

- Distribuição de kits de videoconferência para as Salas de Depoimento Especial e mobiliários para as Salas Passivas.

- Distribuição de 174 Kits de biometria em parceria com o GMF.

- Realização do Inventário Geral de bens móveis, imóveis e intangíveis de todas as unidades do PJBA, com 202.000 bens móveis saneados e 571 imóveis inventariados, entre capital e interior.

- Realização de Leilão 2022.1 com 25 lotes em 14/09/2022, com previsão de arrecadação de R$ 26.600,00, sendo arrecado o valor de R$ 85.647,50.

- Realização de Leilão 2022.2 com 38 lotes em 14/10/2022, com estimativa de arrecadação de R$ 61.439,70, sendo arrecado o valor de R$ 129.871,48.

- Realização de Leilão 2023.1 com 37 lotes em 25/04/2023, com estimativa de arrecadação de R$ 42.460,00, sendo arrecado o valor de R$ 152.170,00.

- Realização de Leilão 2023.2 com 26 lotes em 30/06/2023, com estimativa de arrecadação de R$ 23.930,00, sendo arrecado o valor de R$ 52.080,00.

- Realização de Leilão 2023.3 com 37 lotes em 04/10/2023, com estimativa de arrecadação de R$ 54.420,00, sendo arrecadado o valor de R$ 177.000,00.

- Realização do Leilão de Veículos.

- Instrução de processo para alienação de 5 imóveis na capital.

- Tombamento de 26.198 bens móveis e 10 imóveis.

- Recolhimento de 39.923 bens móveis.

- Participação na elaboração dos fluxos para diversas contratações à luz da nova Lei de Licitações.

- Aquisição e distribuição dos detectores de metal às diversas unidades, conforme deliberação do GSI.

- Aquisição de coletes balísticos para uso dos Magistrados e dos Oficiais de Justiça.

- Apoio na organização das entregas de obras e reformas nas diversas comarcas, principalmente na montagem de móveis.

- Regularização dos terrenos nas Comarcas de Alagoinhas, Baianópolis, Belo Campo, Tanque Novo, Ilhéus e Lauro de Freitas, visando à construção dos novos Fóruns.

- Homologação e treinamento do Sistema de Imóveis (SIMOV)

- Homologação e treinamento do Sistema de Bens Móveis (GEAFIN).

1. DIRETORIA DE FINANÇAS – DFA

A Diretoria de Finanças (DFA) é responsável por planejar e coordenar as atividades de execução orçamentária, financeira, de contabilidade e de liquidação de todas as despesas realizadas e é formada pela Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COORF), pela Coordenação de Liquidação (COLIQ), pela Coordenação de Contabilidade (COTAB) e pelo Núcleo de Comprovação de Adiantamentos e Diárias - NCAD.

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Acompanhamento da execução dos serviços bancários prestados pelo Banco de Brasília S.A. (BRB), na captação e na administração dos depósitos judiciais, administrativos e finanças, bem como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) no âmbito da jurisdição do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Os serviços decorrem de contratação precedida de processo licitatório, no qual o referido Banco se sagrou vencedor.

- O acompanhamento demandou especial atenção desta Diretoria no período, em face do expressivo valor envolvido e da necessidade de mudança do sistema destinado a operacionalizar os depósitos e os alvarás judiciais.

- Nesse aspecto, buscando otimizar os trabalhos das serventias judiciais, a DFA compareceu a diversas reuniões multissetoriais, acompanhando e opinando no tocante às evoluções do Sistema BRBJUS, bem como engajou um grupo de trabalho colaborando com a resolução de 551 demandas apresentadas, mediante o Sistema Planner.

- Impende destacar que a migração dos depósitos judiciais do Banco do Brasil (BB) para o BRB representou relevante desafio, considerando a experiência e a capilaridade do primeiro em relação ao segundo, cuja área de atuação estava restrita ao âmbito do Distrito Federal.

- Com o empenho das equipes técnicas do Tribunal de Justiça e o apoio da Presidência por intermédio da Comissão de Transição, presidida por uma Desembargadora, e do BRB, pode-se afirmar que o Poder Judiciário obteve significativo avanço na prestação do serviço aos jurisdicionados, uma vez que o Sistema BRBJUS do BRB, no momento, supera o SISCONDJ do BB e está em processo de avanço, considerando as demandas de melhoria que o Tribunal vem apresentando no sentido de aperfeiçoá-lo, situação à qual o BB apresentava resistência.

- Contratação de serviços bancários para o pagamento da folha de pessoal de todos os magistrados, servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como o pagamento dos fornecedores de bens, serviços e insumos do Poder Judiciário, diante do fim da vigência do contrato nº 64/17-S, celebrado entre o Estado da Bahia, por intermédio do Tribunal de Justiça, e o Banco Bradesco S/A.

- Nessa nova contratação, além da centralização, o Tribunal negociou vantagens na prestação dos serviços aos integrantes do quadro de pessoal, assim como na obtenção do melhor resultado financeiro, tendo o Banco vencedor do certame pago o montante de R$92.500.000,00, decorrente da exclusividade, a fim de aplicá-lo no aparelhamento e no aperfeiçoamento das atividades finalísticas do Poder Judiciário aos jurisdicionados.

- Acompanhamento diário do fluxo de caixa, mediante o monitoramento das contas bancárias utilizadas pelo PJBA, que, atualmente, totalizam 39, com o objetivo de manter as disponibilidades investidas como forma de aplicar a melhor dinâmica possível para obter rendimentos que proporcionem eficiência na arrecadação financeira do Poder Judiciário.

- Instrumentalização e operacionalização do procedimento de controle de pagamentos dos passivos de pessoal aos servidores do Poder Judiciário do Estado da

Bahia pela Coordenação de Contabilidade (COTAB), em conjunto à Diretoria de Recursos Humanos (DRH).

- Adoção de medidas objetivando a recuperação de créditos perante o Estado da Bahia, referente aos recolhimentos decorrentes de cobranças de dívida ativa junto ao Poder Executivo, por meio do Tesouro Estadual (Diretoria do Tesouro – DEPAT).

- Implantação do e-Social, a plataforma on-line do governo que unificou a entrega de 15 obrigações da área trabalhista, no âmbito do Poder Judiciário.

- Implantação da EFD-Reinf. A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 17 de março de 2017, revogada pela Instrução Normativa RFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021, trata-se de um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponível no Portal e-CAC, no qual os órgãos e as entidades precisarão prestar informações necessárias à apuração das contribuições previdenciárias.

- Publicação do Decreto de Pagamento do Tribunal de Justiça da Bahia, o qual possibilitou a conversão do processo de pagamento físico em eletrônico, resultando em economia para a administração em face da dispensa de impressão de todos os documentos integrantes dos autos, inclusive alguns volumosos. Por isso se buscou normatizar uma rotina que adequasse a necessidade de assinatura/autorização digital de todas as etapas da despesa, bem como possibilitasse à Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (COORF) receber os processos para pagamentos distintos dos demais e por ordem cronológica de recebimento. Além disso, essa alteração dispensa a utilização de pessoal para o trâmite dos autos entre os setores, o que resulta celeridade e maior eficiência na gestão pública.

- A publicação desse Decreto considerou a necessidade de normatização da priorização à ordem cronológica de pagamento das obrigações do Poder Judiciário, a fim de atender às disposições do art. 6º da Lei Estadual nº 9.433/2005, bem como do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, execução de obras e prestação de serviços, etc. Considerou, também, a Resolução CNJ nº 469, de 31 de agosto de 2022, a qual determinou a necessidade de se estabelecer o trâmite exclusivamente por meio eletrônico dos processos de pagamento, já que eram os únicos não contemplados pelo TJBA.

- Integração do SIGA e o SISDIÁRIAS, com a publicação do Decreto Judiciário nº 662, trazendo maior celeridade e otimização na abertura dos processos eletrônicos de pagamento de diárias.

- Retomada das implementações necessárias à implantação do requerimento eletrônico de ressarcimento de quilometragem integrado ao Sistema de Diárias, tornando o trâmite mais transparente e célere.

- Criação do Manual Interno de Procedimentos Liquidatórios pela COLIQ, objetivando identificar, para análise, no fluxo do processo de pagamento, as atividades realizadas pelas Unidades Gestoras; identificar os atos a praticar e os já praticados pela COLIQ; criar mecanismos de trabalho e novas rotinas; orientar os agentes na compreensão do processo de pagamento e prevenir riscos. A mesma Coordenação executou o Projeto 'Treinamento Sobre a Formação do Processo de Pagamento', aplicado em todas as Unidades Gestoras deste Tribunal, objetivando apurar dificuldades e inconsistências na formação do processo; corrigir defeitos de procedimentos; orientar a execução de atos de instrução e lançamentos sistêmicos (FIPLAN e

SGF). Foi realizado, também, um evento intitulado de Tratativas sobre o Processo de Pagamento, direcionado ao Governo do Estado da Bahia-SECOM, Secretaria de Comunicação Social, objetivando o estreitamento dos laços entre os Órgãos do Poder Judiciário e Poder Executivo, no tocante, principalmente, ao trato com o processo de pagamento.

- Atualização do Sistema de Recursos Humanos para Controle de Concessões de Pagamentos de Verbas e Gratificações. Para aprimorar a governança interna e eficiência administrativa, foi proposta, inicialmente, a criação de um sistema independente, destinado à Coordenação de Liquidação (COLIQ), focado no monitoramento de verbas e gratificações pagas na folha de pagamento.

- Implementação do Cartão Corporativo em parceria com o Banco do Brasil, um cartão com liquidação imediata, criado para proporcionar agilidade, segurança, modernidade, melhor controle de gastos e prestação de contas na utilização dos recursos públicos, proporcionando, ainda, maior transparência. Permite, também, compras de bens e serviços, pagamento de contas e saques, quando autorizados.

- Análise da variação da Receita.

RECEITA DO FUNDO DE APARELHAMENTO JUDICIÁRIO – FAJ

No período de fevereiro de 2022 a outubro de 2023, a arrecadação com as demais receitas do FAJ foi de R$638.451.193,66. Enquanto a arrecadação com alienação de bens foi de R$224.839,18.

Segue quadro demonstrativo da variação total das receitas do FAJ.

[1] Informamos que, no exercício de 2023, houve o ingresso de R$ 161.760,00 na conta nº 96.139-6, de titularidade deste Poder Judiciário, em decorrência dos leilões de bens móveis inservíveis. No entanto, salientamos que o registro contábil ainda não foi realizado em virtude da tramitação processual necessária.

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS – FUNSEG

A receita própria do FUNSEG, referente ao período de fevereiro de 2022 a outubro de 2023, foi de R$5.306.867,25. Enquanto a receita com alienação de bens foi de R$56.209,80. Segue quadro demonstrativo da variação total das receitas do FUNSEG.

[2] Informamos que, no exercício de 2023, houve o ingresso de R$ 40.440,00 na conta nº 96.139-6, de titularidade deste Poder Judiciário, relativa a cota-parte do FUNSEG na receita oriunda dos leilões de bens móveis inservíveis. No entanto, salientamos que o registro contábil ainda não foi realizado em virtude da tramitação processual necessária.

RECEITA DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Analisando o comportamento da receita de custas cartorárias (Fonte 120), concernentes ao período de fevereiro de 2022 a outubro de 2023, verifica-se que foi arrecadado um montante de R$1.317.384.188,52; ao passo que, com as demais receitas (Fonte 113), foi arrecadado o montante de R$41.514.610,18.

Com relação à Fonte 100, nota-se que o montante relativo aos repasses efetuados pelo Tesouro, no período de fevereiro de 2022 a agosto de 2023, correspondeu ao total de R$4.158.553.760,24.

Os ingressos de recursos financeiros, no período de fevereiro/2022 a outubro/2023 no Tribunal de Justiça, alcançaram o montante de R$6.161.491.668,83 (seis bilhões, cento e sessenta e um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos), conforme evidencia a tabela seguinte.

1. NÚCLEO DE LICITAÇÃO – NCL

O Núcleo de Licitação é o setor responsável por realizar, assessorar, coordenar e prover meios para a realização dos procedimentos licitatórios para a aquisição de bens e a contratação de serviços a serem utilizados pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia.

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

QUADRO CONSOLIDADO DAS LICITAÇÕES REALIZADAS ATÉ 31/10/2023

Descrição	Quantidade			Valor das concluídas (3)
	Em andamento (1)	Concluídas(2) 2022+2023	Total	
Modalidade de licitação				
Convite	-	-		-
Tomada de preços	-	03	03	5.980.545,03
Concorrência (5)	03	14	17	120.505.519,72
Pregão Presencial	-	01	01	92.500.000,00(4)
Pregão Eletrônico (Aquisição/Registro de Preços/Prestação de serviços)	21	117	138	264.505.932,03
Subtotal	24	135	159	**390.991.996,78**

Notas:
(1) Publicadas pelo NCL no período e não concluídas até 31/10/2023.
(2) Concluídas até 31/10/2023 (HOMOLOGADAS, FRACASSADAS, REVOGADAS, DESERTAS, CANCELADAS E ANULADAS).
(3) Somatório dos valores das licitações homologadas até 31/10/2023.
(4) Critério de Julgamento Maior Oferta – Valor recebido pelo TJBA – R$92.5000.000,00
(5) Dentre as Licitações na modalidade Concorrência, uma (CP 001/2022) teve como critério de Julgamento Maior Oferta – Valor recebido pelo TJBA – R$139.860,00 (12 meses).

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DAS LICITAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE 2022/2024 (ATÉ 31/10/2023)

Descrição	Quantidade						
	Homologadas	Fracassadas	Desertas	Revogadas	Canceladas	Anuladas	Total
Modalidade de licitação							
Tomada de preços	3						3
Concorrência	11	2				1	14
Pregão Presencial	1						1
Pregão Eletrônico (Aquisição/Registro de Preços/Prestação de serviços)	105	7	2	1	1	1	117
Subtotal	120	9	2	1	1	2	135

- Contratação de empresa especializada em Serviços de Consultoria em Licitações e Contratações Públicas, pela Plataforma STIC, mediante o Processo nº TJ-ADM-2022/59876.

- Elaboração da minuta de Ato Normativo de Procedimentos para Pregoeiro e Equipe de Apoio, em setembro/2022.

- Elaboração de minuta do novo decreto visando à regulamentação do Núcleo em razão da nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021.

- Adesão ao Sistema ComprasGov do Governo Federal, como plataforma de procedimentos de Pregão Eletrônico e demais modalidades previstas na nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 e acesso ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), previsto nessa norma.

- Participação na articulação dos projetos-pilotos para implementação inicial dos procedimentos pertinentes à nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, objeto dos Decretos Judiciários nº 33/2023 e nº 349/2023, bem como na implementação das ações decorrentes da referida regulamentação, elaborando minutas dos editais de licitação e executando os procedimentos previstos nesse estatuto, no âmbito da coordenação de procedimentos internos e execução da fase externa das licitações.

- Execução de licitações regidas pela nova lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, utilizando como ferramenta o novo Sistema Compras.gov, incorporado pelo Núcleo Central de Licitação (NCL). Nesse segmento, registramos que foram efetuados procedimentos em 21 (vinte e um) processos licitatórios. Dentre estes, ocorreram procedimentos de Aquisição, incluindo Registro de Preços, Prestação de Serviços Terceirizados e Obras Civis. Destes, 07 (sete) estão encerrados e 14 (quatorze) estão em andamento. Tal ação só foi possível graças à proatividade da cadeia de contratação da Administração do TJBA, na sua estratégia de encaminhamento das demandas relativas ao tema.

1. COMISSÃO PERMANENTE DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – CPSA

A Comissão Permanente de Sanções Administrativas (CPSA) possui a competência fundamental de conduzir os processos sancionatórios impulsionados pelas áreas demandantes, apurando as condutas cometidas pelos fornecedores licitantes e contratados e, ao final, elaborar relatórios conclusivos, para que a autoridade competente fundamente aplique as decisões, garantindo o respeito aos preceitos constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

A ação da CPSA é essencial para mitigar os riscos envolvidos em possíveis más contratações que possam atingir, diretamente, o interesse público, afastando as empresas que não possuem a conduta adequada, visando alcançar e promover a melhoria das relações firmadas com este órgão, melhorando a qualidade dos serviços prestados e dos materiais contratados.

1.1. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- ARQUIVAMENTO DO ACERVO ACUMULADO

A unidade promoveu o arquivamento de 604 processos, montante equivalente a 65% do acervo existente em 2022, levando a uma redução de 37% do acervo acumulado.

- ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA BAHIA (PGE/BA) DOS PROCESSOS SEM VALORES DE MULTA RETIDOS PARA COBRANÇA JUDICIAL

A gestão empenhou-se em ampliar o diálogo com a PGE e a promover o encaminhamento dos processos para cobrança dos valores aplicados a título de multa, sendo viabilizado por meio do cadastro da CPSA no Sistema SIGANT, bem como disponibilizado treinamento da equipe para a utilização do referido sistema.

- PADRONIZAÇÃO DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DA UNIDADE

Buscando a contínua melhoria e aperfeiçoamento, a atual gestão promoveu o saneamento da unidade, dando prosseguimento ao acervo acumulado, além de mover, com mais celeridade, os novos processos que chegaram por meio da padronização de fluxos e procedimentos, como minutas padrões e check-lists, conferindo mais celeridade ao andamento processual e mais segurança e autonomia à equipe.

- PADRONIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PELAS UNIDADES REQUERENTES

Com a movimentação regular dos processos, a relevância da CPSA começou a ser sentida dentro das contratações, tanto pelas unidades que vêm passando a ter mais rigor no tocante à fiscalização dos contratos, quanto pelas empresas que passaram a ver o cumprimento das suas obrigações com mais seriedade, melhorando, assim, a qualidade nos serviços prestados.

Assim, a unidade promoveu a padronização da instrução dos processos pelas unidades requerentes, mediante elaboração de check-lists, cartilhas de orientação e contínuas reuniões, ampliando o diálogo e conferindo maior celeridade aos processos.

1.2. AÇÕES E PROJETOS FUTUROS

- ADEQUAÇÃO À NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (Lei nº 14133/2021)

Criação de manual para público interno e externo, criação de fluxos processuais e padronização dos documentos a serem confeccionados e treinamento da equipe.

- ESTRUTURAÇÃO DE ABA DA CPSA NO SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Visa conferir melhor orientação do público externo (empresas e advogados) e do público interno (unidades requerentes) sobre os ilícitos administrativos e o processo sancionatório.

- CONCLUSÃO DOS PROCESSOS INICIADOS ATÉ 2021.

- TREINAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS SOBRE A INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS SANCIONATÓRIOS, com foco no manual a ser criado.

- REVISÃO DO CONVÊNIO COM A SAEB, PARA ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA REFERENTE À CONDUÇÃO DOS PROCESSOS SANCIONATÓRIOS.

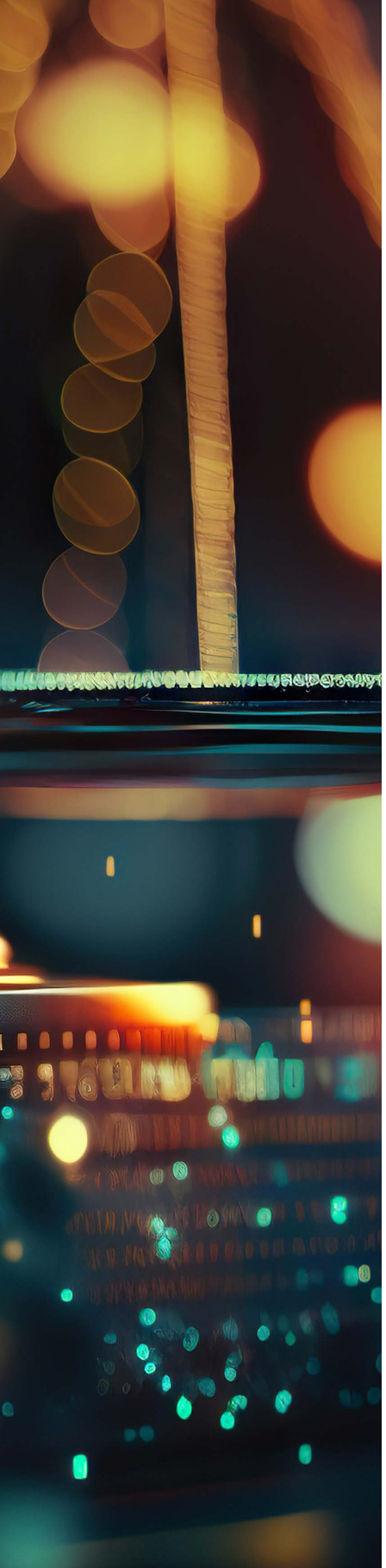
1.3. ACERVO PROCESSUAL ATUAL (ATÉ 15/11/2023)

O quantitativo de processos administrativos sancionatórios é dinâmico, razão pela qual poderá ocorrer alteração na quantidade existente devido ao constante recebimento e ao arquivamento de autos.

No início da gestão, a Comissão possuía o total de 934 processos em andamento. Atualmente, a CPSA possui 589 processos em tramitação, sendo 370 processos regulares e 219 processos provenientes do convênio SAEB. Nesse sentido, foram exaradas 548 decisões administrativas, com a previsão de serem prolatadas mais 60 decisões até a finalização do biênio.

E foram arquivados 604 processos, com o consequente ingresso definitivo aos cofres do Poder Judiciário baiano do montante de R$ 1.129.464,20. A previsão é que sejam arquivados, ainda neste biênio, aproximadamente 60 processos.

ANO	2022	2023	TOTAL
ACERVO	934	589	X
DECISÕES APLICADAS	208	340	548
ARQUIVADOS	322	282	604
VALOR INGRESSADO	R$ 311.573,95	R$ 817.890,25	**R$ 1.129.464,20**



SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), criada pela Lei estadual nº 13.935, de 11 de maio de 2018, tem por competência **"planejar, coordenar, executar e controlar as políticas, diretrizes e ações de recursos humanos, gerindo a estrutura funcional do Poder Judiciário, desde o recrutamento e seleção de pessoal até o controle de lotação e movimentação de servidores, promovendo políticas de capacitação permanente e planejamento funcional, assim como desenvolvendo ações relacionadas à saúde e ao bem-estar dos servidores em geral"** (conforme Resolução nº 20, de 22 de novembro de 2017).

Segue, abaixo, a relação das Diretorias, com as respectivas coordenações que compõem a SEGESP.

UNIDADES	ATRIBUIÇÕES
Diretoria de Recursos Humanos – DRH (COREC, CODESP, CODES, COPAG, CPREV)	Gerir os atos afetos à vida funcional de Magistrados e Servidores, bem como executar as políticas de recursos humanos estabelecidas pela Secretaria.
Diretoria de Assistência à Saúde – DAS (CDONT, COMED, COSOP)	Cuida das questões voltadas à saúde, desde o planejamento das ações a serem implementadas – com o apoio do Comitê Gestor Local de Atenção à Saúde dos Magistrados e dos Servidores – até a prestação de assistência médico-odontológica de Magistrados, Servidores e dependentes.
Junta Médica – JMO	Responsável pela execução das atividades médico-periciais no atendimento a Magistrados e Servidores deste Poder.

2. METAS PREVISTAS PARA A GESTÃO 2022/2024 E DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO

META	DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO
Ações do calendário de saúde e qualidade de vida	Conforme se depreende do Item 4.1 deste relatório, as ações do calendário de saúde e qualidade de vida são executadas regularmente de acordo com o cronograma previsto.
Videocast e Podcast	Foram gravados e publicados, ao longo da Gestão 2022/2024, 10 episódios do Podcast Café, Gestão e Pessoas. Por questões técnicas, apresentadas pela Assessoria de Comunicação Social, não foi possível realizar o Vídeocast.
Capacitação da equipe técnica de servidores	A equipe técnica da Secretaria de Gestão de Pessoas participou, efetivamente, de 10 (dez) capacitações no decorrer da Gestão 2022/2024.
Aperfeiçoamento dos fluxos processuais de RH	Na Gestão 2022/2024, o Escritório de Projetos Departamental da SEGESP contribuiu com o mapeamento e a melhoria de 10 (dez) processos da área de Gestão de Pessoas.
Modernização dos Sistemas de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Visando ao cumprimento dessa meta, foram realizadas várias melhorias nos Sistemas de Recursos Humanos e Sistema de Folha de Pagamento. Seguem alguns exemplos: - adequação do sistema de folha de pagamento, para que a criação de verba seja possibilitada apenas com autorização do Diretor de Recursos Humanos; - implantação de atualização dos proventos proporcionais e dos proventos por média aritmética, com base no INPC; - melhoria do Sistema de Segurança para os usuários de rede e dos sistemas da área de Recursos Humanos em parceria com a SETIM; - implantação de novas funcionalidades nos Sistemas de Recursos Humanos (SRH e FOLHA), em parceria com a Coordenação de Sistemas(COSIS), com vistas à realização de registros mais precisos nos assentamentos funcionais nas aposentadorias (com reflexos na Certidão e no Mapa de Tempo de Serviço), bem como de averbações de tempo de serviço (identificação da natureza do vínculo funcional averbado, p.ex.,estatuário, celetista, etc.); - realizados ajustes na confecção da folha de pagamento dos estagiários, com intuito de atender à Medida Provisória 1.171, de 30 de março de 2023, que alterou a faixa do Imposto de Renda, isentando os estagiários de pós-graduação desta Corte; - Implantação da rotina, no Sistema de Gestão da Frequência (GEFRE), de aprovação automática do banco de horas dos servidores, com reflexo na Folha de Pagamento.

Realização de estudos sobre o programa de Residência Jurídica	O estudo sobre o programa de residência jurídica foi iniciado, no entanto, devido ao apontamento do CNJ, durante inspeção no ano de 2022, e ao conhecimento de decisão judicial suspendendo o referido programa em outros Tribunais, o estudo não foi finalizado.
Contratação de empresa para realização de concurso público para ocupação de cargos efetivos de servidores do PJBA	A Fundação Carlos Chagas (FCC) foi a empresa contratada, em 25/01/2023, para Prestação de serviços técnicos especializados de organização, planejamento e realização do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento dos cargos das Serventias da Justiça e área administrativa, inclusive com formação de cadastro reserva no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
Contratação de empresa para realização de concurso público para Juízes Leigos e Conciliadores	Em 14 de março de 2023, foi contratada a empresa Fundação Getúlio Vargas para prestação de serviços técnicos especializados de organização, planejamento e relação de processo seletivo para formação do cadastro de reservas para os Auxiliares de Justiça, nas funções de Juízes Leigos e Conciliadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.
Desenvolvimento do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) das unidades de entrância final do PJBA	Entrega do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) das unidades das comarcas de entrância final, em agosto/2023.
Contratação de empresa para prestação de serviços de operacionalização de pesquisa de clima organizacional no PJBA	Contratada, em 03/10/2023, empresa para prestação de serviços de operacionalização de pesquisa de clima organizacional no PJBA. Previsão de aplicação da pesquisa de clima organizacional neste Poder Judiciário ao longo do ano de 2024.
Contratação de serviço especializado de UTI móvel por demanda	Conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico de 12 de setembro de 2023, foi contratada empresa para prestação de serviços de locação de ambulâncias tipo UTI Móvel (Unidade de Suporte Avançado), com equipe completa de médico, enfermeiro e motorista socorrista, para atuar em eventos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, sob demanda.
Implantação do Grupo de acolhimento e orientação nas questões de assédio moral, sexual, discriminações e violências de gênero para os estagiários do PJBA	O Grupo de acolhimento e orientação nas questões de assédio moral, sexual, discriminações e violências de gênero para os estagiários do PJBA, PROJETO AMPARE, é uma realidade e já conta com uma série de entregas iniciadas a partir de maio/2023, como ambiente de acolhimento psicológico, palestras e aulas.
Acompanhamento da Estratégia	O Escritório de Projetos Departamental da SEGESP realiza, periodicamente, o acompanhamento da estratégia, por meio, inclusive, da atualização dos Indicadores dos Objetivos Departamentais (ITEM 4.2). Ressalte-se que esta Secretaria segue adotando as providências necessárias visando à execução dos objetivos estratégicos relacionados à área de gestão de pessoas, como a contratação de empresa para prestação de serviços de operacionalização de pesquisa de clima organizacional no PJBA. Na Gestão 2022/2024, não houve novo projeto estratégico cujo patrocinador/demandante tenha sido a Secretaria de Gestão de Pessoas.

3. AÇÕES EM ANDAMENTO

- Finalização das regras para entrega do simulador de aposentadoria
- Novembro Negro ano 2023

4. INDICADORES

4.1 INDICADORES – ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA: OBJETIVOS DEPARTAMENTAIS

OBJETIVOS DEPARTAMENTAIS / INDICADORES

OBJETIVO	INDICADOR	ABREV	ALVO	META DO ÚLTIMO PERÍODO	APURAÇÃO ULTIMO PERÍODO
ACOMPANHAR ANUALMENTE A QUANTIDADE DE MATERIAL DE CONSUMO REQUISITADO PELOS ÓRGÃOS DAS UNIDADES VINCULADAS À SEGESP, REDUZINDO EM 30%, ATÉ 2026.	REDUÇÃO DA QUANTIDADE DE MATERIAL DE CONSUMO	IRQMC	REDUÇÃO, EM 30%, NA QUANTIDADE DE MATERIAL DE CONSUMO REQUISITADO, ATÉ 2026.	5%	[1]
AUMENTAR EM 30% O GRAU DE SATISFAÇÃO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES COM O PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE, CONTEMPLANDO UM CALENDÁRIO DA SAÚDE E REALIZANDO AÇÕES PERIÓDICAS, TAIS COMO FEIRA DA SAÚDE, CAMPANHA DE VACINAÇÃO E PALESTRAS, DE JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2026	SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA DE ATENÇÃO DA SAÚDE	ISPSAU	AUMENTO EM 30% DO GRAU SATISFAÇÃO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES COM O PROGRAMA, ATÉ 2026.	5%	0%
DESENVOLVER PLANO DE COMUNICAÇÃO, JUNTO À ASCOM, QUE VALORIZE OS RECURSOS HUMANOS DO PJBA, DEMONSTRANDO O IMPACTO DE SUAS REALIZAÇÕES E POTENCIALIDADES SOBRE A CONSECUÇÃO DA MISSÃO ORGANIZACIONAL, COM REVISÃO NO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO ANTERIOR, AUMENTANDO EM 50% AS REPERCUSSÕES E ALCANCE DOS PRODUTOS JORNALÍSTICOS SOBRE GESTÃO DE PESSOAS PRODUZIDOS PELA ASCOM, ATÉ 2026.	REPERCUSSÃO DOS PRODUTOS JORNALÍSTICOS PRODUZIDOS SOBRE GESTÃO DE PESSOAS	IRJSGP	AUMENTO EM 50% AS REPERCUSSÕES E ALCANCE, ATÉ 2026.	20%	13%
GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO MENSAL DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À FOLHA DE PAGAMENTO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PJBA, ATÉ 2026.	FREQUÊNCIA DA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELACIONADAS À FOLHA DE PAGAMENTO	INFOPAG	GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO MENSAL DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À FOLHA DE PAGAMENTO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PJBA, ATÉ 2026.	100%	100%
GARANTIR A DESIGNAÇÃO DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO PARA OS CONTRATOS VINCULADOS ÀS UNIDADES DA SEGESP, BEM COMO A EFETIVA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS MESMOS, DE JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2026.	DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS	IDGFC	100% DOS CONTRATOS FIRMADOS, ATÉ 2026.	100%	100%
REALIZAR A AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO, ATÉ DEZEMBRO DE 2021.	QUANTIDADE DE SERVIDORES APTOS AVALIADOS.	IADS	100% DOS SERVIDORES APTOS AVALIADOS ATRAVÉS DE SISTEMA PRÓPRIO, ATÉ DEZEMBRO DE 2021.	100%	100,0%
IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE NA JUNTA MÉDICA OFICIAL E AUTOMATIZAR A PUBLICAÇÃO DOS AFASTAMENTOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	AUTOMATIZAR A PUBLICAÇÃO DOS AFASTAMENTOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	ISSAU	IMPLANTAR SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE NA JUNTA MÉDICA OFICIAL E AUTOMATIZAR A PUBLICAÇÃO DOS AFASTAMENTOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	50%	[2]
IMPLANTAR O NOVO SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS E FOLHA DE PAGAMENTO, PROMOVENDO A MELHORIA E AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS E FOLHA DE PAGAMENTO.	ISGP	INTEGRAÇÃO DE 100% DE PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS, INCLUINDO FOLHA DE PAGAMENTO, EM SISTEMA ÚNICO, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	40%	[3]
INSTALAR E FORTALECER A SEÇÃO DE CONFORMIDADES DA COPAG, ATÉ JUNHO DE 2021.	INSTALAÇÃO DA SEÇÃO DE CONFORMIDADES DA COPAG.	ISCPAG	INSTALAR E FORTALECER A SEÇÃO DE CONFORMIDADES DA COPAG, ATÉ JUNHO DE 2021.	100%	100,0%
MAPEAR AS FUNDAMENTAÇÕES E MEMÓRIA DE CÁLCULO DE TODAS AS VERBAS DO PJBA, ATÉ DEZEMBRO DE 2021, MANTENDO AS ATUALIZADAS SEMPRE QUE HOUVER MODIFICAÇÕES.	QUANTIDADE DE VERBAS MAPEADAS E ATUALIZADAS	IVERMAP	100% DAS VERBAS MAPEADAS, ATÉ DEZEMBRO DE 2021.	100%	80%
MAPEAR TODOS OS PROCESSOS DA SEGESP E DAS SUAS RESPECTIVAS DIRETORIAS E COORDENAÇÕES E MANTÊ-LOS ATUALIZADOS, DE JANEIRO DE 2021 A DEZEMBRO DE 2026	QUANTIDADE DE PROCESSOS MAPEADOS DA SEGESP E UNIDADES VINCULADAS.	IPROMAP	100% DOS PROCESSOS MAPEADOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026.	85%	81,4%
PROPOR REGULAMENTAÇÃO DE PAGAMENTO DOS PASSIVOS TRABALHISTAS, ATÉ JUNHO DE 2021.	PROPOR REGULAMENTAÇÃO DE PAGAMENTO DOS PASSIVOS TRABALHISTAS, ATÉ JUNHO DE 2021.	IPRPT	ENCAMINHAR PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO, ATÉ JUNHO DE 2021.	100%	100%
PUBLICAR PERIODICAMENTE NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PJBA OS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELO CNJ, ATÉ 2026	PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DE RELATÓRIOS EXIGIDOS PELOS CNJ	INFOCNJ	PUBLICAR PERIODICAMENTE NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PJBA OS RELATÓRIOS EXIGIDOS PELO CNJ, ATÉ 2026	100%	100%
REALIZAR ANUALMENTE 02 AÇÕES EDUCATIVAS QUE CONTEMPLEM PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, ATÉ 2026.	QUANTIDADE DE AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL	IAERES	REALIZAÇÃO, POR ANO, DE 2 AÇÕES EDUCATIVAS NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	2	2
REALIZAR CONCURSO DE REMOÇÃO ANUAL PARA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO A PARTIR DE CRITÉRIOS OBJETIVOS, ATÉ 2026.	REALIZAÇÃO DE CONCURSO DE REMOÇÃO	IRCREM	REALIZAR, ATÉ 2026, UM CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANO	1	1
RESPONDER, NO PRAZO LEGAL, AOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO, CONFORME LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.	CUMPRIMENTO DO PRAZO LEGAL NOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO	INFOPRAZO	RESPONDER, NO PRAZO LEGAL, A 100% DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO, ATÉ 2026.	100%	100%

[1] As informações sobre consumo de material ainda não foram encaminhadas à Secretaria de Gestão de Pessoas pela unidade responsável
[2] A Coordenação de Sistema ainda não entregou o Gsau com as alterações solicitadas, visando implantação do sistema na Junta Médica
[3] A implantação do novo sistema foi suspensa, devido ao alto valor da aquisição, além de não haver previsão para equipe própria para este projeto

4.2 INDICADORES – AÇÕES DO CALENDÁRIO DE SÁUDE E QUALIDADE DE VIDA

AÇOES DO CALENDARIO DE SAUDE E QUALIDADE DE VIDA
ANO 2022

DATA	AÇAO/CAMPANHA	DESCRIÇAO	FEEDBACK – DETALHAMENTO - AÇOES REALIZADAS
Janeiro			
	JANEIRO BRANCO: CONSCIENTIZAÇAO PARA OS CUIDADOS DA SAUDE MENTAL	Campanha voltada para valorização da saúde mental na qualidade de vida das pessoas	(1) Matéria divulgada no site do PJBA, dia 31/01/22, com título Janeiro Branco: COSOP chama atenção para manter o tema saúde mental em pauta e combater o preconceito".
Março			
20/03	DIA MUNDIAL DA SAUDE BUCAL	Orientar magistrados e servidores sobre a importância dos cuidados continuados com a saúde bucal	(1) Ação para orientação sobre técnicas de escovação e uso do fio dental a servidores e transeuntes ocorrido nos dias 22/03 no Prédio sede do TJBA – CAB (2) Ação para orientação sobre técnicas de escovação e uso do fio dental a servidores e transeuntes ocorrido nos dias 23/03 no Fórum Ruy Barbosa.

Abril			
07/04	DIA MUNDIAL DA SAÚDE	Campanha de valorização aos principais pilares de cuidados com a saúde (qualidade de sono, hidratação adequada, pratica de atividade física, saúde mental, alimentação saudável)	Divulgação de material sobre os principais pilares de cuidados com a saúde; inicio dos atendimentos presenciais em nutrição e lançamento de e-book de receitas encaminhado através de e-mail para os servidores.
Maio			
17/05	DIA MUNDIAL DA HIPERTENSAO ARTERIAL	Divulgação de material informativo	(1) Publicação de texto elaborado pela nutricionista Jamile Zogbi Andrade, na página do PJBA, em 26/05/2022, visando informar e orientar sobre como a alimentação saudável pode contribuir para a prevenção e controle da hipertensão e material de receitas para substituição do sal. (2) Publicação de texto elaborado pelo médico Dr. Cristiano Gonçalves da Cruz, na página do PJBA, em 23/05/2022, visando informar e orientar sobre a hipertensão arterial e a realização de exercícios físicos, "Pessoas hipertensas podem fazer exercício físico?".
19/05	DIA NACIONAL DE COMBATE A CEFALEIA	Divulgação de material informativo	(1) Publicação de texto elaborado pela médica Dra. Diana Vetter Vincis, na página do PJBA em 19/05/2022, visando informar e orientar magistrados e servidores sobre as principais causas de cefaleia e o que fazer para evitar crises de enxaqueca. (2) Publicação de texto elaborado pela nutricionista Jamile Zogbi Andrade, na página do PJBA em 19/05/2022, visando informar e orientar magistrados e servidores sobre a relação entre alimentação e ocorrência da enxaqueca.
Junho			
07/06	DIA MUNDIAL DA SEGURANÇA DOS ALIMENTOS	Divulgação de material informativo	(1) Publicação de matéria encaminhada pela Nutricionista Jamile Zogbi Andrade no site do PJBA, em 08/06/2022, visando orientar e informar magistrados e servidores sobre a relevância da data e a importância da segurança alimentar para a saúde pública. (2) Gravação de áudios para o Minuto Saúde da Rádio Web do PJBA, em 07/06/2022, visando orientar e informar magistrados e servidores sobre a relevância da data e a importância da segurança alimentar para a saúde pública. Ainda sobre a mesma temática, foi realizada gravação de áudio para o Minuto Saúde da Rádio Web do PJBA, em 07/06/2022, visando orientar e informar magistrados e servidores sobre a relevância da data e a importância da segurança alimentar para a saúde pública.
14/06	DIA MUNDIAL DO(A) DOADOR(A) DE SANGUE	Reforçar a importância da doação voluntária de sangue como meio único de abastecimento dos bancos de sangue do Hemoba e a importância social do gesto.	(1) Divulgação de material informativo no site do tribunal dia 14/06/2022, com o título "Dia Mundial dos Doadores de Sangue: PJBA incentiva a doação voluntária".
17/06	DIA DO FUNCIONARIO PUBLICO APOSENTADO	- PAUSARE Site TJBA (veiculação de matérias sobre os eixos Assistência à Saúde do Servidor e Foco no Indivíduo, com base em sugestão de pauta a ser elaborada pela Diretoria de Assistência à Saúde – DAS e Coordenação de Previdência – CPREV). Os conteúdos criados pela ASCOM serão replicados nas Redes Sociais e Email Institucional.	(1) SEMANA PAUSARE DE APOSENTADORIA A Semana Pausare, que ocorreu de 13 a 19 de junho, promoveu reflexões temáticas relacionadas à aposentadoria, com o intuito de valorizar os servidores e proporcionar momentos de integração, tendo como público-alvo os servidores aposentados ou em preparação para a aposentadoria. Foram realizadas oficinas de Hatha Yoga e Pintura Artística; ciclo de palestras café com o servidor, na modalidade presencial e virtual, com os temas "Qualidade de Vida na Aposentadoria: uma abordagem multidisciplinar". "Aposentadoria no PJBA: os desafios da reforma da previdência", "Saúde Financeira: como chegar bem na aposentadoria"; FORROZIN DA JUDI - Apresentação de trio nordestino para animar o encerramento das atividades da Semana Pausare de Aposentadoria e abrir caminhos para as festas juninas e a Caminhada e Corrida Pausare – 2022. Este último aconteceu de forma virtual e contou com 230 inscritos das mais diversas comarcas do estado. A DAS realizou palestra dia 15/06/2022 para o ciclo ".Café com o servidor", com o título "Qualidade de vida na aposentadoria: uma abordagem multidisciplinar", com transmissão no canal do PJBA no Youtube.
	CORRIDA DA JUSTIÇA		(1) AÇAO REALIZADA NA SEMANA DO SERVIDOR 3ª edição da Caminhada e Corrida da Justiça contou com mais de 400 inscritos das mais diversas comarcas da Capital e Interior.
Agosto			
	AGOSTO DOURADO: INCENTIVO A AMAMENTAÇÃO	Destacar a importância do aleitamento para a saúde do recém-nascido	Realizado stand de orientação sobre aleitamento materno na feira de saúde realizada dia 18/08/22
05/08	DIA NACIONAL DA SAUDE	SEMANA DA SAUDE E BEM-ESTAR	(1) Ação para conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação da saúde para ter uma melhor qualidade de vida, inclusive através da realização de exames disponíveis no local. Data: 16 a 19 de agosto Local: TJBA – CAB
Setembro			
10/09	SETEMBRO AMARELO: DIA MUNDIAL DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO	Divulgação de material informativo e realização de live ou palestra sobre o tema	(1) Projeto Saúde do Adolescente e Jovem / Projeto de Vida e Qualidade de Vida – Prevenção ao Suicídio, reuniu atividades de palestra / roda de conversa voltadas ao público de estagiários de TJBA no dia 28/09/2022, nos turnos matutino (10h às 12h) e vespertino (14h às 16h), ministrada e orientada pelo Professor, Coach, Assistente Social, Mestre Anailton dos Anjos. (2) Roda de conversa sobre SETEMBRO AMARELO – Tabus, Prevenção e Valorização da Vida, mediada pelo Assistente Social Denise Ferreira e tendo como palestrantes Diana Vetter - Coordenadora COSOP, Josiana Rocha – Presidente ABAVI e o administrador Alexandre Cerqueira. A atividade aconteceu no dia 29/09/2022, no turno vespertino, das14h às 16h. (3) Matéria publicada dia 21/09/2022: SETEMBRO AMARELO: CONFIRA ARTIGO DA PSICOLOGA DO PJBA SOBRE SAUDE MENTAL; http://www5.tjba.jus.br/portal/setembro-amarelo-confira-artigo-da-psicologa-do-pjba-sobre-saude-mental/. - PJBA ALERTA PARA O TRANSTORNO COMPULSIVO – Texto publicado dia 06/10/2022, dando continuidade a temática de saúde mental trabalhada em Setembro.

Outubro			
	OUTUBRO ROSA: CONSCIENTIZAÇAO SOBRE O CÂNCER DE MAMA	Atualização de informações sobre o câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce para menor morbi-mortalidade da doença	Participação da enfermeira Jamile Ribeiro no PODCAST Café Gestão e Pessoas publicado dia 04/1022 sobre o tema "Papel social da prevenção diagnóstica do Câncer de mama, fatores de riso e exames diagnósticos". Postergada para Novembro juntamente com a ação do Novembro Azul a de realização in loco de exames preventivos com apoio da Fundação José Silveira.
01 A 31	MES DO(A) SERVIDOR(A)	Festival de Música e Talentos	(1) Realizado entre 24 de outubro e 02 de novembro, o evento realizado para celebrar contou com espetáculo teatral, oficina de hatha yoga, terapia somato biológica, massoterapia, aulão de zumba, feira do servidor em parceria com a Assessoria de Ação Social, e o Open Mic, espaço onde mais 30 servidores fizeram apresentações musicais, dança e declamação de poesia. O evento foi finalizado com a 3ª edição da Caminhada e Corrida da Justiça contou com mais de 400 inscritos das mais diversas comarcas da Capital e Interior. Para realização do evento contamos com o apoio do SINTAJ, SINPOJUD, AOJUS, ASSETBA e AMAB.
Novembro			
20/11	NOVEMBRO NEGRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA		(1) Exposição do pesquisador Sérgio Graças até 25 de novembro, no átrio do TJBA (2) Seminário Esperança Garcia, realizado no dia 21 de novembro, no auditório principal do TJBA (3) Realizada no dia 29 de novembro, a ação ocorreu de uma forma lúdica, promovendo interação com o público. Márcia Mendes, que tem uma literatura voltada à educação antirracista e ao protagonismo da criança negra, reforçou que esse movimento de leitura vai muito além do "20 de novembro", ou seja, do Dia da Consciência Negra.
22/11	NOVEMBRO AZUL CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SAUDE MASCULINA (CANCER DE PROSTATA)		(1) AÇAO REALIZADA EM CONJUNTO COM A AÇAO DO NOVEMBRO AZUL, EM PARCERIA COM A FUNDAÇAO JOSE SILVEIRA. Mutirão de exames: US, Preventivo, clínica médica, ginecologia, mamografia e urologista. Data: 22/11/2022 Local: Estacionamento do TJBA - CAB Total de procedimentos: 401
Dezembro			
	DEZEMBRO LARANJA: PREVENÇÃO DO CANCER DE PELE	Informar sobre a importância dos cuidados com a pele e sobre o diagnóstico precoce do câncer de pele.	Publicação de material informativo publicado dia 13/12/2022 no site do TJBA, com título "PJBA reforça a importância do cuidado com a pele".

ANO 2023

DATA	AÇAO/CAMPANHA	DESCRIÇAO	FEEDBACK – DETALHAMENTO - AÇOES REALIZADAS
Janeiro			
	JANEIRO BRANCO: CONSCIENTIZAÇÃO PARA OS CUIDADOS DA SAUDE MENTAL	Campanha voltada para valorização da saúde mental na qualidade de vida das pessoas. Entre os principais pilares da saúde mental estão o controle do sono, da alimentação e hidratação, da saúde / equilíbrio emocional e atividade física.	Na ação realizada pelo Planserv com o apoio da DAS, foram realizadas no dia 30/01/23 duas oficias de arteterapia voltadas para saúde / equilíbrio emocional, além de aconselhamentos e distribuição de material informativo sobre outros pilares da saúde mental e bioimpedaciometria. Aconteceu ainda paralelo ao evento, seminario sobre o tema "Vamos falar de saúde mental: ressignificação, resiliência e superação", promovido pelo Núcleo de Justiça Restaurativa (NJR) de 2º Grau, em parceria com a Universidade Corporativa (Unicorp).
Fevereiro			
Abril			
07/04	DIA MUNDIAL DA SAUDE	Campanha de valorização aos principais pilares de cuidados com a saúde (qualidade de sono, hidratação adequada, pratica de atividade física, saúde mental, alimentação saudável)	Matéria divulgada dia 10/04/23 no site do TJBA: "DIA MUNDIAL DA SAUDE: PJBA DIVULGA ORIENTAÇOES PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA". Houve um alcance de 149 acessos a matéria.
28/04	DIA MUNDIAL DA SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO	Campanha voltada para conscientização dos riscos no trabalho, priorizando o fator ergonômico e as doenças osteomusculares (com foco na LER/DORT)	Matéria divulgada dia 28/04/23 no site do TJBA: "TJBA ESCLARECE QUESTOES SOBRE SEGURANÇA E SAUDE NO TRABALHO". Houve um alcance de 119 acessos a matéria.
Maio			
17/05	DIA MUNDIAL DA HIPERTENSAO ARTERIAL	Orientar magistrados e servidores sobre os critérios diagnósticos da hipertensão arterial, o impacto social da doença, tratamento e suas possíveis complicações.	Matéria divulgada dia 30/05/2023 no site do TJBA: "DIA MUNDIAL DA HIPERTENSAO ARTERIAL: SAIBA MAIS SOBRE A DOENÇA E COMO SE CUIDAR". Houve um alcance de 85 acessos a matéria.
Junho			
02/06	CUIDADO COM A SAUDE MENTAL		Matéria divulgada dia 30/05/2023 no site do TJBA: "TJBA CONSCIENTIZA SOBRE O CUIDADO COM A SAUDE MENTAL".
14/06	DIA MUNDIAL DO(A) DOADOR(A) DE SANGUE	Reforçar a importância da doação voluntária de sangue como meio único de abastecimento dos bancos de sangue do Hemoba e a importância social do gesto.	A ação de parceria com o Hemoba foi postergada para agosto devido a disponibilidade do mesmo. Até o momento sem previsão de data fechada. A matéria informativa será divulgada próxima da ação. Houve um alcance de 201 acessos a matéria.
13 e 14/06	INCENTIVO A VACINAÇAO	Incentivo a vacinação do adulto	Nos dias 13 e 14 de junho o TJBA aderiu a campanha de vacinação para COVID e gripe realizada na ALBA em parceria com Secretaria municipal de Saúde. Foi disponibilizado transporte de ida e retorno do TJBA para posto de vacinação itinerante na ALBA.

26/06	DIA INTERNACIONAL DE COMBATE AS DROGAS	Campanha voltada para conscientização dos impactos sociais e sobre a saúde relacionados ao consumo de álcool e outras drogas	Matéria divulgada dia 30/06/23 no site do TJBA: "TJBA ALERTA POPULAÇAO A RESPEITO DO COMBATE AS DROGAS E AO ALCOOLISMO". Houve um alcance de 70 acessos a matéria.
26/06	DIA NACIONAL DO DIABETES	Destacar a importância do diagnóstico precoce do diabetes e seus diversos impactos na saúde	Matéria encaminhada via malote por e-mail para magistrado e servidores do TJBA, na data de 26/06/2023: "TJBA DIVULGA ORIENTAÇOES SOBRE DIABETES". Houve um alcance de 90 acessos a matéria.
Julho			
27/07	DIA NACIONAL DA PREVENÇAO DE ACIDENTES NO TRABALHO	Conscientização sobre o impacto dos acidentes de trabalho na vida dos trabalhadores e direitos trabalhistas	Matéria divulgada dia 28/07/23 no site do TJBA: "DIA NACIONAL DA PREVENÇAO DE ACIDENTES DO TRABALHO: TJBA COMPARTILHA DICAS E ORIENTAÇOES". Foi ainda divulgada matéria no rádio na mesma data sobre o assunto e além de CARD nas redes sociais do TJBA. Foi estimado pela ASCOM 45 visualizações da matéria.
Agosto			
12, 13 e 14/10/2023	CAMPANHA DE INCENTIVO Á DOAÇAO DE SANGUE	Incentivar a doação através da conscientização sobre a importância do ato.	Campanha reprogramada e realizada entre os dias 12 – 14 de setembro em parceria com o Hemoba para doação de sangue e medula óssea em unidade posicionada no estacionamento do CAB. Foram atendidas 143 pessoas ao longo dos 3 dias. Divulgação de matéria incentivando doação de sangue e medula óssea.
22/08/2023	AGOSTO DOURADO: INCENTIVO Á AMAMENTAÇAO	Destacar a importância do aleitamento para a saúde do recém-nascido	Realização de seminário dia 22/08/23 nas instalações do TJBA com o tema ""A importância do apoio à amamentação no ambiente de trabalho: avanços e desafios"", associada a realização de oficina sobre amamentação. Divulgação de material informativo sobre o tema dia 24/08/2023. Cerca de 10 pessoas participaram presencialmente do evento.
21 – 27/08	SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA	Conscientização sobre as patologias mais prevalentes e os critérios de enquadramento da deficiência intelectual e múltipla	Ação realizada pela Comissão de acessibilidade, incluindo realização de feira, palestras, rodas de conversa. Foi oferecido apoio da Diretoria de Assistência á Saúde, porém não foi requisitado.
Setembro			
10/09	SETEMBRO AMARELO: DIA MUNDIAL DE PREVENÇAO AO SUICIDIO	Orientar magistrados e servidores sobre a importância dos cuidados continuados com a saúde mental e prevenção ao suicídio	Realização de palestra dia 05/09/23, com o Psicólogo Vinicius Farani, com o tema "Ansiedade e angustia: cuidando da saúde emocional em períodos de crise". 36 pessoas assistiram a palestra. Realizada roda de conversa e dinâmica de círculo, pela assistente social Jesuíta Teixeira, na mesma data, com público alvo os estagiários de nível médio. 29 pessoas participaram das dinâmicas de grupo (círculos). Realização de palestra dia 27/09/23 pela psicóloga Jamile Coslop, sobre o tema "Setembro Amarelo – Encontrando a felicidade no sofrimento". Houve transmissão simultânea on-line.
Outubro			
	OUTUBRO ROSA: CONSCIENTIZAÇAO SOBRE O CANCER DE MAMA	Atualização de informações sobre o câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce para menor morbi-mortalidade da doença	Realizado ciclo de palestras nos dias 25, 26 e 27 de outubro, com o tema "Câncer de mama: O que você precisa saber para preveni-lo?". A primeira explanação acontece no edifício-sede do Judiciário, na sala 309, às 14h. A segunda ocorre no auditório do Fórum Criminal, localizado no bairro de Sussuarana, em Salvador, às 14h, e a terceira palestra é realizada no Fórum Ruy Barbosa. Foi ministrada pelo Mastologista Dr. André Dias. Ao todo 80 pessoas participaram das palestras. Divulgação de material informativo, "TJBA INFORMA O PASSO A PASSO PARA TRATAMENTO DE CANCER DE MAMA NO SUS", dia 25/10/2023 na pagina do TJBA. A ação em parceria com a Fundação José Silveira para realização de exames preventivos, de mama e próstata, realizada em 31/10/2023
25/10	DIA MUNDIAL DA SAUDE BUCAL	Orientar magistrados e servidores sobre a importância dos cuidados continuados com a saúde bucal	Ação realizada e contabilizada pela CEDONT.
Novembro			
17/11	**NOVEMBRO AZUL** DIA MUNDIAL DE COMBATE AO CANCER DE PROSTATA	Conscientização sobre a importância com a saúde masculina e diagnóstico precoce do câncer de próstata	
Dezembro			
	DEZEMBRO LARANJA: CAMPANHA DE COMBATE AO CANCER DE PELE	Informar sobre a importância dos cuidados com a pele (com foco no uso de proteção solar) e sobre o diagnóstico precoce do câncer de pele.	

5. PROJETOS

5.1 SEMANA DO SERVIDOR 2022 (STATUS – FINALIZADO)

Unidade demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas/Diretoria de Recursos Humanos/Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas.
Escopo: Realizar conjunto de ações, ao longo do mês de outubro/2022, em homenagem ao Dia do Servidor (28/10).
Entregas: Feira do servidor, 3ª Edição da Caminhada e Corrida da Justiça, Momento Cuidar-se! - Aula de Yoga, Espetáculo Perrengue Chique, Terapia Somato biológica, Sessões de Massoterapia, Aulão de zumba, Open Mic.

5.2 NOVEMBRO NEGRO 2022 (STATUS – FINALIZADO)

Unidade demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas/Coordenação de Saúde Ocupacional. Responsável técnica pelos eventos: Denise do Carmo Ferreira (SEGESP/COSOP).
Escopo: Realizar conjunto de ações, debates e cursos, ao longo do mês de novembro/2022, em homenagem ao Dia da Consciência Negra (20/11), com o objetivo de valorização da cultura e dos povos negros e de combate ao racismo.
Entregas: Curso Questão Étnico-Racial no Cotidiano Juvenil - Projeto saúde do adolescente e jovem; Exposição do pesquisador Sergio Graça; Podcast sobre diabetes - Ubuntu e Saúde da População Negra; I Seminário Esperança Garcia; Curso de Heteroidentificação; Curso Herói da Resistência; Contação de Histórias - Literatura Afrocentradas; Lançamento do livro CENSO do PJBA.

5.3 IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL (STATUS – FINALIZADO)

Unidade demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas.
Unidades executoras: SETIM, SEGESP, SEAD, SEJUD, SEPLAN, COJE, CGJ.
Escopo: Implantar o eSocial no Tribunal de Justiça da Bahia, progressivamente, até 31 de dezembro de 2022.
Entregas: Envio dos eventos de Tabela; Envio dos eventos Não-Periódicos; Envio dos Eventos Periódicos; Desenvolvimento do Sistema Integrador.

5.4 - PROJETO AMPARE (STATUS - FNALIZADO)

Unidade demandante: Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas.
Escopo: Desenvolver conjunto de atividades visando à Orientação e Acolhimento nas questões de Assédio, Inclusão, Discriminações e Violência de Gênero para Estagiários do PJBA.
Entregas: Inauguração de ambiente de acolhimento psicológico (MAI/23); Palestras dos professores Dr. Rodrigo Pamplona e Dra Isabela Leal (MAI/23); Aula "O Valor da Diversidade: respeito e inclusão no ambiente de trabalho e nas relações sociais", ministrada pelo Professor Bruno Santana, pela coordenadora do coletivo Mães do arco-íris, Cristiane Sarmento, e pela servidora da Defensoria Pública Yuna Vitória (JUN/23); Aula "Eu não ligava: desmistificando o capacitismo", ministrada pelo Filósofo Marcelo Zig (AGO/23); Aula "A história do povo negro no Brasil e a importância das políticas públicas de reparação ou Por que cotas não é esmola?", ministrada pelo Professor de História e Comediante Matheus Buente (NOV/23).

5.5 – SEMANA DO SERVIDOR 2023 (STATUS - FINALIZADO)

Unidade demandante: Secretaria de Gestão de Pessoas/Diretoria de Recursos Humanos/Coordenação de Desenvolvimento Organizacional e de Pessoas.
Escopo: Realizar conjunto de ações ao longo do mês de outubro/2023, em homenagem ao Dia do Servidor (28/10).
Entregas: 1° Circuito de jogos internos do PJBA, Open Mic, Feira do Servidor, espaço de conforto em parceira com a Empresa ProcorpoFisio.

6.0 OUTRAS AÇÕES RELEVANTES E NÚMEROS

- Quantidade de hóspedes na Casa do Servidor: 442 (quatrocentos e quarenta e dois).
- Atendimentos da área de saúde.

ATENDIMENTOS MÉDICOS	13.815
ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM	15.630
ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS	15.101
ATENDIMENTOS DE NUTRIÇÃO	202
GRUPOS DE ORIENTAÇÃO NUTRICIONAL	50
ATENDIMENTOS DE FISIOTERAPIA	8.190
VISITAS e INTERVENÇÕES ERGONÔMICAS	1.030
ACOLHIMENTO PSICOTERAPÊUTICO/ATENDIMENTO CLÍNICO DE PSICOLOGIA	398
MASSOTERAPIA	450
ATENDIMENTO DE SERVIÇO SOCIAL	434
PERÍCIAS ADMISSIONAIS	1.140
PERÍCIAS DE READAPTAÇÃO	142
PERÍCIAS DE AVALIAÇÃO/CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	27
PERÍCIAS DE AVALIAÇÃO/CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA NA FAMÍLIA	28
PERÍCIAS DE AVALIAÇÃO/CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	1.531
PERÍCIAS DE AVALIAÇÃO/CONCESSÃO DE REMOÇÃO, POR MOTIVO DE DOENÇA DO SERVIDOR, CÔNJUGE OU DEPENDENTE QUE VIVE ÀS SUAS EXPENSAS	25
PARECERES SOBRE INSALUBRIDADE/ PERICULOSIDADE	24
OUTROS LAUDOS, PERÍCIAS, PARECERES MÉDICOS	534

Quadro 01: Quantitativo de atendimentos na área de saúde

- Campanha para entrega, por parte dos servidores e dos magistrados, da declaração de bens e valores, anos 2022 e 2023.

- Realização do Recadastramento funcional de magistrados e servidores ativos, anos 2022 e 2023.

- Realização da 2ª edição do Censo de Acessibilidade, que objetivou contribuir com a proposição de ações de acessibilidade e acompanhamento da aplicação de medidas que promovam a não discriminação e a remoção das barreiras que dificultam a inclusão.

- Pagamento de 367 (trezentos e sessenta e sete) processos de servidores aposentados ou desligados.

- Suspensão do pagamento de proventos de 681 (seiscentos e oitenta e um) servidores aposentados que não realizaram a “prova de vida”.

- Implantação, na folha de pagamento, do reajuste linear (anos 2022 e 2023), Gratificação por Acumulação de Acervo, reajuste do subsídio dos Magistrados (ano 2023) e Função Gratificada de Tecnologia da Informação (FGTI), com a devida atualização do Sistema de Recursos Humanos.

- Celebração de convênio por adesão com a GEAP para disponibilização dos planos de saúde da referida empresa de Autogestão em Saúde aos Servidores e Magistrados deste Poder Judiciário, e seus respectivos dependentes e agregados.

- Celebração de convênio por adesão com a ASSEFAZ, para prestação de assistência médica, odontológica e farmacêutica, por meio dos planos de saúde geridos pela referida Fundação.

- Quantitativo de admissões e desligamentos.

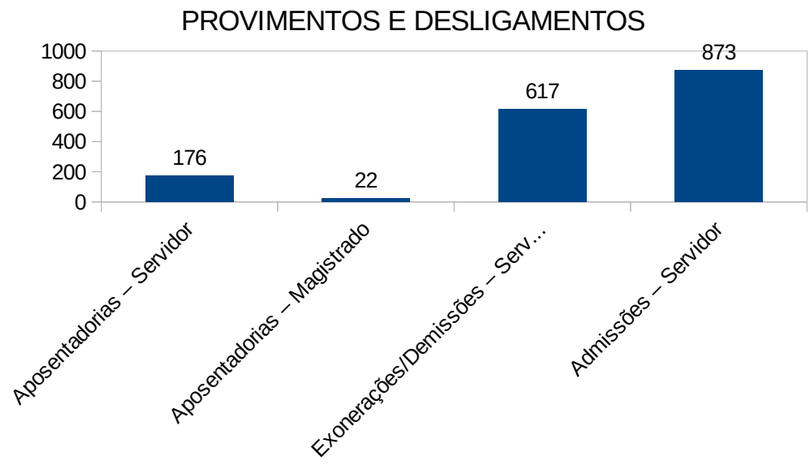


Figura 01: Quantitativo de provimentos e desligamentos

- Quantitativo de movimentação processual (fevereiro/22 a novembro/23).

ASSUNTO DO PROCESSO	QTDE
Licença para tratamento de saúde	5.939
Licenças em geral (prêmio, casamento, luto, maternidade, etc)	18.593
Auxílio-transporte	1.343
Auxílio-saúde	3.295
Atualização de dados cadastrais e funcionais	7.267
Férias	9.786
PLANSERV - Inclusão, exclusão, alteração	4.379
SULAMÉRICA – Inclusão, exclusão, alteração	603
Progressão por escolaridade	3.255

Teletrabalho	1.516
Substituição	10.925
Folgas do TRE, recesso forense, abono de faltas	1.713
Confecção de Crachás e Carteiras funcionais	6.767
Aposentadoria	582
Averbação de Tempo de serviço/contribuição	382
Abono Permanência	677
Auxílio-funeral	66

Quadro 02: Quantitativo de movimentação processual

· Acordos referentes à recuperação de créditos.

Período	Nº de processos instaurados	Valor recuperado
2022	146	R$ 991.809,09
2023	28	R$ 382.874,48

Quadro 03: Quantidade de processos de reparação de danos – PRD e valores recuperados

· Pagamento de 1.575 (um mil quinhentos e setenta e cinco) processos de passivos aos servidores ativos.

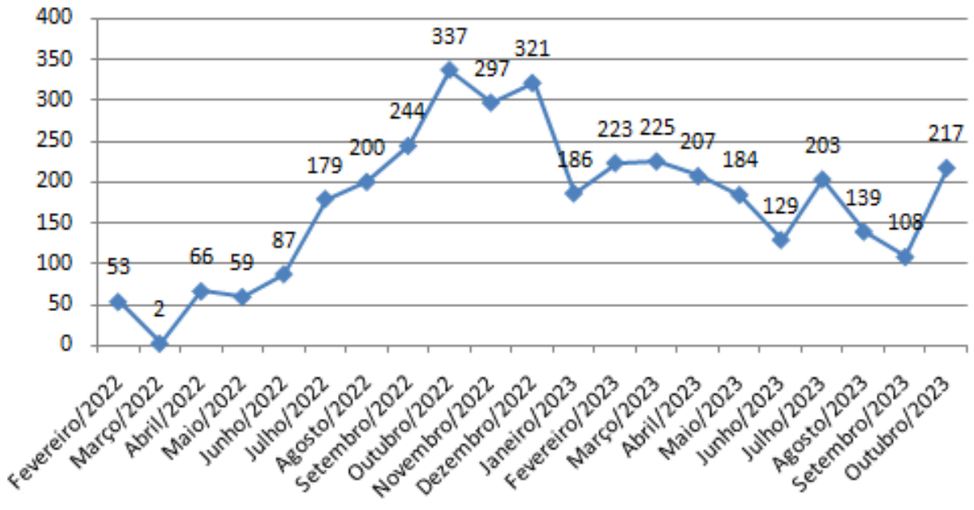


Gráfico 01: Quantitativo de processos de passivos pagos aos servidores ativos até novembro do ano de 2023

· Pagamento do passivo do Plano de Cargos e Salários (PCS) e progressões, anos 2014, 2015 e 2016.

· Elaboração de 67 (sessenta e sete) relatórios de impactos orçamentário-financeiros de projeção ou de acompanhamento da área de pessoal, para fins de instrução processual.

· Cadastramento biométrico de 912 (novecentos e doze) servidores.

· Pagamento de progressão por merecimento/titulação.

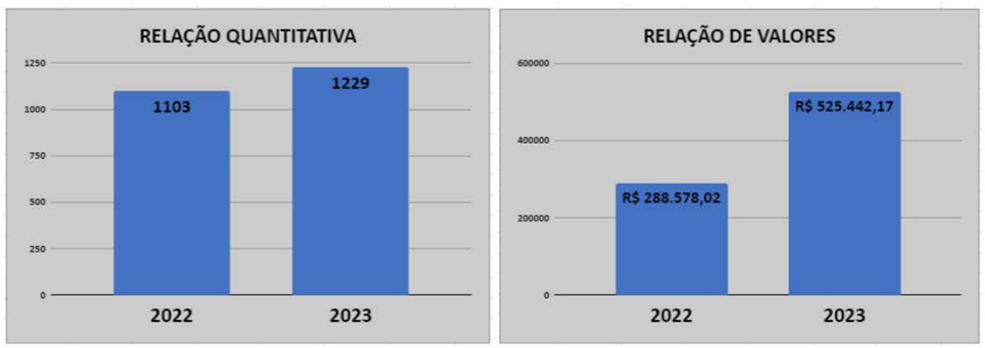


Figura 02: Progressão por merecimento – titulação: Quantidade de servidores e valores

· Lançamento, na plataforma ContratosGov, de todos os contratos e convênios geridos pela Secretaria de Gestão de Pessoas, pela Diretoria de Recursos Humanos e pela Diretoria de Assistência à Saúde.

· Atualização periódica dos dados pertinentes à Gestão de Pessoas no Portal Transparência, o que contribuiu com a conquista, por parte deste PJBA, do primeiro lugar entre os Tribunais Estaduais no Ranking Transparência do CNJ, anos de 2022 e 2023, e o selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública.

· Elaboração de relatórios e fornecimento de dados, visando atender ao quanto determinado pelo CNJ (Resoluções nº 88/2009, nº 102/2009, nº 219/2016, nº 76/2009, nº 15/2017, nº 255/2018, nº 401/2021, nº 207/2015), TCE (relatório de movimentação de pessoal, relatório de transferência de dados de servidores inativos, relatório de transferência de dados de posse de cargos efetivos), SUPREV (Relatório Atuarial) e PrevNordeste (relação dos servidores que tomará posse a partir de julho de 2016 e estão inseridos no Regime de Previdência Complementar).

· Formulário digital para candidatos do programa de serviço voluntário (já requerida, junto à Coordenação de Sistemas, a criação de sistema para gestão do programa de serviço voluntário desta Corte, tendo sido realizada a validação dos fluxos do processo AS-IS e TO-BE).

· Projeto #PARTIUMUDAR, realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral TRE/BA, no ano de 2022, contemplou ações educativas que estimulam a conscienti-

zação política dos jovens e promovem o exercício da cidadania, abordando noções de direito eleitoral, mediante temas como a importância do voto, cidadania, sistemas políticos, combate às fakes news, democracia e eleições.

· Homenagem ao Dia dos Magistrados, com a criação de série de cards, publicados nos canais oficiais do PJBA nas redes sociais, realizando retrospectiva histórica dos fatos que determinaram o dia 11 de agosto como Dia do Magistrado e do advogado, bem como números ligados à atividade jurídica no país.

· Substituição de servidores em cargo efetivo/comissionado.

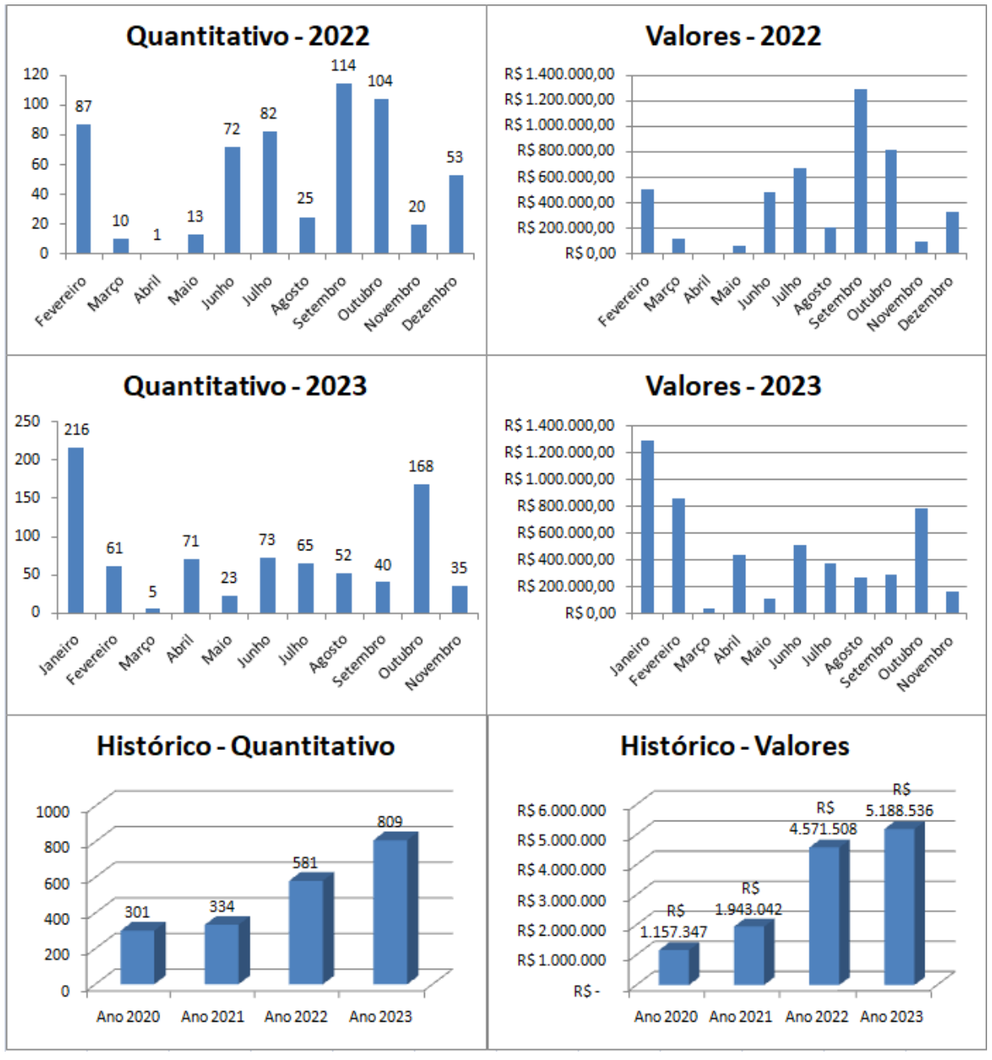


Figura 03: Quantitativo e valores referentes à substituição de servidores em cargo efetivo/comissionado

· Realização do orçamento

UNIDADE GESTORA – UG	FONTE	PROJETADO	COTA INICIAL	EXECUTADO
		2022		
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	Fonte 100	R$ 2.495.856.715,00	R$ 2.136.181.000,00	R$ 2.514.460.509,00
	Fonte 120	R$ 287.399.491,92	R$ 251.063.000,00	R$ 324.266.056,77
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Fonte 120/320	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00	R$ 882.264,12
		2023		
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	Fonte 100	R$ 2.646.486.280,00	R$ 2.223.664.000,00	R$ 1.969.571.477,00
	Fonte 120	R$ 393.947.654,07	R$ 393.947.654,07	R$ 290.174.102,00
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	Fonte 120/320	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00	R$ 926.339,71

· Programa de serviço voluntário

PROGRAMA DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO		
COMPETÊNCIA	AUTORIZAÇÕES	REVOGAÇÕES
FEVEREIRO/22	23	10
MARÇO/22	36	09
ABRIL/22	30	15
MAIO/22	36	12
JUNHO/22	19	19
JULHO/22	33	21
AGOSTO/22	35	22
SETEMBRO/22	38	27
OUTUBRO/22	31	14
NOVEMBRO/22	19	10
DEZEMBRO/22	16	5
JANEIRO/23	17	11
FEVEREIRO/23	24	24
MARÇO/23	70	34
ABRIL/23	31	23
MAIO/23	53	26
JUNHO/23	29	15
JULHO/23	30	35
AGOSTO/23	40	39
SETEMBRO/23	50	20
OUTUBRO/23	29	21

Quadro 05: Quantidade de autorizações e revogações de Portarias relacionadas ao programa de serviço voluntário

· Contratação do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para prestação de serviços de recrutamento, seleção por edital público, contratação, acompanhamento supervisionado, gerenciamento, cobertura securitária, assistência aos estagiários (relatórios periódicos), renovação e desligamento.

· Conquista do 2º lugar no 13º (ano 2022) e no 14º (ano 2023) Prêmio CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) Melhores Programas de Estágio na categoria Órgãos Públicos Federais e Tribunais.

· Reformulação do Programa de Estágio:

JUNHO/2022 - Ampliação das vagas do programa de estágio de pós-graduação para as comarcas de entrância inicial e intermediária, Varas do Sistema dos Juizados Especiais, Varas de Substituição do 1º Grau e unidades administrativas (Decreto Judiciário nº 494/2022);

ABRIL/2023 – Reserva de vagas de estágio de nível médio para estudantes oriundos de abrigos acompanhados pelas Varas de Infância e Juventude e/ou encaminhados por programas de apoio a jovens em situação de vulnerabilidade;

JULHO/2023 – Extensão das vagas de pós-graduação para os gabinetes de Desembargadores;

OUTUBRO/2023 – Criada a reserva de 5% de vagas do programa de estágio para estudantes indígenas, extensão da reserva de 40% das vagas para pretos e pardos e para estudantes de nível médio e superior, estabelecimento de critérios para garantia de acesso a estudantes PcD nas vagas disponibilizadas em decreto (Decretos Judiciários nº 790/2023 e nº 791/2023);

NOVEMBRO/2023 – Extensão das vagas de pós-graduação para os Juízes Substitutos do 2º Grau (Decreto Judiciário nº 791/2023);

· Abertura de Seleção Pública de Estagiários, conforme Editais nº 01/2023, nº 02/2023, nº 03/2023 e nº 04/2023, publicados no Diário da Justiça Eletrônico do dia 31 de outubro de 2023. No período de 27 de novembro a 15 de dezembro de 2023, serão realizadas as provas do processo seletivo para contratação de estagiários de graduação e pós-graduação do PJBA atendendo aos apontamentos realizados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

· Capacitações dos estagiários:

CAPACITAÇÃO INTRODUTÓRIA - Realização de 3 (três) edições da capacitação introdutória dos estagiários de nível médio, com o objetivo de proporcionar a integração dos estagiários, bem como disponibilizar condições para a descoberta de valores e atitudes necessárias à garantia da cidadania plena e autogerenciamento, com inserção gradativa no mundo do trabalho;

CAPACITAÇÃO SABER VIRTUAL – Apresentação aos estudantes das trilhas de conhecimento que são propostas pelo agente de integração CIEE para prepará-los para o mundo do trabalho. O conteúdo programático abordou a apresentação da plataforma Saber Virtual, orientação quanto à forma de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem da plataforma e quanto ao tempo para conclusão dos cursos ofertados de forma a enriquecer a experiência de estágio;

CAPACITAÇÃO EXTERNA – CONHECENDO O LEGISLATIVO – Capacitação realizada com objetivo de proporcionar o conhecimento quanto às funções dos três poderes da República Federativa do Brasil, bem como disponibilizar condições que assegurem a descoberta de valores e atitudes necessárias à garantia da cidadania plena;

CAPACITAÇÃO NOVEMBRO NEGRO – Atividade inserida no Programa de Combate ao Racismo Institucional do PJBA em parceria com a CIDIS (Comissão Permanente de Igualdade e combate à discriminação e Promoção dos Direitos Humanos), a fim de oportunizar um momento informativo e reflexivo de construção de novos saberes para a questão étnico-racial e sua expressão no cotidiano;

Apoio na comunicação do Programa de Capacitação dos Estagiários de Pós-Graduação, realizado pela CAPG (Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição), que tem o objetivo de manter a qualificação de excelência dos estagiários de pós-graduação, estimulando a aprendizagem e possibilitando o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício da atividade profissional, além de proporcionar a execução de um trabalho mais seguro e responsável. No ano de 2023, a capacitação aconteceu entre agosto e novembro, conforme estabelecido pelo Decreto Judiciário nº 567/2023 e foi dividida em 13 módulos que contemplaram múltiplas áreas do direito. A participação no Programa foi estendida aos estagiários de graduação que manifestassem interesse.

· Dados do Programa de estágio

PROGRAMA DE ESTÁGIO		
COMPETÊNCIA	CONTRATAÇÃO	DESLIGAMENTO
FEVEREIRO/22	160	83
MARÇO/22	174	50
ABRIL/22	142	31
MAIO/22	98	38
JUNHO/22	89	191
JULHO/22	96	63
AGOSTO/22	301	73
SETEMBRO/22	178	81
OUTUBRO/22	139	54
NOVEMBRO/22	76	33
DEZEMBRO/22	32	425
JANEIRO/23	120	68
FEVEREIRO/23	184	70
MARÇO/23	220	136
ABRIL/23	181	121
MAIO/23	126	103
JUNHO/23	135	195
JULHO/23	171	122
AGOSTO/23	232	118
SETEMBRO/23	156	85
OUTUBRO/23	110	

Quadro 06: Quantidade de contratações e desligamentos de estagiários

FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS			
COMPETÊNCIA	BOLSA-AUXÍLIO	AUXÍLIO-TRANSPORTE	IRPF
FEVEREIRO/22	R$ 2.299.719,94	R$ 254.280,08	R$ 16.642,34
MARÇO/22	R$ 2.397.756,49	R$ 267.893,39	R$ 17.060,59
ABRIL/22	R$ 2.493.887,52	R$ 292.103,35	R$ 16.249,32
MAIO/22	R$ 2.561.089,04	R$ 308.010,05	R$ 16.463,28
JUNHO/22	R$ 2.629.723,68	R$ 300.139,95	R$ 16.738,92
JULHO/22	R$ 2.511.881,68	R$ 288.736,81	R$ 17.081,56
AGOSTO/22	R$ 2.826.832,98	R$ 313.630,22	R$ 18.490,54
SETEMBRO/22	R$ 3.110.244,04	R$ 331.773,24	R$ 24.143,50
OUTUBRO/22	R$ 3.229.565,42	R$ 345.246,69	R$ 25.478,74
NOVEMBRO/22	R$ 3.292.675,72	R$ 349.406,62	R$ 27.125,60
DEZEMBRO/22	R$ 3.317.518,72	R$ 305.373,51	R$ 27.990,36
JANEIRO/23	R$ 3.165.871,63	R$ 285.399,99	R$ 35.551,07
FEVEREIRO/23	R$ 3.326.408,86	R$ 311.666,67	R$ 36.492,22
MARÇO/23	R$ 3.473.104,46	R$ 331.776,73	R$ 36.692,60
ABRIL/23	R$ 3.529.107,51	R$ 344.899,94	R$ 36.250,23
MAIO/23	R$ 3.574.603,27	R$ 345.893,49	R$ 0,00
JUNHO/23	R$ 3.696.858,00	R$ 338.553,29	R$ 0,00
JULHO/23	R$ 3.713.481,20	R$ 332.859,98	R$ 0,00
AGOSTO/23	R$ 3.871.591,36	R$ 363.809,95	R$ 421,84
SETEMBRO/23	R$ 3.984.149,40	R$ 373.016,71	R$ 0,00
OUTUBRO/23	R$ 4.036.978,00	R$ 379.856,82	R$ 0,00

Quadro 07: Controle da Folha de Pagamento dos Estagiários

· Progressão por Merecimento/Avaliação de desempenho

PROGRESSÃO POR MERECIMENTO/AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO			
CAMPANHA	PERÍODO	Nº AVALIADOS	IMPACTO FINANCEIRO
2021	JAN - MAR/22	3.095	R$ 5.793.796,94
2022 – 1º QUADRIMESTRE	MAI - JUL/22	1.297	R$ 1.192.671,28
2022 – 2º QUADRIMESTRE	SET - OUT/22	983	R$ 981.540,58
2022 – 3º QUADRIMESTRE	JAN - FEV/23	883	R$ 1.134.124,81
2023 – 1º QUADRIMESTRE	MAI - JUN/23	856	R$ 856.511,14
2023 – 2º QUADRIMESTRE*	SET - OUT/23	1.203	-

Quadro 08: Progressão por merecimento – avaliação de desempenho
**Ainda em fase de contestação das avaliações*

· "Semana EST – Engajamento, Sensibilidade e Transformação", entre os dias 15 e 19 de agosto de 2022 e entre os dias 14 e 24 de agosto de 2023, em comemoração ao Dia do Estagiário, que contemplou o Desafio EST, gincana de mobilização social e ambiental, 1ª Feira de Oportunidades, além de oficinas, palestras e workshops, em parceria com: Instituto Fortunando, Curso CEJAS, SENAI/CIMATEC, JA Bahia, SINEBAHIA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Universidade Federal da Bahia, Banco BRB e Banco ALFA.

· Coral do Poder Judiciário do Estado da Bahia: Contratação do Maestro e realização de campanha, no mês de Abril/2023, comunicando sobre o retorno das atividades do Coral e convidando magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados a participarem. Os ensaios foram retomados a partir de maio de 2023, havendo, inclusive, aula de canto on-line voltada a servidores e magistrados das comarcas do interior, tendo sido realizadas as seguintes apresentações:

07/06/2023 – Apresentação na Paróquia do Santo Antônio Além do Carmo;

20/06/2023 – Apresentação no Edifício-sede em homenagem ao Dia do Servidor Público Aposentado;

22/06/2023 – Apresentação no Átrio do Fórum Ruy Barbosa em homenagem ao Dia do Servidor Público Aposentado;

17/08/2023 – Apresentação no Edifício-sede em homenagem ao Dia do Estagiário;

24/08/2023 – Apresentação no Edifício-sede durante a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência;

28/09/2023 – Apresentação na praça de serviços do Edifício-sede;

07/10/2023 – Participação no Festival de Corais da Bahia, FESTCOROS, com apresentação pela manhã no bairro do Comércio e à note no Teatro da Cidade;

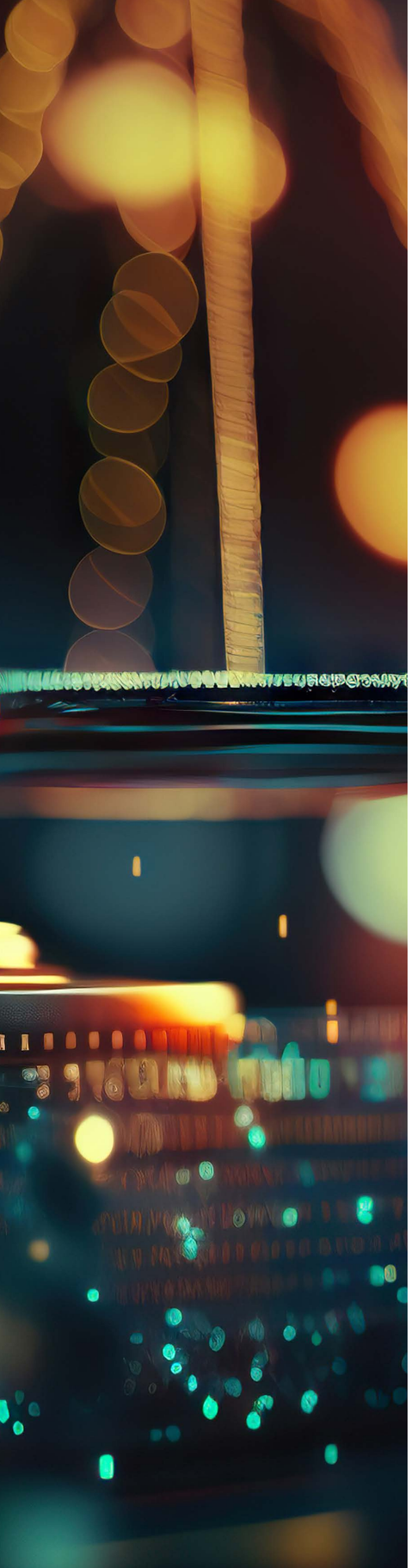
24/10/2023 – Apresentação no 1º Encontro de Corais Solidário;

25/10/2023 – Apresentação no 1º Encontro de Corais Solidário;

26/10/2023 – Apresentação no 1º Encontro de Corais Solidário;

22/11/2023 – Apresentação no Edifício-sede durante o evento Novembro Negro.

· Realização do 1º Encontro de Corais do PJBA nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2023, na Praça de Serviços do Edifício-sede do TJBA. Necessário dizer que se trata de um projeto social temático, cujo teor visa celebrar a passagem do Dia do Servidor Público, bem como trazer engajamento interno para causas sociais.



SECRETARIA JUDICIÁRIA

No Biênio 2022/2024, a Secretaria Judiciária desenvolveu ações e projetos, visando, sobretudo, à melhoria da qualidade dos gastos públicos, com foco na eficiência, por meio do gerenciamento de seus diversos contratos, bem como investindo na ampliação do uso da tecnologia da informação e das boas práticas, além de novos procedimentos internos de gestão, auferindo os resultados expressivos a seguir detalhados.

PROGRAMA DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS NA REALIZAÇÃO DE ATOS DE PERITOS TRADUTORES, INTÉRPRETES E ATIVIDADES AFINS

Como medida inicial, para promoção do saneamento dos procedimentos relativos ao pagamento de honorários periciais, a Secretaria Judiciária promoveu mutirão de verificação dos expedientes existentes na unidade, tarefa concluída em um único mês, sendo que o desenvolvimento, ao longo da gestão, culminou em novos procedimentos internos.

Visando, por outro lado, mapear processos pendentes de pagamentos de honorários periciais, promoveu-se pesquisa de satisfação, com inclusão de campo específico para indicação de feitos em que teriam sido nomeados, sem o correspondente retribuição pelo serviço prestado, ocasião em que mais de 800 profissionais responderam ao questionário. Os dados coletados (aproximadamente 2.000 processos) permitiram melhor gerenciamento dos pagamentos remanescentes, porquanto, por se tratarem, em sua maioria, de demandas represadas nas unidades judiciais, permitiu-se maior celeridade da atuação da SEJUD junto às Varas, bem como ordenação gradativa, para análise técnica e inserção em folha de pagamento.

Uma vez identificados, a SEJUD, subsidiada pelas Corregedorias do TJBA, instou os Juízos nomeantes a encaminharem a documentação indicada na Resolução nº 17/2019, que trata do programa de apoio a perícias, de modo a que fosse possível dar continuidade à análise das solicitações, alcançando a extinção de todos os expedientes relativos a anos anteriores, seja em razão do pagamento, seja por sua desaprovação.

Simultaneamente, esse diagnóstico subsidiou o aperfeiçoamento do sistema interno, viabilizando maior transparência na comunicação com os *experts*, que passaram a ter acesso às informações sobre cada etapa do procedimento de pagamento, em tempo real e de forma automatizada. Também, o espaço destinado aos peritos judiciais, no site do TJBA, foi reformulado, melhorando a visibilidade e a disposição do conteúdo.

Foram, ainda, encaminhados, às Varas e aos peritos, CARDs contendo as principais informações para a exitosa inclusão ou a correção das solicitações de pagamento no sistema, além do compartilhamento de vídeo tutorial, também inserido no sítio do TJBA, elaborado em conjunto com a ASCOM, buscando sanar eventuais dúvidas remanescentes.

Com objetivo de reforçar a medida instrucional, a Secretaria Judiciária, em obediência ao Decreto Judiciário nº 203/2023, organizou turmas de capacitação, visando a dirimir dúvidas e esclarecer pontos críticos. Como resultado, 408 servidores de todo o Estado foram convocados, contando, ainda, com a participação voluntária de 3 Magistrados.

Ainda nesse sentido, foram promovidas exposições aos Magistrados em curso de formação, com detalhamento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Judiciária e suas Coordenações, bem como das principais ferramentas necessárias ao desenvolvimento das tarefas cotidianas, em especial, o Sistema de Apoio a Perícias.

Tudo isso sem descuidar do contato diário com as unidades de primeiro grau, promovido pela equipe dedicada da SEJUD, para orientações e cobranças, por e-mail institucional, meio tele-

fônico e acesso aos balcões virtuais, o que desempenhou papel fundamental para a redução expressiva do número de chamados e de novas pendências.

Nessa direção, relevante marco foi alcançado: atualização das solicitações de pagamento, que são analisadas em até 24h do recebimento das minutas pela Secretaria Judiciária, permitindo uma maior eficiência no adimplemento dos honorários periciais, trabalho representado nos gráficos abaixo, que demonstram o quantitativo de solicitações e os valores totais pagos, em série histórica anual

QUANTITATIVO DE PAGAMENTOS EFETUADOS[1]

VALORES PAGOS A TÍTULO DE HONORÁRIOS PERICIAIS[2]

SOLICITAÇÕES ANALISADAS POR ANO DE CRIAÇÃO DA MINUTA

DESAUTORIZADO 2023	PAGO 2023	DESAUTORIZADO 2022	PAGO 2022	ANO
0	0	7	0	2014
0	0	2	0	2015
0	1	0	0	2016
21	0	123	0	2017
7	2	263	6	2018
31	23	306	90	2019
125	98	176	165	2020
94	162	273	1.369	2021
355	988	833	5.720	2022
787	8.801	-	-	2023
1.420	**10.075**	**1.983**	**7.350**	**TOTAL**

Integram, ainda, às atividades de execução do Programa de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais a análise de documentos e os pré-requisitos para inclusão de peritos no cadastro do TJBA, bem como as respectivas retificações. Tais demandas totalizaram 1.152 novos cadastros de auxiliares da justiça no ano de 2022 e outros 1.663 apenas no ano de 2023, volume este que representa consideravelmente elevação, da ordem de 50%, quando comparado ao exercício 2021. Foram ainda rejeitados 3.561 pedidos de cadastramento ao longo da gestão, em razão de erros no preenchimento da solicitação, já por força do não atendimento aos requisitos previstos no Edital.

SOLICITAÇÕES DE INCLUSÃO DE PERITOS ATENDIDAS POR ANO

Visando, ainda, ao aprimoramento do Programa de Apoio a Perícias, a Secretaria Judiciária promoveu minuciosa análise de pontos sensíveis, sugerindo à Presidência da Corte nova Resolução regulamentadora, de modo a tornar mais criteriosos os requisitos para inserção e manutenção de profissionais no cadastro de auxiliares da justiça, bem como aperfeiçoar o procedimento de pagamento, tornando-o mais flexível.

1 Ano de 2023 tem por base o mês de dezembro por estimativa

2 Ano de 2023 tem por base o mês de dezembro por estimativa

Por fim, realizou-se verificação de processos de pagamento cadastrados em data anterior à transferência da coordenação do programa de apoio a perícias à Secretaria Judiciária, no total de 6.316 feitos, com revisão, inclusive, da numeração a eles atribuída, objetivando atender aos critérios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça.

DOMICÍLIO ELETRÔNICO

Como gestora do Domicílio Eletrônico no âmbito do TJBA e integrante do Grupo de Trabalho Domicílio Eletrônico, a Secretaria Judiciária envidou esforços visando ao incremento de cadastros de entes públicos e privados, notadamente dos grandes demandados, cujo impacto direto nos custos operacionais, a exemplo de postagens pelo Correios, mostrou-se relevante. Nessa diretiva, inúmeras ações foram promovidas, a exemplo de auditoria no sistema interno, que resultou em correções de falhas de integração entre os sistemas judiciais, agregando 109 novos cadastros, que, outrora, não eram identificados em alguma das ferramentas, o que vinha ocasionando expedição de atos de notificação física de modo indevido.

Realizou-se, ainda, por iniciativa da SEJUD, ajustes, objetivando a melhoria dos comandos, a exemplo da sinalização de falhas técnicas internas, minimizando erros de cadastramento; maior frequência na atualização do *link* de cadastros ativos e a inclusão de data de aprovação, evitando questionamentos de empresas, que, por vezes, ocasionada insegurança das Varas, quanto à validade dos atos de comunicação.

Sob outro enfoque, após detecção de envio de correspondências físicas a pessoas jurídicas já cadastradas no Domicílio Eletrônico, foram notificadas, também por meio das Corregedorias da Corte, mais de 20 Comarcas, a fim de que suas respectivas unidades judiciais seguissem o quanto disposto na Portaria Conjunta nº 04/2021.

Paralelamente, a Secretaria Judiciária empenhou esforços sobre as 200 empresas com maior volume de citações físicas nos Juizados Especiais. Oficiadas no curso da gestão, obteve-se, até o mês de novembro de 2023, retorno positivo de 26% delas, que realizaram o cadastro, inclusive de suas filiais e outras pertencentes ao mesmo grupo econômico, ação que representou, frente aos dados do ano de 2022, economia direta estimada de R$405.284,30, referente a 18.464 citações expedidas no período apurado e que, por força da iniciativa, deixaram de ser enviadas por carta ou diligenciadas por Oficial de Justiça. Assim, considerando a média de três intimações para cada citação expedida, estima-se que houve, ao menos, uma redução de custo da ordem de 1,6 milhão de reais.

A SEJUD, também, por intermédio da Assessoria Especial da Presidência II, oficiou diversas Cortes de idêntico porte, buscando coletar informações acerca das empresas cadastradas em outros Tribunais do país, bem como de atos normativos publicados, a fim de verificar, em especial, a relação de documentos exigidos para o cadastramento.

Ademais, de forma inédita, em outubro de 2022, por determinação judicial do Exmo. Dr. Maurício Lima de Oliveira, Juiz de Direito da 16ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador, foi realizado cadastro compulsório, utilizando informações constantes nos autos, de modo a incrementar a base de dados de litigantes relevantes.

Como medida similar e tendo em vista a competência regimental da Coordenação dos Juizados Especiais, sugeriu recomendação aos Magistrados que atuam no Sistema dos Juizados, a fim de que, caso assim entendam, determinem, no bojo dos autos, que as empresas ainda não aderentes, especialmente as enquadradas como grandes demandadas, realizem o cadastro no Domicílio Eletrônico desta Corte. Isso porque, embora o Conselho Nacional de Justiça tenha estabelecido Domicílio Eletrônico Nacional, por meio da Resolução nº 455/2022,

a citada ferramenta encontra-se em estágio embrionário, demandando alinhamento tecnológico com a Plataforma do TJBA, que somente será parcial e progressivamente substituída, notadamente diante do interesse eminentemente regional de parcela dos cadastros ativos neste Tribunal.

Também são realizadas pela SEJUD retificações diversas, a exemplo de substituição de procuradores, inclusão de CNPJ's, alteração de endereço eletrônico, bem como ajustes internos nos sistemas judiciais que impactem no recebimento de notificações processuais. Essas demandas corresponderam a um número médio de 242 requerimentos em 2022 e 257 em 2023. Como resultado das ações realizadas, foi inserido no Sistema de Domicílio Eletrônico do TJBA um total de 1.384 novas pessoas jurídicas, ao longo dos dois anos de gestão.

CADASTRO DE ADMINISTRADORES JUDICIAIS

Objetivando o integral cumprimento da Resolução nº 393/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria Judiciária acompanhou, como demandante, junto à SETIM, o estabelecimento das premissas e a conclusão do desenvolvimento e da entrada em vigor do Sistema de Administradores Judiciais, cujos cadastros dos profissionais estavam alocados, em gestões anteriores, no Sistema de Peritos.

Durante todo o biênio, a Secretaria Judiciária realizou um trabalho ativo e semanal com a equipe da COSIS, a fim de verificar melhorias e novas funcionalidades a serem implementadas no Sistema de Administradores Judiciais, cuja necessidade vem sendo pontuada à medida que cresce o número de profissionais cadastrados e decorrem, também, do próprio uso da Plataforma, pela assessoria da SEJUD, que demanda o desenvolvimento de ferramentas, eventualmente, não previstas quando da disponibilização do Sistema pela equipe técnica.

A exemplo disso, foram implementadas melhorias na visualização dos cadastros dos administradores judiciais pelos Magistrados, por meio da inclusão de filtros; inserção de botão que possibilitará a suspensão de um profissional ou uma empresa (caso não sejam atendidos os critérios da legislação pertinente ou a pedido do juiz); criação de botão para desaprovar um cadastro anteriormente aprovado, seja por equívoco na análise, seja por descumprimento posterior às regras de credenciamento; inclusão, no perfil administrador do Sistema (SEJUD), de histórico das razões para reprovação de um cadastro, otimizando os processos de reanálise da documentação; desenvolvimento de ferramenta que possibilita o cadastro, por um mesmo usuário, de um perfil pessoa física e um perfil pessoa jurídica, demanda esta que foi reiteradamente solicitada por usuários externos durante toda a gestão; cadastramento em bloco, via banco de dados, de todos os Magistrados do TJBA, inclusive os Juízes que estão, atualmente, em curso de formação.

disponibilizado ao público externo em novembro de 2022, o sistema permite que os usuários, mediante CPF e senha pessoal, possam solicitar o cadastramento, para atuação nas seguintes especialidades: administrador-judicial, administrador de espólio e inventariante dativo.

Outrossim, foram notificados, via e-mail, todos os administradores judiciais que mantinham cadastro ativo no Sistema de Peritos, alertando-os para a necessidade de migração do cadastro para a nova Plataforma, exclusiva de Administradores Judiciais.

Atualmente, existem 60 profissionais cadastrados na Plataforma, sendo 43 pessoas físicas e 17 pessoas jurídicas. Constam, ainda, 20 cadastros reprovados, em virtude de inconsistência documental ou não atendimento do quanto determinado pela Resolução nº 393/2021 do CNJ, não havendo óbice, contudo, para a posterior regularização do cadastro pelo interessado.
Por fim, ressalta-se que o Sistema de Administradores Judiciais funciona sob constantes iniciativas de melhorias e desenvolvimento de novas funcionalidades e, em paralelo, a SEJUD realiza, diariamente, atendimento de suporte ao usuário externo via e-mail e telefone, o que resultou na excelente avaliação da ferramenta nesta gestão, tanto pelos usuários internos quanto pelos profissionais cadastrados.

CENTRAL DE AGENDAMENTO

Em plena operação, desde o período de pandemia, a Central de Agendamento das Unidades de 2º Grau (gabinetes de Desembargadores) apresentou, durante toda a gestão, funcionamento sem inconsistências e sem necessidade de desenvolvimento de ferramentas adicionais. Parcela significativa das melhorias surgiu após provocação das Unidades de 1º Grau e dos Juizados Especiais, que, por afetarem o sistema como um todo, repercutiram nas Unidades de Segundo Grau.

Destacamos a implementação, neste biênio, de funcionalidades que otimizam a atividade do gabinete de Desembargador, a exemplo da exibição dos agendamentos em ordem cronológica, extração de relatórios de forma mais simples e melhorias no processo de disponibilização de agendas para atendimento.

Nesse sentido, a Secretaria Judiciária presta atendimento a todos os gabinetes de Desembargadores, inclusive aos que possuem titularidade em provimento, habilitando e desabilitando usuários no Sistema da Central de Agendamento, sempre a pedido do Magistrado responsável. O suporte técnico prestado pela SEJUD à assessoria dos gabinetes é frequente e imediato, especialmente diante da rotatividade de servidores em cada unidade, o que demanda a atualização dos usuários responsáveis por disponibilizar agenda para atendimento às partes e aos advogados.

SISTEMA SOJ

Como gestora do Sistema SOJ, no que tange aos órgãos judicantes de 2º Grau, a SEJUD realizou, nesta gestão, a criação, em referido sistema, das unidades relacionadas aos novos Desembargadores que passaram a integrar o TJBA na gestão 2022-2024.

A criação da unidade "Gabinete do(a) Desembargador(a)" no Sistema SOJ possibilita, entre outras ferramentas, a lotação de servidores/assessoria e gestão de pessoal pelos setores competentes (SEGESP/COREC), atividade sem a qual não é possível, por exemplo, habilitar os servidores nos sistemas administrativos e, também, incluí-los na folha de pagamentos. O sistema também é utilizado pela SEPLAN para extração de relatórios com dados relevantes sobre as unidades do Tribunal de Justiça.

A atividade desempenhada pela SEJUD no sistema ocorreu de maneira eficaz durante toda a gestão, com a criação das unidades no SOJ imediatamente após as sessões de promoção dos Magistrados ao cargo de Desembargador ou acesso pelo quinto constitucional e as publicações respectivas no DJE, com imediata comunicação da criação das unidades aos setores pertinentes, a saber: SEPLAN, COREC e 1ª Vice-Presidência.

POSSES

Situam-se, também, no âmbito de atribuição da Secretaria Judiciária, os procedimentos de posse de Desembargadores, Juízes substitutos, servidores comissionados e de cargos efetivos da área administrativa, além das relativas a juízes leigos e conciliadores. Ademais, a SE-

JUD é responsável pela análise prévia da documentação necessária à concessão de função gratificada.

As referidas atividades totalizaram, ao longo da gestão, 1.254 procedimentos, já incluindo aqueles promovidos no ambiente virtual, conforme quantitativo a seguir:

2023	2022	CARGO / FUNÇÃO
1	11	DESEMBARGADOR
63	09	JUIZ DE DIREITO
17	25	SERVIDOR EFETIVO
248	352	SERVIDOR COMISSIONADO
75	82	FUNÇÃO GRATIFICADA
62	38	JUIZ LEIGO CAPITAL
58	22	JUIZ LEIGO INTERIOR
40	37	CONCILIADOR CAPITAL
81	33	CONCILIADOR INTERIOR
645	**609**	**TOTAL**

Ademais, com vistas a otimizar consultas internas, determinou-se, ineditamente, a digitalização de todos os livros de posse, sendo que o trabalho já foi concluído, com arquivamento do material na Secretaria Judiciária. Objetivando maior segurança os dados ali contidos serão gravados na Plataforma RDC-Arq – Repositório Digital Confiável – cujo sistema está sendo gradativamente alimentado, adotando-se as providências necessárias à preservação dos dados pessoais dos interessados, em obediência à Lei Geral de Proteção de Dados.

SECRETARIAS DOS ÓRGÃOS JULGADORES DO 2° GRAU

Como primeira medida adotada, relacionada às Secretarias dos Órgãos Julgadores de 2° Grau, a Secretaria Judiciária se reuniu com os Diretores de Câmara e seus adjuntos, com vistas a levantar as principais e mais frequentes demandas internas, tendo sido verificada a precariedade, principalmente, dos equipamentos de tecnologia, em especial, computadores, monitores e câmeras individuais, impactando, sobremaneira, a rotina de trabalho.

Diante da indisponibilidade imediata das referidas ferramentas, para entrega pela Secretaria de Tecnologia, a SEJUD adotou, em parceria com gabinetes de Desembargadores, estratégia para minimização dos danos, solicitando a cessão de computadores, de forma a substituir máquinas condenadas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores.

Logrou-se, ainda, junto à SETIM, a disponibilização de canal direto, para suporte técnico às Câmaras, especialmente durante as sessões de julgamento, otimizando a comunicação e a velocidade na resolução de problemas habituais.

Outra iniciativa voltada à otimização das rotinas de trabalho foi a ampliação do contrato de mão de obra terceirizada, a partir da disponibilização de 12 novos postos, integralmente destinados às Secretarias de Câmara.

Ademais, por força da publicação da Portaria CNJ nº 106/2022, que instituiu a disponibilização das Atas e das Pautas no site dos Tribunais, foi necessária a formação de força-tarefa nas Câmaras, em parceria com a SEJUD, com vistas à extração manual dos dados, realizada pelos servidores, ocasião em que o Tribunal de Justiça da Bahia recebeu pontuação máxima, ficando em primeiro lugar no ranking.

Em virtude dessa necessidade, a SEJUD demandou, de imediato, a automação do fornecimento dos dados que, atualmente, já são disponibilizados diretamente no Sistema PJE, conferindo maior celeridade e confiabilidade para o público interno e externo.

Providência diversa adotada, com participação direta da equipe da SEJUD e em atendimento à referida Portaria, foi a revisão e a compilação dos atos normativos e dos regimentos internos do Tribunal de Justiça da Bahia, publicados pela Secretaria do Tribunal Pleno, com disponibilização dos links atualizados.

Sob outro enfoque, ainda no primeiro ano da gestão, de forma inédita, a Secretaria Judiciária elaborou o modelo do primeiro Plano Diretor Anual das Secretarias dos Órgãos Julgadores de 2º Grau, instando os respectivos gestores a preencher o instrumento de gestão, já obrigatório para as Unidades Judiciais do 1º Grau de jurisdição, de modo a promover a descentralização do planejamento e da execução da estratégia a partir de modelo disponibilizado.

Também, em parceria com a SEPLAN e fruto de análise de pontos críticos da Instituição, deflagrou-se o mapeamento dos fluxos de trabalho das Câmaras, a exemplo da distribuição e do julgamento em Sessão Colegiada de ação originária, apelação e agravo de instrumento, estes já finalizados.

Significativo projeto visa a minimizar os gargalos e a uniformização dos principais fluxos processuais no âmbito do 2º Grau, cujas etapas seguintes envolvem a homologação pelos Diretores e pelos respectivos Presidentes das Câmaras, de forma a reduzir os riscos de descontinuidade, culminando com um programa de capacitação e comunicação direcionado e específico, a ser implementado em seguida

ÓRGÃO ESPECIAL

Prevista no art. 93, inciso XI, da Constituição Federal, a criação do Órgão Especial, já adotado com sucesso em diversas Cortes Estaduais, possibilita que Tribunais constituídos por mais de 25 (vinte e cinco) julgadores possuam Colegiado reduzido, como meio eficaz para a celeridade da tramitação dos processos no Segundo Grau de Jurisdição.

Como se sabe, o elevado número de integrantes do Tribunal Pleno que, atualmente, conta com 70 (setenta) integrantes, conduzia o TJBA a possuir o Órgão Colegiado com competência jurisdicional de maior composição em todo o Brasil, o que dificultava, sobremaneira, a análise e o julgamento dos feitos, elevando a taxa de congestionamento, não obstante o esforço dos Desembargadores para a eficiência da Corte.

Em razão disso, foi presentada, em julho de 2019, proposta de Emenda Regimental, com o objetivo de alterar a competência do Tribunal Pleno e a criação do Órgão Especial, no âmbito do TJBA. No entanto, mesmo diante da sua elevada importância, o projeto somente teve significativo impulso nesta gestão, com efetiva contribuição da Secretaria Judiciária na sua aprovação.

Além de priorizar o projeto, colocando-o como ponto principal nas pautas de julgamento administrativas, a SEJUD agendou sessões específicas para a deliberação do tema, encami-

nhando aos Eminentes Desembargadores, inclusive, o material discutido no curso das reuniões, bem como *link* de acesso ao vídeo contendo a apresentação do Relator.

As discussões culminaram na aprovação da Emenda Regimental nº 03, na sessão de 30/08/2023, com a sua consequente publicação no DJE de 17/10/2023, de modo a alterar a redação do art. 83, com acréscimo do Capítulo VI-A e seus respectivos artigos 90-A e 90-B, ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, fazendo com que o Órgão Especial assuma a integralidade das atribuições jurisdicionais delegadas do Plenário.

Esse notável projeto de estrutura que, conforme orientação do art. 7º da referida Emenda, entrará em vigor em 1º/02/2024, tendo em vista que a sua composição deve coincidir com a assunção dos novos membros da Mesa Diretora, além de garantir a celeridade necessária ao atendimento do princípio constitucional da duração razoável do processo, permite a ampla representação de Membros do Ministério Público e da Advocacia, tornando instrumento indispensável para a eficiência da prestação jurisdicional.

PLENÁRIO VIRTUAL

Criado pela Emenda Regimental de nº 07/2021, a instalação do Plenário Virtual se deu, no âmbito do TJBA, em junho de 2022, após interação da Secretaria Judiciária com a Secretaria de Tecnologia, para estabelecimento das regras de negócio da ferramenta, que é disponibilizada por meio da Plataforma do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Mesmo antes do seu funcionamento, a SEJUD, visando dar agilidade e transparência aos julgamentos dos Órgãos Julgadores de 2º Grau, sugeriu o encaminhamento, pela Presidência, de Proposta de Emenda Regimental, consistente na redução de prazos, seja para inclusão de feitos, seja para deliberação dos Eminentes Desembargadores, que foi aprovada, à unanimidade, pelo Tribunal Pleno.

Desde então, as partes e seus procuradores podem acompanhar os resultados, em tempo real, à medida que cada Desembargador profere o seu voto, dispensando, dessa forma, a participação presencial, física ou remota, das pessoas envolvidas no processo, por se tratar de meio integralmente eletrônico de julgamento.

A primeira sessão, ocorrida no período de 27/06/2022 a 1º/07/2022, foi promovida pela 1ª turma da 1ª Câmara Criminal, seguida de aprimoramentos diversos, inseridos no sistema ao longo da gestão, por sugestão da Secretaria Judiciária, como o encaminhamento dos autos, diretamente pela Secretaria de Câmara, para pauta presencial; adiamento de processos por todos os Magistrados votantes, nos casos em que não estejam aptos a proferirem seus votos; e excluída a possibilidade de pedido de vistas, antes do início do julgamento e da inclusão do botão de destaque para julgamento presencial. Ademais, foi determinada a omissão dos votos proferidos em processos sigilosos na consulta pública.

As referidas alterações, realizadas por meio da atuação da SEJUD, foram indispensáveis à otimização das pautas presenciais dos Órgãos Julgadores de 2º Grau e, em especial, das sessões plenárias, de modo a refletir no julgamento de outros processos antigos, pendentes de apreciação, que passaram a ser tematizados e priorizados, em função do tempo decorrido entre o pedido de dia de julgamento e a realização da assentada.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Diretoria de Documentação e Informação é responsável pelo acompanhamento orçamentário e financeiro da Secretaria Judiciária, unidade à qual é imediatamente vinculada, gerenciando 6 contratos e 6 convênios de suas coordenações, listados abaixo.

· Empresa: EGBA – Empresa Gráfica da Bahia – Contrato 17/21-S e aditivo 42/22-AS – Objeto: Arquivamento e desarquivamento de documentos – Valor: R$ 7.302.782,40;

· Empresa: MS Comércio de Máquinas – Contrato 74/19-S e aditivo 98/23-AS – Objeto: Manutenção preventiva e corretiva em leitores copiadores de microfilmes com fornecimento de peças e insumos – Valor: R$ 87.480,00;

· Empresa: Confiança – Contrato 63/18-S e aditivo 109/23-AS – Objeto: Movimentação e Informação Documental – Valor: R$ 8.847.313,84;

· Empresa: Correios (Correspondências) – Contrato 9912318010 e terceiro aditivo – Objeto: Serviços de coleta, transporte, entrega de documentação em âmbito regional, de objetos com entrega sob registro, com aviso de recebimento, contendo notificações e intimações – Valor: R$ 23.093.074,30;

· Empresa: Correios (Malotes) – Contrato 9912329763 e terceiro aditivo – Objeto: Serviço de coleta, transporte e entrega de encomenda agrupada – Valor: R$ 526.581,00;

· Empresa: Editora Revista dos Tribunais – Contrato 13/23-AQ – Objeto: Assinatura da ferramenta de pesquisa jurídica Revista dos Tribunais On-line e da Biblioteca de Livros Completa – PROVIEW – Valor: R$ 215.796,28;

· Convenente: UNEB – Caetité – Contrato 101/21-C e aditivo 21/21-AC – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Caetité e outras comarcas – Valor: R$ 0,00;

· Convenente: UNEB – Conceição do Coité – Contrato 102/21-C – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Conceição do Coité e Serrinha – Valor: R$ 0,00;

· Convenente: UESB – Contrato 136/23-C – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Feira de Santana e outras comarcas – Valor: R$ 0,00;

· Convenente: UESC – Contrato 43/19-C e aditivo 19/22-AC – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Ilhéus – Valor: R$ 0,00;

· Convenente: UESF – Contrato 02/23-C – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Feira de Santana e outras comarcas – Valor: R$ 0,00;

· Convenente: UFRB – Contrato 46/22-C – Objeto: Transferência física, arquivamento, digitalização e/ou microfilmagem, restauro, guarda e manutenção documental e pesquisa em Maragogipe e outras comarcas – Valor: R$ 0,00.

· A DDI ainda é responsável por gerir outros 2 contratos, cuja fiscalização compete a núcleo e coordenação atrelados, também, à SEJUD, a saber:

· Empresa: PA Arquivos (UNIJUD) – Contrato 60/18-S e aditivo 154/22-AS – Objeto: Digitalização de processos – Valor: R$ 630.000,00;

· Empresa: Ghirotti (CGR) – Contrato 61/23-S e aditivo 124/23-AS – Objeto: Operação audiovisual, comunicação social e intérpretes de Libras e atividades de gravação, transmissão, recorte de vídeos, transcrição e tradução de audiências – Valor: R$ 936.983,16;

Apresentamos, a seguir, consumo acumulado dos contratos acima listados.

VARIAÇÃO	2023[3]	2022	
20,93%	R$ 8.850.754,45	R$ 7.095.673,74	CONFIANÇA
1,89%	R$ 21.268.437,31	R$ 20.873.171,60	EBCT – CORRESPONDÊNCIAS
4,15%	R$ 387.048,28	R$ 371.631,60	EBCT – MALOTE
25,34%	R$ 6.942.102,94	R$ 5.538.438,60	EGBA
- 9,60%	R$ 84.980,00	R$ 94.000,00	MS MÁQUINAS
-	R$ 327.166,70	R$0,00	GHIROTTI [4]
- 29,87%	R$ 211.542,32	R$ 301.645,95	PREMIER [5]
- 91,56%	R$ 213.913,16	R$ 2.534.310,84	PA ARQUIVOS
52,99%	R$ 5.110.076,16	R$ 3.340.084,30	PERITOS
0%	R$ 215.796,28	R$ 215.796,28	BIBLIOTECA
7,38%	R$ 43.341.817,60	R$ 40.364.752,91	TOTAL

Ademais, representando avanço significativo na gestão e fiscalização dos recursos públicos, todos os contratos e convênios da Secretaria Judiciária foram integralmente cadastrados na nova ferramenta denominada Contratos.Gov, reduzindo, dessa forma, custos e riscos, permitindo-se, ainda, um melhor controle do gasto público e das premissas contratuais.

Em paralelo, de modo a atender às Resoluções nº 324/2020 e nº 408/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a DDI, em conjunto com a SEJUD, foi responsável por demandar a implementação do Repositório Digital Confiável (RDC-Arq), conjunto de soluções tecnológicas que permitem o armazenamento de documentos de indispensável preservação, de modo a garantir acesso por longos períodos, caso necessário.

Uma vez dotada da referida ferramenta, a DDI passou interagir com as Universidades convenentes para triagem e seleção de processos e documentos históricos, participando ativamente do abastecimento do Repositório Digital Confiável (RDC-Arq).

Ainda nesse enfoque, importa registrar a participação da DDI, como palestrante, em evento da Semana do Arquivista do Arquivo Público da Bahia 2023, com a apresentação do tema: “Conexões entre o Sistema Judicial e o profissional arquivista – Teoria e Prática”.

Como parte das atividades, há, ainda, o apoio técnico essencial à Comissão Permanente de Avaliação Documental, na seleção, na análise e na eliminação de processos e documentos com prazo de guarda vencido – Execuções Fiscais e documentos administrativo, bem como a

3 Ano de 2023 por estimativa

4 Contrato iniciado em 25/08/2023

5 Contrato encerrado em 25/08/2023

publicação de 6 editais, para eliminação de cerca de 65.000 processos de Execuções Fiscais, em cerca de 2.300 caixas-box, além de, como medida inédita, a eliminação de processos de defesa do consumidor, com meta para descarte de 500 caixas-box.

Em outra banda, a DDI provocou reunião com Tribunal Regional do Trabalho visando à implantação de solução para redução com despesas de correspondências oficiais, movimento repetido com o Superior Tribunal de Justiça e outros Tribunais do país, em busca de melhoria das práticas vigentes.

A Diretoria de Documentação e Informação atuou, ainda, na gestão técnica e financeira do contrato de Movimentação Documental, promovendo, em alinhamento com a SEJUD, a alocação de 206 terceirizados, em diversas unidades do Poder Judiciário (Empresa Confiança) e procedeu ao estudo técnico preliminar e ao Termo de Referência para contratação de empresa destinada à prestação de serviços de Movimentação Documental. (Pregão 32/23).

Ademais, a partir de solicitação da Secretaria Judiciária, promovemos o alinhamento com a empresa Confiança, de modo a estabelecer o rodízio dos colaboradores que cobrem o período de férias dos terceirizados, estes não inclusos no percentual consignado no contrato, a fim de que fosse possível a manutenção da expetise adquirida, sem que fossem necessárias novas capacitações.

Tal medida, além de permitir uma maior adesão das unidades judiciais e administrativas na recepção dos colaboradores feristas, manteve o nível de qualidade dos serviços prestados no período de cobertura, trazendo-lhes maior agilidade e assertividade

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE ARQUIVOS (COARQ)

Dentre as competências da Coordenação de Gestão de Arquivos (COARQ), encontra-se a fiscalização dos contratos de Manutenção de Leitores de Microfilmes (MS Máquinas) – em que houve uma redução de 33%, em relação aos valores de 2021 – e de Guarda Documental (EGBA), com crescimento de 25% no consumo do contrato, no último ano.

O primeiro deles teve seu escopo reduzido, a partir de negociações com a empresa, em razão do crescente desinteresse pelo uso das leitoras de microfilme.

Por outro lado, cabe registrar que a elevação do segundo contrato decorreu, não apenas, dos reajustes de tarifas, previstos contratualmente, mas, em especial, por força do incremento do arquivamento de processos, frente às ações de saneamento de unidades judiciárias, promovidas pela Diretoria de Primeiro Grau em conjunto com as Corregedorias do TJBA. A iniciativa, que visou ao encaminhamento ao arquivo de todos os processos outrora digitalizados, incrementou a taxa mensal de arquivamento, antes com média de 3.000 caixas-box, no início da gestão, para 12.000, no final de 2023.

Nada obstante, há expectativa de redução gradativa do acervo de caixas-box arquivadas, a partir da análise e da eliminação de processos com prazos de guarda já vencidos, tarefa diuturnamente desenvolvida na unidade, a exemplo da publicação de edital de eliminação de processos de defesa do consumidor, com meta para descarte de 500 caixas-box, ao longo da gestão.

Ademais, de forma inédita, no âmbito do TJBA, foi feita seleção de documentos históricos para abastecimento do Repositório Digital Confiável (RDC-Arq), seguindo as normas e as orientações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

A equipe da Coordenação, também, realiza o acompanhamento da execução dos convênios celebrados com as Universidades, cujos convênios relativos a processos judiciais são firmados com o TJBA (vide tópico da DDI), com resultados expressivos na preservação da memória e no favorecimento à pesquisa.

Destacamos, ainda, que a COARQ recebeu, via ProtWeb, 861 processos no Arquivo Administrativo (SUARQ) e 734 processos no Centro de Documentação de Pessoal (CDP), tendo expedido 236 processos pela SUARQ e 220 pelo CDP. Já no Sistema SIGA, a COARQ arquivou 43.884 processos na SUARQ e 67.382 no CDP.

No mesmo período, registramos, no Sistema de Gestão de Arquivamento e Desarquivamento, 472 pedidos para o arquivamento de 63.465 caixas-box. Há, ainda, registro de 5.929 pedidos de desarquivamento de processos judiciais e de 10 processos administrativos, até 31/10/23 O consumo do contrato de guarda documental apresenta, no mesmo período, o arquivamento de 689.064 caixas-box; a guarda mensal em arquivo de segurança de 30 microfilmes, um acumulado de 22.501 processos desarquivados; a coleta de 15.816 caixas-box em Salvador e na RMS; a indexação de 952.309 processos; e a eliminação aproximada de 65.000 processos em 2.300 caixas.

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA (COBIT)

A Coordenação de Biblioteca, cujas competências estão descritas no artigo 59 do Regimento Interno dos Órgãos Auxiliares do TJBA, patrocinou, ainda no início da gestão, os estudos técnicos para recontratação da Plataforma de Pesquisa Jurídica Thomson Reuters – Revista dos Tribunais On-line e Biblioteca digital Proview, cujo contrato lhe compete a fiscalização.

A referida iniciativa, cuja assinatura permite o acesso ilimitado e simultâneo para 1000 usuários, disponível 24 horas, 7 dias da semana, para uso interno, através de computadores, objetivou ampliar o acesso às principais obras do Direito, tais como: códigos comentados, manuais, monografias, cursos e doutrinas dos mais renomados autores, sendo que as consultas demonstram a importância da aquisição.

2023 (JAN A OUTUBRO)	2022 (MAIO – DEZ)	
159.342	111.285	BIBLIOTECA PROVIEW
11.352	10.597	RT ON-LINE – RTO

Em paralelo, a COBIT realiza, diariamente, processo de seleção, alimentação na base de dados, registro, tombamento de livros e periódicos, catalogação, classificação e analítica de artigos dos periódicos, indexação de leis, decretos, atos, editais, portarias e resoluções do Diário da Justiça Eletrônico do Diário Oficial do Estado, alimentando, frequentemente, a base de dados do Sistema PHL das bibliotecas do Tribunal de Justiça da Bahia, além de prestar os serviços de empréstimos, renovações e devoluções; atendimento e orientação ao usuário na recuperação da informação; disseminação seletiva da informação; consultas e buscas e pesquisas bibliográficas, inclusive na plataforma ARCHIDOC, e que representaram, em média, acesso a 3.900 diários oficiais, para responder a pesquisas solicitadas via e-mail institucional (bibliotecatj@tjba.jus.br).

Confira-se quadro comparativo[6], relativo à parcela dos serviços prestados nas Bibliotecas do TJBA, situadas no Fórum Ruy Barbosa e no Centro Administrativo da Bahia:

6 *Ano de 2023 representado pelos meses de janeiro a outubro*

Títulos catalogados	Empréstimos de livros	Frequência	
1.058	127 títulos	947 pessoas	FRB 2022
1.810	107 títulos	1.053 pessoas	FRB 2023
11.933	196 títulos	999 pessoas	CAB 2022
10.471	716 títulos	2.547 pessoas	CAB 2023

Vale frisar, também, a pesquisa, solicitada pela Secretaria Judiciária, para o levantamento e a seleção de todos os decretos judiciários, referentes a suspensões de prazos e de expediente do PJBA. Com esse trabalho, foi possível alimentar o novo calendário disponibilizado no site do TJBA, que ganhou nova roupagem, sendo atualizado e reorganizado, melhorando a visibilidade para advogados e servidores do 1° e 2° Graus, bem como para advogados, procuradores e público em geral, com a inserção de 647 atos no sistema, com finalização da alimentação dos dados no sistema em janeiro de 2024.

De igual modo, o calendário de suspensão de prazos processuais de todo o Estado da Bahia, disponível no site do TJBA, ganhou nova roupagem, sendo atualizado e reorganizado, melhorando a visibilidade para advogados e servidores do 1° e 2° Graus.

De igual forma, a COBIT contribuiu para a construção do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) do TJBA, fornecendo os arquivos digitais das obras da coleção de Ruy Barbosa e da Revista Bahia Forense, também compondo a equipe responsável por sua implementação, além de participar de visitas monitoradas, como a programação do Projeto Conhecendo o Judiciário, com apresentação das bibliotecas e dos serviços disponibilizados a estudantes de direito.

Ainda como ações empreendidas ao longo da gestão, realizou-se a reforma relevante da Biblioteca da Sede do Tribunal de Justiça, baseada em modernização, sustentabilidade e acessibilidade, tendo sido nomeada, após a sua reinauguração, datada de 14/03/2023, Biblioteca Juiz Ney Leite Silva.

Adequações de Layout com instalação de paredes em dry-wall, com revestimento acústico; ampliação da sala de estudos; novos computadores; revisão elétrica geral, modernização do quadro elétrico, com troca de luminárias por modelos em LED, mais econômicos e sustentáveis; adequações do sistema de proteção contra incêndio, com instalação de detectores de fumaça, prezando a segurança da unidade; modernização do sistema de ar-condicionado com troca de aparelhos por modelos split, também mais modernos e sustentáveis; regularização e instalação de piso de alta resistência, com instalação de rodapé; pintura interna e revitalização da fachada com substituição de pastilhas e de platibanda; e instalação de novo balcão na recepção para atendimento das normas de acessibilidade, tornaram o espaço mais convidativo e apropriado aos magistrados e aos servidores.

Ademais, deflagrou-se de procedimento licitatório, para incremento do acervo bibliográfico, com a aquisição de 136 títulos jurídicos (correspondente a 540 exemplares para consulta e empréstimo), bem como apresentação de minuta de Resolução, para regulamentar a Política de Desenvolvimento e Avaliação de Coleções do Sistema de Bibliotecas do Poder Judiciário do Estado da Bahia, já em tramitação na Comissão Permanente de Jurisprudência, Revista, Documentação Jurídica e Biblioteca do TJBA.

Por outro lado, buscando incentivar a leitura e difundir o livro, por meio da troca e da doação de publicações, no âmbito do Tribunal de Justiça da Bahia, sem ônus para ambas as partes, a COBIT segue liderando o Projeto Ciranda do Saber, que recebeu 233 exemplares e distribuiu 103 unidades.

COORDENAÇÃO DE PROTOCOLO E CORRESPONDÊNCIAS – CPROT

A Coordenação de Protocolo e Controle de Correspondência possui como uma de suas atividades primordiais a fiscalização do contrato de Correspondências e de Entrega Agrupada – Malotes, firmado com os Correios (EBCT).

Visando à redução de consumo do contrato de Correspondências, um dos focos da gestão, promoveu-se o cancelamento de 124 cartões de uso postal, distribuídos em unidades judiciárias e administrativas desautorizadas, além do incremento do cadastro de grandes litigantes no Domicílio Eletrônico, acarretando significativo impacto, na fatura, que sofreu variação positiva de 1,89%, não obstante o reajuste acumulado de tarifas, de 15%, aproximadamente, no período.

A CPROT participou, ainda, das tratativas para implantação do sistema E-Carta, já em pleno funcionamento, em unidades-pilotos, nos Sistemas Judiciais (PJE e PROJUDI), em substituição ao V-post, visando à redução significativa nas despesas com os Correios.

Como medida paralela, intensificou-se o controle do uso pelas unidades, planilhando-se despesas mensais, identificando-se o consumo incomum e promovendo-se a orientação e a conscientização dos usuários, especialmente das comarcas do interior.

Por outro lado, como gestora do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA), a CPROT disponibilizou novo tipo de documento, “TJ-CON”, para criação e identificação, na ferramenta, de processos administrativos referentes a contratos, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Outrossim, a CPROT passou a oferecer aos usuários a possibilidade de geração do tipo de documento “TJ-PAG”, por determinação contida no Decreto Judiciário nº 560/2023, objetivando a identificação e a tramitação específica de processos administrativos referentes a pagamentos.

Esforços internos extras, como a orientação e a conscientização dos usuários sobre o encaminhamento de pedidos de abertura de processos via CI, reduzindo os problemas com o uso do e-mail funcional; tratativas e resoluções de problemas no Sistema SIGA junto à COSIS, com melhorias e correções; conversão significativa de processos PROTWEB para o SIGA, atendendo às demandas recebidas na unidade, provocadas ou não pela CPROT, refletiram, também, na redução de erros operacionais e na otimização do uso da ferramenta.

Ainda como iniciativa, objetivando minimizar custos, tem-se a otimização do arquivo de documentos da unidade, que culminou na redução aproximada de 300 caixas-box e no encaminhamento, para análise e eventual eliminação, à CPAD de 500 caixas de documentos administrativos com temporalidade vencida, com publicação do correspondente Edital de Eliminação de Documentos Administrativos CPAD nº 01/2023.

Complementarmente, deflagrou-se demanda, junto à COSIS, para permitir a criação automática de expedientes no SIGA, referentes à solicitação de pagamento de honorários periciais, medida similar à adotada para o pagamento de diárias, a fim de conferir maior celeridade, segurança, controle e autonomia aos demandantes, bem com redução do trabalho manual realizado pela CPROT, uma vez que representará uma redução da ordem de 20%, em relação ao quantitativo atual de processos.

Iniciado, ainda, saneamento do banco de dados do SIGA, Pessoa Física, a fim de regularizar o cadastro de interessados, pessoa física, agregando-se eventuais cadastros em duplicidade, que conta com previsão de finalização em junho/2024.

CPROT EM NÚMEROS

2023	2022	2021	2020	2019	2018	
3.751	6.218	6.304	2.642	11.922	13.479	Malote – Expedição
4.436	5.724	5.761	3.028	27.471	42.740	Malote – Recebimento
5.624	8.496	6.132	2.740	19.542	25.408	Protocolo Sede – Guias emitidas
8.737	9.712	8.352	3.480	12.362	11.703	Correios – Guias emitidas
2.696	3.558	2.068	2.208	6.338	6.898	Protocolo FRB – Guias emitidas
59.548	65.892	40.323	17.335	61.157	61.918	Cadastro de Processos Sede
4.257	3.672	1.578	1.159	2.681	2.120	Cadastro de Processos FRB

Registre-se que os números da gestão 2020/2021 foram amplamente impactados pela Pandemia de COVID-19, gerando discrepância nos ajustes numéricos em cada atividade do Protocolo Administrativo, ao longo dos anos. Além disso, o volume de malotes expedidos e recebidos aponta para uma redução drástica, resultado dos processos de digitalização e modernização nas rotinas que impactam no fluxo de documentos.

De maneira similar ao que ocorreu com o fluxo de malotes, observa-se redução gradativa da expedição de guias de Correios, que indicam o crescimento do uso de ARs digitais, com redução das postagens físicas.

No entanto, o dado mais relevante, no que concerne aos processos cadastrados na Sede, é a redução de, aproximadamente, 90% das guias de processo híbridos, sobretudo nos últimos 2 meses, após as diretrizes estabelecidas no Decreto Judiciário nº 560/2023.

COORDENAÇÃO DE GRAVAÇÕES E REGISTROS – CGR

Conforme Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça em seus artigos 61 e 62, a CGR presta serviços de transcrições, gravação e reprodução de áudio e vídeo, revisão gramatical e redação das transcrições de sessões, que ocorrem no âmbito do 2º grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Ainda no início da gestão, em março de 2022, com o fim das medidas adotadas durante o período pandêmico, a Presidência do TJBA determinou a retomada dos serviços presenciais, observando-se as ações necessárias à prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – COVID-19, bem como o avanço da vacinação.

Nesse sentido, o Ato Normativo Conjunto nº 3/2022 permitiu a realização presencial das sessões dos Órgãos Julgadores de Segundo Grau, cabendo ao Presidente de cada Órgão Colegiado avaliar a pertinência e decidir acerca da realização das sessões de julgamento em formato presencial, virtual ou híbrido, esta última implementada ineditamente na Corte, mediante o Decreto Judiciário nº 291/2022, com uso de ferramentas tecnológicas adquiridas já disponíveis.

A primeira Sessão de Julgamento em formato híbrido do TJBA, realizada pela 2ª Turma da 1ª Câmara Criminal, ocorreu em 29 de março de 2022, por meio da junção da plataforma de videoconferência Lifesize e equipamentos das salas físicas de sessões, passando a ferramenta a ser, majoritariamente, a preferência dos Órgãos Julgadores para as assentadas, durante todo o ano de 2023, notadamente por propiciar a participação remota de Desembargadores e advogados que se encontrem impossibilitados do comparecimento pessoal.

2023	2022	
19	390	SESSÕES VIRTUAIS
358	79	SESSÕES HÍBRIDAS
4	1	SESSÕES EXCLUSIVAMENTE PRESENCIAIS
183	213	SOLICITAÇÕES DE AUDIOVISUAL
151	186	SOLICITAÇÃO DE TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO

Por outro lado, em decorrência do término do contrato de nº 24/18-S, firmado com a empresa Premier, promoveu-se novo procedimento licitatório, que culminou com a contratação da Empresa: Ghirotti (CGR) – Contrato 61/23-S e aditivo 124/23-AS, com ampliação do objeto outrora existente, a fim de contemplar a comunicação participativa, por meio de intérpretes de Libras, atividade inovadora no âmbito dos Órgãos Fracionários de 2º Grau, do Tribunal de Justiça da Bahia, garantindo a acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva e atendendo ao quanto recomendado pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Utilizando-se de dois estúdios, montados com específica finalidade, os intérpretes realizam a tradução, preferencialmente, simultânea das sessões, cujos vídeos inseridos no Portal do PJBA passaram a contar com o áudio traduzido, por meio da imagem do tradutor.

Iniciativa também voltada às sessões de julgamento dos Órgãos Colegiados do 2º Grau, a deflagração dos procedimentos de reforma das salas de sessões veio a possibilitar o aumento do número de integrantes nos recintos, bem como promover a modernização da tecnologia já utilizada e a resolução de problemas de acessibilidade, acústica e eficiência. Na expansão, foram contempladas, ainda, a inclusão de novos microfones, viabilizando o acréscimo nas bancadas de dois lugares, por sala de sessão, e mais 9 na sala, atualmente, denominada “Antigo Pleno”.

Com o atendimento da demanda, em relação às salas 2 e 4, bem como do Estúdio de Libras, as obras seguirão para contemplar as denominadas Sala 1 e Antigo Pleno, com previsão de conclusão ainda no primeiro semestre de 2024.

Sob outro enfoque, a CGR promoveu, no biênio 2022-2024, a inclusão de áudios no sistema audiovisual, referente a sessões de julgamento do 2º Grau anteriores à sua implantação, ocorrida em 2018. No total, foram inseridos, indexados e publicados em página própria do TJBA, ficando disponíveis para acesso a qualquer tempo pelos jurisdicionados, 994 áudios, o que representa um acréscimo de 200%, em relação à alimentação do sistema ocorrida em gestões anteriores.

TOTAL DE ÁUDIOS	2018 A 2021	2022	2023	ÁUDIOS RESTANTES
6.428	522	489	505	4.912

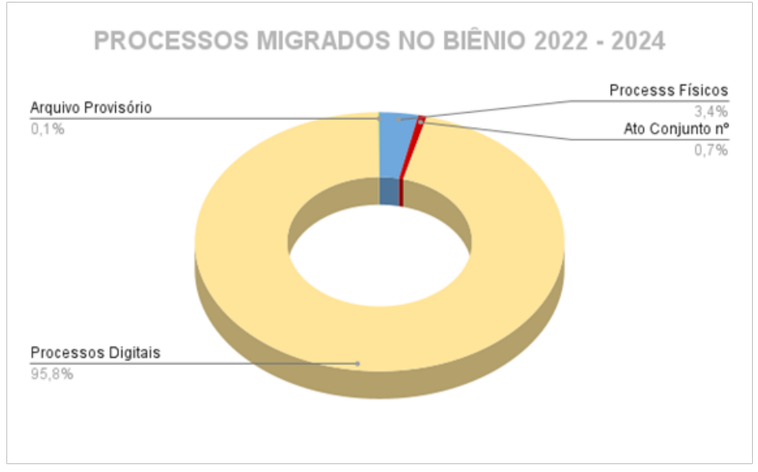
NÚCLEO UNIJUD DIGITAL

- MIGRAÇÃO

O procedimento da migração consiste em exportar os dados processuais dos Sistemas SAIPRO e SAJ para o Sistema PJe por intermédio do Sistema MIGRADOR, com o objetivo de unificar os Sistemas Judiciais para uso exclusivo do Pje.

Para tanto, no biênio desta gestão, foi apresentada a seguinte produtividade:

PROCESSOS MIGRADOS NO BIÊNIO 2022 - 2024	
Processos Físicos	41.504
Ato Conjunto nº 22/2022	8.840
Processos Digitais	1.174.928
Arquivo Provisório	914
Total	1.226.186



- DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS

No biênio desta gestão, até o presente momento do ano de 2023, foram recepcionados para fins de digitalização e migração para o PJe:

Total de caixas	Total de Processos Recepcionados
6.292	41.505

• RETIFICAÇÃO DO ACERVO DIGITALIZADO NO PJe

A retificação de processos consiste na correção da digitalização de processos digitalizados pela empresa PA Arquivos.

Em síntese, referente ao biênio 2022/2024, o Núcleo Unijud Digital recepcionou:

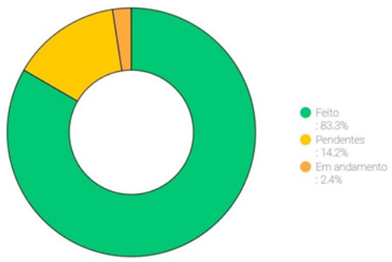
RETIFICAÇÃO BIÊNIO 2022-2024	
Solicitações 2022	1142
Solicitações 2023	430
Total	1572

• NUREDI

Em 2015, o Tribunal de Justiça da Bahia instituiu os núcleos regionais de digitalização, que tinham por função acompanhar, supervisionar e orientar a digitalização do acervo processual físico das Unidades Judiciárias do Primeiro Grau que possuíam sistema eletrônico.

Durante o biênio 2022-2024, cumpriu ao Núcleo Unijud realizar correções apontadas pelas Unidades Judiciárias de equívocos nas digitalizações, esta é a produtividade:

Pendências resolvidas e respondidas: 2030
Solicitações em análise pelo setor: 70
Desarquivamento solicitados à COARQ, aguardando entrega: 88
Processos não encontrados ou sem remessa para o setor: 283
Emails a conferir: 410

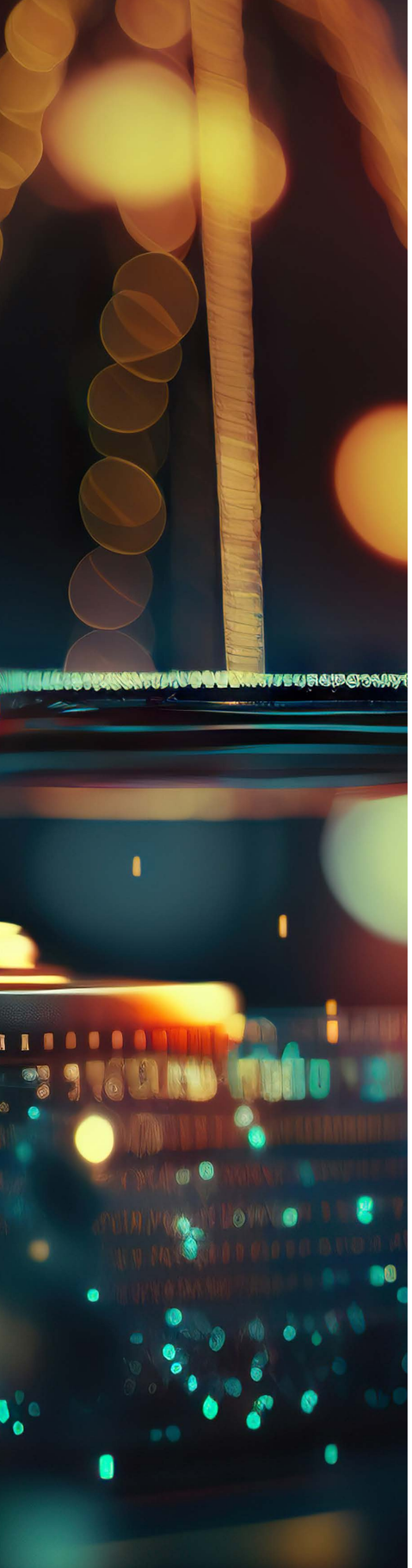


• GESTÃO DE DADOS

Em análise das informações dispostas no Sistema EXAUDI, verificou-se que, ao menos, ⅓ do acervo processual apresentava ausência de dados indispensáveis ao andamento processual.

Para tanto, o Núcleo Unijud iniciou a tarefa de corrigir dados e falhas de sistema, para possibilitar o trâmite regular dos processos, tendo sido produzido até o presente momento:

CORREÇÃO DE DADOS CADASTRAIS	
Processos analisados	131.867
DÍGITO VERIFICADOR INVÁLIDO	
Total	90.043
Corrigidos	20.171



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

SOBRE O RELATÓRIO

Relatório sintético das entregas institucionais do biênio 2022|2024 realizadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), com o propósito de:

- prover maior transparência às ações materializadas pela SEPLAN originadas de seus Planos Diretores Anuais (PDA 2022 e PDA 2023) e aquelas que foram demandadas pelos diversos setores em seu dia a dia;

- dar destaque, de forma clara e sucinta, às informações mais relevantes, sobretudo àquelas relativas ao acompanhamento da gestão;

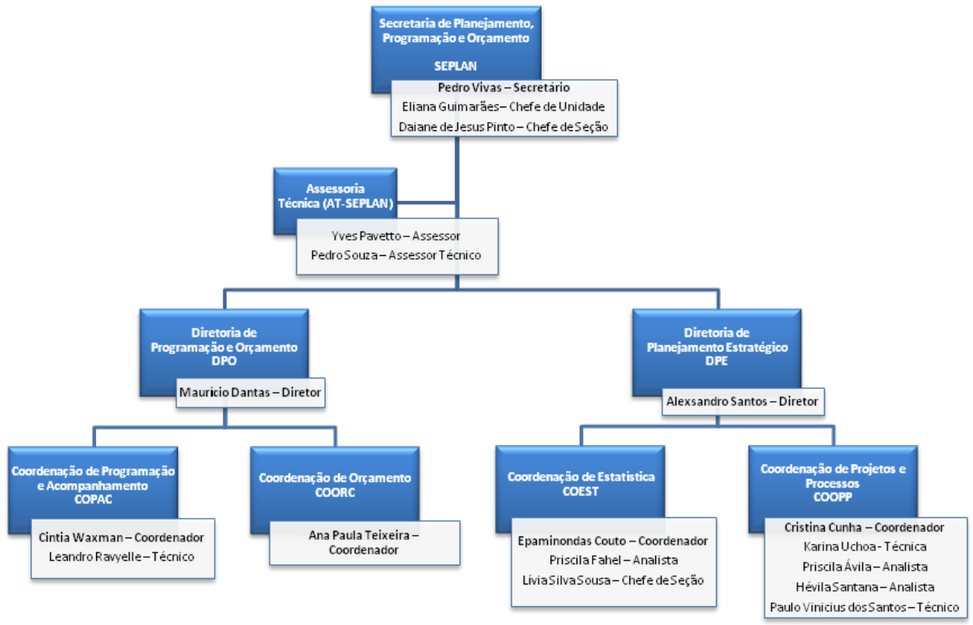
- apresentar, de forma mais atrativa, os dados e indicadores gerenciais, facilitando a interpretação por seus leitores; e

- evidenciar resultados alcançados pelos processos estruturados de sua Cadeia de Valor, bem como dos projetos em execução sob seu gerenciamento.

Este documento segue modelo e orientações definidos pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência (SGP), uma vez que integra o Relatório de Gestão 2022, consolidado com os relatórios das demais unidades administrativas.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



A SEPLAN está trabalhando para efetivar a alteração de sua estrutura organizacional, contemplando a Coordenação de Riscos Estratégicos, Pesquisa e Inovação (CORPI). Essa solicitação faz parte de um projeto de reforma abrangendo toda a estrutura organizacional do Tribunal, que se encontra em tramitação nas demais unidades envolvidas. Somente por essa razão, portanto, não será considerada esta unidade nas atividades abaixo apresentadas.

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) é um órgão de apoio técnico administrativo do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA) encarregado de formular e materializar políticas e diretrizes de Planejamento afetas à Gestão Estratégica, à Gestão de Projetos e Processos, à Gestão Orçamentária, bem como a realização de pesquisas prospectivas de cenários vislumbrando o alcance da melhoria da prestação jurisdicional. Coordena o monitoramento e a avaliação da implementação da estratégia institucional por meio de programas, projetos e processos, fomentando e apoiando as unidades mediante reuniões, capacitações, mentorias e consultorias.

Valores	Missão	Visão
Acessibilidade Agilidade Eficácia Eficiência Ética Inovação Integração Probidade Responsabilidade Social e Ambiental Transparência	“Formular políticas e diretrizes de planejamento, orçamento e gestão, estimulando a melhoria contínua dos procedimentos de trabalho das Unidades, alavancando a eficiência, a qualidade e a produtividade, de forma sustentável, gerenciando os riscos estratégicos e contribuindo para a excelência da Gestão do Poder Judiciário do Estado da Bahia.”	“Ser reconhecida como modelo de excelência em gestão no segmento da Justiça Estadual do Poder Judiciário.”

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

- **Gestão da Estratégia e Governança**

- Administração do Portal da Estratégia (http://www5.tjba.jus.br/estrategia/); e
- Elaboração, acompanhamento e desdobramento do Planejamento Estratégico do PJBA.

- **Gestão de Dados, Informação e Conhecimento**

- Acompanhamento de resoluções, metas e números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Responsável pelo acompanhamento das informações estatísticas oficiais do Tribunal;
- Promoção de debates e ações acerca dos indicadores e das metas do CNJ, objetivando a melhoria na prestação jurisdicional e a consequente alavancagem da posição do PJBA no cenário nacional, valorizando a imagem institucional; e
- Realização de estudos e pesquisas institucionais.

- **Gestão de Projetos e Processos**

- Administração do Sistema de Gestão e Projetos (SGP) para gestão e monitoramento

da estratégia, banco de iniciativas e dos projetos institucionais; e
- Direção do Escritório de Projetos e Processos Estratégicos (EPPE) e do Escritório de Projetos e Processos Departamentais (EDEP).

- **Gestão Orçamentária**

- Acompanhamento da execução orçamentária; e
- Acompanhamento e avaliação da programação orçamentária.

GESTÃO DA ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

Acompanhamento da Execução Estratégica

Na busca por uma prestação judiciária mais célere e eficaz, o PJBA vem adotando práticas de gestão para o alcance dos seus resultados. Nesse sentido, o acompanhamento da execução da estratégia foi pensado a partir da necessidade do gerenciamento dos processos de trabalho e da sua capacidade de gerar valor para a Sociedade, para tanto foram desenvolvidas ferramentas que corroboram para a sua execução.

Inicialmente, citamos os indicadores estratégicos como base principal para a verificação do cumprimento dos objetivos e das metas, os quais são desdobrados a partir da Cadeia de Valor do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Outros recursos e esforços foram implementados, visando a um melhor desempenho para o alcance e o desdobramento da Estratégia, os quais estão mencionados e explicados a seguir.

Acompanhamento de Indicadores Estratégicos

Os Indicadores do Planejamento Estratégico 2021-2026 foram elaborados e publicados no prazo, conforme Resolução nº 03, de 24 de março de 2021, sendo alimentados, desde então, pelas áreas, de acordo com os prazos de acompanhamento estipulados.

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/indicadores-e-metas-2021-2026/

INDICADORES ESTRATÉGICOS - MACRODESAFIOS	AVANÇO
M9 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	83,3%
M4 – Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	75,0%
M8 – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	66,7%
M2 – Fortalecimento da Relação Interinstitucional do Judiciário com a Sociedade	66,7%
M11 – Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	66,7%
M3 – Agilidade e Produtividade na Prestação	60,0%
M6 – Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	50,0%
M7 – Promoção da Sustentabilidade	50,0%
M10 – Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas	50,0%
M1 – Garantia dos Direitos Fundamentais	50,0%
M12 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	50,0%
M5 – Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	25,0%

Tabela 1 – Avanço no alcance dos Macrodesafios do Planejamento Estratégico 2021-2026.

RAE - Reunião de Análise Estratégica

A realização da RAE é uma ação obrigatória que contribui, substancialmente, com o alcance do Prêmio CNJ de Qualidade, prevista na Resolução do CNJ nº 70, de 18 de março de 2009, ratificada no artigo 9º da Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020; e na Resolução do TJBA nº 12, de 31 de agosto 2016, e servem ao TJBA como marcos de controle do rumo planejado em sua estratégia, de modo que suas políticas públicas, ações e projetos sejam produzidos, testados e validados sob essa égide, sempre orientados para o pleno atendimento dos jurisdicionados em suas demandas, por uma justiça célere e eficiente.

Foram realizadas, sob a condução da SEPLAN, 5 (cinco) reuniões no ano de 2022 e 3 (três) até 17 de novembro de 2023. Link para os resumos das RAE's:

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/reuniao-de-analise-da-estrategia-rae/

2022	2023
1ª RAE – 19/04	1ª RAE – 23/03
2ª RAE – 24/05	2ª RAE – 19/06
3ª RAE – 08/08	3ª RAE – 10/10
4ª RAE – 11/10	4ª RAE – 07/12

Tabela 2 – Reuniões de Análise da Estratégia(RAE) realizadas.

RLA - Reunião de Líderes Avançados

As Reuniões de Líderes Avançados (RLA's) visam ao acompanhamento do progresso dos trabalhos das unidades e funcionam como uma preparação para as Reuniões de Análise Estratégica (RAE's). Sob a coordenação da SEPLAN, foram realizadas 5 (cinco) reuniões em 2022 e 3 (três) até 17 de novembro de 2023. Link para os resumos da RLA:

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/reuniao-de-lideres-avancados/

2022	2023
1ª RLA – 13/04	1ª RLA – 09/03
2ª RLA – 09/05	2ª RLA – 13/06
3ª RLA – 19/07	3ª RLA – 31/08
4ª RLA – 26/09	4ª RLA – 23/11
5ª RLA – 17/11	

Tabela 3 – Reuniões de Líderes Avançados (RLA) realizadas.

RPO - Reunião de Programação Orçamentária

As Reuniões de Programação Orçamentária (RPO's), conduzidas pela Diretoria de Programação Orçamentária (DPO) do TJBA, têm o propósito de acompanhar a receita, ajustar ações conforme as diretrizes estratégicas e elevar a qualidade dos serviços públicos.

Esses encontros, ocorrendo, ao menos, três vezes ao longo do exercício financeiro, abrangem temas como abertura do orçamento, elaboração do Plano de Trabalho Anual, estabelecimento de cotas orçamentárias e resolução de entraves orçamentários.

Em 2022, 2 (duas) RPO's abordaram questões da Resolução nº 347/2020 do CNJ. Em 2023, ocorreram 3 (três) RPO's, incluindo alinhamentos estratégicos, tratativas sobre execução orçamentária e ajustes para atender aos objetivos estratégicos, envolvendo transposições e suplementações necessárias a despesas

2022	2023
1ª RPO – 04/05	1ª RPO – 10/04
2ª RPO – 26/10	2ª RPO – 16/05
	3ª RPO – 28/09

Tabela 4 – Reuniões de Programações Orçamentárias realizadas.

Semana da Estratégia

Em 2022, no início da gestão e sob a coordenação da SEPLAN, foi realizada a Semana da Estratégia. O evento teve como objetivos: priorizar as iniciativas oriundas das Demandas Estratégicas, candidatas a Projetos Estratégicos para comporem o portfólio 2022/2024; priorizar os Processos de Trabalho Estratégicos da Cadeia de Valor a serem mapeados; e levantar os Riscos Estratégicos.

O evento contou com a participação da maioria absoluta das áreas e ao final, selecionou e pontuou 41 iniciativas relacionadas às diretrizes da Presidência, 117 riscos estratégicos foram levantados e 35 riscos foram definidos para tratamento.

ITEM	QUANTIDADE
Priorização dos Processos de trabalho	32
Levantamento dos Riscos Estratégicos	153
Iniciativas Recebidas	471
Iniciativas Consolidadas	98
Iniciativas com Potencial para Projeto Estratégico	41

Tabela 5 – Resultado da Semana da Estratégia.

Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa

O Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa, evento intitulado de "Rumo à excelência na gestão pública!", ocorreu nos dias 10 e 11/07/2023 e contou com a presença do Presidente do TJBA, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco. Com o objetivo de discutir a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, foi palco para o debate das Metas Nacionais da Justiça Estadual 2024.

Figura 1 – Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual.

Na ocasião, ocorreram oficinas para discussão do Planejamento Estratégico, debates sobre visões problematizadas dos Macrodesafios do Poder Judiciário 2021-2026, para compor uma visão geral dos Tribunais sobre a atual situação da estratégia. O evento reuniu mais de 130 pessoas de todos os 27 (vinte e sete) Tribunais da Justiça Estadual.

https://www.youtube.com/watch?v=2qbHBrecJB8

Metas Nacionais

As Metas Nacionais propostas pelo CNJ representam o compromisso dos Tribunais com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência, eficácia e qualidade.

Em 2022 e 2023, a SEPLAN, com o objetivo de contribuir para a Proposta Inicial de Metas (PIME) voltada aos anos de 2023 e 2024, conduziu os eventos abaixo.

- Workshop Proposta Inicial de Metas (PIME), com a participação dos Magistrados, representantes da Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA;

- Encontro Nacional da Rede de Governança Colaborativa da Justiça Estadual com a participação de todos os representantes de cada Tribunal Estadual do Brasil, com vistas a promover debates e trocas de experiências sobre o Planejamento Estratégico Nacional 2021-2026, as Metas Nacionais 2024 e as Boas Práticas;

- Coleta de sugestões de propostas de metas aos Juízes coordenadores das 18 regiões que compõem a Rede Regional de Governança do Poder Judiciário do Estado da Bahia a serem encaminhadas para o Subcomitê Nordeste da Rede de Governança Colaborativa Nacional;

- Coordenou pesquisa de 'Gestão Participativa, juntos por uma Justiça ainda melhor!', envolvendo Magistrados, servidores, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, advogados e cidadãos, entre os dias 10/07/2023 e 23/07/2023, via rede mundial de computadores -Internet; e

- Realizou Audiências Públicas:

Audiência Pública PIME 2024 - https://www.youtube.com/watch?v=NdiIq-32rXU&t=23s
Audiência Pública PIME 2023 - https://www.youtube.com/watch?v=hrkbEQs00dA

Fomento ao Desenvolvimento da Cultura de Qualidade

Em 2022, a SEPLAN orientou por meio de capacitações e mentorias, a Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), para que pudesse implantar, no Biênio 2022-2024, o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), com base na NBR ISO 9001, objetivando a melhoria do seu desempenho para a prestação jurisdicional. A SEPLAN conduziu reuniões de orientações à CGJ, nas quais foram tratados temas como:

- Apresentação da Gestão da Qualidade;
- Hierarquias: agregações, cálculos e visão de riscos;
- Modelos de documentos da garantia e do controle da qualidade;
- Principais conceitos, benefícios e práticas.

A SEPLAN orientou a CGJ quanto à elaboração e à finalização de sua Cadeia de Valor, além de servir de facilitadora da etapa de identificação dos processos a serem mapeados pelo EDEP da CGJ.

ITEM	TOTAL
Reuniões com a CGJ	06
Procedimentos de Gestão elaborados	04
Procedimentos Operacionais elaborados	02
Cadeia de Valor da CGJ elaborada	01

Tabela 6 – Reuniões de Qualidade com a CGJ.

GESTÃO DE DADOS E CONHECIMENTO

Visando à melhoria da qualidade da informação prestada ao cliente interno e externo, a SEPLAN efetua, constantemente, apurações de dados estatísticos do Tribunal, usando, para o monitoramento e o acompanhamento dos indicadores institucionais do compêndio Justiça em Números e das Metas Nacionais, o Sistema de BI, cujos módulos foram definidos por esta Secretaria.

Prêmio CNJ de Qualidade

A SEPLAN vem monitorando junto às áreas, diariamente, os principais indicadores para alcance dessa premiação, coordenando ações em busca de melhor pontuação que reflita a excelência da prestação jurisdicional ofertada pelo PJBA e que culmine com o reconhecimento nacional. Em 2023, o PJBA obteve o prêmio na Categoria Prata.

Ranking da Transparência

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ nº 260, de 11 de setembro de 2018, que alterou a Resolução CNJ nº 215, de 16 de dezembro de 2015, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os Tribunais e os Conselhos disponibilizam aos cidadãos.

A SEPLAN participa da Comissão de Gestão do Portal da Transparência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 744, de 30 de novembro de 2021 e de grupos de trabalhos capitaneados pela Secretaria-Geral da Presidência (SGP), que teve como ações: a reformulação do Portal da Transparência, com melhoria da forma da alimentação e da atualização dos dados; e a elaboração de Ato Normativo, definindo as respectivas áreas responsáveis pela inclusão das informações.

Nesse sentido, como forma de manutenção do excelente resultado obtido desde 2019, pelo qual o PJBA figurou entre os primeiros colocados, a SEPLAN analisa as Portarias anuais e, em conjunto com a SGP que coordena os trabalhos, realiza o acompanhamento das informações disponibilizadas pelas áreas participantes, buscando aprimoramento e adequação às exigências normativas e às boas práticas.

O TJBA, como resultado desses esforços, alcançou por dois anos consecutivos, 2022 e 2023, 100% no atendimento aos itens exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo, atualmente, o 1º (primeiro) colocado no Ranking da Transparência dentre os 27 Tribunais Estaduais.

http://www.tjba.jus.br/transparencia/

Programa Nacional de Transparência Pública

Em 2023, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia participou, pela primeira vez, do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), edição 2023. Esse Programa é uma iniciativa da Atricon, do TCE-MT e do TCU, com vistas a padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência das informações produzidas e/ou custeadas pelo Poder Público em todo Brasil.

A SEPLAN participou das atividades de análise, suporte e disponibilização de informações para a Controladoria do Poder Judiciário (CTJUD), a fim de atender aos critérios e aos itens solicitados para o programa. Após as avaliações dos controladores internos dos Tribunais de Contas, o Portal do TJBA alcançou o Selo Diamante de Transparência Pública, ratificando o compromisso de acesso à informação relevante aos cidadãos.

ESTATÍSTICA E DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Relatório Justiça em Números

O Relatório Justiça em Números, também produzido e divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anualmente, possui como objetivo a ampliação do processo de gestão e produtividade do Poder Judiciário, por meio da coleta semestral, da sistematização de dados estatísticos e do cálculo de indicadores capazes de retratar o desempenho dos Tribunais. Os dados do 2º semestre de 2023 serão encaminhados para o CNJ até o dia 28/02/2024.

Casos Novos

O Tribunal de Justiça da Bahia enfrentou um desafio institucional significativo devido ao aumento constante no número de casos novos, nos últimos dois anos, que somaram 3.098.91. Em 2022, houve um aumento de 10% em relação ao ano anterior, com um total de 1.437.578 casos novos registrados. Essa tendência continuou em 2023, com um aumento adicional de 15,5%, chegando a um impressionante quantitativo de 1.661.013 casos novos.

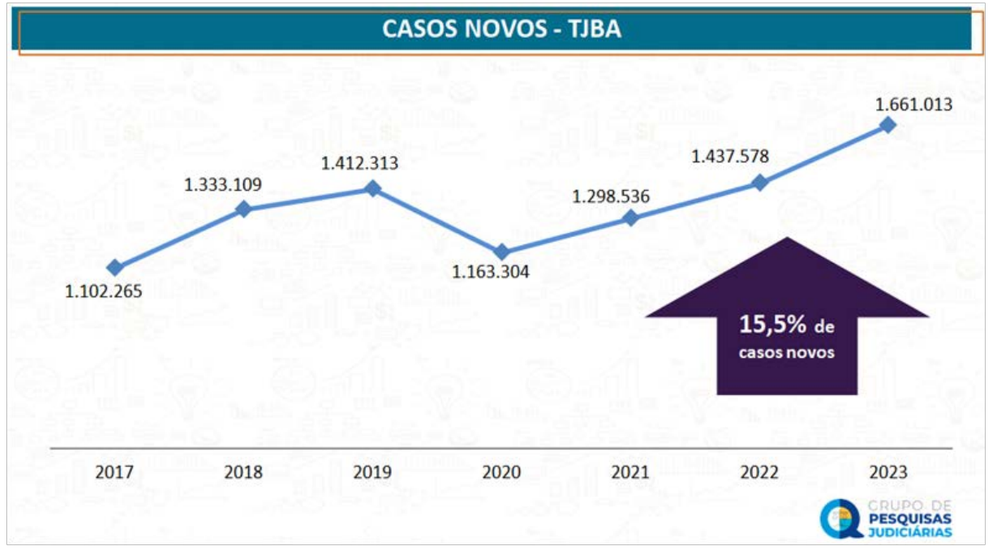


Figura 2 – Casos Novos - Série Histórica do TJBA.

Figura 3 – Casos Novos - Série Histórica por Instância.

Em números gerais, comparando-se com o biênio anterior, 2021 e 2022, onde o total foi de 2.736.114 casos novos, observou-se um crescimento de 26,2%. Esse aumento da demanda, que adicionou uma importante pressão sobre o Sistema Judiciário do Estado, exigiu esforços adicionais para garantir uma administração eficiente e justa da Justiça.

Ciente das projeções apresentadas no início da atual gestão, liderado pelo Presidente, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e com a importante colaboração de toda Mesa Diretora, o TJBA promoveu ações e projetos estratégicos, estruturantes e de enfrentamento, com foco na valorização das pessoas, da tecnologia e dos métodos de alavancagem da produtividade, em que foi possível observar o sucesso ao enfrentamento da crescente demanda.

Processos Baixados

Iniciativas como: nomeação de novos magistrados e servidores, investimentos em tecnologia como a melhoria do parque computacional, uso de robôs e inteligência artificial, dentre outras ações, contribuíram para a marca histórica de baixas processuais no biênio. Nos anos de 2022 e 2023, foram baixados 3.428.703 processos, sendo 1.510.548 em 2022 e 1.918.155 (recorde da série histórica) em 2023.

Em comparação com o biênio anterior quando foram baixados 2.732.416, o avanço foi de 49,5%. As baixas do biênio 2022/2023 ultrapassaram em 17% os valores registrados para 2018/2019, maior valor registrado anteriormente, com 2.875.469 de feitos baixados.

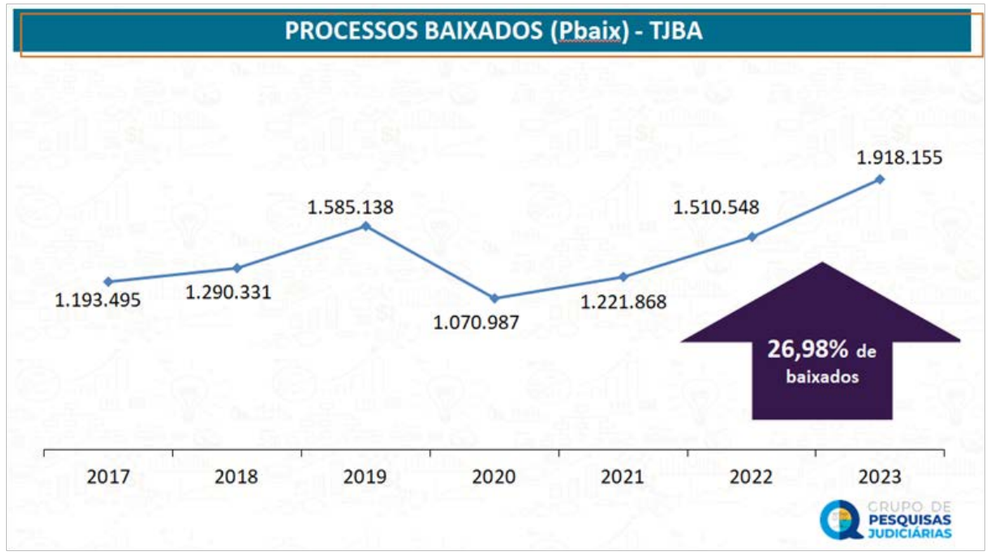


Figura 4 – Processos Baixados - Série Histórica do TJBA.

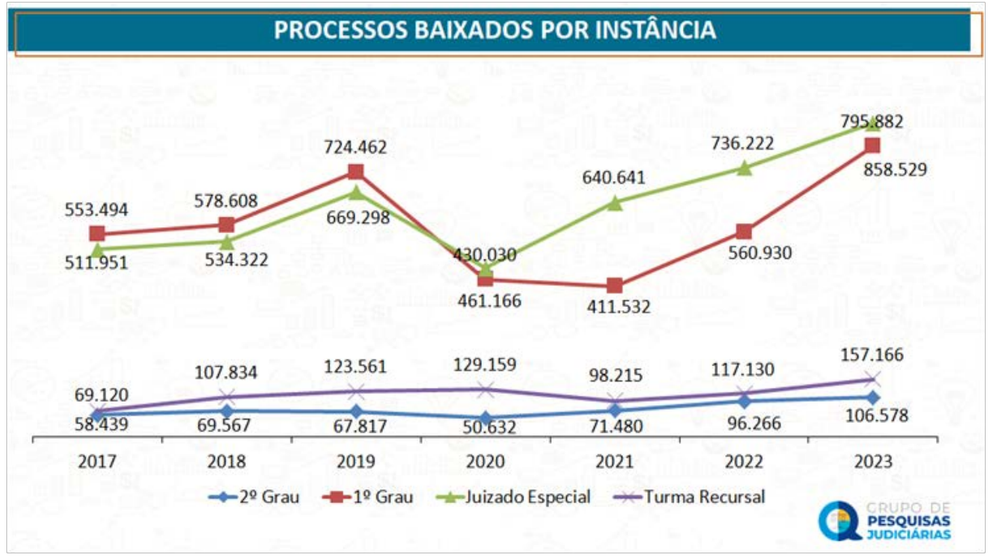


Figura 5 – Processos Baixados - Série Histórica por Instância.

Semanas de Sentenças e Baixas

A ação, promovida pela Presidência do PJBA, em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça (CCJ) e a Corregedoria das Comarcas do Interior (CCI), e coordenada pela SEPLAN, visa aumentar a eficiência e a qualidade na prestação jurisdicional e reduzir o estoque dos processos e a taxa de congestionamento. As 4 (quatro) Semanas de Sentenças e Baixas ocorreram em 2202, de 18 a 22/05 e 17 a 21/10; e em 2023, de 24 a 28/07 e 20 a 24/11, somando 195.365 sentenças e 507.372 baixas, no total de 702.737 atos no biênio.

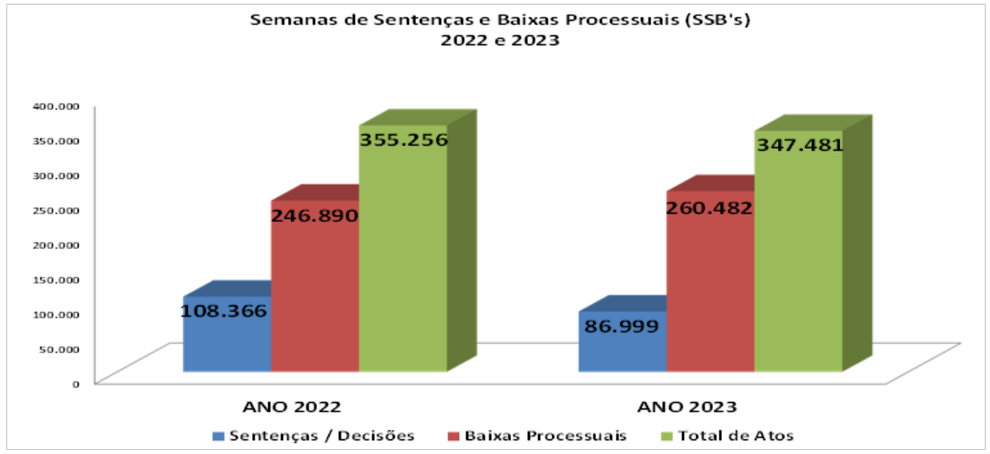


Figura 6 – Resultados das Semanas de Sentenças e Baixas 2022 e 2023.

Resumo Estatístico Mensal

Com o propósito de auxiliar na gestão das unidades judiciais, a SEPLAN criou o Resumo Estatístico Mensal, no qual são disponibilizados dados e informações estatísticas das serventias judiciais, tais como: percentual de cumprimento das Metas Nacionais 1 e 2, Taxa de Congestionamento e Índice de Atendimento à Demanda.

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/7395-2/

Radar do PJBA

Alinhada à diretriz "Transparência" da Gestão, a SEPLAN mantém o boletim mensal RADAR do PJBA, com informações gerais do TJBA, tais como: execução orçamentária, infraestrutura, quadro pessoal, Metas Nacionais e números relativos à sustentabilidade. Link para o radar:

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/radar-do-tjba-2023/

Desenvolvimento de Painéis Dinâmicos

Foram disponibilizados quatro painéis com acesso público permitindo o acompanhamento de informações relevantes, tanto para o público interno quanto para a sociedade.

- **Painel "Medidas Protetivas de Urgência" (Lei Maria da Penha)**

Apresenta o quantitativo de Medidas Protetivas no acervo distribuído e quantas foram concedidas parcialmente ou foram indeferidas. Os dados seguem os parâmetros do Glossário "Justiça pela Paz em Casa", elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- **Painel "Resumo Estatístico Dinâmico – Metas Nacionais."**

Disponibiliza o percentual de execução das Metas Nacionais 1 e 2 do CNJ.

- **Painel "Distribuição e Acervo"**

Apresenta informações gerais e por serventia de aforamento e acervo. Os dados são coletados na base de dados Exaudi.

- **Painel "Resumo Estatístico Dinâmico – Módulo de Produtividade Mensal"**

Apresenta variáveis estatísticas previstas na Resolução CNJ nº 76/2009, tais como: Casos Novos, Baixados, Pendentes, Índice de Atendimento à Demanda e Taxa de Congestionamento.

Em todas as ferramentas, o usuário pode realizar filtros dinamicamente e gravar um arquivo com os resultados. O desenvolvimento utilizou softwares livres (sem custo) e foi realizado pela equipe da SEPLAN.

GESTÃO DE PROJETOS E PROCESSOS

Fomento ao Desenvolvimento da Cultura de Projetos

Considerando a Resolução nº 13, de 31 de agosto de 2016, que regulamenta a implantação do Escritório de Projetos e Processos Estratégicos (EPPE) e dos Escritórios de Projetos e Processos Departamentais (EDEP), no âmbito de atuação do Poder Judiciário do Estado da Bahia, a SEPLAN tem apoiado as unidades na criação e na manutenção dos seus EDEP's.

São realizados encontros mensais do Colegiado do EPPE, sob a Coordenação da SEPLAN, contando com a participação dos representantes dos EDEP's, cujo objetivo primordial é zelar pela melhoria e buscar a maturidade no uso das metodologias de projetos e processos no âmbito do TJBA. Essa ação atende, também, ao Objetivo Estratégico M9.8 - Alcançar Nível de Maturidade "Gerenciado" (Conforme Modelo de Maturidade Consagrado de Mercado), em Gestão de Projetos e Processos, até 2026.

Dentre as principais ações e deliberações ocorridas, destacamos:

- acompanhamento das ações e dos projetos estratégicos;
- divulgação da metodologia e das boas práticas de projetos e processos;
- deliberações sobre ferramentas a serem utilizadas para o gerenciamento de projetos e processos;
- sugestões por parte dos EDEP's para implantação de melhorias no SGP (Sistema de Gestão e Projetos);
- sugestões por parte dos EDEP's para mapeamento e automatização de processos;
- execução de treinamento ministrado pela SEPLAN para 28 gerentes e responsáveis por projetos no Curso Básico de Gerenciamento de Projetos e de Novas Funcionalidades do SGP (Sistema de Gestão e Projetos);
- alinhamento sobre as deliberações ocorridas nas RLA's e nas RAE's; e
- realização de 29 mentorias para gerentes de projetos.

Gerenciamento da Execução do Portfólio de Projetos

Visando auxiliar na Gestão Estratégica e de Projetos, o Sistema CA PPM da CA Technologies, ferramenta batizada de Sistema de Gestão e Projetos (SGP), vem sendo utilizado para acompanhar os projetos departamentais e estratégicos pelas respectivas áreas, com mentoria da SEPLAN. Atualmente, está sendo acompanhado no SGP um total de 64 (sessenta e quatro) projetos.

UNIDADE	PROJETOS	EXECUÇÃO
	PROJETOS ESTRATÉGICOS ACOMPANHADOS PELA SEPLAN	
CGJ	Implantação de Novo Sistema de Arrecadação	49,0 %

UNICORP	Sistema Integrado de Gestão Educacional da UNICORP	50,0 %
COJE	Sistema de Inteligência Artificial - Athos	58,0 %
COJE	Inovações Tecnológicas da COJE	60,0 %
SETIM	Solução de Continuidade de TIC	66,0 %
CAPG	Implantação do Projeto Equaliza TJBA	74,0 %
CGJ	Autuar para Avançar - Meta 2	87,0 %
SGP	Novo Portal	91,00%
CGJ	Julgar para avançar – Meta 2	100,0%
NUPEMEC	Implantação do CEJUSC Virtual	100,0%
SGP	Campanhas de Publicidade PJBA	100,0%
UNICORP | 2VCP	Formação e Aperfeiçoamento de Servidores	100,0%
CAPG	Ampliação do Juízo 100% Digital	100,0%
CAPG	Implantação do Programa Justiça para Todos	100,0%
CGJ	Implantação do Sistema PJECOR	100,0%
CTJUD	Implantação de Unidade de Acompanhamento de Gestão	100,0%
DPG	Consolidação da Rede Regional de Governança Colaborativa	100,0%
GT-LGPD	Implementação LGPD	100,0%
NACP	O Precatório é Seu!	100,0%
SEPLAN	Identificação e acompanhamento do Tratamento dos Riscos Estratégicos	100,0%
2 VCP	Mapeamento de Demandas Repetitivas e com Potencial de Repetitividade	100,0%
COJE	Implantação da Queixa Cidadã	100,0%
NAF	Aprimoramento da Gestão e Fiscalização da Arrecadação	100,0%
	PROJETOS ESTRATÉGICOS GERENCIADOS PELA SEPLAN	
SEGESP	Implantação do e-Social	99,9 %
SEPLAN	Identificação e Acompanhamento do Tratamento dos Riscos Estratégicos	100,0 %
SEPLAN	Melhores Projetos do Biênio 2022/2024	87,0 %
SEPLAN	Governança Corporativa	100,0 %
	PROJETOS PLANEJADOS PELA SEPLAN	
NAF	Implantação de Novo Sistema de Arrecadação	100,0 %
NACP	O precatório é seu	100,0 %
NUPEMEC	Movimento pela Conciliação	100,0 %

Tabela 7 – Portfólio de Projetos trabalhado pela SEPLAN.

Projeto de Governança Corporativa

Idealizado pela SEPLAN e realizado com o apoio da Secretaria-Geral da Presidência (SGP), o Projeto de Governança Corporativa objetivou ampliar e aprimorar a gestão da Governança Corporativa do PJBA.

Decorrente disso, foi realizada a revisão das Metodologias de Governança Corporativa, de Gestão de Projetos, de Gestão por Processos, bem como foi elaborada a Metodologia de Gestão de Riscos, do TJBA. Além disso, foi revisada a Cadeia de Valor do Tribunal, buscando reforçar a sua vinculação com as atividades e os processos efetivamente realizados.

Ainda dentro do escopo, foram mapeados 23 (vinte e três) processos de trabalho e 5 (cinco) foram automatizados.O projeto foi acompanhado e gerenciado pela SEPLAN, tendo sido encerrado em julho de 2023.

Serviços de Melhoria do SGP (Sistema de Gestão e Projetos)

A SEPLAN acompanha o suporte técnico, as atualizações de versão e as customizações da ferramenta SGP -Sistema de Gestão e Projetos. Foram realizados os serviços abaixo.

· Duas migrações de versão foram aplicadas nos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção, visando disponibilizar o SGP com novas funcionalidades, melhor usabilidade e segurança, tornando esses ambientes atualizados e seguros;

· Nova interface do SGP foi disponibilizada, proporcionando melhor experiência aos usuários;

· A implantação e a customização do Canvas e da EAP (Estrutura Analítica do Projeto), integradas ao SGP, agilizaram o planejamento dos projetos, reduzindo o tempo de elaboração da documentação dos planos de projetos;

· Customizações dos módulos de Papéis e Responsabilidades, Comunicação, Propriedades dos Projetos permitiram uma melhor utilização desses módulos;

· A criação de fluxo de automatização para aprovação de escopo e atas de reunião proporcionou maior celeridade no processo de aprovação desses processos;

· A criação de modelos de projetos de engenharia e de mapeamento de processos propiciou uma maior agilidade na elaboração dos cronogramas desses tipos de projetos;

· A disponibilização de Relatório de Status Report com flexibilidade da configuração de conteúdo e formato permitiu ao usuário personalizar os seus relatórios de Status Report de acordo com as suas necessidades;

· A criação de gráficos de acompanhamento do progresso dos projetos facilitou sua gestão;

· A implementação do relatório de produtos dos projetos possibilitou a extração dos dados dos produtos por diversos filtros, facilitando a extração dessas informações;

· A customização dos módulos de Riscos, Ocorrência e Solicitação de Mudança permitiu a automação desses processos, tornando mais ágil seus registros e aprovações;

· A configuração da funcionalidade do módulo de Portfólio de Projetos da SETIM possibilitou uma melhor gestão e serviu de piloto para a expansão nas demais unidades.

PROCESSOS

Com vistas a atender ao objetivo estratégico M9. 5 - Mapear e aprimorar, anualmente, ao menos 25% dos processos de trabalho das unidades administrativas e judiciais, até 2024, a SEPLAN vem realizando o mapeamento dos processos de trabalho, das unidades demandantes, principalmente, aqueles que constam da Cadeia de Valor.

Criado pela SEGESP, com a anuência dos membros do EPPE, o repositório de processos armazena, atualmente, mais de 100 processos publicados. Nos anos de 2022 a 2023, foi mapeado pelo EDEP-SEPLAN um total de 28 (vinte e oito) processos. Link para o Repositório de Processos:

http://fluxodetrabalho.tjba.jus.br/fluxodetrabalho/processos-mapeados/

Processos Mapeados pela SEPLAN – 2022-2023

ITEM	UNIDADE	PROCESSO
01	SEPLAN	Macroprocesso da Cadeia de Valor da SEPLAN
02	SEPLAN	Acompanhar Serviços de Governança
03	SEPLAN	Gestão de Riscos Corporativos
04	Licitação	Formação de Ata de Registro de Preços para Compras e Serviços de TIC - via Pregão Eletrônico
05	Licitação	Aquisição de bens e serviços - via Pregão Eletrônico
06	Licitação	Formação de Ata de Registro de Preços - via Pregão Eletrônico
07	DPG	Coletar PDA's das Unidades Judiciárias
08	CAPG	Julgar processo de Execução Fiscal
09	Comitê Gestor LGPD	Gerir Solicitações de Titulares de Dados Pessoais
10	UNIJUD	Retificar Autos
11	NAF	Arrecadação Extrajudicial
12	NAF	Arrecadação Judicial
13	NACP	NACP-002 - Plano de Pagamento de Precatórios
14	E-SOCIAL	Envio dos Dados do E-social
15	NACP	NACP-001 - Gestão de Precatórios
16	NACP	NACP-003 - Sequestro Regime Geral
17	NACP	NACP-004 - Retenção de Recursos
18	NACP	Subprocesso Pagamento Preferencial
19	NACP	Subprocesso Acordo
20	NACP	Subprocesso Habilitação de espólio
21	NACP	Subprocesso Cessão
22	NACP	Subprocesso Penhora
23	SEJUD	Da distribuição da ação originária à elaboração do relatório e voto
24	SEJUD	Julgar ação originária em Sessão Colegiada
25	SEJUD	Da distribuição da apelação à elaboração do relatório e voto
26	SEJUD	Julgar apelação em Sessão Colegiada
27	SEJUD	Da distribuição do agravo de instrumento à elaboração do relatório e voto
28	SEJUD	Julgar agravo de instrumento em Sessão Colegiada

Tabela 8 – Processos de Trabalho Mapeados pela SEPLAN.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Considerando a necessidade de gerar maior eficiência na gestão pela melhor qualidade das informações sobre as unidades, a SEPLAN se incumbe de gerenciar o Sistema de Organização Judiciária (SOJ).

O SOJ é o sistema responsável por armazenar as informações e os dados básicos relativos às unidades administrativas, judiciais e extrajudiciais do Estado da Bahia de forma centralizada, em um repositório, de acordo com a Lei de Organização Judiciária (LOJ).

Desde a implantação da nova versão do SOJ, ocorrida em dezembro de 2021, a SEPLAN vem atualizando as informações das unidades administrativas, por meio da complementação de dados de e-mail, telefone e endereço, atendendo ao Ato Normativo Conjunto nº 14, de 24 de maio de 2021.

- Em 2022, um quantitativo, aproximando de 1.000 (um mil) situações das unidades judiciais e extrajudiciais, foi atualizado.

- Em 2023, foram criados 135 e-mails para as unidades administrativas que não os possuíam e o saneamento da base das unidades administrativas está em fase de conclusão.

NÚCLEOS, COMISSÕES E COMITÊS

Durante os anos de 2022 e 2023, a SEPLAN manteve representantes e contribuiu com os seguintes Núcleos, Comissões e Comitês:

ASSENTO	CONTRIBUIÇÃO
Comissão de Gestão do Portal da Transparência.	Levantamento de informações a serem populadas no Portal.
Comissão de Memória.	Em parceria com a ASCOM, criação da versão virtual do Museu de Ruy Barbosa.
Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.	Alinhamento Estratégico do PLS e Plano de Ação de Elaboração com as Áreas.
Comissão Organizadora dos Eventos do Centenário da Morte de Ruy Barbosa.	Visita ao Museu de Ruy Barbosa no Fórum Ruy Barbosa para levantamento de alternativas.
Comissão para Estudo e regulamentação do Fundo de Aparelhamento Judiciário - FAJ.	Participação na elaboração da minuta de resolução do Anteprojeto de Lei de Regulamentação.
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.	Atualização do Projeto de Gestão da Comissão para biênio 2022-2024. Elaboração da Política de Acessibilidade Institucional. Elaboração do Projeto de Instituição do Núcleo de Acessibilidade.
Comitê de Avaliação e Melhoria das regras e diretrizes dos procedimentos de compras, locação de bens, contratação de obras e serviços.	Elaboração de um Plano de Ação para a Resolução CNJ nº 347/2021. Elaboração do Plano de Integridade.
Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD).	Cooperação com os demais componentes.
Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE	Fomento da correta utilização e atualização da Tabela Processual Unificada (TPU) no PJE.
Comitê Gestor e Orçamentário Regional da Política Estadual de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.	Esclarecimentos quanto ao Orçamento e sua execução. Criação de Pesquisa afeta ao Orçamento. Criação de Pesquisa afeta ao Plano Estratégico.
Conselho Editorial e Científico da Revista Entre Aspas. (Núcleo)	Captação de Artigo Científico inédito do Prof. Dr. Ron Young da Universidade de Cambridge-UK. Correção de Artigos candidatos em seleção pública.
Núcleo Socioambiental	Contribuição no detalhamento do PLS com as áreas e orientação do Plano de Ações, disponibilizado pelo CNJ. Auditoria de aderência à Resolução CNJ nº 400/2021. Elaboração do Plano Diretor Anual (PDA 2024).

Comitê de Governança (CGOV)	Coordenação da Pauta junto à Presidência. Apresentação do Desempenho Institucional. Apresentação do Desempenho do Portfólio de Projetos e Processos.
Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD)	Levantamento do tamanho amostral dos processos para descarte.
Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)	Cooperação com os demais componentes.
Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Metas do Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Levantamento e controle dos itens de pontuação da Portaria do Prêmio CNJ de Qualidade e das Metas Nacionais.

Tabela 9 – Participação da SEPLAN em Núcleos, Comissões e Comitês.

ESTUDOS E PESQUISAS

As pesquisas e os estudos coordenados pela SEPLAN têm por finalidade atender às Serventias e às Comarcas do Poder Judiciário do Estado da Bahia. Entre 2022 e 2023, realizaram-se as seguintes pesquisas e estudos:

TIPO	ANO	ITEM	DESCRIÇÃO
PESQUISAS	2022	01	Pesquisa Cadastramento de Iniciativas 2022.
		02	Pesquisa Semana da Estratégia - Priorização das Iniciativas.
		03	Pesquisa de Satisfação/Semana da Estratégia.
		04	Pesquisa PDA Completo.
		05	Pesquisa PDA da Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA.
		06	Pesquisa Construindo juntos as Metas Nacionais da Justiça Estadual para 2023.
		07	Pesquisa - Questionário para os PDA's 2022 já entregues.
		08	Pesquisa de Maturidade para Gestão por Processo 2022.
		09	Pesquisa de Ambiente para Gerenciamento de Projetos 2022.
		10	Pesquisa de Maturidade de Gerenciamento de Projetos 2022.
	2023	01	Questionário Socioambiental.
		02	Construindo juntos as Metas Nacionais da Justiça Estadual para o ano de 2024.
		03	Pesquisa de Opinião 2023.
		04	Pesquisa Semanas de Conciliação.
		05	Índice de Acesso à Justiça.
		06	Macrodesafios do Planejamento Estratégico 2021-2026.
		07	PIME 2024.
		08	Sugestões de critérios para o Prêmio Selo Justiça em Números TJBA - Edição 2023.
ESTUDOS	2022	01	Estudo da Resolução CNJ Nº 347.
		02	Estudo sobre Aposentadorias - Estimativas 2023 a 2027.
	2023	01	Estudo sobre a força de trabalho no TJBA, relacionado à projeção das aposentadorias de magistrados e servidores para os próximos 5 anos (2023-2027).
		02	Estudo sobre a taxa de reforma do 2º grau sobre as decisões do 1º grau entre 2019 – 2022.
		03	Estudo sobre a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Poder judiciário da Bahia 2018-2022

Tabela 10 – Pesquisas e Estudos realizados. Dentre as principais pesquisas e estudos, destacamos:

Dentre as principais pesquisas e estudos, destacamos:

Pesquisa de Ambiente/ Maturidade de Projetos - Ambiente de Processos

Implementadas, a cada dois anos, as pesquisas de AMBIENTE/ MATURIDADE DE PROJETOS – AMBIENTE DE PROCESSOS englobam aspectos relativos a projetos e processos. A ação visa conhecer o nível de Ambientação e Maturidade em ambas as áreas de conhecimento e são respondidas pelos Gestores e/ou responsáveis por essas vertentes nas respectivas unidades. Tornou-se necessário conhecer a evolução dos assuntos abordados, mediante comparativos.

- **Pesquisa de Ambiente e Maturidade de Projetos**

  A pesquisa utilizou o modelo do Professor Darci Prado (Prado-MMGP) e, de acordo com os dados apurados, foi obtido o grau de Maturidade Global Média do TJBA: 3,61 - Gerenciado.

- **Pesquisa de Ambiente de Processos**

  A pesquisa utilizou para a apuração dos resultados o modelo de Maturidade de Paul Harmon e, de acordo com os dados apurados, foi obtido o grau de Maturidade Global Média do TJBA: 2,99 - Definido

Pesquisa de Opinião 2023

A pesquisa é realizada a cada dois anos pelo PJBA e tem como objetivo consultar os usuários sobre diferentes aspectos dos serviços jurisdicionais prestados, como atendimento, audiências e instalações físicas.

O intuito é identificar possíveis falhas e melhorar a qualidade do serviço oferecido. Além disso, a pesquisa busca analisar os aspectos considerados mais importantes pelos usuários, permitindo identificar os pontos fortes e fracos do atendimento.

O público-alvo da pesquisa é composto tanto pelos membros internos do PJBA, como Desembargadores, Magistrados e Servidores, quanto pelo público externo, como cidadãos jurisdicionados e órgãos públicos, incluindo a Defensoria Pública, o Ministério Público e a OAB.

A Pesquisa de Opinião é realizada tanto em ambiente virtual quanto de forma presencial, nas unidades judiciárias de 1º grau. A divulgação ampla da pesquisa é feita pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do PJBA, por meio dos canais de comunicação disponíveis. A última versão da pesquisa ocorreu no período de 11 a 24/09/2023, com prorrogação até 03/10/2023.

Os resultados obtidos foram considerados positivos em comparação aos anos anteriores. Essa pesquisa é importante para o aprimoramento contínuo dos serviços jurisdicionais, bem como para a garantia da satisfação dos usuários internos e externos do PJBA.

Consulta Pública sobre as Metas Nacionais

A SEPLAN realiza, anualmente, com o apoio da SETIM/COSIS e SGP/ASCOM, impulsionada pela Rede Regional de Governança Colaborativa do PJBA, a Consulta Pública de Âmbito Nacional, com a intenção de absorver opiniões e sugestões para as Metas Nacionais, propostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 2022 e 2023, participaram os 27 (vinte e sete) Tribunais Estaduais. Essa ação atende à Resolução CNJ nº 198, ao Prêmio CNJ da Qualidade e à Portaria nº 138 do CNJ.

Estudo sobre Força de Trabalho relacionado à projeção das aposentadorias

O estudo tem por finalidade mapear o cenário atual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) quanto à evolução gradativa de suas aposentadorias, pelo perfil de magistrados e servidores ativos, com o objetivo de servir de material de apoio para melhor planejamento e tomada de decisão acerca da renovação, da utilização e da capacidade da força de trabalho que compõe as diversas áreas do Tribunal.

Estudo sobre a Taxa de Reforma do 2º grau sobre as decisões do 1º grau entre 2019-2022

O presente trabalho busca conhecer a Taxa de Reforma por meio da análise de como são decididos os recursos de apelação perante as Turmas das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

Estudo sobre a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário da Bahia entre 2018 -2022

O presente trabalho apresenta uma análise sobre os afastamentos por questões de saúde no âmbito do TJBA, com base no registro dos atestados médicos fornecidos por magistrados e servidores, para servir como indicador na realização de programas e ações que visem contribuir na melhoria da saúde desses agentes públicos.

CAPACITAÇÕES

Com o objetivo de capacitar os servidores do PJBA, são solicitados cursos à Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP), visando à melhoria contínua das atividades desempenhadas nas unidades.

Em 2023, podemos destacar:

- O Curso de Jurimetria (estatística aplicada ao direito), idealizado pela SEPLAN e ministrado pela Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), com o objetivo de compreender as principais questões metodológicas em pesquisas jurimétricas.

- O Curso Básico de Gerenciamento de Projetos e de Novas Funcionalidades do SGP (Sistema de Gestão e Projetos), para 28 gerentes e responsáveis por projetos.

PARTICIPAÇÕES EM CAPACITAÇÕES

ANO	CAPACITAÇÕES
2023	Excel para análise de dados.
	Fundamentos em Estatística.
	Técnica Legislativa.
	Curso de noções de programação e execução orçamentária e financeira.
	Auditoria Governamental.
	Webinário Juízo 100% Digital.
	Agenda 2030 e a Economia Circular: O papel das baianas de acarajé na reutilização dos seus produtos no contexto da sustentabilidade.
	Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e Licitações Sustentáveis.
	Curso de Gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias.
	Lançamento do Manual de Padronização de Procedimentos para liquidação de pagamentos.
	Formação e Aperfeiçoamento para Controle Interno.
2023	Curso sobre a nova Lei de Licitação 14.133.
	Curso de Jurimetria (estatística aplicada ao direito).
	Fundamentos de Estatística para Ciência de dados.
	R para Análise de Dados.
	Curso de Implantação da Nova Lei de Licitações.
	Curso de Gestão Pública Sustentável.
	Formação de Processos de Pagamento das Unidades Gestoras do TJBA - Oficina FIPLAN.
	Capacitação ContratosGov.
	Elaboração de Projetos em PMC com uso de ChatGPT.
	Oficina Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral.
	Curso de Gestão para Prevenção e Combate de Condutas Assediosas e Discriminatórias.
	Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Pesquisa Empírica: O que é?
	Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Introdução à Pesquisa Judiciária.
	Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Como fazer entrevistas em pesquisa empírica em direito?
	Gestão de Riscos em Contratações e Preenchimento de Matriz de Riscos.
	Lei Maria da Penha.
	Estratégia na Gestão Pública.
	Inteligência Artificial para PMOs.
	Atendimento à Pessoa com Deficiência e Acessibilidade.
	Gerenciamento de Projetos Canvas Chatgpt Finochio (PGE).
	Curso de Iniciação para Gerente de Projetos.
	Curso para utilização da ferramenta SGP (nova interface) (CA Clarity).
	Curso avançado da ferramenta SGP (CA Clarity).

Tabela 11 – Participações da SEPLAN em Capacitações.

EVENTOS

Simpósio para o Prêmio CNJ de Qualidade

A SEPLAN promoveu, nos meses de fevereiro, abril e julho de 2023, 3 (três) Simpósios sobre o Prêmio CNJ de Qualidade, com o objetivo de engajar as unidades para o cumprimento das resoluções que lhes são afetas e que impactam diretamente na premiação, bem como acompanhar a execução das atividades para o alcance do Prêmio CNJ de Qualidade. Nos encontros, foram apresentados o cenário de 2022 e as expectativas para edição de 2023.

Semana de Saneamento de Dados

A Semana de Saneamento de Dados, realizada de 15 a 19 de maio de 2023, foi um evento promovido pelo Poder Judiciário do Estado da Bahia, que mobilizou todas as unidades judiciárias. Durante a semana, o mutirão foi realizado com a colaboração de toda a força de trabalho disponível nas unidades judiciárias.

Ao todo, as ações de retificação trabalharam com cerca de 240 mil dados e somaram 58.621 processos corrigidos.

IV Encontro Nacional de Boas Práticas

Realizado no auditório principal do Tribunal de Justiça da Bahia, nos dias 15 e 16 de junho de 2023, O IV Encontro Nacional de Boas Práticas foi um evento coordenado pela Rede Nacional de Governança Colaborativa da Justiça Estadual que reuniu os representantes dos 27 Tribunais estaduais do país, para debater e trocar experiências acerca do Planejamento Estratégico Nacional 2021-2026, das Metas Nacionais 20224 e da apresentação de Boas Práticas.

Promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e coordenado pelo atual Coordenador da Rede de Governança, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), com a parceira dos demais coordenadores dos subcomitês regionais, quais sejam: Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); contou, ao final dos trabalhos, com a apresentação de propostas e deliberações, além de uma pesquisa de satisfação entre os participantes e os espectadores do evento.

Selo Justiça em Números TJBA

O PJBA realiza a premiação às unidades vencedoras do Prêmio Justiça em Números PJBA, nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze desde 2017.

- **Edição 2023 (Ano-base 2022)**

  Ocorreu na modalidade 100% virtual e realizou a premiação de 156 unidades. Sendo 30 na Categoria Diamante; 144 na Categoria Ouro; 38 na Categoria Prata; e 52 na Categoria Bronze.

- **Edição 2024 (Ano-base 2023)**

Para edição 2024, alavancada por demandas da Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau (CAPG) e pela Coordenação dos Juizados Especiais (COJE), a SEPLAN realizou um processo participativo, entre os dias 21 e 25 de agosto de 2023, junto a magistrados e servidores, com o intuito de estabelecer novas regras.

Como resultado, foi publicado o Decreto Judiciário Nº 795, de 30 de outubro de 2023, que estabelece os critérios para 2024.

Conforme o documento, os selos serão concedidos às Unidades Judiciárias ou às Centrais de Mandados que obtiverem os seguintes resultados:

Selo Diamante: em cada competência, será conferido às Unidades Judiciárias ou às Centrais de Mandados que obtiverem pontuação relativa superior a 85%;

Selo Ouro: em cada competência, será conferido às Unidades Judiciárias ou às Centrais de Mandados que obtiverem pontuação relativa superior a 75% e inferior ou igual a 85%;

Selo Prata: em cada competência, será conferido às Unidades Judiciárias ou às Centrais de Mandados que obtiverem pontuação relativa superior a 65% e inferior ou igual a 75%;

Selo Bronze: em cada competência, será conferido às Unidades Judiciárias ou às Centrais de Mandados que obtiverem pontuação relativa superior a 55% e inferior ou igual a 65%.

http://www7.tj.ba.gov.br/secao/lerPublicacao.wsp?tmp.mostrarDiv=sim&tmp.id=32741&tmp.secao=9

Prêmio Melhores Projetos do Biênio

Idealizado e coordenado pela SEPLAN e instituído pelo Presidente do TJBA, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco e pelo Comitê de Governança (CGOV), o Prêmio Melhores Projetos do Biênio vai contemplar os 3 (três) melhores projetos finalizados entre 04/02/2022 e 30/10/2023. A premiação reconhece os esforços empreendidos, no que tange à materialização das ações estratégicas de governança voltadas à melhoria da prestação jurisdicional.

O evento de premiação acontecerá no dia 30/11/2023 e espera-se que a premiação aumente a motivação dos gerentes de projetos na realização das atividades com a utilização da metodologia adequada; gere maior engajamento dos atores; estimule os Escritórios de Projetos PMO's a executarem os serviços com ainda mais qualidade, em função da saudável concorrência entre os escritórios de projetos e processos; e fortaleça os escritórios, dando visibilidade, no âmbito do Tribunal baiano, à importância de um gerenciamento eficaz e eficiente no alcance da estratégia.

Selo Governança Corporativa

O Selo Governança Corporativa foi uma iniciativa da SEPLAN e tem por finalidade a premiação das unidades administrativas que se destacaram ao atingir a pontuação máxima de 100% no Prêmio CNJ de Qualidade, reconhecendo o comprometimento com o cumprimento de

diversas Resoluções aplicáveis pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e representando o compromisso com a prestação de serviços de qualidade à população, fortalecendo a confiança no Sistema Judiciário.

O Prêmio CNJ de Qualidade é uma iniciativa que incentiva a constante melhoria e a modernização do Sistema Judicial, alinhando as unidades administrativas com as diretrizes e as resoluções do CNJ.

A premiação do selo está prevista para acontecer no mês de dezembro de 2023.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

De competência regimental da SEPLAN, as atividades relacionadas à programação e à execução orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia são executadas por sua Diretoria de Programação e Orçamento (DPO).

Esta Unidade é responsável pela elaboração dos instrumentos de gestão, bem como o acompanhamento e o controle da execução das despesas, além de apontar o cumprimento ou o distanciamento do quanto estabelecido no Plano de Trabalho Anual (PTA). A DPO é uma unidade setorial orçamentária que permeia por todas as Secretarias e demais Diretorias, unidades gestoras e executoras do orçamento do TJBA. Na sua estrutura, a DPO conta com as atividades de Coordenação de Programação e Acompanhamento, Coordenação de Orçamento e Área Técnica.

Programação e Execução

Abaixo, foram realizadas as atividades afetas à programação e à execução da Gestão Orçamentária.

· Apoio às unidades gestoras na execução dos seus orçamentos;

· Descentralização (provisão) de créditos orçamentários para unidades gestoras da capital e do interior;

· Descentralizações financeiras (sub-repasse) de recursos para unidades gestoras da capital e do interior;

· Reprogramações orçamentárias e financeiras. Articulação com as Secretarias do Poder Executivo (SEPLAN E SEFAZ), nos assuntos que envolvam elaboração e execução orçamentária e financeira;

· Hierarquias: agregações, cálculos e visão de riscos;

· Monitoramento da evolução da despesa com pessoal, em articulação com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), e com base em informações fornecidas pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ), objetivando o pleno cumprimento da legislação vigente;

· Publicação, em cumprimento à Resolução nº 102 do CNJ, de informações mensais sobre a execução orçamentária das diferentes unidades orçamentárias do Tribunal, incluindo todas as categorias programáticas, assim como as respectivas naturezas das despesas. Essa ação espelha a plena transparência orçamentária do TJBA.

Acompanhamento e Monitoramento

· Abaixo, foram realizadas as seguintes atividades afetas ao acompanhamento e ao monitoramento da Gestão Orçamentária.

· Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) e das diretrizes estratégicas nele estabelecidas;

· Acompanhamento quinzenal da execução orçamentária do Poder Judiciário;

· Conclusão do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE);

· Elaboração de relatórios e pareceres para atender às demandas dos órgãos de controle;

· Encaminhamento de processos administrativos com temáticas em matéria orçamentária;

· Estudos quanto à estimativa de receitas próprias do TJBA, com vistas à suplementação orçamentária;

· Publicação, em cumprimento à Resolução nº 195 do CNJ, de informações sobre a distribuição de orçamento nos Órgãos do Poder Judiciário de Primeiro e Segundo Graus;

· Análises acerca de viabilidade técnica e orçamentária em relação à solicitação de criação de Unidades Gestoras na capital e no interior do Estado.

Atividades correlatas

· Além das atividades planejadas e estabelecidas como de rotina, a DPO participa de outras atividades, estudos e grupos de trabalhos, em colaboração às demandas das mais diversas unidades administrativas do TJBA, tais como:

· aprimoramento do fluxo de pagamentos das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA);

· elaboração da Resolução para regulamentar o Fundo de Aparelhamento do Judiciário (FAJ);

· estudo para alteração dos critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quanto ao cálculo da Cota Orçamentária inicial dos Poderes e Órgãos Independentes - Iniciativa que contou com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios;

· participação do Grupo de Trabalho de monitoramento da Resolução nº 14/2013, que dispõe sobre o pagamento de indenização de transporte a Oficiais de Justiça e Agentes de Proteção ao Menor;

· respostas às notificações do Tribunal de Contas do Estado ao TJBA, em matérias orçamentárias;

· colaboração para respostas das notificações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) ao TJBA, em matérias afetas à Diretoria de Programação e Orçamento;

· elaboração de Curso de Programação e Execução Orçamentária e Financeira para Magistrados e Servidores no modelo de Ensino a Distância, para a Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP).

Plano Anual de Contratações (PAC)

A implementação da governança de aquisições e contratações no PJBA teve a SEPLAN como unidade responsável por materializar algumas das diretrizes da Resolução nº 347, de 13 de outubro de 2020, que instituiu a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário. Como uma de suas diretrizes, está o fomento à cultura de planejamento e a obrigatoriedade de elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC), na forma de um documento consolidado com as Unidades Gestoras (UG), por meio do qual se explicita o plano das aquisições e das contratações definidas para o exercício seguinte. A atualização do referido documento ocorre quadrimestralmente. O documento final do PAC 2023 está disponibilizado no Portal da Estratégia no endereço:

http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/pac/

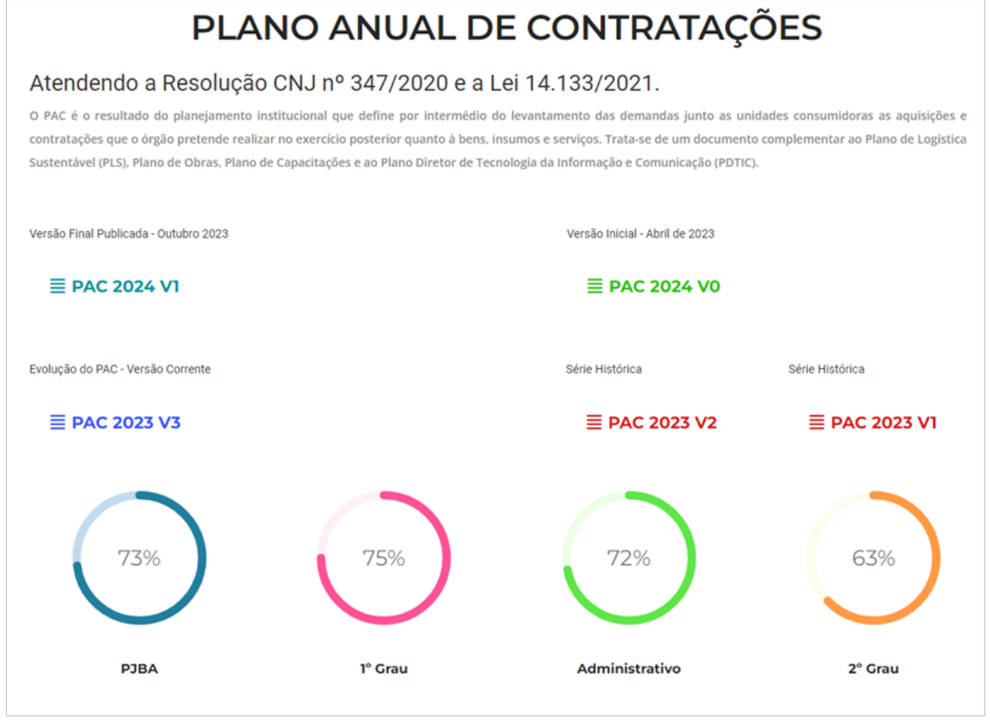


Figura 7 – Painel de Monitoramento do PAC 2023 por Setor Funcional.

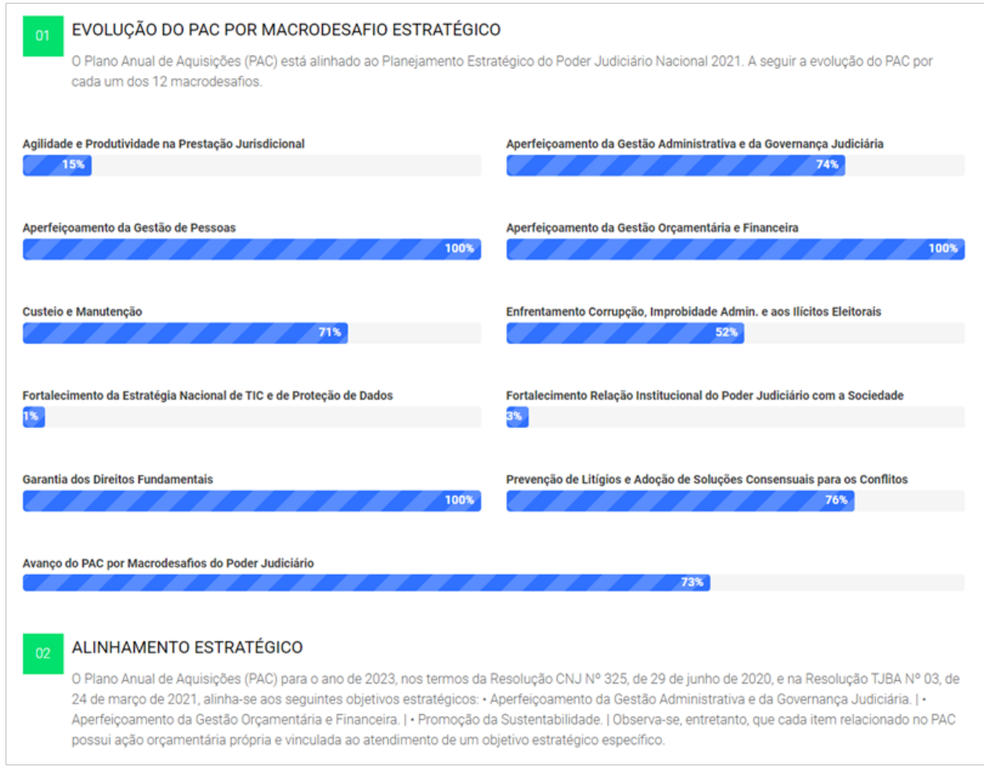


Figura 8 – Painel de Monitoramento do PAC 2023 por Macrodesafio.

Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023 e 2024

A SEPLAN, por meio de sua Diretoria de Programação Orçamentária (DPO), exerceu a função de interlocutora com o Poder Executivo Estadual, no sentido de fornecer as informações necessárias à elaboração das Leis nº 14.490/22 e nº 14.585/23 que dispõem sobre as diretrizes orçamentárias para os exercícios financeiros de 2023 e 2024, respectivamente.

Lei Orçamentária Anual - LOA 2023 e 2024

Juntamente à Diretoria Financeira (DFA) e ao Núcleo de Arrecadação e Fiscalização (NAF), a SEPLAN realizou estudos com a finalidade de estimar as receitas para o biênio. A partir dessas estimativas, tendo como norte as prioridades definidas pela Presidência, foram iniciadas as atividades para orientação das Unidades Gestoras, quanto à programação das respectivas despesas do mesmo período, no sentido de levantar todos os subsídios necessários.

Após consolidar as programações e elaborar as peças orçamentárias das PLOA's, conforme trâmites regimentais do TJBA, a SEPLAN submeteu os referidos Projetos de Lei à superior deliberação do Conselho da Magistratura e do Tribunal Pleno, onde os documentos foram aprovados. Essa ação resultou, em parceria com os demais Poderes, na publicação da Lei nº 14.531/2022 e no trâmite do Projeto de Lei nº 25.068/2023.

Dashboard do Orçamento e da Arrecadação

De forma inovadora e colaborativa, em conjunto com a DFA e o NAF, a SEPLAN participou da construção de painéis de monitoramento e experimentações, compartilhando, em tempo real, a evolução da arrecadação e da execução orçamentária. Com esse instrumento, a SEPLAN realizou estudos e simulações referentes à execução orçamentária para orientar, sugerir e controlar o orçamento do TJBA, com vistas à melhor aplicabilidade das receitas e à melhor qualidade dos gastos. A seguir, telas capturadas dos painéis com suas respectivas funções de controle orçamentário e financeiro.

Acompanhamento e Controle da Execução do Orçamento

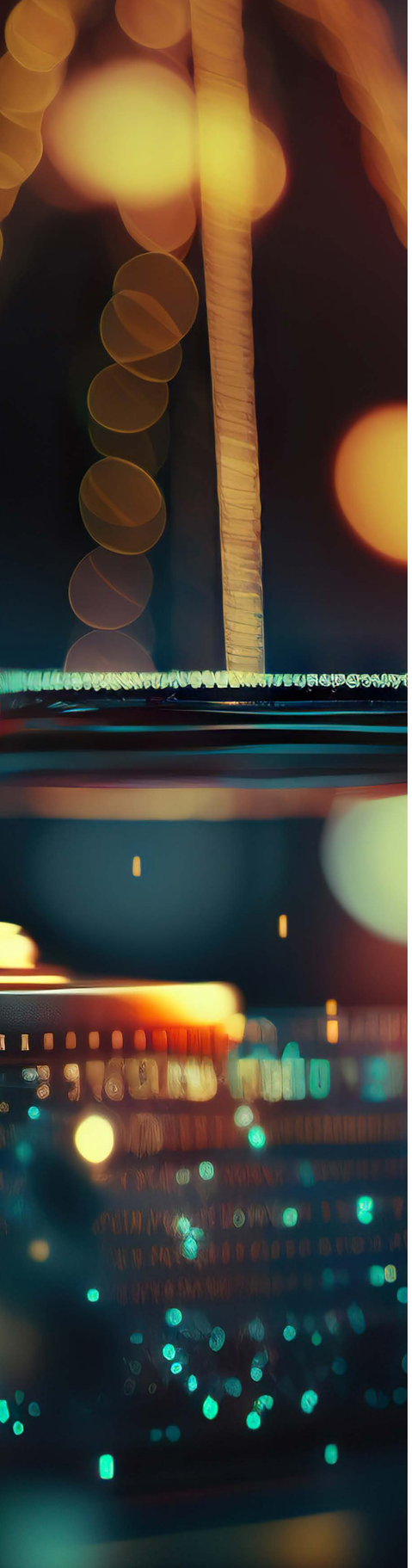
A SEPLAN, por intermédio da DPO, acompanha a execução orçamentária do Judiciário de forma a subsidiar a alta administração com informações que auxiliem as decisões estratégicas do Poder. Com periodicidade quinzenal, o relatório da execução orçamentária, conforme quadros a seguir, é atualizado e posto em discussão em reuniões de orçamento e finanças que são realizadas, mensalmente, entre as Diretorias de Orçamento, de Finanças e de Arrecadação, a Secretaria de Planejamento e Orçamento, a Secretaria de Administração e da Secretaria-Geral da Presidência.

UNIDADE GESTORA / AÇÕES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	PROVISIONADO	EMPENHADO	% EXECUÇÃO EMPENHADO	% EXEC. EMP/PROV	LIQUIDADO	% EXECUÇÃO LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO PAGO
	A	B	C	D	E = D / B	F = D/C	G	H = G/B	I	J = I / B
TOTAL	R$ 532.632.000,00	R$ 667.987.557,00	R$ 662.225.130,00	R$ 620.721.900,89	92,92%	93,73%	R$ 601.302.940,80	90,02%	R$ 601.251.440,62	90,01%
AÇÕES DE CUSTEIO E INVESTIMENTO	R$ 532.632.000,00	R$ 667.987.557,00	R$ 662.225.130,00	R$ 620.721.900,89	92,92%	93,73%	R$ 601.302.940,80	90,02%	R$ 601.251.440,62	90,01%
04.101 - STJ	R$ 391.463.000,00	R$ 484.640.243,00	R$ 481.506.719,00	R$ 474.778.360,56	97,97%	98,60%	R$ 459.452.619,59	94,80%	R$ 459.412.379,90	94,79%
04.601 - FAJ	R$ 136.600.000,00	R$ 178.778.314,00	R$ 176.384.411,00	R$ 142.152.257,43	79,51%	80,59%	R$ 138.154.038,31	77,28%	R$ 138.142.777,82	77,27%
04.102 - CGJ	R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 2.569.480,43	85,65%	85,65%	R$ 2.569.480,43	85,65%	R$ 2.569.480,43	85,65%
04.602 - FUNSEG	R$ 1.569.000,00	R$ 1.569.000,00	R$ 1.334.000,00	R$ 1.221.802,47	77,87%	0,00%	R$ 1.126.802,47	71,82%	R$ 1.126.802,47	71,82%
SEAD	R$ 130.000.000,00	R$ 169.803.286,00	R$ 167.524.942,00	R$ 150.431.144,20	88,59%	89,80%	R$ 135.082.099,80	79,55%	R$ 135.068.207,87	79,54%
SEGESP	R$ 253.463.000,00	R$ 329.399.111,00	R$ 327.378.720,00	R$ 325.278.707,25	98,75%	99,36%	R$ 324.970.137,50	98,66%	R$ 324.970.137,50	98,66%
SETIM	R$ 90.000.000,00	R$ 105.000.000,00	R$ 104.899.465,00	R$ 84.853.115,31	80,81%	80,89%	R$ 84.669.341,45	80,64%	R$ 84.669.341,45	80,64%
SEJUD	R$ 38.000.000,00	R$ 41.660.005,00	R$ 41.640.005,00	R$ 40.598.596,18	97,45%	97,50%	R$ 38.999.656,37	93,61%	R$ 38.999.656,37	93,61%
UNICORP	R$ 1.600.000,00	R$ 1.600.000,00	R$ 1.300.732,00	R$ 1.265.677,92	79,10%	97,31%	R$ 1.000.574,92	62,54%	R$ 999.175,28	62,45%
SGP	R$ 6.000.000,00	R$ 3.356.155,00	R$ 3.348.037,00	R$ 2.891.847,31	86,17%	86,37%	R$ 2.847.391,38	84,84%	R$ 2.847.391,38	84,84%
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-CGJ	R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 3.000.000,00	R$ 2.569.480,43	85,65%	85,65%	R$ 2.569.480,43	85,65%	R$ 2.569.480,43	85,65%
FUNDO DE SEGURANÇA - FUNSEG	R$ 1.569.000,00	R$ 1.569.000,00	R$ 1.334.000,00	R$ 1.221.802,47	77,87%	91,59%	R$ 1.126.802,47	71,82%	R$ 1.126.802,47	71,82%
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADA-ÇÃO	R$ 9.000.000,00	R$ 12.600.000,00	R$ 11.799.229,00	R$ 11.611.529,82	92,15%	98,41%	R$ 10.037.456,48	79,66%	R$ 10.001.247,87	79,37%

Tabela 12 – Execução Orçamentária 2022.

UNIDADE GESTORA / AÇÕES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	PROVISIONADO	EMPENHADO	% EXECUÇÃO EMPENHADO	% EXEC. EMP/PROV	LIQUIDADO	% EXECUÇÃO LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO PAGO
	A	B	C	D	E = D / B	F = D/C	G	H = G/B	I	J = I / B
TOTAL	R$ 754.730.000,00	R$ 943.043.055,00	R$ 799.661.246,00	R$ 762.622.803,63	80,87%	95,37%	R$ 669.509.933,55	70,99%	R$ 657.245.096,93	69,69%
AÇÕES DE CUSTEIO E INVESTIMENTO	R$ 754.730.000,00	R$ 943.043.055,00	R$ 799.661.246,00	R$ 762.622.803,63	80,87%	95,37%	R$ 669.509.933,55	70,99%	R$ 657.245.096,93	69,69%
04.101 - STJ	R$ 543.711.000,00	R$ 493.438.890,00	R$ 388.708.198,00	R$ 378.947.765,96	76,80%	97,49%	R$ 374.650.792,03	75,93%	R$ 373.096.683,23	75,61%
04.601 - FAJ	R$ 205.403.000,00	R$ 443.138.165,00	R$ 404.925.048,00	R$ 378.369.833,51	85,38%	93,44%	R$ 289.740.237,08	65,38%	R$ 279.148.076,87	62,99%
04.102 - CGJ	R$ 4.000.000,00	R$ 4.850.000,00	R$ 4.850.000,00	R$ 4.127.205,32	85,10%	85,10%	R$ 3.942.213,97	81,28%	R$ 3.942.213,97	81,28%
04.602 - FUNSEG	R$ 1.616.000,00	R$ 1.616.000,00	R$ 1.178.000,00	R$ 1.177.998,84	72,90%	100,00%	R$ 1.176.690,47	72,82%	R$ 1.058.122,86	65,48%
SEAD	R$ 198.673.000,00	R$ 249.553.532,00	R$ 230.221.570,00	R$ 211.260.288,07	84,66%	91,76%	R$ 180.862.082,98	72,47%	R$ 175.231.405,69	70,22%
SEGESP	R$ 394.898.000,00	R$ 435.029.956,00	R$ 333.213.498,00	R$ 327.269.710,46	75,23%	98,22%	R$ 325.611.192,02	74,85%	R$ 325.534.458,98	74,83%
SETIM	R$ 95.000.000,00	R$ 187.750.466,00	R$ 167.943.280,00	R$ 159.724.316,18	85,07%	95,11%	R$ 110.224.686,14	58,71%	R$ 106.642.253,55	56,80%
SEJUD	R$ 40.543.000,00	R$ 43.593.101,00	R$ 43.442.841,00	R$ 43.017.804,45	98,68%	99,02%	R$ 34.757.089,87	79,73%	R$ 32.672.730,16	74,95%
UNICORP	R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00	R$ 1.861.133,00	R$ 1.824.296,14	91,21%	98,02%	R$ 1.394.960,60	69,75%	R$ 1.336.089,72	66,80%
SGP	R$ 5.000.000,00	R$ 6.500.000,00	R$ 5.283.090,00	R$ 3.049.165,61	46,91%	57,72%	R$ 2.692.819,66	41,43%	R$ 2.624.406,56	40,38%
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-CGJ	R$ 4.000.000,00	R$ 4.850.000,00	R$ 4.850.000,00	R$ 4.127.205,32	85,10%	85,10%	R$ 3.942.213,97	81,28%	R$ 3.942.213,97	81,28%
FUNDO DE SEGURANÇA - FUNSEG	R$ 1.616.000,00	R$ 1.616.000,00	R$ 1.178.000,00	R$ 1.177.998,84	72,90%	100,00%	R$ 1.176.690,47	72,82%	R$ 1.058.122,86	65,48%
NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADA-ÇÃO	R$ 13.000.000,00	R$ 12.150.000,00	R$ 11.667.834,00	R$ 11.172.018,56	91,95%	95,75%	R$ 8.848.197,84	72,82%	R$ 8.203.415,44	67,52%

Tabela 13 – Execução Orçamentária 2023



SECRETARIA DE TECNOLOGIA E MODERNIZAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização (SETIM) é o órgão do Poder Judiciário do Estado da Bahia responsável por prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), aderentes às políticas e às estratégias do Tribunal de Justiça. Dessa forma, o objetivo é apoiar a gestão do TJBA na definição e na condução de processos para o melhor atendimento das demandas do jurisdicionado baiano, sempre em busca da melhoria da prestação jurisdicional, visando tornar a Justiça mais eficiente e acessível.

Visita do Presidente à SETIM

A SETIM foi o primeiro setor a receber a visita do Presidente no início da gestão. Durante a visita, ele conheceu os servidores e falou das expectativas da Administração.

Reunião com a Comissão de Informática

Reunião da SETIM com a Comissão de Informática para alinhar diretrizes e prio-ridades da gestão em Tecnologia da In-formação.

Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da SETIM sofreu atualizações, visando adequar-se à Lei Estadual nº 14.848, de 08 de setembro de 2022. Foram introduzidas modificações na nomenclatura de cargos existentes e criados cargos comissionados, tais como Diretor de Governança de TIC, Assessor de Segurança da Informação, Coordenador de Aquisição de Soluções de TIC, Coordenador de Governança de TIC, além de cargos técnicos específicos da área de Tecno-logia da Informação e da Comunicação.

Embora ainda não formalizada no Regimento Interno, a estrutura organizacional, proposta à SETIM, já está em operação e foi considerada na apresentação dos principais processos e dos projetos neste Relatório.

As mudanças propostas para o novo Regimento Interno da Secretaria incluem os itens seguintes.

a. Alteração do nome da Secretaria, que passa a ser denominada de Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC).

b. Criação da Diretoria de Governança de TIC (DGT), com a seguinte estrutura:

I. Coordenação de Contratações de TIC (CCTIC), antiga Coordenação de Pro-jetos de Modernização (CPROM);

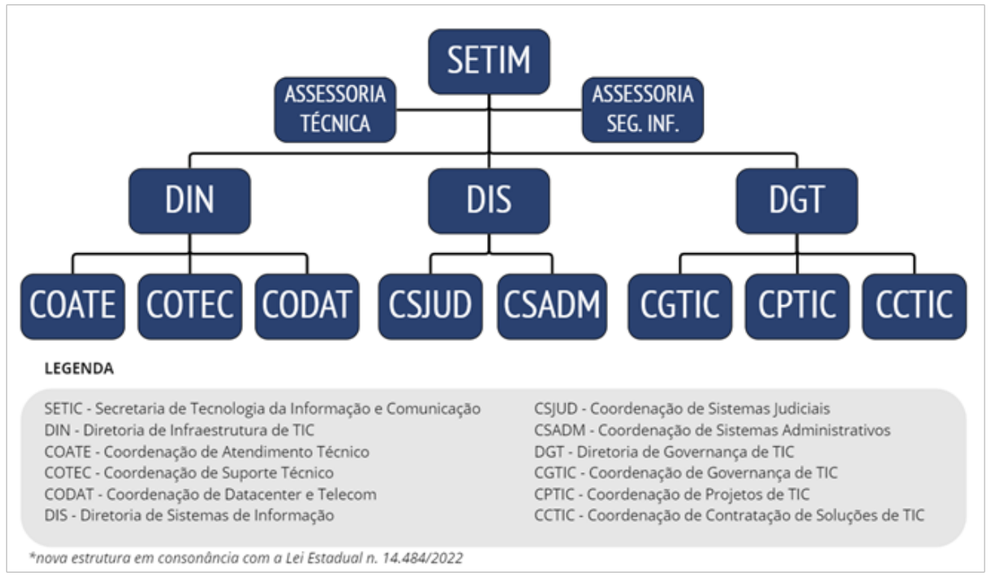
II. Coordenação de Governança de TIC (CGTIC);
III. Coordenação de Projetos de TIC (CPTIC);
IV. Núcleo de Gerenciamento de Contratos: Estrutura interna, responsável pela fiscalização administrativa de todos os contratos de TIC;
V. LABJUS: responsável pelo desenvolvimento de soluções de Inovação de TIC.

c. Alteração na Diretoria de Modernização (DMO), que passa a ser denominada Diretoria de Sistemas de Informação (DIS), com a seguinte estrutura:

I. Coordenação de Sistemas Judiciais (CSJUD);
II. Coordenação de Sistemas Administrativos (CSADM), antiga Coordenação de Sistemas (COSIS);
III. Núcleo de Ciência de Dados: estrutura interna responsável por soluções que envolvem a disponibilização de informações executivas.

d. A Diretoria de Informática passa a ser denominada de Diretoria de Infraestrutura de TIC (DIN), com três coordenações:

I. Coordenação de Atendimento Técnico (COATE);
II. Coordenação de Suporte Técnico (COTEC);
III. Coordenação de Data Center e Telecom (CODAT), antiga Coordenação de Produção (CPROD).



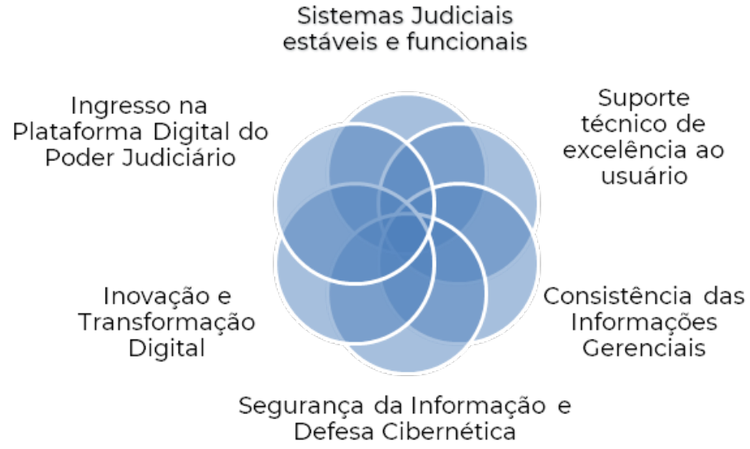
**nova estrutura em consonância com a Lei Estadual n. 14.484/2022*

Cerimônia de posse dos 40 novos cargos e funções da SETIM

Solenidade de posse dos novos servidores da SETIM, ocupantes dos cargos instituídos pela Lei Estadual nº 14.484, de 08 de setembro de 2022.

2. OBJETIVOS

Os objetivos traçados para o biênio 2022/2024 levaram em conta diagnóstico realizado nos primeiros dias da gestão, combinado com as diretrizes fornecidas pela Administração.



Semana de apresentação das unidades

Logo nos primeiros dias da gestão, a SETIM promoveu uma semana de reuniões com as diretorias e as coordenações para ouvir as dificuldades de cada unidade e estabelecer prioridades para o biênio.

3. REALIZAÇÕES ESTRATÉGICAS

No biênio 2022/2024, a SETIM realizou mais de duas centenas de entregas na área de tecnologia da informação, oferecendo recursos para a melhoria da prestação jurisdicional. Dentre elas, destacam-se: a renovação do parque de equipamentos de informática; a instalação de nova tecnologia de internet para as unidades do interior; melhorias na central de serviços; disponibilização de novas funcionalidades para o Sistema PJE; integração dos sistemas judiciais à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br); fortalecimento da inovação no TJBA, com implantação de robôs para impulsionar a produtividade das unidades judiciárias; e investimentos em cibersegurança.

Sistemas Judiciais Estáveis e Funcionais

Estabilização do Sistema PJe
Foram realizadas ações de desenvolvimento e infraestrutura para a estabilização do PJE a curto prazo, sendo as principais:

- otimização das consultas mais onerosas em performance;
- implantação de ferramentas de controle e indicadores para acompanhamento em tempo real;
- adequação da infraestrutura alocada ao PJe;
- criação de grupo multidisciplinar para monitoramento e intervenções;
- mapeamento das arquiteturas do PJe (Aplicação e infraestrutura).

Implantação do fluxo da SECODI
Implantação do fluxo de distribuição do Primeiro Grau no Sistema PJe, com a finalidade de analisar os processos distribuídos na Capital, permitindo que os servidores da Seção de Distribuição Cível e Criminal de 1º Grau (SECODI) realizem a triagem e os ajustes, contribuindo para as estatísticas de gestão do TJBA e a qualidade de dados do PJE.

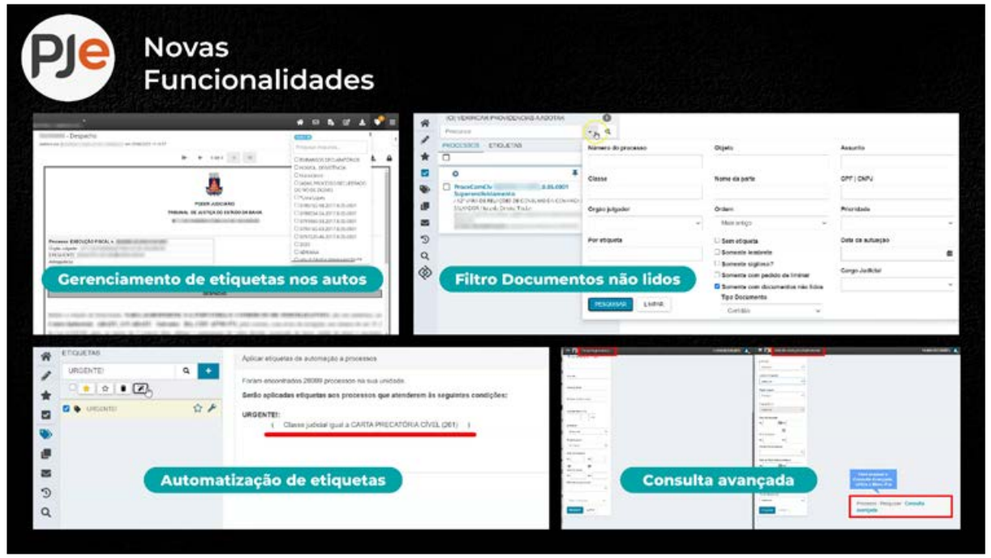
Plenário Virtual
Desenvolvimento de um ambiente que permite julgamento eletrônico dos processos, sem a necessidade de videoconferência e sessões presenciais, além da disponibilização de Portal para o público externo acompanhar a sessão virtual.

Juízo 100% Digital
Implementação da funcionalidade "Juízo 100% Digital" no PJe, possibilitando ao cidadão utilizar a tecnologia para acesso à Justiça sem precisar comparecer aos fóruns. Todos os atos processuais são praticados exclusivamente por meio eletrônico e remoto.

Novas funcionalidades e Correções no Sistema PJe
Desenvolvimento de novas funcionalidades e correções implantadas no Sistema PJe, que contribuem para melhor performance e usabilidade, dentre as quais, destacam-se:

- atualização da Versão 2.1 para 2.2;
- desenvolvimento de funcionalidade para alterar a relatoria em lote de processos no 2º Grau;
- correções nas rotinas de remessa entre instâncias;
- automação dos registros de horário das audiências;

- disponibilização de ferramenta para mudar o status dos processos;
- revisão nas rotinas do agrupador “mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça” e das tarefas relacionadas às cartas expedidas;
- disponibilização do botão “copia e cola” ID do Documento;
- filtro para documentos não lidos;
- acesso a processos associados a partir dos autos digitais;
- automatização de etiquetas, permitindo ao usuário realizar filtros e etiquetar os processos selecionados com uma etiqueta personalizada;
- desenvolvimento da funcionalidade “Ordenador de Documentos”, permitindo o gerenciamento de documentos, de processos migrados do SAJ, em ordem desejada.



Exemplos de novas funcionalidades do PJe

Força tarefa com Equipe de Notáveis CNJ
Em abril de 2023, como parte do Programa de “Visita de Notáveis do CNJ”, o TJBA recebeu a equipe técnica do DTI/CNJ especialista em PJE que, em conjunto com a equipe técnica da SETIM, realizou ações para melhoria do desempenho do sistema, tendo como resultado maior estabilidade e melhoria da performance. Destacam-se as seguintes ações:

- correção de parâmetros do sistema e de infraestrutura, reduzindo a desconexão automática do usuário;
- atualização da versão do banco de dados;
- atualização e implementação de ferramenta de monitoramento dos servidores de aplicação;
- implementação de rotina de limpeza automática do banco de dados do PJE, reduzindo seu tamanho em cerca 70%.

Equipes do CNJ e de Infraestrutura de TIC do TJBA

Equipe do CNJ e de Sistemas de Informação do TJBA

Encontro Nacional dos Tribunais Estaduais Usuários do PJe
Representantes do TJBA participaram do I Encontro Nacional dos Tribunais Estaduais Usuários do PJe, realizado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, nos dias 24 e 25 de agosto do ano de 2023. O evento, apoiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visou à troca de experiências para o aperfeiçoamento do PJe, abordando temas como otimização de fluxos e infraestrutura em nuvem. O evento, também, marcou a instalação do Comitê Gestor da Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, fortalecendo a colaboração entre jurisdições para a evolução contínua do PJe.

Momento com representantes do CNJ

Equipe do TJBA presente no encontro

Núcleo de Justiça 4.0
Desenvolvimento de fluxo para a atividade dos Núcleos de Justiça 4.0, os quais permitem o processamento e o julgamento de ações de modo remoto, totalmente digital, proporcionando maior agilidade, economicidade e efetividade para a Justiça, além da redução dos acervos das unidades judiciárias.

Sistema PROJUDI
Foram disponibilizadas melhorias e novas funcionalidades no Sistema PROJUDI, dentre as quais destacam-se:

- integração à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ);
- melhorias no fluxo de Negociação Virtual;
- ajustes nas funcionalidades de divulgação das audiências e das pautas de sessões, em atendimento aos requisitos de transparência;
- alterações para a melhoria do fluxo do serviço Marcação de Audiência, atendendo aos requisitos do Juízo 100% Digital;
- implementação de funcionalidades para atendimento das necessidades do perfil de Juiz Leigo;
- integração com a Receita Federal;
- melhorias no fluxo de Negociação Virtual para atender ao jurisdicionado, proporcionando maior transparência na divulgação das audiências e das pautas de sessões;
- integração ao Domicílio Judicial Eletrônico nacional, centralizando as comunicações processuais, as citações e as intimações de forma eletrônica.

Sistema CCM – Central de Mandados
Implementação de novas funcionalidades, como distribuição dos mandados com base no CEP do destinatário; criação de rotina para geração automática mensal de relatórios de produtividade dos oficiais de justiça; otimização da aplicação para melhor acompanhamento do cumprimento de mandados e maior agilidade no acesso aos documentos necessários ao cumprimento dos mandados; melhoria e otimização dos processos de administração do sistema e das centrais de mandados; integração com as Unidades de Plantão Unificado de 1º Grau e com as Unidades do PJE do 2º Grau.

Fluxo CEJUSC Integrado Pré-Processual
Otimização do fluxo, obtendo maior celeridade na tramitação de processos e permitindo a integração de todas as unidades dos Balcões de Justiça e Cidadania da Comarca de Salvador no CEJUSC Integrado.

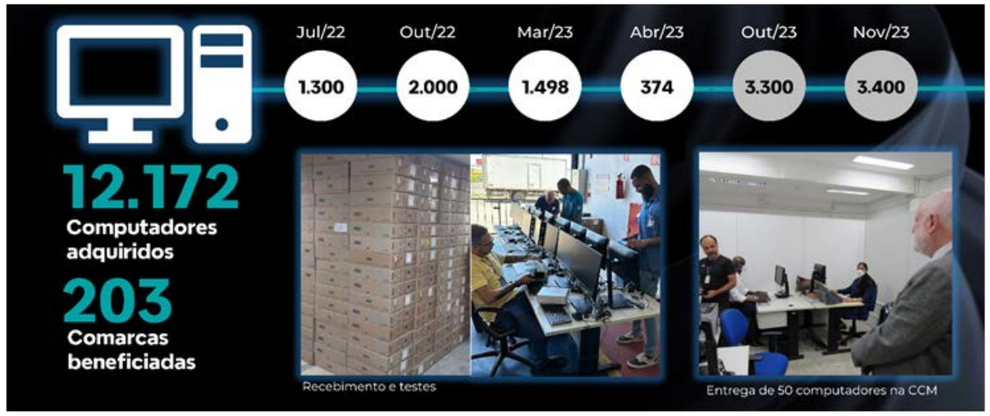
Fluxo CEJUSC Processual
Correção do fluxo do CEJUSC, a fim de viabilizar a contabilização de audiências e remessas entre unidades.

Implantação do Serviço INFOCONV da Receita Federal
Implantação definitiva do serviço, possibilitando a sincronização dos dados dos sistemas judiciais e administrativos do TJBA com a Receita Federal.

Jurisprudência - Plataforma de Consulta
Disponibilização da consulta integrada de jurisprudências de 2º grau e turmas recursais.

Novo Serviço do Alvará Eletrônico com informações das bases judiciais (PROJUDI e PJe)
Implantação de rotinas para acesso direto às bases dos sistemas judiciais, permitindo a e-missão de guias de depósito e de alvarás a partir de dados atualizados em tempo real.

Modernização do Parque Computacional
Renovação do parque computacional, com a aquisição de 12.172 computadores para aparelhar as unidades judiciais e administrativas e 1.000 notebooks para magistrados e áreas técnicas específicas, contribuindo para o aumento da mobilidade e da produtividade.



Aquisição de webcams

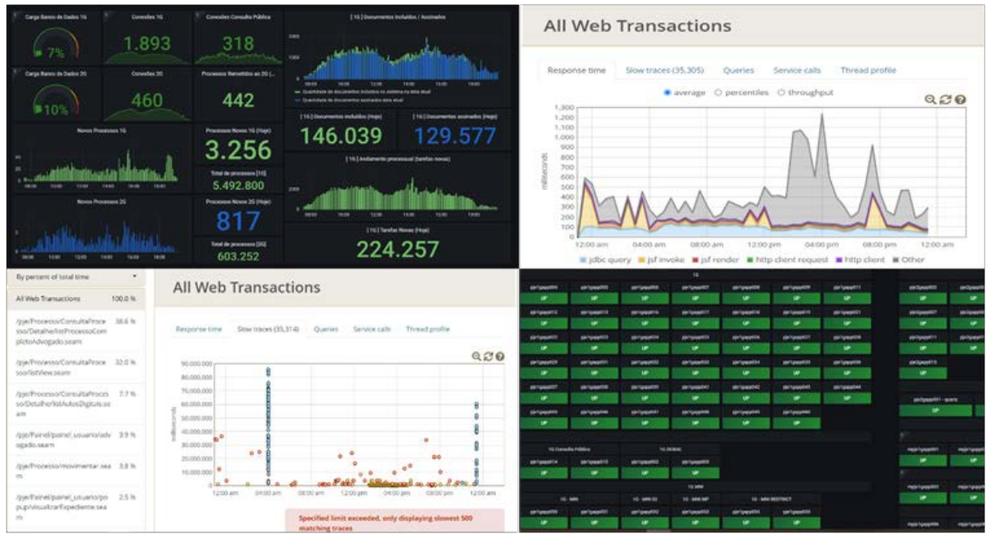
Aquisição de 3.042 câmeras para aparelhar as unidades, permitindo a realização de audiências e reuniões virtuais, além do atendimento ao público no Balcão Virtual, nas Salas Passivas e na Central de Agendamento.

Servidores para banco de dados

Aquisição de novos servidores para expansão e melhoria da estabilidade e performance do PJe.

Aprimoramento no Monitoramento do Sistema PJE

Construção de painéis para acompanhamento, em tempo real, do status do ambiente, permitindo à equipe analisar os indicadores de performance e atuar, de forma proativa, em eventos detectados.



Ampliação dos links centrais de acesso ao datacenter do TJBA

Ampliação dos links principais de internet, aumentando em cinco vezes a velocidade e proporcionando maior disponibilidade e estabilidade nos serviços de TIC.

Melhoria da Internet nas Unidades do Interior

PRIMEIRA ETAPA

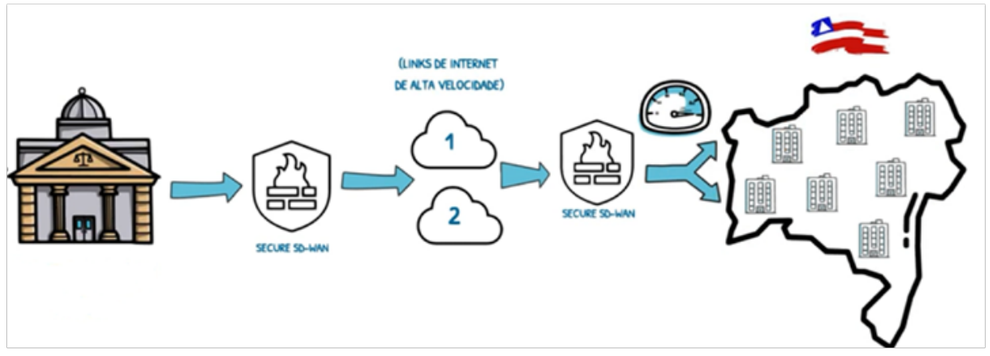
Aumento de velocidade do link de internet de 118 comarcas e instalação de 231 links redundantes para melhoria da disponibilidade da rede, utilizando o contrato vigente com o fornecedor Oi S/A.

Reunião com fornecedor de Internet

SEGUNDA ETAPA

Contratação de solução de conectividade inovadora, utilizando tecnologia SDWAN, para as unidades do interior do Estado, integrando recursos de segurança e redundância, por meio da qual é possível promover o balanceamento da rede entre dois circuitos de dados de alta velocidade, permitindo o uso simultâneo dos dois canais.

O novo modelo de internet contratado provê melhoria de desempenho, estabilidade e disponibilidade de recursos e sistemas. Além disso, oferece facilidade e flexibilidade no monitoramento e no redirecionamento do tráfego entre os circuitos de comunicação e maior capacidade de detecção e proteção contra as ameaças.



Integrações do PJe com outros sistemas

- **Integração com o STJ:** integração do Sistema PJe2G com o Sistema Gestão de Peças Processuais (GPE), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), possibilitando a exportação automática dos dados de processos de Segundo Grau para o Sistema GPE, na íntegra, evitando a navegação em dois sistemas paralelos e afastando erros de digitação. O projeto se encontra em execução com percentual de conclusão de 62%.

- **Integração ao SEEU:** integração do Sistema PJe Segundo Grau com o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), permitindo que os recursos sejam remetidos, pelas respectivas Varas de Execuções Penais, diretamente para o SEEU. De forma automática, esses processos são recebidos no PJe2G, mediante a tarefa “(SG) SE-COMGE Triagem inicial”, eliminando a necessidade da remessa física dos autos

e a atribuição de uma nova numeração no PJe, resultando em celeridade, redução de erros e economia de recursos.

- **Integração com o Sistema Procedimentos Policiais Eletrônicos da Polícia Civil (PPE):** a integração permite que os inquéritos policiais deem entrada no Judiciário, enquanto as diligências ocorrem entre Ministério Público e Polícia Civil.

- **Integração com DJE:** a integração com o Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) permite o envio de todas as comunicações geradas por meio do Sistema Pje às empresas para que estas tenham ciência das comunicações relativas aos seus processos. Provê, também, um único local para visualização das comunicações e integração com todos os sistemas judiciais do país.

- **Integração com o Sisbajud:** o Sisbajud é uma solução automatizada que simplifica a rotina de Magistrados e Servidores, permitindo que eles solicitem bloqueios de ativos financeiros e recebam o retorno dessas operações, sem necessidade de sair do Sistema PJe, eliminando a necessidade de transcrição de dados.

- **Integração do E-carta (Correios):** a integração possibilita a transmissão e a autorização para a emissão dos AR's pelos Correios e atualiza, automaticamente, o PJe com o retorno da realização das entregas realizadas pelos Correios.

- **Integração com o Sistema SAPRE:** a integração permite maior agilidade no serviço do Núcleo de Precatórios, precisão dos dados/informações e melhor gestão dos processos.

Novo Pré-Fluxo de Execuções Fiscais

Otimização do Fluxo de Execução Fiscal que permite a emissão de despacho de citação, cartas de citação e expedição de AR, de forma automatizada, eliminando passos repetitivos e onerosos na execução de atividades do dia a dia das unidades judiciárias.

Novo Editor de texto

Disponibilização do Novo Editor de Texto (Libre Office) no fluxo do "Cartório Integrado – Gabinete", o qual será expandido, progressivamente, para os demais fluxos do PGE 1G e 2G até junho de 2024. A ferramenta, além de possuir layout mais amigável, traz diversas facilidades para os usuários do sistema, dentre as quais: salvamento automático, evitando a perda de digitações parciais; possibilidade de importação de arquivos tipo doc, docx, odt, sem perder a formatação do texto; e edição em aba separada.

Ingresso na Plataforma Digital do Poder Judiciário

Integração dos Sistemas Judiciais PJe1G, PJe2G e PROJUDI aos serviços estruturantes obrigatórios do Conselho Nacional de Justiça, garantindo a obtenção de 100% dos pontos correspondentes no Prêmio CNJ da qualidade em 2023. Principais entregas:

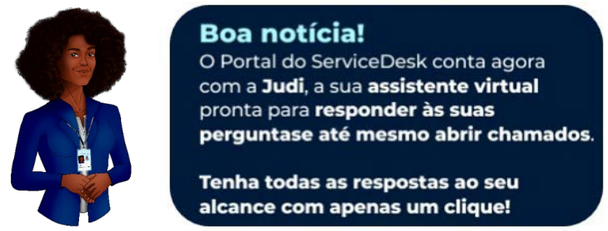
- integração com o SSO (Sistema Único de Autenticação);

- integração ao Marketplace (acesso a aplicações integradas à PDPJ);
- integração ao serviço de Notificações (troca de mensagens e dados entre as ferramentas da PDPJ);
- integração ao CODEX (plataforma que consolida as bases de dados processuais e provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados;
- capacitação do Service Desk para atendimento à nova versão instalada do Sistema;
- migração de 100% dos processos ativos do SAIPRO e do SAJ para o PJe.

Suporte técnico de excelência ao usuário

Atendimento ao usuário com uso de inteligência artificial

Disponibilização de ferramenta de atendimento virtual, capaz de entender as solicitações e gerar respostas, tudo de forma automática, pela internet ou pelo aplicativo WhatsApp.

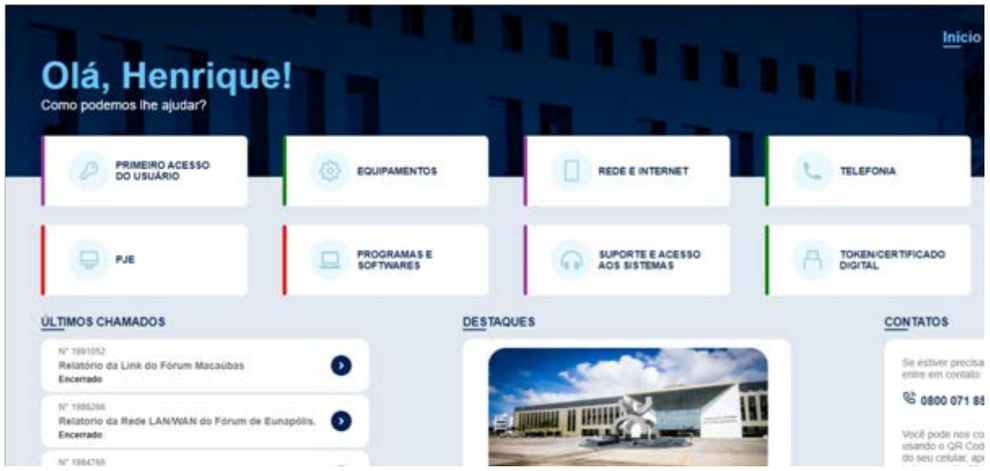


Melhorias no serviço de atendimento ao usuário

Implantação de canal de atendimento exclusivo para as sessões de 2º Grau e para Magistrados e aumento do quadro de atendentes.

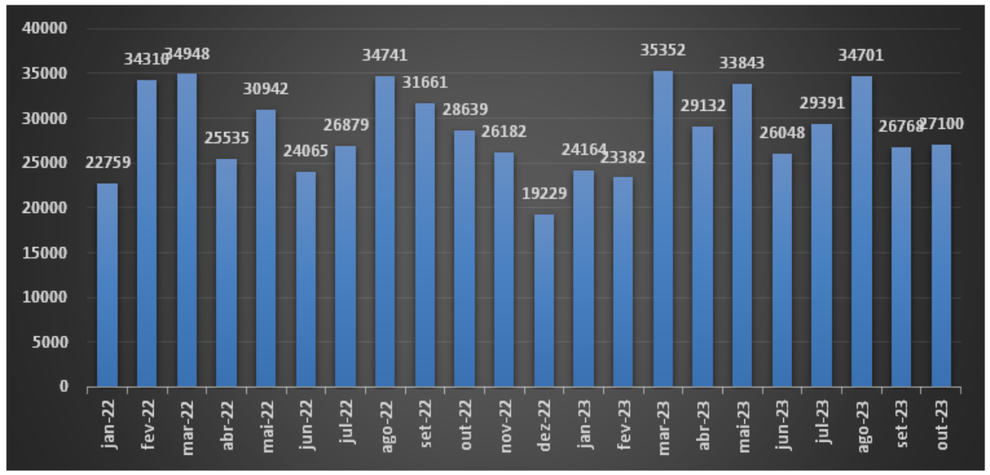
Novo Portal de Atendimento ao Usuário

Implantação do novo Portal de Serviços de TIC, proporcionando maior simplicidade e agilização no processo de abertura e acompanhamento de chamados e redução do tempo de atendimento.



Chamados no Service Desk

Atendimento a mais de 600.000 chamados entre janeiro de 2022 e outubro de 2023, conforme é apresentado no gráfico abaixo.



Avaliação de Atendimentos do Service Desk

Intensificação das análises de pesquisa de satisfação, buscando implantar a melhoria contínua nos atendimentos.

Visitas da COATE às Unidades Judiciárias

A equipe da Coordenação de Atendimento Técnico realiza constantes visitas às unidades localizadas no interior do Estado, com o objetivo de verificar a estrutura dos ativos de informática, identificar necessidades de melhorias e avaliar a possível incorporação de novos equipamentos.

Além disso, a equipe realiza visitas pré-inaugurais às novas unidades, assegurando que todos os requisitos tecnológicos estejam prontos para o início das atividades. A equipe prestou, ainda, apoio à Corregedoria do Interior, nos Programas Corregedoria em Ação, Agiliza DPVAT e Maria da Penha em foco.

Inovação e Transformação Digital

Transformação Digital

Instituição da Política e do Plano de Transformação Digital (PTD), que com-preende a transformação digital de servi-ços, a integração de canais digitais, a interoperabilidade de sistemas e a estratégia de monitoramento.

Grupo de Transformação Digital

Instituição do Grupo de Transformação Digital, responsável por identificar os serviços passíveis de serem transformados digitalmente e promover iniciativas de transformação digital para avaliação e priorização pelo Comitê de Governança do TJBA.

Sistema Oxossi

Implantação do Sistema de Inovação e Inteligência Artificial para aprimoramento dos fluxos de ações judiciais, especialmente no que concerne ao exame de admissibilidade recursal e à análise de temas repetitivos, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça.

Robô Haia

Implantação do Robô HAIA, utilizado para automatização das rotinas processuais nas Varas da Fazenda Pública do Estado da Bahia, identificando determinados tipos de petição, classificando o processo em tarefas específicas e preparando minuta para revisão e assinatura do Magistrado.

O Robô Haia foi implementado nas Varas da Fazenda Pública da capital em abril de 2023 e estendido para 14 Varas de competência exclusiva da Fazenda Pública das comarcas do interior da Bahia, em julho de 2023.

Mutirão Processual Penal 2023

Desenvolvimento de ferramenta visando atender à realização de mutirão, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir o cumprimento da legislação e dos precedentes vinculantes do Supremo Tribunal Federal.

Secretaria Virtual da Diretoria de Primeiro Grau

Desenvolvimento de aplicação inovadora, projetada para transformar e otimizar os processos que estão em saneamento. Tal Secretaria se integra, perfeitamente, com as infraestruturas existentes, proporcionando uma plataforma unificada para gerenciamento de dados, automação de fluxos de trabalho e colaboração eficiente entre equipes.

Gestão das Salas Passivas

Implantação de ferramenta que facilita a reserva e a análise de uso de Salas Passivas, configuradas com dados específicos. Esses dados são exportados para a ferramenta de BI, na qual são

exibidos em um painel interativo que permite aos administradores visualizar e analisar padrões de uso das salas, ajudando na otimização da gestão de espaços e na tomada de decisões.

Distribuição de Processos da Diretoria de Distribuição de Segundo Grau

Implantação de aplicação que potencializa a análise de eventuais inconsistências nos processos já registrados no Sistema PJe, aumentando a produtividade na distribuição de processos de 2º Grau.

PDA Digital Primeiro Grau

Desenvolvimento de aplicação para otimizar a coleta e a análise de dados para o Plano Diretor Anual. Os dados inseridos na aplicação são sincronizados com a ferramenta de BI que fornece dois painéis principais: um dedicado à análise aprofundada dos dados, apresentando gráficos e visualizações interativas; e outro focado na geração de relatórios detalhados. Essa integração facilita a identificação de tendências e padrões cruciais para o planejamento e a implementação do plano.

Encontros Acelerando a Inovação no TJBA

Realização de eventos com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais profunda dos avanços da tecnologia e da importância da participação colaborativa na construção de um plano tático em inovação.

Primeiro encontro realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2023

Segundo encontro realizado no dia 20 de novembro de 2023

Prêmio Boas Práticas de Inovação

O Prêmio Boas Práticas de Inovação no TJBA objetiva promover e incentivar a busca por soluções inovadoras que contribuam para a melhoria da eficiência, da transparência e da acessibilidade do Sistema de Justiça no Estado da Bahia, além de reconhecer e premiar iniciativas que demonstrem excelência e efetividade na implementação de práticas inovadoras.

Treinamento Inovação e Design Thinking
Realização do treinamento *Inovação e Design Thinking* em novembro de 2022, com a participação dos Laboratoristas do TJBA.

Workshop: Aspectos Fundacionais e Tendências Tecnológicas para Governo na visão do Gartner

No dia 16 de junho, foi realizado o Workshop Gartner: Aspectos Fundacionais e Tendências Tecnológicas para Governo, na visão do Gartner. O evento visou apresentar e discutir as tendências tecnológicas aderentes às necessidades do Judiciário baiano para os próximos anos.

EXPOJUD 2022

TJBA participou como expositor de projetos inovadores no EXPOJUD (Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito), realizado em Brasília.

FESTLABS 2022

A SETIM marcou presença no Festival Nacional de Inovação do Poder Judiciário (FestLabs) 2022, evento promovido pelo TJPE em parceria com o CNJ.

III FESTLABS 2023 – Inteligência para Inovação
Participação da equipe do TJBA no encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (FestLabs), nos dias 18 e 19 de setembro de 2023, na cidade de Porto Alegre/RS. O evento visou promover a troca de experiências entre os laboratórios de inovação do País, bem como construir parcerias no desenvolvimento da Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário.

CONSEPRE
Participação no I Simpósio Técnico CONSEPRE: Inovação e o Marco Legal das Startups no Setor Público, promovido pelo Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça (CONSEPRE) no dia 7 de dezembro em Curitiba.

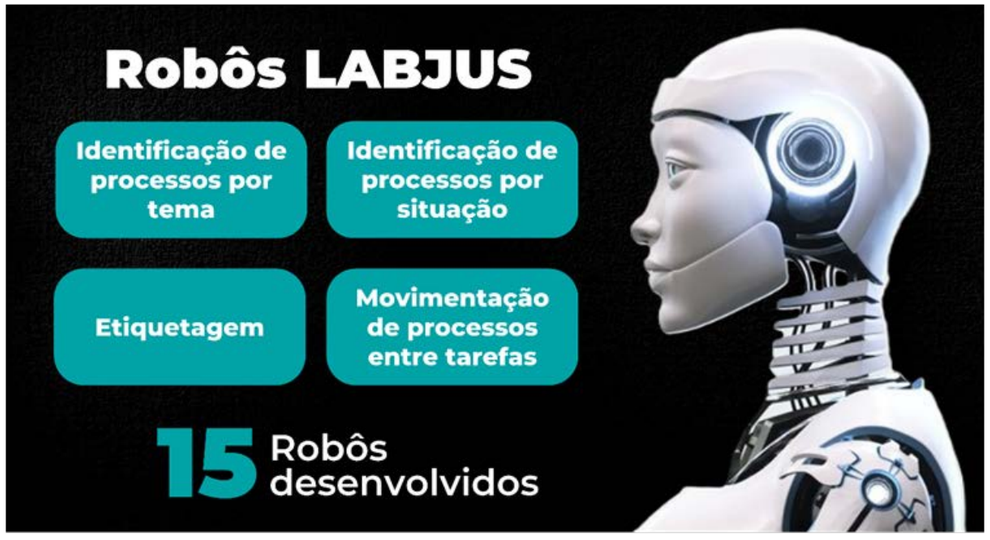
ENASTIC
Participação da equipe da SETIM na 10ª Edição do Encontro Nacional de Tecnologia e Ino-vação da Justiça Estadual, em abril de 2023, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. O encontro objetivou a reflexão a respeito de temáticas relevantes para implementação de

metodologias de trabalho inovadoras no segmento de justiça, com a participação do Secretário de Tecnologia da Informação para apresentação do projeto de inovação e do Assessor de Segurança da Informação no painel com o Tema “Segurança da informação”.

Robôs desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação LABJUS

Desenvolvimento de soluções tecnológicas para automação de processos, contribuindo para a eficiência operacional do TJBA. Destaca-se a implementação de robôs especializados voltados à Diretoria de Primeiro Grau (DPG), às Corregedorias, à Força-tarefa SSA e às Unidades Judiciárias, destacando-se:

- Robô dedicado à identificação de processos para homologação de acordo e desistência;
- Robô de análise do acervo para as Corregedorias;
- Robô de Triagem de Processos;
- Robô de Etiquetagem, simplificando a gestão de 27 temas;
- Robô de Movimentação, eliminando tempos de espera e assegurando o cumprimento de prazos.



Consistência das Informações Gerenciais

Implementação de soluções de BI

Implementação de soluções de BI que possibilitam aos usuários tomarem decisões baseadas em dados, com maior capacidade na identificação de problemas e oportunidades. Com isso, proporcionam aumento da eficiência operacional, maior transparência na prestação de contas, redução de erros, aprimoramento no atendimento, melhor monitoramento de metas e prazos, otimização na alocação de recursos e aprimoramento na gestão de pessoal. Principais painéis implementados:

- BI para acompanhamento das demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- BI para acompanhamento de solicitações e entregas de ativos de TIC;
- BI para acompanhamento de chamados do Service Desk, possibilitando ações focadas na solução dos principais problemas reportados;
- BI para acompanhamento de Meta2 dos processos que possuem mais de 13 anos;

BI Metas

Melhorias e ajustes nos painéis de acompanhamento das Metas Nacionais do CNJ ao novo glossário, disponibilizando informações balizadoras para a definição das ações necessárias ao atingimento das metas pelo TJBA.

Integração dos Sistemas Judiciais ao DataJud

Integração e compatibilização dos Sistemas Judiciais à Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), instituída pelo CNJ como fonte primária de dados do Sistema de Estatística do Poder Judiciário. Principais entregas realizadas:

- adequação de dados ao replicador nacional (Movimentos, Assuntos e Classes);
- atualização do Validador do CNJ;
- retransmissão de todas as movimentações processuais de 2021 até novembro de 2022;
- sincronização mensal das bases dos Sistemas Judiciais com o DataJud;
- BI para acompanhamento de processos pendente de julgamento;

- rotinas para saneamento de movimentos e complementos de processos;
- rotina para ajuste de movimentos das audiências do Cejusc;
- BI para acompanhamento do saneamento das partes.

Sistema Exaudi

Implementação de melhorias no Sistema de Acompanhamento de Indicadores de Produtividade das áreas judiciais do TJBA, com destaque para:

- painéis de acervo de processos conclusos e de processos paralisados há mais de 100 dias;
- adição do complemento da movimentação, nos relatórios do Módulo Juizados Especiais;
- inclusão da informação de conclusão e de localização no Relatório de Acervo;
- ajustes na tela principal do 1º Grau, permitindo a visualização do acervo, dos processos conclusos e dos processos paralisados há mais de 100 dias;
- criação do relatório de Suspeição/Impedimento;
- criação da tela Histórico que permite acessar os dados do Acervo retroativo, a partir do mês de maio de 2022;
- inclusão das Metas 4, 8, 11 e 12 do CNJ no módulo do 1º Grau;
- aumento na eficiência operacional, compreendendo melhoria no acesso e na visualização de dados de outras unidades, melhor acompanhamento de Cartas Precatórias, melhor monitoramento do tempo de tramitação, melhoria no acompanhamento da evolução de metas, maior celeridade na identificação de processos paralisados e na visualização de dados dos processos do Sistema SEEU;
- inclusão, na tela de Metas, do percentual das Metas 1 e 2 de anos anteriores, permitindo que o usuário compare a sua evolução;
- separação dos processos em 100 dias entre Gabinete e Secretaria na tela principal dos Módulos 1º Grau e Juizados Especiais;
- criação da tela para permitir que Magistrados e Servidores do 1º Grau, lotados em Varas de substituição, possam ter acesso aos dados do Exaudi;
- ajustes na aba “Comparativo Unidade”, permitindo que Magistrados e Servidores tenham acesso aos dados de outras unidades nas quais não estão lotados;
- inclusão da tarefa atual do processo nos relatórios de Acervo, Metas, Conclusos e 100 Dias, permitindo que o usuário visualize, em apenas um local, a tarefa atual do processo juntamente com as outras informações relevantes de cada relatório;
- criação do Módulo Turma Recursal, englobando os processos do PROJUDI e do PJE;
- inclusão da aba Saneamento em todos os módulos do sistema permitindo que as unidades tenham acesso, de forma simplificada, aos processos que necessitam de Saneamento dos dados.

Reunião CNJ

A SETIM e a SEPLAN participaram de reunião com a equipe do CNJ responsável pelo DATAJUD com o objetivo e esclarecer dúvidas de interpretação acordo de procedimentos para geração dos dados a serem transmitidos.

Segurança da Informação e Defesa Cibernética

Protocolos Cibernéticos

Implantação dos protocolos cibernéticos

- Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos, que visa atender a eventuais incidentes de segurança cibernética no ambiente organizacional do TJBA.
- Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos (PIIC-TJBA), documento com diretrizes para gerir ações para salvaguardar as evidências coletadas e determinar quais serão disponibilizadas na investigação, em caso de incidente cibernético.
- Protocolo de Gerenciamento de Crise Cibernética (PGCRC-TJBA), o qual visa gerir ações para que, na evidência, um incidente de segurança cibernética seja tratado/mitigado de forma adequada, estabelecendo-se um ambiente de crise que pode trazer severos impactos negativos ao TJBA.

Núcleo de Segurança da Informação

Instituição Núcleo de Segurança da Informação (NSI) que tem como missão a governança do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), zelando pela confidencialidade, pela integridade e pela disponibilidade das informações do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), nos meios físicos e lógicos, garantindo a conformidade dos controles com as regulamentações e as normas de segurança.

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes

Instituição da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR), com a missão acompanhar e auxiliar no tratamento e na resposta a Incidentes de Segurança Cibernética, de modo a contribuir para a garantia da disponibilidade, da integridade e da confidencialidade das informações do Poder Judiciário do Estado Bahia.

Firewall WEB – WAF (Web Application Firewall)

Implementação da camada de Segurança para proteção contra as ameaças cibernéticas, a exemplo de acesso de robôs que consultam, automaticamente, a aplicação e impactam no desempenho do ambiente.

Ferramenta de controle de acesso à rede

Implementação da plataforma para manutenção e compliance das estações de trabalho, provendo maior agilidade e escalabilidade na resolução de problemas e melhor visibilidade da rede.

Solução avançada para segurança de rede

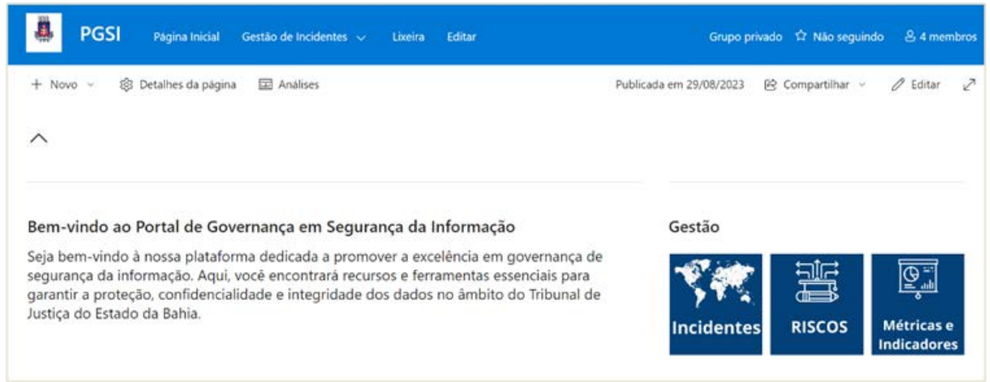
Atualização das funcionalidades da plataforma de segurança, proporcionando aumento significativo na segurança do TJBA, bem como expansão da cobertura para todas as superfícies de ataques e centralização de visão dos riscos cibernéticos, por meio do monitoramento e da avaliação contínuos da postura geral de segurança da organização.

Solução de backup de dados

Eliminação do uso de fitas, ampliação em 300% da capacidade de backup, diminuição no tempo de restauração dos dados e evolução na proteção com backup imutável contra as ameaças cibernéticas.

Portal da Governança de Segurança da Informação

Instituição de plataforma dedicada a promover a governança de segurança da informação, com foco nos aspectos estratégicos e legais, alinhada com os objetivos do negócio, com a gestão de riscos cibernéticos integrada ao planejamento e às tomadas de decisões.



Sistema de Notificação de Incidentes de Segurança da Informação

Implantação de um sistema que permite aos usuários notificarem possíveis incidentes de segurança da informação, com o propósito de obter resposta rápida a incidentes e aumentar a confiabilidade nos sistemas e a privacidade dos cidadãos.

Sistema de Resposta de Incidentes de Segurança da Informação

Implantação de um sistema com uma abordagem estruturada para lidar com incidentes de segurança da informação, de forma deta-lhada e técnica, identificando, avaliando, mitigando os incidentes de maneira eficaz, bem como respondendo a eles.

Gestão de identidade e acesso
Contratação de plataforma para melhoria no controle, na gestão e na auditoria dos acessos realizados na rede, no servidor de arquivos e na plataforma colaborativa, proporcionando rastreabilidade dos acessos indevidos.

Centro de Operações de Segurança (SOC)
Contratação de serviço de sustentação, manutenção e atendimento de operações seguras com especialistas em regime 24x7, para gerenciamento, monitoramento, triagem e tratamento a ataques cibernéticos e incidentes de segurança.

Programa de Conscientização em Segurança da Informação
Iniciativa voltada a educar e sensibilizar os servidores e demais colaboradores do TJBA sobre a importância da segurança da informação e como agir, de maneira segura, ao lidar com dados e sistemas, por meio de palestras, workshop, curso acadêmico, treinamentos e contratação de uma plataforma de conscientização em segurança da informação e simulação de *phishing*.

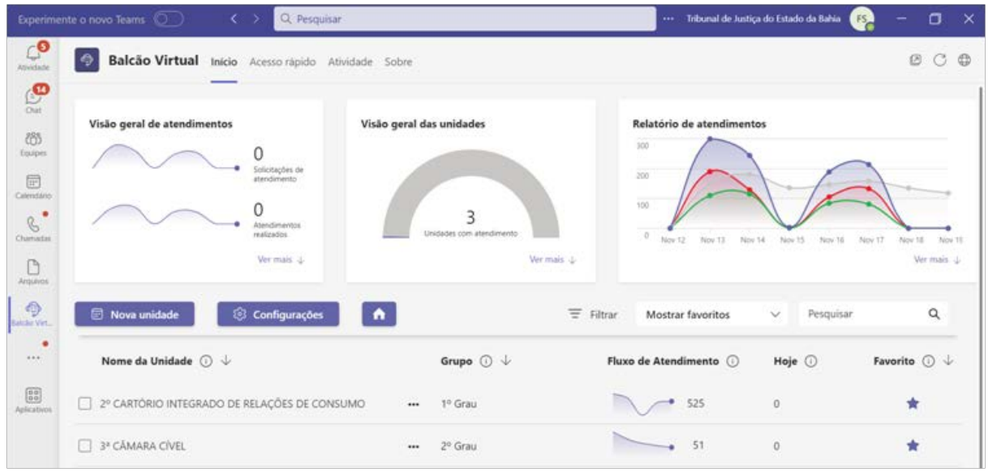
Gestão de Resposta a Incidentes em Segurança da Informação
Instituição de documento que orienta como a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR) e outras partes interessadas respondem a incidentes cibernéticos. Está alinhado com o protocolo de prevenção de incidentes cibernéticos, com a polícia de segurança da informação e com a Resolução n. 396 do CNJ.

Reunião do Comitê Gestor de Segurança da Informação

Apresentação dos protocolos de segurança da informação aos membros do Comitê para aprovação.

4. OUTRAS REALIZAÇÕES RELEVANTES

Balcão Virtual 2.0 customizado
Implantação de projeto-piloto de novo Balcão Virtual, promovendo aumento da produtividade e do número de acessos do Balcão, possibilitando contatos e acessos mediante dispositivos móveis.



e-Social
Desenvolvimento de sistema integrador e ajustes das aplicações transacionais para atender às exigências do e-Social, proporcionando otimização na prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, redução da burocracia e eliminação do preenchimento de formulários.

Publicação no DJEN
Desenvolvimento de ferramenta para integrar o Diário de Justiça Eletrônico estadual (DJE) com o Diário de Justiça Nacional (DJEN).

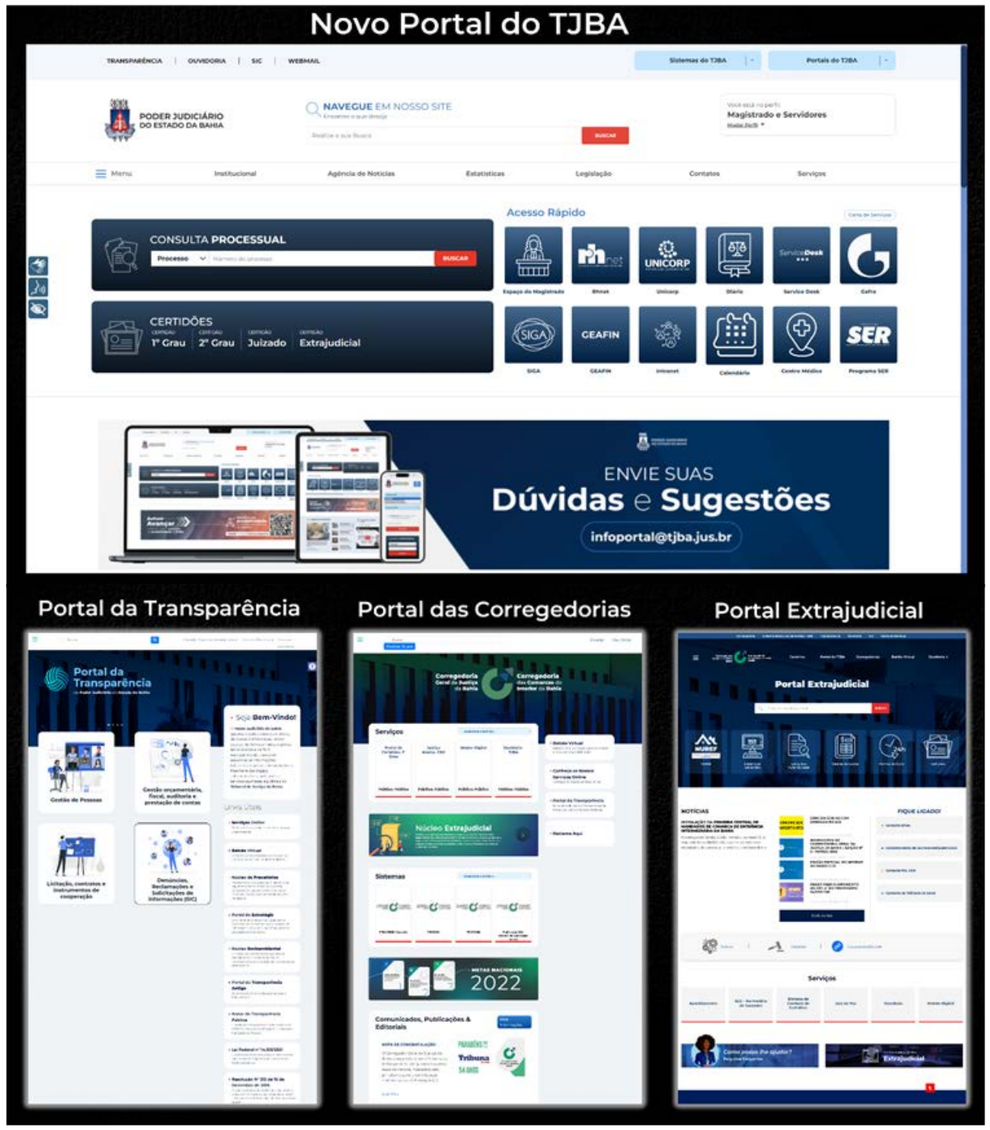
Sistema Gerenciamento de frequência (GEFRE)
Desenvolvimento de rotinas para aprovação automática do banco de horas do servidor e lançamento de faltas no SRH e desconto em folha.

Integração do Sistema SCR com o Instituto de Protesto de Títulos
Implantação do serviço de integração de dados entre o Sistema de Custas Remanescentes (SCR) e o Instituto de Protesto de Títulos da Bahia.

Processo de Pagamento Digital no SIGA
Implantação de rotina para eliminação dos processos físicos de pagamento, permitindo redução de custos com impressão e agilidade na tramitação dos processos.

Sistema de Votação Eletrônica
Adequação do sistema para implementar o cálculo da trimédia no processo de eleição para promoção de Magistrados.

Desenvolvimento de novos Portais



Sistema de Administradores Judiciais
Desenvolvimento e implantação do sistema possibilitando melhoria no processo de seleção de Administradores Judiciais pelos Magistrados.

Sistema Novo NATJUS
Desenvolvimento de nova versão do Sistema NatJus, em parceria com o Hospital Albert Einstein, contemplando o serviço de integração com o Sistema e-NatJus no CNJ.

Sistema FISCO
Implantação de Sistema de controle da fiscalização da arrecadação das custas cartorárias de serventias judiciais e extrajudiciais, permitindo maior agilidade no processo de fiscalização.

Sistema ContratosGov
Instalação do Sistema ContratosGov que visa promover maior transparência dos contratos, facilitação para a prestação de contas a órgãos de controle, otimização do trabalho de gestores e fiscais de contratos e maior confiabilidade na fiscalização de contratos.

Sistema GEAFIN
Substituição do antigo Sistema de Patrimônio (SISPAT) pelo Sistema GEAFIN para controle de compras, empenho, gestão de estoque e inventário de bens móveis do PJBA.

Sistema Gestão de Serventias (SGS)
Desenvolvimento de Sistema de informação para gestão dos dados das serventias extrajudiciais, visando otimização do trabalho do Núcleo Extrajudicial, autonomia dos delegatários no registro das serventias e melhoria na qualidade e na eliminação de informações redundantes recebidas em diversos canais de comunicação.

Sistema SIMOV
Substituição do Sistema de Patrimônio (SISPAT) pelo Sistema de Controle de Bens Imóveis (SIMOV), permitindo melhor gestão das informações patrimoniais dos imóveis pertencentes ao TJBA.

Solução RDC-Arq
Implantação de solução para repositório digital arquivístico, permitindo maior robustez para suporte à crescente produção de dados.

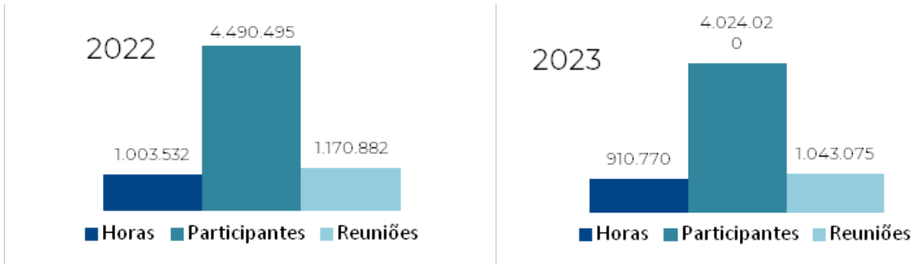
Sistema de Segurança Institucional – SSI
Implantação de sistema para gestão das ocorrências relacionadas à segurança de Servidores e Magistrados.

Implementações NUGEPNAC
Criação de rotina para permitir atualização diária de datas de julgamento, baixas, trânsito em julgado.

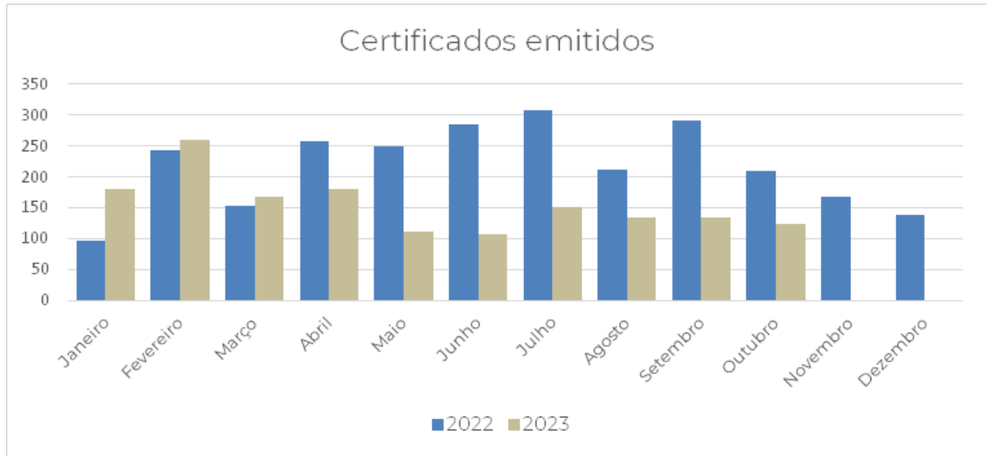
Sistema RHNet
Implementação de funcionalidades para realização da avaliação de desemprenho e recadastramento dos servidores.

Soluções de TIC para LGPD
Adequação às exigências da Lei Geral de Proteção a Dados, consistindo em gerenciamento das demandas externas relativas ao tratamento de dados pessoais; pesquisa de dados pessoais nos Sistemas RH e PJe; e adequação do SIGA para acesso restrito a documentos sigilosos.

Videoconferência
Realização de 2.213.957 reuniões, com 8.514.515 participantes, totalizando 1.914.302 horas.



Emissão de Certificados Digitais
Emissão de mais de 4.000 certificados digitais para Magistrados e Servidores.



Aquisição de scanners de mesa
Aquisição de 278 scanners para potencialização da transformação digital e maior eficiência operacional, facilitando o acesso à informação.

Office 365
Implantação da Plataforma Colaborativa Office 365 em todas as unidades do PJBA.

Serviço de Telefonia e Dados móveis
Contratação de serviço de telefonia móvel, proporcionando fortalecimento na comunicação institucional, maior eficiência e desempenho nas atividades.

Aparelhamento das salas de Depoimento Especial
Instalação de equipamentos nas Salas de Depoimento Especial em 116 comarcas priorizadas pela Coordenação de Infância e Juventude (CIJ).

Computação em nuvem
Migração do sistema de arquivo do PJe para uma solução em nuvem, que consiste em uma plataforma moderna, segura e com alta disponibilidade em seu ambiente de armazenamento, proporcionando maior agilidade na abertura dos processos no Sistema PJE.

Melhorias na rede principal do Data Center
Otimização nas configurações dos protocolos de comunicação da rede principal, proporcionando um ambiente mais resiliente e tolerante a falhas, almejando alta disponibilidade e ganho de performance.

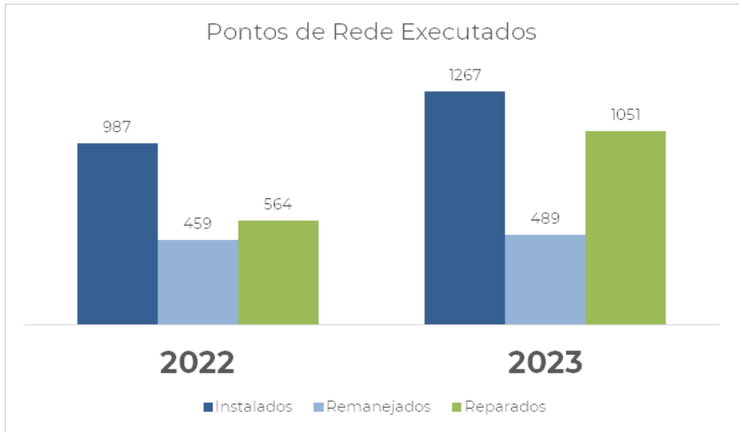
Cópia de segurança das audiências virtuais para a nuvem
Implementação de ferramenta que possibilita a execução de cópia de segurança das audiências virtuais, realizadas por meio do aplicativo LifeSize, para um repositório externo em nuvem, visando garantir cópia permanente dos documentos.

Implantação do Sistema PJeCor
Implantação do PJeCor nas Corregedorias, no Conselho da Magistratura, no Tribunal Pleno e no Gabinete de Desembargadores, como sistema para tramitação de pedidos de providências, atos normativos, representações por excesso de prazo, bem como todos os procedimentos de natureza disciplinar no Poder Judiciário da Bahia.

Apresentação do Datacenter

Visita do Presidente à Sala Cofre do TJBA, onde ficam as instalações do Data Center, em um ambiente altamente monitorado, resistente e resiliente a intempéries.

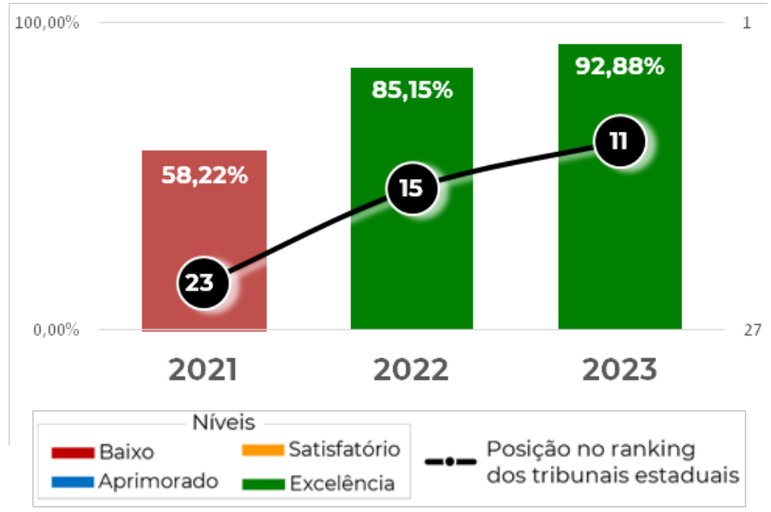
Infraestrutura tecnológica nas obras de reforma
Execução de serviços de rede em unidades da capital e do interior, sendo 2.254 pontos instalados, 948 remanejados e 1.615 reparados, totalizando 4.817 pontos de rede.



5. GOVERNANÇA DE TIC

Cadeia de Valor da SETIM e Modelo de Governança de TIC
Definição da Cadeia de Valor, que representa o conjunto de processos interrelacionados, responsáveis pelas entregas de valor aos usuários dos serviços da Secretaria e do modelo de Governança de TIC, que é um conjunto de definições, processos e outros artefatos, alinhado com a Cadeia de Valor utilizada pela SETIM, para que as iniciativas estejam alinhadas com a estratégia do Tribunal, os recursos sejam gerenciados de forma otimizada e os planos sejam cumpridos.

iGovTIC-JUD
Indicador que mede o nível de maturidade em Governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação dos órgãos do Poder Judiciário. O TJBA saltou do grupo satisfatório, no ano de 2021, para o grupo de excelência em 2022, garantindo pontuação máxima nesse quesito no Prêmio Nacional de Qualidade do CNJ 2022. Em 2023, obteve pontuação ainda superior, passando de 85,15 para 92,88, mantendo o nível de excelência.



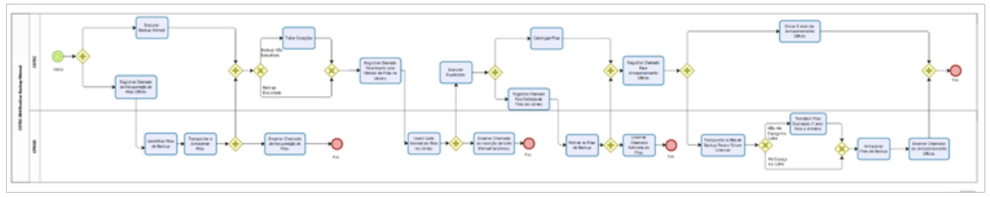
Gerenciamento de serviços de TIC

Aprimoramento do catálogo de Serviços, Nível de Serviços e Requisições. Modelagem dos processos referentes ao gerenciamento de Incidentes, Problemas, Mudanças, Ativos de TIC e Conhecimento, baseando-se nas melhores práticas de mercado, notadamente o Modelo ITIL 4.

EDEP apresenta novo catálogo de serviços da SETIM

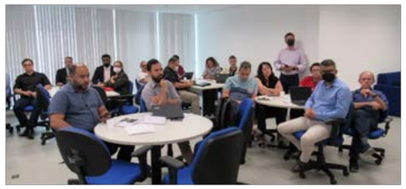
Mapeamento de Processos de Trabalho

Mapeamento de 116 processos de trabalho, ação que visa melhorar os processos e alcançar níveis mais elevados de qualidade.



Gestão de Riscos

Concluído o desenvolvimento de artefatos específicos para a Gestão de Riscos, tais como metodologia, processos, plano de gerenciamento e política, a qual está associada diretamente com princípios de eficiência, eficácia e efetividade, objetivando aumentar a probabilidade de obter os resultados pretendidos e a realização da estratégia institucional.



Workshop promovido pela SETIM, visando à criação de indicadores para o monitoramento dos riscos de Tecnologia da Informação.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2023-2024

Elaboração do PDTIC 2023-2024, alinhado com o Plano Estratégico Institucional do TJBA e com a Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, tendo como objetivo a adoção das melhores práticas de Governança, Gestão e Padronização na área de TIC.

Workshop PDTIC 2023

Workshop: Estratégia de TIC

Portal da Governança de TIC

Implantação do Portal de Governança de TIC, plataforma específica para a centralização do acervo de documentos, indicadores de desempenho, notícias e outras publicações de interesse da Secretaria. Com o Portal, foi possível alcançar a melhoria no acesso a informações sobre governança e gestão de TIC (políticas, processos, ações, indicadores etc.) e maior transparência nos resultados da SETIM.

Núcleo de Gerenciamento de Contratos

Implantação do núcleo de gerenciamento de contratos, responsável pelo gerenciamento administrativo de todos os contratos da SETIM, buscando garantir aplicação de melhores práticas de fiscalização, maior celeridade na formatação e no encaminhamento dos processos de pagamento, obtendo redução de erros nos processos e melhoria nos procedimentos de fiscalização de contratos.

Instituição dos planos que são documentos que contêm definições sobre os objetivos pretendidos e as estratégias para alcançá-los. Dentre os planos elaborados ou revisados na gestão, destacam-se:

Prêmio PMI-BA Melhores do ano de 2023 e Melhor PMO.

O TJBA, por meio do Escritório Departamental de Projetos e Processos da SETIM, foi o vencedor do Prêmio Melhores do Ano, edição 2023, do PMI Bahia, na Categoria PMO (Escritório de Projetos).

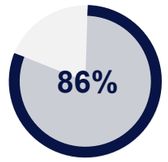
Contratações de Soluções de TIC

Finalização de 42 contratações de aquisições e serviços de tecnologia da informação e execução parcial de mais 11 que se encontram em andamento. As atividades compreendem ações que vão desde o entendimento da necessidade demandada pelas diversas unidades, passando pelo desenho da solução, detalhamento do objeto, elaboração dos documentos técnicos da contratação, resposta a questionamentos, recursos e impugnações apresentados durante a fase externa, até a contratação da solução pretendida.

6. PRINCIPAIS PROJETOS EM ANDAMENTO

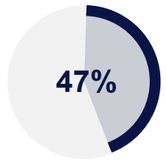
Migração dos Dados do Lifesize para AWS
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: migração dos vídeos que estão no ambiente da empresa Lifesize para o ambiente da AWS do TJBA.
Última ação: migração dos dados do Lifesize para o ambiente do TJBA.

Principais entregas realizadas:
- desenvolvimento do Portal de Migração;
- homologação tática do Portal.



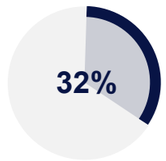
Novo Balcão Virtual
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: customização da solução existente no Microsoft Office 365 para substituir a solução de Balcão Virtual existente atualmente no TJBA.
Última ação: cadastro de todas as comarcas e atendentes.

Principais entregas realizadas:
- parametrização da solução;
- capacitação de unidades-pilotos;
- implantação em 3 unidades-pilotos.



Observabilidade
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: contratação e implantação de solução de observabilidade e equipamentos de videowall inteligentes no Data Center do TJBA.
Última ação: elaboração do estudo técnico preliminar e termo de referência.

Principal entrega realizada:
- Prova de conceito – POC.

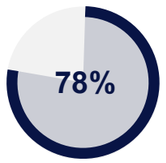


Roteadores BGP (Protocolo de roteamento)
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: garantir que a gestão e o controle do roteamento BGP estejam totalmente a cargo do TJBA em infraestrutura própria e redundante, suportando até 4 links de comunicação.
Última ação: elaboração do termo de referência.

Principal entrega realizada:
- elaboração do estudo técnico preliminar.

Novo Service Desk
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: readequação dos processos e dos procedimentos de governança para aprimoramento da central de atendimento, objetivando excelência na prestação dos serviços aos usuários, com utilização de metodologia ITIL.
Última ação: desenvolvimento do novo front end.

Principais entregas realizadas:
- implantação de canal de atendimento exclusivo para as sessões de 2º Grau e para Magistrados;
- aumento do quadro de atendentes;
- implantação de melhorias no fluxo de trabalho do atendente virtual para abertura e encaminhamento automático de chamados;
- implantação de nova tela de abertura de chamados para solicitação de equipamentos por meio do Portal do Service Desk;
- mapeamento dos processos atuais de atendimento.

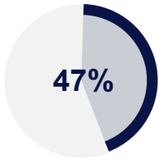


Central de Serviços
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: implantação de nova solução da Central de Serviços de TIC.
Última ação: validação do Catálogo de Serviço.

Principais entregas realizadas:
- elaboração do estudo técnico preliminar e termo de referência da ferramenta GSTI;
- publicação no Portal de Governança da Política de Gestão de Serviços de TIC;
- as práticas ITIL Incidente, requisição, mudança, problema, Ativos, Conhecimento e Configuração de Serviços (AS-IS, TO BE e Diagnóstico);
- realização de workshop sobre Fundamentos em Gestão de Serviços para os líderes de processos.

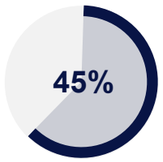
Solução de Continuidade de TIC
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: aquisição e implantação de solução de continuidade dos serviços essenciais de TIC.
Última ação: migração dos dados e aplicação PJe 2G na nuvem, em homologação.

Principais entregas realizadas:
- definição do Plano de Recuperação de Desastre – PRD;
- aprovação do Plano de Continuidade Operacional – PCO;
- elaboração do Plano de Gerenciamento de Crise – PGC;
- instalação do link dedicado de comunicação com os servidores de nuvem;
- 100% dos processos do PJE carregados na nuvem.



Sistema de Arrecadação
Demandante: NAF.
Status: em execução
Escopo: desenvolvimento e implantação do novo sistema de arrecadação do TJBA, com prazo final de entrega no dia 29/01/2024.
Última ação: inativação de código tributário e serviço; desvincular e vincular código da tabela em edição; inclusão de novos campos no cadastro de serviços.

Principais entregas realizadas:
- disponibilizada para homologação: cadastrar e visualizar tabelas de taxas tributárias; cadastrar “valores e rateio”, consultar, editar, duplicar; inclusão de código tributário em status: edição, cadastrar motivo de isenção e duplicar tabela.



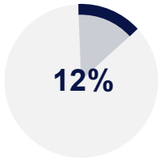
Implantação Sistema SAPRE (Precatório)
Demandante: Núcleo Precatório.
Status: em execução
Escopo: implantação e customização do Sistema SAPRE, desenvolvido pelo TJMS e atualizado pelo TJDFT, nos ambientes do TJBA com integração aos sistemas judiciais e administrativos e Banco de pagamento BRBJus.
Última ação: solicitação ao TJDFT do Módulo que permite o uso do PJE para assinatura via SAPRE.

Principais entregas realizadas:
- parametrização dos Módulos Cadastro, Cálculo e Pagamento do Precatório;
- desenvolvimento de API para integração PJe – SAPRE;
- estudo relacionado ao peticionamento e à assinatura eletrônica no PJE.

Sistema Mandamus
Demandante:
Status: em execução.
Escopo: integrar os Sistemas PJe e CCM ao Sistema Mandamus, visando facilitar o trabalho dos oficiais de justiça.

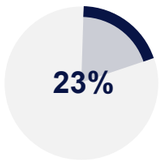
Otimização do Projudi
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: desenvolvimento de aplicação para migração dos arquivos do PROJUDI para Object Sorage e migração de todos os dados em até 18 meses e otimização de processamento nas 15 queries mais críticas.

Principal entrega realizada:
- finalização do planejamento.



Implantação Sistema CEJUSC
Demandante: NUPEMEC.
Status: em execução.
Escopo: implantação de sistema que permita a gestão administrativa/judicial dos CEJUSCs, desde a formulação do pedido inicial de seção de mediação até a homologação de acordos, de forma rápida, confiável e transparente.
Principal entrega realizada:
- finalização do planejamento.

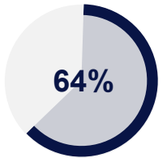
Login Seguro
Demandante: SGP.
Status: em planejamento.
Escopo: desenvolvimento de sistema para gerenciamento dos perfis de usuários e criação de política para acesso às informações.
Última ação: higienização da base de dados do Sistema PJE.
Principal entrega realizada:
- planejamento do escopo (em andamento).



Sistema SIGMA
Demandante: AEP I.
Status: em execução.
Escopo: implantação do Sistema responsável pela gestão e pelo acompanhamento da carreira dos Magistrados, por meio do lançamento da vida funcional, a exemplo de dados cadastrais, posses, ocorrências, afastamentos, desligamento e aposentadoria.
Última ação: apresentação das telas navegáveis do Módulo de Cadastro Funcional, para que analisem e identifiquem adequações à realidade do TJBA

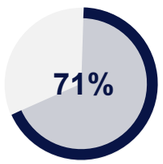
Evolução maturidade EDEP SETIM
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: implementação de novas funções, melhorias em funções existentes, métodos e ferramentas que apoiem o aumento da maturidade do EDEP até setembro de 2023.
Última ação: Prêmio Melhor PMO do ano 2023 do PMI BA.

Principais entregas realizadas:
- As-Is, To-Be e indicadores de desempenho para os processos de cada uma das 14 funções/serviços do EDEP;
- realização de três reuniões trimestrais de análise crítica;
- realização de duas pesquisas de satisfação com clientes do EDEP;
- elaboração de materiais de divulgação para cada uma das 14 funções/serviços do EDEP (Catálogo de Serviços);
- Workshops sobre funções/serviços do EDEP para público interno e para Clientes do EDEP;
- elaboração do Manual de Operação (MOP) do EDEP e definição de estrutura organi-zacional e da equipe para o EDEP;
- publicação no Portal de Governança do Painel de Desempenho do EDEP.



Sistema Oxossi
Demandante: 2ª Vice-Presidência.
Status: em execução.
Escopo: implantação de Sistema de Inovação e Inteligência Artificial para aprimoramento dos fluxos de ações judiciais, especialmente no que concerne ao exame de admissibilidade recursal e à análise de temas repetitivos, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à justiça.
Última ação: desenvolvimento do front end, filtros, sistema de ingestão, fluxo de conversão de documentos para Busca textual.

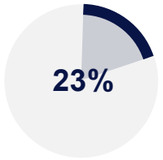
Entregas realizadas:
- estudo e implementação de tecnologias aplicáveis ao projeto;
- prova de conceito do agrupamento dos processos conclusos, utilizando o algoritmo do Athos;
- definição da arquitetura da solução;
- definição dos protocolos de comunicação entre os sistemas.



Julgamento Temático
Demandante: COJE.
Status: em execução.
Escopo: desenvolvimento de motor de busca para atender à demanda de julgamento temático da COJE.
Última ação: adaptação da solução à nova fonte de dados.
Principais entregas realizadas:
- viabilidade técnica do motor Oxóssi para COJE;
- utilização do CODEX Projudi.

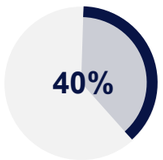
Parceria PNUD
Demandante: SGP.
Status: em execução
Escopo: desenvolver subsídios para promoção da inovação, como tecnologias disruptivas e mecanismos de gestão e análise de dados, para a efetividade da realização da Justiça para todos no Estado da Bahia.
Última ação: desenvolvimento do documento técnico para aprovação da Associação Brasileira de Cooperação (ABC).

Principais entregas realizadas:
- documento técnico;
- avaliação jurídica do documento;
- apresentação do projeto para a PNUD e a ABC.



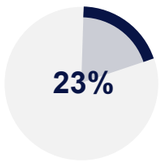
Indice de Governança de TIC – IGOVTIC
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: mapear e realizar ações para manter o nível de excelência e ampliar pontuação no iGovTIC-JUD para o ano 2024.
Última ação: atingimento do nível de excelência (92,88) no ano de 2023.

Principais entregas realizadas:
- mapeamento (AS-IS e TO BE) das práticas ITIL Disponibilidade, Capacidade, Liberação e Implantação de TIC;
- estratégia de adoção de nuvem;
- contratação de provedores de nuvem.



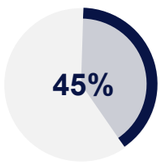
Estruturação da Demanda até a Entrega Final
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: mapear e implantar todos os processos de atendimento da demanda até a entrega final até 04/2024.
Última ação: em validação a "Política de Gestão das demandas de Sistema de Informações".

Principais entregas realizadas:
- mapeamento (AS-IS e TO BE) dos processos recebimento e triagem da demanda;
- elaborada "Política de Gestão das demandas de Sistema de Informações";
- diagnóstico dos processos e modelo inicial para monitoramento e controle.



Indicadores de Performance do Judiciário
Demandante: CAPG.
Status: em execução.
Escopo: desenvolver relatórios gerenciais e indicadores para acompanhamento da performance do Judiciário, com ênfase nas metas estabelecidas pelo CNJ.
Última ação: validação dos requisitos da aplicação.

Principal entrega realizada:
- validação dos critérios estabelecidos para as metas.



Acelerando a Inovação no TJBA
Demandante: SETIM.
Status: em execução.
Escopo: desenvolver ações para otimizar a realização das atividades finalísticas, gerenciais e de suporte do órgão.
Última ação: realização da pesquisa quantitativa.

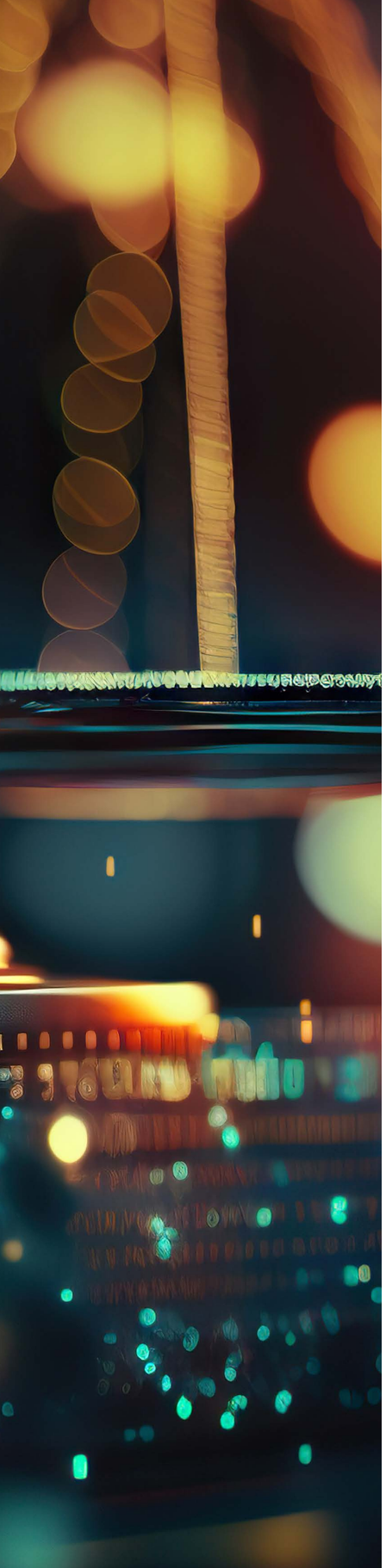
Principais entregas realizadas:
- realização do evento de lançamento do projeto;
- diagnóstico de "Inovação";
- realização do 2° Encontro "Acelerando a Inovação";
- prêmio "Boas Práticas em Inovação";
- realização de Oficina de Inovação: *Design Thinking*.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerada como premissa da Administração, o investimento em tecnologia da informação no biênio 2022-2024 possibilitou a construção de uma base sólida na infraestrutura de TIC. Os investimentos em renovação do parque, novas tecnologias de internet, melhoria dos sistemas, inovação e segurança cibernética, aliados à automação de processos, à inteligência artificial, à melhoria da comunicação interna e externa e à otimização de fluxos de trabalho, resultaram em ganhos substanciais em termos de produtividade e qualidade dos serviços prestados.

Para além da infraestrutura tecnológica, destaca-se, também, a atenção em pessoal, com o preenchimento dos cargos criados pela Lei nº 14.848, de 2022. Não se pode esquecer de que a tecnologia da informação não é só formada por máquinas, mas também pela habilidade e pelo conhecimento das pessoas que impulsionam seu verdadeiro potencial. O treinamento contínuo, o desenvolvimento de habilidades e a criação de uma cultura organizacional que valorize o aprendizado são elementos essenciais para garantir que a equipe esteja engajada e alinhada com as demandas tecnológicas em constante mudança.

Tendo em vista que o Poder Judiciário não pode mais prescindir da tecnologia que permeia cada um de seus processos, os resultados, obtidos na gestão, indicam a necessidade de continuidade das iniciativas para a melhoria contínua dos níveis de eficiência, transparência e acesso à justiça.



CONSULTORIA JURÍDICA

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Consultoria Jurídica da Presidência (CONSU), órgão de apoio técnico administrativo, com atribuições de assessoramento jurídico elencadas no art. 14 da Resolução TJBA nº 05, de 27 de março de 2013, ao longo do biênio, passou por diversas alterações no seu quadro de pessoal que, atualmente, é composta por um total de 17 servidores públicos.

Além da Chefia, são 15 assessores jurídicos e uma servidora efetiva que atua na Secretaria. Na composição da assessoria jurídica, 06(sete) são ocupantes de cargo efetivo e 09 (nove) cargos comissionados.

Integram, também, à equipe 12 (doze) estagiários, sendo 3 (três) de pós-graduação, 5 (cinco) de graduação em Direito, 2 (dois) de graduação em Administração e 2 (duas) de nível médio. No início da gestão, a equipe era formada por 13 servidores, dos quais 5 (quatro) eram ocupantes de cargo efetivo e 8 (oito) de cargos comissionados, incluindo-se, neste último número, a chefia da CONSU.

Importa registrar que, atendendo ao pleito da Chefia, a Presidência, primando pela gestão de competências, após seleção interna, determinou a relotação de 3 (três) servidores efetivos, com experiência em Direito Público.

Do mesmo modo, foi firmado Termo de Cooperação com a Câmara de Vereadores do Município de Salvador para a cessão de servidora altamente capacitada e com expertise em Direito Previdenciário, matéria sensível, sobretudo em razão das recentes alterações legislativas e do volume expressivo de procedimentos em trâmite na unidade.

As referidas medidas contribuíram para o aprimoramento e a qualidade nas análises jurídicas deste órgão consultivo.

Durante o biênio, foram implementadas melhorias estruturais no setor colimando atender aos novos colaboradores (assessores/estagiários), readequando o espaço físico e, mediante interlocução com a Secretaria de Administração (SEAD), por meio da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), foram realizadas adaptações na copa e na sala de reunião, com instalação de prateleira para livros, novos armários e uma geladeira grande para atender ao quantitativo atual de pessoas que exercem atividades na CONSU.

Foram instalados novos bebedores de água, cumprindo, por conseguinte, com a meta de 100% de não utilização de copos descartáveis no setor, sendo aderida por todos os colaboradores a Campanha “Adote um copo” promovida pelo Núcleo de Socioambiental. Além disso, registre-se que foi realizada a substituição de todas as impressoras.

Acrescente-se que foram adquiridas novas estações de trabalho e realizada a substituição de todos os computadores antigos. A recepção foi reestruturada e mais uma mesa e novos computadores foram instalados para viabilizar o acesso aos estagiários de nível médio e aos estagiários de Administração, promovendo melhorias nas atividades realizada pela Secretaria.
O Gabinete da Chefia passou a contar com mesa redonda, cadeiras e sofá para melhor atender aos demais setores, sendo que foram realizadas inúmeras reuniões durante o biênio, principalmente com a Secretaria de Administração, por meio das diversas coordenações e diretorias, ampliando a atuação do órgão consultivo que não se restringiu à emissão de opinativos, mas buscou alinhar, mediante aproximação com os demais setores, as questões operacionais e funcionais com os aspectos jurídicos, permitindo tomadas de decisões mais seguras e em consonância com as consequências práticas na gestão.

2. ESTATÍSTICAS

Nos anos de 2022 e 2023, a Consultoria Jurídica realizou acompanhamento de expressivo número de expedientes, com média de 12.084 recebimentos e 12.250 processos transferidos até a data de 17/11/2023, dados obtidos pelo Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA). Com o intuito de possibilitar uma distribuição mais equânime entre os assessores, foram realizadas pré-análises dos expedientes verificando complexidade dos temas, repetição de matérias e de contexto fático, além de outros aspectos para subsidiar uma melhor redistribuição interna do acervo, priorizando identificar especialidades e afinidades de conteúdos, além de oportunizar aos assessores o contato com temas diversos que se concentravam, antes, em um único assessor, por exemplo.

Em julho de 2023, foi estabelecida uma força-tarefa para priorizar os expedientes que contavam com mais de 90 dias no acervo e/ou tinham como interessados idosos, respeitando-se, assim, a prioridade legal estabelecida. Foram identificados 376 processos em tal situação e, em setembro, já haviam sido liberados 188 processos com pareceres conclusivos, além de der sido promovida a movimentação e a tramitação de outros, com diligências necessárias à emissão de opinativos. Calha consignar que foram localizados processos sem qualquer movimentação ou análise, paralisados na CONSU desde 2015.

Considerando os resultados obtidos, foi sugerido o acompanhamento dos assessores dos respectivos acervos, mediante planilhas contendo um diagnóstico individual, no qual fosse realizada, no momento de recebimento, uma pré-análise com identificação da matéria, complexidade e registrada a data de recebimento, evitando-se a morosidade na tramitação.

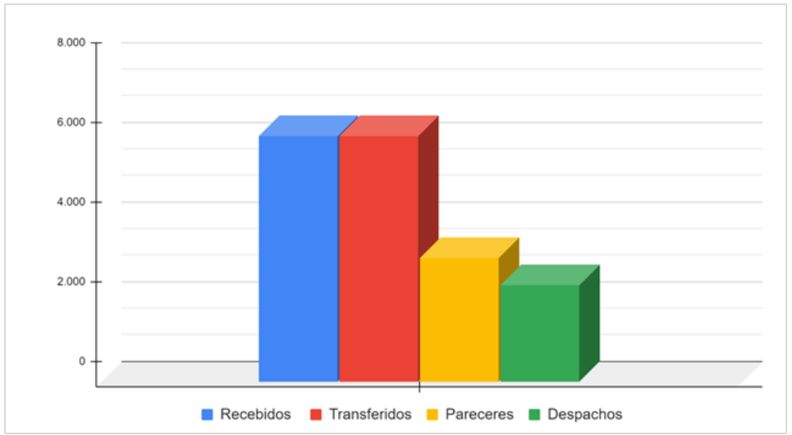
Quanto ao quantitativo de processos em trâmite na CONSU, convém registrar que, em abril de 2022, foi localizado um volume expressivo de processos ainda tramitando pelo Sistema Protweb e paralisados na unidade. Assim, as estagiárias de Direito realizaram análise dos autos, com o objetivo de identificar expedientes que, pela situação fática e jurídica, teriam perdido o objeto, tornando contraproducentes a digitalização e a migração para o Sistema SIGA. Desse modo, após a triagem realizada, foram encaminhados ao Protocolo Administrativo 156 (cento e cinquenta e seis) autos físicos do Sistema PROTWEB, os quais foram migrados para o Sistema SIGA e redistribuídos aos assessores.

Nesse cenário, os dados estatísticos envolvendo a tramitação de processos até 17/11/2023, no aspecto quantitativo, foram:

I – Tramitação de expedientes na CONSU - Período de 1º/01/2022 a 31/12/2022.

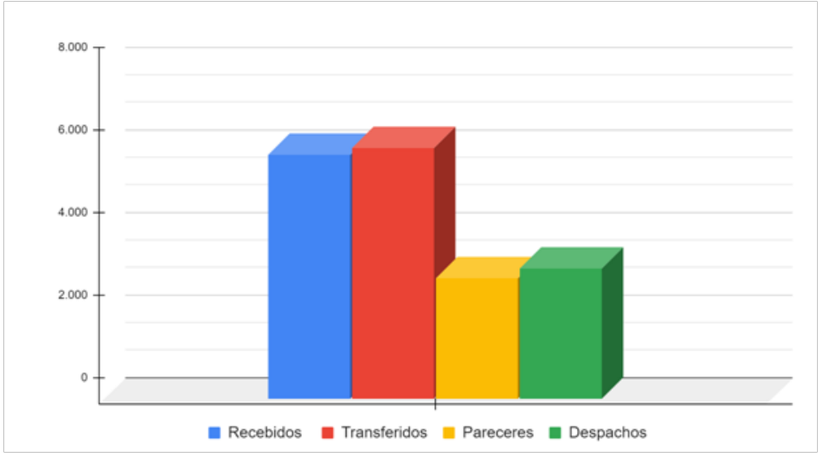
	Recebidos	Transferidos	Pareceres	Despachos
SIGA	5.779	5.673	3.078	1.993
PROTWEB	394	506	41	427
TOTAL	6.173	6.179	3.119	2.420

Tabela 03. Tramitação de Processos CONSU.
Fonte: Sistema SIGA/PROTWEB – Dados até 17/11/2023



II – Tramitação de expediente na CONSU - Período de 1º/01/2023 a 17/11/2023

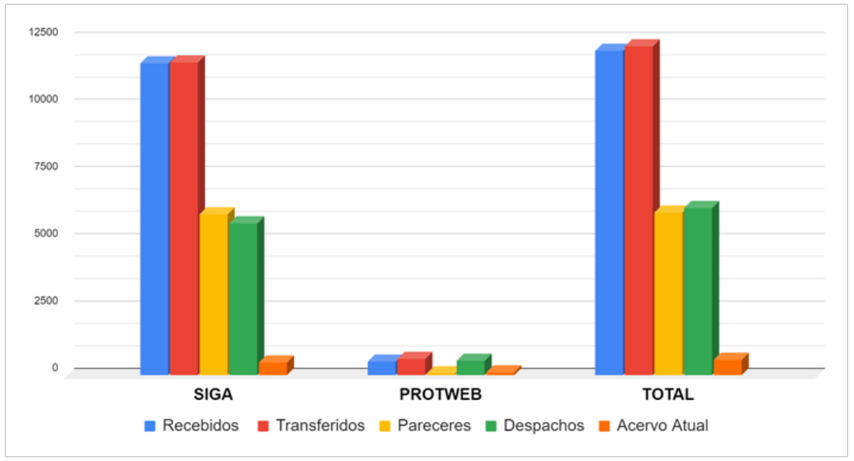
	Recebidos	Transferidos	Pareceres	Despachos
SIGA	5.810	5.971	2.900	3.071
PROTWEB	101	100	17	83
TOTAL	5.911	6.071	2.917	3.154



III – Tramitação de expedientes na CONSU - biênio 2022/2024 (dados até 17/11/2023)

	Recebidos	Transferidos	Pareceres	Despachos	Acervo atual
SIGA	11.589	11.644	5.978	5.666	468
PROTWEB	495	606	58	548	96
TOTAL	12.084	12.250	6.036	6.214	564

Tabela 05. Tramitação de Processos CONSU.
Fonte: Sistema SIGA/PROTWEB, dados até 17/11/2023

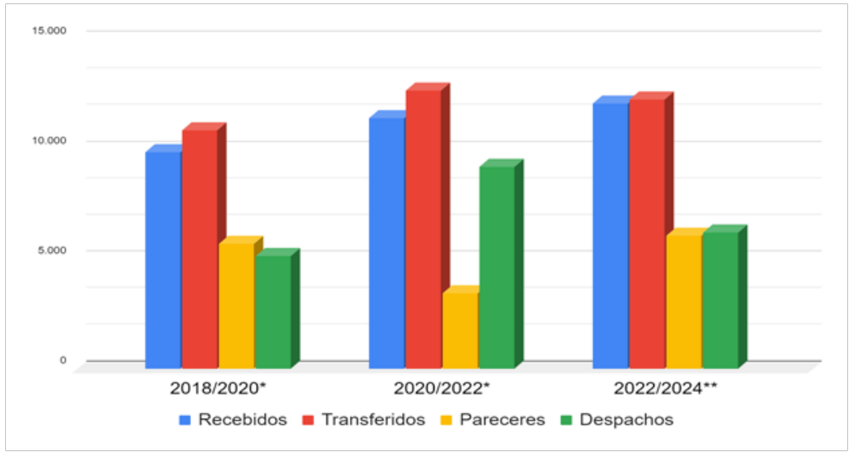


IV -Movimentação expedientes - Biênio 2018/2020, 2020/2022 e 2022/2024 (ATÉ 17/11/2023)

	Recebidos	Transferidos	Pareceres	Despachos	Acervo remanescente
2018/2020*	9.861	10.836	5.696	5.140	1.297 (SIGA)
2020/2022*	11.391	12.641	3.443	9.198	568 (SIGA)
2022/2024**	12.084	12.250	6.036	6.214	564 (SIGA + PROTWEB – até 17/11/2023)

Tabela 05. Tramitação de Processos CONSU.
**Fonte: Relatórios de Gestão publicados no Site do PJBA.*
Disponível em: https://www.tjba.jus.br/portal/relatorio-da-gestao/ . Acesso em: 14/11/2023
*** Fonte: Sistema SIGA/PROTWEB - dados até 17/11/2023*

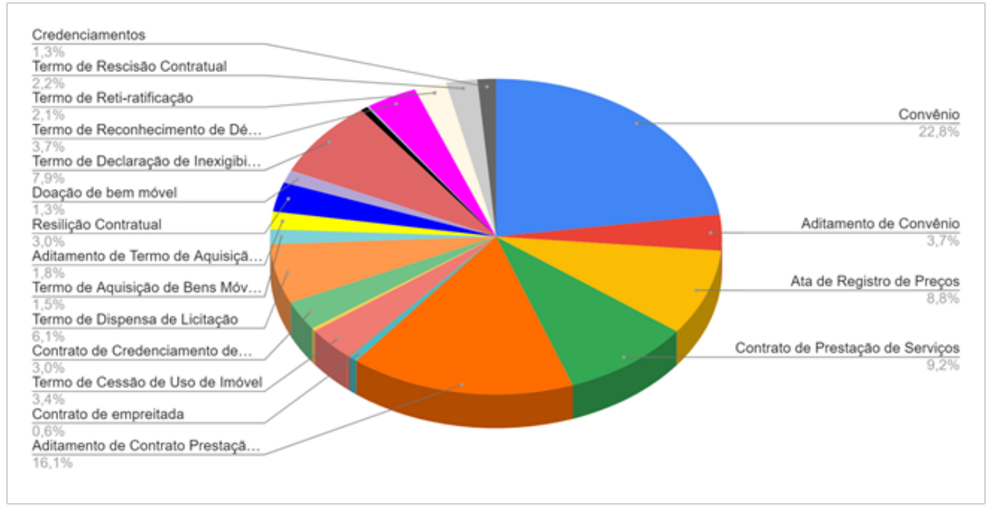
MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL BIÊNIOS 2018/2020, 2020/2022 E 2022/2024



Complementando os dados estatísticos, no biênio 2022/2023, foram elaborados e analisados por este órgão consultivo, até 17/11/2023, 1.598 instrumentos, conforme tabela abaixo:

ATO	QUANTITATIVO
Convênio	377
Aditamento de Convênio	61
Ata de Registro de Preços	146
Contrato de Prestação de Serviços	153
Aditamento de Contrato Prestação de Serviços	267
Contrato de empreitada	10
Aditamento de Contrato de Empreitada	4
Termo de Cessão de Uso de Imóvel	56
Aditamento de Cessão de Uso	5
Contrato de Credenciamento de Consignatárias	50
Termo de Dispensa de Licitação	101
Termo de Aquisição de Bens Móveis	25
Aditamento de Termo de Aquisição de Bens Móveis	30
Resilição Contratual	50
Doação de bem móvel	22
Termo de Declaração de Inexigibilidade	131
Contrato de Locação de Imóveis	9
Comodato	2
Termo de Reconhecimento de Débito	61
Termo de Permissão de Uso	3
Termo de Retirratificação	35
Termo de Rescisão Contratual	37
Credenciamentos	22
TOTAL	1.657

Fonte: Banco de dados registrado no setor até 17/11/2023



III – AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA CONSULTORIA JURÍDICA

- Migração de 156 processos do Sistema PROTWEB para o Sistema SIGA.

- Foram realizadas alterações nos fluxos da Secretaria para atendimento ao público e rotinas diárias.

- Foi criado fluxo para recebimento/leitura do e-mail institucional.

- Foram criados fluxos de distribuição de processos administrativos, alternando as matérias entre os assessores, utilizando novos critérios, dentre eles, analisando perfil e especialização de cada servidor, colimando propiciar maior equanimidade no quantitativo de processos e na qualidade da emissão dos pareceres jurídicos.

- Foi criada pasta na "Psyche" para o controle e o arquivamento de atos da Secretaria que passou a armazenar, digitalmente, documentos e dados relevantes do setor, tais como termos de assunção, documentos dos assessores, ofícios recebidos, ofícios emitidos etc.

- Foram organizadas pastas na "Psyche" para o registro e o armazenamento de dados de interesse da CONSU, com acesso a todos, constando, de forma organizada, informativos do Supremo Tribunal Federal; informativos do Superior Tribunal de Justiça; informativos do Tribunal de Constas da União; pareceres sistêmicos e normativos da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia; pareceres normativos, sistêmicos ou referenciais emitidos pela CONSU; pareceres de outros órgãos relevantes; normativas do Conselho Nacional de Justiça; dentre outros.

- Em consonância com o Enunciado n. 10 de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União, foi criada pasta na "Psyche" com o armazenamento eletrônico das manifestações jurídicas aprovadas e liberadas pela Chefia, viabilizando o acesso a todos os integrantes da equipe, primando pela transparência e pela impessoalidade.

- Inserção da CONSU no Decreto Judiciário nº 494, de 04 de julho de 2022, após solicitação à Presidência, para disponibilidade de vagas de estagiários de pós-graduação.

- Relotação de servidores efetivos com especialização e experiência na área de Direito Público.

- Realização de termo de convênio para a cessão de servidora com expertise em Direito Previdenciário.

- Encontra-se em fase de conclusão a elaboração da *Coletânea de Atos Normativos* que contempla a compilação das principais normativas utilizadas pelos assessores na fundamentação jurídica dos pareceres, contemplando mais de 68 (sessenta e oito) temas identificados como relevantes, voltados às temáticas mais recorrentes.

- Encontra-se em fase de conclusão o *Manual de Procedimento da CONSU*, no qual constarão os seguintes aspectos: assunto/matéria; definição do instituto jurídico; setor de origem; setor destino; documentação necessária para instruir o processo (checklist dos documentos); previsão normativa; e modelo básico/padrão do parecer jurídico.

- Foram elaboradas minutas padrões de pareceres das seguintes matérias: doação de bem móvel; reembolso de despesas; indenização de férias a magistrados aposentados; indenização de férias a servidores ativos; indenização de férias a servidores inativos; levantamento de valores por herdeiros; conversão de licença-prêmio em pecúnia; abono de permanência; estabilidade funcional; dentre outros.

- Realização de força-tarefa para dar movimentação e prioridade aos processos paralisados, há mais de 90 (noventa dias), na unidade e/ou com interessado idoso, com a finalidade de respeitar a prioridade legal, conseguindo dar movimentação a mais de 250 expedientes que se encontravam nessa circunstância.

- Aquisição de novas estações de trabalho.

- Substituição dos computadores antigos por novas máquinas.

- Eliminação de uso de copos descartáveis, com a instalação de dois bebedouros.

- Reestruturação do espaço físico para acolher estagiários e novos assessores.

- Realizou reuniões com diversos setores internos colimando aprimorar a interlocução e a orientação acerca dos procedimentos administrativos, sobretudo quanto à instrução processual para dar maior celeridade aos processos e segurança no opinativo jurídico. À guisa de ilustração, citem-se os encontros com representantes da Comissão de Sanções Administrativas (CPSA), do Grupo de Monitoramento e Acompanhamento e fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), da Coordenação de Assuntos Previdenciários (CPREV), da Diretoria de Recursos Humanos (DRH), da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), da Controladoria do Judiciário (CTJDU); dentre outros.

- Foram realizadas reuniões com o Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINTAJ), o Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINPOJUD) e a Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB).

- Encontra-se em fase de conclusão a elaboração de minutas dos seguintes atos normativos: regulamentação de procedimentos e uniformização jurídica da CONSU; contratação direta por pequeno valor pelo PJBA; locação de imóveis; e serviços técnicos especializados.

- Participa dos grupos de trabalhos instituídos para elaboração de minutas padronizadas de editais de procedimentos licitatórios e contratos administrativos firmados pelo regime da nova Lei de Licitações e Contratos.

Participação em Comitê e Grupos de trabalho

A Consultoria Jurídica da Presidência, em 2022, exerceu um papel de protagonismo no Comitê para avaliação e melhoria constante dos atos normativos internos, instituído pelo Ato Conjunto nº 01/2020 (DJE nº 2.551, de 30/01/2020), participando de todas as reuniões e acompanhando todo o processo de implementação da Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), seja na elaboração das novas normativas internas, seja na construção dos novos fluxos de processos, minutas padronizadas e assessoramento na realização de procedimentos licitatórios como projeto-piloto.

Foi destaque na participação da elaboração do Decreto Judiciário n. 33, de 18 de janeiro de 2022, que disciplinou o regime de transição para a integral aplicabilidade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo citado, nacionalmente, pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 0507-11/23 (TC 000.586-2023-4), face ao pioneirismo quanto à instituição de marcos temporais acerca da vigência dos regimes jurídicos aplicáveis aos procedimentos licitatórios.

A atuação da CONSU no Grupo de Trabalho foi objeto de exposição no “I Simpósio Baiano da Lei nº 14.133/21” e “VIII Congresso Baiano de Controle Interno”, ocorridos nos dias 18 e 19 de maio de 2023, na cidade de Porto Seguro.

A CONSU esteve presente em diversas reuniões com unidades administrativas que participam, direta ou indiretamente, das contratações públicas do Poder Judiciário baiano, orientando-as acerca das novas exigências legais, analisando os fluxos anteriores e apontando as alterações que precisarão ser instituídas, além de promover discussões relevantes para atender às novas diretrizes.

Em continuidade, participou, ativamente, da atualização das normas do regime de transição para a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal n. 14.133/2021), por meio do Decreto Judiciário n. 349, de 19 de abril de 2023, face às mudanças trazidas pela Medida Provisória n. 1.167, de 31 de março de 2023. E, por fim, na edição do Decreto Judiciário n. 722/2023.

Foi, também, uma das unidades a colaborar com a edição do Decreto Judiciário n. 560/2023, que estabelece procedimentos para o pagamento das despesas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, incluindo regras quanto à ordem cronológica de pagamento exigida pela Lei n. 14.133/2021.

Além disso, objetivando garantir a gestão por competência, exigida tanto pela Lei n. 14.133/2021 quanto pela Resolução CNJ n. 347/2020, a CONSU contribuiu para que fosse realizada contratação com empresa especializada para ministrar o Curso “Implantação da Nova Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021", com expediente de 148 horas/aulas, contando com ampla participação de servidores da área administrativa, ou seja, com mais de 350 participantes, sendo que os assessores da CONSU, mesmo que não atuando diretamente com o Tema “Licitações e Contratos”, participaram da capacitação.

A Consultoria Jurídica tem representantes no Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto Judiciário n. 823/2023, visando promover o cumprimento do plano de ação alusivo à elaboração de ato normativo em observância à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação no Poder Judiciário e no Fórum Permanente da Pessoa com Deficiência.

Capacitações e aprimoramento da equipe

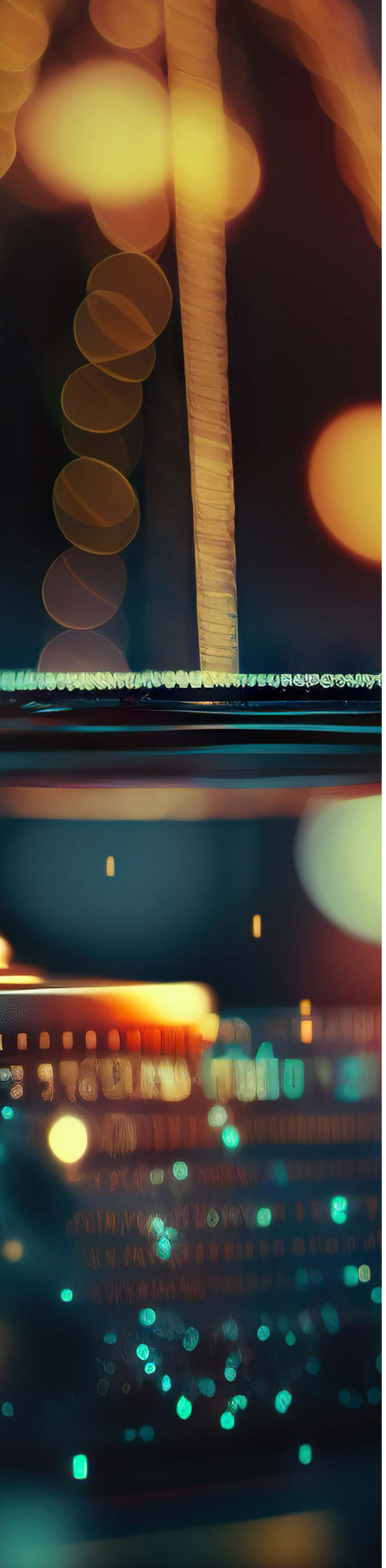
A equipe da Consultoria Jurídica da Presidência participou de capacitações promovidas pela Universidade Corporativa Ministro Hermes Lima (UNICORP), em diversos cursos promovidos ao longo do biênio, tais como:

- Capacitação Continuada formação, atualização e aperfeiçoamento para agentes de controle interno;
- Aspectos Gerais do Regime Próprio de Previdência na Constituição do Estado da Bahia;
- Curso de Gestão de Pessoas;
- Capacitação – Nova Lei de Licitações no Tribunal de Contas do Estado da Bahia;
- Curso de Gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias;
- Curso de Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e Licitações Sustentáveis;

- Curso “Implantação da Nova Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021;
- Curso de Técnica Legislativa;
- Simpósio Nacional sobre LGPD no Poder Judiciário;
- Treinamento sobre Jurimetria para Administração de Tribunais;
- Encontro Nacional da Rede de Governança do Poder Judiciário, com participação da Chefia da CONSU como debatedora na Mesa Redonda – Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

Assim, a Consultoria Jurídica da Presidência apresenta, neste Relatório, parte das entregas das atividades desenvolvidas no biênio que, em breve, se encerrará. É certo que nem tudo que se almejou implementar foi possível, diante das urgências e das volumosas demandas do cotidiano; no entanto, não há qualquer dúvida de que toda equipe se esmerou em desenvolver com dedicação e responsabilidade a função de assessoramento técnico-jurídico, primando, sobretudo, pela transparência dos princípios constitucionais regentes da Administração Pública e pela fidelidade a essas proposições, sempre pautando nos valores da probidade, da ética, da coragem e da eficiência, com o propósito de bem cumprir a missão institucional atribuída a este órgão consultivo.

TATIANY DE BRITO AMALHO
Chefe da Consultoria Jurídica da Presidência



NÚCLEO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – NAF

O Núcleo de Arrecadação e Fiscalização é o órgão competente para a gestão do sistema de arrecadação e cobrança das taxas cartorárias, emolumentos e outras receitas originárias dos serviços judiciais, notariais e de registro, delegados ou oficializados, pertencentes ao Poder Judiciário do Estado da Bahia, e executa suas atividades de acordo com suas competências regimentais, por meio de sua assessoria técnica e suas unidades administrativas vinculadas:

- Coordenação de Arrecadação – COARC
- Coordenação de Orientação e Fiscalização – COFIS
- Central de Custas Judiciais – CCJUD

Objetivo Estratégico

M12.5. Reduzir, anualmente, a taxa de evasão das receitas advindas de arrecadação própria até 2026 em ao menos 10 pontos percentuais.

Principais Demandas Estratégicas

- Otimização dos processos de arrecadação própria
- Orientação e fiscalização dos atos praticados nos cartórios judiciais e extrajudiciais

Iniciativas adotadas na atual gestão para alcance do objetivo estratégico

Destacamos as principais iniciativas para o alcance do objetivo estratégico traçado, qual seja, a redução da taxa de evasão de receitas:

1. desenvolvimento de novo sistema de arrecadação cujo projeto foi aprovado na Reunião de Alinhamento Estratégico (RAE), com previsão de entrega para o 1º semestre de 2024;

2. estudo técnico para alteração da sistemática arrecadatória do Tribunal de Justiça, com a substituição do DAJE por boleto bancário, bem como para previsão de pagamento via PIX;

3. ampliação da rede arrecadadora do Tribunal de Justiça da Bahia, com o credenciamento de mais um banco arrecadador;

4. ampliação da orientação e da fiscalização às Unidades de 1º e 2º Graus;

5. reedição do Projeto Recolher Legal em 2022, sob a tutela do NAF, em parceria com a COJE, a UNICORP, a DPG, a ASCOM e a SETIM;

6. adoção de providência para coibir a evasão de receita por fraude processual, com a emissão do DAJE vinculado ao processo judicial;

7. estudo técnico para a alteração da Tabela de Taxas Cartorárias.

Prêmio Melhores Projetos do Biênio 2022/2024

O Projeto PLN-NAF-Aprimoramento da Gestão e Fiscalização da Arrecadação foi habilitado a concorrer ao Prêmio Melhores Projetos do Biênio 2022/2024 e será avaliado utilizando-se os

critérios objetivos e qualitativos, conforme o Decreto Judiciário nº 645, art. 2º, de 18 de agosto de 2023. Nesse Projeto, estão contemplados o Sistema de Custas Remanescentes (SCR) e o Sistema de Fiscalização (FISCO).

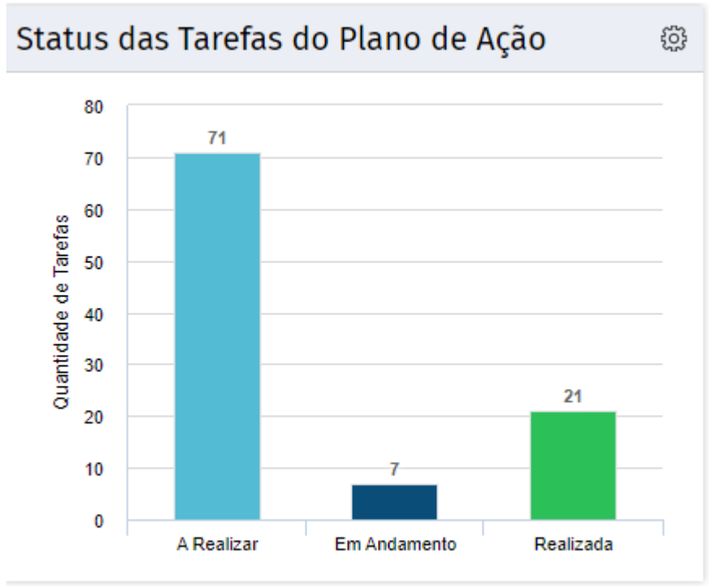
COORDENAÇÃO DE ARRECADAÇÃO – COARC

A COARC é a unidade responsável por administrar o sistema de arrecadação das custas cartorárias e demais receitas dos cartórios judiciais e extrajudiciais, orientar, analisar e deliberar sobre os processos de restituição de custas cartorárias e repasses de emolumentos, atendimento a todas as unidades judiciais e extrajudiciais, público interno e externo (advogados e contribuintes) de todo o Brasil referente à transferência e à emissão de DAJEs, consultas processuais de expedientes administrativos, entre outros.

Desempenho da Gestão e Resultados em 2022/2023

1. Projeto em Andamento – RAE

FICHA TÉCNICA		
	Nome do Projeto	**Implantação de Novo Sistema de Arrecadação.**
	Unidade Demandante	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização.
	Status	Em andamento.
	Escopo	Implantar Sistema de Controle e Gestão de Receitas Próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, até junho de 2024.
	Última Ação	Avaliação de Requisitos Funcionais pela COSIS
	Entregas Realizadas	Levantamento dos Requisitos Funcionais

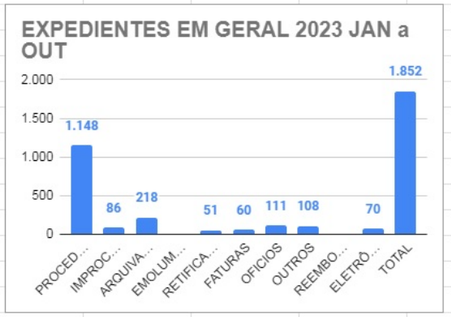


(http://ppm.tjba.jus.br/pm/#/project/5133004/channel/5003005), em 07/11/2023.

2. Movimentação de Processos Administrativos por exercício

EXPEDIÊNTES EM GERAL 2022	
PROCEDÊNCIA	1.645
IMPROCEDÊNCIA	121
ARQUIVAMENTO	229
EMOLUMENTOS	30
RETIFICAÇÃO	81
FATURAS	66
OFICIOS	193
OUTROS	133
REEMBOLSO CARTÓRIO	7
ELETRÔNICOS	387
TOTAL	2.892

EXPEDIÊNTES EM GERAL 2023 JAN A OUT	
PROCEDÊNCIA	1.148
IMPROCEDÊNCIA	86
ARQUIVAMENTO	218
EMOLUMENTOS	
RETIFICAÇÃO	51
FATURAS	60
OFICIOS	111
OUTROS	108
REEMBOLSO CARTÓRIO	
ELETRÔNICOS	70
TOTAL	1.852



3. Gerenciamento de Contratos Administrativos

3.1. Credenciamento nº 01/2018

DESEMBOLSO X REDE ARRECADADORA DO TJBA 2022/2023					
BANCO BRADESCO		**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**		**BANCO DO BRASIL**	
Contrato 02/2019-S		**Contrato 64/18-S**		**Contrato 65/19-S**	
2022	R$3.096.698,88	2022	2.649.468,48	2022	2.307.640,24
2023*	R$2.651.090,12	2023*	2.255.503,32	2023*	1.745.699,48
Total:	**R$5.747.789,00**	**Total:**	**4.904.971,80**	**Total:**	**4.053.339,72**

** Os valores referentes ao exercício 2023 compreendem os meses de janeiro a setembro.*

3.2. Credenciamento em andamento

Banco do Nordeste do Brasil S.A - Processo Administrativo nº 2018/63581. Homologação publicada no DJE nº 3.447, de 07 de novembro de 2023.

3.3. Convênios de Cooperação Técnica sem ônus financeiro

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Contrato nº	**74/22**
Objetivo	Tornar mais céleres os registros junto aos Cartórios de Registro de Imóveis de imóveis pertencentes aos programas sociais no âmbito do Governo Federal. Prorrogação por mais 12 (doze) meses, mediante o Termo Aditivo nº 11/2023-AC, publicado no Diário nº 3368, de 10 de Julho de 2023.
Contrato nº	**75/22**
Objetivo	Proporcionar celeridade na instrução dos processos administrativos de restituição de custas, por meio de sistemática para a recuperação dos valores do DAJE que são rateados com diversos entes. Prorrogação por mais 12 (doze) meses, mediante o Termo Aditivo nº 07/2023-AC, publicado no Diário nº 3348, de 07 de Junho de 2023.

4. Sistemas Administrativos

4.1. Em andamento

- Novo sistema de arrecadação que engloba um novo portal de emissão de guias para os usuários dos serviços judiciais e extrajudiciais, com prazo final de entrega previsto para junho de 2024.
- Módulo de atendimento eletrônico para cadastro de Delegatários, Interventores e Interinos, por meio do Service Desk, junto ao Sistema Selo Digital e ao Portal Eletrônico, retirando do esse tipo de atendimento dos nossos e-mails, com o objetivo de obtermos um maior controle sobre esse tipo de demanda.

4.2. Em estudo técnico, proposta de solução para adequação aos dispositivos legais:

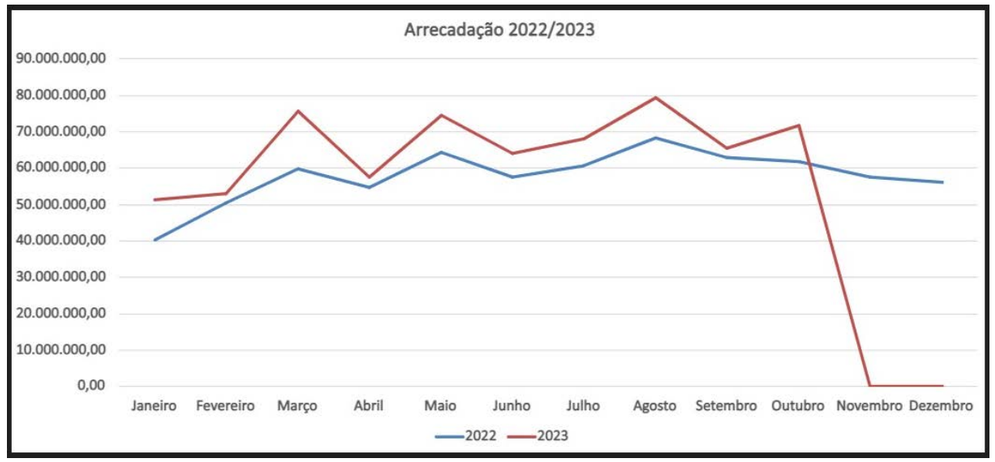
- Lei do Agronegócio – Processo Administrativo 2020/39977;
- Lei Complementar 123/2006 (Protesto) – Processo Administrativo 2022/11750;
- Operador Nacional de Registros – Processo Administrativo 2022/10028;
- Tabela de Custas – Processo Administrativo 2023/48900.

5. Arrecadação

Foram implementados novos relatórios gerenciais diários possibilitando avaliações mais precisas da arrecadação judicial ou extrajudicial, auxiliando na emissão de relatórios base para Lei de Diretrizes Orçamentárias, a chamada LDO, projeção de arrecadação por faixa para os exercícios seguintes, estimativa de receita do Poder Judiciário, resumo geral de receita por unidade, dentre outros, com a emissão de boletins diária e mensal para o acompanhamento da arrecadação pela Administração.

5.1. Boletim Anual de Arrecadação

Quadro comparativo da evolução da arrecadação no período de 2022 e de janeiro a outubro de 2023:



Fonte: COARC/NAF

COORDENAÇÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COFIS

Cabem à COFIS a orientação e a fiscalização do correto recolhimento das Taxas Judiciais e Extrajudiciais pertencentes ao Poder Judiciário do Estado da Bahia. Para tanto, implementam-se ações preventivas e ganhos de efetividade, por meio de orientações a contribuintes, operadores do direito, servidores, magistrados e demais usuários. Além disso, há a fiscalização do cumprimento das normas e dos procedimentos relacionados às taxas no âmbito das serventias judiciais e extrajudiciais, bem como o assessoramento à Administração Superior sobre questões relacionadas às suas atribuições regimentais.

Desempenho da Gestão e Resultados

1. Fiscalização

Foram realizadas fiscalizações nos cartórios judiciais e extrajudiciais, com ênfase nas Varas Criminais e Cíveis, objetivando a redução dos riscos de evasão e o aumento na arrecadação dos cartórios, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO	2022	2023	%
Cartórios judiciais	142	309	117
Cartórios Extrajudiciais	49	58	18
Total	**191**	**366**	**91**

Fonte: Sistema Fisco

Observa-se um incremento de 91% no quantitativo dos procedimentos de fiscalização nos cartórios judiciais e extrajudiciais no comparativo entre os exercícios de 2022 e 2023, sendo impulsionado pelo aumento de 117% nos cartórios judiciais cíveis e criminais, o que otimizou a arrecadação das custas judiciais deste Poder Judiciário e repercutiu substancialmente.

Salienta-se que o incremento de 16% no quantitativo de procedimentos de fiscalização em cartórios extrajudiciais foi motivado pelas demandas especiais da Coordenação de Arrecadação (COARC), quando verificado o descumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias, especialmente da Corregedoria-Geral e da Corregedoria do Interior, em decorrência de perda de delegação e processos administrativos disciplinares instaurados em desfavor de delegatários, com indícios de evasão de taxas cartorárias.

2. Recuperação de Receita

Além dos efeitos preventivo e orientativo, as ações fiscalizatórias proporcionaram recuperação de receitas de taxas cartorárias, conforme quadro a seguir.

RECEITAS ORIUNDAS DAS FISCALIZAÇÕES

EXERCÍCIO	2022	2023
Fiscalizações	345.555,83	365.526,62
Inscrição na Dívida Ativa	3.195,73	24.636,28
R$ Total	348.751,56	390.162,90

Fonte: Sistema Fisco e Selo Digital

As ações de fiscalização nos cartórios judiciais e extrajudiciais resultaram na recuperação de receita de taxas cartorárias para o Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA), com incremento de 12% no comparativo entre os exercícios 2022 e 2023. Ressalta-se que as fiscalizações judiciais, com caráter preventivo, representaram as atividades pautadas nos processos em andamento e sentenciados, visando minimizar riscos de evasão de receita e reduzir as custas pendentes e de recolhimentos ao final do processo. Os débitos inscritos na dívida ativa tiveram substancial incremento.

3. Orientação

Essas atividades de orientação aos usuários em geral sobre a Lei de Taxas e Emolumentos do Estado da Bahia e procedimentos de cobrança foram realizadas por meio de plantões fiscais e emissões de Pronunciamentos Técnicos, conforme Decreto Judiciário nº 774/2021:

Plantão fiscal (2022-2023)	Total
Pronunciamentos Técnicos	51
Atendimentos por e-mail	2.083
Atendimentos por telefone	5.605

4. Outras atividades de assessoria e contribuição em programas e ações da Administração.

- Realização de estudos técnicos para subsidiar projeto de alteração da tabela de taxas judiciais e extrajudiciais, inclusive analisando e discutindo as sugestões enviadas por órgãos do TJBA e instituições representativas dos cartórios extrajudiciais.

- Suporte ao funcionamento do Sistema Selo Digital e do Portal do DAJE, sugerindo ajustes e melhorias com ênfase nos controles para a fiscalização, objetivando facilitar a emissão das guias pelos usuários, bem como solicitar alterações em decorrência das modificações na Tabela de Custas.

- Participação na Comissão para a elaboração do novo Código de Normas e Procedimentos dos Serviços Extrajudiciais, conforme Portaria Conjunta nº CGJ/CCI10/2022-GSEG, visando contribuir com alterações de dispositivos do referido código consoante a legislação tributária.

- Suporte à Corregedoria-Geral e à Corregedoria do Interior em assuntos relacionados aos Serviços Extrajudiciais, especialmente no que tange à aplicação da Lei Estadual de Custas Cartorárias e sua correlação com o Código de Normas e Procedimentos.

- Melhoramento das funcionalidades do Sistema FISCO em relação ao controle e à automação das fiscalizações das custas cartorárias, em parceria com a SETIM.

- Capacitação, orientação e fiscalização do recolhimento das custas processuais no âmbito do 2º Grau, ressaltando a natureza preventiva e educativa das fiscalizações realizadas em 2022.

- Mapeamento de requisitos de negócio para a implantação do novo sistema de arrecadação, em parceria com a COARC.

- Melhoramento das funcionalidades do Sistema FISCO em relação ao controle e à automação das fiscalizações das custas cartorárias, em parceria com a SETIM.

- Fiscalização e orientação do recolhimento das custas processuais no âmbito das Varas Criminais no âmbito 1º Grau, realizadas em 2023.

- Suporte técnico ao Mutirão de Custas Remanescentes, realizado em setembro/22.

- Otimização da comunicação com o público externo com a divulgação de orientações gerais sobre recolhimento das custas processuais e preenchimento do DAJE, no Portal do TJBA.

- Elaboração de relatórios para subsidiar a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) acerca das fiscalizações das taxas cartorárias realizadas pela COFIS.

CENTRAL DE CUSTAS JUDICIAIS – CCJUD

À CCJUD compete o assessoramento das serventias judiciais quanto ao cálculo das taxas, das custas e das despesas judiciais, em autos findos e com sentença judicial transitada em julgado, apurado mediante o Sistema de Custas Remanescentes (SCR); encaminhamento dos débitos decorrentes do inadimplemento de taxas, custas e despesas judiciais remanescentes, para protesto extrajudicial e/ou inscrição na Dívida Ativa estadual, bem como o acompanhamento da recuperação de crédito, entre outros.

Desempenho da Gestão e Resultados (1º.01.22 a 16.1023)

1. Processos Analisados por Sistema Judicial

Sistema Judicial	Nº de Processos Lançados no SCR
PROJUDI	10.222
E-SAJ	6.726
PJE	471
SAIPRO	6
Total de Processos Lançados no SCR	**17.425**

2. Encaminhamentos

	2022		2023	
	Quantidade	**Valor R$**	**Quantidade**	**Valor R$**
SEFAZ	1.961	R$ 2.794.638,64	2.300	R$ 3.326.555,76
Prostesto Extrajudicial *	1.547	R$ 2.496.148,94	3.167	R$ 5.293.217,12
Notificações **	5.007	-	4.689	-

*Fonte: * CENPROT e ** CCJUD*

3. Dados da Arrecadação Originária de Custas Remanescentes Apurados por meio do Sistema de Custas Remanescentes

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CRÉDITO
Termo de Cooperação Técnica nº 64/20-C celebrado entre o IEPTB-BA e TJBA

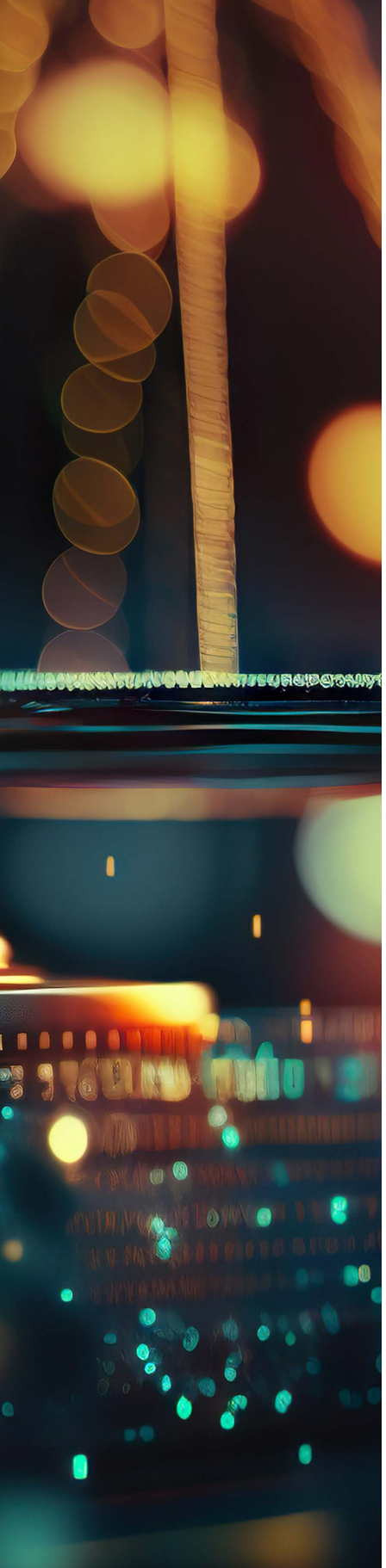
Situação	Quantidade	Valor
Títulos criados pela CCJUD	4.714	R$ 7.789.366,06
Títulos em Protesto	4211	R$ 6.967.156,60
Títulos pagos	253	R$ 335.067,65

Fonte: CENPROT

4. Outras ações

- Participação na reedição do Projeto Recolher Legal, ano de 2022, prestando suporte às unidades judiciárias durante todo o processo de capacitação e mutirão de custas remanescentes, analisando 399 processos lançados no Sistema de Custas Remanescentes (SCR), relativos aos Sistemas Judiciais e-SAJ, PROJUDI, SAIPRO e PJE, e gerando 574 notificações de cobrança administrativa de débito ao responsável tributário.

- Atuação no Procedimento Operacional Padrão (POP), projeto-piloto da 5ª VSJE de Defesa do Consumidor da Comarca de Salvador. A CCJUD analisou 893 processos do Sistema Judicial PROJUDI, no período de 13/06 a 28/06/23.
- Atuação, como unidade cartorária, conforme Ato Conjunto nº 14/2019, nas Semanas de Sentenças e Baixas Processuais.
- Suporte técnico, remoto e/ou presencial, permanente, ao público externo (partes e advogados) e interno (servidores e magistrados).
- Integração do SCR ao banco de dados da Receita Federal, permitindo que as notificações endereçadas aos responsáveis tributários sejam mais eficazes.
- Recepção de representantes do Tribunal de Justiça do Piauí para apresentação do Sistema de Custas Remanescentes (SRC), in loco.
- Reunião com Diretores de Secretaria para discussão de boas práticas nos cartórios, objetivando o aumento da arrecadação e o saneamento de processos na fila para a Central de Custas Judiciais.



CONTROLADORIA DO JUDICIÁRIO

O presente Relatório de Gestão tem como finalidade apresentar as principais atividades realizadas pela Controladoria do Judiciário, bem como pela Coordenação de Auditoria do Poder Judiciário, durante o Biênio 2022-2024.

Diante da necessidade de extração, análise, compilação de dados e informações, bem como do atendimento ao prazo e dos termos estabelecidos mediante o Ofício nº 038/2023/GP/SGP, datado de 05/10/2023, findamos por estabelecer como data de "corte" o período compreendido entre **1º/01/2022 até 30/10/2023**, para detalhamento das atividades e das ações a serem tratadas no presente Relatório.

1. DA ESTRUTURA DA CONTROLADORIA

Preliminarmente, registramos que a Controladoria do Judiciário (CTJUD), em sua estrutura organizacional, até a data de 13/09/2023, era integrada por um Gabinete com assessoria técnica e uma Coordenação de Auditoria (COAUD), órgão independente, ambos atinentes ao exame e à avaliação da adequação, da eficiência e da eficácia do Sistema de Controle Interno.

Com o advento das Resoluções nº 308/2020 e nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a Assessoria Especial da Presidência foi notificada pelo CNJ, mediante o Pedido de Providência nº 0002788-11.2023.2.00.0000, com o objetivo finalístico de que este Tribunal de Justiça envidasse os esforços necessários para o cumprimento de várias demandas e, sobretudo, para o fiel atendimento as citadas Resoluções, as quais preveem, dentre outras questões, o aprimoramento e a reestruturação da Coordenação de Auditoria do Judiciário, unidade integrante da Controladoria do Judiciário.

Em 09/05/2023, registre-se que foi recepcionado nesta Unidade de Controle Interno o TJ-COI nº 2023/11492, oriundo da Assessoria Especial da Presidência II, para atender ao quanto definido no item 31 (I), do expediente decorrente da Reunião de alinhamento ocorrida em 05/05/2023, que determinou as Unidades CTJUD, SEPLAN, SGP, CGPRES e COAUD, no âmbito do Processo TJ-COI-2023/11942, a expedição de ofício à Presidência para adequação da estrutura organizacional do Tribunal de Justiça da Bahia, segundo transcrição a seguir:

> "Item 31 – 'I', CTJUD para que no prazo de 120 dias, promova a adequação da estrutura organizacional, a fim de atender às diretrizes estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 308/2020 e nº 309/2020". (Fonte: fl.16 do TJ-COI 2023/11942)

Por conseguinte, a CTJUD e a COAUD apresentaram ao Presidente do TJBA uma minuta de projeto de reestruturação das referidas unidades (TJ-COI nº 2023/24229) para atendimento ao quanto requerido no sobredito expediente da AEPII.

A referenciada proposta de Reestruturação foi apreciada pela Alta Administração que, por sua vez, realizou alguns ajustes e, em ato contínuo, a encaminhou para a Comissão de Reforma deste Poder Judiciário.

Insta ressaltar que, paralelamente, foi editado o Decreto Judiciário nº 663, de 28/08/2023, de lavra do Excelentíssimo Presidente, com o objetivo de atender ao quanto estabelecido na citada Proposta de Estruturação da CTJUD e da COAUD, vinculando a COAUD diretamente à Presidência do Poder Judiciário e, em ato contínuo, encaminhado ao Tribunal Pleno, tendo sido referendado, à unanimidade, em 13/09/2023.

Nesse talante, registre-se que, dentre as principais questões apresentadas na referida proposta de estruturação, destacamos as seguintes, conforme quadro abaixo.

I - Manutenção da Controladoria do Judiciário e Criação da Auditoria Interna do Judiciário:

a) a mudança de status das atividades de Auditoria Interna nos órgãos do Poder Judiciário;

b) alterações para assegurar a independência dessas atividades;

c) criação das Unidades de Coordenação de Acompanhamento de Gestão (COAGE) e da Coordenação de Riscos e Integridade (CORIN), com vistas ao bom desempenho das competências administrativas atribuídas à Controladoria; e

d) criação das Unidades de Coordenação de Auditoria e Governança Institucional e de Gestão Administrativa (COAGG) e da Coordenação de Auditoria de Gestão de Pessoas e de Tecnologia (COAPI), com vistas ao bom desempenho das competências administrativas atribuídas à Auditoria Interna do Judiciário.

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
PROPOSIÇÕES	
A presente proposta de atualização do Regimento Interno tem como objetivo, também, possibilitar a efetivação de uma reestruturação organizacional com intuito de garantir o constante aperfeiçoamento dos órgãos de Apoio Técnico Administrativo do TJBA, bem como sua eficiência e eficácia na efetividade de suas entregas.	
1. **Controladoria do Judiciário - CTJUD**	Criação das unidades a) Coordenação de Acompanhamento de Gestão - COAGE; e b) Coordenação de Riscos e Integridade – CORIN - com vistas ao bom desempenho das competências administrativas atribuídas à Controladoria. De forma subseqüente, criação dos cargos de chefia correlatos, com o objetivo de, sob parâmetros de equanimidade, equiparar a retribuição pecuniária percebida pelas chefias das unidades subordinadas à Controladoria. Manutenção da Controladoria do Judiciário - CTJUD na Presidência - PRES.
2. **Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN**	Criação da Coordenação de Riscos Estratégicos, Pesquisas e Inovação – CORPI, vinculada à Diretoria de Planejamento Estratégico – DPE|SEPLAN.
3. **Vinculação dos órgãos à Presidência**	Devem ser vinculados diretamente à Presidência apenas: Secretarias, Assessorias, GPRES, GSI, COJE, CAPG, NUPEMEC, NACP, CONSU, CTJUD e AUDI.
4. **Auditoria Interna do Judiciário - AUDI**	Criação da unidade de Auditoria Interna - AUDI com as seguintes Coordenações: a) Coordenação de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão Administrativa – COAGG; e da Coordenação de Auditoria de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação - COAPI, com vistas ao bom desempenho das competências administrativas atribuídas à Auditoria. De forma subseqüente, criação dos cargos de chefia correlatos, com o objetivo de, sob parâmetros de equanimidade, equiparar a retribuição pecuniária percebida pelas chefias das unidades subordinadas à Auditoria. Vinculação da Unidade de Auditoria Interna - AUDI à Presidência - PRES

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA CONTROLADORIA

Além do cumprimento das atribuições legais, ao longo do Biênio 2022 até 2024, a Controladoria do Judiciário deu continuidade às atividades de caráter consultivo, a fim de contribuir para a melhoria das práticas administrativas, auxiliando os gestores no cumprimento dos objetivos institucionais, com foco no desenvolvimento de atividades de caráter consultivo, bem como no acompanhamento e no atendimento aos órgãos de controle externo.

Nas atividades de consultoria estão inseridos: o acompanhamento e a interpretação da legislação; as orientações aos gestores e demais servidores nos aspectos concernentes ao gerenciamento de riscos e de controles internos; a centralização do relacionamento com o controle externo; e o aconselhamento à Administração nos assuntos estratégicos da gestão, realizado a partir de solicitações específicas.

Na consecução das preditas funções, **até a data de 30/10/2023 (data da extração das informações no SIGA)**, a Controladoria do Judiciário já havia movimentado, aproximadamente, os seguintes expedientes administrativamente:

Exercícios	Comunicações Internas	Ofícios	Processos Administrativos	Total	Documentos enviados à CTJUD
2022	162	215	407	**784**	**1401**
2023	129	143	434	**706**	**1526**

Destarte, dentre as **PRINCIPAIS ATIVIDADES** desenvolvidas no **Biênio 2022-2024**, destacaram-se as seguintes:

2.1. Acompanhamento e Controles Diversos

a) Acompanhamento e Monitoramento das recomendações e das determinações emitidas pela Tribunal de Contas do Estado da Bahia, por edição de Resoluções e Acórdãos.

b) Acompanhamento, Monitoramento e Controle da Execução das Auditorias ordinárias e extraordinárias realizadas pelo TCE, dentre elas:

Auditorias de Acompanhamento da LRF 1°, 2° e 3° Quadrimestres;
Auditorias de Prestação de Contas;
Auditorias de Acompanhamento do Execução Orçamentária e Financeira;
Auditorias de Contas de Governo;
Auditorias de Acessibilidade dos Prédios Públicos;
Auditorias de Concursos Públicos;
Auditorias de Folha de Pessoal;
Auditorias de Execução dos Contratos.

c) Acompanhamento, monitoramento e orientações às áreas técnicas alusivas às Denúncias tramitadas no TCE em desfavor do TJBA, durante os Exercício de 2022 e 2024.

d) Acompanhamento das solicitações dos órgãos de controle externo, recebendo as solicitações, analisando-as, colhendo informações das áreas e preparando o encaminhamento das respostas, atividade na qual foram promovidos os devidos acompanhamentos de Recomendações proferidas pela Corte de Contas.

e) Acompanhamento acirrado da tramitação de 66 (sessenta e seis) Processos Administrativos perante o Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

f) Acompanhamento dos Julgamentos das Homologações de Aposentadorias dos Servidores integrantes deste Poder Judiciário, as quais foram realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

g) Acompanhamento e Avaliação do cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico 2021-2026, do Poder Judiciário do Estado da Bahia, atuando como responsável direto pela Coleta de 5 (cinco) objetivos: M4.2, M4.3, M9.6, M9.7 e M12.6.

2.2. Participação efetiva em diversas Ações

a) Participação ativa da Controladoria do Judiciário, a título de assessoramento, junto a Comissões/Grupos de Trabalho seguintes:

Nº.	OBJETO	DECRETOS E ATOS NORMATIVOS
01	Comitê de Implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – E-social no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Decreto Federal n. 8.373 de 11/12/2014 (Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – E-social); Resolução n. 1 de 24/06/2015 (Comitê Gestor do E-social); Decreto Judiciário n. 420 de 04/05/2017; e Decreto Judiciário n. 85 de 09/02/2022.
02	Comitê de Governança (CGOV) do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Resolução TJBA n. 12 de 31/08/2016, Decreto Judiciário n. 169 de 08/02/2018 e Decreto Judiciário n. 119 de 14/02/2022.
03	Comitê de Avaliação e Melhoria constante dos Atos Normativos previstos no Ato Normativo Conjunto n. 01 de 29/01/2020.	Ato Normativo Conjunto n. 001 de 29/01/2020; Decreto Judiciário n. 212 de 17/03/2020 e Decreto Judiciário n. 382 de 10/05/2022.
04	Institui Comissão para Estudo e Regulamentação do Fundo de Aparelhamento Judiciário (FAJ).	Decreto Judiciário n. 45 de 28/01/2022.
05	Institui Comissão de Gestão do Portal da Transparência, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Decreto Judiciário n. 744 de 30/11/2021.
06	Núcleo Socioambiental de Justiça do Estado da Bahia.	Ato Conjunto n. 6 de 28/09/2016 e Decreto Judiciário n. 30 de 17/01/2023.
07	Institui Comissão de Prestação de Contas Anual do Poder Judiciário do Estado da Bahia, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, referente ao Exercício de 2022.	Decreto Judiciário n. 802 de 17/11/2022.
08	Institui Grupo de Trabalho para propor Diretrizes à implementação da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) no Poder Judiciário do Estado da Bahia.	Decreto Judiciário n. 32 de 18/01/2023.

b) Participação na criação, na atualização e/ou na revisão geral de Atos Normativos que versam sobre as matérias seguintes.

- Ordem Cronológica de Pagamento; e
- Contratação Direta de Pequeno Valor.

c) Participação na Elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2021-2026, consolidando como indicadores e metas a serem atingidos os seguintes:

- implantar, anualmente, ao menos 1 (uma) boa prática de integridade institucional até 2026;
- implantar, anualmente, ao menos 1 (uma) ação interinstitucional como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a Administração Pública até 2026;
- atender às diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário, de forma incremental, ao menos em 10% (dez por cento) anuais até 2026;
- manter, quadrimestralmente, no patamar de 95% o percentual de cumprimento das metas fiscais e dos limites da LRF até 2026.

d) Participação ativa em todas as Reuniões de Assuntos Estratégicos RAE's realizadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

2.3. Participação da Controladoria do Judiciário em Cursos e Treinamentos

Durante o Biênio de 2022-2024, alguns dos membros que integram a Controladoria do Judiciário participaram de alguns Cursos e/ou Capacitações, dentre eles:

- Curso de Técnica Legislativa;
- Curso de Noções de Noções de programação e Execução Orçamentária e Financeira;
- Curso da Nova Lei de Licitação e Contratação Pública;
- Curso de Planejamento Estratégico para Organizações Públicas;
- Curso de Análise Prática em Processo de Aposentadoria;
- Curso de Regime Próprio dos Servidores Públicos (EC103/2019);
- Curso de Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência;
- Curso de Consultoria em Auditoria;
- Curso de Planejamento de Logística e Licitações Sustentáveis;
- Curso de Processo Administrativo Disciplinar;
- Curso de Implementação do Modelo de Governança no Setor Público;
- Curso de Formação, Atualização e Aperfeiçoamento para Agentes de Controle Interno;
- Curso de Formação de Processos de Pagamento das Unidades Gestoras do TJBA;
- Curso de Atendimento ao Público;
- Curso de Planejamento e Organização Pessoal no Trabalho;
- Curso de Gestão Estratégica com Foco na Administração Pública;

2.4. Participação da Controladoria em Reuniões

Durante o Biênio de 2022-2024, a Controladoria do Judiciário foi convocada para participar de diversas reuniões, as quais foram contabilizadas da seguinte forma:

EXERCÍCIO	QUANTIDADE
2022	118 Reuniões
2023	33 Reuniões
Total	151 Reuniões

2.5. Análise e emissão de Pareceres nos Processos Administrativos de Aposentadoria

Durante o Biênio de 2022-2024, a Controladoria do Judiciário foi convocada pelo Gabinete da Presidência em 10/03/2022 para proceder com a análise e a emissão de Parecer de Conformidade em todos os Processos Administrativos de Ato Aposentador, Revisão de Aposentadoria, bem como nos processos de natureza similar alusivos a Servidores(as), Magistrados(as) e Desembargadores(as) que integram o Tribunal de Justiça da Bahia.

Sendo assim, registre-se que esta Unidade Central de Controle Interno, a partir de 10/03/2022 até a data de 30/10/203 (data de corte para realização do presente Relatório), contabilizou os seguintes Processos Administrativos relacionados com Aposentadoria:

EXERCÍCIO	PROCESSOS ENVIADOS À CTJUD	EMISSÃO DE PARECERES	PROCESSOS EM CURSO
2022	198	95	103
2023	274	201	73

2.6. Acompanhamento do cumprimento dos Índices de Planejamento Estratégicos do Poder Judiciário

A Controladoria promoveu a coleta de dados, mediante expedientes enviados às áreas gestoras do Tribunal de Justiça da Bahia, tendo como base o atendimento ao Artigo 9 da Resolução n. 03, de 24/03/2021, ao estabelecer: *"A Controladoria do Judiciário acompanhará e avaliará o cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico do PJBA"*.

Nesses termos, com o objetivo finalístico de coletar informações referentes às iniciativas das áreas associadas ao Planejamento Estratégico do PJBA 2021-2026 dos seus Macrodesafios, a saber:

- "Implantar, anualmente, ao menos 1 (uma) boa prática de integridade institucional, até 2026" (M4.2);

- "Implantar, anualmente, ao menos 1 (uma) ação interinstitucional como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a administração pública, até 2026" (M4.3);

- "Implantar a gestão de riscos institucionais, assegurando, anualmente, que, no mapeamento de processos das unidades administrativas e judiciais, o tratamento dos riscos identificados seja no patamar mínimo de 90% (noventa por cento) até 2026." (M9.6).

A seguir os dados consolidados fornecidos pelas áreas somados aos processos que os originaram no período de 1º/01/2022 até 31/10/2023. Por oportuno, ressalta-se que os dados do 2º semestre de 2023 não compõem o relatório, pois só serão coletados em janeiro de 2024.

CONTROLE DE EXPEDIENTES ENVIADOS ÀS ÁREAS ADMINISTRATIVAS INTEGRANTES DO TJBA

CONTROLE E TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS DAS ÁREAS						
PERÍODO: 1º SEMESTRE DE 2022						
AREAS	EXPEDIENTES	AÇÕES M4.2	AÇÕES M4.3	AÇÕES M9.6	AÇÕES M9.7	AÇÕES M12.6
SETIM	TJ-OFI-2022/04763	A=0 B=0	A=0	A=0	0	0
SEAD	TJ-OFI-2022/04764	A=1	1	A=1	0	0
SEPLAN	TJ-OFI-2022/04767	0	0	A=0	0	0
SEGESP	TJ-OFI-2022/04768	A=1	0	A=0	0	0
SGP	TJ-OFI-2022/04769	A=1	0	A=0	0	0
SEJUD	TJ-OFI-2022/04765	0	0	A=0	0	0
COAUD	TJ-OFI-2022/04770	A=1	A=1	A=2	A=1 B=1	0
UNICORP	TJ-OFI-2022/04773	A=1	A=1	A=2	0	0
CTJUD						A=3 B=3
	TOTAL	A=5	A=3	A=5	A=1 B=1	A=3 B=3
M4.2 – Implantar, anualmente, ao menos 1 boa prática de integridade institucional, até 2026.						
M4.3 – Implantar, anualmente, ao menos 1 ação interinstitucional como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a administração pública, até 2026.						
M9.6 – Implantar a gestão de riscos.						
M9.7 – Atender diretrizes de Auditorias Internas.						
M12.6 – Cumprir metas da LRF.						

Período: 1º Semestre 2022												
OBJETIVO	SIGLA	NOME DO INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL	QUANDO MEDE	PERGUNTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	PERCENTUAL DA META
M4.2	IBPI	Índice de Boas Práticas de Integridade Institucional	CTJUD	Semestral	Quantas ações de boas práticas de integridade institucional foram realizadas no período? (A)						A = 5	500,00%
M4.3	IAIAdm	Índice de Ação Interinstitucional da Administração Pública	CTJUD	Semestral	Quantas ações interinstitucionais foram implantadas no período como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a Administração Pública? (A)						A = 3	300,00%
M9.6	IGR	Índice de Gestão de Risco	CTJUD	Semestral	Quantos desses riscos foram tratados? (A) Quantos riscos institucionais foram identificados no período? (B)						A = 5 B = 5	100,00%
M9.7	IAudInt	Índice de Auditorias Internas	CTJUD	Semestral	Quantas diretrizes técnicas foram atendidas nas atividades de auditoria interna governamental do PJ? (A) Quantas diretrizes técnicas deveriam ter sido atendidas? (B)						A = 1 B = 1	100,00%
M12.6	ILRF	Índice da LRF	CTJUD	Bimestral	Quantas metas fiscais e dos limites da LRF foram cumpridos? (A) Quantas metas fiscais e dos limites da LRF existem? (B)		A = B =		A = B =		A = 3 B = 3	100,00%

CONTROLE E TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS DAS ÁREAS						
PERÍODO: 2º SEMESTRE DE 2022						
AREAS	EXPEDIENTES	AÇÕES M4.2	AÇÕES M4.3	AÇÕES M9.6	AÇÕES M9.7	AÇÕES M12.6
SETIM	TJ-OFI-2022/09150	A=1	A=1	A=1 B=1	0	0
SEAD	TJ-OFI-2022/09141	A=2	0	A=1 B=1	0	0
SEPLAN	TJ-OFI-2022/09145	0	0	A=1 B=1	0	0
SEGESP	TJ-OFI-2022/09146	A=1	0	A=0 B=0	0	0
SGP	TJ-OFI-2022/09147	A=1	0	A=1 B=1	0	0
SEJUD	TJ-OFI-2022/09144	0	0	A=1 B=1	0	0
COAUD	TJ-OFI-2022/09148	A=1	A=1	A=3 B=3	A=2 B=2	0
UNICORP	TJ-OFI-2022/09151	A=1	A=3	A=1 B=1	0	0
CTJUD						A=3 B=3
	TOTAL	A=7	A=5	A=9 B=9	A=2 B=2	A=3 B=3
M4.2 – Implantar, anualmente, ao menos 1 boa prática de integridade institucional, até 2026.						
M4.3 – Implantar, anualmente, ao menos 1 ação interinstitucional como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a administração pública, até 2026.						
M9.6 – Implantar a gestão de riscos.						
M9.7 – Atender diretrizes de Auditorias Internas.						
M12.6 – Cumprir metas da LRF.						

Período: 2º Semestre 2022												
OBJETIVO	SIGLA	NOME DO INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL	QUANDO MEDE	PERGUNTAS	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	PERCENTUAL DA META
M4.2	IBPI	Índice de Boas Práticas de Integridade Institucional	CTJUD	Semestral	Quantas ações de boas práticas de integridade institucional foram realizadas no período? (A)						A = 7	700,00%
M4.3	IAIAdm	Índice de Ação Interinstitucional da Administração Pública	CTJUD	Semestral	Quantas ações interinstitucionais foram implantadas no período como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a Administração Pública? (A)						A = 5	500,00%
M9.6	IGR	Índice de Gestão de Risco	CTJUD	Semestral	Quantos desses riscos foram tratados? (A) Quantos riscos institucionais foram identificados no período? (B)						A = 9 B = 9	100,00%
M9.7	IAudInt	Índice de Auditorias Internas	CTJUD	Semestral	Quantas diretrizes técnicas foram atendidas nas atividades de auditoria interna governamental do PJ? (A) Quantas diretrizes técnicas deveriam ter sido atendidas? (B)						A = 2 B = 2	100,00%
M12.6	ILRF	Índice da LRF	CTJUD	Bimestral	Quantas metas fiscais e dos limites da LRF foram cumpridos? (A) Quantas metas fiscais e dos limites da LRF existem? (B)		A = B =		A = B =		A = 3 B = 3	100,00%

CONTROLE E TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS DAS ÁREAS						
PERÍODO: 1º SEMESTRE DE 2023						
AREAS	EXPEDIENTES	AÇÕES M4.2	AÇÕES M4.3	AÇÕES M9.6	AÇÕES M9.7	AÇÕES M12.6
SETIM	2023/05050	A=1	A=1	A=1 B=1	0	0
SEAD	2023/05041	A=3	A=1	A=1 B=1	0	0
SEPLAN	2023/05043	A=0	A=0	A=1 B=1	0	0
SEGESP	2023/05044	A=2	A=0	A=0 B=0	0	0
SGP	2023/05045	A=0	A=1	A=1 B=1	0	0
SEJUD	2023/05042	A=0	A=0	A=1 B=1	0	0
COAUD	2023/05048	A=1	A=1	A=1 B=1	A=1 B=1	0
UNICORP	2023/05049	A=1	A=1	A=1 B=1	0	0
CTJUD						A=3 B=3
	TOTAL	A=8	A=5	A=7 B=7	A=1 B=1	A=3 B=3
M4.2 – Implantar, anualmente, ao menos 1 boa prática de integridade institucional, até 2026.						
M4.3 – Implantar, anualmente, ao menos 1 ação interinstitucional como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a administração pública, até 2026.						
M9.6 – Implantar a gestão de riscos.						
M9.7 – Atender diretrizes de Auditorias Internas.						
M12.6 – Cumprir metas da LRF.						

Período: 1º Semestre 2023												
OBJETIVO	SIGLA	NOME DO INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL	QUANDO MEDE	PERGUNTAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	PERCENTUAL DA META
M4.2	IBPI	Índice de Boas Práticas de Integridade Institucional	CTJUD	Semestral	Quantas ações de boas práticas de integridade institucional foram realizadas no período? (A)						A = 8	800,00%
M4.3	IAIAdm	Índice de Ação Interinstitucional da Administração Pública	CTJUD	Semestral	Quantas ações interinstitucionais foram implantadas no período como forma de aprimorar a aplicação dos princípios e dos controles que regem a Administração Pública? (A)						A = 5	500,00%
M9.6	IGR	Índice de Gestão de Risco	CTJUD	Semestral	Quantos desses riscos foram tratados? (A) Quantos riscos institucionais foram identificados no período? (B)						A = 7 B = 7	100,00%
M9.7	IAudInt	Índice de Auditorias Internas	CTJUD	Semestral	Quantas diretrizes técnicas foram atendidas nas atividades de auditoria interna governamental do PJ? (A) Quantas diretrizes técnicas deveriam ter sido atendidas? (B)						A = 1 B = 1	100,00%
M12.6	ILRF	Índice da LRF	CTJUD	Bimestral	Quantas metas fiscais e dos limites da LRF foram cumpridos? (A) Quantas metas fiscais e dos limites da LRF existem? (B)		A = B =		A = B =		A = 3 B = 3	100,00%

CONTROLE DOS EXPEDIENTES 2022-2023(até 31/10/2023)			
	NÚMERO DO PROCESSO	ÁREA DEMANDADA	PERÍODO DA COLETA
13	TJ-OFI-2022/09147	SGP	2º SEMESTRE DE 2022
14	TJ-OFI-2022/09148	COAUD	2º SEMESTRE DE 2022
15	TJ-OFI-2022/09151	UNICORP	2º SEMESTRE DE 2022
16	TJ-OFI-2022/09150	SETIM	2º SEMESTRE DE 2022
17	TJ-OFI-2023/05041	SEAD	1º SEMESTRE DE 2023
18	TJ-OFI-2023/05042	SEJUD	1º SEMESTRE DE 2023
19	TJ-OFI-2023/05043	SEPLAN	1º SEMESTRE DE 2023
20	TJ-OFI-2023/05044	SEGESP	1º SEMESTRE DE 2023
21	TJ-OFI-2023/05045	SGP	1º SEMESTRE DE 2023
22	TJ-OFI-2023/05048	COAUD	1º SEMESTRE DE 2023
23	TJ-OFI-2023/05049	UNICORP	1º SEMESTRE DE 2023
24	TJ-OFI-2023/05050	SETIM	1º SEMESTRE DE 2023

2.7. Autoavaliação do TJBA no Programa Nacional de Transparência Pública 2023

Em maio de 2022, os Tribunais de Contas brasileiros lançaram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), no intuito de mobilizar as próprias instituições de controle, os agentes públicos e a sociedade para a concretização do direito fundamental à informação.

Tal interesse foi materializado no Acordo Plurilateral de Cooperação Técnica nº 03/2022, formalizado no dia 24/05/2022, entre os Tribunais de Contas do Brasil (incluindo o TCE/BA), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Em continuidade, durante o ano de 2023, o Programa foi concretizado em 3 (três) etapas, sendo a primeira delas a autoavaliação, realizada pela Controladoria deste Poder, em parceria com a Comissão de Transparência, seguindo-se pela avaliação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e finalizando-se pela avaliação da ATRICON, que culminou com a premiação do **Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública 2023 ao Poder Judiciário do Estado da Bahia**, pela obtenção de 97,89% de índice de transparência.

3. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS PELA COORDENAÇÃO DE AUDITORIA (COAUD)

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia deve ser compreendida como uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, concebida para adicionar valor e melhorar as operações das Unidades do Tribunal, auxiliando-o a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Com a edição da Resolução CNJ nº 308/2020, muda-se o status da atividade de auditoria interna nos órgãos do Poder Judiciário nacional e assegura-se a independência de suas atividades, bem como veda a realização de atos de cogestão pela auditoria interna.

No tocante à atuação da Unidade de Auditoria Interna, no biênio 2022/2024, foram destacadas as ações: consolidação da Estrutura Normativa da Auditoria Interna; cumprimento do disposto nas Resoluções CNJ nº 308/2020 e nº 309/2020; e demonstração da Execução dos Projetos de Auditoria e Cumprimento do Plano Anual de Capacitação – PAC-Aud.

3.1. Consolidação da Estrutura Normativa da Auditoria Interna e cumprimento das Resoluções CNJ nº 308/2020 e nº 309/2020

Com o advento das Resoluções CNJ nº nº 308/2020 e nº 309/2020, alinhadas com as normas internacionais de auditoria interna (*The Institute of Internal Auditors – IIA*), determinou-se que os Tribunais instituíssem o Estatuto de Auditoria Interna e o Código de Ética da Unidade de Auditoria. Assim, em 28 de agosto de 2020, foram publicados os Decretos Judiciários nº 521 e nº 522 que aprovam, respectivamente, o Estatuto de Auditoria Interna e o Código de Ética da Unidade de Auditoria do TJBA.

Por conseguinte, em atendimento às referidas Resoluções, a Unidade de Auditoria implementou o Programa de Avaliação de Qualidade de Auditoria, aprovado por meio do Decreto Judiciário nº 269 de 22 de março de 2022 e o Programa de Padronização dos Trabalhos de Auditoria, por meio do Manual de Orientações Técnicas de Auditoria Interna, aprovado mediante Decreto Judiciário nº 194 de 29 de março de 2023.

Ainda nos exercícios de 2022 e 2023, a Unidade de Auditoria elaborou e apresentou à Presidência, tempestivamente:

- Relatório Anual de Atividades de Auditoria (RAINT 2022), em 29 de julho de 2022;
- Plano Anual de Auditoria (PAA 2022) e Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud 2022) publicado em 30 de novembro de 2021;
- Relatório Anual de Atividades de Auditoria (RAINT 2023), em 25 de julho de 2023;
- Plano Anual de Auditoria (PAA 2023) e Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud 2023) publicado em 25 de novembro de 2022.

Destarte, em consonância com os Artigos 32 e 69 da Resolução CNJ nº 309/2020, a unidade de Auditoria Interna está elaborando, respectivamente, o Plano Anual de Auditoria (PAA 2024) e o Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud 2024), que serão apresentados à Presidência até 30 de novembro de 2023.

3.2. Demonstração da Execução dos Projetos de Auditoria

Os Relatórios são o principal produto dos trabalhos de auditoria, uma vez que a equipe, por meio destes, comunica o objetivo, o escopo, a metodologia, os achados, as recomendações e a conclusão dos exames realizados, em cumprimento ao Planejamento Anual de Atividades de cada exercício.

A seguir, apresentamos as atividades de auditoria executadas nos exercícios de 2022/2023, até a entrega deste relatório:

Atividade Finalística		
Auditoria	Monitoramento	Consultoria
11	5	1 (em andamento)
Comunicações Expedidas		
Recomendações		Notas de Auditoria
103		04

Recomendações Monitoradas				
Atendidas	Em Atendimento	Não Atendidas	Canceladas	Suspensas
47	04	12	03	18

Detalhamento das Atividades de Auditoria 2022		
Auditoria Proposta	**Projeto**	**Objetivo**
Gestão da Folha de Pagamento	AUD-001/22-CNF	Verificar se o pagamento das verbas "Adicional de Tempo de Serviço" e "Condições Especiais de Trabalho-CET" está sendo efetuado em conformidade com a legislação em vigor.
Governança	AUD-002/22-MON	Verificar e informar o atendimento às deliberações da Unidade de Auditoria e suas consequências na Governança das aquisições.
Gestão de Contratos	AUD-003/22-CNF	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos aos procedimentos de dispensa de licitação, no âmbito do Poder Judiciário da Bahia.
Gestão Contábil	AUD-004/22-FIN	Avaliar o processamento das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), contemplando a recomendação expedida pelo TCE/BA, no Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira nº 0076/2021.
Gestão de Serviços de Engenharia e Arquitetura	AUD-005/22-MON	Verificar e informar o atendimento às deliberações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e suas consequências na gestão do TJBA - Serviços de Engenharia e Arquitetura.
Gestão de TIC	AUD-006/22-ESP	Avaliar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ nº 335/2020 (criação da PDPJ).
Gestão de contratos - Serviços Terceirizados	AUD-007/22-MON	Visa verificar e informar o grau de implementação das ações constantes do Plano de Ação proposto pelas unidades auditadas, a fim de atender às recomendações propostas no Relatório de Auditoria OPE 01/2020 e CNF 01/2021, que versa sobre os serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, provenientes do Pregão Eletrônico nº 053/2017.
Gestão de contratos - Serviços Terceirizados	AUD-008/22-CNF	Avaliar a regularidade do Pregão Eletrônico nº 12/2021, na fase interna e externa, referente à contratação e à fiscalização dos serviços especializados de limpeza e conservação, nas unidades da Capital e do Interior, com ênfase na economicidade, na organização interna e na qualidade dos serviços.
Gestão de Serviços de Engenharia e Arquitetura	AUD-009/22-CNF	Avaliar a conformidade da contratação do serviço de manutenção para os diversos equipamentos de climatização do Tribunal de Justiça da Bahia.

Detalhamento das Atividades de Auditoria 2023		
Auditoria Proposta	**Projeto**	**Objetivo**
Gestão de TIC	AUD-001/23-MON	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria OPE 02/2020, que teve como objetivo avaliar a contratação dos serviços continuados e especializados para instalação e manutenção de infraestrutura e cabeamento estruturado da rede do Poder Judiciário da Bahia, de modo a constatar o cumprimento das recomendações e do plano de ação apresentado.
Ampliação dos serviços de apoio à Justiça e à Gestão Administrativa	AUD-002/23-CNF	Avaliar a eficácia dos controles internos adotados nos processos de pagamento dos atos de peritos, tradutores, interpretes e afins, além de sua conformidade com a legislação em vigor.
Gestão de Pessoas Gestão da Folha de Pagamento	AUD-003/23-CNF	Avaliar se o pagamento do adicional de insalubridade está sendo efetuado em conformidade com a legislação em vigor, bem como se as atuais condições de controle interno para autorização, implementação, manutenção e efetivação do pagamento são eficientes.
Ação Coordenada CNJ	AUD-004/23-ESP	Avaliar a aderência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia à política pública instituída pela Resolução nº 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da prevenção e do enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação.
Consultoria	AUD-005/23-CON	Auxiliar a Administração do Poder Judiciário na implantação do processo de Gestão de Riscos, em conformidade com os dispositivos legais e regulamentares que regem a matéria.
Gestão Administrativa e Governança	AUD-006/23-OPE	Avaliar se os procedimentos e controles existentes quanto à apuração e à aplicação de sanções em descumprimentos contratuais administrativos são eficientes, céleres e atendem ao interesse público.
Gestão de contratos- Serviços Terceirizados	AUD-007/23-CNF	Avaliar a regularidade do procedimento licitatório, com ênfase na fase interna, bem como a conformidade da execução do contrato de prestação de serviço de condução veicular.

Gestão da Folha de Pagamento	AUD-008/22-MON	Monitoramento do Relatório Conclusivo de Auditoria AUD-001/2022/CNF, que teve como objetivo verificar se o pagamento das verbas "Condições Especiais de Trabalho – CET" e "Adicional de Tempo de Serviço - ATS" está em conformidade com a legislação em vigor, de modo a constatar o cumprimento das recomendações e do plano de ação.

3.3. Cumprimento do Plano Anual de Capacitação de Auditoria

Em atendimento à Resolução CNJ nº 309, a Unidade de auditoria deve elaborar o Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud), para desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor, prevendo, no mínimo, 40 horas de capacitação para cada servidor lotado na unidade. Assim, apresentamos as ações de capacitação realizadas nos exercícios de 2022 e 2023, em cumprimento ao PAC-Aud.

Exercício 2022

Curso de Consultoria em Auditoria Governamental - 20 horas – a consultoria é uma atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, facilitação e treinamento.

Curso sobre a Nova Lei de Licitação e Contratação Pública 14.133/21 – 20 horas – capacitar auditores e servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia quanto às inovações trazidas pela nova Lei.

Curso de Elaboração e Julgamento de Planilha de Custos e Formação de Preços - 15 horas – análise dos módulos e dos submódulos da planilha de custos e formação de preços.

Curso sobre Obras Públicas e Serviços de Engenharia: Potenciais efeitos da Nova Lei de Licitações (14.133/21) e Jurisprudência do TCU - 16 horas – visão geral da obra pública: iniciação, planejamento, execução, finalização e controle.

Auditoria Preventiva: O que é? Para que serve? Como fazer? - 2 horas - difundir o conceito e a aplicabilidade da Auditoria Preventiva.

Exercício 2023

Formação, Atualização e Aperfeiçoamento para Agentes de Controle Interno - 100 horas.
Avaliando a Implementação do Modelo de Governança no Setor Público - 20 horas - principais conceitos e elementos relacionados à governança pública, a fim de tornar os servidores aptos a realizarem avaliação da capacidade de governança, além de compreender os ganhos da governança corporativa, de pessoas, de TI e de aquisições para o alinhamento estratégico da organização.

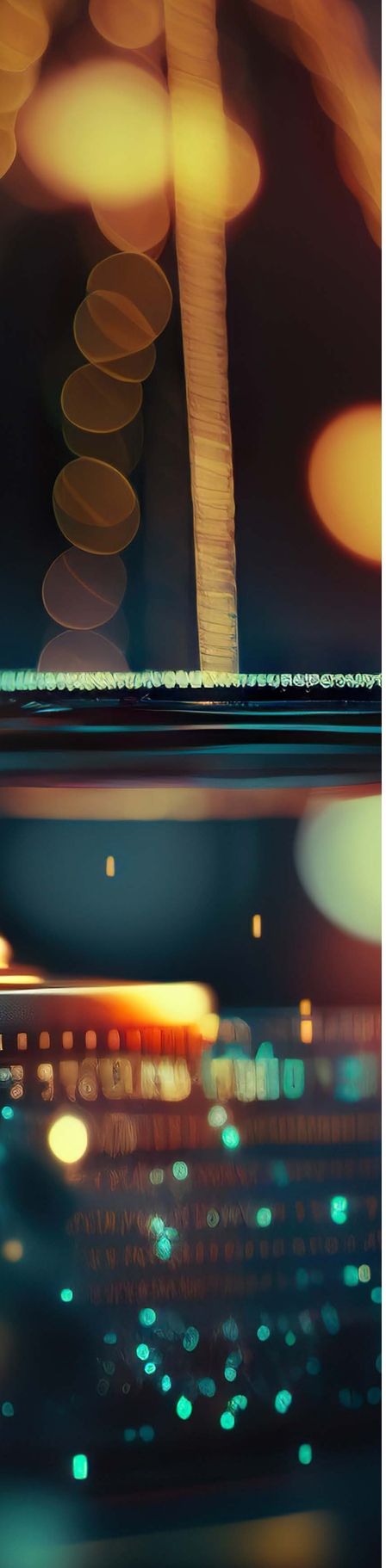
Curso para Implantação da Nova lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) – dividido em 10 módulos, que foram eleitos por cada servidor, considerando a compatibilidade de horário, o impacto na execução das atividades de auditoria, a afinidade com o tema e a necessidade de preparo para a realização de futuros projetos de auditoria. Carga horária variável de 16 horas a 148 horas.

3.4. Participação em Comitê/Comissões/Reuniões:

- Comitê de Contratações e Melhorias do Poder Judiciário do Estado da Bahia;
- Reuniões de Análise da Estratégia;
- Reuniões de Líderes Avançados;
- Reuniões e capacitação do Sistema do Contratos-Gov;
- Reuniões ordinárias da Coordenação de Auditoria;
- Mentoria sobre formação de planilha de preços para contratos com mão de obra residente;
- Reuniões do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-Jud) realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

4. CONCLUSÃO

Por tudo o quanto relatado acima, verifica-se que, durante todo o Biênio de 2022–2024, a Controladoria do Judiciário e a Coordenação de Auditoria envidaram todos os esforços e atuaram priorizando sempre a total conformidade com os Normativos Legais internos e externos a este Poder Judiciário. Participaram de forma direta e eficiente em diversas Ações de Controle e Auditoria, segundo explicitado acima, cumprindo, com excelência, o atendimento de todo o seu mister institucional, mormente realizando uma atuação bastante positiva durante o Exercício de 2022 a 2024.



ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL

1. APRESENTAÇÃO

A Assessoria de Ação Social (AAS), coordenada por Vanessa Travessa, está situada na Sala 308 Sul, do Edifício-sede do Complexo do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, cuja coordenadoria está vinculada à Presidência desta Corte de Justiça.

No âmbito das ações sociais, promove campanhas, feiras temáticas e orgânicas, bem como coordena o Centro Cultural da Corte, que possui acervo de obras incorporadas, e o PROGRAMA SER, que contempla o Clube de Desconto Especial do Poder Judiciário.

Para o cumprimento do seu mister institucional, a Coordenadoria está estruturada com a servidora Bárbara Suely Magalhães Ramos, o servidor Leonardo Bokor e 2 (duas) colaboradas, Elineuza Lima e Eloísa Costa Guimarães, estagiárias de nível superior e médio, respectivamente.

2. OBJETIVOS

Atender ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio “promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026”. Para atendimento desse objetivo, foram realizadas 3 (três) ações, no ano de 2022, a saber:

2.1. Projeto Biblioteca Amiga;
2.2. Projeto Contação de História;
2.3. Seminário com o tema “Justiça, Cidadania e Redes Sociais”.

Também foram realizadas 3 (três) ações, no ano de 2023, a fim de dar continuidade ao alcance do mencionado objetivo da Corte.

2.1. Doação de materiais escolares
2.2. Projeto de dinâmicas educacionais abrangendo o Seminário com o tema “Estudo e Profissão”
2.3. Projeto Contação de História

Imperioso, ainda mais, destacarmos que a Coordenadoria tem, dentre outros objetivos, as ações sociais voltadas ao atendimento de pessoas em estado de vulnerabilidade, especialmente na cidade de Salvador, a exemplo das campanhas solidárias que visam arrecadar doações de brinquedos, agasalhos, material de higiene e alimentos não perecíveis, a fim de que possam ser destinados às instituições não governamentais.

Dentre outros objetivos, destaca-se a Feira Orgânica cujo objetivo é oferecer produtos livres de agrotóxicos e alimento orgânico acessível a servidores e Magistrados deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com a colocação de barracas padronizadas na Praça de Serviços.

Para além disso, a Coordenadoria é responsável pelo Centro Cultural, realizando diversas exposições de artistas que se inscrevem, previamente, para divulgação de suas obras no Tribunal de Justiça da Bahia.

Por fim, o Programa SER, que contempla o Clube de Desconto Especial do Poder Judiciário, firmando contrato de adesão com a Administração Judiciária, após preenchimento dos requisitos, com a chancela da Consultoria Jurídica da Presidência deste Sodalício, visando à concessão de descontos, no mínimo, de 10% (dez por cento) a servidores e Magistrados.

3. AÇÕES EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS (2022)

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/Local
2022	DOAÇÃO DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA	JANEIRO A ABRIL DE 2022	APOIO E PARCERIA COM A FUNDAÇÃO HEMOBA
	PJBA SOLIDÁRIO, campanha de arrecadação para o auxílio às cidades e às famílias atingidas pelas fortes chuvas no sul do Estado	JANEIRO A ABRIL DE 2022	CAIXAS COLETORAS NA PRAÇA DE SERVIÇO DO TJBA com o apoio do Consulado Geral da Romênia na Bahia, que fez a doação de 13 caixas de doações
	LANÇAMENTO DO EDITAL DO CENTRO CULTURAL	FEVEREIRO 25/02/22 DPJ Nº 3.048	SITE TJBA DPJ
	FEIRA DE PÁSCOA	ABRIL 06 A 08/04	TJBA
	Exposição do livro da servidora Rayane Araújo - ASCOM LIVRO - EU ODEIO ELE Exposição do livro do servidor aposentado Ari Donato LIVRO - A CRIAÇÃO	ABRIL 25 a 29/04	TJBA
	FEIRA DAS MÃES	MAIO 02 a 06/05/22	TJBA
	CONCURSO MINHA MÃE BEM NA FOTO	MAIO 02 a 03/05/22 resultado dia 18/05/22	SITE TJBA
	ENTREGA DE LEITE EM PÓ	MAIO 10/05/2022	Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (NACCI)
	EXPOSIÇÃO DO ESTAGIÁRIO LUCAS CERQUEIRA (SECRETARIA DO PLENO) FOTOGRAFIA "ASOJU LUSTITIAE"	MAIO 10 A 13/05	TJBA
	FEIRA DE SUSTENTABILIDADE SEMANA DO MEIO AMBIENTE	JUNHO 30/05 A 03/06	TJBA
	FEIRA DOS NAMORADOS	JUNHO 07 A 10/06	TJBA
	FEIRA DE SÃO JOÃO	JUNHO 20 A 22/06	TJBA
	SOPA DO AMOR EM PARCERIA COM O GABINETE DA DESA. LÍGIA	JUNHO JULHO AGOSTO	AÇÃO COM MORADORES DE RUA
	PROJETO BIBLIOTECA AMIGA ENTREGA LIVROS	JULHO 18/07/22	CRECHE ESCOLA TEREZA CRISTINA
	ENTREGA DE FRALDAS GERIÁTRICAS NO ASILO SÃO LÁZARO	JULHO 14/07/2022	Asilo São Lázaro, que tem sua sede localizada na Av. Aliomar Baleeiro, Km 6, Estrada Velha do Aeroporto s/n, Jardim Nova Esperança
	AÇÃO EM PARCERIA COM 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER COMEMORAÇÃO A SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ	JULHO 14/07/2022	ARRECADAÇÃO DE ROUPAS E AGASALHOS DESTINADOS À UNIDADE CASA DAS PÉROLAS
	FEIRA DA SAÚDE	AGOSTO 15 a 19/08/22	TJBA
	SEMANA DA SAÚDE E BEM-ESTAR EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SEGESP)	AGOSTO 16 a 19/08/22	TJBA

	FEIRA DA ACESSIBILIDADE PARCEIRA COM O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE	AGOSTO 31/08 A 02/09	TJBA EM PARCERIA COM A ESCOLA EVOLUÇÃO, O INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO NEUROLÓGICA DA BAHIA, A ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS E A ASSOCIAÇÃO DOUTORES D'ALMA
	FEIRA DA PRIMAVERA	SETEMBRO 26 a 30/09	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA
	FEIRA DAS CRIANÇAS	OUTUBRO 03 a 07/10	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA
	PROJETO CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS BIBLIOTECA AMIGA	OUTUBRO 13/10/2022	SEDE DA ESCOLA TEREZA CRISTINA
	FEIRA DO SERVIDOR	OUTUBRO 24 A 28/10	PRAÇA SERVIÇOS TJBA
	FEIRA NATAL	NOVEMBRO 16/11 18/11	PRAÇA SERVIÇOS TJBA
	FEIRA NATAL	DEZEMBRO 12 A 16/12	PRAÇA SERVIÇOS TJBA
	CAMPANHA DOAÇÃO DE BRINQUEDOS E ALIMENTOS AO INSTITUTO MÃE CONCEIÇÃO	DEZEMBRO 15/12/2022	Sede da Instituição, na Av. Boa Esperança, 231, São Gonçalo
	CAMPANHA REALIZE UM SONHO DE UM IDOSO - DOAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE	DEZEMBRO 16/12/2022	Sede da Instituição, na Avenida Dendezeiros do Bonfim, 161, Bonfim

3.1. AGENDA EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL 2022

MAIO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
SÉRGIO AMORIM	02/05 a 13/05	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: "BAIANA NA LAVAGEM"
MARIA TEREZA	16/05 a 27/05	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO "A DANÇA"

JUNHO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
OSCAR PINTO	06/06 a 10/06	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA"

JULHO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
HILZETE TORRES	25/07 a 29/07	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: ''FLORAL''

AGOSTO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
TATI VIANA	15/08 a 26/08	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: "LAMPIÃO E MARIA BONITA"
JANE MARY	31/08 a 02/09	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: "CACHOEIRA (WETERFALL)"

SETEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIA DO PROJETO DO DES. JOSÉ ROTA	07/09 a 14/09	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Não recebemos a fotografia.
ALDINHO ALBA	19/09 a 30/09	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: “BALÕES”

OUTUBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
MARIA SOCORRO CABRAL	03/10 a 07/10	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: “SERTÃO BAHIA, SERTÃO NÓS”
ANUBIS	10/10 a 21/10	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: ''NAVEGANDO NO LUAR''

OUTUBRO (RUY BARBOSA)		
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL
SUSANA MARIA	17/10 a 28/10	TÍTULO: “PRIMAVERA”

NOVEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
REINALDO CALIXTO	07/11 a 11/11	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO “ABSTRATO”

DEZEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
MARCELO GATO	30/11 a 07/12	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO “MANDALA DA JUSTIÇA”
MARIA HELENA ESPINOLA	12/12 a 16/12	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: “COMPOSIÇÃO COM PERAS”

PROGRAMA SER PROMOÇÃO DO SABER, BEM-ESTAR E RECONHECIMENTO DO SERVIDOR - 2022

Ano	Empresa Parceira	Desconto	Andamento do processo
2022	TORTARELLI COMÉRCIO DE TORTAS LTDA-ME	Tortas inteiras (10% de desconto)	Finalizado
	VIVASC ANGIOCLÍNICA DE SALVADOR	Consulta médica Exame de ultrassonografia Vascular- doppler (10% de desconto)	Finalizado
	ACV ODONTOLOGIA LTDA -LAVID	Todas as especialidades -Ortodontia -Odontopediatria -Endodontia - Periodontia -Harmonização facial - DTM e dor orofacial -Prótese dentária -Clínica geral -Cirurgia Bucomaxilofacial (10% de desconto crédito ou débito e 15% de desconto no pix)	Finalizado
	RAIPARQUE COMÉRCIO DE ALIMENTOS - EIRELI	Venda de refeições e sobremesas a quilo (10% de desconto)	Finalizado
	HWAY COMERCIAL DE ALIMENTO LTDA	Venda de refeições e sobremesas a quilo (10% de desconto)	Finalizado
	HITNER ADM E CORRETORA DE SEGUROS LTDA- ME	Corretagem de seguros (15% de desconto no orçamento)	Finalizado
	ORALE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA	Plano odontológico cobertura completa -Aparelho Estético (50% de desconto)	Finalizado
	SIGA CORRETORA DE SEGUROS LTDA	Seguros de veículos (15% de desconto) Plano de saúde (50% de desconto) Seguros gerais (15% de desconto)	Finalizado
	C&M COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	Venda de refeições e sobremesas a quilo (10% de desconto)	Finalizado
	ACADEMIA DALIA EIRELI	MUSCULAÇÃO NATAÇÃO/ HIDROGINÁSTICA 15% NOS PLANOS A PARTIR DO TRIMESTRAL	Finalizado
	THIAGO FERREIRA OLIVEIRA EIRELI-ME (AVATIM)	10% DE DESCONTO NOS PRODUTOS	Finalizado
	ATMOSFERA SERVIÇO E COMÉRCIO LTDA	10% DE DESCONTO NAS MENSALIDADES	Finalizado
	FACULDADE MUSTRUIA 18	1- SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LIBRA, AUDIODESCRIÇÃO E MEDIAÇÃO DE EVENTOS NAS MODALIDADES REMOTAS E/OU PRESENCIAIS; 2- SERVIÇOS DE CURSO E FORMAÇÃO EM LIBRAS AUDIODESCRIÇÃO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MUITAS OUTRAS FORMAÇÕES PRESENCIAIS OU REMOTAS; 3- SERVIÇOS DE PALESTRANTES E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS VIRTUAIS. PARA TODOS OS SERVIÇOS CITADOS, DESCONTO DE 25% NO VALOR TOTAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU EM CADA MENSALIDADE DOS CURSOS.	Finalizado
	JAMILE DE FARIAS BITTENCOURT (ODONTOLOGIA)	Tratamento Ortodôntico com Alinhamento Invisalign (15% de Desconto) Tratamento Ortodôntico com Bráquetes autoligados (15% de Desconto) Clareamento Dental (15% de Desconto)	Finalizado
	CELMA PEREIRA DA CRUZ DANTAS (HINODE)	Desconto de 10% em todos os produtos do catálogo Hinode	Finalizado

4. INDICADORES

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/Local	Quantitativo
2022	PJBA SOLIDÁRIO Campanha de arrecadação para o auxílio às cidades e às famílias atingidas pelas fortes chuvas no sul do Estado	JANEIRO A ABRIL DE 2022	Apoio do Consulado Geral da Romênia na Bahia	13 caixas de doações contendo barracas, cobertores, ferramentas, máscaras cirúrgicas, fraldas descartáveis e alimentos
	FEIRA DIA DAS MÃES ENTREGA DE LEITE EM PÓ	MAIO 10/05/2022	Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (NACCI)	70 latas de leite me pó
	FEIRA DOS NAMORADOS Doação de livros infantis	JUNHO 07 A 10/06	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA	131 livros
	FEIRA DE SÃO JOÃO Doação de fraldas geriátricas	JUNHO 20 A 22/06	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA	58 pacotes fraldas geriátricas
	FEIRA DA PRIMAVERA Doação de brinquedos	SETEMBRO 26 a 30/09	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA	160 brinquedos
	FEIRA DAS CRIANÇAS Doação de brinquedos	OUTUBRO 03 a 07/10	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA	160 brinquedos
	FEIRA DO SERVIDOR doação brinquedo	OUTUBRO 24 A 28/10	PRAÇA DE SERVIÇOS TJBA	80 brinquedos
	FEIRA NATAL CAMPANHA DOAÇÃO DE BRINQUEDOS E ALIMENTOS AO INSTITUTO MÃE CONCEIÇÃO	DEZEMBRO 15/12/2022	Sede da Instituição, na Av. Boa Esperança, 231, São Gonçalo	100 brinquedos 60 quilos de alimentos
	FEIRA NATAL CAMPANHA REALIZE UM SONHO DE UM IDOSO - DOAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE	DEZEMBRO 16/12/2022	Sede da Instituição	70 quilos de alimentos 54 presentes

5. AÇÕES EM ANDAMENTO E CONCLUÍDAS (2023)

Ano	Campanha Solidárias/ Feiras/ Empresas Parceiras/ Exposição centro cultural	Período/Mês	Instituição/Local
2023	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) conta com duas novas empresas parceiras: a Avatim, do ramo de aromatizantes e produtos de bem-estar, e o Alclin Hospital de Olhos, do ramo da saúde.	JANEIRO 26/01	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	LANÇAMENTO DO EDITAL DO CENTRO CULTURAL	1º de Fevereiro de 2023 Diário n. 3267	SITE TJBA DPJ
	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) conta com uma nova empresa parceira no ramo de exercício físico e bem-estar – Dalia Acqua Sport	FEVEREIRO 03/02	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	CAMPANHA DIA DA MULHER: para arrecadar itens de higiene (sabonetes, desodorantes, shampoos, condicionadores, cremes dentais, escovas de dente, hidratantes, absorventes e perfumes) para mulheres carentes e em situação de rua ou vulnerabilidade social. A ação acontece por meio de parceria da Assessoria de Ação Social com a Coordenadoria da Mulher.	FEVEREIRO FEVEREIRO A MARÇO DE 2023 07/02 a 23/03	As arrecadações foi direcionadas ao Projeto Social 1+1 é sempre mais que 2.
	FEIRA DA MULHER – Arrecadações de itens de higiene.	MARÇO 06 a 10/03	Praça de serviço do TJBA/ As arrecadações foram direcionadas ao Projeto Social 1+1 é sempre mais que 2.

	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) conta com duas novas empresas parceiras: a Faculdade Mustruia18 e a academia Atmosfera Feminina.	MARÇO 16/03	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	SOPA DO AMOR EM PARCERIA COM O GABINETE DA DESA. LÍGIA	MARÇO ABRIL MAIO JUNHO JULHO	AÇÃO COM MORADORES DE RUA
	EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL: “SERTÃO BAHIA, SERTÃO NÓS”: ARTISTA PLÁSTICA MARIA SOCORRO CABRAL EXPÕE NO TJBA E MOSTRA UM BRASIL QUE É DE TODOS	MARÇO 20/03 a 24/03	TJBA
	ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL PARTICIPOU DA REUNIÃO DO NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL PARA AJUDAR NO PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE 2023	MARÇO 14/03	TJBA
	FEIRA DA PÁSCOA - Arrecadações de material escolar e chocolate bis.	ABRIL 03/04 a 05/04	Praça de serviço do TJBA
	Foi realizada a Feira de Páscoa pela Assessoria de Ação Social, sendo destinada a arrecadação de chocolates aos alunos da Creche Escola Municipal Teresa Cristina.	ABRIL 05/04	Arrecadação de chocolates para os alunos da Creche Escola Municipal Teresa Cristina.
	CENTRO CULTURAL: o Artista Plástico André Luiz Sá Gomes realiza a exposição fotográfica “QUASE IN MEMORIAM”: REFLETE SOBRE MEMÓRIA E ACERVOS DIGITAIS” no átrio do edifício-sede do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA).	ABRIL 10/04 a 14/04	TJBA
	EM PARCERIA COM A CCI, A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL (AAS) PROMOVE ‘REGISTRE-SE’ EM 23 MUNICÍPIOS; PROJETO BUSCA ERRADICAR O SUB-REGISTRO E AMPLIAR O ACESSO À DOCUMENTAÇÃO BÁSICA.	ABRIL 14/04	Praça Marechal Deodoro, no bairro do Comércio
	CENTRO CULTURAL: “DE LÁABRIL DO CANDEAL”: ARTISTA PLÁSTICO LUÍDE ARAÚJO COUTINHO EXPÕE SEUS QUADROS, PELA PRIMEIRA VEZ, NO TJBA.	ABRIL 24/04 a 28/04	TJBA
	FEIRA DIA DAS MÃES (PARTE I) - Arrecadações alimentos não perecíveis e brinde.	ABRIL 26/04 a 28/04	Praça de serviço do TJBA
	FEIRA DIA DAS MÃES (PARTE II) - Arrecadações alimentos não perecíveis e brinde.	ABRIL 03/05 a 05/05	Praça de serviço do TJBA
	“Minha mãe bem na foto”, realizada por meio da Assessoria de Ação Social (AAS) do Tribunal baiano, premiará a foto mais criativa do servidor do TJBA com sua mãe.	MAIO 02/05 a 12/05	SITE TJBA
	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) conta com uma nova empresa parceira no ramo de alimentação – Simonne Pereira Confeitaria. Servidores do Tribunal baiano recebem 10% de desconto em todos os produtos da confeitaria.	MAIO 12/05	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	EM PARCERIA COM A CAMPANHA “PAI PRESENTE”, A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL DO TJBA PROMOVE 2º MUTIRÃO “CORRENTE DO BEM”.	MAIO 16/ 05 a 19/05	Sede do Laboratório Biocroma, situado na Rua Conselheiro Pedro Luiz, n. 66, Rio Vermelho
	SERVIDOR EDUARDO DA SILVA ARAÚJO GANHA O CONCURSO “MINHA MÃE BEM NA FOTO” O concurso integrou as ações do TJBA em homenagem ao Dia das Mães. As cestas que o primeiro e o segundo colocados ganharam são compostas por brindes dos expositores da Feira do Dia das Mães, realizada no Tribunal.	MAIO 19/05	SITE DO TJBA
	CENTRO CULTURAL: Exposição da Artista Plástica Zel Torres.	MAIO 02/05 a 12/05	FÓRUM RUY BARBOSA
	CENTRO CULTURAL: Exposição da Artista Plástica Zel Torres.	MAIO 12/05 a 26/05	TJBA

	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) conta com uma nova empresa parceira no ramo de odontologia, a Dra. Jamile Bittencourt. Servidores do Tribunal baiano recebem 15% de desconto para Tratamentos Ortodônticos com Alinhamento Invisalign, Bráquetes Autoligados e Clareamento Dental.	MAIO 30/05	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL PARTICIPOU DA REUNIÃO DO NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL PARA DISCUTIR AÇÕES E INDICADORES DE DESEMPENHO SUSTENTÁVEL.	MAIO 23/05	TJBA
	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL DO TJBA REALIZA FEIRA DE SUSTENTABILIDADE EM PARCERIA COM A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL (AAS). As instituições e as empresas que participam da 7ª Feira de Sustentabilidade são: MelBourne, Ciclik, Xilema, Sams, Artcouro, Eliana, Quitanda, Erick, Profa. Ângela, Wm Food Eventos, Projeto Tamar, Aldinete Menezes, JA BAHIA, Antônia, Cibra, MINI, TamPet e Humana Brasil, Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (Limpurb). A Fundação Vovó do Mangue e a Caravana da Mata Atlântica promoveram uma apresentação musical sobre o tema do meio ambiente.	JUNHO 05/06 a 07/06	TJBA
	Assessoria de Ação Social (AAS) realiza a Campanha 'Recicláveis Social', cujo objetivo é promover o descarte adequado e a economia circular. Servidores, estagiários e colaboradores do Tribunal são incentivados a recolher materiais recicláveis.	JUNHO 05/06 a 07/06	TJBA
	Assessoria de Ação Social (AAS), em parceria com a Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (SECIS), realizará uma doação de mudas para os servidores, a fim de estimular a plantação.	JUNHO 05/06 a 07/06	TJBA
	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL DO TJBA, EM PARCERIA COM A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL (AAS) REALIZA SEMANA DO MEIO AMBIENTE. ASSIM, REFORÇA A IMPORTÂNCIA DOS PROFISSIONAIS DE LIMPEZA E DA RECICLAGEM.	JUNHO 05/06 a 07/06	TJBA
	FEIRA DO DIA DOS NAMORADOS - Arrecadações de edredom casal.	JUNHO 12/06 a 16/06	TJBA
	NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL, EM PARCERIA COM A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL(AAS), DIVULGA VÍDEO DE BALANÇO DAS AÇÕES DA 7ª FEIRA DA SUSTENTABILIDADE	JUNHO 16/06	SITE TJBA
	FEIRA DE SÃO JOÃO - Arrecadação de livros e alimentos não perecíveis.	JUNHO 19/06 a 22/09	Arrecadação de livros para a Campanha Virando páginas.
	APRESENTAÇÃO DO CORAL DO TJBA aconteceu durante a Feira de São João, promovida na praça de serviços do edifício-sede do TJBA. Durante a apresentação, estavam presentes: o Presidente Nilson Soares Castelo Branco, a Desa. Maria da Purificação da Silva e a Coordenadora da Assessoria de Ação Social, Vanessa Travessa. Tal setor, ligado à Presidência, é responsável pela realização da Feira de São João.	JUNHO 22/09	TJBA
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de materiais escolares arrecadados na Feira da Páscoa para as crianças da Creche Escola Municipal Teresa Cristina. Na ocasião, foram doados lápis, borrachas, apontadores, canetas, lápis de cor, colas, réguas, tintas, durex e folhas de papel ofício. A iniciativa atende ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio "promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026".	JUNHO 16/06	Creche Escola Municipal Teresa Cristina - R. Dep. Paulo Jackson, 580, Piatã.
	VIRANDO A PÁGINA: CAMPANHA DA CORREGEDORIA-GERAL, EM PARCERIA COM A ASSESSORIA DE AÇÃO SOCIAL, ESTIMULA A DOAÇÃO DE LIVROS PARA BIBLIOTECAS DE PRESÍDIOS PÚBLICOS.	JUNHO	TJBA

	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de alimentos não perecíveis para os idosos do Asilo São Lázaro. Os itens foram doados por participantes da Feira do Dia das Mães e da Feira de São João.	JULHO 04/07	Asilo São Lázaro - Av. Aliomar Baleeiro, KM 6, Estrada Velha do Aeroporto, s/n, Jardim Nova Esperança
	CENTRO CULTURAL: EXPOSIÇÃO ICONOGRÁFICA DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA.	JULHO 03/07 a 07/07	TJBA
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de roupas para a Associação Beneficente Casa de Santa Maria.	JULHO 03/07	Casa de Santa Maria - R. Santa Teresinha, 2, Sussuarana
	CENTRO CULTURAL: EXPOSIÇÃO ARTISTA PLÁSTICA URUGUAIA MIRTHA OLIVERA	JULHO 10/07 a 14/07	TJBA
	CENTRO CULTURAL: recebe a exposição que tem o Conceito de "Morada", da Juíza Jeine Vieira	JULHO 17/07 a 28/07	TJBA
	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia conta com uma nova empresa parceira no ramo de saúde – VIVASC Angioclínica de Salvador. Servidores do Tribunal baiano recebem 10% de desconto em consultas médicas em angiologia, cirurgia vascular e exames doppler vascular.	JULHO 20/07	SITE TJBA/ RPOGRAMA SER
	Assessoria de Ação Social promove o Projeto "Contação de História" no mês de outubro, na Creche Escola Tereza Cristina. Na oportunidade, serão utilizados os livros doados no "Biblioteca Amiga" do ano de 2022. O Projeto arrecada livros paradidáticos e lúdicos, adequados à faixa etária de 2 a 10 anos de idade. A proposta atende ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio "promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026".	JULHO AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO	SITE TJBA /Creche Escola Tereza Cristina
	CENTRO CULTURAL: recebe a exposição "Caminhos do Sertão", do Artista Plástico Sérgio Amorim.	AGOSTO 31/07 a 11/08	TJBA
	Feira Qualidade de Vida e Bem-Estar Serviços disponíveis a Magistrados, servidores, colaboradores e estagiários.	AGOSTO 02/08 a 04/08	TJBA
	Lançamento do Livro "Em Contos" do escritor Diego Cardoso.	AGOSTO 02/08 a 04/08	TJBA
	Campanha "Doe para aquecer quem precisa". O objetivo é promover a arrecadação de agasalhos, lençóis, mantas e edredom para instituição de caridade que atende a pessoas em caráter de vulnerabilidade. Realizada pela Assessoria de Ação Social.	AGOSTO 07/08 a 18/08	TJBA
	Programa SER conta com uma nova empresa parceira no ramo de Cultura e Lazer. Servidores do Judiciário baiano podem utilizar a meia-entrada durante a visitação no Projeto Tamar.	AGOSTO 09/08	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	Assessoria de Ação Social, juntamente com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, promove ações para a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. A programação do evento incluiu palestras, rodas de conversa, oficinas, apresentações musicais e campanhas de arrecadação voltadas à temática da Pessoa com Deficiência.	AGOSTO 22/08 a 25/08	TJBA
	Educação e Cidadania: Assessoria de Ação Social do TJBA promove dinâmicas com alunos da Escola Jesus Cristo, no bairro de Pau da Lima. Dinâmicas educacionais abrangendo os temas "Estudo e Profissão". Essa iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas à orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026.	AGOSTO 09/08	Escola Jesus Cristo - Rua Jayme Vieira Lima, 104, São Marcos

	Segundo dia da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência do TJBA lança livro, promove exposições e debate inclusão. Música, dança e empatia marcam o fechamento das ações do TJBA na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência. Foi em estado de contemplação que o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e a Coordenadora da Ação Social, Vanessa Travessa, prestigiaram a harmonia e o talento do Coral da Corte baiana, conduzido pelo Maestro Carlos Medeiros. A apresentação integrou a programação da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência.	AGOSTO 25/08	TJBA
	CENTRO CULTURAL: recebe a exposição de obras artísticas feitas por alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Fixadas no átrio do prédio principal do Judiciário baiano. Intitulada “Semana de 21”, a exposição faz uma alusão à histórica Semana de Arte Moderna de 1922, um marco na cultura brasileira que redefiniu os rumos das expressões artísticas no país. Os artistas da Apae Salvador, por meio de suas criações, buscam reafirmar a importância da arte como ferramenta de inclusão e expressão.	AGOSTO 21/08 a 25/08	TJBA
	Assessoria de Ação Social entrega arrecadações da campanha “Doe para aquecer quem precisa”. Na arrecadação da Feira do Dia dos Namorados, foram realizadas entregas de mantas, agasalhos, lençóis e edredom ao Abrigo São Gabriel para Idosos.	SETEMBRO 06/09	Abrigo São Gabriel para Idosos - Rua da Boa Viagem, 6, Boa Viagem
	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), uma iniciativa voltada a estabelecer parcerias com empresas locais, convida os servidores do TJBA a acessarem o Portal do Programa, para sugerir novas instituições através do link “Indique Empresas”. As indicações podem incluir empresas da capital ou do interior. O TJBA fará o contato com os nomes sugeridos, visando firmar cooperações. O Programa SER é uma das iniciativas sob a supervisão da Assessoria de Ação Social, uma unidade vinculada à Presidência do TJBA, instituição liderada pelo Desembargador Nilson Soares Castelo Branco.	SETEMBRO OUTUBRO NOVEMBRO DEZEMBRO	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	Por intermédio da Assessoria de Ação Social, a Fundação Vovó do Mangue informa sobre o convite encaminhado a esta Corte de Justiça, o Excelentíssimo Presidente, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, e a Desembargadora Maria de Fátima Silva Carvalho deste Tribunal acerca do evento "GLOBAL MANGUE - Fórum Internacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezais", entre os dias 17 e 20 de outubro de 2023, no painel "Políticas públicas, legislação e mecanismos de fomento para a preservação dos manguezais", que foi realizado em Maragojipe/BA, no período compreendido entre os dias 17 e 20 de outubro de 2023.	11/09	Maragojipe/BA
	CENTRO CULTURAL: recebe a exposição coletiva do Fotógrafo Osmar Gama e do Artista Visual Márcio Santana. As obras estão em exibição no átrio do prédio principal do TJBA	SETEMBRO 18/08 a 29/08	TJBA
	FEIRA DA PRIMAVERA - Arrecadações de brinquedos e pacotes de doces.	SETEMBRO 25/09 a 28/09	TJBA
	Assessoria de Ação Social do TJBA realiza campanha “Faça uma criança feliz, doe um brinquedo”.	SETEMBRO 25/09 a 06/10	TJBA
	FEIRA DIA DAS CRIANÇAS - Arrecadações de brinquedos e alimentos não perecíveis.	OUTUBRO 03/10 a 06/10	TJBA

	Assessoria de Ação Social do TJBA promove troca solidária: dois quilos de alimento por um exemplar do livro “Olha! Henrique Aprontando” do autor Leopoldo Bokor. Servirá de palco para o lançamento do livro e aberta a magistrados, servidores, estagiários e transeuntes. Os alimentos arrecadados serão entregues para instituições beneficentes.	OUTUBRO 05/10	TJBA
	CENTRO CULTURAL: recebe a exposição de telas artísticas de Maria Socorro Cabral. As obras, que refletem a essência do sertão nordestino, ficam em exibição no átrio do prédio principal do TJBA.	OUTUBRO 02/10 a 06/10	TJBA
	Troca solidária: mais de 300 quilos de alimentos são arrecadados durante o lançamento do livro “Olha! Henrique Aprontando” no TJBA.	OUTUBRO 05/10	TJBA
	FEIRA DO SERVIDOR - Arrecadações de fralda geriátrica e presentes.	OUTUBRO 23/10 a 27/10	TJBA
	Assessoria de Ação Social do TJBA realiza Projeto “Contação de história” na Creche Escola Teresa Cristina e entrega brinquedos arrecadados na Feira de Primavera, na Feira do Dia das Crianças e da Campanha “Faça uma criança feliz, doe um brinquedo”, para as crianças da instituição.	OUTUBRO 09/10	Creche Escola Teresa Cristina - Rua Dep. Paulo Jackson, 580, Piatã.
	CENTRO CULTURAL: o Fórum Ruy Barbosa do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) recebeu a exposição da Artista Plástica Suzana Costa, intitulada “A natureza em mim”. Nas pinturas, ela retrata a natureza bucólica e as riquezas do Brasil, representando as cores nas paisagens e as flores, mediante a criatividade e um colorido vibrante.	OUTUBRO 11/10 a 27/10	Fórum Ruy Barbosa
	Programa SER conta com uma nova empresa, centro terapêutico do idoso Flor de Lótus de Ltda, com 10% de desconto em todos os serviços.	OUTUBRO 18/10	SITE TJBA/ PROGRAMA SER
	CENTRO CULTURAL: recebeu a exposição da artista Ana Sanches.	OUTUBRO 23/10 a 27/10	TJBA
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de donativos para os projetos filantrópicos Lar Frei Lucas de Moráes. Os pacotes de fraldas foram captados na Feira do Servidor. Os alimentos arrecadados são resultados da ação Troca Solidária do livro infantil “Olha! Henrique Aprontando.	NOVEMBRO 06/11	Lar Frei Lucas - R. Guilherme Marback, nº 22, Bonfim
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de donativos Instituto Mãe Conceição. Os alimentos arrecadados são resultados da ação Troca Solidária do livro infantil “Olha! Henrique Aprontando” escrito por Leopoldo Bokor.	NOVEMBRO 06/11	Instituto Mãe Conceição - na Rua Boa Esperança, nº 231-E, Cabula
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de donativos para a JUÍZA LUCIANA PAIM, FÓRUM HAMILTON PEREIRA DE SOUZA FILHO, LOCALIZADO NA AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA s/n, CENTRO SOBRADINHO - BAHIA, e serão destinados para uma Instituição beneficiente. Os alimentos arrecadados são resultados da ação Troca Solidária do livro infantil “Olha! Henrique Aprontando” escrito por Leopoldo Bokor.	NOVEMBRO 08/11	Em parceria com a JUIZA LUCIANA PAIM, FÓRUM HAMILTON PEREIRA DE SOUZA FILHO, LOCALIZADO NA AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA s/n, CENTRO SOBRADINHO – BAHIA.
	A Assessoria de Ação Social e o Núcleo Socioambiental do TJBA promovem Semana do Consumo Consciente, com incentivos propostos de modificar os padrões de consumo.	NOVEMBRO 07/11 a 10/11	TJBA
	CENTRO CULTURAL: recebeu a exposição Denissena, com nome: ''Grito Poetico''.	NOVEMBRO 07/11 a 17/11	TJBA
	CENTRO CULTURAL: recebeu a exposição coletiva da escola de Artes Cedraz.	NOVEMBRO 06/11 a 17/11	TJBA
	SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (planejamento)	NOVEMBRO 20/11 a 24/11	TJBA

	CENTRO CULTURAL: exposição da artista Dimas. (planejamento)	NOVEMBRO 20/11 a 1º/12	TJBA
	EVENTO JOVEM (planejamento)	NOVEMBRO 28/11 a 30/11	TJBA
	CAMPANHA NATAL SEM FOME NO SERTÃO EM PARCERIA COM SOS SERTÃO. (planejamento)	NOVEMBRO 27/11 a 15/12	TJBA
	CENTRO CULTURAL: exposição dos artistas Fernando e Rafaela. (planejamento)	DEZEMBRO 04/12 a 08/12	TJBA
	FEIRA DE NATAL (PARTE I) - Arrecadações de presentes para idosos do Irmã Dulce e alimentos não perecíveis. (planejamento)	DEZEMBRO 04/12 a 07/12	TJBA
	FEIRA DE NATAL (PARTE II) - Arrecadações de presentes para idosos e alimentos não perecíveis. (planejamento)	DEZEMBRO 12/12 a 15/12	TJBA
	ENTREGA DE DOAÇÕES (planejamento)	DEZEMBRO 18/12	-

6. AGENDA EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL 2023

MARÇO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
MARIA SOCORRO	20/03 a 24/03	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: TRISTE PARTIDA

ABRIL			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
ANDRÉ LUIS SÁ GOMES	10/04 a 14/04	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: PORTO DE SÃO FÉLIX
LUIDE ARAÚJO	24/04 a 28/04	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: SÃO JORGE

MAIO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
ZEL TORRES	02/05 a 12/05	FÓRUM RUY BARBOSA	TÍTULO: BORBOLETA
ZEL TORRES	12/05 a 26/05	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TÍTULO: HORTÊNSIAS

JUNHO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
ANDRÉ FERNANDES	02/06 a 09/06	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	EXPOSIÇÃO DO SOCIOAMBIENTAL
PROJETO TAMAR	12/06 a 16/06	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	EXPOSIÇÃO DO SOCIOAMBIENTAL SEM DOAÇÕES

JULHO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
MIRTHA OLIVEIRA	10/07 a 14/07	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO
DR. JEINE VIEIRA (JUÍZA)	17/07 a 28/07	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO

AGOSTO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
SÉRGIO AMORIM	31/07 a 18/08	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO
ACESSIBILIDADE	21/08 a 25/08	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	EXPOSIÇÃO DE ACESSECIBILIDADE SEM DOAÇÕES

SETEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
OSMAR	18/09 a 29/09	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO

OUTUBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
MARIA SOCORRO	02/10 a 06/10	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO
MARILIA	16/10 a 20/10	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO
ANA SANCHÊS	23/10 a 27/10	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO

OUTUBRO (RUY BARBOSA)			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
SUZANA MARIA	16/10 a 27/10	RUY BARBOSA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO

NOVEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
ESCOLA ARTES CEDRAZ	06/11 a17/11	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	PROCESSO DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO

DENISSENA	07/11 a 17/11	PRAÇA DE SERVIÇO	EXPOSIÇÃO DO SOCIOAMBIENTAL SEM DOAÇÕES
DIMAS	20/11 a 25/11	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	AGUARDANDO EXPOSIÇÃO

DEZEMBRO			
ARTISTA	DIAS DA EXPOSIÇÃO	LOCAL	QUADRO DOADO
FERNANDO E RAFAELA	04/12 a 08/12	ÁTRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	AGUARDANDO EXPOSIÇÃO

7. PROGRAMA SER PROMOÇÃO DO SABER, DO BEM-ESTAR E DO RECONHECIMENTO DO SERVIDOR - 2023

ANO	EMPRESA PARCEIRA	DESCONTOS E SERVIÇOS	ANDAMENTO DO PROCESSO
2023	AVATIM	Avatim, do ramo de aromatizantes e produtos de bem-estar 10% de desconto nos produtos.	FINALIZADO
	Alclin Hospital de Olhos	Alclin Hospital de Olhos, do ramo da saúde oferece preços especiais em diversos serviços http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/PDF-PRECOS-HOSPITAL-DE-OLHOS-ALCLIN.pdf	FINALIZADO
	Dalia Acqua Sport	Empresa parceira no ramo de exercício físico e bem-estar 15% de desconto, a partir de planos trimestrais, nas modalidades de musculação, natação e hidroginástica.	FINALIZADO
	Faculdade Mustruia18	A Faculdade Mustruia18 oferece 25% de desconto nos seguintes serviços ou nas mensalidades: tradução e interpretação em Libras, audiodescrição e mediação de eventos nas modalidades remotas e/ou presenciais; curso e formação em Libras audiodescrição, educação inclusiva e outras formações presenciais ou remotas; oferta de palestrantes e organização de eventos virtuais.	FINALIZADO
	A academia Atmosfera Feminina	A academia Atmosfera Feminina – oferece 10% de desconto nas mensalidades	FINALIZADO
	Simonne Pereira Confeitaria	Simonne Pereira Confeitaria - 10% de desconto em todos os produtos da confeitaria.	FINALIZADO
	Consultório Dra. Jamile Bittencourt	Consultório Dra. Jamile Bittencourt -15% de desconto para Tratamentos Ortodônticos com Alinhamento Invisalign, Bráquetes Autoligados e Clareamento Dental.	FINALIZADO
	VIVASC Angioclínica de Salvador	VIVASC Angioclínica de Salvador. Servidores do Tribunal baiano recebem 10% de desconto em consultas médicas em angiologia, cirurgia vascular e exames doppler vascular.	FINALIZADO
	Instituto Kharis	Descontos de 15% em serviços de fisioterapia e médico.	FINALIZADO
	Projeto Tamar	Servidores do Judiciário baiano podem utilizar a meia-entrada durante a visitação no Projeto Tamar	FINALIZADO

	Indique Empresas	O Programa SER do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), uma iniciativa voltada a estabelecer parcerias com empresas locais, convida os servidores do TJBA a acessarem o Portal do Programa, para sugerir novas instituições através do link “Indique Empresas”. As indicações podem incluir empresas da capital ou do interior. O TJBA fará o contato com os nomes sugeridos, visando firmar cooperações. O Programa SER é uma das iniciativas sob a supervisão da Assessoria de Ação Social, uma unidade vinculada à Presidência do TJBA, instituição liderada pelo Desembargador Nilson Soares Castelo Branco	FINALIZADO
	A Minds English School	A Minds English School é um centro de formação de ensino da língua inglesa e oferece descontos em cursos de idiomas para credenciados do Programa SER. Para inglês completo, com foco em conversação, os descontos variam de 20% para pagamento parcelado e 40% à vista.	FINALIZADO
	Uzzi Acessórios	Já a Uzzi Acessórios, uma loja on-line que vende produtos como brincos, correntes e pulseiras, oferece um desconto de 30% para associados ao Programa.	FINALIZADO
	Centro Terapêutico do idoso Flor de Lótus de Ltda	10% de desconto em todos os serviços	FINALIZADO
	Salvador Car Comércio de veículos LTDA	Arquivado	ARQUIVADO
	Modelli Indústria e Comércio de Móveis Ltda	Armarios, paineis e móveis em MDF	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/53527
	Chocolateria e Cafeteria Cruz e Cia Ltda	10% de desconto	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/52711
	ECOLINK REDE SOCIOAMBIENTAL	10% de desconto	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/63622
	ACS BRASIL SERVIÇOS CADASTRAIS EIRELI	15% de desconto	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/65778
	ZERO SALVADOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	50% de desconto no terceiro produto de menor valor	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/65796
	PATRÍCIA CAROLINA SOUZA FERNANDES	ANDAMENTO	ANDAMENTO TJ-ADM-2023/65797

7.1. Indicadores

Ano	Campanha Solidárias/Feiras	Período/Mês	Instituição/Local	Quantitativo
2023	FEIRA E CAMPANHA DIA DA MULHER: para arrecadar itens de higiene (sabonetes, desodorantes, shampoos, condicionadores, cremes dentais, escovas de dente, hidratantes, absorventes e perfumes) para mulheres carentes e em situação de rua ou vulnerabilidade social. A ação acontece por meio de parceria da Assessoria de Ação Social com a Coordenadoria da Mulher.	FEVEREIRO FEVEREIRO A MARÇO DE 2023	As arrecadações foram direcionadas ao Projeto Social 1+1 é sempre mais que 2.	50 Kits de itens de higiene(sabonetes, desodorantes, shampoos, condicionadores, cremes dentais, escovas de dente, hidratantes, absorventes e perfumes)

	CAMPANHA SOPA DO AMOR - EM PARCERIA COM O GABINETE DA DESA. LÍGIA	MARÇO ABRIL MAIO JUNHO JULHO AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO NOVEMBRO DEZEMBRO	AÇÃO COM MORADORES DE RUA	AÇÃO COM MORADORES DE RUA
	FEIRA DA PÁSCOA - Arrecadações de material escolar e chocolate bis.	ABRIL 03/04 a 05/04	Arrecadação de chocolates para os alunos da Creche Escola Municipal Teresa Cristina.	58 Chocolates bis
	Assessoria de Ação Social em parceria com a CCI 'REGISTRE-SE'	ABRIL 14/04	Praça Marechal Deodoro, no bairro do Comércio	OBTEVE O PAPEL DE CONSEGUIR ABRIGOS E INTERMEDIAÇÃO JUNTO À PREFEITURA PARA PARTICIPAÇÃO JUNTO AO CRAS E AO POP RUA.
	FEIRA DIA DAS MÃES (PARTE I) - Arrecadação de alimentos não perecíveis e brinde.	ABRIL 26/04 a 28/04	Praça de serviço do TJBA/ Em homenagem ao Dia das Mães. Para o Concurso "Minha mãe bem na foto", as cestas que o primeiro e o segundo colocados ganharam são compostas por brindes dos expositores da Feira do Dia das Mães, realizada no Tribunal. E realizou a entrega de alimentos não perecíveis para os idosos do Asilo São Lázaro. Os itens foram doados por participantes da Feira do Dia das Mães e da Feira de São João	2 Cestas grandes com diversos brindes.
	FEIRA DIA DAS MÃES (PARTE II) – Arrecadação de alimentos não perecíveis e brinde.	ABRIL 03/05 a 05/05	Foi doada uma cesta de brindes para a Campanha "Pai presente", cujos itens foram arrecadados da Feira do Dia das Mães. Sede do Laboratório Biocroma, situado na Rua Conselheiro Pedro Luiz, n. 66, Rio Vermelho	1 cesta grande com diversos brindes
	FEIRA DA SUSTENTABILIDADE – Foram doadas mudas para os servidores, a fim de estimular a plantação.	JUNHO 05/06 a 07/06	TJBA	134 mudas doadas

	FEIRA DE SÃO JOÃO – Arrecadação de alimentos não perecíveis e livros.	JUNHO 19/06 a 22/09	Arrecadação de livros para a Campanha Virando páginas. Houve a entrega de alimentos não perecíveis para os idosos do Asilo São Lázaro. Os itens foram doados por participantes da Feira do Dia das Mães e da Feira de São João.	160 quilos de alimentos não perecíveis
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de materiais escolares arrecadados na Feira da Páscoa para as crianças da Creche Escola Municipal Teresa Cristina. Na ocasião, foram doados lápis, borrachas, apontadores, canetas, lápis de cor, colas, réguas, tintas, durex e folhas de papel ofício. A iniciativa atende ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio "promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026".	JUNHO 16/06	Creche Escola Municipal Teresa Cristina - R. Dep. Paulo Jackson, 580, Piatã.	60 Kits (lápis, borrachas, apontadores, canetas, lápis de cor, colas, réguas, tintas, durex e folhas de papel ofício).
	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de roupas para a Associação Beneficente Casa de Santa Maria.	JULHO 03/07	Casa de Santa Maria - R. Santa Teresinha, 2, Sussuarana	8 sacolas grandes de roupa.
	Assessoria de Ação Social promove o Projeto "Contação de História" no mês de Outubro, na Creche Escola Tereza Cristina. Na oportunidade, serão utilizados os livros doados no "Biblioteca Amiga" do ano de 2022, o projeto que arrecada livros paradidáticos e lúdicos, adequados à faixa etária de 2 a 10 anos de idade. A proposta atende ao objetivo estratégico M2.3 do PJBA, que tem como desafio "promover, anualmente, ao menos duas ações de cidadania voltadas à orientação do público escolar do ensino fundamental e médio, até 2026".	JULHO AGOSTO SETEMBRO OUTUBRO	SITE TJBA /Creche Escola Tereza Cristina	Projeto Contação de História com os livros doados no "Biblioteca Amiga" do ano de 2022, o projeto que arrecadou livros.
	Feira Qualidade de Vida e Bem-Estar – Serviços disponíveis a servidores, magistrados e estagiários.	AGOSTO	TJBA	Serviços disponíveis a servidores, magistrados e estagiários, como: aferição de pressão, glicemia, amostra de suplementos, automaquiagem, massagem, entre outras coisas.
	Campanhas de arrecadação de alimentos não perecíveis na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência.	AGOSTO 22/08 a 25/08	TJBA	268 itens de alimentos não perecíveis.

	Educação e Cidadania: Assessoria de Ação Social do TJBA promove dinâmicas com alunos da Escola Jesus Cristo, no bairro de Pau da Lima. Dinâmicas educacionais abrangendo os temas “Estudo e Profissão”. Essa iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico M2.3 do TJBA, que se propõe a promover ações de cidadania voltadas à orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia até o ano de 2026.	AGOSTO 09/08	Escola Jesus Cristo- Rua Jayme Vieira Lima, 104, São Marcos	Dinâmicas educacionais abrangendo os temas “Estudo e Profissão”, ações de cidadania voltadas à orientação dos estudantes do ensino fundamental e médio do estado da Bahia.
	Assessoria de Ação Social entrega arrecadações da Campanha “Doe para aquecer quem precisa”, bem como a arrecadação da Feira do Dia dos Namorados.	SETEMBRO 06/09	Abrigo São Gabriel para Idosos- R. da Boa Viagem, 6, Boa Viagem	42 (mantas, lençóis e edredom).
	Troca solidária: durante o lançamento do livro “Olha! Henrique Aprontando” no TJBA.	OUTUBRO 05/10	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de alimentos para os projetos filantrópicos Lar Frei Lucas de Moráes. Entrega de donativos Instituto Mãe Conceição. Entrega de alimentos não perecíveis para a JUÍZA LUCIANA PAIM, DO FÓRUM HAMILTON PEREIRA DE SOUZA FILHO AV. JOSÉ BALBINO DE SOUZA s/n, CENTRO SOBRADINHO-BAHIA	+ 300 quilos de alimentos são arrecadados
	FEIRA DO SERVIDOR - Arrecadações de fralda geriátrica e presentes.	OUTUBRO 23/10 a 27/10	Assessoria de Ação Social realizou a entrega de donativos para os projetos filantrópicos Lar Frei Lucas de Moráes. Os pacotes de fraldas foram captados na Feira do Servidor.	25 pacotes de fraldas geriátricas
	Assessoria de Ação Social do TJBA realiza Projeto “Contação de história” na Creche Escola Teresa Cristina e entrega brinquedos arrecadados na Feira de Primavera, na Feira do Dia das Crianças e da Campanha “Faça uma criança feliz, doe um brinquedo”, para as crianças da instituição.		Creche Escola Municipal Teresa Cristina – Rua Dep. Paulo Jackson, 580, Piatã	Contação de histórias para todas as turmas de voluntários do Projeto “Contação de História”. Entrega de doações de 211 brinquedos/ presentes. 230 sacolinhas de doces que se disponibilizavam de pirulitos, balas, pé de moleque, paçoca, nucita, cocada, bananada, chiclete, chocolate, entre outras.

	A Assessoria de Ação Social e O Núcleo Socioambiental do TJBA promovem Semana do Consumo Consciente, com incentivos propostos de modificar os padrões de consumo.	NOVEMBRO 07/11 a 10/11	TJBA	Incentivos propostos de modificar os padrões de consumo
	SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA – Arrecadação de alimentos não perecíveis. (planejamento)	NOVEMBRO 20/11 a 24/11	TJBA	PLANEJAMENTO
	CAMPANHA NATAL SEM FOME NO SERTÃO EM PARCERIA COM SOS SERTÃO. (planejamento)	NOVEMBRO DEZEMBRO	TJBA	PLANEJAMENTO
	FEIRA DE NATAL (PARTE I) – Arrecadação de presentes para idosos (planejamento)	DEZEMBRO 04 a 07/12	TJBA	PLANEJAMENTO
	FEIRA DE NATAL (PARTE II) - Arrecadação de alimentos não perecíveis. (planejamento)	DEZEMBRO 12 a 15/12	TJBA	PLANEJAMENTO

8. PROJETOS

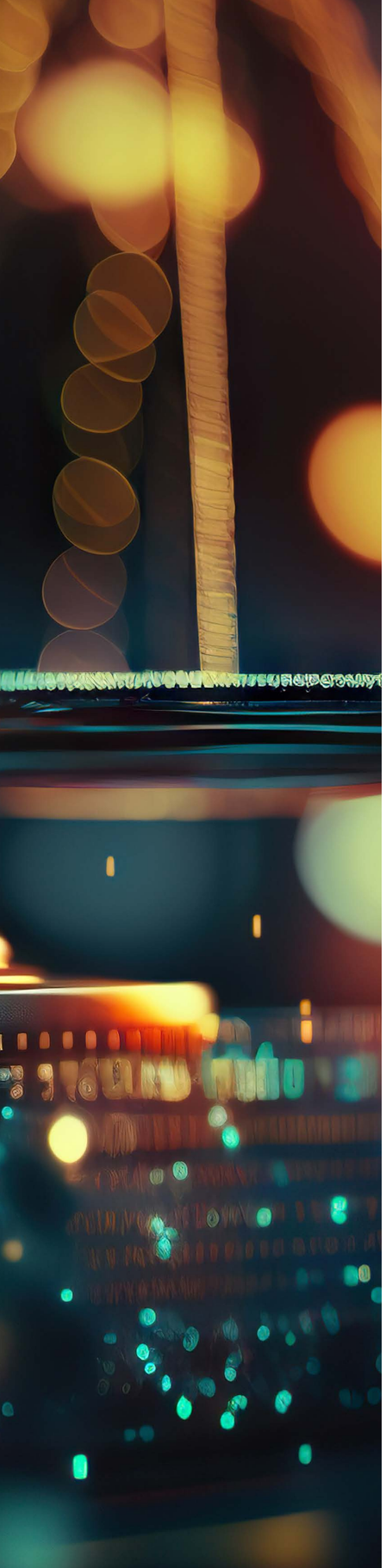
8.1. FEIRA ORGÂNICA - a Feira de Produtos Orgânicos e Naturais é realizada semanalmente. Os alimentos são vendidos diretamente por produtores, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento sustentável, isto é, livre de agrotóxicos, tornando o produto orgânico acessível ao maior número do público-alvo deste PJBA, já que os consumidores finais têm, à disposição, frutas, verduras e legumes de alta qualidade e com preços razoáveis, ou seja, melhora a qualidade de vida dos servidores e dos Magistrados, visando a uma alimentação equilibrada.

8.2. FEIRAS TEMÁTICAS - são realizadas em datas comemorativas, tais como Dia das Mães, Dia do Servidor Público, Dia da Mulher, São João, Natal e do Meio Ambiente.

8.3. PROGRAMA SER - programa que contempla o Clube de Desconto Especial do Poder Judiciário, objetivando firmar parcerias com empresas de diversos ramos com a finalidade de oferecer a servidores e Magistrados do Poder Judiciário do Estado da Bahia, ativos e inativos, mediante outorga de descontos na aquisição de produtos e serviços perante o credenciado.

8.4. CENTRO CULTURAL - exposição das obras de artistas no átrio do Tribunal de Justiça da Bahia, dentro da programação do Centro Cultural, bem como nos Fóruns Ruy Barbosa e Regional do Imbuí, ambos na Capital. Anualmente, o TJBA publiciza editais para inscrição dos interessados, publicados no DPJ, onde o(a) artista deve realizar a inscrição, mediante requisitos previamente estabelecidos. Além disso, deve apresentar proposta com dados de identificação civil e uma mostra do trabalho a ser exposto.

8.5. CAMPANHAS SOLIDÁRIAS - são realizadas campanhas para doação de brinquedos, agasalhos, material de higiene e alimentos não perecíveis para instituições não governamentais da Capital.



GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) é o órgão subordinado diretamente à Presidência e está sob a coordenação da Comissão Permanente de Segurança. Tem como missão o planejamento e a execução das atividades relacionadas à segurança institucional do Tribunal de Justiça da Bahia.

O GSI, órgão de assessoria à Presidência do Tribunal de Justiça nos assuntos de natureza militar e de segurança institucional, possui a seguinte estrutura orgânica:

I. Chefia;
II. Subchefia;
III. Ajudância de Ordens;
IV. Coordenação Administrativa;
V. Coordenação de Segurança Pessoal e Inteligência;
VI. Coordenação de Segurança Patrimonial;
VII. Coordenação de Material Bélico; e
VII. Comandantes de Policiamento.

A atual gestão deste GSI assumiu a função em 03/02/2022 e o presente relatório tem por objetivo fornecer informações sobre a sua produtividade e descrever as principais ações efetuadas durante o biênio 2022/2024. Representa a accountability, o dever de prestar contas, “um senso (individual ou coletivo) de responsabilidade por resultados”, em prol da transparência e da fiscalização, que todo aquele, ao utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiros, bens e valores públicos, deve prestar à população e a outros órgãos.

Em nossa gestão, buscamos sempre pautar pela compliance, ou seja, compreendendo o alinhamento às diversas normas existentes, como leis e regulamentos, e o cumprimento das obrigações e dos processos internos, o que denota estar ajustado às regras da instituição, que devem ser observadas e cumpridas rigorosamente, de modo a proporcionar mais segurança nas relações de trabalho, minimizar a probabilidade de acontecer desvios, contribuir para a geração de um ambiente de trabalho saudável e propiciar o bem-estar dos colaboradores.

1. PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS

1.1 Criação e Operacionalização da Operação Justiça Segura

A Operação Justiça Segura foi implantada em 1º/04/2022 e continua em pleno funcionamento até a presente data. Tem por objetivo fortalecer a segurança orgânica nas Unidades do Poder Judiciário em funcionamento nas cidades de Salvador, Lauro de Freitas e Feira de Santana, mediante o emprego extraordinário e remunerado de militares estaduais, nos dias de folga da escala de serviço ordinária, com o objetivo de alcançar a segurança efetiva, como resultado direto do incremento das ações preventivas, com ganho na ostensividade e aumento da ação de presença e da taxa de impacto visual.

As Unidades contempladas com o efetivo da Justiça Segura são Tribunal de Justiça, Fórum Ruy Barbosa, Central dos Juizados Especiais Min. Adhemar Raymundo da Silva, Fórum Criminal Des. Carlos Souto, Fórum Des. Filinto Bastos (Feira de Santana) e as 1ª e 2ª Varas da Fazenda Púbica em Lauro de Freitas, totalizando 6 (seis) postos de serviço.

A Operação Justiça Segura acontece de segunda a sexta-feira, empregando 12 (doze) policiais militares por dia e 240 (duzentos e quarenta) por mês, a um custo mensal estimado de R$100.000,00 (cem mil reais), financiado com recursos orçamentários da Polícia Militar da Bahia.

1.2 Criação do Comitê de Qualidade do GSI

Por meio da Portaria nº 001/2022/GSI-Salvador, foi instituído, no âmbito do GSI, o Comitê de Qualidade que é um órgão de caráter consultivo e tem por finalidade assessorar o Chefe do GSI na formulação, na proposição e na implementação de diretrizes e ações que valorizem e motivem a equipe de trabalho e, a partir de metas desafiadoras, contribua para a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão no âmbito do GSI.

O Comitê de Qualidade é composto pelo Chefe e Subchefe do GSI, pelos demais oficiais que compõem a equipe de trabalho e por representantes das praças. A reunião é mensal e visa tratar das questões atinentes à gestão operacional e administrativa, na busca permanente pela excelência e pela melhoria contínua dos serviços prestados ao TJBA, assim como das condições de trabalho dos militares estaduais.

1.3 Criação do Prêmio PM Padrão do GSI

Mediante a Portaria nº 002/2022/GSI, foi constituído, no âmbito do GSI, o Prêmio PM Padrão, que é concedido, mensalmente nas categorias oficiais e praças, aos policiais militares detentores de méritos pessoais e profissionais, que se sobressaiam no cumprimento do dever.

Foram escolhidos como PM Padrão, nas categorias Oficial e Praça nos anos de 2022 e 2023, até o presente momento, os seguintes militares estaduais:

Quadro 1. Policiais Militares Padrões do Ano de 2022 e 2023

MÊS	ANO 2022		ANO 2023	
	OFICIAL	PRAÇA	OFICIAL	PRAÇA
Fevereiro	Maj PM C. Eduardo	ST PM Cristiane	Maj PM Dalmo	Sgt PM Félix
Março	Maj PM Ana Rocha	Cb PM Bastos	Cap PM Mansur	Sgt PM Jander
Abril	Cap PM Danilo	Sd PM Jeã	Cap PM Danilo	Cb PM Calmon
Maio	Cap PM Guimarães	Sgt PM Ferreira	Cap PM Bitencourt	Cb PM Handerson
Junho	Cap PM Bitencourt	Cb PM George	Cap PM Guimarães	ST PM Luciene
Julho	Cap PM Mansur	Cb PM Joselito	Cap PM Danilo	ST PM Joabe
Agosto	Maj PM Dalmo	Cb PM Marly	Cap PM Mansur	Sgt PM Simone Conceição
Setembro	TC PM Jáder Martins	ST PM Wilson	Maj PM Dalmo	Sgt PM Cristiane
Outubro	Maj PM C. Eduardo	ST PM S. Bento		
Novembro	Maj PM Ana Rocha	Cb PM Jozeane		

No mês de dezembro, não procedemos à escolha do policial militar padrão, em razão da eleição do policial militar padrão do respectivo ano. Em votação com todo o efetivo, foram escolhidos como PM Padrão do Ano de 2022, na categoria Oficial e Praça, os seguintes policiais militares:

- **Maj PM Ana Rocha; e**
- **ST PM Cristiane.**

1.4 Adoção e elaboração do Plano de Gestão Anual como Instrumento de Gestão

O Plano de Gestão Anual (PGA) consiste em uma ferramenta de planejamento e gestão que traça o perfil da entidade, conferindo intenções comuns aos seus integrantes, na medida em que, por meio de um processo de construção coletiva, define as iniciativas prioritárias para um determinado exercício.

Nesse cenário, o PGA funciona como um guia, uma bússola para os militares estaduais e colaboradores integrantes da equipe do GSI, sinalizando os desafios e as principais entregas programadas ao longo do ano, cabendo, portanto, todo o empenho e esforço no sentido de realizá-las, haja vista o planejamento para atender às demandas funcionais, institucionais e pessoais, devidamente alinhadas com as diretrizes estratégicas do PJBA e da PMBA.

O PGA se revela como um instrumento que favorece a cultura de planejamento, pois consolida e comunica ao público interno e externo, em um único documento, a estratégia organizacional de curto prazo, com o detalhamento das iniciativas programadas para um determinado período. Portanto, o êxito da nossa missão perpassa pela entrega efetiva dos projetos e das atividades estabelecidas neste documento.

Nesse biênio de gestão, foram elaborados dois PGAs referentes, respectivamente, aos anos de 2022 e 2023, estruturados nesse recorte temporal para facilitar o gerenciamento e o monitoramento. Ademais, cumpriu o papel de proporcionar a publicidade e a transparência que todos os atos da administração pública devem zelar.

1.5 Elaboração do Manual de Atribuições e Atividades do GSI

O GSI assumiu como lema “Excelência na Segurança Institucional é Essencial para a Excelência na Prestação Jurisdicional”, o qual simboliza o compromisso do GSI em prestar serviços de qualidade com inovação, criatividade, dinamismo, proatividade e melhoria contínua, de modo a promover as condições adequadas de segurança, a fim de possibilitar aos(às) magistrados(as) e aos(às) servidores(as) do Poder Judiciário da Bahia (PJBA) o pleno exercício de suas competências e atribuições em perfeito alinhamento com o Plano Estratégico Institucional, contribuindo para o alcance da sua visão de futuro: o PJBA é modelo de excelência na prestação jurisdicional.

Diante da inexistência de um documento doutrinador das práticas, das condutas, das obrigações e das responsabilidades das funções existentes no GSI, elaboramos o Manual de Atribuições e Atividades com o objetivo principal de catalogar as atribuições e descrever as atividades que são executadas no cotidiano por cada líder, por cada seção, por cada militar estadual, na trilha da padronização das rotinas e das condutas operativas e gerenciais, sem jamais ter a presunção de engessar ou robotizar o comportamento humano, sempre com espaço para o novo e para as adequações evolutivas.

A elaboração de manuais é importante na vida das organizações. Eles contribuem para a formalização dos procedimentos e possibilitam a otimização dos esforços, em razão do maior emprego das capacidades individuais dos colaboradores e das menores dúvidas em relação às atividades e aos procedimentos a serem desenvolvidos no ambiente de trabalho. Ademais, essas ações fortalecem a memória orgânica e a cultura organizacional.

O Manual de Atribuições e Atividades foi elaborado com a participação de todos os oficiais integrantes da equipe do GSI, para promover a transparência das atribuições e das atividades desempenhadas pelo contingente, assim como para criar doutrina e padronizar condutas e rotinas. A ideia é facilitar os processos de execução das demandas das mais diversas ações,

proporcionando ganhos no controle, na padronização e na racionalização dos procedimentos. Reflete a busca permanente em elevar o padrão de qualidade dos serviços prestados, além do que será utilizado como material didático na capacitação e no treinamento do efetivo que atua ou venha a atuar futuramente no GSI.

1.6 Protocolo que Regulamenta as Atividades Rotineiras do GSI

Protocolo foi elaborado com a finalidade de regulamentar os procedimentos e as atividades rotineiras dos militares estaduais integrantes do GSI empregados no policiamento ostensivo, sem prejuízo daquelas contidas em outros diplomas legais castrenses. Nesse documento, são detalhados os deveres, as tarefas e as orientações sobre as atribuições e as práticas a serem desenvolvidas pelos militares durante a sua jornada de serviço, com o fito de padronizar os processos e impulsionar os resultados positivos.

1.7 Protocolo de Solicitação e Entrega de Imagens

Documento elaborado pelo GSI e aprovado pela Comissão Permanente de Segurança com o objetivo de regular o procedimento de solicitação e entrega das imagens do sistema de videomonitoramento do TJBA. O protocolo surgiu a partir da percepção da necessidade de evitar falhas na adoção de providências para a captura das imagens e a entrega ao demandante em tempo hábil, evitando prejuízo relacionado ao fato gerador da solicitação. O documento tem como público-alvo os magistrados, os administradores de unidades e os colaboradores que atuam no Centro Integrado de Gestão de Segurança (CIGS), onde a operação de videomonitoramento está centralizada.

1.8 Protocolo que Regula a utilização dos Pórticos Detectores de Metais

Esse protocolo foi elaborado pelo GSI e aprovado pela Comissão Permanente de Segurança com o objetivo de regular a utilização dos pórticos detectores de metais instalados em algumas das unidades judiciárias do PJBA. A produção desse documento tornou-se imprescindível no caminho da máxima eficiência na utilização do referido equipamento, com a proposta de aumentar o nível de segurança orgânica. O documento tem como público-alvo os magistrados, os administradores de unidades, os policiais militares do GSI e os agentes de portaria.

1.9 Produção do Guia de Utilização do Detector de Metais Portátil

O guia foi elaborado pelo GSI e aprovado pela Comissão Permanente de Segurança com o objetivo de orientar a utilização dos detectores de metais portáteis adquiridos pelo TJBA e enviados para todas as suas unidades. A produção desse documento se fez necessária para instruir os agentes de portaria e dar ciência aos demais envolvidos no processo das peculiaridades na utilização da ferramenta de segurança. O documento tem como público-alvo os magistrados, os administradores de unidades, os policiais militares do GSI e os agentes de portaria.

1.10 Elaboração do Plano de Segurança - Fórum das Famílias

Em março de 2023, o Exmo. Sr. Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do TJBA demandou uma atenção especial, no que diz respeito à segurança por ocasião do recebimento de presos para as audiências de custódia das prisões civis no Fórum das Famílias, por força de

uma decisão da então Corregedora Nacional de Justiça, a Exma. Sr ª. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, proferida em agosto de 2022. Assim, o GSI elaborou um plano de segurança específico, o qual foi aprovado pela Comissão Permanente de Segurança e aplicado na unidade em referência.

1.11 Implantação da Função de Comandante de Policiamento nos Fóruns

Na busca de melhorar a qualidade, o controle e a performance dos serviços prestados, diante da dispersão territorial das sedes das unidades judiciárias, percebemos a necessidade de alocar 1 (um) oficial para exercer o Comando de Policiamento no Fórum Ruy Barbosa, na Central dos Juizados Especiais Min. Adhemar Raymundo da Silva e no Fórum Criminal Des. Carlos Souto. Nesse sentido, designamos 1 (um) oficial para exercer a função de Comandante de Policiamento para cada um dos fóruns em relevo.

O Comandante de Policiamento é o oficial que exerce a gestão da segurança orgânica e do contingente de militares estaduais disponíveis para o serviço em cada um dos respectivos fóruns. Para efeito de desdobramento operacional, salienta-se que a Vara de Audiência de Custódia; a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (UNIJORGE); a 2ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais Criminais de Itapuã; as unidades instaladas na cidade de Lauro de Freitas (o Fórum Criminal, o Fórum Cível João Mendes e a Primeira e Segunda Varas da Fazenda Pública) são atreladas à gestão do oficial responsável pela Central dos Juizados Especiais. Já a Quinta e a Sexta Varas do Sistema dos Juizados Especiais Criminais da Lapinha vinculam-se à égide do Oficial responsável pelo Fórum Ruy Barbosa.

A principal atribuição do Comandante do Policiamento é ser o corresponsável pela segurança institucional dos magistrados e dos servidores que laboram nas respectivas unidades judiciárias, mantendo o Chefe do GSI informado sobre todos os atos, fatos ocorridos e medidas adotadas.

1.12 Desenvolvimento do Projeto de Defesa Pessoal

Em Julho de 2022, foi implantado o Projeto de Defesa Pessoal no Fórum Criminal Des. Carlos Souto, tendo como público-alvo policiais militares do GSI e servidores do Poder Judiciário. Para esse projeto, temos como instrutor um militar estadual do GSI faixa preta em Hapkidô 3º Dan e Taekwondo 4º Dan. As aulas acontecem às segundas, quartas e sextas, das 8h às 18h. O objetivo primaz desse projeto é preparar os militares e os servidores, a fim de promoverem a defesa pessoal própria ou de terceiros, agregando, ao máximo, as potencialidades físicas, cognitivas e emocionais do agente.

2. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Coordenação Administrativa faz parte da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional e tem por missão a administração de pessoal, assim como a confecção das escalas de serviço e a execução de atividades de secretaria, confeccionando e recepcionando documentos internos e externos.

No cumprimento da sua missão, a Coordenação Administrativa elaborou 1072 (mil e setenta e dois) ofícios durante a gestão e produziu 216 (duzentos e dezesseis) processos de pagamentos de diárias para seu efetivo em missões do TJBA fora desta capital, dando, assim, suporte às demais Coordenações do GSI.

2.1 Evolução do Efetivo à disposição do GSI

No início da gestão, precisamente em fevereiro de 2022, o GSI contava com o efetivo total disponível de 110 (cento e dez) militares estaduais. No mesmo ano, no mês de dezembro, como consequência das ações gerenciais prolatadas pela chefia e pela equipe de oficiais do GSI, direcionadas a robustecer o quadro de pessoal existente, houve uma evolução positiva e alcançamos o quantitativo de 124 (cento e vinte e quatro) integrantes. No presente momento de elaboração deste relatório, o contingente de militares estaduais totaliza 126 (cento e vinte e seis), o que se traduz em números absolutos em um aumento de 16 (dezesseis) militares estaduais em relação ao início da gestão, o que representa um acréscimo de 14,55%. Infere-se que o crescimento, na disponibilidade de pessoal, favorece um melhor atendimento por parte do GSI das demandas por segurança institucional do TJBA. No quadro 2, ilustramos, ano a ano, as fases desse avanço.

Salienta-se que o GSI possui, em seu quadro de pessoal, policiais militares lotados na Casa Militar do Governador, no Batalhão de Polícia de Guardas e na Companhia Independente de Policiamento de Guardas/Feira de Santana, todos colocados à disposição do TJBA.

Quadro 2 - Evolução do Efetivo

QUADRO DE EFETIVO			
POSTO/GRAD	FEV/2022	DEZ/2022	NOV/2023
Cel PM	01	01	01
TC PM	01	01	01
Maj PM	02	03	03
Cap PM	05	04	04
SubTen PM	04	13	10
Sgt PM	30	31	40
Cb PM	31	31	26
Sd PM	36	40	41
TOTAL	**110**	**124**	**126**

2.2 Capacitação do Efetivo

Visando à capacitação e à qualificação do efetivo, o GSI implantou dois projetos para a realização de cursos que pudessem melhorar a qualificação e, consequentemente, a atuação dos seus policiais militares.

O primeiro foi o Projeto "GSI no Alvo" com o objetivo de aprimorar a proficiência do tiro policial para o contingente. Nessa senda, 37 (trinta e sete) policiais militares realizaram esse aperfeiçoamento com o treinamento composto de aulas teóricas e práticas, realizadas na Vila Militar do Bonfim, onde cada policial que participou da capacitação efetuou 200 (duzentos) disparos de arma de fogo. Esse curso foi patrocinado pela PMBA.

O outro projeto desenvolvido foi o "Vidas a Salvar" que propiciou a realização, junto à Universidade Corporativa do TJBA (UNICORP), do curso de Atendimento Pré-Hospitalar. As instruções foram ministradas por prepostos do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) e teve por escopo a capacitação dos policiais militares para o primeiro atendimento em casos de

acidentes e emergências clínicas dentro e fora do ambiente de trabalho. Nesse curso, foram qualificados 102 (cento e dois) policiais militares.

Além da realização desses cursos, nossos policiais militares participaram de outros eventos de capacitação realizados em diversas instituições parceiras como a Polícia Militar da Bahia (PMBA), o Exército Brasileiro (EB), a Casa Militar do Governador (CMG), a Secretaria da Segurança Pública (SSP), a Justiça Federal (JF) e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), conforme detalhado no quadro 3.

Quadro - 3 Cursos Realizados em outros Órgãos

Nº	CURSO	INSTITUIÇÃO	QUANT.
1	Estágio de Proteção de Autoridades	JF	4
2	Curso de Ajudante de Ordens	PMBA	01
3	Curso Básico de Inteligência e Curso de Inteligência em Presídios	SSP	03
4	Curso de Gestão de Processo de Pessoal	PMBA	01
5	Curso de Proteção de Autoridades	CMG	02
6	Curso de Sobrevivência Policial Militar	PMBA	04
7	Aprofundamento para Instrutores de Justiça Restaurativa e Círculos de Paz	TJBA	01
8	Curso de Inteligência	ABIN	03
9	Curso de Proteção de Autoridades	EB	02

No que se refere ao processo natural de crescimento na carreira, aperfeiçoamento e formação dentro da estrutura da PMBA, 13 (treze) policiais militares realizaram o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, 19 (dezenove) fizeram o Curso de Formação de Sargentos e 5 (cinco) realizaram o Curso de Formação de Cabos.

2.3 Participação de Músicos e Alunos a Oficial da PMBA em Eventos no TJBA

Por diversas vezes, o GSI articulou, junto à Academia de Polícia Militar, a participação de alunos a oficial, para que pudessem abrilhantar, mediante a presença, os eventos promovidos pelo TJBA. De forma semelhante, foi requisitada, em muitas oportunidades, a presença de músicos da Banda de Música Maestro Wanderley da PMBA, a fim de executarem hinos e peças musicais em variadas solenidades realizadas pelo TJBA.

Nesse diapasão, elaboramos 10 (dez) solicitações de músicos e 4 (quatro) requerimentos de alunos a oficial, o que derivou a apresentação de 70 (setenta) cadetes e 20 músicos.

2.4 Produtividade Cartorial

Em relação à atividade de secretaria, as principais ações produzidas são catalogadas no quadro 4 que esmiúça, quantitativamente, os documentos e os procedimentos elaborados e gerenciados.

Quado 4 - Produção Cartorial

TIPO DE AÇÃO	ANO	
	2022	2023
Ofícios produzidos	568	514
Ordem de Policiamento Ostensivo	06	27
Memorandos	4	8
Ordem de Serviço	13	13
Lançamento de Diárias	83	121

3. Coordenação de Segurança Pessoal e Inteligência

Sob a coordenação da Comissão Permanente de Segurança, o GSI, por meio da Coordenação de Segurança Pessoal e Inteligência, durante o biênio 2022/2024, assessorou e subsidiou o processo decisório com informações e ações imprescindíveis a garantir e preservar a segurança de magistrados e servidores, em conjunto com outros órgãos de segurança do Estado, realizando o monitoramento acerca dos fatos que implicaram risco e/ou ameaça aos ativos institucionais, mensurando a necessidade de implementação de medidas de segurança pessoal ou outras que os mitiguem.

Assim, a Coordenação de Segurança Pessoal e Inteligência se assenhorou e monitorou as ocorrências, conforme elencadas no quadro 5.

Quadro 5 – Monitoramento em Situação de Risco a Magistrados e Servidores

Nº	MAGISTRADO / SERVIDOR	COMARCA	DATA	CONCLUSÃO	SITUAÇÃO
01	P. R. P. A. C. N.	Paulo Afonso	15/02/2022	Em andamento	Ameaça
02	C. S. P. S.	Paulo Afonso	15/02/2022	Em andamento	Ameaça
03	E. S. A.	Paulo Afonso	15/02/2022	Em andamento	Ameaça
04	C. P. M. S.	Salvador	10/03/2022	2022	Furto
05	G. I. V.	Miguel Calmon	16/03/2022	2022	Ameaça
06	L. G. S. L.	CNJ	21/03/2022	2022	Outros
07	B. M. S.	Salvador	23/03/2022	2022	Outros
08	C. V. M. A.	Maracás	24/03/2022	2022	Ameaça
09	T. S.	Cocos	13/04/2022	2022	Ameaça
10	A. S. C.	Salvador	19/04/2022	2022	Outros
11	A. M. N.	Salvador	26/04/2022	2022	Ameaça
12	M. L. M.	Lauro de Freitas	27/04/2022	2022	Ameaça
13	L. A. O. F.	Barra do Choça	06/05/2022	Em andamento	Ameaça
14	C. M. N. G. S.	Salvador	16/05/2022	2022	Ameaça
15	G. V. Q.	Teixeira de Freitas	26/05/2022	2022	Outros
16	R. C. R. C.	Salvador	20/06/2022	2022	Furto
17	C. E. S. C.	Formosa do Rio Preto	19/07/2022	2023	Ameaça
18	E. N. C.	Formosa do Rio Preto	19/07/2022	2023	Ameaça
19	Y. S. S.	Rio Real	26/07/2022	2022	Ameaça
20	T. J. N.	Itabela	15/08/2022	2022	Outros
21	J. E. R. R.	Salvador	24/08/2022	2022	Ameaça
22	A. V. A.	Salvador	25/08/2022	2022	Ameaça
23	A. V. D. M. N.	Salvador	21/09/2022	2022	Outros
24	C. L. S. P.	Salvador	26/09/2022	2022	Outros
25	P. À. C. B.	Barreiras	27/09/2022	2022	Ameaça
26	Y. D. S. C.	Formosa do Rio Preto	27/09/2022	2022	Ameaça
27	F. F. S.	Feira de Santana	29/09/2022	2022	Ameaça
28	D. S. C.	Conceição do Coité	12/10/2022	2023	Ameaça
29	C. M. P. R.	Salvador	26/10/2022	2022	Outros
30	I. L. B.	Ibotirama	13/12/2022	2023	Ameaça
31	G. P. D.	Salvador	15/12/2022	2022	Outros
32	C. V. M. A.	Salvador	03/02/2023	2023	Furto
33	J. G. C.	Salvador	28/02/2023	2023	Ameaça
34	C. J. B. O.	Salvador	09/03/2023	2023	Outros
35	G. I. V.	Miguel Calmon	05/04/2023	Em andamento	Ameaça
36	R. S. R. R.	Maragogipe	27/03/2023	2023	Ameaça
37	V. F. G. A.	Correntina	24/04/2023	2023	Ameaça
38	C. G. S. A.	Cansanção	28/04/2023		Ameaça
39	R. F. A. M.	Salvador	07/06/2023	2023	Ameaça
40	F. L. G.	Salvador	21/06/2023	2023	Agressão Verbal
41	J. P. G. N.	Salvador	21/06/2023	2023	Outros
42	F. C. B.	Santa Terezinha	22/06/2023	2023	Outros
43	G. R. H.	Simões Filho	05/07/2023	2023	Outros
44	M. S. C. G.	Salvador	18/07/2023	2023	Agressão Física
45	D. S.	Feira de Santana	27/07/2023	2023	Ameaça
46	M. F. S. C.	Salvador	30/08/2023	2023	Ameaça
47	R. R. R. C.	Barreiras	01/09/2023	Em andamento	Ameaça
48	C. C. M. S.	Jequié	05/09/2023	Em andamento	Ameaça
49	J. R. S. S.	Jequié	05/09/2023	Em andamento	Ameaça
50	M. Z. M. S.	Jequié	05/09/2023	Em andamento	Ameaça
51	M. L. S. B.	Jequié	05/09/2023	Em andamento	Ameaça
52	L. S. L.	Itamaraju	19/09/2023	2023	Ameaça
53	R. F. A. M.	Salvador	28/09/2023	2023	Outros
54	J. C. L. T.	Salvador	19/10/2023	2023	Outros

Durante o biênio 2022/2024, como se observa no quadro 5, a Coordenação de Segurança de Pessoal e Inteligência atendeu a demandas de 39 magistrados e 13 servidores, sendo produzidos 73 (setenta e três) relatórios de inteligência.

Como se pode constatar no Gráfico 1, a principal motivação ao livre exercício de magistrados e servidores do Judiciário foram os registros de Ameaças, representando 63% do total de situações que chegaram ao conhecimento do GSI. O segundo maior percentual corresponde a 28% de ocorrências relacionadas a “Outros”: engenharia social, extravio, multa indevida e

suposto clone de veículo, em que foi necessário o suporte desta Coordenação. Com menor representatividade, porém não menos importante, tem-se “Furto” com 5% e “Agressão” com 4%, sendo uma agressão física e outra verbal.

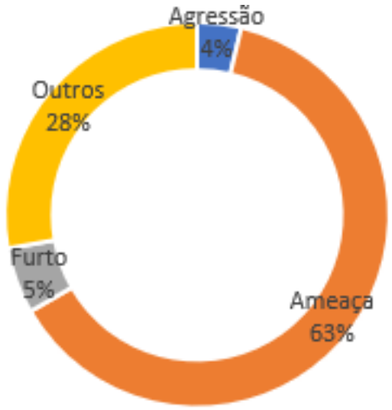


Gráfico 1 - Motivação do monitoramento

Ao longo do biênio em análise, foi autorizada e implementada a Proteção Pessoal a 9 Magistrados, abrangendo 7 Comarcas: Amargosa, Barra do Choça, Formosa do Rio Preto, Miguel Calmon, Paulo Afonso, Salvador e Saúde. Até o presente momento, 5 magistrados possuem a autorização da Comissão Permanente de Segurança e continuam com a segurança aproximada em relação às Comarcas de Barra do Choça, Miguel Calmon e Paulo Afonso.

Nesse primordial serviço, destacam-se a interação e a interoperabilidade entre as instituições, notadamente a Polícia Militar da Bahia, principalmente no âmbito do apoio operacional e no suporte informacional à Secretaria da Segurança Pública, à Polícia Civil da Bahia, ao Departamento de Polícia Técnica e à Secretaria de Administração Penitenciária.

3.1 Acompanhamentos e Apoio a Magistrados

Durante os anos de 2022 e 2023, foram executados 131 (cento e trinta e um) acompanhamentos de Magistrados nos mais diversos eventos, incluindo Desembargadores e Juízes (do TJBA e de outros Tribunais do Brasil), Ministros e Conselheiros das Cortes Superiores de Justiça.

Com a interveniência do GSI, foram realizados 26 (vinte e seis) apoios por meio dos Comandos de Policiamento Regionais da PMBA, para a segurança de comitiva da Corregedoria das Comarcas do Interior, em viagens ao interior do Estado.

Para a Corregedoria-Geral de Justiça, foram efetuadas 27 (vinte e sete) escoltas de comitivas em deslocamentos ao interior do Estado e nesta capital, protagonizados diretamente pelo efetivo do GSI e, também, com apoio de diversas Unidades Operacionais da Polícia Militar, a depender da área de ocorrência do evento.

4. Coordenação de Segurança Patrimonial

A Coordenação de Segurança Patrimonial (CSP) tem como missão dar assistência às questões afetas à proteção do patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, dispondo das ferramentas previstas na Resolução TJBA nº 06/2014, a qual instituiu a Política de Segurança do PJBA.

A CSP é responsável pela operação do sistema de videomonitoramento do TJBA, por meio do Centro Integrado de Gestão de Segurança (CIGS), atendendo às unidades nas respectivas solicitações de imagens e assessorando na elucidação de fatos de interesse. Além disso, acompanha os desdobramentos de ocorrências patrimoniais ilícitas no âmbito do TJBA, realiza análises de segurança e o que ocorrer na sua esfera de atribuições.

O efetivo vinculado à gestão da CSP está disposto como se observa no quadro 6.

Quadro 6 - Efetivo da CSP

EFETIVO		TOTAL
Oficiais	01	27
Auxiliar (praça PM)	01	
Plantonistas do CIGS (praças PM)	04	
Supervisor de videomonitoramento (terceirizado)	01	
Operadores de videomonitoramento (terceirizado)	20	

O quadro 7 detalha, em números, as ações da Coordenação de Segurança Patrimonial durante a gestão atual.

Quadro 7 – Ações Produzidas pela CSP

OCORRÊNCIA	2022	2023	TOTAL
Extração/remessa de imagens	45	32	77
Análise de segurança	2	6	8
Atendimento a comarcas	57	103	160
Assessoramento	33	49	82

Durante o ano de 2022, houve oito ocorrências de violações das estruturas das Unidades Judiciárias nas seguintes Comarcas: Paramirim, Ubaitaba, Terra Nova, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Freitas, Jequié, Brumado e Jaguaquara. Nesta última, vale destacar que estavam sendo custodiadas as urnas eletrônicas do pleito eleitoral, à época, em curso, porém nenhum dos equipamentos foi violado, devido à rápida intervenção do GSI em alinhamento com as forças de segurança local.

No ano de 2023, até o momento, ocorreram dois arrombamentos de Unidades Judiciárias (Cansanção e Tremedal), cabendo destacar que, de igual modo, não houve subtração de bens e/ou documentos, apesar do dano na estrutura física.

5. Coordenação de Material Bélico

A Coordenação de Material Bélico (CMB), inicialmente criada para atender ao Decreto Judiciário nº 007/2005, objetivando abrigar todo e qualquer material bélico, além de armas brancas e simulacros vinculados aos processos distribuídos às Varas Criminais desta Capital, realiza operações de recolhimento dos mesmos materiais nas comarcas do interior do Estado até a sua devida destruição junto ao Exército Brasileiro.

Com a publicação do Ato Normativo Conjunto nº 11, de 10 de junho de 2020, que veda o acautelamento ou o depósito de armas, munições ou quaisquer outros artefatos apreendidos, ainda que simulacros, vinculados a procedimentos judiciais ou administrativos, nas dependências do Poder Judiciário do Estado da Bahia, a CMB, com a autorização da Comissão Permanente de Segurança, tem realizado o recolhimento de armas de fogo em comarcas do interior do Estado, quando apreendidas antes do Ato Conjunto, as quais, posteriormente, são direcionadas, conforme o caso, para a destruição ou encaminhadas para a custódia do Departamento de Polícia Técnica. Além disso, a CMB presta assessoramento aos Magistrados que desejam adquirir ou renovar o Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) e oferece informações outras a respeito de artefatos bélicos.

No quadro 8, apresentamos a quantidade de material bélico recolhido e destruído na gestão 2022/2024.

Quadro 8 – Material Bélico Recolhido

SITUAÇÃO EM 17/11/2023	
Material	**Quantidade**
Armas de fogo recolhidas	463
Simulacro recolhido	01
Armas de fogo destruídas	444
Munições recolhidas	1.306
Munições destruídas	1.253

O processo de pré-destruição de arma de fogo acontece na 2ª Companhia de Suprimento/6º DSUP, da 6ª Região Militar do Exército Brasileiro na cidade de Alagoinhas-BA, mediante a prévia autorização do Juiz Titular do processo ao qual a arma está vinculada. Na presente gestão, foram realizadas 2 (duas) operações com o objetivo de levar material bélico para pré-destruição.

Nessa linha, foram recolhidas 463 armas de fogo, com autorização para destruir 444, ficando 19 armas de fogo para custódia. Da mesma feita, foram recolhidas 1.306 munições, das quais 1.253 possuíam autorização para destruição, restando 53 para custódia.

Nos anos de 2022 e 2023, prepostos do GSI se deslocaram a 22 (vinte e duas) Comarcas para o recolhimento de material bélico custodiado em suas dependências. No quadro 9, é possível visualizar as Comarcas que foram visitadas e a quantidade de armas de fogo recolhidas, ainda remanescente à publicação do Ato Normativo Conjunto nº 11, de 10 de junho de 2020. Salienta-se que ações dessa natureza ainda ocorrem, pois as Comarcas deixarem de informar, no momento oportuno, sobre a existência de material bélico abrigado nos fóruns.

Quadro 09 - Comarcas Visitadas para Recolhimento de Material Bélico

ORDEM	Comarca	Quantidade de armas de fogo recolhidas
01	Muritiba	04
02	Itambé	15
03	Camacã	210
04	Ruy Barbosa	01
05	Camaçari	11
06	Lapão	31
07	Canavieiras	34
08	Santa Inês	01 (simulacro)
09	Itaparica	08
10	Cocos	01
11	Vitória da Conquista	20
12	Tanhaçu	03
13	Ituaçu	14
14	Jequié	35
15	Sapeaçu	02
16	Feira de Santana	05
17	Monte Santo	47
18	Sobradinho	04
19	Rio Real	03
20	Serrinha	05
21	Miguel Calmon	05
22	Salvador (1ª Vara de Violência Doméstica)	05

6. Ajudância de Ordens

O Ajudante de Ordens é o oficial colocado à disposição do Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, como seu assistente direto, no desempenho de suas funções. Como atribuição principal, compete a ele promover a segurança pessoal do Presidente do TJBA, dispondo de uma equipe composta por 12 (doze) policiais militares treinados e qualificados para essa missão.

Nesse desiderato, várias atividades são programadas e executadas, dentre elas o acompanhamento do Presidente do TJBA em cerimônias e eventos civis e militares, escolta e segurança durante as viagens ao interior do Estado. O planejamento prévio dos deslocamentos durante as viagens e o apoio na segurança de outras autoridades do Poder Judiciário em vista oficial ao Estado da Bahia. A seguir, são registradas, qualitativa e quantitativamente, as principais ações desenvolvidas no biênio 2022/2024.

A. Acompanhamento ao Presidente do TJBA em Solenidades e Eventos na Capital:

I. Posse da Mesa Diretora do TRT 5ª Região;
II. Posse do Governador do Estado da Bahia;
III. Posse do Presidente do Instituto Geográfico da Bahia;

IV. Entrega de Medalhas na Câmara Municipal de Salvador;
V. Entrega de Medalha na Base Aérea de Salvador;
VI. Entrega de Medalha no Forte da Barra pela Marinha do Brasil;
VII. Entrega de Medalhas aos Desembargadores no Fórum Ruy Barbosa;
VIII. Cerimônia de aposição de luvas no Comando-Geral da PMBA;
IX. Audiência Pública na Assembleia Legislativa da Bahia;
X. Congresso Nacional do Ministério Público da Bahia;
XI. Congresso Nacional da OAB - Brasil realizado na Bahia;
XII. Encontro baiano de Precatórios Municipais pela UPB;
XIII. Instalação de Varas no Fórum Ruy Barbosa e Imbuí;
XIV. Visitas institucionais ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança Pública, aos Presidentes de TCM e TCE, à Procuradora-Geral do Ministério Público;
XV. Cortejo 2 de julho;
XVI. Desfile de 7 de setembro;
XVII. Almoços e jantares institucionais com diversas autoridades;
XVIII. Acompanhamento em velórios;
XIX. Acompanhamento em algumas atividades pessoais do Presidente, tais como jantares e almoço;
XX. Atividades e eventos realizados pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

B. Acompanhamento de Outras Autoridades do Poder Judiciário:

I. Ministros do STF, do STJ e do CNJ;
II. Juízes do PJBA sob ameaça; e
III. Desembargadores e Juízes de outros estados durante eventos realizados pelo TJBA.

C. Escolta e Segurança do Presidente e Comitiva em Viagens ao Interior do Estado

Quadro 10 – Escolta e Segurança do Presidente em Viagens

Nº ORDEM	CIDADE	2022		2023	
		QUANT.	DIAS	QUANT	DIAS
1	ALAGOINHAS	1	1	2	2
2	AMARGOSA	1	3		
3	CASTRO ALVES	1	2		
4	CONCEIÇÃO DE ALMEIDA	1	1		
5	CONDE			1	1
6	CORRENTINA			1	5
7	CRUZ DAS ALMAS	2	2	1	2
8	DOM MACEDO			1	2
9	ESPLANADA	1	1		
10	EUNÁPOLIS			1	4
11	FEIRA DE SANTANA	1	1		
12	FORMOSA DO RIO PRETO	1	5		
13	GUANAMBI			1	7
14	ILHÉUS	2	7	1	4

15	JACOBINA			1	3
16	JEQUIÉ			1	3
17	LAPÃO			1	4
18	LENÇÓIS	1	4		
19	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	1	3		
20	MAIRI			1	3
21	MATA DE SÃO JOÃO			1	1
22	PAULO AFONSO			1	4
23	PORTO SEGURO	1	5	1	4
24	RIACHÃO DAS NEVES			1	5
25	SANTA TEREZINHA			1	2
26	SANTO ESTÊVÃO			1	4
27	SERRINHA	1	1		
28	TERRA NOVA			1	1
29	UBAITABA			1	4
30	VALENTE	1	2		
31	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	5		
32	XIQUE-XIQUE			1	3

No quadro 11, ilustramos, de forma sintética e consolidada, a produtividade geral da equipe do GSI, composta das principais ocorrências, atividades desenvolvidas e entregas no período de 03/02/22 a 17/11/23.

Quadro 11 – Consolidação Geral da Produtividade do GSI

Descrição	Quantidade
Munições recolhidas	1.306
Munições destruídas	1.253
Armas de fogo recolhidas	463
Armas de fogo destruídas	444
Assessoramento	162
Atendimento a Comarcas	160
Acompanhamento de Magistrado	131
Remessa de imagens	81
Apoio policial	80
Policiais capacitados	156
Reunião	82
Apoio a Magistrado	38

Armas brancas destruídas	29
Armas brancas recolhidas	344
Acompanhamento de manifestação	10
Curso de capacitação	21
Confecção de protocolos	07
PM Padrão	20
Análise de segurança	09
Ocorrências em Fórum	10
Recolhimento de armas (comarcas)	22
Auxílio para renovação de CRAF	14
Parada Militar	05
Plano de segurança	03
Prestação de socorro	05
Segurança aproximada	06
Análise de risco	01
Apoio a cidadão	01
Apoio a servidor	03
Viagem para destruição de material bélico	02
Manual	01
Ordenamento do trânsito	02
Plano de gestão	02
Visita técnica	02

Salvador, 16 de novembro de 2023

PAULO CÉSAR ALVES DA SILVEIRA – CEL PM
Chefe do GSI

RELATÓRIO DA GESTÃO
2022/2024

CONTEÚDO
Poder Judiciário do Estado da Bahia

EDIÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE*
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

REVISÃO
Kelle Catiane Nascimento Pereira

APROVAÇÃO
Secretaria Geral da Presidência

FOTOS
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

*As informações contidas neste Relatório
é de inteira responsabilidade de cada unidade
do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DA BAHIA